BANCO DO BRASIL
S. A.

RELATÓRIO

APRESENTADO A

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS ACIONISTAS
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1954

Jornal do Commercio
RODRIGUES & CIA.
Avenida Rio Branco n. 117
RIO DE JANEIRO
1954

BANCO DO BRASIL S. A.

DIRETORIA

PRESIDENTE

Marcos de Souza Dantas

DIRETORES

Adão Pereira de Freitas
João Cândido de Andrade Dantas
José Loureiro da Silva
José Maria Alkmim
Luiz de Moraes Barros
Pompilio Cylon Fernandes da Rosa
Vilobaldo Machado de Souza Campos

CONSELHO FISCAL

Argemiro de Hungria Machado
Carloman da Silva Oliveira
João Daudt d'Oliveira
Pedro de Magalhães Corrêa
Zózimo Barroso do Amaral

SUPLENTES

Ary de Almeida e Silva
João Rodrigues Teixeira Junior
José do Nascimento Brito
José Willemsens Junior
Manoel Gomes Moreira

INDICE

ÍNDICE

TEXTO

PÁGS.

ANEXOS

PRIMEIRA PARTE — BALANÇOS DO BANCO DO BRASIL S. A.

SEGUNDA PARTE — ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS DO BANCO DO BRASIL S. A.

TERCEIRA PARTE — AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S. A.

QUARTA PARTE — ESTATÍSTICAS DAS ATIVIDADES DO BANCO DO BRASIL S. A.

PÁGS.

PÁGS.

QUINTA PARTE — BRASIL — ESTATÍSTICAS MONETÁRIAS E FINANCEIRAS

SEXTA PARTE — BRASIL — ESTATÍSTICAS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

PÁGS.

PÁGS.

PÁGS.

RELATÓRIO

Senhores Acionistas:

Constitui para mim motivo de especial satisfação apresentar a esta nobre Assembléia o relatório das atividades do Banco do Brasil no exercício de 1953.

Ao cumprir perante vós êste dever legal e estatutário, permito-me registrar que a escolha de meu nome pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, por segunda vez para Diretor da Carteira de Câmbio e, por fim, para a Presidência dêste Banco, menos representará uma elevada prova de confiança no cidadão que ora dirige esta Casa, do que uma das mais altas homenagens que poderia prestar ao dedicado, operoso e diligente funcionalismo do Banco, a cujos quadros tenho a honra de haver pertencido por espaço de três décadas.

Não me bastassem tão ponderosos motivos, ainda acresce meu contentamento a feliz circunstância de que, a 10 de abril dêste ano, transcorre o primeiro centenário de funcionamento desta Instituição.

O que isso significa para todos os brasileiros não será preciso dizer-vos. E' suficiente apenas que vos relembre os relevantes serviços que o Banco tem prestado ao País, inte-

grando-se em sua história econômica e atuando sempre como um dos fatores decisivos de seu progresso e prosperidade.

A evolução da economia brasileira tem requerido do Banco do Brasil cada vez maior entrosamento de seus interêsses com os da própria Nação. E, para felicidade nossa, tem o Banco correspondido, apesar dos percalços naturais que sempre afloram, aos reclamos de nossa economia, como bem patentearam as anteriores exposições presentes aos vossos conclaves.

Todavia, o momento excepcional que a Nação atravessa, pondo em relêvo e foco, entre outros, os problemas cambiais e de comércio exterior, determinou fôssem adotadas novas diretivas, por parte do Govêrno. Mais uma vez foi reservado ao Banco papel saliente na aplicação das normas traçadas.

Por isto, a exposição que ora vos apresento, procura dar idéia precisa das dificuldades com que se defronta a economia nacional e das medidas que têm sido tomadas para solucioná-las e proporcionar ao País melhores condições de vida e mais firmes bases de progresso.

Aos dignos companheiros de Diretoria e ao competente e zeloso funcionalismo da Casa meu sincero reconhecimento por sua excelente colaboração e por quanto fizeram no interêsse do Banco e do País.

I — SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DO BRASIL NO ANO DE 1953

I — SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DO BRASIL NO ANO DE 1953

1 — Visão de Conjunto

No ano de 1953, as diretrizes que norteavam a economia brasileira passaram por modificações fundamentais, cujos efeitos ainda não podem ser apreciados em sua plenitude. É possível, no entanto, formar-se uma idéia da oportunidade das medidas adotadas, mediante a análise, embora sucinta, das causas que vêm atuando sôbre a conjuntura nacional.

A origem dos problemas econômicos e, em grande parte, também dos financeiros, que nos afligem, reside nos desequilíbrios motivados pelo acelerado ritmo de desenvolvimento observado nos últimos anos. O grau de capitalização exigido por essa circunstância criou necessidades de divisas e de cruzeiros, que o crescimento das exportações e a capacidade de poupança interna não acompanharam, revelando-se insuficientes para atendê-lo.

Dêsse modo, para bem equacionar o problema econômico que nos preocupa, torna-se indispensável compreendê-lo em sua essência, isto é, como o resultado de um desequilíbrio.

Assim, com o objetivo de retirar o máximo proveito de nossas possibilidades e recursos, coordenando o crescimento

da economia nacional para reduzir ao mínimo possível aquêle desequilíbrio, deveremos atender aos seguintes aspectos: 1) melhoria de nosso balanço de pagamentos, através de medidas que estimulem o aumento e a diversificação da exportação e que concorram para a produção interna de artigos, como o petróleo e o trigo, que absorvem, de maneira crescente, fortes contingentes de divisas; 2) necessidade de adoção de uma escala hierárquica de essencialidade, que forneça prioridade absoluta ao refôrço da infra-estrutura e não estimule o desenvolvimento de novas atividades de menor interêsse, em face da atual conjuntura; 3) incentivo ao melhor aproveitamento dos fatores de produção, pelo aumento da produtividade.

Atendidos êsses aspectos, o problema se resumirá em obter o financiamento da parcela restante daquêle desequilíbrio, a qual constitui o ônus inevitável impôsto por um ritmo acelerado de progresso.

Fixados êsses contornos do atual panorama brasileiro, pode-se compreender a razão pela qual quaisquer providências postas em vigor não possuem o dom de resolver, de imediato, tão complexos problemas, pois só a perseverança em um programa racional, em que haja firmeza de ação e sentido de conjunto, será capaz de controlar a crise que atravessamos e de permitir a continuidade do progresso nacional em bases sólidas.

O desenvolvimento econômico brasileiro, desde a última guerra, acarretou alterações profundas nas atividades produtoras do País e na capacidade de consumo do mercado

interno. As proporções dessas duas conseqüências daquêle fenômeno podem ser estimadas analisando-se os dados dos recenseamentos realizados nos anos de 1920, 1940 e 1950:

POPULAÇAO BRASILEIRA

(milhares de habitantes)

DATA	POPULAÇÃO	INCREMENTO
1.11.1920	30.636	—
1.11.1940	41.253	10.617
1.11.1950	52.183	10.930

Em dez anos, de 1940 a 1950, o aumento da população foi superior ao verificado nos vinte anos compreendidos entre 1920 e 1940, sendo que os incrementos nos anos de 1952 e 1953, segundo as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, superaram respectivamente a 1.200.000 e 1.300.000 habitantes.

Os dados relativos aos recenseamentos de 1940 e 1950 nos mostram ainda que a população ativa dedicada à agricultura, pecuária e silvicultura passou, nesse período de dez anos, de 9.453 milhares para 9.887 milhares de indivíduos, acrescendo-se, portanto, de 434 milhares de trabalhadores rurais, ou sejam 4,6 %; enquanto isso, as indústrias de transporte, extrativas e de transformação, que empregavam 2.264 milhares de indivíduos, elevaram êsse contingente para 3.411 milhares, com um acréscimo de 1.147 milhares de operários, ou sejam 50,7 %.

Tanto o aumento relativamente pequeno observado na população ativa dedicada à agricultura, quanto o acréscimo substancial verificado nas atividades industriais, estão a indicar o alto grau de capitalização que o ritmo de crescimento do País vem exigindo.

O desenvolvimento econômico se processa naturalmente pelo investimento das poupanças acumuladas em razão das atividades existentes no País, complementadas pela aplicação de capitais estrangeiros. É um processo de capitalização geralmente lento.

No caso brasileiro, contudo, as necessidades que nos foram impostas, quando nos vimos privados de suprimentos vitais à manutenção de nossas atividades econômicas, e a compreensão cada vez mais nítida e difundida das vantagens de uma economia de base mista levaram-nos a acelerar aquêle processo normal, forçando, inclusive, a utilização de recursos de que efetivamente só iríamos dispôr no futuro.

Concorrendo no mesmo sentido, o aspecto auto-multiplicador do desenvolvimento, impulsionado por um mercado interno em expansão, quer pelo crescimento vegetativo, quer pelo aumento da capacidade individual de consumo, tornou evidente, em breve prazo, a necessidade de reforçar nossa infra-estrutura a fim de que pudesse suportar as novas e violentas exigências a ela feitas, obrigando particulares e Poder Público a se preocuparem permanentemente com as graves questões de energia, transportes e indústrias de base, tôdas absorvendo investimentos maciços e de prazo longo de recuperação.

Por outro lado, apesar de a produção nacional se haver expandido em diversos setores, inclusive substitutivos de importações, não se tem verificado economia de divisas, já porque ocorre paralelamente um aumento do consumo, já porque a elevação da renda nacional daí resultante atua no sentido de incentivar a propensão para importar.

Aliás, é de observar que a grande vantagem propiciada pelo desenvolvimento da economia brasileira tem sido a de aumentar a renda nacional, uma vez que só mais tarde êle poderá atingir a etapa em que proporcionará folga no balanço de pagamentos. Sob êsse último aspecto, sua influência se exerce, pelo menos inicialmente, em sentido contrário, pois exige grandes investimentos, obriga à entrada crescente de matérias-primas e combustíveis, e provoca internamente a ampliação de atividades que, por sua vez, também dependem de importações.

Sòmente quando nossas atividades produtoras, agora voltadas para o abastecimento interno, evoluírem para a fase de conquista dos mercados externos, estaremos em condições de poder corrigir, nesse particular, o desnível assinalado.

O quadro abaixo é muito significativo do aumento da capacidade de consumo do mercado interno, indicando, ainda, alguns itens expressivos, cuja produção, apesar de haver crescido substancialmente depois da guerra, foi insuficiente para aliviar a procura do similar importado, que continuou a ser exigido, em grande escala.

IMPORTAÇAO E PRODUÇAO DE ARTIGOS BASICOS

TONELADAS

PRODUTOS	PRODUÇÃO NACIONAL			IMPORTAÇÃO		
	MÉDIA 1937/1939	MÉDIA 1947/1951	VARIAÇÃO PERCENTUAL	MÉDIA 1937/1939	MÉDIA 1947/1951	VARIAÇÃO PERCENTUAL
I — COMBUSTÍVEIS						
Gasolina	...	19.561	—	362.844	1.414.851	+ 290
Óleos combustíveis	...	28.764	—	637.782	1.981.544	+ 211
Querosene	...	5.155	—	102.788	211.033	+ 105
Carvão-de-pedra	905.663	2.012.188	+ 122	1.366.559	1.089.346	— 20
Petróleo em bruto	—	36.000	—	42.600	7.860	— 81
II — METAIS						
Alumínio	—	—	—	1.566	8.011	+ 411
Chumbo	—	(1) 2.160	—	9.871	14.934	+ 51
Cobre	—	—	—	9.136	20.774	+ 127
Estanho	—	(2) 191	—	970	1.573	+ 62
Ferro e aço	86.027	490.272	+ 470	105.203	76.621	— 27
Zinco	—	—	—	2.664	8.409	+ 216
III — MANUFATURAS DE FERRO E AÇO						
Trilhos e acessórios	...	(3) 51.581	—	66.254	23.376	— 65
Arame nú	...	(4) 46.512	—	29.573	41.894	+ 42
Arame farpado	...	(4) 6.871	—	21.516	41.616	+ 93
Fôlhas-de-flandres	—	(3) 25.776	—	48.718	66.728	+ 37
IV — OUTROS PRODUTOS MINERAIS						
Aguarrás artificial	...	(5) 250	—	2.823	17.090	+ 505
Asfalto	...	—	—	11.020	40.331	+ 266
Cimento	629.047	1.226.772	+ 95	58.082	440.440	+ 658
Enxôfre	—	—	—	17.458	49.487	+ 183
Óleos lubrificantes	...	(2) 4.935	—	41.042	113.427	+ 176
V — PRODUTOS QUÍMICOS						
Barrilha	—	—	—	22.436	49.708	+ 121
Soda cáustica	...	(6) 4.500	—	29.686	64.779	+ 118
VI — ADUBOS QUÍMICOS						
Salitre do Chile	—	—	—	13.507	55.908	+ 314
Superfosfato de cálcio	...	(7) 34.000	—	25.114	78.257	+ 212
Outros adubos químicos	—	(8) 3.683	—	56.972	85.801	+ 51
VII — OUTROS PRODUTOS						
Celulose para fabricação de papel	...	(5) 40.000	—	88.480	101.612	+ 15
Papel	107.026	216.638	+ 102	57.737	72.868	+ 26
Trigo	—	445.892	—	1.034.474	1.108.445	+ 7

FONTE: Comércio Internacional — Outubro 1953.

(1) Plumbum S. A. — 1947/1950.
(2) Média 1947/1949.
(3) Média 1948/1951 — Siderúrgica Nacional.
(4) Média 1947/1948 — Belgo Mineira.
(5) Estimativa para 1950.
(6) Electroquímica Fluminense — 1947/1950.
(7) Estimativa para 1949.
(8) Sulfato de amônia — Siderúrgica Nacional.

Em 1952, continuou a mesma linha ascendente posta em evidência pelos números do quadro anterior. Pode-se citar, como exemplos marcantes, que, relativamente à média 1947/1951, os itens abaixo apresentaram os seguintes aumentos substanciais:

VARIAÇÃO PERCENTUAL, EM 1952, DOS AUMENTOS EM RELAÇÃO À MÉDIA DE 1947/1951

PRODUTOS	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO
Gasolina	217 %	70 %
Ferro e aço	248 %	40 %
Cimento	32 %	86 %
Trigo	55 %	2 %

Todos êsses índices, aliados à elevação vultosa da mão-de-obra na indústria, antes assinalada, deixam bem claras particularidades interessantes da fase que atualmente vivemos. Em primeiro lugar, revelam a pujança do progresso que experimentamos e o extraordinário esfôrço feito pelo Brasil para fortalecer a estrutura de sua economia. Em segundo, demonstram as necessidades crescentes de suprimentos externos, conseqüentes do próprio desenvolvimento, em virtude das quais não foi possível, apesar do aumento substancial da produção interna, reduzir proporcionalmente, em nenhum dos itens mencionados, a importação de similar.

A isso se acrescente que não se verificou uma expansão análoga das exportações. Dêsse modo, e porque as necessidades de importação progredissem com maior intensidade, as receitas cambiais se foram tornando cada vez mais insuficientes.

O quadro adiante permite que se compare o ritmo desigual em que evoluíram as tonelagens da importação e da exportação e deixa claro que — além das restrições às vêzes drásticas a que temos tido de submeter nossas importações — o aumento do valor da tonelagem exportada tem contribuído para impedir mais vultosos deficits em nosso intercâmbio com o exterior.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

Períodos	Exportação			Importação		
	Em 1.000 tons.	Em Cr$ 1.000.000	Cr$/Ton.	Em 1.000 tons.	Em Cr$ 1.000.000	Cr$/Ton.
Média 1940/45	2.965	8.473	2.857	3.807	6.382	1.676
Média 1946/50	3.933	21.234	5.399	7.035	19.552	2.779
1951	4.852	32.514	6.701	10.995	37.198	3.383
1952	4.091	26.065	6.371	11.394	37.179	3.263
1953	4.378	32.047	7.320	11.792	25.152	2.133

Fontes dos dados brutos: Anuário Estatístico — IBGE e Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Não obstante o acréscimo relativamente lento do volume de nossas exportações, cumpre notar que a lavoura, da qual provêm na quase totalidade nossas receitas em divisas, procurando compensar o pequeno crescimento da mão-de-obra ativa nela aplicada, tem melhorado seu aparelhamento técnico, visando a elevar sua produtividade.

Isso, sem dúvida, constitui fato bastante auspicioso, mas significa, também, que as atividades rurais passaram a consumir quantidades crescentes de recursos cambiais, conforme se conclui da ampliação havida nas importações de produtos típicos para aquêles setores:

PRINCIPAIS IMPORTAÇÕES DESTINADAS À AGRICULTURA

PRODUTOS	QUANTIDADE — 1.000 t.			ÍNDICES		
	Média 1938/9	Média 1948/9	1952	Média 1938/9	Média 1948/9	1952
Adubos, inseticidas, preparações anticriptogâmicas e semelhantes	54	119	238	100	220	440
Arame farpado, tratores agrícolas, arados e semelhantes..	23	43	83	100	187	360

FONTE: Anuário Estatístico — IBGE.

O objetivo fundamental dêsses investimentos deixou, no entanto, de ser alcançado, pelo menos até o momento, em virtude de fatores adversos que refrearam a progressão dos índices representativos de nossa produção exportável.

O café, produto líder de nossas exportações, foi profundamente atingido por fenômenos climáticos, em 1953, ocorridos com maior intensidade em zonas novas, de alto grau de produtividade.

O contingente exportável de café da safra 1952/53, que fôra estimado em 16,9 milhões de sacas, sofreu em conseqüência, uma redução de 2,8 milhões de sacas, aproximadamente, ou sejam 16,5 %. Em alguns Estados, a queda da produção exportável se deveu, ainda, a outros fatores, entre êles sêca e pragas, tal como ocorreu em Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

O desnível estatístico entre produção e consumo, originado dessas expressivas reduções do volume de café exportável, motivou reação nos preços internacionais do produto.

Por seu turno, nosso segundo produto de exportação teve, em 1953, sua safra reduzida, ocasionando queda de, aproximadamente, 25 % no algodão em pluma, como reflexo natural dos problemas de escoamento que haviam atingido a colheita de 1951/1952. Esta, que fôra vultosa, ficara em grande parte represada, reduzindo substancialmente a receita cambial, no ano de 1952, e provocando retração dos cotonicultores.

O escoamento progressivo do algodão remanescente daquela safra e a perspectiva de que o vultoso estoque estaria inteiramente colocado em princípio de 1954, como de fato ocorreu, constituirão, certamente, estímulo para a cotonicultura nas safras seguintes.

Conforme assinalamos, o desenvolvimento de nossa economia e o fortalecimento de sua estrutura — que todos almejamos e que constituem mesmo a preocupação dominante da atual mentalidade brasileira — a par das incontestáveis

vantagens e da indiscutível melhoria de padrão-de-vida que proporcionaram à população — ocasionaram fortes desequilíbrios: de um lado, entre a necessidade de investimento e a capacidade de investir; e, de outro, no ritmo de crescimento dos diversos setores responsáveis pela produção. Tudo isso propiciou novo impulso à inflação monetária e de crédito, e repercutiu em nosso intercâmbio comercial com o exterior.

Os demonstrativos seguintes possibilitam uma idéia da desproporção em que cresceu a produção agrícola, exportável e de consumo interno predominante, em face da elevação das importações de equipamentos, matérias-primas essenciais e combustíveis, na sua mor parte destinados às outras atividades.

Com referência a 1953, é de observar, entretanto, que a baixa ocorrida nos itens "máquinas e utensílios" e "veículos de carga e acessórios" expressa o rigor com que se fez sentir a compressão às importações, analisada, em minúcia, em capítulo adiante.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
1.000 toneladas

Produtos	1948		1952 (1)		1953 (2)	
	Volume	Índice	Volume	Índice	Volume	Índice
De exportação predominante (3)	1.491	100	1.829	123	1.711	115
De consumo interno predominante (4)	23.673	100	25.055	106	26.366	111

Fonte dos dados brutos: — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(1) Números retificados.
(2) Números sujeitos a retificação.
(3) Café em grão, algodão em rama, cacau, carnaúba e sisal.
(4) Alimentos básicos (batata-doce e inglêsa, milho, arroz com casca, trigo, mandioca e feijão).

IMPORTAÇAO DE BENS DE PRODUÇAO, MATÉRIAS-PRIMAS ESSENCIAIS E COMBUSTÍVEIS (*)

1.000 toneladas

DISCRIMINAÇÃO	1948		1952		1953	
	VOLUME	ÍNDICE	VOLUME	ÍNDICE	VOLUME	ÍNDICE
Máquinas e ferramentas, utensílios e acessórios (1)..	119	100	267	224	150	126
Veículos de carga e acessórios (2) ...	89	100	144	162	46	52
Matérias-primas de origem mineral (3)	130	100	210	162	184	142
Outras matérias-primas básicas (4)	143	100	188	131	196	137
Cimento	361	100	820	227	997	276
Combustíveis líquidos (5)	3.051	100	5.946	195	6.326	207

FONTE DOS DADOS BRUTOS:
Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

(*) Dados retificados e adaptados à nova "Nomenclatura Brasileira de Mercadorias" do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

(1) Exclusive veículos, suas peças e acessórios.

(2) Locomotivas, vagões e acessórios; caminhões, ônibus, ambulâncias e semelhantes; chassis para caminhões; câmaras-de-ar e pneumáticos.

(3) Alumínio em lâminas ou placas; chumbo em barras, lingotes, vergalhões, verguinhas, pães e pastas; estanho; cobre; zinco; enxôfre; fôlhas-de-flandres em lâminas.

(4) Celulose, barrilha e soda cáustica.

(5) Gasolina, óleos combustíveis e querosene.

E' oportuno observar também que o desenvolvimento econômico se processa, naturalmente, de modo mais intenso, em regiões que, por fôrça de seu próprio estágio de crescimento, oferecem maiores atrativos às inversões de capital.

Destarte, com a evolução do País, tende a aumentar o desequilíbrio entre suas regiões, em conseqüência do que as

menos desenvolvidas necessitam de ação pioneira, mormente nos setores básicos, a fim de atrair, estimular e fortalecer as atividades produtoras capazes de elevar-lhes o nível econômico.

A êsse respeito, cabe acentuar que, com referência à Amazônia e à área assolada pelo fenômeno das sêcas, a Constituição Federal previu a dotação de verbas orçamentárias específicas destinadas a criar ali condições fundamentais a seu progresso.

Com êsse desiderato, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia já foi instalada e entrou em funcionamento.

Para atender aos reclamos do Nordeste, a Lei n.º 1.649, de 19 de julho de 1952, instituiu o Banco do Nordeste do Brasil, com o objetivo de promover, inclusive com a utilização de parte dos recursos orçamentários aludidos, o fomento econômico da área do "Polígono das Sêcas", problema que exigia uma organização exclusivamente empenhada em dedicar seus recursos a investimentos de maior profundidade, destinados a recuperar o solo e estimular a produção, fortalecendo, assim, os vínculos entre o homem e a terra.

Há notar, ademais, que o funcionamento efetivo, em breve prazo, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco possibilitará a exploração de copiosos recursos naturais existentes naquele Polígono.

E porque o Banco do Nordeste do Brasil já dispõe de expressivo cabedal técnico, inclusive através de convênios firmados com entidades especializadas e com o próprio Banco

do Brasil, é de esperar possa transformar ràpidamente em realidade seu programa de soerguimento de tôda aquela vasta extensão do território nacional.

Todos os programas que dizem respeito ao refôrço da infra-estrutura, bem assim os referentes à instalação e desenvolvimento de indústrias de base, se apresentam como imperativos a serem alcançados na atual fase da economia brasileira.

Sua execução, no entanto, exige investimentos a longo prazo, em divisas e em cruzeiros, mobiliza fatores de produção escassos, sòmente muito mais tarde fornecendo a contrapartida de mercadorias e serviços. De início, pois, sua repercussão interna se traduz em tendências inflacionárias.

Essas tendências, quando controladas, não chegam a causar os males da inflação, e desaparecem com o início efetivo das atividades que as originaram.

Quando, entretanto, se manifestam em uma economia atingida por processo inflacionário proveniente de outras causas, êste ganha em intensidade, ameaçando neutralizar as vantagens já alcançadas e impedir a continuação do desenvolvimento.

A rigor, a atual inflação teve o seu impulso mais forte durante a II Grande Guerra. À época, enquanto se elevava o volume de nossas exportações, permaneciam pràticamente fechados os mercados em que nos abastecíamos. Em conseqüência, viu-se o Govêrno compelido a emitir papel-moeda, a fim de atender às compras das cambiais dos exportadores e, ainda, cobrir as despesas militares.

Em seis anos, de fins de 1939 a fins de 1945, os meios de pagamento passaram de 11.234 milhões de cruzeiros para 41.490 milhões de cruzeiros, com uma elevação, pois, de 269 %.

Êsse fato teria de produzir, como na realidade produziu, efeitos profundos e duradouros que foram posteriormente agravados por fôrça de outras circunstâncias.

Restabelecida a paz e normalizadas as vias de comércio, era natural que as atividades improvisadas, desenvolvidas e sobrecarregadas no período de guerra para atender ao mercado interno procurassem renovar seus equipamentos, alguns obsoletos e outros desgastados pelo esfôrço empregado. Constituíram tais circunstâncias estímulo à tendência, que já antes se manifestara, de acelerar o nosso desenvolvimento econômico.

No afã então verificado de procura de bens e de capitais, concorreram entidades públicas e particulares, imprimindo novo impulso à inflação.

Nesse interregno, outras fôrças atuavam no mesmo sentido.

As atividades especulativas, que florescem nessas épocas, encontraram campo aberto para sua expansão e se dirigiram, de preferência, para o mercado imobiliário, no qual o público tenta encontrar segurança contra a desvalorização monetária. Ali se fizeram elevadas inversões, na sua mor parte supridas pelo crédito bancário e pelos financiamentos das caixas econômicas e instituições de previdência. Atuaram dessa forma duplamente, contribuindo para a inflação de

crédito e desviando fatores de produção escassos — ferro, cimento e mão-de-obra — de empreendimentos de mais alto grau de prioridade.

Seus efeitos se projetaram também sôbre o sistema bancário, levando as autoridades a amparar, a fim de prevenir maiores males, os bancos que haviam congelado suas disponibilidades.

Como decorrência de todos êsses fatos acelerou-se a corrida de preços e salários, os quais foram sofrendo sucessivas majorações.

Todos êsses fatores, que antes constituiam efeitos, transformaram-se em novos agentes de inflação e, em oito anos de após-guerra — 1945/1953 — os meios de pagamento sofriam outro aumento de 211 %, vindo de um saldo de 41.490, em 1945, para 129.262, em 1950.

A falta de um corretivo para a rigidez de nossa taxa cambial, em face da elevação dos custos internos, trouxe um desajuste, que se foi acentuando até atingir o clímax, em fins de 1952, princípios de 1953, desajuste que se traduzia no agravamento da tendência deficitária do balanço de pagamentos:

a) pelo desestímulo às exportações, com sacrifício da agricultura, nossa principal fonte de divisas;

b) pelo incentivo à propensão para importar;

c) pelo aumento da pressão, para saída, dos capitais estrangeiros e de suas rendas.

Assim, nossos produtos de exportação foram perdendo base competitiva nos mercados internacionais. A princípio eram apenas alguns de pouca expressão no conjunto. Com o decorrer do tempo e a alta sucessiva dos custos de produção seu número foi aumentando e, em 1952, entrava também o algodão — nosso segundo produto exportável — para o rol dos gravosos.

Tentando solucionar essa situação angustiosa, em que cresciam os pedidos de licença de importadores, acumulavam-se os atrasados comerciais e alongava-se a fila das remessas financeiras, foi votada a Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953.

A aplicação do novo diploma legal, todavia, não logrou atender integralmente às condições prevalecentes. Dessa forma, persistindo os problemas apontados, o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, usando da faculdade legal a êle atribuída, de orientar a política de câmbio, tomou a deliberação de alterar o processo que vinha sendo aplicado. Ao mesmo tempo o Poder Executivo propunha — o que foi, aliás, posteriormente aprovado — a modificação dos princípios relativos ao contrôle de nosso comércio com o exterior, a extinção, no Banco do Brasil, da Carteira de Exportação e Importação e a criação de novo órgão, denominado Carteira de Comércio Exterior.

A modificação levada a efeito visou precìpuamente a:

a) incentivar a exportação e, em conseqüência, propiciar a ampliação da receita cambial;

b) retirar o estímulo à importação, especialmente de artigos menos essenciais;

c) facultar recursos em cruzeiros, sem novos apelos à emissão, para incrementar, pela assistência creditícia, a produção agrícola;

d) evitar a formação de atrasados comerciais, pela subordinação do licenciamento à aquisição prévia das divisas.

Nos capítulos seguintes, examinaremos em minúcia os primeiros resultados dessa medida.

Cabe aqui ressaltar, entretanto, que em três meses de aplicação, outubro a dezembro, conseguimos exportar a mais, relativamente a igual período de 1952, cêrca de 281 mil toneladas de outros produtos que não café, e, assim, obtivemos um refôrço para a receita cambial, da ordem de 2.717 milhões de cruzeiros.

Não basta, porém, atacar o problema por um só lado. Torna-se necessário que as medidas tomadas no setor cambial sejam acompanhadas de outras, complementares, para que seus resultados não venham a ser anulados.

Têm constituído uma das causas determinantes da inflação brasileira os deficits orçamentários dos Governos federal, estaduais e municipais. Essas administrações, além das vultosas despesas pròpriamente de manutenção de seus serviços, despendem verbas elevadas com obras e investimentos. E o fazem como imperativo das circunstâncias.

O rápido crescimento do País, não acompanhado de igual evolução em sua infra-estrutura, tornou insuficientes os serviços de transportes, de energia elétrica e de armazenamento, e reclamou a ampliação e instalação de indústrias básicas. Atuando supletivamente à iniciativa privada, não só o Govêrno Federal, como os de várias unidades federadas, têm procurado corrigir tal desequilíbrio, executando planos, sobretudo de aumento das vias de comunicação e do potencial elétrico.

Como não dispõem, todavia, de mercado de títulos que lhes forneça os recursos indispensáveis, recorrem, para a cobertura dos deficits resultantes, ao financiamento do Banco do Brasil, forçando a expansão do crédito e, indiretamente, do meio circulante.

Dêsse modo, com o objetivo de corrigir essa situação torna-se mister que se adote providência no sentido de:

a) sanear o mercado nacional de títulos, inclusive pela unificação e consolidação da dívida interna do País;

b) aliviar os orçamentos dos Estados e Municípios de pesados compromissos de exigibilidade mais ou menos imediata, fortalecendo, assim, sua situação financeira;

c) propiciar-lhes recursos complementares, a longo prazo, destinados ao financiamento de obras e investimentos de alto interêsse para a economia nacional;

d) criar um título de crédito capaz, por suas condições de segurança e rentabilidade, de atrair as poupanças

individuais, atualmente desviadas para o mercado imobiliário e outras formas de aplicação desaconselháveis em face da conjuntura que atravessamos.

Com êsse conjunto de medidas básicas, das quais as relativas ao setor cambial já se acham em execução, é de se esperar que possa ser finalmente contido o processo inflacionário. Cumpre ressaltar mais uma vez, porém, que o êxito dependerá de continuidade de ação e sentido de conjunto. E para isso é necessário que se subordinem os investimentos programados pelo Estado a uma rigorosa ordem de prioridade, e que os da livre iniciativa sòmente recebam os estímulos do crédito e de outros meios ao alcance das autoridades, quando, pela sua essencialidade e urgência, venham ao encontro dos interêsses do conjunto da economia nacional.

2 — Comércio Exterior

O receio de que motivos de ordem internacional viessem a perturbar o abastecimento interno, privando o País de suprimentos essenciais, conduziu à ampliação das importações, em 1951 e em parte de 1952, o que proporcionou atendimento mais liberal à procura interna de produtos importados e, ao mesmo tempo, estimulou as atividades dêles dependentes.

A reação das exportações nacionais, fonte principal de divisas para o País, não apresentou, todavia, tendência para tornar-se capaz de proporcionar recursos suficientes, desti-

nados a compensar ou mesmo atenuar aquêle aumento de dispêndio de divisas. Ao contrário, a elevação dos custos de nossa produção, devida às pressões inflacionárias internas, vinha afastando nossa possibilidade de concorrência nos mercados internacionais. Em conseqüência, a já reduzida pauta de exportação do País teve, em 1952, seu volume diminuido de quase 800 mil toneladas, em relação a 1951, para o que contribuiram notadamente o pinho (— 269.057 tons.), o milho (— 266.836 tons.) e o algodão (— 115.331 tons.).

Em 1952, o valor de nossa exportação não passou de 80 % da cifra que alcançara em 1951. Trimestre por trimestre, manteve-se aquém dos níveis a que atingira no ano anterior, fazendo com que nossas receitas decrescessem de 17 % em moedas conversíveis e de 22 % em inconversíveis, conforme espelha o quadro a seguir:

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO POR ÁREAS MONETÁRIAS

Cr$ 1.000.000

MOEDAS	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		+ OU — NA EXPORTAÇÃO	
	1951	1952	1951	1952	1951	1952
Conversíveis	17.566	14.536	20.946	21.634	— 3.380	— 7.098
Inconversíveis	14.948	11.529	16.252	15.545	— 1.304	— 4.016
TOTAL	32.514	26.065	37.198	37.179	— 4.684	— 11.114

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Por aí se vê que o comércio exterior do Brasil se expressou, nos anos de 1951 e 1952, respectivamente, por deficits de 4,7 e 11,1 bilhões de cruzeiros.

Tais fatos tornaram imperiosa a necessidade de, ainda em 1952, evitar gastos no exterior, pelo cerceamento das importações, de tal modo que elas passaram a representar apenas uma parcela do que gastáramos em igual período do ano precedente.

O reflexo dessa compressão sôbre a economia nacional se tornou mais sensível em virtude do crescimento de nossas necessidades de produtos de importação, fazendo com que representasse mais do que uma simples regressão a níveis anteriores. Do ponto-de-vista econômico, podemos, aliás, estimar a intensidade daquêle reflexo, se atentarmos para a procura crescente, já demonstrada em capítulo anterior, quanto a produtos vitais reclamados pelo consumo interno e provenientes do exterior.

A compressão progressiva das importações, por fôrça da situação cambial proveniente de anteriores deficits em nosso balanço de comércio, não poderia, entretanto, ser mantida indefinidamente sem causar perturbações sérias às atividades econômicas do País, prejudicando, inclusive, a própria produção exportável que também depende, e em volume crescente, de artigos de importação que lhes são indispensáveis.

Ao iniciar-se o ano de 1953, portanto, o panorama geral de nosso comércio exterior apresentava características de inegável gravidade, ameaçando o próprio funcionamento da economia nacional, quer pelos problemas de suprimento ligados a importações fundamentais, quer pelas dificuldades de escoamento da produção.

Visando a corrigir tal situação, foi promulgada a Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953.

No período janeiro a setembro do ano transato, quase todo transcorrido sob a vigência da nova lei, as variações ocorridas em nossa exportação, relativamente à mesma época de 1952, foram as seguintes:

COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL

EXPORTAÇÃO

PERÍODOS	VARIAÇÕES EM 1953 SÔBRE 1952	
	1.000 TONS.	Cr$ 1.000.000
1.º trimestre	— 197	— 1 692
2.º trimestre	+ 115	+ 267
3.º trimestre	+ 36	+ 1 842
TOTAIS	— 46	+ 417

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Os segundo e terceiro trimestres, que receberam com maior amplitude os efeitos daquela medida, apresentaram, no conjunto, reação favorável em seus índices.

Deve notar-se, contudo, que nos totais acima estão incluídos todos os produtos exportados, enquanto poucos foram aquêles que efetivamente gozaram dos benefícios do diploma legal aludido.

Assim, em face da premência em que nos encontrávamos, de estimular decisivamente nossas receitas em divisas, e ante os resultados pouco expressivos apresentados pelas diretrizes em vigor, o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito resolveu solucionar o problema por processos mais eficientes, baixando as normas consubstanciadas na Instrução n.º 70, de 9-10-53. Em apenas três meses de execução do novo sistema adotado, exportamos mais 332 mil toneladas, correspondentes a mais 5,6 bilhões de cruzeiros, do que havíamos exportado de outubro a dezembro de 1952. Daí ter sido possível terminar o exercício de 1953 com um acréscimo de 287 mil toneladas no contingente exportado e de quase seis bilhões de cruzeiros no seu valor, em relação ao ano precedente.

O quadro abaixo permite localizar a progressiva recuperação obtida, nas exportações nacionais, segundo suas grandes classes de mercadorias:

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

EXPORTAÇÃO

1953

1.000 toneladas

PERÍODOS	MATÉRIAS-PRIMAS	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	MANUFATURAS	TOTAL	VARIAÇÃO SÔBRE IGUAL PERÍODO DE 1952			
					MATÉRIAS-PRIMAS	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	MANUFATURAS	TOTAL
1.º trimestre	498	344	1	843	— 62	— 128	— 7	— 197
2.º trimestre	695	363	2	1.060	+ 77	+ 40	— 2	+ 115
3.º trimestre	675	384	3	1.062	+ 12	+ 24	0	+ 36
4.º trimestre	903	509	1	1.413	+ 230	+ 103	— 1	+ 332
TOTAL DO ANO	2.771	1.600	7	4.378	+ 257	+ 39	— 10	+ 286
PERCENTAGENS	63,3 %	36,5 %	0,2 %	100,0 %	+ 10.2 %	+ 2,4 %	— 58,8 %	+ 6,9 %

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS	MATÉRIAS-PRIMAS	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	MANUFATURAS	TOTAL	VARIAÇÃO SÔBRE IGUAL PERÍODO DE 1952			
					MATÉRIAS-PRIMAS	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	MANUFATURAS	TOTAL
1.º trimestre	655	5.090	24	5.769	— 732	— 912	— 48	— 1.692
2.º trimestre	1.398	4.235	56	5.689	+ 61	+ 202	+ 4	+ 267
3.º trimestre	1.849	6.388	73	8.310	+ 955	+ 850	+ 37	+ 1.842
4.º trimestre	2.937	9.295	47	12.279	+ 1.936	+ 3.552	+ 77	+ 5.565
TOTAL DO ANO	6.839	25.008	200	32.047	+ 2.220	+ 3.692	+ 70	+ 5.982
PERCENTAGENS	21,4 %	78,0 %	0.6 %	100,0 %	+ 48,1 %	+ 17,3 %	+ 55,0 %	+ 30,0 %

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Essa reação final é tanto mais expressiva quanto podemos observar que se manifestou, de modo geral, não apenas em acréscimo do valor exportado, mas também no volume das nossas matérias-primas e gêneros alimentícios, enquanto que, no tocante a manufaturas, detivemos seu declínio, de modo que garantiram em 1953, um refôrço de 55 % sôbre a receita que haviam produzido em 1952.

No primeiro semestre do ano passado, nossas exportações apresentavam um deficit de 1.425 milhões de cruzeiros, em relação ao primeiro semestre de 1952. No segundo semestre, entretanto, superaram em 7.407 milhões de cruzeiros as da última metade do ano anterior, proporcionando ao País uma receita cambial quase equivalente à de 1951, que foi a maior que já obtivemos.

O quadro abaixo indica o ritmo do declínio da exportação nacional, trimestre por trimestre, em 1952, até junho de 1953, e sua progressiva reação na segunda metade do ano passado, até superar de 43 % o valor que alcançara nos últimos três meses de 1951, que fôra excelente.

COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL

EXPORTAÇÃO

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS	1951	1952	1953	ÍNDICES		
				1951	1952	1953
1.º trimestre	7,9	7,5	5,7	100	95	72
2.º trimestre	7,4	5,4	5,7	100	73	77
3.º trimestre	8,6	6,4	8,3	100	74	97
4.º trimestre	8,6	6,8	12,3	100	79	143
TOTAL DO ANO	32,5	26,1	32,0	100	80	98

Sendo o contingente mais expressivo das exportações brasileiras constituído de produtos agrícolas, cujas épocas de escoamento variam com as das respectivas safras, os efeitos das medidas cambiais vigentes no segundo semestre de 1953 manifestaram-se com intensidade diferente, mas favorável, sôbre sua quase totalidade.

O café, em 1952, representava 73 % de nossa receita cambial. Em 1953, entretanto, apesar de haver proporcionado maior contingente de divisas, sua contribuição relativa baixou para 67 % do total da receita de nossas exportações.

Quer isto dizer que os demais produtos da exportação brasileira tiveram escoamento em proporções excepcionais, de tal modo que se situaram firmemente no conjunto de nossa receita de câmbio, para a qual vinham concorrendo em grau cada vez menor.

O algodão, cuja safra ficara estagnada, foi exportado em 1952, na base de 20 % da tonelagem do ano anterior. Ja em 1953, exportamos 140 mil toneladas dêsse produto, ou sejam 78 % do volume de 1951.

No ano passado, em relação ao ano anterior, as exportações de cacau em amêndoas concorreram em dôbro para nossa receita de câmbio, havendo a respectiva tonelagem quase duplicado. No primeiro semestre do ano exportamos mais 17 mil toneladas e, no segundo semestre, mais 34 mil, comparativamente à exportação de 1952, em idênticos períodos.

As exportações de pinho, que haviam declinado na primeira metade do ano, comparadas com as de 1952, já por

seu turno bem reduzidas, reagiram significativamente no último semestre de 1953. Teve, assim, o quarto produto de nossas exportações um aumento de 46,1 % na tonelagem, concorrendo com mais 58,9 % para o refôrço da receita cambial, no ano em referência.

As exportações de peles e couros apresentaram reação análoga. Havendo sua tonelagem caído durante o primeiro semestre do ano, comparado com o de 1952, teve um aumento de 154 %, na última metade de 1953, compensando largamente a parcela que havia decrescido, e proporcionando afinal um aumento de 67 % na respectiva receita de câmbio, ao término do ano passado.

Quanto às exportações de lã em bruto, é interessante observar que atingiram cêrca de 2 mil toneladas em 1949, reduzindo-se à metade nos dois anos seguintes e pràticamente cessando em 1952. No entanto, no primeiro semestre de 1953, exportamos 3 mil toneladas, às quais adicionamos 7 mil, no segundo semestre, recuperando desta forma uma fonte de receita que foi capaz de proporcionar ao País divisas equivalentes a quase meio bilhão de cruzeiros.

O quadro abaixo ilustra essa evolução. Destacando-se os dez produtos mais expressivos de nossas exportações, observa-se que os demais também recuperaram posição, na tonelagem, em conjunto, passando a fornecer, na última metade de 1953, maior soma de divisas do que em igual período de 1952, apesar do expressivo declínio em que se encontravam no primeiro semestre do ano passado.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

EXPORTAÇÃO

1.000 TONELADAS

PRODUTOS	1952 Jan. a Jun.	1952 Jul. a Set.	1952 Out. a Dez.	1952 Total	1953 Jan. a Jun.	1953 Jul. a Set.	1953 Out. a Dez.	1953 Total	+ ou — em 1953 Jan. a Jun.	+ ou — em 1953 Jul. a Set.	+ ou — em 1953 Out. a Dez.	+ ou — em 1953 Total Pêso	+ ou — em 1953 Total %
Café	444	250	255	949	393	234	307	934	— 51	— 16	+ 52	— 15	— 1,6
Algodão em rama	20	5	3	28	21	34	85	140	+ 1	+ 29	+ 82	+ 112	+ 400,0
Cacau em amêndoas	16	16	26	58	33	39	37	109	+ 17	+ 23	+ 11	+ 51	+ 87,9
Pinho	240	65	81	386	212	160	192	564	— 28	+ 95	+ 111	+ 178	+ 46,1
Peles e couros	11	7	4	22	8	16	12	36	— 3	+ 9	+ 8	+ 14	+ 63,6
Castanha-do-pará	1	1	11	13	2	2	18	22	+ 1	+ 1	+ 7	+ 9	+ 69,2
Óleo de mamona	13	3	4	20	14	5	8	27	+ 1	+ 2	+ 4	+ 7	+ 35,0
Açúcar	1	0	43	44	160	18	78	256	+ 159	+ 18	+ 35	+ 212	+ 481,8
Lã em bruto	—	—	—	—	3	5	2	10	+ 3	+ 5	+ 2	+ 10	—
Manteiga de cacau	3	0	1	4	4	3	2	9	+ 1	+ 3	+ 1	+ 5	+ 125,0
Outros	1.236	679	652	2.567	1.053	546	672	2.271	— 183	— 133	+ 20	— 296	— 11,5
TOTAL	1.985	1.026	1.080	4.091	1.903	1.062	1.413	4.378	— 82	+ 36	+ 333	+ 287	+ 7,0

CR$ 1.000.000

PRODUTOS	1952 Jan. a Jun.	1952 Jul. a Set.	1952 Out. a Dez.	1952 Total	1953 Jan. a Jun.	1953 Jul. a Set.	1953 Out. a Dez.	1953 Total	+ ou — em 1953 Jan. a Jun.	+ ou — em 1953 Jul. a Set.	+ ou — em 1953 Out. a Dez.	+ ou — em 1953 Total Valor	+ ou — em 1953 Total %
Café	8.940	5.094	5.179	19.213	8.219	5.451	8.026	21.696	— 721	+ 357	+ 2.847	+ 2.483	+ 12,9
Algodão em rama	462	121	57	640	336	467	1.435	2.238	— 126	+ 346	+ 1.378	+ 1.598	+ 249,7
Cacau em amêndoas	225	208	330	763	370	470	692	1.532	+ 145	+ 262	+ 362	+ 769	+ 100,8
Pinho	374	104	118	596	337	270	340	947	— 37	+ 166	+ 222	+ 351	+ 58,9
Peles e couros	124	56	44	224	96	153	125	374	— 28	+ 97	+ 81	+ 150	+ 67,0
Castanha-do-pará	17	24	95	136	55	50	188	293	+ 38	+ 26	+ 93	+ 157	+ 115,4
Óleo de mamona	128	15	31	174	118	51	62	231	— 10	+ 36	+ 31	+ 57	+ 32,8
Açúcar	2	1	91	94	253	32	171	456	+ 251	+ 31	+ 80	+ 362	+ 385,1
Lã em bruto	—	—	—	—	174	247	69	490	+ 174	+ 247	+ 69	+ 490	—
Manteiga de cacau	62	4	12	78	134	100	89	323	+ 72	+ 96	+ 77	+ 245	+ 314,1
Outros	2.548	841	758	4.147	1.366	1.019	1.082	3.467	— 1.182	+ 178	+ 324	— 680	— 16,4
TOTAL	12.882	6.468	6.715	26.065	11.458	8.310	12.279	32.047	— 1.424	+ 1.842	+ 5.564	+ 5.982	+ 22,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

O refôrço da receita cambial proveniente das exportações, em 1953, distribuiu-se na base de 23 % em moedas conversíveis e 77 % em moedas inconversíveis.

Por seu turno, a economia de divisas produzida pela redução das importações distribuiu-se na base de 80,6 % em moedas conversíveis e 19,4 % em moedas inconversíveis.

A conjugação dêsses dois fatos permitiu que o saldo positivo de nossa balança comercial, no ano passado, no valor de 6.895 milhões de cruzeiros, se expressasse, naquelas áreas monetárias, em 3.990 milhões e 2.905 milhões de cruzeiros, respectivamente.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO POR ÁREAS MONETÁRIAS

Cr$ 1.000.000

MOEDAS	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		+ OU — NA EXPORTAÇÃO	
	1952	1953	1952	1953	1952	1953
Conversíveis	14.536	15.933	21.634	11.943	— 7.098	+ 3.990
Inconversíveis	11.529	16.114	15.545	13.209	— 4.016	+ 2.905
TOTAL	26.065	32.047	37.179	25.152	— 11.114	+ 6.895

FONTE: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Em 1952, nosso deficit comercial em moedas fortes fôra de 7 bilhões de cruzeiros, sendo expressiva a parcela proveniente de nosso intercâmbio com os Estados Unidos da América, a qual equivaleu a 2.044 milhões de cruzeiros. Em 1953, o comércio brasileiro com referido país apresentou o saldo positivo de 8.361 milhões de cruzeiros.

Ainda em 1953, nossa balança comercial em moedas inconversíveis apresentou os saldos negativos mais expressivos com a Argentina (— 1.911 milhões de cruzeiros) e com a França (— 401 milhões de cruzeiros), ao passo que os saldos favoráveis de maior vulto se referiram ao nosso comércio com a Alemanha (+ 1.030 milhões), o Japão (+ 788 milhões), a Grã Bretanha (+ 667 milhões) e a Holanda (+ 500 milhões).

Após o término da última guerra, as importações nacionais vêm revelando substanciais aumentos, apesar dos contrôles a que são submetidas, tendo seu valor se mantido em permanente ascensão até o primeiro trimestre de 1952.

As razões dêsse constante incremento já foram devidamente expostas, e por elas fomos forçados, a partir dessa época, a restringir nossas compras no exterior. Tais restrições se exercitaram de maneira mais drástica durante a primeira metade do ano passado, aliviando-se ligeiramente depois, em conseqüência da reação favorável que as exportações manifestavam. Isso se verificou, aliás, de modo mais sensível, no quarto trimestre, quando voltamos, pràticamente, a importar o mesmo valor referente ao primeiro trimestre de 1951.

O quadro abaixo revela essa evolução, indicando, no último triênio, o período máximo das importações (janeiro/março de 1952) e o de maior compressão (Janeiro/março de 1953) e a progressiva retomada da posição inicial (outubro/dezembro de 1953).

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

IMPORTAÇÃO

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS	VALOR	ÍNDICES
1951		
1.º trimestre	7,5	100
2.º trimestre	8,4	112
3.º trimestre	10,3	137
4.º trimestre	11,0	147
	37,2	
1952		
1.º trimestre	11,6	155
2.º trimestre	10,8	144
3.º trimestre	8,2	109
4.º trimestre	6,6	88
	37,2	
1953		
1.º trimestre	5,2	69
2.º trimestre	6,5	87
3.º trimestre	6,2	83
4.º trimestre	7,2	96
	25,1	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Interessante é observar, entretanto, que, comparativamente ao ano de 1952, apesar da redução de 12 bilhões de cruzeiros, ou sejam 32,3%, o volume importado em 1953 foi superior em 398 mil toneladas, equivalente a 3,5 %.

Importamos, no ano passado, mais 807 mil toneladas de matérias-primas e gêneros alimentícios, reduzindo de 405 mil toneladas as importações de manufaturas, comparativamente com 1952. A economia feita em nossos gastos de importação recaiu principalmente nas manufaturas (— 10,4 bilhões de cruzeiros) e nas matérias-primas (— 2,4 bilhões de cruzeiros), ao passo que elevamos nosso dispêndio na aquisição de gêneros alimentícios (+735 milhões de cruzeiros).

O quadro seguinte exprime o comportamento das importações, em 1953, por trimestres, comparadas com as de 1952.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

IMPORTAÇÃO

1953

1.000 toneladas

Períodos	Animais vivos	Matérias-primas	Gêneros alimentícios	Manufaturas	Total	Variação sôbre igual período de 1952				
						Animais vivos	Matérias-primas	Gêneros alimentícios	Manufaturas	Total
1.º trimestre	2	1.929	453	189	2.573	—	— 132	+ 122	— 187	— 197
2.º trimestre	1	2.343	479	190	3.013	— 1	+ 116	+ 67	— 185	— 3
3.º trimestre	0	2.292	490	208	2.990	— 1	+ 238	+ 138	— 54	+ 321
4.º trimestre	3	2.463	518	232	3.216	— 2	+ 127	+ 131	+ 21	+ 277
Total do ano	6	9.027	1.940	819	11.792	— 4	+ 349	+ 458	— 405	+ 398
Percentagens	0,1 %	76,6 %	16,4 %	6,9 %	100,0 %	— 40,0 %	+ 4,0 %	+ 30,9 %	— 33,1 %	+ 3,5 %

Cr$ 1.000.000

Períodos	Animais vivos	Matérias-primas	Gêneros alimentícios	Manufaturas	Total	Variação sôbre igual período de 1952				
						Animais vivos	Matérias-primas	Gêneros alimentícios	Manufaturas	Total
1.º trimestre	15	1.598	1.213	2.400	5.226	— 14	— 1.639	+ 90	— 4.833	— 6.396
2.º trimestre	14	2.125	1.469	2.880	6.488	— 6	— 728	+ 124	— 3.722	— 4.332
3.º trimestre	8	2.031	1.333	2.854	6.226	— 14	— 333	+ 190	— 1.782	— 1.939
4.º trimestre	49	2.328	1.519	3.316	7.212	+ 9	+ 325	+ 331	— 25	+ 640
Total do ano	86	8.082	5.534	11.450	25.152	— 25	— 2.375	+ 735	— 10.362	— 12.027
Percentagens	0,4 %	32,1 %	22,0 %	45,5 %	100,0 %	— 22,5 %	— 22,7 %	+ 15,3 %	— 47,5 %	— 32,3 %

Fonte dos dados brutos: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

No grupo dos gêneros alimentícios, caíram, em 1953, as importações de bacalhau, farinha de trigo, leite em pó, frutas e seus produtos e bebidas, cuja tonelagem global se reduziu de 42,9 %. Aumentou de 46,1 %, entretanto, o volume das importações de aveia, trigo em grão, malte e demais gêneros alimentícios.

Em tonelagem, foram reforçadas de 24 % as importações de metais não ferrosos; de 19,8 % as de barrilha e soda cáustica; de 62,2 % as de adubos químicos; e, finalmente, de 21,5 % as de cimento.

Quanto às importações de máquinas e equipamentos, a redução de sua tonelagem foi generalizada a quase todos os itens, em 1953. Apresentaram aumento, tão-sòmente, as importações de geradores conjugados a máquinas a gás pobre ou a álcool (+ 10,9 %), acessórios e pertences para arados (+ 48,1 %), vagões e trens-unidades (+ 70,4 %), máquinas e equipamentos para mineração (+ 5 %), para indústrias de polpa de madeira, papel e papelão (+ 78,4 %), para beneficiamento de cereais e produtos agrícolas (+ 71 %), as de turbinas hidráulicas (+ 5 %) e, ainda, as de máquinas para a indústria do vidro e para a de artefatos de metal.

---

3 — Situação Cambial

a) Panorama

Os desequilíbrios resultantes do desenvolvimento econômico que se processou no Brasil, nestes últimos anos, em ritmo superior ao da capacidade de capitalização necessária para atendê-lo, se patentearam de modo intenso em nosso comércio com o exterior, com reflexos inevitáveis no balanço de pagamentos, aumentando-lhe a tendência deficitária.

Com efeito, a ampliação e o fortalecimento do mercado interno brasileiro, se, por um lado, propiciaram a elevação da renda nacional, de outro, fizeram crescer as exigências de importações vitais às atividades econômicas do País.

A paralisação quase total da corrente de suprimentos externos, motivada pela guerra, forçara a compressão violenta, durante aquêle período, da entrada de produtos imprescindíveis à nossa vida econômica, que tiveram, assim, de ser importados em grande escala, após a terminação do conflito.

A alta de preços no mercado internacional, ocorrida no interregno, as necessidades de reequipamento, cuja satisfação fôra diferida, e o desejo de melhorar a produtividade e ampliar a base das novas atividades surgidas àquela época, tornaram insuficientes as reservas que havíamos acumulado com exportações feitas a preços inalterados por fôrça de acôrdos.

Simultâneamente, a inflação interna foi conduzindo à alta constante dos custos de produção, de sorte que, um a

um, nossos produtos exportáveis foram perdendo base competitiva nos mercados externos.

Essas duas fôrças — uma fazendo crescer a propensão a importar, outra represando as exportações nacionais — atuaram cumulativamente no sentido de agravar o problema.

O movimento de rendas e capitais estrangeiros, que poderia aliviar nosso balanço de pagamentos, apresentou-se, contudo, deficitário, drenando fortemente a receita cambial do País. Realmente, de 1941 a 1952 consignou-se um líquido negativo de 16.510 milhões de cruzeiros.

Além dessas causas fundamentais, outras, de caráter transitório, vieram contribuir para reforçar a pressão exercida em nosso intercâmbio com o exterior.

A tensão internacional provocada pela guerra na Coréia e os receios de sua generalização levaram-nos a intensificar as importações julgadas essenciais, com o objetivo de evitar os mesmos males que já nos haviam afligido na última guerra mundial.

Igualmente a falta de entrega das quotas de trigo convencionadas no Acôrdo com a Argentina obrigou-nos a avultadas compras dêsse cereal em moedas arbitráveis, exatamente o setor em que mais agudo se fazia nosso desnível cambial.

A política de contenção das importações, instituída com o regime de licenças-prévias, embora tendo permitido a utilização qualitativa das disponibilidades em divisas, não se apresentou como providência suficiente para ensejar equilíbrio entre receita e despesa cambiais.

Urgia, pois, encontrar solução que atendesse a todos os ângulos do problema, inclusive o de facultar corretivo à taxa de câmbio vigente, cuja rigidez constituia elemento incentivador às importações e, ao mesmo tempo, de desestímulo às exportações.

b) A situação em 1953 — Medidas adotadas e seus resultados

Ao iniciar o ano de 1953, nosso balanço de pagamentos apresentava déficit de 12,3 bilhões de cruzeiros, dos quais 10,4 bilhões de cruzeiros correspondentes a "atrasados comerciais".

As reservas totais da Carteira de Câmbio, evidenciavam, por sua vez, uma baixa liquida de 891 milhões de cruzeiros, apesar do acréscimo de 1.407 milhões de cruzeiros-convênio, conforme se verifica pelos números a seguir:

BANCO DO BRASIL

CARTEIRA DE CÂMBIO

Reservas monetárias e reservas-ouro

Totais em fim de ano

Cr$ 1.000.000

ANOS	RESERVAS MONETÁRIAS (1)					RESERVAS-OURO	TOTAL DAS RESERVAS *(Ouro e divisas)*
	MOEDAS CONVERSÍVEIS	MOEDAS COMPENSADAS	MOEDAS BLOQUEADAS	CRUZEIROS-CONVÊNIO	TOTAL		
1951	— 559	120	204	279	44	6.403	6.447
1952	— 444	— 2.086	— 3	1.686	— 847	6.403	5.556

(1) Não inclui haveres pertencentes aos bancos e outras entidades particulares.

Ante a perspectiva de agravamento dessas condições, foi sancionada a Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953, criando o mercado de câmbio de taxas livres, com a dupla finalidade de proporcionar incentivo às exportações nacionais e de favorecer a entrada de capitais estrangeiros.

Os reflexos dessa medida, no que se refere ao mercado de taxas livres, podem ser avaliados pela circunstância de que, até setembro, apresentara êle saldo deficitário de 892 milhões de cruzeiros:

ESTATÍSTICA NACIONAL DAS OPERAÇÕES DE CAMBIO

MERCADO DE TAXA LIVRE

Cr$ 1.000.000

Janeiro/Setembro 1953 (*)

DISCRIMINAÇÃO	ATIVO *Recebimentos*	PASSIVO *Pagamentos*	SALDOS
1. TRANSAÇÕES CORRENTES			
Mercadorias	2.027	936	1.091
Viagens internacionais	120	918	— 798
Transportes	375	318	57
Seguros	5	20	— 15
Rendas de investimentos	65	2.485	— 2.420
Transações do Govêrno não incluídas em outros itens	77	7	70
Serviços diversos	1.706	1.462	244
Donativos	145	667	— 522
TOTAL	4.520	6.813	— 2.293
2. MOVIMENTO DE CAPITAIS			
Particulares	2.557	1.206	1.351
Oficiais e bancários	105	55	50
TOTAL	2.662	1.261	1.401

(*) As operações no mercado livre se iniciaram em 21-2-1953.

O resultado positivo de 2.863 milhões de cruzeiros, apurado no mercado de taxas livres em "mercadorias", "movimento de capitais" e outros pequenos itens, foi ultrapassado pelas saídas líquidas ocorridas nas demais verbas, das quais se destacam "rendas de investimentos" com 2.420 milhões de cruzeiros e "viagens internacionais" com 798 milhões de cruzeiros.

Cumpre salientar que só a evasão líquida de "rendas de investimentos" foi superior à receita global das exportações, no mesmo mercado.

Em outubro de 1953, verificado que a aplicação do novo diploma legal não lograra atender aos seus objetivos, o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito resolveu baixar a Instrução n.º 70, pela qual passaram a realizar-se à taxa oficial de câmbio tôdas as exportações e importações, ficando confinado o mercado de taxas livres às transações de caráter meramente financeiro.

Para estimular as exportações foram concedidas bonificações de Cr$ 5,00 e Cr$ 10,00, respectivamente para o café e demais produtos exportáveis.

Quanto às importações, ainda que incluídas, como vimos, no mercado oficial, ficaram sujeitas à obtenção prévia de promessas de venda de câmbio oferecidas à licitação em Bôlsa.

Inverteu-se, assim, o processo até então seguido, antepondo-se a aquisição de divisas à concessão da respectiva licença, visando a evitar a formação de novos atrasados comerciais.

Mediante seu escalonamento em 5 categorias, objetivou-se fazer com que as importações contribuíssem, na razão inversa de sua essencialidade econômica, para o suprimento de recursos em cruzeiros destinados a amparar as exportações em particular e a produção agrícola em geral, cujo ritmo de expansão não vinha acompanhando o manifestado em outras atividades.

Êsses, em síntese, os princípios que nortearam a reforma realizada.

Nos três primeiros meses de execução — outubro a dezembro — começaram a se fazer sentir os resultados do novo mecanismo de câmbio.

As exportações nacionais receberam impulso substancial, traduzido nos crescimentos de seu pêso e valor, respectivamente, de 333 mil toneladas e 5.564 milhões de cruzeiros, comparados com o último trimestre de 1952.

E mesmo sem considerar o café, para cuja elevação influiram outros fatores, aquêles acréscimos foram da ordem de 281 mil toneladas e 2.717 milhões de cruzeiros.

Todos os produtos exportáveis de maior significação em nossa pauta de comércio externo ampliaram, relativamente a 1952, sua contribuição para a receita cambial do País. O aumento global das exportações no ano findo, foi da ordem de 5.982 milhões de cruzeiros, sendo 2.483 milhões de cruzeiros provenientes do café e 3.499 milhões de cruzeiros dos demais itens.

Nesses últimos, cujo escoamento foi mais diretamente influenciado pelas novas diretrizes, a elevação verificada no

conjunto, sòmente no quarto trimestre do ano, foi de 2.717 milhões de cruzeiros, correspondentes a 77,7 % do total antes assinalado, de 3.499 milhões de cruzeiros.

Em face de tais resultados, tornou-se possível, inclusive, aliviar um pouco a compressão que vinha sendo feita nas importações, as quais, de outubro a dezembro, totalizaram 7,2 bilhões de cruzeiros, ou sejam, 600 milhões de cruzeiros a mais que em igual período de 1952, encerrando-se o exercício, ainda assim, com saldo positivo de 6,9 bilhões de cruzeiros na balança comercial.

Permitiram também aquêles resultados que, em complemento ao empréstimo obtido, fôssem resgatados, em parcela ponderável, atrasados comerciais, mediante utilização de recursos cambiais da receita do exercício.

c) Atrasados Comerciais

No último dia de 1952, os atrasados comerciais brasileiros somavam, em moedas conversíveis, 423 milhões de dólares e, em moedas inconversíveis, o equivalente a 3.503 milhões de cruzeiros.

Perante credores norte-americanos, nossos débitos atingiam a cifra de 369,5 milhões de dólares, ou sejam, 87,3% do total de moedas conversíveis.

Sob a pressão das necessidades do mercado interno, a situação dos atrasados tendeu a agravar-se, no primeiro semestre de 1953, tendo se elevado os em moedas conversíveis a 472,5 milhões de dólares em fim de maio.

Para fazer face a êsses compromissos, foi negociado um empréstimo de 300 milhões de dólares com o Export-Import Bank, o qual foi levantado entre maio e novembro.

Complementando essa operação, obrigava-se o Banco do Brasil a resgatar a parcela restante, utilizando seus próprios recursos.

Na primeira quinzena de dezembro, estavam completamente liquidadas nossas dívidas para com os exportadores americanos, restando apenas, em moedas conversíveis, um saldo de 30 milhões de dólares relativos a importações oriundas de outros países.

Cumpre ressaltar êsse auspicioso resultado, que representou um enorme esfôrço de nossa parte, principalmente tendo em vista a situação deficitária de nosso balanço internacional de pagamentos. Foi êle devido, sobretudo, ao forte crescimento da receita cambial nos últimos meses de 1953, quando foram traçados novos rumos à política de câmbio e de comércio exterior, e que permitiu o emprêgo, no segundo semestre, de cêrca de 135 milhões de dólares de nossas próprias disponibilidades na regularização daquelas contas.

Relativamente às moedas inconversíveis, houve, entre 31-12-52 e 31-12-53, uma redução de 240 milhões de cruzeiros nos atrasados comerciais, que passaram de 3.503 milhões para 3.263 milhões de cruzeiros, ficando totalmente liquidadas as posições em coroas suecas e dinamarquesas.

Com a Inglaterra firmamos acôrdo para pagamento dos atrasados em esterlinos e, para êsse efeito, levantamos 10 milhões de libras no Fundo Monetário Internacional.

Os compromissos em atraso para com a Alemanha e a Itália, já em parte resgatados, continuam sendo amortizados pelo processo de importarmos apenas 80 % e 70 %, respectivamente, do valor de nossas exportações para aquêles países.

Resumindo o movimento acima discriminado, as oscilações dos saldos de atrasados de fim de 1952, para fim de 1953, foram as seguintes:

ATRASADOS COMERCIAIS

Cr$ 1.000.000

MOEDAS	31-12-52	31-12-53	OSCILAÇÕES
Conversíveis	7.825	560	— 7.265
Inconversíveis	3.503	3.263	— 240
TOTAL	11.328	3.823	— 7.505

d) Capitais Estrangeiros

Com o advento da Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953, alterou-se o tratamento dispensado aos capitais estrangeiros e suas rendas, que passaram a gozar de inteira liberdade de entrada e saída, sem quaisquer limitações quantitativas ou de prazo de permanência.

Dentro das condições criadas, sua movimentação é feita — apenas com as exceções expressamente consignadas na lei — através do mercado de taxa livre.

Para os casos especiais acima ressaltados, que estão sujeitos ao prévio registro do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, foram concedidos favorecimentos, desde que se refiram a:

a) empréstimos, créditos ou financiamentos de indubitável interêsse para a economia nacional, obtidos no exterior;

b) remessas de rendimentos de investimentos de especial interêsse para a economia nacional, assim entendidos os que se destinarem:

I) — à execução de planos aprovados pelo Poder Público Federal, de aproveitamento econômico de regiões sob condições climáticas desfavoráveis ou áreas menos desenvolvidas;

II) — à instalação ou desenvolvimento de serviços de utilidade pública nos setores de energia, comunicações e transportes, desde que realizados dentro de tarifas baixadas pelo Poder Público.

A legislação decorrente da promulgação da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, mantendo o sistema acima caracterizado, ampliou o conceito de "investimento de

relevante interêsse para a economia brasileira" para nele abranger outros casos que assim sejam definidos em resolução aprovada pelo Presidente da República.

No que se refere exclusivamente a "capitais", o regime de ampla liberdade instituído apresentou, em 1953, resultados satisfatórios, pois o movimento de suas entradas e saídas se encerrou com saldo positivo de 945 milhões de cruzeiros.

Desdobrados os mercados, observa-se que a afluência de capitais ocorreu apenas no mercado livre, enquanto o mercado oficial acusava deficit, conforme se vê a seguir:

Mercado livre — entrada líquida	1.668	milhões de cruzeiros
Mercado oficial — saída líquida	723	» » »
Resultado — entrada líquida	945	» » »

Tais resultados foram, no entanto, ultrapassados pela evasão das rendas de investimentos que se achavam retidas, evasão essa que atingiu a soma líquida de 4.045 milhões de cruzeiros, na sua grande maioria efetuada pelo mercado livre.

No conjunto, pois, a cooperação do capital estrangeiro no Brasil, em 1953, foi negativa, onerando nosso balanço internacional de pagamentos em 3.100 milhões de cruzeiros, a saber:

MOVIMENTO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS E SUAS RENDAS

1 9 5 3

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	MERCADO OFICIAL			MERCADO LIVRE			TOTAL		
	ATIVO *Entradas*	PASSIVO *Saídas*	SALDOS	ATIVO *Entradas*	PASSIVO *Saídas*	SALDOS	ATIVO *Entradas*	PASSIVO *Saídas*	SALDOS
Capitais particulares	37	324	— 287	3.213	1.607	+ 1.606	3.250	1.931	+ 1.319
Capitais oficiais e bancários	6.762	7.198	— 436	127	65	+ 62	6.889	7.263	— 374
	6.799	7.522	— 723	3.340	1.672	+ 1.668	10.139	9.194	+ 945
Rendas de investimentos	140	937	— 797	75	3.323	— 3.248	215	4.260	— 4.045
RESULTADO GERAL	6.939	8.459	— 1.520	3.415	4.995	— 1.580	10.354	13.454	— 3.100

FONTE: Estatística Nacional das Operações de Câmbio.

Aliás, deve-se ressaltar que o retrospecto do movimento de capitais estrangeiros e rendas, nos doze anos do período 1941/1952, evidencia vultoso deficit de 16.510 milhões de cruzeiros, que tem contribuído fortemente para agravar nossos problemas financeiros internacionais:

PERÍODO 1941/1952

Cr$ 1.000.000

Donativos e Movimento de Capitais Privados	+ 1.739
Financiamentos Oficiais Especiais	— 3.672
Resultado do movimento de Capitais	— 1.933
Rendas de Investimentos	— 14.577
Resultado geral	— 16.510

FONTE: Superintendência da Moeda e do Crédito.

Como país em pleno desenvolvimento, o Brasil oferece, incontestàvelmente, condições bastante atrativas para os investimentos estrangeiros e, assim sendo, a legislação liberal que ora regula a matéria autoriza-nos a crer que, doravante, possamos receber a parcela de cooperação efetiva daqueles que desejam aqui aplicar seus haveres.

e) Disponibilidades e obrigações no exterior

A comparação dos saldos em fim de ano das disponibilidades e obrigações do Banco do Brasil, no exterior, indica ter havido de 1952 para 1953, melhoria de sua posição global, da ordem de 870 milhões de cruzeiros, a saber:

BANCO DO BRASIL

CARTEIRA DE CAMBIO

DISPONIBILIDADES E OBRIGAÇÕES NO EXTERIOR

Cr$ 1.000.000

Moedas	31-12-1952			31-12-1953			Melhoria (+) ou agravamento (—) em 1953
	Disponibilidades	Obrigações	Líquido das disponibilidades (+) ou obrigações (—)	Disponibilidades	Obrigações	Líquido das disponibilidades (+) ou obrigações (—)	
Conversíveis	0	444	— 444	8.602	8.903	— 301	+ 143
Compensadas	627	2.713	— 2.086	3.289	2.833	+ 456	+ 2.542
Bloqueadas	25	28	— 3	0	0	0	+ 3
Cruzeiros-Convênio	2.332	646	+ 1.686	896	1.028	— 132	— 1.818
Total	2.984	3.831	— 847	12.787	12.764	+ 23	+ 870

Fonte: Superintendência da Moeda e do Crédito.

Entre tôdas as moedas, apenas o "cruzeiro-convênio" evoluiu negativamente, passando da posição credora líquida de 1.686 milhões de cruzeiros, em 31-12-1952, para um débito de 132 milhões de cruzeiros, em 31-12-1953. Tal fato é explicado, em grande parte, pelo reinício das compras de trigo em grão da Argentina, que haviam sido suspensas temporàriamente.

4 — Política de Crédito

a) Panorama

Em virtude de constituir a maior organização bancária do País e, sobretudo, por ser o executor de diretrizes oficiais, inclusive no campo das finanças e do crédito, o Banco do Brasil retrata, até certo ponto, nos números relativos a suas operações, a situação econômico-financeira nacional em dado momento.

Êsse aspecto se torna tanto mais significativo, se considerarmos que sua função específica de distribuir o crédito está intimamente vinculada à orientação e à intensidade do desenvolvimento de outros setores, quais sejam, finanças públicas, comércio exterior, câmbio e investimentos.

As modificações de política em qualquer dessas partes repercutem diretamente no volume e composição dos recursos e aplicações do Banco, devendo, pois, sua análise se fazer tendo em vista os efeitos recíprocos que exercem as diversas peças componentes do conjunto.

No ano de 1951 e, parcialmente, no de 1952, o regime de maior liberalidade que presidiu nossas relações de troca internacionais teve como conseqüência imediata a formação de atrasados comerciais em larga escala, devidos, principalmente, ao crescimento desproporcional de nossas importações.

Por outro lado, o mesmo fenômeno atuou em sentido positivo, contribuindo, com as altas receitas proporcionadas pela movimentação intensificada dos negócios, para que o Govêrno pudesse equilibrar seus orçamentos e encerrar os respectivos exercícios com saldos credores.

No Banco do Brasil, manifestou-se êle ainda através da elevação dos depósitos oficiais, especialmente daqueles ligados a câmbio, e da redução simultânea dos empréstimos de igual natureza, facultando-lhe, assim, vultosos recursos líquidos que puderem ser empregados na assistência à produção e ao comércio.

Os saldos de balanço, nos fins daqueles dois períodos — desprezadas as variações decorrentes da encampação autorizada pela Lei n.º 1.419, de 28-8-51 — acusam um acréscimo dos recursos encaminhados pelo Tesouro Nacional e demais entidades públicas, quer através de depósitos, quer pela diminuição dos financiamentos, da ordem de 13.313 milhões de cruzeiros. E, se daí deduzirmos a parcela aplicada na compra de produtos em dificuldades, ainda assim restará um líquido de 8.416 milhões de cruzeiros. Acres-

centando-se as disponibilidades supridas pelo sistema bancário, principalmente em recolhimentos à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito, aquêle saldo se elevará a 10.596 milhões de cruzeiros, que representa o quadro completo dos resultados, em recursos, das atribuições oficiais do Banco do Brasil.

Em 1953, a situação acima espelhada se inverteu por completo e o Banco se viu na contingência de aplicar verbas vultosas no desempenho de suas funções de caráter público, ao mesmo tempo que diminuiam os recursos provindos dessas fontes .

Para essa mudança radical — atenuada pela execução do sistema cambial vigente a partir da Instrução n.º 70, da Superintendência da Moeda e do Crédito — contribuíram os seguintes fatores:

a) as novas diretrizes adotadas para o intercâmbio comercial com o exterior;

b) a utilização de recursos próprios para a liquidação de atrasados comerciais;

c) o atendimento das necessidades financeiras inadiáveis das administrações federal, estaduais e municipais;

d) o auxílio financeiro prestado a alguns bancos em dificuldades.

Ante o grave desequilíbrio verificado em nosso balanço de pagamentos, deram início as autoridades a uma política que melhor se ajustasse às circunstâncias e condições presentes, visando a incrementar nossas exportações e, paralelamente, a restringir o ritmo crescente de nossas compras externas. No que diz respeito à economia interna do Banco, tais medidas tiveram como conseqüência imediata o desnível verificado em sua Caixa, de vez que parcela substancial das compras de cambiais foi utilizada no resgate de atrasados comerciais. E, como o valor, em moeda nacional, daqueles atrasados, já havia sido prèviamente recolhido ao Banco e se achava aplicado no movimento geral, não houve a contrapartida de entrada de cruzeiros na ocasião das vendas das divisas a êles referentes.

De outra parte, as situações resultantes de deficits orçamentários e da execução de obras públicas, federais, estaduais e municipais, tiveram de ser atendidas.

E, finalmente, a assistência prestada por relevantes razões, a alguns estabelecimentos bancários — diretamente pelo Banco do Brasil ou por conta da Caixa de Mobilização Bancária — contribuiu para agravar o desnível entre aplicações e recursos.

A evolução dos saldos de empréstimos e depósitos, distribuídos por grandes grupos, no ano de 1953, foi a seguinte:

BANCO DO BRASIL
EMPRÉSTIMOS NO PAÍS
Saldos em fim de ano
Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	31-12-52	31-12-53	OSCILAÇÕES
Tesouro Nacional			
Operações de câmbio	5.595	6.482	+ 887
Outras operações	4.249	12.107	+ 7.858
	9.844	18.589	+ 8.745
Demais Entidades Públicas	6.855	8.552	+ 1.697
	16.699	27.141	+ 10.442
Bancos	4.123	7.308	+ 3.185
	20.822	34.449	+ 13.627
Produção e Comércio	34.366	40.397	+ 6.031
TOTAL	55.188	74.846	+ 19.658

BANCO DO BRASIL
DEPÓSITOS NO PAÍS
Saldos em fim de ano
Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	31-12-52	31-12-53	OSCILAÇÕES
Tesouro Nacional			
Operações de câmbio	13.326	10.784	— 2.542
Outras operações	6.011	5.023	— 988
	19.337	15.807	— 3.530
Demais Entidades Públicas	12.280	(*) 17.803	+ 5.523
	31.617	33.610	+ 1.993
Bancos	9.701	10.856	+ 1.155
	41.318	44.466	+ 3.148
Público	9.635	10.682	+ 1.047
TOTAL	50.953	55.148	+ 4.195

(*) Excluídos 2 bilhões de cruzeiros, correspondentes ao empréstimo levantado pelo Banco na Caixa de Mobilização Bancária.

Como se verifica pelos números acima, houve uma saída de dinheiro, ocasionada pelas oscilações dos empréstimos e

depósitos, no total de 15.463 milhões de cruzeiros, dos quais 10.479 milhões correspondem aos setores oficiais, a saber:

BANCO DO BRASIL

Oscilações de empréstimos e depósitos

Cr$ 1.000.000

Entidades	Reflexos na Caixa do Banco — Entrada (+) Saída (—)
Tesouro Nacional	
Operações de câmbio	— 3.429
Outras operações	— 8.846
	— 12.275
Demais entidades públicas	+ 3.826
	— 8.449
Bancos	— 2.030
	— 10.479
Público	— 4.984
Total	— 15.463

Êsse forte impacto foi, no entanto, bastante atenuado pela venda de parte dos estoques de produtos adquiridos no ano anterior e pela execução do sistema cambial vigente, que proporcionou, no exercício, recursos para o Banco, resultante da diferença entre os ágios recebidos dos importadores e as bonificações pagas aos exportadores. A conta de "Compra e Venda de Produtos Exportáveis", na qual são contabilizadas tais operações, teve o seu saldo devedor reduzido de 4.309 milhões de cruzeiros, vindo de 4.897 milhões de cruzeiros, em 31.12.52, para 588 milhões de cruzeiros, em 31.12.53.

Assim, os desníveis entre aplicações e recursos antes indicados passaram a cifrar-se:

nas atribuições oficiais	6.170	milhões de cruzeiros		
nas transações diretas com o público	4.984	»	»	»
TOTAL	11.154	»	»	»

A disparidade assinalada entre os crescimentos respectivos das aplicações e dos depósitos forçou o Banco a recorrer em maior escala à Carteira de Redescontos, ali ampliando suas responsabilidades em 3.026 milhões de cruzeiros. Segundo a natureza dos papéis levados a redesconto, as variações ocorridas nos saldos do fim de 1953, relativamente aos de 31.12.52, foram:

BANCO DO BRASIL

RESPONSABILIDADES NA CARTEIRA DE REDESCONTOS

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	31-12-52	31-12-53	VARIAÇÕES
Contratos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial	4.821	5.815	+ 994
Títulos comerciais	1.426	3.501	+ 2.075
Idem — Dec. 29.536, de 7-5-51	896	853	— 43
TOTAL	7.143	10.169	+ 3.026

Objetivando, ainda, mobilizar parte de seu ativo congelado por fôrça das disposições legais que concederam moratória e reajustamento aos pecuaristas, e que atingia em 31 de dezembro último a cifra de 2.126 milhões de cruzeiros, o Banco levantou na Caixa de Mobilização Bancária, mediante garantia daqueles créditos, a soma de 2 bilhões de cruzeiros.

Dessa forma, com os fundos adicionais supridos por aquelas duas entidades oficiais, num total de 5.026 milhões de cruzeiros, e mais os que lhe advêm como decorrência de outros serviços que executa, o Banco conseguiu equilibrar seu orçamento de aplicações e recursos.

b) Entidades Públicas e Bancos

As transações com o Tesouro Nacional, que abrangem diversos tipos, destacando-se as relativas a compra e venda de câmbio por sua ordem e conta e as pertinentes à execução orçamentária, apresentaram as seguintes oscilações:

EMPRÉSTIMOS
SALDOS EM FIM DE ANO
Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	31-12-52	31-12-53	VARIAÇÕES
TESOURO NACIONAL			
Operações de câmbio	5.595	6.482	+ 887
Outras operações	4.249	12.107	+ 7.858
TOTAIS	9.844	18.589	+ 8.745

DEPÓSITOS
SALDOS EM FIM DE ANO
Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	31-12-52	31-12-53	VARIAÇÕES
TESOURO NACIONAL			
Operações de câmbio	13.326	10.784	— 2.542
Outras operações	6.011	5.023	— 988
TOTAIS	19.337	15.807	— 3.530

Em 31.12.53, o Tesouro Nacional era credor nas contas relativas às operações de câmbio de 4.302 milhões de cruzeiros e devedor nas demais de 7.084 milhões de cruzeiros, disso resultando uma posição líquida devedora de 2.782 milhões de cruzeiros.

Entre as contas de câmbio, cabe destacar os "Depósitos Obrigatórios do Decreto n.º 24.038, de 26.3.34, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito", representativos dos recolhimentos efetuados pelos importadores para pagamento de suas compras no exterior, cujo saldo montava a 4.066 milhões de cruzeiros, em 31.12.53, com uma diferença para menos de 3.606 milhões de cruzeiros relativamente ao fim do ano anterior.

E, entre as contas referentes a outras operações, constituem as mais expressivas as de

— Receita e Despesa da União, exercício de 1953, que se encerrou com um saldo devedor de 5.143 milhões de cruzeiros; e

— adiantamentos à Comissão de Financiamento da Produção, para as operações decorrentes da execução da Lei n.º 1.506, que apresentava, em 31.12.53, o débito de 2.274 milhões de cruzeiros.

A propósito dos vultosos adiantamentos que, de ordinário, são feitos ao Tesouro Nacional como antecipação de receita e que, indiretamente, ensejam elevação do meio circulante, cumpre salientar que, em fim de agôsto passado, foi firmado contrato para execução de nova modalidade de assistência a

ser prestada pelo Banco, contrato êsse prorrogado para o exercício corrente.

Segundo a fórmula adotada, o Tesouro sacará letras de câmbio a 120 e a 180 dias contra o Banco, as quais, aceitas por êste, serão colocadas junto ao público.

O objetivo da medida é o de evitar as emissões para a Carteira de Redescontos, para isso utilizando o crédito interno para o atendimento das necessidades momentâneas do erário federal.

Em virtude de circunstâncias diversas, tal processo não chegou pràticamente a ser empregado durante o ano findo, sendo de esperar que, em 1954, sua aplicação produza os resultados que se têm em mira.

No conjunto das demais entidades públicas, as variações foram:

EMPRÉSTIMOS

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

ENTIDADES	31-12-52	31-12-53	VARIAÇÕES
Governos Estaduais e Municipais.....	3.969	5.370	+ 1.401
Autarquias	2.789	3.035	+ 246
Outras Entidades Públicas	97	147	+ 50
TOTAL	6.855	8.552	+ 1.697

DEPÓSITOS

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

ENTIDADES	31-12-52	31-12-53	VARIAÇÕES
Governos Estaduais e Municipais.....	260	324	+ 64
Autarquias	11.356	15.543(*)	+ 4.187
Outras Entidades Públicas	664	1.936	+ 1.272
TOTAL	12.280	17.803	+ 5.523

(*) Excluídos 2 bilhões de cruzeiros, correspondentes ao empréstimo levantado pelo Banco do Brasil na Caixa de Mobilização Bancária.

Enquanto as autarquias e outras instituições se apresentavam, pelos saldos do fim do ano, como supridoras de recursos, num total de 5.163 milhões de cruzeiros — inclusive 2 bilhões de cruzeiros depositados pela Caixa de Mobilização Bancária para atender ao financiamento de suas próprias operações — as administrações estaduais e municipais retiravam cêrca de 1.337 milhões de cruzeiros.

Assoberbados por seus problemas de desequilíbrio orçamentário, motivado não só pelas despesas correntes como pelos gastos em obras públicas, os Governos de diversos Estados e Municípios se viram na contingência de apelar para o crédito do Banco. Aliás, o fenômeno se vem repetindo nesses últimos anos numa proporção crescente, conforme se observa pelos números a seguir:

EMPRÉSTIMOS A ESTADOS E MUNICÍPIOS

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

ANOS	VALOR	ÍNDICES
1948	1.320	100
1949	1.589	120
1950	1.854	140
1951	3.131	237
1952	3.969	301
1953	5.370	407

A êsse respeito, é de assinalar que a procura de crédito bancário para cobrir deficits orçamentários constitui uma fôrça impulsionadora do processo inflacionário em que nos debatemos. Mais adequado seria, conforme expusemos anteriormente, sanear e fortalecer o mercado de títulos, a fim de que nele fôsse o Poder Público encontrar os recursos imprescindíveis à execução de suas obras e investimentos.

A adoção de medidas nesse sentido trará incontestáveis benefícios, pondo ordem à atual situação financeira e diminuindo a pressão expansionista que, através dêsses setores, é exercida sôbre o crédito e, indiretamente, sôbre o meio circulante.

Aliás, deve-se consignar que, para atender as necessidades financeiras inadiáveis dessas administrações, já se vem apelando para o mercado de títulos, através do processo de emissão de letras de câmbio, com a coobrigação do Banco. Assim, no ano transato, firmamos contratos com alguns Estados, em

condições análogas às mantidas com o Tesouro Nacional e a que antes tivemos oportunidade de nos reportar.

Cumpre ressaltar, no entanto, que êsse sistema é aceitável apenas como fase transitória para o lançamento de títulos públicos, pois não pode comportar tôdas as vantagens, inclusive de prazo, que êstes últimos oferecem.

O saldo dos empréstimos concedidos a estabelecimentos bancários, diretamente pelo Banco do Brasil e por conta da Caixa de Mobilização Bancária, se elevou, no ano de 1953, de 3.185 milhões de cruzeiros, como segue:

EMPRÉSTIMOS A BANCOS

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	31.12.52	31.12.53	VARIAÇÕES
Por conta própria	616	2.300	+ 1.684
Por conta da Caixa de Mobilização Bancária	3.507	5.008	+ 1.501
	4.123	7.308	+ 3.185

Dificuldades de ordem financeira atravessadas por alguns bancos, inclusive por baixa de depósitos, constituiram as causas principais dessa sensível elevação.

c) **Público: produção, comércio e particulares**

Embora, como ficou exposto anteriormente, o Banco tenha redobrado seus esforços para poder atender às exigências de suas funções oficiais, ainda assim não descurou da assistência permanente que presta às fontes de produção e ao comércio:

EMPRÉSTIMOS AO PÚBLICO

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

CARTEIRAS	1952		1953	
	VALOR	%	VALOR	%
Crédito Geral	20.783	60	23.877	59
Crédito Agrícola e Industrial	12.985	38	16.154	40
Exportação e Importação	598	2	366	1
TOTAIS	34.366	100	40.397	100

O ritmo da expansão que vinha sendo imprimido a êsses financiamentos teve, no entanto, de ser atenuado. Primeiro, porque, em face da limitação de recursos, o seu volume tende a variar em sentido inverso ao das aplicações nos setores oficiais, como sejam, operações de câmbio, adiantamentos ao Tesouro Nacional, etc. Segundo, porque a evolução das pressões inflacionárias aconselhava maior moderação nesse particular.

Convém acentuar aqui que a contenção dos empréstimos ao público, isto é, àquelas atividades que produzem e

fazem circular as riquezas, não pode ser levada a efeito de modo drástico, brusco, sob pena de causar maiores males que o próprio fenômeno que se pretende combater. O objetivo deve ser o de conter as fôrças inflacionárias, opondo-lhes freio que, paulatina e moderadamente, permita o restabelecimento do equilíbrio.

E essa foi a orientação seguida, conforme evidenciam as oscilações ocorridas no total dos empréstimos ao público, comparadas nos dois últimos anos.

EMPRÉSTIMOS AO PÚBLICO

OSCILAÇÕES EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

CARTEIRAS	1952		1953	
	VALOR	% SÔBRE O SALDO DO ANO ANTERIOR	VALOR	% SÔBRE O SALDO DO ANO ANTERIOR
Crédito Geral	+ 5.690	+ 38	+ 3.094	+ 15
Crédito Agrícola e Industrial	+ 3.775	+ 41	+ 3.160	+ 24
Exportação e Importação	+ 165	+ 38	— 232	— 39
TOTAIS	+ 9.630	+ 39	+ 6.031	+ 18

O crescimento dos depósitos do "público" não tem acompanhado o ritmo que se verifica no dos empréstimos respectivos. Os saldos dêsses recursos acusaram as seguintes flutuações no triênio 1951/1953:

DEPÓSITOS DO PÚBLICO

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

ANOS	SALDOS	VARIAÇÕES	
		VALOR	% SÔBRE O SALDO DO ANO ANTERIOR
1950	6.706	—	—
1951	7.554	+ 848	12,6
1952	9.635	+ 2.081	27,5
1953	10.682	+ 1.047	10,9

No ano findo, como mostram os números acima, houve mesmo uma queda no índice percentual de crescimento.

d) Compra e Venda de Produtos Exportáveis

Em 1952, em face de circunstâncias já amplamente analisadas no Relatório daquele ano, teve o Banco do Brasil de adquirir grande parte do algodão e da lã produzidos no País.

Tais compras, efetuadas com o objetivo único de defender a posição daqueles setores da economia nacional, atingiram a 743.337 milhares de toneladas de algodão em caroço e 12,6 milhares de toneladas de lã, nas quais foram empregados, inclusive o montante das despesas respectivas, cêrca de 5.086 milhões de cruzeiros e 440 milhões de cruzeiros, respectivamente.

Iniciadas ainda em 1952, as vendas dos estoques mencionados ficaram pràticamente concluídas no fim do ano passa-

do, o que constitui resultado bastante satisfatório, considerando o vulto das operações, a complexidade de sua natureza e os problemas a elas inerentes.

A contabilização do valor dos estoques remanescentes e dos gastos até então efetuados acusava, em 31.12.53, um saldo devedor de 3.004 milhões de cruzeiros.

ALGODÃO

Do beneficiamento do algodão adquirido, deduzida a parcela de 6.633 toneladas vendidas em carôço, resultaram 1.338.512 fardos, com 249,8 milhares de toneladas de pluma, e 20.949 fardos de resíduos (piolho, carimã, piolho batido e pó de canal) e pluma desclassificada (inferior a 9, aparas, algodão carimado, côr vermelha, fermentado, varredura, etc.), pesando 3,7 milhares de toneladas.

Para escoamento do produto, após acurado exame de várias soluções, adotou-se fórmula votada pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República, e criou-se, subordinada ao referido Conselho, a "Comissão de Assuntos do Algodão", composta de representantes do Ministério da Fazenda, da Superintendência da Moeda e do Crédito e do Banco do Brasil.

Até 31.12.53, as vendas de pluma montavam a 167.198 toneladas, no valor bruto de 2.144 milhões de cruzeiros, das quais 5.230 toneladas realizadas em 1952 e 161.968, em 1953. As dos sub-produtos, resíduos e de parte do algodão em carôço somavam, na mesma data, 457 milhões de cruzeiros.

O algodão em pluma foi colocado, na sua maior parte, no exterior, conforme mostram os números a seguir:

ALGODÃO EM PLUMA VENDIDO

DESTINO	TONELADAS	% SÔBRE O TOTAL
Mercado interno	25.615	15,3
Mercado externo	141.583	84,7
TOTAL	167.198	100,0

Segundo os países importadores ou a moeda de liquidação da venda, o total exportado se distribuiu:

PAÍSES	TONELADAS	% S/O TOTAL
Alemanha	20.044	14,2
Bélgica	4.740	3,3
Espanha	1.201	0,8
França	8.148	5,8
Inglaterra (e outros países da área da libra)	55.928	39,5
Itália	9.930	7,0
Japão	15.117	10,7
Portugal	2.355	1,7
Suécia	2.276	1,6
Outros	3.418	2,4
Diversos (vendas efetuadas em dólares)..	18.426	13,0
TOTAL	141.583	100,0

No último dia de 1953, o estoque de pluma em poder do Banco estava reduzido a 82.651 toneladas, cujo escoamento terminou nos primeiros meses do ano em curso.

LÃ

A venda dêsse produto, efetuada em cooperação com uma comissão especial de que faziam parte representantes da FECOLAN (Federação das Cooperativas de Lãs do Rio Grande do Sul Ltda.) e tradicionais firmas exportadoras sul-riograndenses, alcançou, em 31.12.53, 12.178 toneladas, no valor de 471 milhões de cruzeiros.

Foram colocadas no mercado interno 5.487 toneladas e, no exterior, 6.691 toneladas, sendo estas últimas assim distribuídas:

PAÍSES	TONELADAS	% SÔBRE O TOTAL
Alemanha	300	4,4
Inglaterra	258	3,9
Itália	113	1,7
Japão	5.480	81,9
Diversos (vendas efetuadas em dólares)	540	8,1
TOTAL	6.691	100,0

Deduzidas as quebras de pêso inevitáveis, o remanescente armazenado era, em 31.12.53, de aproximadamente 257,5 toneladas, para as quais já existiam, à época, compradores no mercado interno.

OUTRAS ATIVIDADES

Através do setor competente, o Banco do Brasil prestou ainda sua colaboração à "Comissão de Assuntos do Algodão e Outros Produtos" — cujas atribuições haviam sido ampliadas — na venda de diversos produtos adquiridos, em consonância com os preceitos da Lei n.º 1.506, de 19-12-51, pela Comissão de Financiamento da Produção, do Ministério da Fazenda.

ÁGIOS E BONIFICAÇÕES

De acôrdo com as disposições constantes dos itens XII e XIII da Instrução 70, baixada pela Superintendência da Moeda e do Crédito, as importâncias relativas aos ágios recolhidos pelos importadores, para efeito de aquisição de promessas de câmbio, bem como as das bonificações concedidas aos exportadores, são levadas à conta "Compra e Venda de Produtos Exportáveis", no Banco do Brasil.

Os totais contabilizados dessas verbas ascendiam, até 31 de dezembro último, a 3.987 milhões de cruzeiros e 1.961 milhões de cruzeiros, respectivamente, resultando daí um saldo credor de 2.026 milhões de cruzeiros.

5 — Moeda e Crédito

a) Meio circulante

Ao encerrar-se o ano de 1953, o total do meio circulante atingia 47.004 milhões de cruzeiros, com uma diferença para mais, relativamente a 1952, de 7.722 milhões de cruzeiros, ou sejam, 19,6 %:

MEIO CIRCULANTE

VALORES EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

PÔSTO EM CIRCULAÇÃO ATRAVÉS DE	1952	1953	VARIAÇÃO
Tesouro Nacional	28.137	28.109	— 28
Carteira de Redescontos	9.965	13.715	+ 3.750
Caixa de Mobilização Bancária	1.178	5.178	+ 4.000
Caixa de Estabilização	2	2	—
TOTAL	39.282	47.004	+ 7.722

FONTE: Caixa de Amortização — Ministério da Fazenda.

Como se vê, essa elevação se processou por intermédio da Carteira de Redescontos e da Caixa de Mobilização Bancária, órgãos que têm por finalidade prestar assistência financeira ao sistema bancário do País.

As operações da Carteira de Redescontos, para o financiamento das quais foi requisitado papel-moeda, sofreram, no exercício, as seguintes flutuações:

CARTEIRA DE REDESCONTOS

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	1952	1953	VARIAÇÃO
Responsabilidades do Banco do Brasil	7.143	10.169	+ 3.026
Responsabilidades dos outros Bancos	4.050	4.215	+ 165
TOTAL	11.193	14.384	+ 3.191
Emissões do Tesouro Nacional para a Carteira	9.965	13.715	+ 3.750

Os números acima revelam um acréscimo nas emissões superior em 559 milhões de cruzeiros ao verificado nos redescontos. Cumpre notar que essa diferença foi, no entanto, ultrapassada pela baixa de 808 milhões de cruzeiros relativa à liquidação do Fundo de Reserva Especial da Carteira, conta em que vinham sendo retidas, desde 1947, as participações legais do Tesouro Nacional e do Banco nos resultados das transações da aludida Carteira, liberadas no ano transato.

Entre fins de 1948 e novembro de 1953, os saldos dos empréstimos a bancos, efetuados pela Caixa de Mobilização

Bancária, subiram de 2.809 milhões de cruzeiros. Não obstante, durante o período mencionado, permaneceu inalterado em 1.178 milhões de cruzeiros o valor das emissões feitas para aquêle órgão. A parte excedente foi, nos têrmos do contrato entre as duas entidades, financiada pelo Banco do Brasil, quer com recursos específicos para isso destinados — recolhimentos dos estabelecimentos bancários de acôrdo com o art. 3.º do Decreto n.º 21.499, de 9 de junho de 1932 — quer com os demais recursos de seu movimento geral.

Em 1953, todavia, por fôrça das circunstâncias apreciadas em outro capítulo, o Banco, além de ampliar seus débitos junto à Carteira de Redescontos, viu-se na contingência de apelar, também, para a Caixa, a fim de poder mobilizar parcela ponderável de seu ativo, representada por débitos de pecuaristas em moratória. E, assim, em dezembro último, alí levantou um empréstimo de dois bilhões de cruzeiros.

Por sua vez, a Caixa, para atender ao financiamento de parte de suas operações, depositou no Banco mais dois bilhões de cruzeiros.

Nos fatos apontados, encontra-se a origem da emissão de quatro bilhões, para ela feita no ano findo.

b) Meios de Pagamento

Acompanhando a evolução do papel-moeda, os meios de pagamento se elevaram em 1953, passando de 110.168 mi-

lhões de cruzeiros, em 31-12-52, para 129.262 milhões de cruzeiros, em 31-12-53.

Os acréscimos verificados foram de 16.367 e 19.094 milhões de cruzeiros, respectivamente, em 1952 e 1953. Embora maior em valor absoluto, o crescimento percentual em 1953 — 17,3 % — ficou abaixo do de 1952 — 17,4 %.

No período 1949/1953, o ritmo ascencional dos meios de pagamento se expressou:

MEIOS DE PAGAMENTO

TOTAIS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

ANOS	MOEDA EM PODER DO PÚBLICO	MOEDA ESCRITURAL	TOTAL	ÍNDICES
1949	19.361	40.483	59.844	100
1950	25.141	53.442	78.583	131
1951	28.461	63.340	93.801	157
1952	31.535	78.633	110.168	184
1953	37.870	91.392	129.262	216

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Vale acentuar que a elevação relativa, em 1953 — quer durante o ano todo, quer no 2.º semestre — foi a menor verificada no último triênio, conforme atestam os índices a seguir:

MEIOS DE PAGAMENTO

VARIAÇÕES PERCENTUAIS NOS PERÍODOS

PERÍODOS	1951	1952	1953
2.º semestre	+ 10,7	+ 12,9	+ 7,5
Ano	+ 19,4	+ 17,4	+ 17,3

O aumento de 7.722 milhões de cruzeiros, ocorrido na moeda em circulação, estava, em 31 de dezembro passado, distribuído: pelo sistema bancário, 1.387 milhões de cruzeiros (18 %) e em poder do público, 6.335 milhões de cruzeiros (82 %).

O quadro a seguir mostra a distribuição do meio circulante nos fins dos cinco últimos exercícios:

MOEDA EM CIRCULAÇÃO

VALORES EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

ANOS	ENCAIXE NOS BANCOS		MOEDA EM PODER DO PÚBLICO	
	VALOR	% SÔBRE O TOTAL DO MEIO CIRCULANTE	VALOR	% SÔBRE O TOTAL DO MEIO CIRCULANTE
1949	4.684	19,5	19.361	80,5
1950	6.064	19,4	25.141	80,6
1951	6.858	19,4	28.461	80,6
1952	7.747	19,7	31.635	80,3
1953	9.134	19.4	37.870	80,6

c) Movimento bancário

Os empréstimos e depósitos de todo o sistema bancário do País apresentaram, em 1953, as seguintes variações:

EMPRÉSTIMOS

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	31-12-52	31-12-53	VARIAÇÃO	
			VALOR	%
Do Banco do Brasil	55.189	74.845	+ 19.656	35,6
Dos demais bancos	71.068	84.442	+ 13.374	18,8
TOTAL	126.257	159.287	+ 33.030	26,2

DEPÓSITOS

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	31-12-52	31-12-53	VARIAÇÃO	
			VALOR	%
No Banco do Brasil	50.952	55.148 (1)	+ 4.196	8,2
Nos demais bancos	77.209	88.950	+ 11.741	15,2
TOTAL	128.161	144.098	+ 15.937	12,4

(1) Excluídos dois bilhões de cruzeiros, correspondentes ao empréstimo levantado pelo Banco do Brasil, na Caixa de Mobilização Bancária.

Classificados por grandes grupos, os saldos e variações acima se distribuiram:

EMPRÉSTIMOS

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	31.12.52	31.12.53	VARIAÇÃO	
			VALOR	%
A Entidades Públicas (1)	16.699	27.140	+ 10.441	62,5
A Bancos (1)	4.123	7.308	+ 3.185	77,2
Ao Público (Produção, Comércio e Particulares) (2)	105.435	124.839	+ 19.404	18,4
TOTAL	126.257	159.287	+ 33.030	26,2

DEPÓSITOS

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	31.12.52	31.12.53	VARIAÇÃO	
			VALOR	%
De Entidades Públicas (1)	31.617	33.610(3)	+ 1.993	6,3
De Bancos (1)	9.700	10.856	+ 1.156	11,9
Do Público (2)	86.844	99.632	+ 12.788	14,7
TOTAL	128.161	144.098	+ 15.937	12,4

(1) Banco do Brasil.

(2) Todos os Bancos.

(3) Excluídos dois bilhões de cruzeiros, correspondentes ao empréstimo levantado pelo Banco do Brasil, na Caixa de Mobilização Bancaria.

A ampliação da rêde bancária, durante o ano, foi de 320 unidades, conforme demonstra o quadro adiante:

RÊDE BANCÁRIA DO BRASIL

Discriminação	1952	1953	Variações
Sedes			
Bancos nacionais	243	247	+ 4
Casas bancárias	161	157	— 4
Sociedades de crédito, financiamento, investimento e de crédito real	24	28	+ 4
Totais	428	432	+ 4
Filiais			
Banco do Brasil	314	339	+ 25
Bancos nacionais	2.296	2.536	+ 240
Bancos estrangeiros ..	42	44	+ 2
Casas bancárias	22	22	—
Escritórios e correspondentes especiais ..	548	565	+ 17
Sociedades de crédito, financiamento, investimento e de crédito real	6	6	—
Totais	3.228	3.512	+ 284
Cooperativas	382	414	+ 32
Total geral	4.038	4.353	+ 320

Fontes: Superintendência da Moeda e do Crédito.
Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

6 — Finanças Públicas

O orçamento votado para o ano de 1953 estimava a receita federal em 34,3 bilhões de cruzeiros e orçava a despesa em 34 bilhões de cruzeiros, indicando, assim, a perspectiva de saldo da ordem de 0,3 bilhões de cruzeiros.

A própria Mensagem Presidencial dirigida ao Congresso naquele ano manifestava, no entanto, apreensão de que, em face dos encargos não inscritos na lei de meios, viesse o exercício a encerrar-se com deficit de cinco bilhões de cruzeiros, para cuja redução, aduzia, já haviam sido tomadas providências.

Realmente, a execução orçamentária apresentou, no ano, deficit de 2,8 bilhões de cruzeiros, a saber:

Receita realizada	37.057	milhões de cruzeiros
Despesa efetuada (orçamentária, créditos abertos e outras)	39.925	» » »
DEFICIT	2.868	» » »

As variações ocorridas, relativamente a 1952, foram as seguintes:

ORÇAMENTO FEDERAL
Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	1952	1953	VARIAÇÃO	
			Valor	%
RENDA ORDINÁRIA				
Tributárias	24.805	27.627	+ 2.822	11
Patrimoniais	330	1.350	+ 1.020	309
Industriais	1.087	1.345	+ 258	24
Diversas	2.991	3.406	+ 415	14
	29.213	33.728	+ 4.515	15
RENDA EXTRAORDINÁRIA	1.526	3.329	+ 1.803	118
TOTAL DA RECEITA	30.739	37.057	+ 6.318	21
TOTAL DA DESPESA	28.461	39.925	+ 11.464	40

FONTE: Mensagem Presidencial — 1954.

As rendas tributárias, principal fonte de receita, cresceram em todos os itens que a compõem, exceto no referente ao impôsto de importações, que baixou por fôrça das diretrizes adotadas, no ano, para nosso intercâmbio com o exterior:

RENDAS TRIBUTARIAS DA UNIAO

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	1952	1953	VARIAÇÃO	
			VALOR	%
Impôsto de importação	2.589	1.385	— 1.204	— 46
Impôsto de consumo	9.124	10.774	+ 1.650	+ 18
Impôsto de renda	9.994	11.639	+ 1.645	+ 16
Impôsto do sêlo	3.092	3.822	+ 730	+ 24
Territórios	6	7	+ 1	+ 17
TOTAL	24.805	27.627	+ 2.822	+ 11

FONTE: Mensagem Presidencial — 1954.

De acôrdo com elementos preliminares indicados em Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, o deficit global na execução dos orçamentos federal, estaduais e municipais foi superior a oito bilhões de cruzeiros, em 1953.

A evolução da Dívida Externa Consolidada da União, Estados e Municípios expressou-se pelos números abaixo:

DIVIDA EXTERNA CONSOLIDADA

SALDOS EM CIRCULAÇÃO

Em milhões de unidades monetárias

ENTIDADES	LIBRAS		DÓLARES		FRANCOS-PAPEL		FRANCOS-OURO		FLORINS	
	1952	1953	1952	1953	1952	1953	1952	1953	1952	1953
União	22.3	19.0	76.7	70.6	34.0	33.0	22.0	20.4	—	—
Estados	15.6	14.2	47.2	43.4	68.8	67.6	—	—	6.0	6.0
Municípios	2.5	2.4	7.5	6.8	4.3	4.3	—	—	—	—
TOTAIS.....	40.4	35.6 (a)	131.4	120.8 (b)	107.1	104.0	22.0	20.4	6.0	6.0

(a) Exclusive £ 1.479.906, cuja liquidação está sendo processada nos têrmos do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, sendo £ 248.726 de Unidades Federadas e £ 1.231.180 de Municípios.

(b) Exclusive US$ 203.500,00. cuja liquidação está sendo processada nos têrmos do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943.

FONTE: Conselho Técnico de Economia e Finanças — Ministério da Fazenda.

A Dívida Interna Fundada da União, por sua vez, manteve-se estacionária:

DIVIDA INTERNA FUNDADA

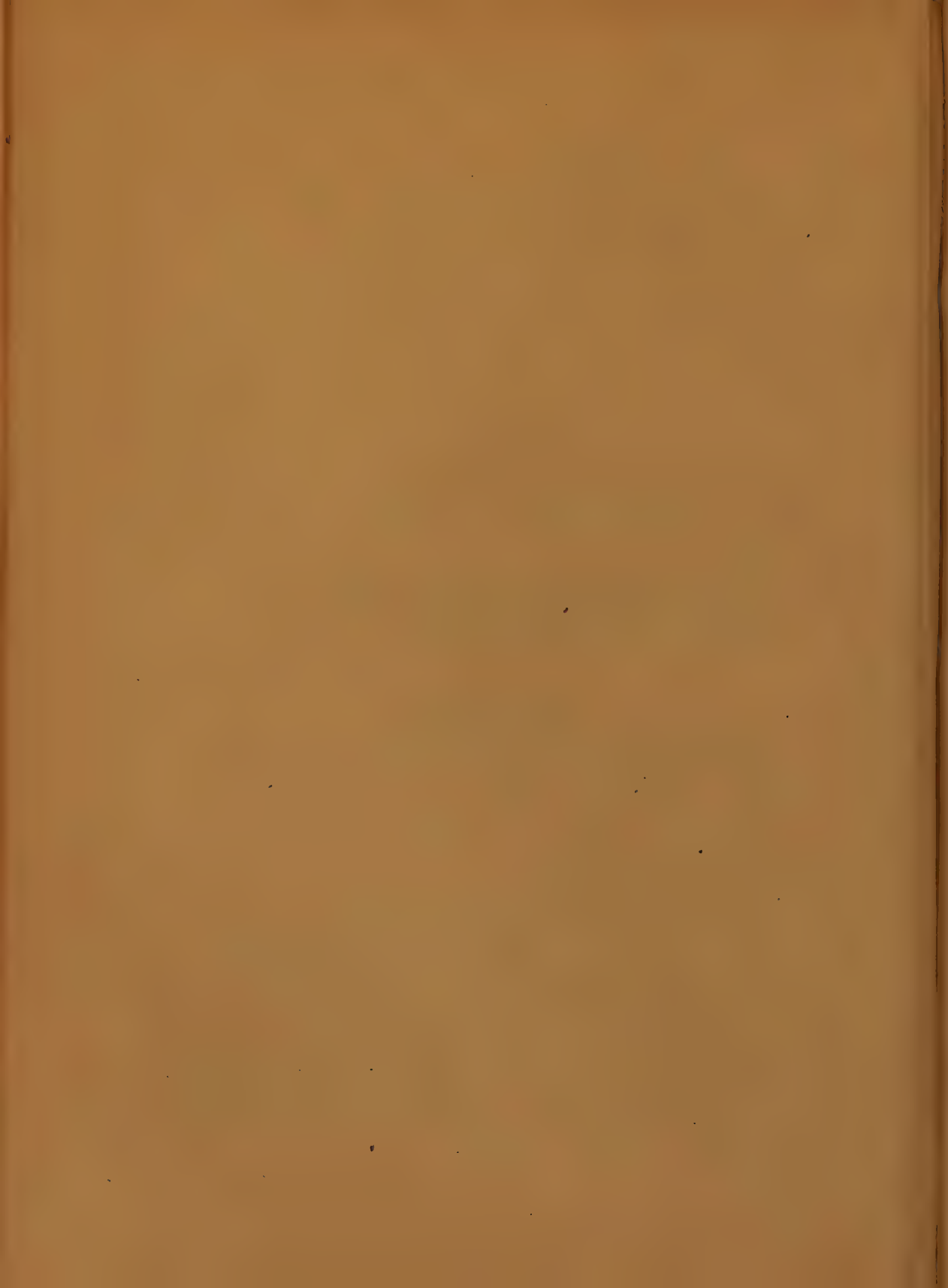
SALDOS EM CIRCULAÇÃO

Em milhões de cruzeiros

CATEGORIA	1952	1953
Apólices	4.909	4.909
Obrigações	5.541	5.542
TOTAL..............................	10.450	10.451

FONTE: Mensagem Presidencial — 1954.

A propósito, cabe consignar que, em fins do ano passado, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso projeto de lei objetivando a unificação e consolidação de tôdas as dívidas internas federal, estaduais e municipais, sob a responsabilidade do Govêrno da União.

II — AS ATIVIDADES DO BANCO NO ANO DE 1953

II — AS ATIVIDADES DO BANCO DO BRASIL NO ANO DE 1953

1 — Carteira de Crédito Geral

Para efeito de administração, a Carteira de Crédito Geral é dividida em três zonas, as quais, de acôrdo com a última reestruturação aprovada em 1953, abrangem:

1.ª Zona — Distrito Federal,
Estados da Bahia, Espírito Santo
e Rio de Janeiro;
Agências no Exterior.

2.ª Zona — Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

3.ª Zona — Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais e Goiás;
Territórios Federais.

No âmbito da Carteira estão compreendidas operações realizadas com o Tesouro Nacional (exclusive as de câmbio), administrações estaduais e municipais, outras entidades oficiais, bancos e público em geral.

A evolução dos saldos de suas transações, segundo êsses grandes grupos, foi no ano passado:

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

EMPRÉSTIMOS

Saldos em fim de ano

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	31-12-52	31-12-53	OSCILAÇÕES	
			VALOR	% SÔBRE O TOTAL
Tesouro Nacional (Exclusive operações de câmbio) ...	4.249	12.107	+ 7.858	49,4
Governos Estaduais e Municipais	3.969	5.370	+ 1.401	8,8
Demais Entidades Públicas.	2.886	3.182	+ 296	1,9
Bancos (Inclusive p/ conta da Caixa de Mobilização Bancária)	4.123	7.308	+ 3.185	20,0
Público	20.783	23.877	+ 3.094	19,4
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS NO PAÍS	36.010	51.844	+ 15.834	99,5
Das agências no Exterior .	158	231	+ 73	0,5
TOTAL GERAL	36.168	52.075	+ 15.907	100,0

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

DEPÓSITOS

Saldos em fim de ano

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	31-12-52	31-12-53	OSCILAÇÕES	
			VALOR	% SÔBRE O TOTAL
Tesouro Nacional (Exclusive operações de câmbio) ...	6.011	5.023	— 988	— 14,8
Governos Estaduais e Municipais	260	324	+ 64	1,0
Demais Entidades Públicas.	12.020	17.479 (1)	+ 5.459	82,0
Bancos	9.701	10.856	+ 1.155	17,3
Público (2)	7.243	8.081	+ 838	12,6
TOTAL DE DEPÓSITOS NO PAÍS	35.235	41.763	+ 6.528	98,1
Nas agências no Exterior ..	246	376	+ 130	1,9
TOTAL GERAL	35.481	42.139	+ 6.658	100,0

(1) Excluídos dois bilhões de cruzeiros, correspondentes ao empréstimo levantado pelo Banco na Caixa de Mobilização Bancária.

(2) Excluídos os depósitos do Decreto-lei 3.077, de 26-2-41.

As contas devedoras do Tesouro Nacional apresentaram a maior oscilação, com um aumento de 7.858 milhões de cruzeiros, equivalente a 185 % do total em 31.12.52. No mesmo período, sofreram seus depósitos baixa de 988 milhões de cruzeiros. No conjunto, a posição do Tesouro, no fim do ano passado, era devedora de 7.084 milhões de cruzeiros.

Estão incluídos no montante dos débitos acima: o relativo à conta de Receita e Despesa do exercício, que se encerrou com descoberto de 5.143 milhões de cruzeiros; os adiantamentos efetuados a Ministérios (aquisição de tratores e de

aviões-a-jato), à Comissão de Financiamento da Produção (compra de produtos — Lei n.º 1.506, de 19.12.51), à Estrada de Ferro Central do Brasil (financiamento da Lei n.º 1.163, de 22.7.50), ao Conselho de Imigração e Colonização, à Comissão Federal de Abastecimento e Preços e os destinados a outras operações.

Às administrações estaduais e municipais foram abertos, no exercício, créditos no total de 5.820,7 milhões de cruzeiros, sendo 5.489,9 milhões aos Estados e 330,8 milhões aos Municípios, a saber:

— Estado de São Paulo — diversos no total de 4.759 milhões de cruzeiros — destinados a resgate de bônus rotativos, unificação de créditos vencidos e outros fins;

— Estado da Bahia — 370 milhões de cruzeiros — unificação de dívidas;

— Estado de Minas Gerais — 200,9 milhões de cruzeiros — antecipação de receita e composição de dívidas;

— Estado do Rio de Janeiro — 100 milhões de cruzeiros — obras de saneamento, construção e pavimentação de estradas;

— Estado do Espírito Santo — 60 milhões de cruzeiros — plano de valorização econômica do Estado;

— Município de São Paulo — 300 milhões de cruzeiros — serviços de melhoramentos urbanos;

— Município de Belo Horizonte — 15 milhões de cruzeiros — antecipação de receita;

— Município de Pôrto Alegre — 10 milhões de cruzeiros — antecipação de receita;

— Município de Itabuna — 4,8 milhões de cruzeiros — ampliação dos serviços de energia elétrica; e

— Município de S. Lourenço do Sul — um milhão de cruzeiros — obras de canalização de água.

Tiveram, também, deferidos empréstimos em 1953 as seguintes autarquias e instituições de natureza oficial:

—Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina — para regularizar sua situação financeira;

— Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará (SNAPP) — complementação de recursos destinados à compra de navios na Holanda;

— Fundação Brasil Central — adiantamentos sôbre dotação orçamentária;

— Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná — financiamento de serviços rodoviários;

— Instituto do Açúcar e do Álcool — para financiar o escoamento da produção açucareira da safra de 53/54;

— Instituto de Cacau da Bahia — para regularizar sua situação financeira;

— Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro — aquisição de equipamentos mecânicos e financiamento de construção e pavimentação de estradas.

Através da Carteira de Crédito Geral são efetuados os empréstimos a bancos, quer por conta e ordem da Caixa de Mobilização Bancária, quer por conta própria.

No fim do ano passado, os saldos dêsses financiamentos totalizavam 7.308 milhões de cruzeiros:

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

EMPRÉSTIMOS A BANCOS

Saldos em fim de ano

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	1952	1953	OSCILAÇÕES
Por conta da Caixa de Mobilização Bancária.	3.507	5.008	+ 1.501
Por conta própria	616	2.300	+ 1.684
TOTAL	4.123	7.308	+ 3.185

A fim de complementar os recursos aplicados, por fôrça de contrato, no atendimento das operações autorizadas pela Caixa de Mobilização Bancária, e que já atingiam vultosa cifra, aquela entidade recolheu, nos têrmos da legislação que a regula, dois bilhões de cruzeiros ao Banco do Brasil, os quais se acham englobados nos depósitos sob a rubrica "Demais Entidades Públicas".

No que se refere ao setor pròpriamente comercial da Carteira, cuja função precípua é prestar assistência financeira à circulação da riqueza produzida pelas atividades rurais e industriais, os saldos de empréstimos no País se ele-

vavam, em 31 de dezembro último, a 23.877 milhões de cruzeiros, com uma diferença para mais, relativamente a igual data em 1952, de 3.094 milhões de cruzeiros, ou sejam, 14,9 %.

Aos principais produtos oriundos da lavoura, alguns dos quais constituem o grande volume do nosso comércio de exportação, dedicou-se cuidado especial.

Assim, a base de financiamento por saca de café tipo Santos foi aumentada em outubro de 1953 de Cr$ 1.000,00 para Cr$ 1.200,00 e, em dezembro, para Cr$ 1.500,00, sofrendo os demais tipos os ágios e deságios correntes. Permitiu-se, ainda, que as operações da espécie fôssem realizadas sem qualquer limitação.

Para o algodão em pluma foi fixado o adiantamento de 80 % sôbre as cotações em vigor, mediante abertura de créditos fixos ou em conta-corrente, desconto de títulos ou de "warrants", sendo as garantias representadas por penhor mercantil, caução de conhecimentos de embarque ou de conhecimentos de depósitos unidos aos respectivos "warrants". Tais aplicações foram consideradas extra-limite das agências, até o máximo de 50 % de suas respectivas dotações.

O escoamento da safra de açúcar foi financiado, inclusive, através do Instituto do Açúcar e do Álcool, ao qual foram deferidos diversos créditos.

Todos os demais produtos tiveram, também, a assistência da Carteira, sendo de destacar o arroz em casca, babaçu, cêra de carnaúba, lã, mamona, pasta mecânica e trigo, para cujo financiamento foram expedidas instruções especiais.

No último dia do ano passado, os saldos de empréstimos efetuados pela Carteira estavam distribuídos:

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

EMPRÉSTIMOS AO PÚBLICO (1)

Saldos em 31-12-53

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	% SÔBRE O TOTAL
Ao Comércio	10.763	45,1
À Indústria	10.299	43,1
À Lavoura	1.028	4,3
À Pecuária	801	3,4
Outros (2)	986	4,1
TOTAL	23.877	100,0

(1) Exclusive empréstimos das agências no exterior.

(2) Inclusive empréstimos em moratória e efetuados nos têrmos da Portaria n. 440, de 8-8-51, do Ministério da Fazenda.

Dada a natureza das atribuições da Carteira, é natural que ao comércio e à indústria caibam os maiores quantitativos, pois a lavoura e a pecuária são atendidas especìficamente pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Relativamente à indústria, é de esclarecer que os empréstimos realizados por intermédio da Carteira de Crédito Geral se destinam, de modo geral, a fornecer-lhe fundos suplementares para suas necessidades de capital de movimento.

Segundo as regiões geo-econômicas do País, os empréstimos ao público realizados pela Carteira de Crédito Geral,

bem como as oscilações neles ocorridas durante o ano findo, se achavam distribuídos na proporção abaixo:

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

EMPRÉSTIMOS AO PÚBLICO (1)

Saldos em fim de ano

Cr$ 1.000.000

REGIÕES	1952		1953		OSCILAÇÕES EM 1953	
	VALOR	% SÔBRE O TOTAL	VALOR	% SÔBRE O TOTAL	VALOR	% SÔBRE O SALDO EM 1952
NORTE .... (Amazonas, Pará e Territórios)	254	1,2	324	1,4	+ 70	27,6
NORDESTE .... (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas)	2.394	11,5	2.774	11,6	+ 380	15,9
LESTE .... (Sergipe, Bahia, M. Gerais, Esp. Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal)	8.690	41,8	9.716	40,7	+ 1.026	11,8
SUL .... (S. Paulo, Paraná, Sta. Catarina e R. G. do Sul)	9.185	44,2	10.626	44,5	+ 1.441	15,7
CENTRO-OESTE .... (Goiás e Mato Grosso)	260	1,3	437	1,8	+ 177	68,1
TOTAL	20.783	100,0	23.877	100,0	+ 3.094	14,9

(1) Exclusive empréstimos das agências no exterior.

Conforme se verifica pelos números acima, as regiões Leste e Sul, em que a concentração de atividades econômicas é mais intensa, absorveram cêrca de 85 % dos empréstimos. Não obstante, os aumentos percentuais em 1953 indicam uma melhoria de posição no tocante às zonas menos desenvolvidas — Norte, Nordeste e Centro-Oeste — cujos índices de crescimento, 27,6 %, 15,9 % e 68,1 %, respectivamente, foram superiores aos das demais.

Já tivemos o ensejo de focalizar, em capítulo anterior, que, de modo geral, os depósitos do público não têm evoluido nas mesmas proporções que os empréstimos de igual natureza. Tal fenômeno, que se vem reproduzindo há algum tempo, torna-se patente na comparação entre os totais gerais daquelas verbas em fim de 1953:

Empréstimos ao público	40.397	milhões de cruzeiros
Depósitos do público	10.682	» » »
Diferença	29.715	» » »

Particularizando o caso da Carteira de Crédito Geral, o desnível entre empréstimos e depósitos do público, no País, era, em 31.12.53, da ordem de 15.796 milhões de cruzeiros, coberto pelos recursos provenientes de setores oficiais, pelo redesconto de títulos e por outras disponibilidades do próprio Banco.

Sem considerar os depósitos recolhidos por fôrça de disposições legais e, portanto, computando apenas os voluntários, que representam de fato as poupanças do público encaminhadas ao Banco, o crescimento em 1953 foi de 813 milhões de cruzeiros, sendo:

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
DEPÓSITOS VOLUNTÁRIOS DO PÚBLICO NO PAÍS
Saldos em fim de ano
Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	1952	1953	OSCILAÇÕES
A vista e a curto prazo	6.426	7.255	+ 829
A prazo	593	577	— 16
TOTAL	7.019	7.832	+ 813

O quadro adiante mostra a distribuição geográfica dos depósitos do público, excluídos os que constituem recursos específicos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial:

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
DEPÓSITOS DO PÚBLICO (1)
Saldos em fim de ano
Cr$ 1.000.000

REGIÕES	1952		1953		OSCILAÇÕES EM 1953	
	VALOR	% SÔBRE O TOTAL	VALOR	% SÔBRE O TOTAL	VALOR	% SÔBRE O SALDO EM 1952
NORTE	165	2,3	245	3,0	+ 80	+ 48,5
NORDESTE	533	7,3	758	9,4	+ 225	+ 42,2
LESTE	4.033	55,7	4.656	57,6	+ 623	+ 15,4
SUL	2.340	32,3	2.230	27,6	— 110	— 4,7
CENTRO-OESTE	172	2,4	192	2,4	+ 20	+ 11,6
TOTAL	7.243	100,0	8.081	100,0	+ 838	+ 11,6

(1) Excluídos os depósitos nas agências no exterior e os efetuados por fôrça do Decreto-lei 3.077, de 26-2-41.

Evidenciou-se maior índice de crescimento nas regiões Norte e Nordeste, enquanto na zona Sul ocorria uma baixa de 110 milhões de cruzeiros. No conjunto, o aumento dêsses depósitos atingiu 838 milhões de cruzeiros, para uma elevação de 3.094 milhões de cruzeiros no total dos empréstimos.

2 — Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

a) Recursos e Aplicações

No exercício de 1953, a Carteira concedeu 59.219 financiamentos, no valor de Cr$ 12.343.264.000,00.

As aplicações gerais elevavam-se, em 31.12.53, a Cr$ 16.436.138.456,20; dêsses, Cr$ 14.224.428.018,10 representavam-se por saldos devedores de operações em curso normal, Cr$ 1.904.457.499,50 de operações em regime de moratória e Cr$ 307.252.938,60 de créditos em liquidação.

Do total de inversões, apenas Cr$ 2.678.573.699,90 corresponderam aos recursos específicos conferidos por Lei. Para obtenção do restante, ou sejam, Cr$ 13.757.564.756,30, viu-se a Carteira compelida a recorrer ainda ao redesconto de contratos (Cr$ 5.814.873.291,50) e às disponibilidades gerais do Banco (Cr$ 7.942.691.464,80).

O quadro adiante evidencia a distribuição das aplicações e origens dos recursos:

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Recursos e Aplicações

Balanço em 31 de Dezembro de 1953

Recursos

Recursos	Cr$
Recursos Específicos da Carteira:	
(Decreto-Lei n. 3.077, de 26-2-1941)	
Depósitos Judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias	1.817.752.220,00
Depósitos Judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais	38.091.064,60
Depósitos de emprêsas concessionárias de serviços públicos	250.242.854,70
Depósitos Obrigatórios a prazo fixo (Institutos)	495.146.060,60
	2.601.232.199,90
Bônus em circulação	77.341.500,00
	2.678.573.699,90
Recursos de outras origens:	
Da Carteira de Redescontos	5.814.873.291,50
Das Disponibilidades gerais do Banco	7.942.691.464,80
	16.436.138.456,20

Aplicações

Aplicações		Cr$
Empréstimos rurais em curso normal	7.573.657.569,30	
Empréstimos rurais em moratória	1.893.457.206,70	9.467.114.776,00
Empréstimos industriais em curso normal	6.212.037.044,10	
Empréstimos industriais em moratória	11.000.292,80	6.223.037.336,90
Empréstimos a Cooperativas		272.862.456,40
Empréstimos sôbre produtos agrícolas decorrentes de contratos com o Govêrno Federal (Gêneros de produção nacional Lei n. 1.506, de 19-12-1951)		24.490.184,00
Empréstimos Fundiários		11.863.916,40
Empréstimos para Investimentos		129.516.847,90
		16.128.885.517,60
Créditos em Liquidação		307.252.938,60
		16.436.138.456,20

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedores em 31-12-1953.

Não foram mencionados os "Empréstimos em Letras Hipotecárias", que, conforme seu próprio nome indica, não são realizados em espécie.

Por aí se vê que, em 31.12.53, os recursos específicos por lei destinados ao financiamento das operações de crédito especializado somavam parcela correspondente a apenas 16,3 % das aplicações da Carteira, excluídos os empréstimos em letras hipotecárias.

Cumpre notar que o crescimento manifestado, nesses recursos, relativamente ao último dia de 1952 — 208 milhões de cruzeiros — não correspondeu ao acréscimo verificado nas aplicações — 3.203 milhões de cruzeiros — em conseqüência do que o índice percentual daqueles recursos, que era de 18,7 %, baixou para 16,3 %. Daí os maiores apelos ao redesconto — mais 994 milhões de cruzeiros — e às disponibilidades gerais do Banco — mais 2.001 milhões.

Nesse particular, há esclarecer que, em fins do ano transato, o Banco levantou dois bilhões de cruzeiros na Caixa de Mobilização Bancária, mediante garantia dos débitos de pecuaristas em moratória, conseguindo, assim, descongelar vultosa parcela das aplicações da Carteira.

b) Crédito Agrícola

O balanço das atividades da Carteira no setor agrícola, durante o ano de 1953, revela uma elevação de aplicações da ordem de 641 milhões de cruzeiros (mais 10,2 %), em confronto com o ano anterior.

Êsse acréscimo relativamente pequeno tem explicação em causas pregressas. As prolongadas sêcas que, em 1951 e 1952, exauriram quase por completo a região nordeste, e depois as estiagens que castigaram os Estados sulinos, nota-

damente São Paulo, provocaram natural contração das áreas de plantio de determinados produtos agrícolas, aos quais a Carteira emprestava assistência, daí advindo certa diminuição das atividades financiadas.

Como conseqüência, o valor médio dos contratos agrícolas que, em 1952, era da ordem de Cr$ 165.000,00, reduziu-se, no ano passado, a Cr$ 143.000,00 (Cr$ 6.927.480.000,00 de aplicações para 48.346 contratos).

A diminuição mais acentuada se manifestou relativamente às lavouras algodoeira e canavieira, nesta, aliás, em conseqüência da crise de superprodução que a indústria do açúcar atravessa. No que se refere à cotonicultura, os problemas que atingiram a safra de 1951/1952 induziram os produtores a explicável retração.

Em junho, violenta enchente no rio Amazonas e em alguns de seus principais afluentes ocasionava elevados prejuízos à agricultura e à pecuária locais.

Tôdas as providências ao alcance da Carteira foram tomadas com a presteza que a situação exigia.

Nos primeiros dias de julho de 1953, a geada que assolou vasta extensão de São Paulo, Paraná e outros Estados, provocou estragos de vulto na lavoura cafeeira.

Pelas observações feitas *in loco*, pode-se estimar os prejuízos ocasionados nas plantações:

no Estado de São Paulo, cêrca de 10 % na região Norte-Centro-Sul, 19 % no Sudoeste e Noroeste e 45 % na zona da Sorocabana;

no Norte do Estado do Paraná, o índice foi superior

— 70 % — sendo que 27,3 % voltarão pròvàvelmente a produzir em condições regulares em 1955/1956, enquanto que 42,7 % só deverão proporcionar safras normais em 1957.

Êsses foram os problemas a que, a par de suas atividades correntes, teve a Carteira de dedicar atenção.

Em seguida, far-se-á uma análise da assistência prestada aos principais produtos de nossa lavoura.

AGAVE

Tendo em vista que ainda não eram conhecidos os resultados dos estudos promovidos pela Comissão de Financiamento da Produção a respeito da situação do agave, a Carteira manteve orientação anteriormente adotada, segundo a qual sòmente concedeu financiamentos para custeio dos trabalhos normais de entressafra.

Daí terem sido efetuadas, no período sob exame, apenas 8 operações, no montante de Cr$ 509.000,00, contra 40 no valor de Cr$ 5.921.000,00, do ano anterior.

Quanto às operações previstas na Lei n.º 1.506, de 19.12.51, a situação não sofreu modificação, pois a última safra para a qual foram fixados preços mínimos foi a de 1952/1953 (Decreto n.º 31.534, de 3.10.1952).

ALGODÃO HERBÁCEO

Diminuiu em valor, pelas razões já expostas, o vulto dos financiamentos à lavoura algodoeira, os quais somaram, em

1953, Cr$ 590.580.000,00, quando em 1952 se haviam elevado a Cr$ 819.598.000,00. O número de operações, no entanto, aumentou de 10.222, em 1952, para 10.513, no exercício em análise.

Continuaram em vigor as bases de financiamento dantes estipuladas.

Com referência às operações especiais de que trata a Lei n.º 1.506, de 19.12.1951, a situação do algodão da Região Setentrional do País permaneceu a mesma, ficando assegurada apenas à safra de 1952/1953 a garantia de preços mínimos estabelecida no Decreto n.º 31.157.

Quanto ao algodão da zona meridional do País, foi êle amparado pelo Decreto n.º 31.871, de 3-12-1952, tendo sido, após a lavratura do contrato com o Govêrno, transmitidas as competentes instruções a nossas Agências.

ARROZ

Em 1953 foram firmados 6.423 contratos, no total de Cr$ 877.675.000,00, para custeio da lavoura de arroz, havendo sido êste produto que, percentualmente, maior aumento apresentou em relação aos índices do ano anterior (3.812 contratos, no valor de Cr$ 504.517.000,00).

Nossas filiais localizadas no Estado do Rio Grande do Sul foram autorizadas a, quando necessário, em face das despesas orçadas, considerar elevado, para o máximo de Cr$ 100,00, o preço vigorante no período agrícola anterior, para a saca de 50 quilos de arroz em casca, diligenciando

evitar, entretanto, a concessão de financiamentos a lavouras de baixo rendimento.

Por outro lado, para efeito de apuração dos rendimentos líquidos anuais das explorações agrícolas, nos casos de propostas de empréstimos para construção de açudes destinados à irrigação de lavouras de arroz no Rio Grande do Sul, uma vez esteja tal construção sob a responsabilidade de técnicos de reconhecida idoneidade, admitir-se-á no cômputo das safras o aumento proveniente da irrigação projetada — respeitadas as bases normais de produção de culturas irrigadas — a partir do ano agrícola em que as lavouras puderem contar com o conveniente suprimento de água.

CACAU

Elevaram-se em número e valor os financiamentos deferidos pela Carteira, em 1953, a êsse setor da agricultura nacional. Foram firmados 638 contratos, no montante de Cr$ 61.079.000,00, contra 497, no total de Cr$ 38.311.000,00, em 1952.

Ante o resultado do inquérito a que se procedeu, foi autorizada pela Carteira a majoração da base de concessão dos financiamentos agrícolas, de Cr$ 45,00 para Cr$ 50,00 por arrôba, dêsde que tal importância não ultrapasse 60 % do preço do produto na região. Tal majoração, entretanto, só deverá ser concedida quando real e comprovadamente indispensável à boa condução dos trabalhos a serem custeados.

Se a cotação do cacau se tornar inferior a Cr$ 84,00 por arrôba, aquêle adiantamento máximo cingir-se-á tão-

sòmente a 60 % do valor da produção apenhada, tendo-se em vista o disposto no art. 21.º do Regulamento da Carteira.

CAFÉ

Em conseqüência da geada verificada nos Estados de São Paulo e Paraná, em julho do ano próximo passado, foi apresentado ao Congresso o projeto n.º 3.330/53, que se transformou na Lei n.º 2.095, de 16-11-1953, a qual dispõe sôbre o financiamento especial às lavouras de café atingidas pelo referido fenômeno climático.

Para a execução dêsse diploma legal, foi elaborada e submetida ao Ministério da Fazenda a minuta do contrato que deverá ser celebrado entre o Govêrno e o Banco.

Por outro lado, enquanto não se convertia em Lei o aludido projeto n.º 3.330/53, o Instituto Brasileiro do Café, visando a proporcionar auxílio financeiro imediato aos cafeicultores prejudicados, colocou à disposição da Carteira a importância de Cr$ 100.000.000,00 para ser aplicada nos moldes do nosso Regulamento.

Com êsse objetivo, foi elaborada minuta do contrato que se deverá celebrar com aquêle órgão, a qual já foi encaminhada à apreciação do Instituto.

A despeito dos fatores desfavoráveis acima mencionados, cresceram em número e valor os financiamentos concedidos, em 1953, à lavoura cafeeira. Foi da ordem de Cr$ 2.589.903.000,00 o auxílio financeiro da Carteira a êsse setor da economia nacional, distribuído através de 9.676 contratos.

CANA DE AÇÚCAR

Achando-se a indústria açucareira em fase de superprodução, foram alteradas, provisòriamente, as normas que regiam os financiamentos à lavoura canavieira.

Assim, ficou determinado que nenhuma proposta de financiamento, para custeio de novos canaviais (aumento de área cultivada), deveria ter acolhimento, de vez que a ampliação da área de cultivo importaria, conseqüentemente, em aumento de produção.

Outrossim, ficou suspenso, até ulterior deliberação, o atendimento de novos créditos destinados a ampliações e melhoramentos em usinas de açúcar.

Essas instruções são extensivas até mesmo às usinas que não venham atingindo o seu limite oficial de produção.

Tais medidas explicam o decréscimo verificado no montante dos financiamentos concedidos a essa atividade agrícola, em 1953, os quais apresentaram os seguintes números: 1.263 operações, no valor de Cr$ 1.139.832.000,00.

CÊRA DE CARNAÚBA

Foram mantidas, para a safra de 1953/1954, as mesmas bases que vigoraram para o período agrícola anterior, e que eram as seguintes: adiantamentos de 40 % sôbre o valor da produção estimada, ao preço corrente na região, limitado, entretanto, o nosso auxílio, ao máximo de Cr$ 200,00 por arrôba. As agências dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará,

Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia foram transmitidas as devidas instruções.

Relativamente às operações especiais, decorrentes da Lei n.º 1.506, de 19-12-1951, cumpre assinalar que, de acôrdo com o Decreto n.º 31.487, de 19-9-1952, e aditivo de 13-10-1952, firmado com o Govêrno Federal, foram estendidas à cêra de carnaúba, da safra de 1952/1953, as operações de aquisição e financiamento de que trata o Decreto n.º 30.899, de 23-5-1952, observadas as mesmas condições e bases estabelecidas nêste último.

JUTA E FIBRAS SIMILARES

De acôrdo com o Decreto n.º 32.601, de 18-4-1953, e contrato de 18-5-1953, firmado com o Govêrno Federal, foram estendidas à juta e fibras similares da Bacia Amazônica, da safra 1952/1953, as operações previstas no Decreto n.º 30.958, de 9-6-1952, tendo sido as Agências de Manáus, Óbidos, Santarém, Belém, Bragança, Itacoatiara e Parintins instruídas a propósito da realização de tais financiamentos.

TRIGO

A fim de propiciar condições mais favoráveis ao incentivo à triticultura nacional, determinou-se às Agências do Estado do Rio Grande do Sul dispensar tratamento especial a proponentes de empréstimos para formação de lavouras de trigo.

E' lícito julgar terá sido êsse um dos fatores que contribuiram para o sensível crescimento verificado no número e no valor dos financiamentos concedidos em 1953 (2.234 contratos, somando Cr$ 159.754.000,00) os quais, em confronto com o ano anterior, apresentam uma percentagem de aumento de 57 % e 50 %, respectivamente.

AÇUDAGEM

De acôrdo com recente deliberação, foram alteradas as instruções regulamentares relativas aos financiamentos para construção de açudes e obras auxiliares no Nordeste do País.

Assim, além de outras providências tendentes a facilitar e tornar mais rápido o processamento dos pedidos, foi elevado o limite de alçada das agências, para operações da espécie.

Deliberou-se, igualmente, elevar em definitivo, de 40 % para 50 %, o limite dos adiantamentos, estabelecendo-se, ainda, bases mais amplas para o respectivo cálculo.

EMPRÉSTIMOS AO PEQUENO PRODUTOR

Com relação às novas operações baseadas exclusivamente na responsabilidade pessoal dos beneficiários, foi fixada a verba inicial de Cr$ 600.000.000,00 distribuída pelas agências, de acôrdo com as necessidades peculiares às zonas de produção. Posteriormente, em face da quase total utilização dessa verba, promoveu-se o reestudo do assunto, e em decorrência elevou-se aquela verba para Cr$ .... 1.000.000.000,00.

FINANCIAMENTO PARA COMPRA DE MATERIAL AGRÍCOLA E REPRODUTORES, PARA REVENDA AOS AGRICULTORES NACIONAIS

Foi elevado para Cr$ 150.000.000,00 o crédito de Cr$ 49.000.000,00, aberto em 13-7-1951 ao Ministério da Agricultura, e destinado a "Financiamento para Compra de Material Agrícola e Reprodutores, para Revenda aos Agricultores Nacionais".

c) Crédito Pecuário

Os saldos devedores dos empréstimos pecuários em curso normal atingiam, em 31-12-53, a cifra de Cr$ .... 2.707.944.012,20.

Embora haja aumentado o número de operações contratadas em 1953 (8.402 contratos, contra 7.990, em 1952), o seu valor sofreu ligeira redução (Cr$ 2.066.682.000,00, em 1952, para Cr$ 1.959.000.000,00, em 1953).

Em face de fenômenos adversos que se manifestaram em várias regiões do País, como a enchente do Rio Amazonas, a sêca e a geada no Rio Grande do Sul e o surto de varíola bovina no Vale do Paraíba, a Carteira prestou sua colaboração imediata, tomando tôdas as providências ao seu alcance para m norar os efeitos prejudiciais daquelas ocorrências.

Com êsse objetivo, as agências situadas em zonas atingidas foram autorizadas a prorrogar os contratos pecuários até nova safra; a deferir novos créditos com a finalidade

de ensejar o repovoamento de pastagens; a recompor e substituir as garantias, no caso de animais mortos. Foi, outrossim, recomendado às filiais que emprestassem tôda a colaboração ao Instituto Biológico de São Paulo e outras organizações empenhadas no combate à varíola bovina, esclarecendo os criadores da conveniência de vacinarem seus rebanhos.

Dentro das atribuições normais, foram adotadas diversas medidas administrativas visando a tornar mais eficiente a assistência do crédito especializado aos criadores de gado e produtores de leite, inclusive, pela majoração das bases de adiantamentos máximos para os financiamentos destinados à compra de bovinos — leiteiro e de corte — eqüinos, asininos e muares.

PROCESSOS DE MORATÓRIA E REAJUSTAMENTO

No que se refere à legislação protetora dos pecuaristas, a nova Lei n.º 1.728, de 13-11-1952, alterou profundamente a situação dos vultosos créditos da Carteira.

E' que êsse diploma legal estabeleceu nova forma de pagamento para as respectivas dívidas, e imputou à União Federal a responsabilidade pelo pagamento de 50 % dos capitais aplicados, além dos juros vencidos e vincendos até 1954.

Em 31 de dezembro de 1953, era a seguinte a posição dos débitos de pecuaristas beneficiados pelas Leis ns. 209, 457, 1.002 e 1.728:

	Cr$
Recompostos extramoratória	15.918.517,30
Beneficiados pela Lei n.º 209	124.900.743,40
Reajustados pela Lei n.º 1.002	1.061.133.506,40
Pendentes de decisão judicial	574.779.004,30
Beneficiados pela Lei n.º 1.728	67.351.863,90
Total	1.844.083.635,30

Além dêsses créditos e na mesma data, já se encontravam sob a responsabilidade da União Federal as seguintes parcelas de empréstimos anteriormente deferidos a pecuaristas:

	Cr$
Por fôrça da Lei n.º 1.002	177.654.500,00
" " " " " 1.728	241.742.000,00
Total	419.396.500,00

d) Crédito Industrial

Foi no setor industrial que se verificou maior decréscimo no valor dos financiamentos concedidos, tendo havido também pequena diminuição no número de contratos firmados. O crescendo em que vinha o crédito industrial, passando de 765 operações, no valor de Cr$ 2.316.391.000,00, em 1951, para 1.361, no valor de Cr$ 4.300.933.000,00, em 1952, declinou no exercício em análise, em que foram efetuadas apenas 1.346 operações, no total de Cr$ 2.612.838.000,00.

Tal decréscimo, entretanto, não significou deixasse a Carteira de dedicar atenção aos mais variados setores da vida

industrial do País. Além do auxílio normalmente prestado a indústrias básicas e atividades produtivas de grau mais avançado, muitas outras, por sua significação no complexo econômico nacional e por seu cunho de eminente utilidade coletiva, mereceram o mais interessado e cabal tratamento.

Não foi descurado, por exemplo, o problema da energia elétrica, cuja crise no ano em foco — impondo horários anormais de trabalho, com desperdício de fatores de produção — trouxe grandes prejuízos à economia do País, quer forçando maiores gastos em divisas, com importação de geradores e combustíveis, quer encarecendo a produção, pela baixa de produtividade e pela utilização de fonte de energia mais dispendiosa.

Aos empréstimos regulamentares de "Investimentos", concedidos a emprêsas particulares, acrescentaram-se financiamentos a Prefeituras Municipais, para instalação e ampliação de usinas de energia elétrica. A interferência do Banco nêsse setor de atividades — que competia até então às Caixas Econômicas — deveu-se a resolução do Ministério da Fazenda, que concedeu permissão à Carteira para apreciar e deferir propostas de empréstimos apresentadas por Prefeituras Municipais, visando à instalação ou ampliação de serviços de águas, esgotos e energia elétrica.

Pelo vulto da operação e relevância da atividade financiada, cumpre referir a assistência financeira dispensada pelo Banco à Cia. Aços Especiais Itabira (Acesita).

Tendo por finalidade fabricar aços finos para as indústrias mecânica, elétrica, química e outras, constitui real-

mente a Acesita uma das obras de base imprescindíveis ao desenvolvimento industrial do País.

Capacitado da relevância e magnitude do empreendimento, o Banco do Brasil não tem negàdo seu concurso à concretização dessa obra, seja participando de seu capital, seja concedendo-lhe importantes e vultosos créditos.

Outrossim, a indústria de fertilizantes foi alvo de particular interêsse, tendo em vista tratar-se de produto essencial à recuperação de terras cansadas, mas ainda econômicamente utilizáveis. Concederam-se empréstimos para a exploração de reservas minerais (fosforita) recém-descobertas no nordeste do País. Outro fertilizante, o carbureto de cálcio, produto intermédio necessário à obtenção da cianamida de cálcio, teve sua exploração amparada. O emprêgo industrial dêsse minério, para os fins aludidos, era, aliás, inédito no Brasil, e apresenta a vantajosa particularidade de propiciar o aproveitamento do azôto do ar, através de sua fixação sôbre o carbureto incandescente.

O setor da alimentação mereceu, de igual modo, a assistência do crédito especializado. O interêsse em incrementar a industrialização de carnes e derivados, consubstanciado na Lei n.º 1.168, de 2-8-1950, que estabeleceu favorecimentos especiais às entidades ou particulares que desejassem construir e explorar estabelecimentos destinados àquela finalidade, foi atendido pela Carteira através de fixação de normas gerais para os financiamentos a matadouros, frigoríficos e charqueadas.

Também a indústria de antibióticos, cujo desenvolvimento faz parte das cogitações governamentais, teve da Carteira o amparo devido.

e) Crédito Cooperativo

Crédito Fundiário

Crédito de Investimento

O crédito cooperativo apresentou, no exercício passado, o maior índice percentual de aumento, relativamente a 1952: o número de contratos elevou-se de 64 para 141, enquanto os valores totais subiram de Cr$ 155.257.000,00 para Cr$ 495.125.000,00.

Nesse particular, merece destaque a assistência aos produtores de lã, prestada por intermédio de suas Cooperativas.

Em princípios de 1953, foi deliberado elevar a margem de financiamento até Cr$ 350,00 por arrôba. Em agôsto, novo aumento foi concedido, determinando-se que os financiamentos se fariam, no caso de penhor mercantil, na base de 60 % do valor da garantia efetivamente constituída, adotando-se o preço máximo de Cr$ 550,00 por arrôba de lãs dos melhores tipos, aplicadas as competentes deduções às das demais categorias. Em dezembro, por fim, foi estabelecido o preço máximo de Cr$ 750,00 por arrôba.

Mercê dessa constante atenção da Carteira, encontram-se os produtores de lã, e principalmente os que se agrupam em cooperativas, assistidos em condições adequadas e satisfatórias.

Não é demais relembrar que a regularização do mercado se deve, de forma decisiva, à intervenção do Banco em 1952, quando adquiriu, no Estado do Rio Grande do Sul, lãs da safra de 1951.

E' de esclarecer que o problema de colocação do estoque adquirido já se acha solucionado, conforme informamos, em detalhe, em capítulo anterior.

Iniciados no ano transato, os empréstimos fundiários concedidos totalizaram Cr$ 11.432.000,00, distribuídos em 26 operações. Destinaram-se êles à aquisição de pequenas propriedades rurais e custeio de obras e benfeitorias indispensáveis (24 contratos no valor de Cr$ 1.432.000,00) e à formação de colônias agrícolas por emprêsas que obtiveram prévia aprovação do Ministério da Agricultura para executar os respectivos planos (2 contratos no valor de Cr$ 10.000.000,00).

Modalidade instituída pelo novo Regulamento da Carteira, os créditos de investimento deferidos em 1953, num total de 12 contratos, somaram Cr$ 91.476.000,00, para serem aplicados na construção, instalação ou ampliação de usinas produtoras de energia elétrica (10 contratos no valor de Cr$ 84.976.000,00) e na construção de frigoríficos (2 contratos no valor de Cr$ 6.500.000,00).

f) Letras Hipotecárias

Registraram-se duas operações, totalizando 107 mil cruzeiros; liquidaram-se 35, contratadas por Cr$ 5.611.600,00 e estão em ser 105, dentre as quais 5 em regime de reajustamento pela Lei n.º 1.002, de 24-12-1949.

Não mais existe processo pendente de decisão da Câmara de Reajustamento Econômico e, julgados, existem 10 para realização de empréstimos com o Banco e 7 com credores (compulsórios).

Acham-se homologados, embora não encerrados definitivamente, mais de 160 processos, que dependem de pagamentos de rateio a credores, somando Cr$ 2.301.046,70.

A 21 e 22 de janeiro de 1953, foram sorteados 1.699 títulos, na importância de Cr$ 2.872.500,00.

Incineraram-se, a 9 de outubro de 1953, 1.614 títulos, no montante de Cr$ 2.801.500,00.

A circulação das letras hipotecárias expressava-se, em 31-12-1953, pela quantia de Cr$ 14.691.100,00 e estavam por resgatar 703 sorteadas, no valor de Cr$ 1.045.200,00.

3 — Carteira de Exportação e Importação

A Carteira de Exportação e Importação teve suas atividades encerradas em 1953.

Em doze anos de existência, os serviços que êsse setor do Banco do Brasil prestou ao País merecem registro, nesta oportunidade, de forma que se fixem os principais aspectos de sua evolução e os resultados que ensejou à Nação obter.

Criou-a o Govêrno em 21 de maio de 1941, pelo Decreto-lei n.º 3.293, objetivando especialmente estimular e amparar a exportação de produtos nacionais e assegurar condições favoráveis à importação de produtos estrangeiros. Incluía-se ainda entre suas finalidades assistir financeiramente à exportação e à importação, fomentando-as em harmonia com a Carteira Cambial; adquirir produtos exportáveis, em benefício de sua melhor colocação no exterior, quando o respectivo escoamento fôsse retardado por contingências anormais do mercado ou dificultado por circuns-

tâncias emergentes do comércio internacional; comprar no exterior, por conta própria ou de terceiros, produtos imprescindíveis ao desenvolvimento de nossas atividades econômicas ou destinados a melhorar a aparelhagem das organizações agrícolas e industriais do País; cooperar com os poderes públicos para que as compras do Govêrno se processassem do modo mais conveniente aos interêsses do intercâmbio brasileiro; e, finalmente, cooperar na elaboração de acordos internacionais, comerciais ou financeiros.

A criação da Carteira de Exportação e Importação, como bem se vê, não visou a atender situação transitória de guerra e sim teve sua justificativa assentada em programa básico, de sentido permanente, cujo completo cumprimento sòmente seria possível em situação de paz internacional que propiciasse o fortalecimento de nosso intercâmbio exterior dentro de um panorama multilateral.

Desde o início, portanto, sua atuação foi sèriamente destorcida, em virtude de ter sido reclamada para o atendimento de problemas inadiáveis, resultantes dos profundos reflexos que a duração e a amplitude do conflito trouxeram ao comércio mundial.

A necessidade de um contrôle qualitativo e quantitativo das nossas exportações e importações fluiu da situação de carência de suprimentos a que foram levados os países que, como o Brasil, sofreram efeitos do conflito, pela inacessibilidade às suas fontes naturais de fornecimento externo e pela redução das disponibilidades de praça marítima, requisitada pelo esfôrço de guerra ou prejudicada pela ação submarina.

Nestas condições, o comércio exterior do Brasil, quando criada a Carteira de Exportação e Importação, setor incumbido de impulsioná-lo, ficou cingido a um contingenciamento irrecorrível, dentro do qual não havia margem suficiente para fixar-se uma política econômico-financeira destinada a aproveitá-lo no mais amplo sentido para a economia nacional, cujas necessidades eram atendidas em base reduzida e inconstante, sujeita à praça marítima de que dispúnhamos e às conveniências estratégicas dos países que nos supriam.

Altamente dificultados os contatos comerciais com a Europa, nossas importações passaram a provir quase exclusivamente dos Estados Unidos da América, onde se estabeleceram drásticos contingenciamentos às exportações que se não destinassem às zonas em conflito.

Em conseqüência, a Carteira de Exportação e Importação foi incumbida de elaborar estudos com as autoridades norte-americanas, dentro do plano então chamado de "Descentralização do Contrôle das Exportações para a América Latina", de modo a selecionar os tipos de suprimentos indispensáveis ao mercado interno, dentro do programa de fornecimentos dos Estados Unidos.

Os números indicados em Relatórios da época permitem conhecer-se o volume do expediente oriundo dêsse contrôle misto, bem como a influência que as perturbações internacionais provocaram no cumprimento das finalidades iniciais da Carteira de Exportação e Importação, dada a impossibilidade de propulsionar e expandir intercâmbio contra o qual se opunha o estado de beligerância mundial.

Em 1945, ante a perspectiva de breve cessação das hostilidades, o Govêrno baixou Portaria interministerial, visando a que as disponibilidades cambiais acumuladas no exterior se destinassem ao reaparelhàmento agrícola e industrial do País. A execução do regime então instituído foi entregue à Carteira de Exportação e Importação, ampliando-se sob sucessivas incumbências conferidas pela Coordenação da Mobilização Econômica.

Desviando a Carteira de Exportação e Importação de suas finalidades originárias, não teve aquêle regime, entretanto, continuidade necessária para que produzisse resultados apreciáveis. Sofrendo sérias modificações e afinal suspenso, sòmente em 1947 foi revigorado, quando os problemas ligados ao nosso comércio exterior se haviam agravado a ponto de exigir ação mais drástica. Passou a Carteira de Exportação e Importação a controlar nosso intercâmbio externo sob as injunções de múltiplos problemas a resolver, conforme a evolução de nossos balanços de pagamentos, os bloqueios e os congelamentos de nossos saldos comerciais, aumentando a dificuldade em socorrer a produção nacional, já levada ao máximo sacrifício pelas dificuldades de suprimento, pela luta contra manobras de "dumping" e pela falta de defesa em face dos múltiplos e complexos recursos de que se valiam nossos concorrentes, na conquista de mercados que até então haviam sido nossos compradores.

A progressão lenta e os eventuais declínios da assistência financeira dispensada pela Carteira de Exportação e Importação a exportadores e importadores; a necessidade

de controlar e reduzir as importações, que passou a absorver quase tôda sua atenção e atividade; e o pouco estímulo que pôde proporcionar às exportações, pois seu cuidado maior residia em orientá-las segundo a nossa conveniência ou inconveniência em obter determinadas divisas, valem como índices do seu afastamento das finalidades precípuas para as quais fôra criada.

Os problemas de escoamento que já se haviam manifestado relativamente a alguns itens de nossa pauta de exportação — de pequeno vulto no conjunto, mas de vital importância para determinadas regiões do País — foram sendo agravados principalmente em virtude da inflação interna, levando-nos, assim, como solução de emergência, à prática das operações vinculadas. Em 1950, como conseqüência da desvalorização da libra e demais moedas que se lhe seguiram (setembro de 1949), as operações vinculadas já constituíam o processo de escoamento de cêrca de 20 % de nossas exportações.

Por fôrça da necessidade de descongelar vultosos saldos, nossas correntes de importação foram desviadas para as áreas onde os possuíamos em moedas inconversíveis, e comprimidas quando pagáveis em moedas fortes, nas quais tínhamos atrasados comerciais.

Mais tarde, ainda visando principalmente a assegurar colocação para nossos produtos, negociamos acordos bilaterais de comércio.

Podemos verificar, portanto, por êste sucinto retrospecto dos problemas cujas soluções lhe foram atribuídas, que

a Carteira de Exportação e Importação, durante sua existência, viu-se compelida a sucessivas adaptações, quer dos seus processos de trabalho, quer da política que seguia.

Nestas condições, embora elementar dever de justiça reconhecer-se que se fez credora de relevantes serviços ao País, em épocas conturbadas e difíceis, o resultado daquelas adaptações contínuas alterou-lhe definitivamente a fisionomia original e transformou-a num mecanismo inadequado para a execução da nova política estabelecida pela Lei n.º 1.807, de 7 de janeiro de 1953.

Em conseqüência, quando, no exercício passado, entraram em vigor as normas e princípios cambiais a que já fizemos referência em capítulo próprio, reconheceu o Govêrno a necessidade de extinguir a Carteira de Exportação e Importação e de aparelhar-se convenientemente, mediante criação de novo setor, para atender e dar solução aos problemas atuais da economia nacional.

Assim, com a promulgação da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro último, cujo projeto fôra encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional, ficou extinta a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil e criada a Carteira de Comércio Exterior.

O Exmo. Sr. Ministro da Fazenda assumiu a direção do acêrvo da Carteira extinta, nomeando comissão liquidante da mesma, em Portaria n.º 22, de 15 de janeiro de 1954, nos têrmos do artigo 55 do Decreto n.º 34.893, do dia 5 daquele mês, com o qual foi baixado o Regulamento da precitada Lei n.º 2.145.

Amplo e capaz de permitir-lhe ação eficiente e dinâmica, o campo em que a nova Carteira de Comércio Exterior desenvolverá suas atividades acha-se configurado nessa Lei, podendo ser assim resumidas as atribuições específicas que lhe incumbirão:

I — emissão de licenças de exportação e de importação, fazendo as últimas depender de que os interessados comprovem possuir cobertura cambial adquirida em público pregão, ou positivem não ser esta exigível, em conformidade de normas prèviamente estabelecidas;

II — fiscalização de preços, pesos, medidas, classificações e tipos declarados nas operações de exportação e importação, com o fim de evitar fraudes cambiais;

III — classificação, ouvida a Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior e dependente de aprovação do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, das mercadorias e produtos importáveis de acôrdo com a sua natureza e grau de essencialidade, fixando as categorias de sua distribuição para efeito de compra de câmbio;

IV — financiamento, em casos especiais, e mediante critério que será fixado depois de ouvida a Comis-

são Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior, da exportação e importação de bens de produção e de consumo de alta essencialidade.

Regulamentado seu funcionamento a 5 de janeiro de 1954, pelo Decreto n.º 34.893, a análise de suas atividades escapa ao período ora relatado.

No derradeiro ano de seus trabalhos, a assistência financeira da Carteira de Exportação e Importação ao comércio exterior do País teve menor amplitude do que em 1952, conforme indicam os números abaixo:

CARTEIRA DE EXPORTAÇAO E IMPORTAÇAO

FINANCIAMENTOS À EXPORTAÇÃO E À IMPORTAÇÃO

ANOS	NÚMERO DE OPERAÇÕES	Cr$ 1.000
1952	1.730	858.555
1953	1.177	550.349
+ ou — em 1953	— 553	— 308.206

De 833 financiamentos à exportação, da ordem de 275.845 milhares de cruzeiros, realizados durante o ano passado, restavam em curso, em 31 de dezembro, 151 operações, no valor de 41.534 milhares de cruzeiros.

O quadro abaixo indica a distribuição dêsses financiamentos pelos produtos exportáveis que dêles se beneficiaram:

CARTEIRA DE EXPORTAÇAO E IMPORTAÇAO

PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO FINANCIADOS EM 1953

PRODUTOS	NÚMERO DE OPERAÇÕES	CR$ 1.000
Café	153	71.916
Madeiras	134	44.010
Cacau	73	42.119
Cêra de carnaúba	106	26.752
Castanha-do-pará	89	18.575
Peles e couros	131	15.793
Lã	7	15.539
Mate	57	14.386
Feijão	5	10.697
Agave	9	4.458
Borracha	36	3.162
Algodão	4	2.388
Outros produtos	29	6.050
TOTAL	833	275.845

Os financiamentos à importação realizados pela Carteira em 1953, no total de 344, atingiram a cifra de 274.504 milhares de cruzeiros, restando em curso, em 31 de dezembro, 413 operações, no valor de 365.828 milhares de cruzeiros.

A composição dos financiamentos realizados durante o ano acha-se indicada no quadro a seguir.

CARTEIRA DE EXPORTAÇAO E IMPORTAÇAO

PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO FINANCIADOS EM 1953

PRODUTOS	NÚMERO DE OPERAÇÕES	CR$ 1.000
Maquinismos	72	79.558
Petróleo	21	60.074
Gêneros alimentícios	16	29.490
Máquinas texteis	14	16.823
Motores, peças e acessórios (exclusive para automóveis, ônibus, caminhões e jeeps)	23	10.501
Linho, inclusive fio	19	8.730
Chapas de ferro e aço	4	7.024
Geradores, peças e acessórios	11	6.885
Cimento	10	6.694
Arame farpado e liso	13	4.570
Óleos lubrificantes	7	4.366
Máquinas agrícolas	6	4.199
Máquinas para impressão	1	2.995
Lã	7	2.711
Fôlha-de-flandres	17	2.642
Produtos químicos e farmacêuticos	13	2.480
Alumínio	2	2.211
Cobre	4	2.130
Outros produtos	84	20.421
TOTAL	344	274.504

4 — Carteira de Câmbio

Além das operações de compra e venda de moedas que efetua por conta do Tesouro Nacional, cabe ao Banco do Brasil, por intermédio de sua Carteira de Câmbio, a execução de outras tarefas correlatas, cujo desenvolvimento, no ano de 1953, será analisado em seguida.

a) Serviços gerais

Foram contratadas 186.981 operações, sendo 56.464 de compras e 130.517 de vendas de câmbio, no valor global de Cr$ 85.419.823.377,90, assim distribuídas pelos respectivos mercados:

CARTEIRA DE CAMBIO

MERCADO	CÂMBIO COMPRADO		CÂMBIO VENDIDO	
	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR
Oficial	40.538	32.973.326.974,10	96.815	39.690.506.052,10
Livre	15.926	5.838.283.503,80	33.702	6.917.706.847,90
TOTAIS	56.464	38.811.610.477,90	130.517	46.608.212.900,00

Verificou-se um acréscimo de 14.340 contratos, no total de Cr$ 36.353.139.318,80, em comparação com o ano anterior. Êsse aumento no valor das operações teve como causa, entre outras, as liquidações, durante o ano, de atrasados comerciais.

Foram realizadas, ainda, operações em cruzeiros, relativas a convênios, em número de 30.443, totalizando a importância de Cr$ 8.008.824.053,40, sendo 11.833 de compras e 18.610 de vendas, nos valores globais de Cr$ 3.451.382.487,30 e Cr$ 4.557.441.566,10, respectivamente.

A Carteira registrou para cobrança 12.621 títulos recebidos do exterior, contabilizados pelo equivalente de Cr$ 3.122.767.542,40, promovendo a liquidação de 28.537, no montante correspondente a Cr$ 5.171.792.321,80. No ano anterior o total de títulos recebidos atingiu 39.060, contabilizados pelo equivalente de Cr$ 4.402.034.986,50.

Foram negociados 15.724 créditos de exportação e 3.260 de importação, expressando-se seus valores em Cr$ 6.963.438.665,00 e Cr$ 2.767.605.211,20, respectivamente. Em 1952, negociamos 10.962 créditos de exportação e 4.410 de importação.

Atingiu 22.409 o número de remessas encaminhadas pela Sede e Agências aos correspondentes no exterior, sendo seu equivalente de Cr$ 9.869.457.334,20, incluídas neste total as remessas simples e documentárias, amparadas ou não em créditos. No ano anterior, êsses dados foram os seguintes: 15.035 remessas, no total de Cr$ 5.608.422.206,90.

No período em referência, emitimos 111.066 ordens de pagamento sôbre o exterior, no valor de Cr$ 27.474.935.807,00, e pagamos 16.105 ordens no valor de Cr$ 4.582.064.315,90. No ano de 1952, foram emitidas 113.624 ordens, no valor de Cr$ 16.142.547.591,60, e cumpridas 16.336, no montante de Cr$ 2.129.005.050,50.

b) Fiscalização Bancária

Inúmeros e complexos encargos permaneceram afetos à Fiscalização Bancária, na sua qualidade de "órgão técnico e controlador das operações cambiais", por incumbência do Govêrno da União.

Entre tais atribuições figuraram, no exercício findo, a fiscalização do recolhimento da taxa de que tratam as Leis ns. 156, de 27-11-1947, e 1.383, de 13-6-1951; o contrôle da aplicação, em Letras do Tesouro, de 20 % do valor FOB das

exportações, de acôrdo com o Decreto-Lei n.º 9.524, de 26-7-1946; os exames permanentes das receitas de fretes das emprêsas estrangeiras de navegação, para efeito de transferência para o exterior pelo mercado de taxa oficial; o pronunciamento sôbre os processos fiscais de que trata o Decreto-Lei n.º 7.797, de 30-7-1945; o exame dos documentos de importação e aprovação dos pedidos de câmbio apresentados aos bancos do País, bem como a classificação e registro daqueles sujeitos ao regime de fila cronológica para efeito de atendimento; a distribuição de coberturas cambiais em todo o País; a coleta sistemática de dados estatísticos e sua remessa ao departamento encarregado da elaboração da estatística nacional das operações de câmbio; o registro das declarações de venda de produtos brasileiros ao exterior e contrôle dos preços de exportação.

Concluiu a Fiscalização Bancária a revisão dos registros dos capitais estrangeiros aplicados em firmas comerciais, companhias e sociedades, na forma determinada pelo Decreto n.º 30.363, de 3-1-1952.

Logo no princípio do exercício, teve a Fiscalização Bancária de adaptar-se ao regime instituído pela Lei n.º 1.807, de 7-1-1953, por fôrça da qual foi desdobrado em dois mercados (de taxa oficial e livre) o único mercado de câmbio até então existente. Pela mesma lei, a autorização de registro de capitais estrangeiros passou à competência do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Em conseqüência, além da fiscalização das posições de câmbio de todos os bancos do País, nos dois mercados, com-

pete a êsse órgão autorizar as operações à taxa oficial e efetuar o contrôle estatístico "a posteriori" das transações realizadas no mercado de taxa livre.

No último trimestre do exercício, a exemplo do que acontecera quando da promulgação da Lei n.º 1.807, de 7-1-1953, novas e inúmeras medidas tomou a Fiscalização Bancária para ajustar seus serviços às normas da Instrução n.º 70, de 9-10-1953, da Superintendência da Moeda e do Crédito, e, finalmente, às da Lei n.º 2.145, de 29-12-1953.

c) Reservas-ouro

Em 31 de dezembro de 1952 dispunha o Tesouro Nacional das seguintes reservas-ouro depositadas no País e no exterior:

DISCRIMINAÇÃO	GRAMAS	VALOR CONTABILIZADO Cr$
DEPOSITADAS NO PAÍS:		
Banco do Brasil e Casa da Moeda, à ordem do Banco do Brasil	53.837.779,019	1.088.648.650,00
DEPOSITADAS NO EXTERIOR:		
Federal Reserve Bank e Fundo Monetário Internacional	230.707.037,229	5.376.222.627,30
TOTAIS	284.544.816,248	6.464.871.277,30

Em 31 de dezembro do ano findo essas cifras passaram a:

DISCRIMINAÇÃO	GRAMAS	VALOR CONTABILIZADO Cr$
DEPOSITADAS NO PAÍS:		
Banco do Brasil e Casa da Moeda, à ordem do Banco do Brasil	54.574.942,878	1.103.994.631,90
DEPOSITADAS NO EXTERIOR:		
Federal Reserve Bank e Fundo Monetário Internacional	230.707.045,067	5.376.222.790,50
TOTAIS	285.281.987,945	6.480.217.422,40

Verificou-se, pois, um aumento de 737.171,697 gramas, no valor de Cr$ 15.346.145,10, na reserva de ouro depositada no País e no exterior, representado na sua quase totalidade, pelas entregas realizadas obrigatòriamente pelas principais emprêsas de mineração.

Durante o ano de 1953, tais entregas ao Banco do Brasil totalizaram 737.163,859 gramas de ouro fino, correspondentes a 20 % da produção das minas.

De acôrdo com as disposições em vigor, a parte do Banco do Brasil foi adquirida ao preço oficial de Cr$ 20,8176 por grama, sendo o restante negociado livremente no mercado interno.

O movimento global das minas está expresso nos números a seguir:

OURO

MOVIMENTO DAS MINAS EM 1953

Em gramas

PRODUTORES	PRODUÇÃO (*)	VENDAS	
		AO BANCO DO BRASIL	LIVRES (*)
St. John del Rey Mining Co. Ltd...	3.342.368,185	668.473,637	2.673.894,548
Cia. Minas da Passagem...........	294.435,850	58.887,170	235.548,680
Mineração de Ouro de Jacobina Ltda.	49.015,260	9.803,052	39.212,208
TOTAIS........................	3.685.819,295	737.163,859	2.948.655,436

(*) Estimativa baseada na entrega da quota de 20% ao Banco do Brasil.

d) Acordos de Pagamentos

Foram celebrados em 1953 convênios de pagamentos com a Bolívia, Finlândia, Noruega e Turquia. Elevou-se, assim, a vinte e três o número de países com que mantemos ajustes dessa natureza, a saber: Alemanha, Argentina, Austria, Bolívia, Chile, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Inglaterra, Islândia, Itália, Iugoslávia, Japão, Noruega, Polônia, Portugal, Suécia, Tchecoslováquia, Turquia e Uruguai.

De modo geral, revelou-se satisfatório o funcionamento dêsses pactos, firmados com o objetivo de regular os pagamentos recíprocos entre as partes contratantes. As principais ocorrências registradas durante o último exercício são a seguir sucintamente expostas.

ALEMANHA — Em negociações formalizadas por troca de notas diplomáticas em 4-9-1953, foram estabelecidas normas tendentes a manter ativo o intercâmbio com êsse país e, ao mesmo tempo, reduzir o saldo desfavorável ao Brasil. Ambos os objetivos têm sido alcançados, notando-se a diminuição paulatina e constante de nosso débito, ao mesmo tempo que a moeda do convênio vem sendo regularmente oferecida à licitação pública, para atender às necessidades brasileiras de importação.

ARGENTINA — Mediante fornecimento de trigo, a Argentina eliminou sua posição fortemente devedora. No decurso do ano, concertaram-se as bases para a modificação, de cruzeiros para dólares, da moeda do convênio, com vigência a partir de 1954. Recentes importações feitas pela Argentina deixaram saldo favorável ao Brasil, em cruzeiros, o qual será oportunamente transferido para a nova conta em dólares e aplicado na aquisição de produtos argentinos.

FINLÂNDIA — Entendimentos realizados com as autoridades finlandesas permitiram encontro de contas para resgate dos atrasados comerciais brasileiros, mediante a utilização de parte do saldo devido pela Finlândia e relativo ao empréstimo que lhe fôra concedido pelo acôrdo financeiro de 31-5-1946. Em conseqüência, houve diminuição de US$ 1.564.432 no débito daquele País, o que representou amortização superior à obrigação contratual relativa a 1953. As prestações vincendas do empréstimo totalizam

US$ 7.935.568. Com vigência de um ano, a partir de 1-7-1953, os Governos do Brasil e da Finlândia celebraram acordos de comércio e de pagamentos, visando a facilitar o desenvolvimento do intercâmbio mercantil.

HOLANDA — Em 10-6-1953, firmamos com De Nederlandsche Bank N. V. um acôrdo de pagamentos em dólares americanos, sem prazo de vigência determinado. Êsse ajuste substituiu o provisório de 23-8-1948, absorvendo-lhe os saldos em cruzeiros.

INGLATERRA — Por notas trocadas entre o Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada Britânica em 31 de março de 1953, a segunda parte do convênio firmado em 21 de maio de 1948, relativa aos nossos saldos em libras bloqueadas, foi prorrogada até 31-3-1954. Para liquidação dos atrasados comerciais brasileiros junto ao Reino Unido, celebrou-se em 1-10-1953 ajuste especial entre os Governos dos dois Países, o qual prevê a aplicação inicial de £ 10.000.000 no fornecimento de cobertura para aquêles compromissos. Subseqüentemente, serão efetuadas remessas não inferiores a £ 6.000.000 anuais, para atender à dívida remanescente.

NORUEGA — Em substituição ao ajuste de compensação com o Norges Colonialgrossister Forbund de 11-3-1948, está em vigor desde 28-9-1953 um acôrdo de pagamentos em dólares americanos, concluído com o Norges Bank nessa data, pelo prazo de um ano.

e) Taxa de transferência de fundos

A taxa sôbre transferência de fundos para o exterior rendeu ao Tesouro Nacional a importância de Cr$ 1.317.734.405,30, creditada à conta "Receita da União", sendo Cr$ 1.280.050.962,30 relativos a recolhimentos na base de 8 % (Lei n.º 1.383, de 13-6-1951) e Cr$ 37.683.443,00 na de 5 % (Lei n.º 156, de 27-11-1947), êstes referentes a pagamentos de mercadorias entradas nas alfândegas brasileiras até 31-12-1951.

f) Avais em operações

Em 31-12-1953 as responsabilidades do Banco do Brasil como avalista em operações de financiamento no exterior equivaliam a Cr$ 2.670.633.894,10. No decorrer do exercício foram resgatados compromissos no montante de Cr$ 253.717.336,20 e assumidos novos no valor correspondente a Cr$ 334.675.584,00.

g) Emissão de Letras do Tesouro

Em 1953, a emissão de Letras do Tesouro, a 120 dias, a favor dos exportadores, representando 20 % de cada embarque, importou em Cr$ 5.719.658.000,00. Foram, no mesmo período, resgatadas letras no valor de Cr$ 4.815.916.000,00. O saldo em circulação, que era em 31-12-1952 de Cr$ 1.350.346.000,00 (posteriormente reajustado para Cr$ 1.665.965.000,00), elevou-se, portanto a .... Cr$ 2.569.707.000,00.

Essa retenção, instituída pelo Decreto-lei n.º 9.524, de 26-7-1946, logo após a guerra, foi abolida pela Lei n.º 2.145, de 29-12-1953.

Deverá o Govêrno, dêsse modo, resgatar o saldo remanescente das letras existentes em 31 de dezembro próximo passado dentro do prazo de 120 dias.

h) Transações com o Fundo Monetário Internacional

Em 31-12-52, ascendiam a US$ 37.500.000 nossas obrigações junto ao Fundo Monetário Internacional, provenientes de compras de divisas em 19-2-1952. No decorrer do ano de 1953, a posição foi alterada em virtude das seguintes ocorrências:

Em 15-2-1953 — Pagamento da importância de ...... US$ 18.750.000, valor da prestação vencida naquela data e prevista no esquema de pagamentos assentado entre a Superintendência da Moeda e do Crédito e o Fundo.

Em 9-3-1953 — Compra da quantia de US$ 18.750.000.

Em 14-8-1953 — Pagamento da importância de ...... US$ 18.750.000, referente à última parcela prevista no esquema de pagamentos acima referido.

Em 26-8-1953 — Aquisição de divisas no valor de .... US$ 18.750.000.

Em 31-12-1953 — Compra de £ 10.000.000, contabilizadas pelo seu contravalor de US$ 28.000.000.

Ao encerrar-se o exercício de 1953, nossos compromissos elevavam-se a US$ 65.500.000, liquidáveis dentro do seguinte esquema:

US$ 10.000.000 em 1-7-1957
US$ 15.000.000 em 31-12-1957
US$ 20.250.000 em 1-7-1958 e
US$ 20.250.000 em 31-12-1958

I) Serviço de licitações, recolhimento de ágios e pagamento de bonificações

Nos leilões de divisas realizados em 1953 pelas Bôlsas de Valores do País, foram oferecidas promessas de venda de câmbio em montante equivalente a US$ 256.923.580 e licitadas US$ 158.700.880. Em 31-12-1953, dependiam de fechamento promessas de venda de câmbio no total correspondente a US$ 146.501.220, incluídas as licitadas em leilão e as de emissão especial pelo Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Os ágios recolhidos ao Banco pelos adquirentes de promessas somavam, até o fim do ano passado, Cr$ 3.987.372.087,30, dos quais Cr$ 1.961.280.232,90 já haviam sido pagos em bonificações à exportação, daí resultando um saldo contábil credor de Cr$ 2.026.091.854,40. Dêsse total, no entanto, há deduzir Cr$ 731.163.805,50, de bonificações relativas a compras de cambiais efetuadas até 31-12-1953, que serão pagas aos exportadores à medida que forem sendo liquidados os respectivos contratos de câmbio.

5 — Carteira de Redescontos

No cumprimento de suas atribuições específicas, a Carteira de Redescontos realizou, durante 1953, operações com o sistema bancário do País que totalizaram 40.513 milhões de cruzeiros.

Comparado com o do ano anterior, êsse volume apresentou as seguintes diferenças:

CARTEIRA DE REDESCONTOS

VOLUME DE OPERAÇÕES

TOTAIS DO ANO

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	1952	1953	OSCILAÇÕES
Banco do Brasil	10.799	22.230	+ 11.431
Outros Bancos	16.709	18.283	+ 1.574
TOTAL	27.508	40.513	+ 13.005

O movimento global de títulos e contratos redescontados pela Carteira, no período 1949/1953, esteve sempre em ascensão:

CARTEIRA DE REDESCONTOS

TÍTULOS E CONTRATOS REDESCONTADOS

TOTAIS DO ANO

ANOS	QUANTIDADE		VALOR	
	NÚMERO	ÍNDICES	Cr$ 1.000.000	ÍNDICES
1949	115.896	100	10.490	100
1950	157.556	136	16.876	161
1951	196.798	170	27.208	259
1952	217.031	187	27.509	262
1953	321.180	277	40.513	386

No último dia do ano passado, os saldos devedores de todos os bancos atingiam 14.384 milhões de cruzeiros, com uma diferença para mais, relativamente à mesma data em 1952, de 3.191 milhões de cruzeiros, a saber:

CARTEIRA DE REDESCONTOS

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	1952	1953	OSCILAÇÕES
BANCO DO BRASIL:			
Contratos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial	4.821	5.815	+ 994
Títulos redescontados	1.426	3.501	+ 2.075
Idem — Decreto 29.536, de 7-5-1951	896	853	— 43
	7.143	10.169	+ 3.026
OUTROS BANCOS:			
Títulos redescontados	3.535	4.151	+ 616
Idem — Decreto 29.536	515	64	— 451
	4.050	4.215	+ 165
TOTAL	11.193	14.384	+ 3.191

Em capítulo anterior, foram apreciadas as circunstâncias que compeliram o Banco do Brasil a ampliar em cêrca de 42 % suas responsabilidades perante a Carteira. Quanto aos demais bancos, o crescimento de seus débitos — apenas 4 %, aproximadamente — expressa um índice satisfatório, dentro da conjuntura presente.

Como conseqüência da expansão verificada nos redescontos, o montante do papel-moeda entregue à Carteira,

para atender a suas necessidades, se elevou a 13.715 milhões de cruzeiros, em 31-12-53. Foram assim adicionados ao meio circulante, no ano, 3.750 milhões de cruzeiros, emitidos com expressa autorização do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, na forma dos dispositivos legais vigentes sôbre o assunto.

Com referência ao acréscimo do valor das emissões — 3.750 milhões de cruzeiros — maior que o aumento global ocorrido nos saldos devedores dos bancos — 3.191 milhões de cruzeiros — cabe esclarecer que tal diferença se deve ao fato de haverem sido liberadas, por determinação superior, as quotas legais do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil, nos resultados das transações da Carteira, e que, retidas e acumuladas na conta "Fundo de Reserva Especial" desde 1947, somavam 808 milhões de cruzeiros.

Necessário se faz, pela nova incumbência que dá à Carteira, uma referência à Lei n.º 2.095, de 16 de novembro de 1953.

Dispondo sôbre o financiamento às lavouras de café atingidas pela última geada, o aludido diploma legal prescreve em seu art. 8.º:

> "Fica a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil autorizada a conceder fora dos limites em vigor, aos estabelecimentos bancários o redesconto de títulos provenientes de financiamento de recuperação e até o prazo de 1 (um) ano, prorrogável, bem assim dos títulos oriundos de promessas de

venda de terras financiadas a que se refere o artigo 7.º desta lei e até o prazo previsto no mesmo artigo."

Os efeitos dessas medidas se farão sentir certamente no ano de 1954, elevando os saldos dos redescontos.

6 — Caixa de Mobilização Bancária

Em 31 de dezembro último, os saldos devedores dos empréstimos efetuados pela Caixa aos estabelecimentos bancários somavam 7.008 milhões de cruzeiros, evidenciando uma diferença para mais, relativamente à mesma data em 1952, de 3.501 milhões de cruzeiros:

CAIXA DE MOBILIZAÇAO BANCARIA

EMPRÉSTIMOS A BANCOS

SALDOS EM FIM DE ANO

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	1952	1953	OSCILAÇÕES
Banco do Brasil	—	2.000	+ 2.000
Outros bancos	3.507	5.008	+ 1.501
TOTAL	3.507	7.008	+ 3.501

O Banco do Brasil, que desde 1946 não mantinha débitos na Caixa, sendo, pelo contrário, seu grande supridor de fundos nesse interregno, viu-se na contingência de alí

levantar, em fins de 1953, um empréstimo de dois bilhões de cruzeiros, com garantia de seus créditos contra pecuaristas em moratória, a fim de descongelar vultosa parcela de seu ativo representada por aquelas aplicações.

Quanto ao acréscimo verificado no conjunto dos demais bancos, decorreu êle das situações de dificuldades atravessadas por alguns, aos quais foi necessário prestar assistência.

Ao encerramento do exercício, o capital efetivamente aplicado pela Caixa se elevava a 7.798 milhões de cruzeiros, assim desdobrados:

Empréstimos a bancos (deduzidos os créditos em contas vinculadas e os juros debitados)	6.437 milhões de cruzeiros
Imóveis (recebidos em dação de pagamento)	832 milhões de cruzeiros
Adiantamentos para aquisição de imóveis por conta de Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões	529 milhões de cruzeiros
Total	7.798 milhões de cruzeiros

Os recursos utilizados nessas aplicações provinham:

Do Tesouro Nacional	5.178 milhões de cruzeiros
Do Banco do Brasil	2.437 milhões de cruzeiros
Recursos próprios da Caixa (líquido)	183 milhões de cruzeiros
Total	7.798 milhões de cruzeiros

No período sob análise, foram entregues pelo Tesouro Nacional à Caixa, de acôrdo com as normas legais que a re-

gem, quatro bilhões de cruzeiros, sendo, dois bilhões para atender ao aumento dos empréstimos e dois bilhões, que foram depositados em conta no Banco do Brasil, como parcela de refôrço ao financiamento das operações da própria Caixa, na forma prevista no art. 4.º do Decreto n.º 21.499, de 9 de junho de 1932.

7 — Agência Especial de Defesa Econômica

No desempenho das atribuições que lhe foram conferidas por leis, o Banco do Brasil, através de sua Agência Especial de Defesa Econômica (AGEDE), prosseguiu, durante o ano de 1953, na realização dos valores que constituem o Fundo de Indenizações. Nesse sentido, procurou, no limite de sua alçada, dar solução às poucas liquidações ainda a cargo de liquidantes, bem como providenciar a venda, em concorrência pública, leilão ou em Bôlsa, de imóveis, títulos e outros haveres que pertenciam a pessoas físicas ou jurídicas alemãs, domiciliadas ou estabelecidas no Exterior, até que, em face de recomendação da Comissão de Reparações de Guerra, foram sustadas tôdas as medidas que implicassem em liquidações.

Quanto à administração das marcas e patentes incorporadas ao Patrimônio Nacional (Decreto-lei n.º 6.915, de 2 de outubro de 1944), a AGEDE continuou cumprindo as determinações legais respectivas, de acôrdo com a orientação das autoridades governamentais competentes. Em 4 de setembro de 1953, foi assinado, nesta Capital, um "acôrdo sôbre a res-

tauração dos Direitos de Propriedade Industrial e Direitos Autorais atingidos pela segunda guerra mundial entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal da Alemanha", o qual, ratificado e posto em execução, regulará essa matéria.

No que se refere às indenizações, as quais são autorizadas pela Comissão de Reparações de Guerra e, por sua ordem pagas pela Agência Especial de Defesa Econômica, dividem-se elas em três planos: o primeiro, aprovado pelo Decreto número 25.147, de 29 de junho de 1948 e os dois últimos, regulados pelo Decreto número 32.013, de 29 de dezembro de 1952, que mandou, ainda, liquidar, imediatamente, o saldo das indenizações incluídas no plano inicial.

O pagamento das indenizações do "3.º e último plano" depende do que, a respeito, vier a ser determinado pela Comissão de Reparações de Guerra. Quanto aos dois outros planos (1.º plano e plano suplementar), recebeu a Agência Especial de Defesa Econômica daquela Comissão, até 31 de dezembro de 1953, 2.034 processos, perfazendo o total de Cr$ 488.362.312,40, do qual já foram efetuados pagamentos no montante de Cr$ 465.239.987,50, a débito da conta própria do Fundo de Indenizações. O saldo, de Cr$ 23.122.324,90, será liquidado tão logo se apresentem os beneficiários, devidamente credenciados.

Achando-se em sua fase final os trabalhos cometidos a Agência Especial de Defesa Econômica, foi deliberado, no ano passado, a transferência, para a Agência Central, dos serviços remanescentes.

8 — Serviços diversos

a) Ordens de Pagamento

O número de ordens de pagamento expedidas continuou em ascensão, atingindo, no ano findo, 1.177 milhares no valor global de 56.498 milhões de cruzeiros.

No quinquênio 1949/1953, o crescimento constante dêsse serviço se acha expresso no quadro a seguir:

BANCO DO BRASIL

ORDENS DE PAGAMENTO EXPEDIDAS

Totais anuais

ANOS	QUANTIDADE 1.000	VALOR Cr$ 1.000.000
1949	907	23.031
1950	925	20.783
1951	941	24.818
1952	1.048	45.798
1953	1.177	56.498

b) Cobranças

Igualmente aumentou no ano passado o movimento total de cobranças efetuadas pelo Banco, não obstante a baixa verificada na "cobrança simples". Os acréscimos sôbre 1952 foram, no número de títulos, de 529 mil, e no valor, de 4.541 milhões de cruzeiros:

BANCO DO BRASIL
COBRANÇAS
Totais anuais

Anos	Quantidade 1.000			Valor Cr$ 1.000.000		
	Cobrança simples	Cobrança caucionada	Total	Cobrança simples	Cobrança caucionada	Total
1949	1.033	1.412	2.445	11.465	7.394	18.859
1950	1.030	1.605	2.635	8.366	8.086	16.452
1951	1.061	1.952	3.013	12.106	14.072	26.178
1952	1.088	2.953	4.041	15.122	20.721	35.843
1953	1.053	3.517	4.570	13.025	27.359	40.384

c) Valores em Custódia

Em 31 de dezembro último, totalizavam 23.917 milhões de cruzeiros os valores depositados em custódia no Banco, evidenciando um aumento de 2.691 milhões de cruzeiros relativamente ao saldo de 1952.

Os números abaixo indicam a evolução ocorrida nesses valores no período de 1949 a 1953:

BANCO DO BRASIL
VALORES DEPOSITADOS
Saldos em fim de ano

Anos	Cr$ 1.000.000
1949	13.371
1950	13.477
1951	14.872
1952	21.226
1953	23.917

d) Câmaras de Compensação

Após acurado estudo procedido por uma comissão especial, para êsse efeito designada, foi aprovado, em 1953, novo regulamento para as Câmaras de Compensação, visandc, precìpuamente, à melhoria dos serviços e à maior garantia dos participantes das referidas Câmaras.

O movimento geral, no último exercício, foi de 11.929 milhares de cheques compensados, no montante de 565.579 milhões de cruzeiros, o que representa 1.240 milhares de cheques e 79.436 milhões de cruzeiros a mais do que no ano precedente.

De 1949 a 1953, os totais respectivos foram:

CAMARAS DE COMPENSAÇAO

CHEQUES COMPENSADOS

ANOS	QUANTIDADE 1.000	VALOR Cr$ 1.000.000
1949	7.053	244.445
1950	8.147	321.871
1951	9.732	443.568
1952	10.689	486.143
1953	11.929	565.579

Foi, também, superior ao de 1952 o valor médio por cheque compensado, que se cifrou em 47.412 cruzeiros. No período acima indicado, êsse índice apresentou a seguinte variação:

CAMARAS DE COMPENSAÇAO
VALOR MÉDIO POR CHEQUE COMPENSADO

ANOS	CRUZEIROS
1949	34.658
1950	39.508
1951	45.578
1952	45.481
1953	47.412

9 — Encaixe

De acôrdo com as disposições legais em vigor, o encaixe dos bancos é representado pelo numerário em caixa mais os depósitos que recolhem à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito. Tais depósitos, no entanto, por delegação da Superintendência, são efetuados no Banco do Brasil, de modo que, no caso especial dêste último, deve-se considerar, a rigor, como encaixe, apenas a parte em dinheiro.

O saldo médio dessas disponibilidades foi, em 1953, de 1.835 milhões de cruzeiros, o qual, comparado com o do ano anterior, revela um aumento de 7,8 %.

No período de 1949/1953, os saldos médios do encaixe do Banco foram:

BANCO DO BRASIL
ENCAIXE
Saldos médios

ANOS	CR$ 1.000.000
1949	1.234
1950	1.309
1951	1.564
1952	1.702
1953	1.835

10 — Capital e Reservas

A distribuição das ações que compõem o capital do Banco do Brasil era a seguinte, em fim de 1953:

Acionistas	Número de ações		% sôbre o total
Tesouro Nacional:			
Inalienáveis	259.152		
Livres	19.508	278.660	55,73
Particulares		218.349	43,67
Bancos nacionais		186	0,04
Bancos estrangeiros		1.606	0,32
A converter e unificar		1.199	0,24
Total		500.000	100,00

A cotação média anual dessas ações manteve-se relativamente no mesmo nível que em 1952, sendo de 609 e 610 cruzeiros, respectivamente em 1952 e 1953.

Durante o ano findo, a cotação média mensal variou entre o mínimo de 570 cruzeiros, em novembro, e o máximo de 650 cruzeiros, em abril e junho.

O total das reservas do Banco atingiu, em fim de 1953, 3.861 milhões de cruzeiros, evidenciando um aumento, relativamente a 1952, de 523 milhões de cruzeiros, correspondentes a 15,7 %.

Êsse acréscimo se distribuiu na seguinte base:

BANCO DO BRASIL

RESERVAS

Totais em fim de ano

Cr$ 1.000.000

DISCRIMINAÇÃO	1952	1953	OSCILAÇÕES	
			VALOR	%
Fundo de reserva	414	422	+ 8	1,9
Fundo de previsão	1.221	1.270	+ 49	4,0
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	580	1.027	+ 447	77,1
Fundo para prejuízos eventuais	1.019	1.033	+ 14	1,4
Fundo para desenvolvimento de iniciativas de interêsse público	101	101	—	—
SUB-TOTAL	3.335	3.853	+ 518	15,5
Fundo de reserva das agências no exterior	3	8	+ 5	166,7
TOTAL	3.338	3.861	+ 523	15,7

11 — Resultados financeiros

O movimento de operações realizadas em 1953 produziu um lucro líquido de 79.255 milhares de cruzeiros, superior, assim, em 7.310 milhares de cruzeiros ao do ano precedente. Tal resultado correspondeu à taxa de 2,24 % sôbre o montante médio dos recursos próprios do Banco em giro no exercício.

Nos últimos cinco anos, a percentagem acima indicada se manteve em tôrno da média de 2,45 %, conforme se conclui dos números abaixo:

BANCO DO BRASIL
CAPITAL E RESERVAS — LUCRO LÍQUIDO
Cr$ 1.000.000

ANOS	CAPITAL E RESERVAS (Saldos médios) A	LUCRO LÍQUIDO (totais) B	% DE B SÔBRE A
1949	2.873	78	2,71
1950	3.034	85	2,80
1951	3.194	73	2,29
1952	3.323	73	2,20
1953	3.525	79	2,24

A melhoria observada na relação lucro/recursos próprios é devida ao substancial aumento da renda bruta em 1953 — 1.698 milhões de cruzeiros, ou sejam, 45,9 % sôbre a de 1952 — a qual teve para reforçá-la a realização de lucros pendentes de exercícios anteriores.

A evolução das rendas e despesas do Banco, no mesmo período antes assinalado, foi:

BANCO DO BRASIL
RENDAS E DESPESAS
Totais do ano
Cr$ 1.000.000

ANOS	RENDA BRUTA (A)	DESPESA TOTAL (B)	DESPESA ADMINISTRATIVA (*) (C)	% DE B SÔBRE A	% DE C SÔBRE A
1949	2.043	1.778	878	87,0	43,0
1950	2.541	2.200	1.154	86,6	45,4
1951	3.124	2.850	1.606	91,2	51,4
1952	3.697	3.386	2.202	91,6	59,6
1953	5.395	4.730	3.100	87,7	57,5

(*) Exclusive despesa de impostos.

12 — Edifícios do Banco, de uso próprio

Prosseguem os trabalhos da comissão especial de construção da nova sede, a ser erigida nesta Capital. Os percalços encontrados na desocupação dos prédios existentes no local têm impedido o início das obras.

Para minorar a angústia de espaço em que se debatiam setores fundamentais de nossos serviços resolveu a Diretoria, em sessão de 13.11.1953, aceitar proposta de aquisição do "Edifício Industrial", sito nas Avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, pelo preço de 320 milhões de cruzeiros.

Ali foi instalada a Carteira de Comércio Exterior, criada pela Lei 2.145, de 29.12.1953, e, paulatinamente, à proporção que se terminam as obras de adaptação imprescindíveis, estão sendo transferidos outros setores.

Quanto às agências, tiveram prosseguimento as obras de reforma e adaptação, ou de construção de novos edifícios, citando-se as realizadas em Porto Velho, Campina Grande, Maceió, Aracajú, Juiz de Fora, São Cristovão (Metropolitana), Curitiba e Paranaguá. Outras filiais tiveram suas instalações sujeitas a reparos gerais, como as de São Luiz, Propriá, Itabuna, Bauru, Cachoeira do Sul, etc.

O balanço encerrado no último dia do exercício consigna Cr$ 894.811.763,20 para os imóveis reservados a uso próprio do Banco, inclusive Cr$ 4.594.309,00 referentes aos imóveis de nossas filiais no exterior.

13 — Agências

Ao término do ano de 1952, havia em fase de instalação 39 novas dependências, que se distribuiam por 14 Estados.

Visando à ampliação de nossa rêde de Agências, resolveu a Diretoria, no curso do ano último, autorizar, após cuidadosos estudos efetuados pelos setores técnicos competentes, a criação de filiais em:

1) Acesita (MG)
2) Dracena (SP)
3) Guajará-mirim (GR)
4) Ijuí (RS)
5) Itapipoca (CE)
6) Sto. Antônio da Patrulha (RS)

No período, entraram em funcionamento as 26 agências seguintes:

BANCO DO BRASIL

Agências instaladas no ano de 1953

Localidades	Estados	Data do início de operações
Santana do Ipanema	Alagoas	9- 2-1953
Parintins	Amazonas	16- 3-1953
Metropolitana de Cidade Alta — Salvador	Bahia	3-10-1953
Ipu	Ceará	19- 2-1953
Baturité	Idem	20- 3-1953
Morrinhos	Goiás	5-12-1953
Diamantina	Minas Gerais	19- 9-1953
Rolândia	Paraná	1-12-1953
Maringá	Idem	19-12-1953
Rosário do Sul	Rio Grande do Sul	3- 2-1953
Tupanciretã	Idem	15- 7-1953
Arroio Grande	Idem	17- 8-1953
Santa Rosa	Idem	17- 8-1953
Guaíba	Idem	1- 9-1953
Santiago	Idem	19-12-1953
Duque de Caxias	Rio de Janeiro	3- 1-1953
Nova Friburgo	Idem	19- 6-1953
Canoinhas	Santa Catarina	19- 9-1953
Laguna	Idem	3-10-1953
Pompéia	São Paulo	3- 1-1953
Jundiaí	Idem	19- 8-1953
Araras	Idem	20- 8-1953
Penápolis	Idem	17-10-1953
Birigui	Idem	14-11-1953
Batatais	Idem	12-12-1953
Lagarto (*)	Sergipe	2- 7-1953

(*) Transferida da praça de Simão Dias (SE).

Em conseqüência, encontravam-se em funcionamento, a 31.12.1953, 339 dependências no País, e duas no exterior (Montevidéu, no Uruguai, e Assunção, no Paraguai).

Continuam em fase de instalação, além daquelas objeto de deliberação no exercício relatado, as agências de:

Ipiaú	Estado da Bahia
Além Paraíba	Estado de Minas Gerais
Apucarana	Estado do Paraná
Arapongas	Idem
Mandaguari	Idem
Currais Novos	Estado do Rio Grande do Norte
Caràzinho	Estado do Rio Grande do Sul
Metropolitana de Farrapos — Pôrto Alegre	Idem
Lagoa Vermelha	Idem
Palmeira das Missões	Idem
São Gonçalo	Estado do Rio de Janeiro
Ipauçu	Estado de São Paulo
Itú	Idem

14 — Diretoria

Por decreto de 12 de janeiro de 1953, publicado no Diário Oficial de 13, foi concedida a exoneração solicitada pelo Sr. Dr. Ricardo Jafet, do cargo de Presidente do Banco. Nomeado para substituí-lo, interinamente, o Sr. General de Divisão Anápio Gomes, que já fazia parte da Diretoria, tomou posse a 14 de janeiro de 1953.

Em sessão de 5-2-1953, na forma do disposto em o art. 33, n.º 8, dos Estatutos, a Diretoria resolveu convocar o Sr. Dr. Pompílio Cylon Fernandes da Rosa para preencher uma vaga de Diretor (da Carteira de Crédito Geral), o qual tomou posse a 24-2-1953. Posteriormente, a Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 1953 resolveu elegê-lo para o mesmo cargo, para o quadriênio 1953/1957.

Por decreto de 20 de junho de 1953, foi concedida exoneração ao Sr. Dr. Fernando Drummond Cadaval das funções de Diretor da Carteira de Câmbio, sendo nomeado para substituí-lo nesse pôsto o Sr. Dr. Marcos de Souza Dantas, empossado na mesma data.

Por decreto de 17 de agôsto de 1953, foi ainda concedida a exoneração solicitada pelo Sr. General de Divisão Anápio Gomes das funções de Presidente interino do Banco, sendo nomeado, concomitantemente, o Sr. Dr. Marcos de Souza Dantas, cuja posse ocorreu a 18 do mesmo mês.

Vago por essa forma o cargo de Diretor da Carteira de Câmbio, foi nomeado, por decreto de 18 de agôsto de 1953, o Sr. Dr. João Cândido de Andrade Dantas, cuja posse ocorreu a 19.

Em virtude de ter o Sr. General Anápio Gomes renunciado ao tempo restante do mandato que lhe fôra outorgado pela Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 1950, a Diretoria, em sessão de 27 de agôsto de 1953, resolveu, por unanimidade, designar, na forma do art. 33, n.º 8, dos Estatutos, para exercer as funções de Diretor (da Carteira de Crédito Geral) o Sr. Dr. Coriolano de Araujo Góes Filho

(empossado a 28), ao qual por decreto de 27 de agôsto de 1953, havia sido concedida a exoneração que solicitara, das funções de Diretor da Carteira de Exportação e Importação.

Por decreto de 27 de agôsto de 1953 foi nomeado para as funções de Diretor da Carteira de Exportação e Importação o Sr. Dr. Adão Pereira de Freitas, cuja posse ocorreu a 31 do mesmo mês.

Por decreto de 13 de outubro de 1953, publicado a 19, foi concedida exoneração ao Sr. Dr. Egídio da Câmara Souza das funções de Diretor da Carteira de Redescontos, sendo nomeado para substituí-lo o Sr. Dr. José Maria Alkmim, empossado a 20 do mesmo mês.

Com a promulgação da lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, foi extinta a Carteira de Exportação e Importação e criada a Carteira de Comércio Exterior, motivo por que, por decreto de 12 de janeiro de 1954 foi concedida exoneração ao Sr. Dr. Adão Pereira de Freitas, Diretor da primeira. Para a segunda, pelo mesmo decreto, foi nomeado o Sr. Dr. Luiz de Moraes Barros, empossado a 19 de janeiro de 1954.

Em carta datada de 3 de dezembro de 1953, solicitou o Sr. Dr Coriolano de Araújo Góes Filho exoneração do cargo de Diretor.

Em conseqüência, em sessão de 13 de janeiro de 1954, a Diretoria resolveu, unânimemente, designar para exercer a função, segundo dispõe o art. 33, n.º 8, dos Estatutos, o Sr. Dr. Adão Pereira de Freitas, devendo seu mandato terminar na data da realização da Assembléia Geral Ordiná-

ria, entre cujas atribuições se encontra a de eleger um Diretor para o quadriênio 1954/1958.

Nos têrmos do parágrafo único do art. 31 de nossos Estatutos, compete à Assembléia fixar o "quantum" da remuneração mensal da Diretoria para o período compreendido entre o mês de maio de 1954 e o de abril de 1955.

15 — Conselho Fiscal

A Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 1953 elegeu membros do Conselho Fiscal os Srs. Argemiro de Hungria Machado, Carloman da Silva Oliveira, João Daudt d'Oliveira, Pedro de Magalhães Corrêa e Zózimo Barroso do Amaral; e para suplentes os Srs. Ary de Almeida e Silva, João Rodrigues Teixeira Junior, José do Nascimento Brito, José Willemsens Junior e Manoel Gomes Moreira.

A Assembléia deverá eleger os novos membros e suplentes do Conselho Fiscal, fixando a remuneração daqueles.

16 — Superintendência

Ocupando posição saliente como centro de convergência dos problemas administrativos de todo o Banco, que dependem de sua alçada ou por ela transitam para decisão da Administração Superior, a Superintendência continuou a desenvolver, em 1953, intensivo trabalho de entrosamento e coordenação das atividades dos setores que controla.

Preocupada em obter melhoria de rendimento do trabalho, não tem poupado esforços no sentido de aperfeiçoar

normas e métodos de execução dos serviços gerais do Banco e reduzir despesas administrativas. São de recordar, a propósito, as vantagens proporcionadas pelo novo sistema de pagamentos ao funcionalismo da Direção Geral e Agência Central.

A reforma do Departamento de Almoxarifado, de que resultou sua transformação em Departamento de Almoxarifado Geral e a criação do Departamento de Tesouraria Geral, por exemplo, mereceram da Superintendência especiais cuidados, tal como ocorre a cada passo nos casos em que seu pronunciamento ou decisão se tornam necessários.

Por isso, também ao ensejo da redistribuição de alçadas para descongestionamento dos serviços de pessoal, resolveu-se delegar à Superintendência uma série de poderes, entre os quais decidir recursos e divergências em boletins de informações de funcionários; regulamentar, autorizar e aprovar concursos; fixar quadros de serviços na Direção Geral, exceto de comissionados; localizar funcionários e transferí-los entre dependências do Distrito Federal.

No âmbito das relações do Banco com o Tesouro, propôs o reajustamento das bases do contrato firmado com a Superintendência da Moeda e do Crédito.

17 — Funcionalismo

A constante expansão de nossa rêde de Agências e a ampliação do volume de nossos serviços em geral determinaram, no ano de 1953, um acréscimo de 1.957 elementos

nos diversos quadros do funcionalismo da Casa, cujo número foi elevado para 16.944.

O comparativo adiante evidencia como se processaram as modificações:

FUNCIONARIOS

QUADROS	31-12-52	31-12-53	VARIAÇÕES
A — *No País:*			
Contabilidade	10.625	12.143	+ 1.518
Tesouraria	430	480	+ 50
Serviço Jurídico	207	227	+ 20
Serviço Médico — Cirúrgico	213	221	+ 8
Serviço de Engenharia	89	81	— 8
Serviço Telefônico	47	56	+ 9
Cargos isolados	435	424	— 11
Portaria	2.787	3.136	+ 349
Serviços profissionais anexos	84	94	+ 10
B — *No Exterior* (*)			
Assunção (Paraguai)	26	30	+ 4
Montevideu (Uruguai)	44	52	+ 8
TOTAIS	14.987	16.944	+ 1.957

(*) Exclusive administradores, integrados no Quadro de Contabilidade.

Com o objetivo de racionalizar os serviços do Banco e reduzir despesas, foi criada, a 12 de maio de 1953, a Comissão de Reorganização dos Serviços sob a presidência do ilustre

Diretor, Dr. Cylon Rosa, e dela fazendo parte destacados funcionários.

Dentre os trabalhos dêsse organismo, já aprovados, merecem referência os que deram origem a simplificação dos serviços de ordens de pagamento e de cobranças, a modificação em serviços de inspeção de agências e a transferência, para a Agência Central, dos serviços a cargo da Agência Especial de Defesa Econômica (a vigorar a partir de 31.3.954).

Cabe ressaltar mais uma vez o alto padrão técnico e profissional de nossos servidores, que não poupam esforços na consecução das tarefas que lhes competem.

Relativamente aos quadros, a Diretoria resolveu:

— refixar, a partir de 1.10.53, em 150 elementos o quadro de chefes-de-seção;

— ampliar os quadros de Contabilidade e Tesouraria, de modo que se garantissem melhores condições de acesso;

— reestruturar o quadro de Fiscais Visitadores da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, tendo em vista conveniências gerais de serviços.

Quanto a medidas de caráter social, cabe referir especialmente às atividades desenvolvidas pelas instituições a seguir mencionadas.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

Trata-se de sociedade civil autônoma, fundada com o objetivo de conceder aposentadorias e pensões a funcionários e seus herdeiros.

A partir de 1934, porém, com a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, foi-lhe vedada a admissão de novos associados.

Com a finalidade de proporcionar à Caixa recursos necessários a prosseguir no financiamento da casa própria a seus associados, foi ampliado, em 1953, de 100 para 150 milhões de cruzeiros o crédito rotativo que lhe fôra anteriormente deferido.

Em 31.12.53 o número total de pensionistas ascendia a 845, dos quais 313 viuvas e 532 beneficiários, com uma despesa mensal de Cr$ 387.691,80, de responsabilidade da Caixa.

Na mesma data, o número de aposentadorias em vigor era de 444, assim distribuídas:

ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL — Cr$	
Invalidez	47	100.764,90	
Velhice (voluntária)	13	32.596,00	
Velhice (compulsória)	26	58.916,80	192.277,70
Ordinárias	358		1.183.363,40
TOTAL	444		1.375.641,10

Comparativamente ao fim de 1952, houve um acréscimo de 65 aposentadorias, pois foram deferidas 77 e extintas 12.

Em virtude da rentabilidade financeira da Caixa vir se mostrando incapaz de atender à progressão dos gastos relativos às aposentadorias e pensões, a Diretoria do Banco resolveu, em 29.12.1950, avocar à responsabilidade dêste o pagamento das aposentadorias ordinárias concedidas a partir de 1.1.1949.

A Carteira Imobiliária, em virtude de modificação estatutária e da ampliação do crédito rotativo que o Banco concedeu, pôde autorizar o total de 395 financiamentos, sendo 230, no valor de Cr$ 120.670.000,00, com recursos da própria Caixa, e 165, no valor de Cr$ 81.451.000,00, com base no crédito referido, observando-se, para isso, a ordem de preferência regulamentar.

Em 1954, estima a Caixa poder dispor, para inversões da espécie, de cêrca de 92 milhões de cruzeiros, dos quais 71 milhões provenientes de seus próprios recursos.

CAIXA DE PECÚLIOS

As inscrições, no transcorrer do exercício, elevaram-se a 2.785, sendo 2.300 de novos associados e 485 de cônjuges no pecúlio especial, tendo-se verificado, no mesmo período, baixas em número de 75, das quais 42 por falecimento e 33 por exoneração.

Dessa forma, o quadro de contribuintes passou de 9.763 para 12.473, revelando um aumento de 2.710 inscrições, ou sejam 27,7 %. Das 12.473 inscrições existentes em 31 de

dezembro p. passado, 10.960 (87,9 %) correspondem ao pecúlio ordinário e 1.513 (12,1 %) ao pecúlio especial. Dos 12.473 contribuintes, 2.513 (20,2 %) são associados da Caixa de Previdência e 9.960 (79,8 %) do Instituto dos Bancários. A seguir damos as variações verificadas no exercício:

Existência em 31.12.1952		9.763
Menos:		
— exonerados	33	
— falecidos	42	75
		9.688
Mais:		
— inscritos no exercício:		
no pecúlio ordinário	2.300	
no pecúlio especial	485	2.785
Existência em 31.12.53		12.473

Até 31 de dezembro p. findo, a Caixa havia liquidado Cr$ 7.850.000,00, correspondentes a 37 dos 42 pecúlios exigíveis, estando o pagamento dos 5 restantes na dependência de providências dos interessados.

Foi ainda liquidado, no exercício, 1 pecúlio de Cr$ 100.000,00, referente a óbito ocorrido em 1952.

Foram instituídos, ainda, em 1953, três séries de pecúlios adicionais, de diferentes valores e com contribuições próprias.

CAIXA DE EMPRÉSTIMOS AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

Acolhendo sugestão da "Comissão de Reorganização dos Serviços", que executa um programa de remodelação da estrutura interna do Banco com vistas à redução dos gastos administrativos, a Diretoria, em sessão de 13-7-1953, resolveu adjudicar à Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil a execução dos serviços concernentes à Caixa de Empréstimos dos Funcionários do Banco do Brasil, cuja existência tem origem nas disposições do art. 7.º, item 11.º, dos Estatutos.

Nestas condições, foi firmado, a 23-9-53, contrato de locação de serviços com aquela Instituição de previdência, reservando-se o Banco o direito de ministrar-lhe instruções para execução.

Foram concedidos, durante o ano de 1953, 936 empréstimos, no valor de Cr$ 25.864.000,00, dos quais 97, no montante de Cr$ 2.901.000,00, já na nova fase. Aquêles totais indicam, relativamente a 1952, apesar de uma diminuição de 14 contratos, um aumento de valor da ordem de Cr$ 2.860.000,00.

A 31-12-53 o saldo devedor da Caixa de Empréstimos, junto ao Banco, era de Cr$ 56.409.000,00, apresentando uma redução de 741 milhares de cruzeiros em relação a igual data de 1952. Suas aplicações, ao fim do ano último, totalizavam 71.791 milhares de cruzeiros, contra 69.794 milhares no período precedente, acusando, assim, uma elevação de 1.997 milhares de cruzeiros.

O quadro adiante evidencia o movimento das operações da Caixa de Empréstimos nestes cinco anos:

CAIXA DE EMPRÉSTIMOS
AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
Contratos realizados

ANOS	QUANTIDADE	VALOR Cr$ 1.000
1949	1.572	35.854
1950	1.231	29.904
1951	941	26.091
1952	950	23.004
1953	936	25.864

FONTE: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL

Também esta instituição apresentou, no transcurso de 1953, expressivo contingente de benefícios ao funcionalismo. Os auxílios prestados sob a forma de ressarcimento de despesas com tratamento de saúde de funcionários e seus dependentes econômicos atingiram 6.852 milhares de cruzeiros. Em 31 de dezembro de 1953, montava a 40.245 milhares de cruzeiros o total de auxílios aos associados, algarismos êsses que evidenciam a eficiência das atividades dessa organização.

18 — Serviços especializados

Os Serviços Jurídicos, o Serviço Médico-Cirúrgico e o de Engenharia constituem setores especializados a que incumbe orientar as autoridades administrativas na solução dos problemas de interêsse da Casa.

Os Serviços Jurídicos, constituídos de Departamentos e Assessorias às Carteiras, ofereceram expressivos trabalhos à consideração dos administradores do Banco, trabalhos êsses ora de natureza consultiva ora de ordem contenciosa.

Merece particular registro o Departamento Jurídico da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, que teve a seu cargo 12.330 processos.

Na parte contenciosa, pròpriamente, aquêle Departamento tem sob seu patrocínio 21 causas diversas ajuizadas na Justiça de primeira instância do Distrito Federal, além de 319 outras perante o Supremo Tribunal Federal e 820 pendentes de pronunciação do Tribunal Federal de Recursos. Afora estas, há acrescentar ainda 209 feitos em comarcas dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

O Serviço Médico-Cirúrgico vem registrando intenso movimento em seus consultórios e clínicas, tanto no Rio de Janeiro, quanto nos Centros de Saúde de Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Niterói, Pôrto Alegre, Recife, Salvador, São Luiz e São Paulo.

O Serviço de Engenharia, dotado de uma equipe de engenheiros-civis e arquitetos e de um corpo de auxiliares eficientes, procedeu a numerosas vistorias e avaliações em bens ligados a interêsses do Banco; estudou e projetou obras de

construção e de reforma e adaptação de prédios de nossas agências, segundo ficou devidamente esclarecido em páginas anteriores.

19 — Donativos

Tendo em vista a deliberação da Assembléia Geral Ordinária de 28 de abril de 1941, prosseguiu o Banco na prestação de assistência financeira a inúmeras instituições beneficentes, concedendo-lhes donativos no montante global de Cr$ 6.842.649,10.

20 — Estatutos

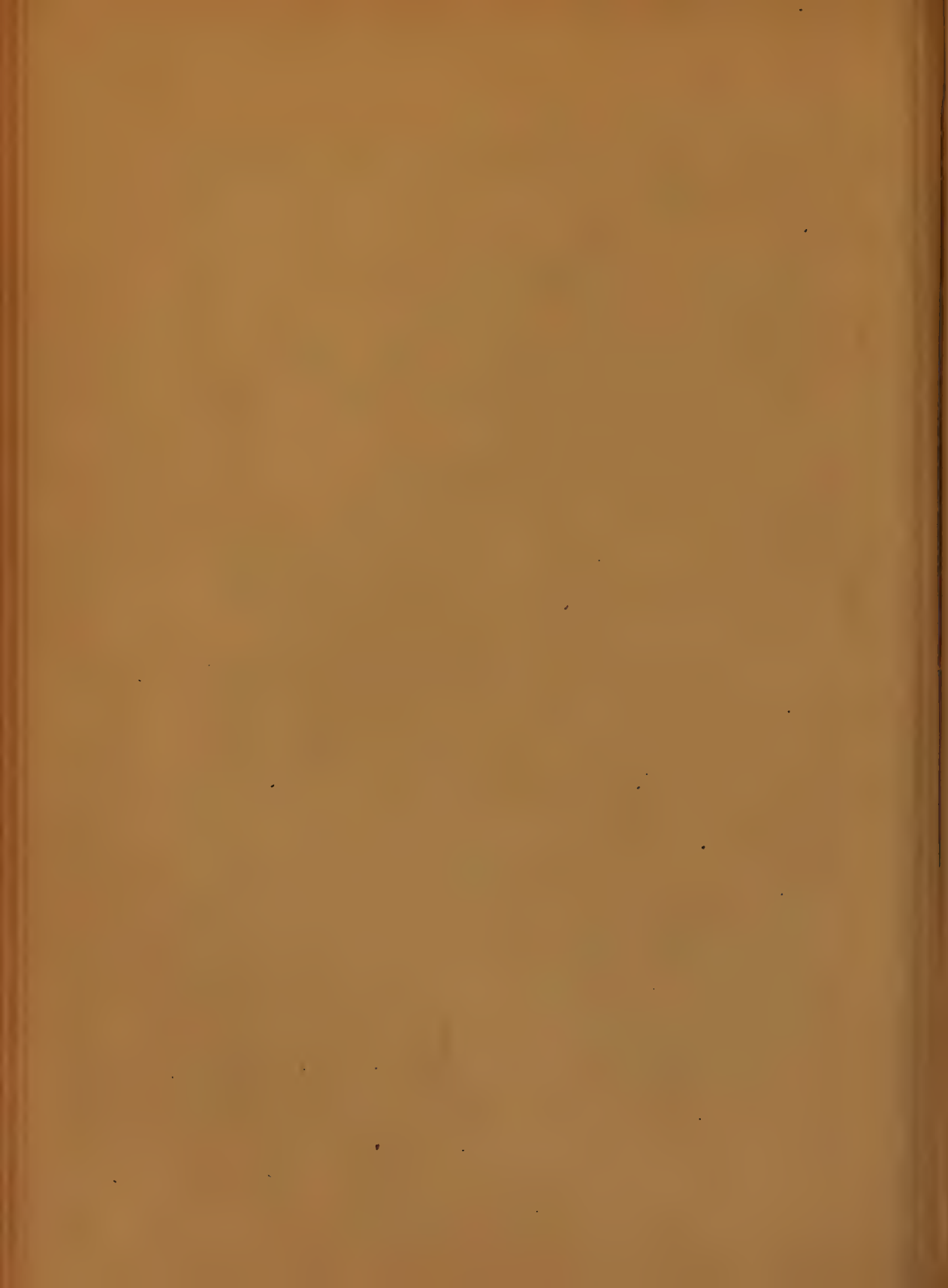
Com a promulgação da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, foi extinta a Carteira de Exportação e Importação e criada a Carteira de Comércio Exterior, com as atribuições e competência alí definidas. Regulamentou suas atividades o Decreto n.º 34.893, de 5 de janeiro de 1954.

Em conseqüência, impõe-se sejam efetuadas as necessárias alterações nos Estatutos do Banco, inclusive as modificações já referidas em assembléia de 24 de junho de 1952, para o que deverá oportunamente ser convocada Assembléia Geral Extraordinária.

21 — Conclusão

E', assim, com real satisfação que nos congratulamos com a Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, não só pelos resultados alcançados no exercício sob relato, como também pelo encaminhamento e solução de tão avultados problemas de interêsse da Casa e do País.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1954.

MARCOS DE SOUZA DANTAS
Presidente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Em cumprimento ao disposto em o artigo 127, inciso III, do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940, temos a grata satisfação de vos apresentar nosso parecer sôbre os balanços e contas do Banco do Brasil Sociedade Anônima, no exercício de 1953, ora submetidos à aprovação dessa nobre Assembléia Geral Ordinária.

No desempenho de nossas atribuições, de que honrosamente nos incumbistes, pudemos acompanhar, através de repetidos contatos com os diversos setores do Banco, não só a marcha sempre ascensional dos negócios realizados, mas também a firmeza da orientação preconizada pela Diretoria, no sentido de — atentas as peculiaridades da evolução da conjuntura — defender o interêsse nacional sem descurar da solidez e prosperidade crescentes do patrimônio de nossa Instituição.

Realizaram-se as sessões ordinárias determinadas pelos Estatutos e as extraordinárias convocadas para fins especiais. Nas épocas próprias, conferiram-se os saldos de caixa, o estoque de ouro e os demais valores, e examinaram-se os livros legais, tudo se encontrando em perfeita ordem.

Ao algodão, que o Banco adquirira em 1952, se possibilitou o escoamento, mediante providências governamentais adotadas para fomento das exportações nacionais. Está, assim, em fase de conclusão mais uma espinhosa e delicada tarefa, de que o encarregara o Govêrno Federal.

Várias foram as modificações processadas nos diversos postos da Alta Administração do Banco, no decorrer do exercício findo. Exoneraram-se os Senhores Doutores Fernando Drummond Cadaval, Coriolano de Araujo Góes Filho e Egídio da Câmara Souza, tendo sido nomeados para seus respectivos lugares os Senhores Doutores João Cândido de Andrade Dantas, Adão Pereira de Freitas e José Maria Alkmim.

Em virtude da renúncia apresentada, afastou-se da Presidência do Banco o General Anápio Gomes, cargo que ocupava em caráter interino. Para substituí-lo, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República houve por bem nomear o Senhor Doutor Marcos de Souza Dantas, que antes ocupara o cargo de Diretor da Carteira de Câmbio.

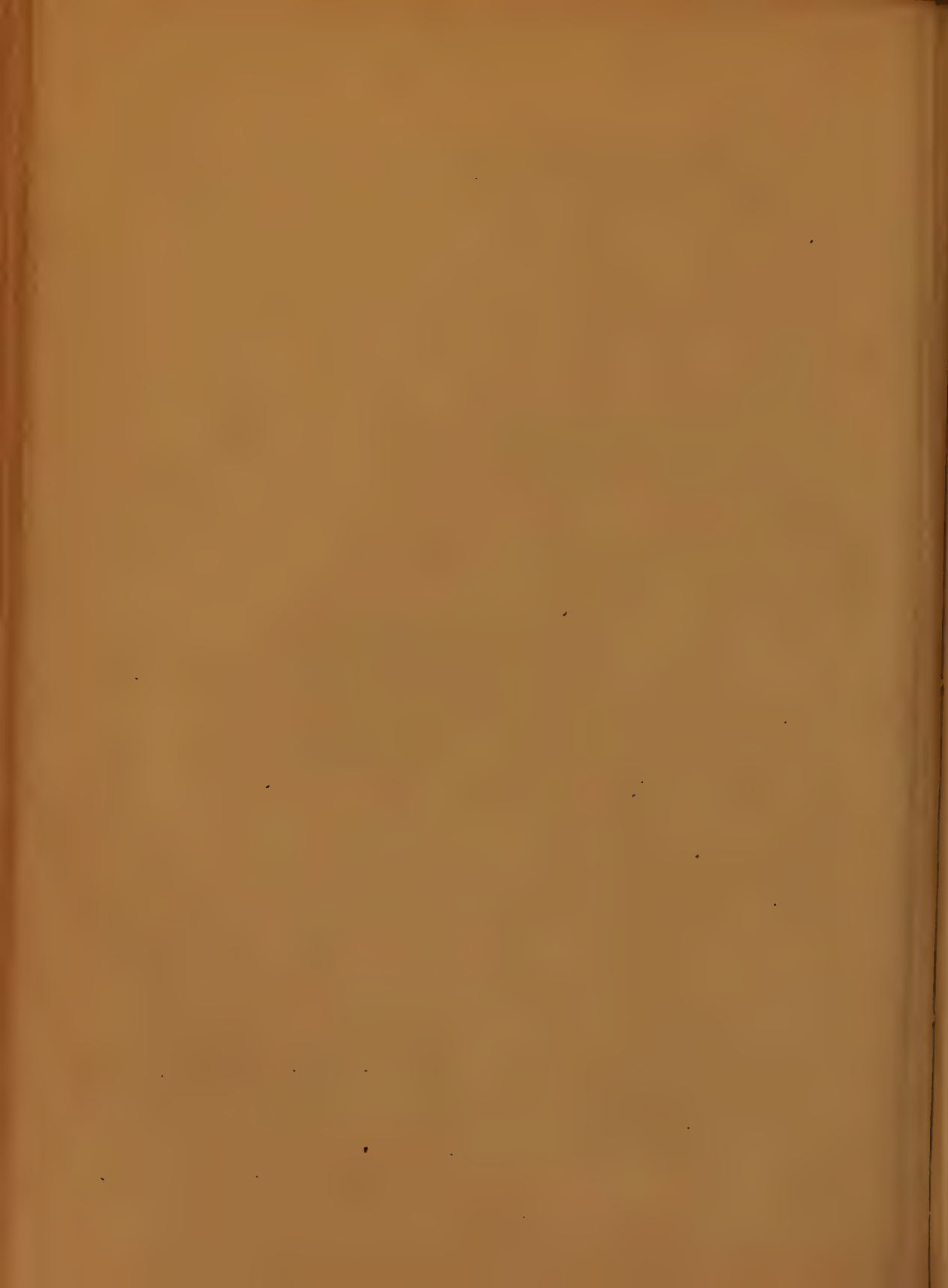
E, finalmente, com a recente criação da Carteira de Comércio Exterior, foi chamado para dirigi-la o Doutor Luiz de Moraes Barros.

Atentos aos têrmos do parágrafo único do artigo 31 dos Estatutos, deveis fixar o quantum da remuneração mensal da Diretoria, para o período maio de 1954 a abril de 1955, e

ainda, consoante o parágrafo 2.º do artigo 25, eleger um Diretor para o quadriênio 1954 a 1958.

Pelo exposto e em face do excelente Relatório apresentado pelo Senhor Presidente, Doutor Marcos de Souza Dantas, propomos a aprovação integral dos balanços e das contas do Banco do Brasil Sociedade Anônima, pertinentes ao exercício de 1953, bem assim dos atos praticados pela Diretoria, nesse período.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1954.

Carloman da Silva Oliveira
Pedro de Magalhães Corrêa
Zózimo Barroso do Amaral
João Daudt d'Oliveira
Argemiro de Hungria Machado

ANEXOS

ANNEXES

PRIMEIRA PARTE

PART ONE

BALANÇOS E DEMONSTRAÇÕES DE LUCROS E PERDAS DO BANCO DO BRASIL S. A.
Balances and Profit and Loss accounts of Banco do Brasil S. A.

SEGUNDA PARTE

PART TWO

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DO BANCO DO BRASIL S. A., REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1953.
Minutes of the ordinary general meeting of the shareholders of Banco do Brasil S. A., held on the 30th April 1953.

TERCEIRA PARTE

PART THREE

AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S. A.
Branches of Banco do Brasil S. A.

QUARTA PARTE

PART FOUR

ESTATÍSTICAS DAS ATIVIDADES DO BANCO DO BRASIL S. A.
Statistics relating to Banco do Brasil S. A.

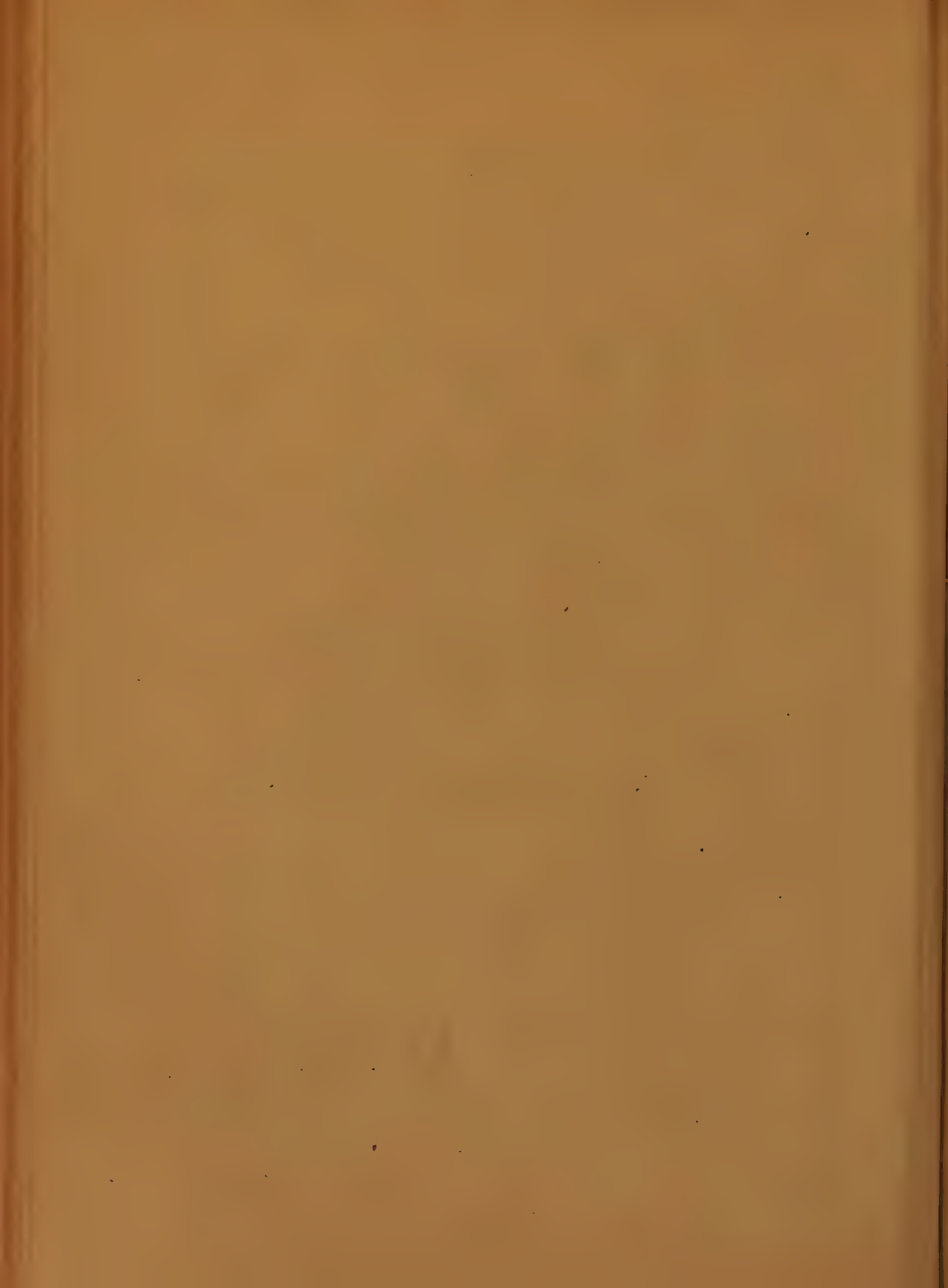
QUINTA PARTE

PART FIVE

ESTATÍSTICAS MONETÁRIAS E FINANCEIRAS
Financial and monetary statistics

SEXTA PARTE

PART SIX

ESTATÍSTICAS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS
Statistics of economic activities

PRIMEIRA PARTE

PART ONE

Balanços e Demonstrações de Lucros e Perdas do Banco do Brasil S. A.

Balances and Profit and Loss accounts of Banco do Brasil S. A.

BANCO DO

BALANÇO EM 30 DE

(Compreendendo Direção Geral

ATIVO

					Cr$
A — DISPONÍVEL					
Caixa:					
Em moeda corrente			1.726.707.158,90		
Em outras especies			3.307.784,10	1.730.014.943,00	
Agências no exterior (total do disponível)				24.867.172,30	1.754.882.115,30
B — REALIZAVEL					
Empréstimos:					
Ao Tesouro Nacional:					
Saldo das contas de arrecadação e despesa do exercício fiscal corrente		5.014.482.971,90			
Contribuição para o Fundo Monetário Internacional		2.081.179.442,50			
Outros débitos		3.118.227.023,40			
Operações da Carteira de Câmbio:					
Correspondentes no exterior....	4.706.654.709,30				
Ouro de produção nacional — (3.365.623,367 grs. de ouro fino)............	70.064.201,70				
Outras contas...	1.578.314.283,40	6.355.033.194,40	16.568.922.632,20		
A governos estaduais			2.107.481.714,00		
A governos estaduais (de financiamento)			631.096.288,90		
A governos municipais			635.375.249,30		
A governos municipais (de financiamento)			59.930.233,10		
A outras entidades públicas			91.942.730,60		
A autarquias			2.059.371.793,90		
A autarquias (Portaria 440, de 8-8-51, do Ministério da da Fazenda)			534.854.398,30		
A bancos:					
Por conta da Caixa de Mobilização Bancária		4.285.165.215,50			
Por conta própria		367.175.262,20	4.652.340.477,70		
Carteira de Crédito Agrícola e Industrial:					
Em curso normal:					
Agrícolas..........	5.198.392.270,90				
Agroindustriais...	44.306.194,20				
Pecuários..........	2.365.186.119,70				
Agropecuários....	106.666.315,50				
Industriais.........	5.613.858.955,50				
Em letras hipotecárias............	8.137.753,20				
Sôbre produtos agrícolas decorrentes de contratos com o Govêrno Federal (Gêneros de produção nacional — Lei 1.506, de 19-12-51).....	89.321.562,30				
A cooperativas....	279.599.168,60				

(Continua)

BRASIL S. A.

JUNHO DE 1953

e Agências no país e exterior)

PASSIVO

					Cr$
F — NÃO EXIGÍVEL					
Capital				100.000.000,00	
Fundo de reserva			417.565.248,70		
Fundo de previsão			1.244.822.024,80		
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios ..			639.300.796,80		
Fundo para prejuízos eventuais			1.025.570.358,80	3.327.258.429,10	
Fundo para o desenvolvimento de iniciativas de interêsse público				101.163.264,20	
Agências no exterior (total do não exigível)				7.415.275,60	3.535.836.968,90
G — EXIGÍVEL					
Depósitos:					
À vista e a curto prazo:					
Do Tesouro Nacional:					
À disposição de entidades federais		2.174.620.087,00			
Fundo de indenizações (Decreto 25.147, de 29-6-48)		77.807.542,20			
Outros créditos		4.511.882.821,60			
Operações da Carteira de Câmbio:					
Correspondentes no exterior....	4.844.204.651,30				
Depósitos para certificados de equipamento...	2.329.602,20				
Certificados de equipamento...	54.381.658,60				
Depósitos vinculados........	256.798.141,70				
Depósitos obrigatórios (Decreto 24.038, de 26-3-34) (à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito)...........	7.933.818.829,80				
Outras contas....	715.019.710,00	13.806.552.593,60	20.570.863.044,40		
De governos estaduais			428.896.550,20		
De governos municipais			38.675.172,60		
De outras entidades públicas			1.546.219.318,00		
De autarquias:					
Superintendência da Moeda e do Crédito:					
Conta de fundos (Decreto-lei 7.293, de 2-2-45):					
— Banco do Brasil S. A........	948.999.099,40				
— Outros bancos	1.975.725.866,80				
Contas de juros:					
— De depósitos (Decreto-lei 8.495, de 28-12-45).........	111.678.625,40				
— De aplicações (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46)..........	66.750.713,20				

(Continua)

BANCO DO

BALANÇO EM 30 DE

(Compreendendo Direção Geral

(Conti

ATIVO					
					Cr$
Fundiários........	6.645.967,70				
Para investimentos	90.666.609,30	13.802.780.916,90			
Em moratória:					
Agrícolas	37.408.140,60				
Agroindustriais....	5.720.610,60				
Pecuários.........	1.977.390.425,50				
Agropecuários.....	6.665.818,70				
Industriais........	10.981.321,10				
Em letras hipotecárias	3.625.625,10	2.041.791.941,60	15.844.572.858,50		
De financiamento ao público			14.194.394,00		
A exportadores e importadores			512.579.699,60		
Em conta corrente ao público:					
Em curso normal		8.242.150.472,10			
Portaria 440, de 8-8-51, do Ministério da Fazenda		32.179.610,70			
Em moratória		299.365.660,00	8.573.695.742,80		
Caixa de Empréstimos aos Funcionários			58.316.381,00		
Títulos descontados:					
A governos estaduais		1.040.406.813,70			
A governos municipais		8.000.000,00			
A autarquias		74.485.570,70			
A bancos:					
Por conta da Caixa de Mobilização Bancária...............	195.369.080,30				
Por conta própria...	133.765.568,90	329.134.649,20			
Ao público		10.379.354.405,50			
Ao público (Portaria 440, de 8-8-51, do Ministério da Fazenda)		31.530.768,80	11.862.912.207,80	64.207.586.801,80	
Títulos a receber de conta própria				344.315.362,30	
Agências no país			73.950.089.050,70		
Correspondentes no país			42.790.391,00	73.992.879.441,70	
Agências no exterior				40.165.218,00	
Creditos em liquidação				772.169.605,40	
Letras hipotecárias a reemitir				1.306.600,00	
Superintendência da Moeda e do Crédito, nossa entrega correspondente a depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46)				63.590.807,60	
Superintendência da Moeda e do Crédito, conta depósito obrigatório				948.999.099,40	
Carteira de Redescontos (nossa participação em seus lucros — art. 16, da Lei 449, de 14-6-37)				254.544.737,80	
Antecipações de pagamento de câmbio comprado				43.178.893,50	
Imóveis não destinados a uso do Banco				79.211.244,90	
Letras do Tesouro Nacional				43.665.455,00	
Títulos e valores mobiliários:					
Obrigações de guerra			100.404.043,00		
Apólices e outras obrigações federais			178.714.263,00		
Apólices estaduais			3.561.736,00		
Apólices municipais			751,00		
Outros títulos em moeda nacional			660.356.926,60		
Títulos da dívida externa brasileira			19.483.982,20		
Outros títulos em moedas estrangeiras			32.795.440,60		
Outros valores mobiliários			2.687.275,60	1.007.004.423,00	
Devedores por créditos sub-rogados ao Banco				8.529.811,30	
Devedores e credores diversos				361.947.084,50	
Compra e venda de produtos exportáveis				4.553.166.245,20	
Compra e venda de produtos de importação				637.019.499,90	
Outras contas do ativo realizável				265.009.812,70	
Agências no exterior (total do realizável)				411.655.309,70	148.035.945.453,70

(Continua)

BRASIL S. A.

JUNHO DE 1953

e Agências no país e exterior)

nuação)

PASSIVO

					Cr$
Fundo Monetário Internacional:					
— Conta n.º 1...	2.774.909.442,50				
— Conta n.º 2...	38.193,70	5.878.101.941,00			
Caixa de Mobilização Bancária ...		215.658.814,20			
Caixas Econômicas à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias		1.448.800.455,50			
Outras autarquias		4.046.084.567,10	11.588.645.777,80		
De bancos			10.133.640.489,70		
Em garantia de acidentes no trabalho (Decreto 24.637, de 10-7-34)			200.000,00		
Compulsórios (do público):					
Judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)		1.773.721.206,30			
De emprêsas concessionárias de serviços públicos (Decreto - lei 3.077, de 26-2-41)		240.638.651,70			
Obrigatórios (Decreto-lei 4.166, de 11-3-42)		296.762,30			
De garantia (Decreto 15.028, de 13-3-44)		19.642.735,10			
Obrigatórios de lucros extraordinários (Decreto - lei 9.159, de 10-4-46)		61.914.589,80			
Obrigatórios (Decreto-lei 6.915, de 2-10-44)		4.396.852,40	2.100.610.797,60		
De diversos (do público):					
Sem limite		3.123.481.143,40			
Limitados		633.965.327,60			
Populares		1.540.686.651,00			
Sem juros		125.682.013,70			
De aviso prévio de menos de 90 dias		167.924.016,20			
Outros depósitos		997.663.823,70	6.589.402.975,60		
Saldos credores de empréstimos			202.206.051,80		
A prazo:					
De autarquias:					
Caixas Econômicas de aviso prévio de 90 dias ou mais		233.141.100,40			
Outras autarquias		627.825.199,80	860.966.300,20		
Compulsórios (do público):					
Judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)		35.120.338,40			
Obrigatórios a prazo fixo (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)		479.691.234,00	514.811.572,40		
De diversos (do público):					
De aviso prévio de 90 dias ou mais		200.589.037,80			
A prazo fixo		295.052.538,10			
Letras a prêmio		304.500,00	495.946.075,90	55.071.084.126,20	

(Continua)

BANCO DO

BALANÇO EM 30 DE

(Compreendendo Direção Geral

(Conti

ATIVO

					Cr$
C — IMOBILIZADO					
Edifícios de uso do Banco			515.352.958,20		
Móveis e utensílios			172.767.769,70		
Material de expediente			43.899.326,10	732.020.054,00	
Agências no exterior (total do imobilizado)				7.812.043,00	739.832.097,00
D — DE RESULTADO PENDENTE					
Contas de resultado pendente				103.561.937,90	
Agências no exterior (total das contas de resultado pendente)				394.604,00	103.956.541,90
E — DE COMPENSAÇÃO					150.634.616.207,90
Efeitos a receber de conta alheia (do país)			12.105.457.288,60		
Mandatários por cobrança de títulos			11.388.385.362,70		
Valores sob condição resolutiva			12.601.662,30	23.506.444.313,60	
Valores depositados:					
Ouro do Tesouro Nacional (281.569.564,200 grs. de ouro fino)			6.402.933.669,10		
Títulos da dívida pública federal, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito:					
— Decreto-lei 9.140, de 5-4-46:					
Do Banco do Brasil S. A.	200.755.700,00				
De outros bancos	1.054.246.200,00	1.255.001.900,00			
— Decreto-lei 9.159, de 10-4-46		28.140.800,00	1.283.142.700,00		
Valores de diferentes espécies em depósito obrigatório ((Decreto-lei 4.166, de 11-3-42)			11.033.957,70		
Produtos exportáveis			3.955.176.973,50		
Outros valores depositados			14.718.707.186,80	26.370.994.487,10	
Valores em garantia:					
Hipotecas			17.435.278.113,00		
Outras garantias			48.715.430.851,50	66.150.708.964,50	
Tesouro Nacional, operações da Carteira de Câmbio:					
Efeitos a receber do exterior		2.563.887.285,00			
Mandatários por cobrança de títulos		728.570,40			
Valores sob condição resolutiva		1.152.306,20	2.565.768.161,60		
Devedores por garantias prestadas:					
Companhia Siderúrgica Nacional		1.564.952.400,00			
Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande		42.526.080,90			
Estrada de Ferro Central do Brasil		319.991.631,30			
Estado de Minas Gerais		242.638.255,10			
Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional		421.226.001,60			
Companhia Mogiana de Estradas de Ferro		21.593.667,00			
Outras entidades		66.134.012,40	2.679.062.048,30		
Outras contas			8.085.434.963,30	13.330.265.173,20	
Outras contas de compensação				6.022.415.914,50	
Agências no exterior (total de compensação)				258.444.623,40	135.639.273.476,30
					286.273.889.684,20

Rio de Janeiro, D. F.,

ANAPIO GOMES
Presidente

BRASIL S. A.

JUNHO DE 1953

• Agências no país e exterior)

nuação)

PASSIVO

				Cr$
Outras responsabilidades:				
Bônus em circulação		77.341.500,00		
Letras hipotecárias em circulação		17.757.600,00		
Carteira de Redescontos:				
Títulos comerciais redescontados	3.538.199.409,00			
Contratos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial redescontados	6.410.967.120,80			
Conta de movimento	1.527.108,40	9.950.693.638,20		
Clientes do país		321.368.190,90	10.367.160.929,10	
Obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraídos			2.220.000.000,00	
Agências no país		74.161.901.510,30		
Correspondentes no país		13.651.945,80	74.175.553.456,10	
Ordens de pagamento			581.661.817,60	
Dividendos a pagar:				
Anteriores, não reclamados		2.277.560,00		
94.º dividendo a distribuir		10.000.000,00	12.277.560,00	
Outras contas do passivo exigível			21.466.600,60	
Agências no exterior (total do exigível)			435.244.656,80	142.884.449.146,40
H — DE RESULTADO PENDENTE				
Contas de resultado pendente			4.212.260.896,00	
Agências no exterior (total das contas de resultado pendente)			2.069.196,60	4.214.330.092,60
				150.634.616.207,90
I — DE COMPENSAÇÃO				
Depositantes de efeitos para cobrança			23.506.444.313,60	
Depositantes de valores em custódia			26.370.994.487,10	
Depositantes de valores em garantia			66.150.708.964,50	
Tesouro Nacional, operações da Carteira de Câmbio:				
Depositantes de efeitos para cobrança		2.565.768.161,60		
Responsabilidades no exterior, por garantias prestadas a terceiros		2.679.062.048,30		
Outras contas		8.085.434.963,30	13.330.265.173,20	
Outras contas de compensação			6.022.415.914,50	
Agências no exterior (total de compensação)			258.444.623,40	135.639.273.476,30
				286.273.889.684,20

17 de julho de 1953

RAUL HOWAT RODRIGUES
Chefe do Departamento de Contabilidade
(C.R.C. n.º 9.810)

BANCO DO

DEMONSTRAÇÃO DE

Em 30 de

(Compreendendo Direção Geral

DÉBITO

		Cr$
Despesas financeiras (juros e redescontos)		750.575.838,80
Despesas administrativas:		
Despesas de impostos	24.638.883,60	
Outras despesas administrativas	1.222.956.932,80	1.247.595.816,40
Amortização do valor dos imóveis, móveis e utensílios de uso do Banco		59.156.896,86
Perdas diversas:		
De operações de semestres anteriores ..	58.967.284,00	
De reajuste e alienação de valores patrimoniais	571.334,20	59.538.618,20
Provisão que se leva ao "Fundo para prejuízos eventuais" (Art. 45, § único dos Estatutos), para eventual compensação de prejuízos		6.847.228,36
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ART. 45, § ÚNICO, DOS ESTATUTOS):		
Fundo de reserva, cota de 10%	3.878.927,70	
Percentagem da Diretoria	506.788,20	
Dividendos, à razão de 20% ao ano	10.000.000,00	
Fundo de Beneficência dos Funcionários, 1%	387.892,80	
Fundo de previsão, cota de refôrço	24.015.667,70	38.789.276,40
		2.162.503.674,90

Rio de Janeiro, D. F.,

ANÁPIO GOMES
Presidente

BRASIL S. A.

LUCROS E PERDAS

junho de 1953

e Agências no país e exterior)

CRÉDITO

		Cr$
Rendas:		
De juros e descontos de empréstimos e adiantamentos	1.752.870.934,70	
De juros de ações e obrigações	11.269.498,40	
De comissões	314.940.661,50	
Outras rendas	22.529.431,60	2.101.610.526,20
Lucros diversos:		
De operações de semestres anteriores ...	60.301.371,60	
De reajuste e alienação de valores patrimoniais	591.777,10	60.893.148,70
		2.162.503.674,90

17 de julho de 1953.

RAUL HOWAT RODRIGUES
Chefe do Departamento de Contabilidade
(C.R.C. n.º 9.810)

BANCO DO

BALANÇO EM 31 DE

(Compreendendo Direção Geral

ATIVO

Conta					Cr$
A — DISPONÍVEL					
Caixa:					
Em moeda corrente			2.983.270.357,50		
Em outras espécies			6.833.057,50	2.990.103.415,00	
Agências no exterior (total do disponível)				14.320.726,60	3.004.424.141,60
B — REALIZÁVEL					
Empréstimos:					
Ao Tesouro Nacional:					
Contribuição para o Fundo Monetário Internacional		2.081.179.442,50			
Outros débitos		10.025.223.230,10			
Operações da Carteira de Câmbio:					
Correspondentes no exterior	5.254.220.422,80				
Outras contas	1.228.048.812,10	6.482.269.234,90	18.588.671.907,50		
A governos estaduais			2.180.666.512,50		
A governos estaduais (de financiamento)			656.901.114,80		
A governos municipais			803.626.522,00		
A governos municipais (de financiamento)			61.974.677,50		
A outras entidades públicas			146.817.533,50		
A autarquias			2.213.376.492,30		
A autarquias (Portaria 440, de 8-8-51, do Ministério da Fazenda)			716.603.234,30		
A bancos:					
Por conta da Caixa de Mobilização Bancária		4.819.777.607,70			
Por conta própria		1.193.855.447,90	6.013.633.055,60		
Carteira de Crédito Agrícola e Industrial:					
Em curso normal:					
Agrícolas	4.658.463.669,20				
Agroindustriais	60.408.905,30				
Pecuários	2.707.944.012,20				
Agropecuários	146.840.982,60				
Industriais	6.212.037.044,10				
Em letras hipotecárias	7.119.444,60				
Sôbre produtos agrícolas decorrentes de contratos com o Govêrno Federal (Gêneros de produção nacional — Lei 1.506, de 19-12-51)	24.490.184,00				
A cooperativas	272.862.456,40				
Fundiários	11.863.916,40				
Para investimentos	129.516.847,90	14.231.547.462,70			
Em moratória:					
Agrícolas	36.924.491,50				
Agroindustriais	5.896.041,90				
Pecuários	1.844.083.635,30				
Agropecuários	6.553.038,00				

(Continua)

BRASIL S. A.

DEZEMBRO DE 1953

e Agências no país e exterior)

PASSIVO

F — NÃO EXIGÍVEL					Cr$
Capital				100.000.000,00	
Fundo de reserva			421.611.794,60		
Fundo de previsão			1.270.176.283,00		
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios			1.026.606.835,30		
Fundo para prejuízos eventuais			1.033.068.564,80	3.751.463.477,70	
Fundo para o desenvolvimento de iniciativas de interêsse público				101.189.627,20	
Agências no exterior (total do não exigível)				8.621.775,10	3.961.274.880,00
G — EXIGÍVEL					
Depósitos:					
À vista e a curto prazo:					
Do Tesouro Nacional:					
À disposição de entidades federais		173.359.346,50			
Fundo de indenizações (Decreto 25.147, de 29-6-48)		66.869.065,90			
Outros créditos		4.783.322.256,40			
Operações da Carteira de Câmbio:					
Correspondentes no exterior	5.187.224.971,60				
Depósitos para certificados de equipamento	2.687.357,70				
Certificados de equipamento	33.834.486,10				
Depósitos vinculados	692.996.524,80				
Depósitos obrigatórios (Decreto 24.038, de 26-3-34) (à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito)	4.065.968.023,40				
Outras contas	801.037.018,00	10.783.748.381,60	15.807.299.050,40		
De governos estaduais			307 018.611,50		
De governos municipais			16.485.699,50		
De outras entidades públicas			1.935.826.447,60		
De autarquias:					
Superintendência da Moeda e do Crédito:					
Conta de fundos (Decreto-lei 7.293, de 2-2-45):					
— Banco do Brasil S. A.	1.014.653.228,10				
— Outros bancos	2.046.097.441,10				
Contas de juros:					
— De depósitos (Decreto-lei 8.495, de 28-12-45)	127.033.544,00				
— De aplicações (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46)	68.059.821,90				

(Continua)

BANCO DO

BALANÇO EM 31 DE

(Compreendendo Direção Geral

(Conti

ATIVO

					Cr$
Industriais........	11.000.292.80				
Em letras hipotecárias...........	3.733.382.40	1.908.190.881,90	16.139.738.344,60		
De financiamento ao público			14.196.339,00		
A exportadores e importadores			366.124.189,60		
Em conta corrente ao público:					
Em curso normal		10.913.815.205.40			
Portaria 440. de 8-8-51, do Ministério da Fazenda		26.772.983.40			
Em moratória		218.002.800.10	11.158.590.988,90		
Caixa de Empréstimos aos Funcionários			57.275.098,20		
Títulos descontados:					
A governos estaduais		1.633.297.471.20			
A governos municipais		33.000.000.00			
A autarquias		105.281.429,80			
A bancos:					
Por conta da Caixa de Mobilização Bancária...............	188.652.357.30				
Por conta própria..	1.106.005.885.10	1.294.658.242,40			
Ao público		12.649.597.752,90			
Ao público (Portaria 440, de 8-8-51, do Ministério da Fazenda)		11.772.859,80	15.727.607.756,10	74.845.803.766,40	
Títulos a receber de conta própria				936.471.798.50	
Agências no país			72.354.194.270,30		
Correspondentes no país			41.362.793,50	72.395.557.063,80	
Agências no exterior				36.370.000,00	
Créditos em liquidação				843.654.918,70	
Letras hipotecárias a reemitir				1.253.800,00	
Superintendência da Moeda e do Crédito, nossa entrega correspondente a depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46)				62.557.245.80	
Superintendência da Moeda e do Crédito, conta depósito obrigatório				1.014.653.228.10	
Antecipações de pagamento de câmbio comprado				42.025.817.20	
Imóveis não destinados a uso do Banco				78.405.765.50	
Letras do Tesouro Nacional				952.802.375,00	
Títulos e valores mobiliários:					
Obrigações de guerra			113.112.000.00		
Apólices e outras obrigações federais			186.549.779.00		
Apólices estaduais			3.793.364.00		
Apólices municipais			751.00		
Outros títulos em moeda nacional			660.101.490.60		
Títulos da dívida externa brasileira			19.562.751.50		
Outros títulos em moedas estrangeiras			33.631.435.80		
Outros valores mobiliários			1.329.857.80	1.018.081.429,70	
Devedores por créditos sub-rogados ao Banco				8.529.811,30	
Devedores e credores diversos				426.125.675.10	
Compra e venda de produtos exportáveis				587.902.394.10	
Compra e venda de produtos de importação				1.049.617.138.80	
Outras contas do ativo realizável				207.864.624.50	
Agências no exterior (total do realizável)				449.448.180.50	154.957.125.033,00

(Continua)

BRASIL S. A.

DEZEMBRO DE 1953

e Agências no país e exterior)

nuação)

PASSIVO

				Cr$
Fundo Monetário Internacional:				
— Conta n.º 1...	3.292.909.442,50			
— Conta n.º 2...	15.648,50	6.548.769.126,10		
Caixa de Mobilização Bancária ...		4.255.995.263,90		
Caixas Econômicas à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias		1.330.422.966,70		
Outras autarquias		4.097.781.124,60	16.232.968.481,30	
Depósitos para licenças de importação (Lei 1.991, de 26-9-53)			166.704.889,90	
De bancos			10.856.382.171,40	
Em garantia de acidentes no trabalho (Decreto 24.637, de 10-7-34)			200.000,00	
Compulsórios (do público):				
Judiciais à vista e de aviso prévio de menos de 90 dias (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)		1.817.752.220,00		
De emprêsas concessionárias de serviços públicos (Decreto - lei 3.077, de 26-2-41)		250.242.854,70		
Obrigatórios (Decreto-lei 4.166, de 11-3-42)		1.255.768,70		
De garantia (Decreto 15.028, de 13-3-44)		10.937.079,80		
Obrigatórios de lucros extraordinários (Decreto - lei 9.159, de 10-4-46)		64.543.995,80		
Obrigatórios (Decreto-lei 6.915, de 2-10-44)		4.677.299,60	2.149.409.218,60	
De diversos (do público):				
Sem limite		3.069.933.217,00		
Limitados		630.355.348,40		
Populares		1.781.886.278,70		
Sem juros		165.283.364,80		
De aviso prévio de menos de 90 dias		5.601.276,50		
Outros depósitos		1.391.560.204,60	7.044.619.690,00	
Saldos credores de empréstimos			210.166.788,50	
A prazo:				
De autarquias:				
Caixas Econômicas de aviso prévio de 90 dias ou mais		373.025.663,90		
Outras autarquias		937.361.133,50	1.310.386.797,40	
Compulsórios (do público):				
Judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)		38.091.064,60		
Obrigatórios a prazo fixo (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41)		495.146.060,60	533.237.125,20	

(Continua)

BANCO DO

BALANÇO EM 31 DE

(Compreendendo Direção Geral

(Conti

ATIVO

					Cr$
C — IMOBILIZADO					
Edifícios de uso do Banco			894.811.763,20		
Móveis e utensílios			187.476.504,00		
Material de expediente			55.418.400,40	1.137.706.667,60	
Agências no exterior (total do imobilizado)				8.272.612,20	1.145.979.279,80
D — DE RESULTADO PENDENTE					
Contas de resultado pendente				226.942.247,70	
Agências no exterior (total das contas de resultado pendente)				136.927,10	227.079.174,80
					159.334.607.629,20
E — DE COMPENSAÇÃO					
Efeitos a receber de conta alheia (do país)			14.648.252.611,10		
Mandatários por cobrança de títulos			14.377.523.776,80		
Valores sob condição resolutiva			19.957.473,30	29.045.733.861,20	
Valores depositados:					
Ouro do Tesouro Nacional (285.281.987,945 grs. de ouro fino)			6.480.217.422,40		
Títulos da dívida pública federal, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito:					
— Decreto-lei 9.140, de 5-4-46:					
Do Banco do Brasil S. A.	200.755.700,00				
De outros bancos	1.227.411.200,00	1.428.166.900,00			
— Decreto-lei 9.159, de 10-4-46		26.946.400,00	1.455.113.300,00		
Valores de diferentes espécies em depósito obrigatório (Decreto-lei 4.166, de 11-3-42)			9.528.620,50		
Produtos exportáveis			2.306.402.408,20		
Outros valores depositados			13.665.651.367,30	23.916.913.118,40	
Valores em garantia:					
Hipotecas			21.211.890.562,40		
Outras garantias			55.429.471.578,90	76.641.362.141,30	
Tesouro Nacional, operações da Carteira de Câmbio:					
Efeitos a receber do exterior		1.449.521.691,80			
Mandatários por cobrança de títulos		701.675,30			
Valores sob condição resolutiva		864.229,60	1.451.087.596,70		
Devedores por garantias prestadas:					
Companhia Siderúrgica Nacional		1.536.647.525,00			
Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande		39.010.319,90			
Estrada de Ferro Central do Brasil		272.124.360,60			
Estado de Minas Gerais		233.677.230,50			
Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional		394.899.376,50			
Companhia Mogiana de Estradas de Ferro		17.994.722,50			
Outras entidades		176.280.359,10	2.670.633.894,10		
Outras contas			19.243.062.867,40	23.364.784.358,20	
Beneficiários de garantias prestadas e outras responsabilidades assumidas				2.749.678.447,00	
Outras contas de compensação				4.225.180.843,80	
Agências no exterior (total de compensação)				319.862.951,50	160.263.515.721,40
					319.598.123.350,60

Rio de Janeiro, D. F.,

MARCOS DE SOUZA DANTAS
Presidente

BRASIL S. A.

DEZEMBRO DE 1953

e Agências no país e exterior)

nuação)

PASSIVO

De diversos (do público):				Cr$
De aviso prévio de 90 dias ou mais	283.599.789,10			
A prazo fixo	293.592.548,70			
Letras a prêmio	294.000,00	577.486.337,80	57.148.191.309,10	
Outras responsabilidades:				
Bônus em circulação		77.341.500,00		
Letras hipotecárias em circulação		15.736.300,00		
Carteira de Redescontos:				
Títulos comerciais redescontados	4.353.902.551,10			
Contratos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial redescontados	5.814.873.291,50			
Conta de movimento	7.839.377,10	10.176.615.219,70		
Clientes do país		481.755.111,80	10.751.448.131,50	
Obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraídos			5.550.000.000,00	
Agências no país		75.604.918.132,70		
Correspondentes no país		27.196.847,70	75.632.114.980,40	
Agências no exterior			637.692,20	
Ordens de pagamento			869.932.620,90	
Dividendos a pagar:				
Anteriores, não reclamados		2.098.020,00		
95.º dividendo a distribuir		10.000.000,00	12.098.020,00	
Outras contas do passivo exigível			22.050.404,30	
Agências no exterior (total do exigível)			461.707.485,60	150.448.180.644,00
H — DE RESULTADO PENDENTE				
Contas de resultado pendente			4.923.302.919,50	
Agências no exterior (total das contas de resultado pendente)			1.849.185,70	4.925.152.105,20
				159.334.607.629,20
I — DE COMPENSAÇÃO				
Depositantes de efeitos para cobrança			29.045.733.861,20	
Depositantes de valores em custódia			23.916.913.118,40	
Depositantes de valores em garantia			76.641.362.141,30	
Tesouro Nacional, operações da Carteira de Câmbio:				
Depositantes de efeitos para cobrança		1.451.087.596,70		
Responsabilidades no exterior, por garantias prestadas a terceiros		2.670.633.894,10		
Outras contas		19.243.062.867,40	23.364.784.358,20	
Responsabilidades por garantias prestadas e aceite de títulos		2.576.969.723,60		
Valores dados em garantia		172.708.723,40	2.749.678.447,00	
Outras contas de compensação			4.225.180.843,80	
Agências no exterior (total de compensação)			319.862.951,50	160.263.515.721,40
				319.598.123.350,60

25 de janeiro de 1954

RAUL HOWAT RODRIGUES
Chefe do Departamento de Contabilidade
(C.R.C. n.º 9.810)

BANCO DO

DEMONSTRAÇÃO DE

Em 31 de

(Compreendendo Direção Geral

DÉBITO

		Cr$
Despesas financeiras (juros e redescontos)		827.927.906,90
Despesas administrativas:		
Despesas de impostos	27.022.635,10	
Outras despesas administrativas	1.877.052.714,50	1.904.075.349,60
Amortização do valor dos imóveis, móveis e utensílios de uso do Banco		387.352.242,30
Perdas diversas:		
De operações de semestres anteriores ..	62.100.508,00	
De reajuste e alienação de valores patrimoniais	2.832.191,90	64.932.699,90
Provisão que se leva ao "Fundo para prejuízos eventuais" (Art. 45, § único dos Estatutos), para eventual compensação de prejuízos		7.498.206,00
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ART. 45, § ÚNICO, DOS ESTATUTOS):		
Fundo de reserva, cota de 10%	4.046.545,90	
Percentagem da Diretoria	660.000,00	
Dividendos, à razão de 20% ao ano	10.000.000,00	
Fundo de Beneficência dos Funcionários, 1%	404.654,60	
Fundo de previsão, cota de refôrço	25.354.258,20	40.465.458,70
		3.232.251.863,40

Rio de Janeiro, D. F.

MARCOS DE SOUZA DANTAS
Presidente

BRASIL S. A.

LUCROS E PERDAS

dezembro de 1953

e Agências no país e exterior)

CRÉDITO

		Cr$
Rendas:		
De juros e descontos de empréstimos e adiantamentos	2.073.143.947,50	
De juros de ações e obrigações	12.741.637,90	
De comissões	430.444.053,40	
Outras rendas	28.789.778,70	2.545.119.417,50
Lucros diversos:		
De operações de semestres anteriores ...	686.586.321,50	
De reajuste e alienação de valores patrimoniais	546.124,40	687.132.445,90
		3.232.251.863,40

25 de janeiro de 1954

RAUL HOWAT RODRIGUES
Chefe do Departamento de Contabilidade
(C.R.C. n.º 9.810)

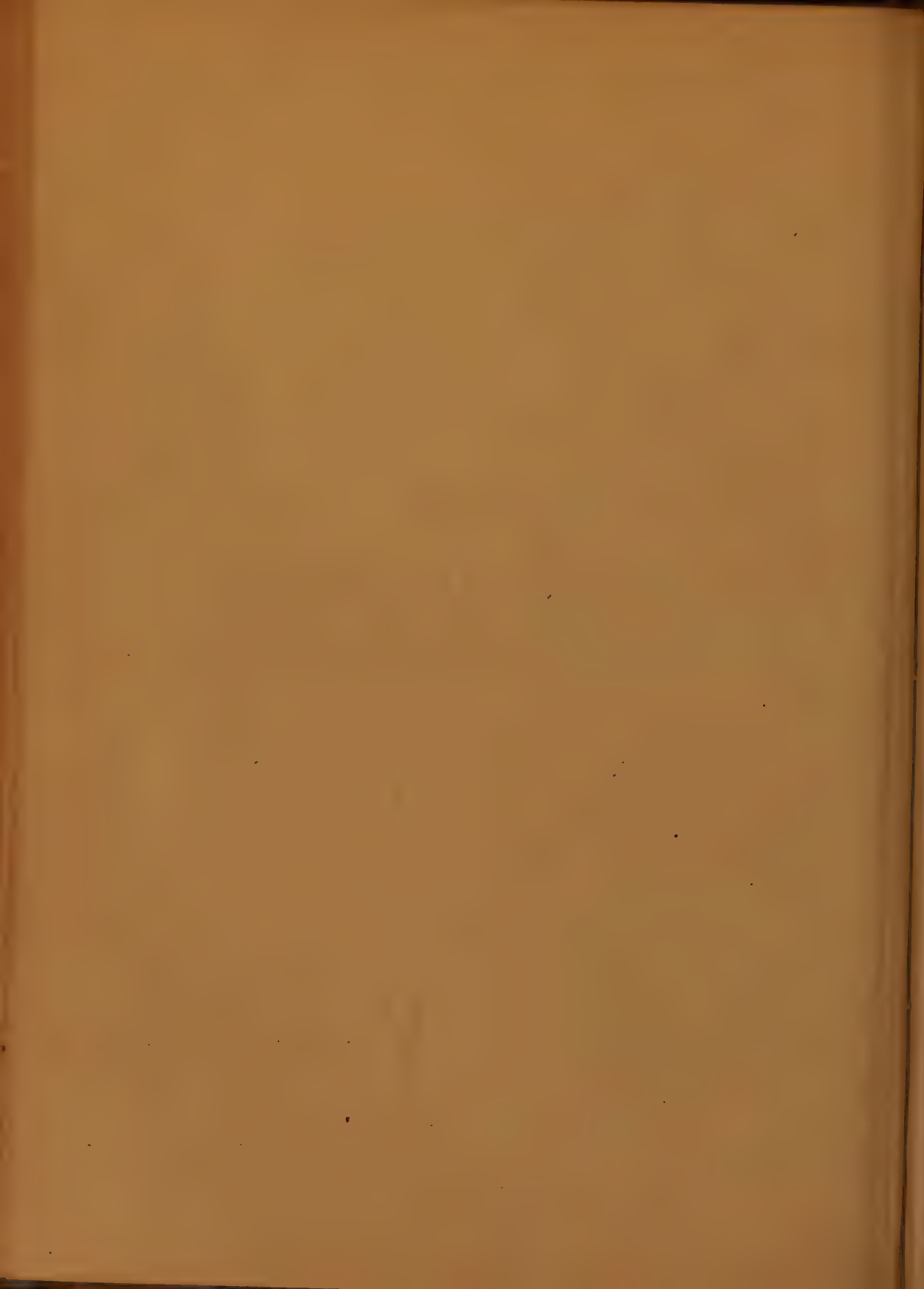
SEGUNDA PARTE

PART TWO

Ata da Assembléia Geral Ordinária dos acionistas do Banco do Brasil S. A., realizada em 30 de Abril de 1953

Minutes of the ordinary general meeting of the shareholders of Banco do Brasil S. A., held on the 30th April 1953

BANCO DO BRASIL S. A.

———o———

Ata da Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas, realizada em 30 de abril de 1953

Aos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinqüenta e três, reunidos, em primeira convocação, às dezesseis horas, na sede social, à Rua Primeiro de Março, número sessenta e seis, nesta cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, acionistas do Banco do Brasil Sociedade Anônima, por si ou por delegação, possuidores de trezentas mil trezentas e noventa e quatro ações, representando sessenta milhões, setenta e oito mil e oitocentos cruzeiros, isto é, mais de um quarto do capital social exigido pelo artigo quarenta dos Estatutos, todo êle com direito de voto, como se verificou de suas assinaturas a páginas quarenta a quarenta e três do "Livro de Presença", contendo as declarações indicadas no artigo noventa e dois do Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta, o Senhor Presidente do Banco, General-de-Divisão Anápio Gomes, assumindo a presidência consoante o artigo quarenta e quatro dos Estatutos, declara instalada a Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas correspondente ao ano de mil novecentos e cinqüenta e três, prevista pelo artigo quarenta e um dos Estatutos, convidando para comporem a Mesa, como Primeiro e Segundo Secretários, os acionistas José Willemsens Junior e Luiz de Oliveira Alves, respectivamente. Constituída, assim, a Mesa, o Senhor Presidente convida para tomarem assento a seu lado o Doutor Haroldo Renato Ascoli, representante do Tesouro Nacional, maior acionista do Banco, e o Senhor Manoel Gomes Moreira, como prova de deferência para com os acionistas de maior e menor porte quanto ao número de ações de que são possuidores, tendo sido lido antes, pelo Segundo Secretário, o Aviso do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, assim concebido: "Ministério da Fazenda — Aviso número duzentos e ses- "senta e três — Rio de Janeiro, D.F. — Em vinte e nove de abril de "mil novecentos e cinqüenta e três — Senhor Presidente do Banco do "Brasil Sociedade Anônima: Comunico-vos que resolvi designar o Pro- "curador Geral da Fazenda Pública, bacharel Haroldo Renato Ascoli, para "representar o Tesouro Nacional na Assembléia Geral Ordinária dêsse Banco "a se realizar amanhã, dia trinta do corrente mês. Saudações — *Horacio Lafer.*" A Portaria relativa ao dito Aviso é dos seguintes têrmos: "Ministério da "Fazenda — Portaria número duzentos e quarenta e nove, de vinte e "nove de abril de mil novecentos e cinqüenta e três — O Ministro de "Estado dos Negócios da Fazenda resolve designar o Procurador Geral "da Fazenda Pública, bacharel Haroldo Renato Ascoli, para representar "o Tesouro Nacional na Assembléia Geral Ordinária do Banco do Brasil "Sociedade Anônima, a se realizar amanhã, dia trinta do corrente mês. — "*Horacio Lafer.*" O Senhor Presidente, iniciando os trabalhos, pede ao Se-

gundo Secretário para ler o edital que pôs à disposição dos acionistas, para exame, o relatório, os balanços, as contas de "lucros e perdas" e o parecer do Conselho Fiscal, concernentes ao exercício de mil novecentos e cinqüenta e dois, publicado por três vêzes, de conformidade com o artigo noventa e nove do Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte e sete, nas edições do "Diário Oficial" e "Jornal do Commercio" de vinte e seis; vinte e sete e vinte e oito de março de mil novecentos e cinqüenta e três. O Segundo Secretário faz a leitura do edital, do seguinte teor: "Banco "do Brasil Sociedade Anônima — No Departamento de Contabilidade dêste "Banco, na Praça Pio X, número cinqüenta e quatro, terceiro andar, "acham-se à disposição dos Senhores Acionistas os documentos a que se "refere o artigo noventa e nove do Decreto-lei número dois mil seiscentos "e vinte e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e qua- "renta. — Rio de Janeiro, vinte e cinco de março de mil novecentos e "cinqüenta e três. — *Anápio Gomes*, Presidente." O Segundo Secretário, ainda a pedido do Senhor Presidente, procede à leitura do edital de convocação da Assembléia, inserto por três vêzes, conforme o artigo quarenta e três dos Estatutos, nas edições do "Diário Oficial" e "Jornal do do Commercio", de nove, dez e onze de abril de mil novecentos e cinqüenta e três e expresso nos seguintes têrmos: "Banco do Brasil Socie- "dade Anônima — Assembléia Geral Ordinária — Em nome da Diretoria, "convido os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembléia Geral Ordi- "nária, no edifício dêste Banco, à Rua Primeiro de Março, número ses- "senta e seis, nesta Capital, no dia trinta do mês em curso, às dezes- "seis horas, para: a) tomar conhecimento do parecer do Conselho Fiscal "e examinar as contas, balanços, inventários e relatório do exercício de "mil novecentos e cinqüenta e dois, e sôbre êles deliberar; b) proceder "à eleição de um Diretor e dos membros do Conselho Fiscal e suplentes; "e c) fixar a remuneração da Diretoria e dos membros do Conselho Fis- "cal. Ficarão suspensas as transferências de ações desde o dia vinte até o "dia trinta do corrente. Rio de Janeiro, oito de abril de mil novecentos "e cinqüenta e três. *Anápio Gomes*, Presidente." Em seguida, o Senhor Presidente salienta que, para boa regularidade, a ordem dos trabalhos da Assembléia seria a indicada nos artigos cem e cento e dois do Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte e sete, a saber: primeiro) leitura do relatório, dos balanços, das contas de "lucros e perdas" e do parecer do Conselho Fiscal; segundo) discussão sôbre êsses documentos; terceiro) votação das contas da Diretoria, dos balanços e do parecer do Conselho Fiscal; quarto) eleição de um Diretor e dos membros e suplentes do Conselho Fiscal; quinto) fixação da remuneração mensal da Diretoria, para o período compreendido entre o mês de maio de mil novecentos e cinqüenta e três e o de abril de mil novecentos e cinqüenta e quatro; sexto) fixação da remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal, para aquêle mesmo período; e sétimo) discussão de assuntos gerais, observado, neste particular, os dispositivos legais e estatutários. O acionista Manoel Gomes Moreira, depois de agradecer a distinção de que fôra alvo para tomar assento ao lado do Senhor Presidente, pede providências acêrca da ata da Assembléia Geral Extraordinária de vinte e quatro de junho de mil novecentos e cinqüenta e dois, a qual — alegou — ainda não estava aprovada e sòmente continha a assinatura dos membros da Mesa, desejando, por isso mesmo, que fôsse lida e submetida à apreciação dos acionistas presentes. Responde o Senhor Presidente ao acionista Manoel Gomes Moreira, ponderando que, em consonância com a pauta dos trabalhos, deveria renovar mais adiante as suas considerações, para solução. Após, o Senhor Presidente declara que vai mandar proceder à leitura do relatório, dos balanços, das contas de "lucros e perdas" e do parecer do Conselho Fiscal. O acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, sob o fundamento de que ditas peças, já constantes do relatório impresso, haviam sido divulgadas na forma legal, pelas edições do "Diário Oficial" e "Jornal do Commercio" de vinte e três de abril de mil novecentos e cinqüenta e três, sendo, portanto, do conhecimento dos acionistas presentes,

propôs, sendo aprovada por unanimidade, a dispensa de sua leitura. O parecer do Conselho Fiscal, cuja leitura fôra também dispensada, está assim redigido: "Parecer do Conselho Fiscal — Senhores Acionistas: Cumprindo "um grato dever, submetemos à consideração da digna Assembléia Geral "Ordinária, na forma dos dispositivos legais e estatutários, nosso parecer "sôbre os balanços e contas do Banco do Brasil Sociedade Anônima, no "exercício de mil novecentos e cinqüenta e dois, e sôbre os principais atos "administrativos do período. Nas sessões realizadas e pelo contacto direto "com os diversos setores do Banco, foi-nos dado observar e acompanhar "o desenvolvimento dos negócios, que, sob a orientação firme da Diretoria, "tiveram sempre como objetivo a defesa dos superiores interêsses nacionais "e a salvaguarda e fortalecimento do patrimônio da instituição. Os saldos "de caixa e os demais valores foram, nas ocasiões próprias, conferidos "e achados em perfeita ordem. No que respeita ao ouro do Tesouro Na- "cional, sob a guarda do Banco do Brasil, foi êle, por instruções de sua "Presidência, conferido meticulosamente, barra por barra, bem assim o ouro "amoedado e a coleção de moedas e pepitas de propriedade dêste. Essa "verificação, levada a efeito em três meses, esteve a cargo do Conselheiro "Argemiro de Hungria Machado, que concluiu, por substancioso relatório, "achar-se tudo em rigorosa exatidão. Em mil novecentos e cinqüenta e dois, "ocorreu significativo fato na vida do Banco, o qual, pelo seu vulto e "repercussão, impôs-se seja aqui examinado, embora em suas linhas ge- "rais. Como é sabido, o Banco adquiriu, devidamente autorizado, tôda a pro- "dução de algodão em caroço, a oitenta e cinco cruzeiros a arrôba, inde- "pendentemente de classificação. Essa medida teve em mira "a garantia "efetiva da produção algodoeira que vinha passando por uma crise e o "desejo do Govêrno de assegurar aos lavradores de algodão um preço justo, "evitando-se, assim, o declínio de um dos principais fatôres da economia "agrícola do País". Por fôrça das mesmas circunstâncias que a deter- "minaram, a operação ainda não pôde ser liquidada, permanecendo os esto- "ques comprados em poder do Banco. Por tudo que ficou exposto, pro- "pomos aos Senhores Acionistas sejam aprovados, sem restrições, os ba- "lanços e contas do Banco do Brasil no exercício de mil novecentos e cin- "qüenta e dois e o Relatório que, a respeito, acaba de ser apresentado "pelo Senhor Presidente. — Desejamos consignar a satisfação em ver vi- "toriosa a opinião dêste Conselho Fiscal, manifestada em oportunidades "anteriores, sôbre o reajustamento dos honorários dos membros da Dire- "toria, assunto que foi solucionado com a reforma parcial dos Estatutos "do Banco, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de vinte e qua- "tro de junho de mil novecentos e cinqüenta e dois. — A partir dêste "ano, na forma do disposto em o parágrafo único do artigo trinta e um "dos Estatutos, deveis fixar o quantum da remuneração mensal dos mem- "bros da Diretoria no período maio de mil novecentos e cinqüenta e três "a abril de mil novecentos e cinqüenta e quatro. — Durante o ano findo, "ocorreram algumas modificações na Alta Administração do Banco. Assim, "perdemos a valiosa e competente colaboração dos Senhores Doutores Luiz "Simões Lopes e José Estefno, que foram substituídos, respectivamente, "pelas personalidades marcantes dos Senhores Doutores Coriolano de Araujo "Góes Filho e Pompilio Cylon Fernandes da Rosa, êste em caráter interino "e até que essa Assembléia se pronuncie sôbre o assunto. Já em janeiro "de mil novecentos e cinqüenta e três, resolveu afastar-se da Presidência "do Banco o Senhor Doutor Ricardo Jafet, que tão bons e relevantes ser- "viços vinha prestando ao Banco e ao País. O Excelentíssimo Senhor Pre- "sidente da República houve por bem designar para ocupar o pôsto, inte- "rinamente, o Senhor General Anápio Gomes, que, em várias funções im- "portantes da administração pública, inclusive na Diretoria do Banco, ti- "vera o ensejo de demonstrar suas magníficas qualidades de administrador "e de cuja atuação, portanto, é lícito esperar os mais auspiciosos resul- "tados. Rio de Janeiro, vinte e quatro de março de mil novecentos e cin- "qüenta e três. (Assinados) — *João Daudt d'Oliveira — Carloman da Silva* "*Oliveira — Zózimo Barroso do Amaral — Argemiro de Hungria Machado*

"— *Pedro de Magalhães Corrêa.*" A seguir, o Senhor Presidente declara que, antes de abrir discussão sôbre o relatório, os balanços, as contas de "lucros e perdas" e o parecer do Conselho Fiscal, comunicava à Assembléia que se achavam em seu poder seis requerimentos — todos assinados pelos acionistas Aliomar de Andrade Baleeiro, Bilac Pinto, José Bonifacio Lafayette de Andrada e José Monteiro de Castro — sôbre os quais iria se pronunciar, à medida que cada um dêsses requerimentos fôsse lido pelo Primeiro Secretário. O acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva cita o parágrafo sétimo do artigo quarenta e quatro dos Estatutos, para — depois de várias considerações — ler a seguinte proposição: "Um. Con-"siderando que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em aten-"ção ao clamôr público e, quiçá, os fatos levados ao conhecimento de Sua "Excelência, houve por bem determinar a abertura de inquérito e êste levado "a efeito, com a criação da Comissão nomeada em dez de fevereiro de mil "novecentos e cinqüenta e um, pelo então Presidente do Banco do Brasil "Sociedade Anônima, Senhor Ricardo Jafet; Dois. Considerando que outro "intuito não teve o Govêrno da República com o referido inquérito em "apurar os fatos e determinar as responsabilidades de todos aqueles que "direta ou indiretamente nele estivessem envolvidos, tanto assim que o re-"presentante do Tesouro Nacional, excluiu da aprovação as contas que não "forem por ventura, apuradas como legitimas — ata da Assembléia Geral "Ordinaria de trinta de abril de mil novecentos e cinqüenta e um; Três. "Considerando que o inquérito foi realizado e as suas conclusões tiveram "a mais ampla publicidade, depois de acalorada discussão no sentido da "conveniência da sua publicação; Quatro. Considerando que a Comissão "encarregada do inquérito em apreço concluiu de maneira iniludivel pela "responsabilidade de um elevado número de pessoas que, por atos ou omis-"sões, realmente envolveram-se em transações ilicitas punidas pela lei penal; "Cinco. Considerando que o referido inquérito teve a mais larga publici-"dade não só através de toda a imprensa do país como tambem, foi "publicado no Diário do Congresso Nacional, em suplemento ao número "vinte e seis, datado de quatro de fevereiro de mil novecentos e cinqüenta "e três, e que, apesar do receio que, essa publicação poderia trazer, em re-"lação ao descrédito, as possibilidades de ensejar responsabilidades ao Go-"verno, pela quebra de pseudo sigilo nas transações bancárias, ocorrências "que não se verificaram, porque decorridos que são quase três mêses da-"quela publicação até agora não houve qualquer protesto no sentido de in-"validar as conclusões a que chegou o inquérito mencionado, a não ser da "Companhia Internacional de Seguros Sociedade Anônima, que, por lamen-"tável equivoco, viu sua sigla mencionada naquela peça, quando na rea-"lidade trata-se de outra entidade congênere, a Companhia Interestadual "de Seguros ocorrência desde logo esclarecida, através de uma carta do "Presidente da Comissão de Inquérito Doutor Miguel Teixeira de Oli-"veira documento que têve a mais larga divulgação pela imprensa; Seis. "Considerando que, o silêncio se não importa em confissão expressa, traduz "ineludivelmente convicção ficta de vez que quer no direito civil como no "direito criminal até o silêncio se interpreta, pois os fatos não contestados, "serão admitidos como verídicos, se o contrário não resultar dos conjuntos "das provas (artigo duzentos e nove do Código do Processo Civil) e embora "o silêncio do acusado não importe confissão, mas deverá constituir ele-"mento para formação do convencimento do Juiz (artigo cento e noventa e "oito do Código do Processo Penal); Sete. Considerando que as conclusões "gerais do inquérito esclarecem que se em alguns casos "só se ha de co-"gitar da responsabilidade de seus autores ou cumplices, noutros muitos "cabe apurar a culpa civil ou a punição criminal", situações que só atra-"vés de inquérito regular e perante as autoridades competentes chegar-se-á "a uma conclusão definitiva, ensejando oportunidade a quem não fôr cul-"pado vêr sua inocência proclamada; Oito. Considerando que na hora "presente em que mais lavra a miseria nas classes humildes e como con-"sequência mais aumenta a falta de confiança nos altos poderes da Re-"pública, em virtude dos escandalos quotidianamente publicados na imprensa

"e do negocismo contra a fortuna pública ou o decôro administrativo, de vez "que mal se acaba de comentar um escandalo ou uma negociata, desde logo "outros tomam o seu lugar num verdadeiro desafio e afronta à Moral, ao "Direito e a Justiça; Nove. Considerando que a não punição daqueles de "malbaratam a fortuna pública ou a fortuna alheia é sem dúvida fonte ge- "radora de maior estimulo a reincidência nessa imoral prática, ensejando "exemplos nefastos, haja visto a repetição de novos escandalos verificados "na Carteira de Redesconto, Caixa de Mobilização Bancária e na Extinta "Comissão Central de Preços sem falar no caso do algodão, do café, do "arroz, dos cadilacs, das geladeiras e de tantos outros objétos supérfluos que "servem de regalo a vaidade dos novos ricos, cujas fortunas foram adquiridas "na desgraça e no andrajo da população quase faminta; Dez. Considerando, "finalmente que a abertura daquele inquérito determinado expressamente "pelo Presidente da República teve indiscutivelmente o intuito de apurar e "de punir exemplarmente a todos aqueles que nele estão envolvidos ou indi- "ciados, a Assembléia Geral Ordinaria aqui reunida, RESOLVE: a) autorizar "a Diretoria do Banco do Brasil Sociedade Anônima a remeter, sem mais "tardança, o inquérito procedido pela Comissão mencionada no item pri- "meiro, ao Excelentissimo Senhor General Chefe do Departamento Fe- "deral de Segurança Pública, para nos termos da lei (Código do Processo "Penal), determinar a abertura de inquérito criminal contra todos aqueles "que foram apontados no referido inquérito como tendo praticado ações ou "omissões sujeitas a sanção penal, instruindo a queixa formalizada com "todos os elementos necessários a sua tramitação regular; b) autorizar, in- "clusive, a mesma Diretoria a designar tantos advogados quantos forem "necessários para acompanhar na fase policial o inquérito ou inqueritos "que forem instaurados, e segui-los no Juizo Criminal até a sua final "conclusão." O Senhor Presidente, respondendo ao acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, declara que, ao se manifestar sôbre um dos seis requerimentos a que fizera referência, daria informações completas a respeito do inquérito levado a efeito no Banco sob a presidência do Senhor Miguel Teixeira de Oliveira. O acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, depois de agradecer o esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente, declara esperar que sua proposta conste desta ata. O acionista Manoel Gomes Moreira propõe que a Diretoria seja auterizada pela Assembléia a mandar realizar inquérito sôbre a gestão administrativa no biênio mil novecentos e cinqüenta e um e mil novecentos e cinqüenta e dois, para que não paire a menor dúvida a respeito do procedimento daqueles que deixaram de fazer parte da Diretoria, por não lhe parecer judicioso que os que prestaram bons serviços gozem por aí afora de triste fama, por conduta incorreta numa instituição grandiosa como é realmente o Banco do Brasil. Aduz que de sua proposta tivera conhecimento prévio o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda. Responde-lhe o Senhor Presidente, informando que, de acôrdo com a pauta dos trabalhos, a proposta que apresentara, se, porventura, renovada, seria apreciada pela Assembléia, para deliberação na última fase dos trabalhos. O Primeiro Secretário procede, então, à leitura do primeiro dos seis mencionados requerimentos, assim formulado: "Câmara dos Deputados — Excelentíssimo Se- "nhor Presidente do Banco do Brasil Sociedade Anônima — Para habilitar "meu voto na próxima Assembléia Geral do Banco do Brasil Sociedade "Anônima, requeiro a Vossa Excelência, à vista das referências feitas no "relatório de mil novecentos cinqüenta e três, se digne informar o seguinte: "Um. A quanto montam, discriminadamente, os empréstimos feitos às em- "prêsas abaixo, referidas no relatório de Vossa Excelência: a) A Noite "b) Rádio Nacional c) Fundação Brasil Central d) Instituto do Açúcar "a do Alcool e) SAPS f) Superintendência das Emprêsas Incorporadas ao "Patrimônio da União. Dois. Quais as garantias que foram dadas pelos "devedores? Três. A que se destinaram os empréstimos concedidos? Rio de "Janeiro, vinte e sete de abril de mil novecentos cinqüenta e três — (As- "sinados) *José Bonifacio L. de Andrada — José Monteiro de Castro — "Bilac Pinto — Aliomar Baleeiro.*" O Senhor Presidente — a propósito

dêsse requerimento — declara que deseja tecer algumas considerações, as quais, se não justificam qualquer ato da Diretoria ou do Presidente, pelo menos explicam, em parte, a seu ver, alguns dêsses atos; que entende ser a garantia e a remuneração razoável do seu capital o que interessa fundamentalmente aos acionistas de uma sociedade anônima; que não há dúvida terem os acionistas do Banco suficientemente garantidos e remunerados seus capitais; que, dada sua posição de estabelecimento semi-oficial, necessita o Banco manter relações financeiras muito intensas e extensas com o Poder Público; que o capital dos acionistas do Banco, a começar pelo maior dêles, o Tesouro Nacional, é um capital diminuto em relação à massa de dinheiro que o Banco recebe e aplica; que essa massa imensa de recursos provém, em grande parte ou na sua maioria, do crédito do estabelecimento e da sua condição de estabelecimento semi-oficial, ou seja, das suas relações com o Poder Público; que, nestas condições, não é possível à Diretoria fugir à contingência, não de ordem política, mas social e econômica, de aprovar, às vêzes, certas operações que não se podem enquadrar, rigorosamente, na boa técnica bancária; que cita, por exemplo, a situação das unidades federadas a que pertencem os nobres acionistas requerentes, Estados que êles representam de maneira brilhante no Congresso Nacional; que a êsses Estados, por atravessarem situação econômico-financeira de dificuldades, teve o Banco de socorrer, por fôrça de eventos econômicos e sociais, deferindo-lhes empréstimos que, a rigor, fogem à técnica bancária e, portanto, não interessariam ao Banco como sociedade anônima, como estabelecimento bancário; que temos a região nordestina, vez por outra assolada pelo fenômeno da sêca, mas que, êste ano, apresenta um quadro verdadeiramente dramático; que nessa região, de pouca capacidade econômica, por fatôres climatéricos adversos, o Banco tem recolhidos, em depósito, pouco mais de dois bilhões de cruzeiros; que, no entanto, nela possui, aplicados, mais de sete bilhões de cruzeiros, o que significa estarem ali empregados recursos outros, vultosos, provindos de diferentes pontos do país; que não realizamos êsses empréstimos visando ao lucro, senão para atender a contingências indiscutìvelmente de ordem social, pois temos de socorrer aquela região e o fazemos na medida do possível; que não crê possa haver Presidente ou Diretor do Banco que, apegando-se às normas rígidas da Lei das Sociedades Anônimas e dos Estatutos, deixasse de atendê-las, mesmo fazendo, por vêzes, operações que, a rigor, não nos interessem do ponto de vista do lucro bancário; que, encarado ainda do lado social e por vêzes econômico, o Banco ou o Presidente do Banco defere algumas operações com organismos por assim dizer governamentais, como os referidos no requerimento; que se sente perfeitamente à vontade para tratar do assunto, porque, entre essas operações, apenas uma, concedida êste ano, devidamente amparada com direito creditório sôbre tôda a respectiva verba orçamentária, foi levada a efeito sob a sua responsabilidade; que, os Senhores Acionistas não ignoram, é o registro das verbas orçamentárias, no início do ano, processo um pouco demorado, e órgãos do Poder Público se vêem, às vêzes, forçados a recorrer ao crédito bancário para antecipação de caixa; e foi isto o que aconteceu no caso da única operação de sua responsabilidade, que figura entre as enumeradas no requerimento; que, em relação às demais, lamenta não poder explicá-las integralmente, como solicitam os requerentes; que não teria dúvida em fazê-lo e acredita mesmo que a enumeração das respectivas garantias não colocaria mal quem as fêz, mas não se julga no direito de expor o Banco, que preside em caráter transitório, à eventualidade de uma ação por quebra do sigilo bancário, hoje tão comprometido, depois das últimas sindicâncias nêle realizadas; que, em síntese, tem o Banco a melhor disposição no sentido de facultar aos Senhores Acionistas a fiscalização dos atos da Administração, o que, aliás, é previsto no artigo número setenta e oito, letra *c* do Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte e sete; que, para perfeito cumprimento dessa disposição legal, o Banco comunicou pela imprensa, com a antecedência de trinta dias do da realização da Assembléia, que ficavam à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede social, todos

os documentos necessários ao mais completo esclarecimento das atividades da sociedade; que, assim, tiveram os Senhores Acionistas a oportunidade, em tempo hábil e forma legal, de obter os esclarecimentos solicitados no requerimento; e que convém relembrar as palavras de Miranda Valverde, as quais não repete por já constarem da ata da Assembléia Geral Ordinária de mil novecentos e cinqüenta e dois; e, finalmente, que era esta a explicação que se julgava no dever de prestar, lamentando profundamente, ainda uma vez, nada mais poder adiantar a respeito. O acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada diz que deseja, preliminarmente, manifestar seu júbilo, sua alegria, por ver o Senhor Presidente no supremo comando do maior estabelecimento de crédito da América do Sul (aplausos gerais), significando que ares novos, idéias novas, oxigenadas sobretudo, sopram por todos os recantos do Brasil; que, entretanto, pede licença para declarar que, por princípio e por doutrina, não se conforma com a resposta do Senhor Presidente ao seu requerimento e que, por isso mesmo, transforma-o na proposta que faz no sentido de que sejam dados amplos esclarecimentos em resposta às perguntas nêle contidas; que o Banco, ao conceder empréstimos a Estados, está realmente socorrendo as populações brasileiras, mas, quando ampara autarquias, satisfaz apenas a um pequeno grupo; que, se é certo terem os Senhores Acionistas precípuo interêsse em saber da garantia e da remuneração do seu dinheiro, possuem também o direito de saber em que estão aplicados os recursos do Banco; que não se deve temer a quebra do sigilo bancário, completamente desmoralizado no país, com a ruidosa publicação do inquérito feito pelo Senhor Miguel Teixeira de Oliveira; que nenhum estabelecimento bancário sofreu corrida e o Banco do Brasil continua firme a sustentar a vida financeira e econômica do país; e que as entidades em aprêço não podem ser objeto de falência, pois são organizações paraestatais, tendo, assim, o apoio do Tesouro Nacional. O Senhor Presidente responde ao acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada, informando que a sua indicação fôra anotada para — se renovada — ser discutida e sôbre ela deliberar a Assembléia, no final dos trabalhos. O Primeiro Secretário lê o segundo dos referidos requerimentos, do seguinte teor: "Câmara dos Deputados — Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do "Brasil Sociedade Anônima — Na qualidade de acionista do Banco do Bra- "sil Sociedade Anônima, requeiro a Vossa Excelência se digne informar o "seguinte: Um. Qual a despesa que a gestão de mil novecentos e cin- "qüenta e dois do Banco do Brasil fêz com publicidade? Dois. Quais os "órgãos de publicidade que receberam pagamento por publicações efetuadas; "quanto cada um e qual a matéria sôbre que tenha versado a publicação. "Três. Se ditas despesas foram autorizadas pela Assembléia ou pela Dire- "toria? Quatro. Qual o montante das despesas, no mesmo período, com do- "nativos a instituições e quais as instituições beneficiadas? Rio de Janeiro, "vinte e sete de abril de mil novecentos e cinquenta e três — (Assinados) "*José Bonifacio L. de Andrada — José Monteiro de Castro — Bilac Pinto —* "*Aliomar Baleeiro.*" O Senhor Presidente, após a leitura do requerimento, informa que as despesas com publicidade no ano de mil novecentos e cinqüenta e dois ascenderam a vinte e dois milhões quarenta e oito mil trezentos e cinqüenta e dois cruzeiros e trinta centavos; que nesse total se inclui parcela, de ano para ano expansiva, atinente às publicações de rotina, como os editais, avisos, comunicados, etc., principalmente das Carteiras especializadas, ou seja, Carteira de Câmbio, Carteira de Exportação e Importação, Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e também da Carteira de Redescontos, embora desta em menor escala; que essa publicidade de rotina tende a aumentar, não só pelo desenvolvimento das referidas Carteiras, como pelo advento da recente Lei número mil oitocentos e sete, de sete de janeiro de mil novecentos e cinqüenta e três, que dispõe sôbre operações de câmbio e que obriga o Banco a uma série de publicações freqüentes; que o Banco, para maior divulgação, faz publicar êsses avisos, editais, etc. não apenas no "Diário Oficial", senão também em vários jornais da imprensa leiga do país; que o montante dos donativos no ano de mil novecentos e cinqüenta e dois chegou a quinze milhões sessenta e cinco mil duzentos e cinqüenta

e oito cruzeiros, distribuídos entre numerosas entidades de assistência social do país; que nessa soma estão incluídas as pequenas parcelas autorizadas pelos Diretores, de acôrdo com as normas que regulam a distribuição dos donativos, sendo que a maior parte das despesas em causa corre à conta de atos da Presidência e também dos Gerentes das Agências, pois êstes têm uma pequena verba, nunca excedente de dez mil cruzeiros para as Agências maiores, a fim de fazer face à concessão de pequenos donativos locais; que — no que respeita à outra parte do requerimento, que é a do fornecimento da relação dos jornais contemplados com publicidade — não teria dúvida em fornecer êsses dados, mas, refletindo bem sôbre a matéria, verificou não ter o direito de expor o Banco a uma possível malquerença, não apenas dos jornais contemplados com essa publicidade, senão também dos outros, que não foram com ela beneficiados; que a publicação dessa lista traria, por certo, um clima de antipatia para o Banco e não desejaria para êle concorrer; que acreditava interessassem aos acionistas, fundamentalmente, duas coisas: a de conhecer o montante das despesas e saber se a Diretoria atual está seguindo a trilha anterior; que, neste particular, louvava a atitude dos acionistas que estão, de algum tempo a esta parte, vigilantes quanto a determinadas atividades do Banco, porque isto servirá de advertência a seus futuros administradores; que, para os atuais, não seria necessária, pois, pela primeira vez, a Diretoria atual deliberou fixar um teto para as despesas de donativos e publicidade; que, assim, as despesas de publicidade legítima não vão nem à metade das realizadas anteriormente; que um ato da Assembléia Geral Ordinária de mil novecentos e quarenta e um autorizou a Presidência a conceder donativos em bases razoáveis, mas que é difícil saber até onde vai êsse conceito de bases razoáveis e tôda a elasticidade é de interpretação; que acredita tenham as Administrações anteriores levado um pouco longe essa elasticidade, mas, repete, a Administração atual a conteve ou a delimitou, já que aquela Assembléia Geral Ordinária não lhe fixou um limite; que, tendo providenciado, antes do recebimento do requerimento, a feitura de relações das entidades contempladas com publicidade e donativos, a dêstes ficava à disposição dos requerentes e dos demais Senhores Acionistas; que não lê essa relação de donativos, porque não deseja, por escrúpulo, consigná-la na ata dos trabalhos e, portanto, dar à publicidade os nomes das entidades beneficiadas, muitas delas da mais alta respeitabilidade, que se veriam mencionadas nos jornais como tendo recebido benefícios, que a maledicência poderia considerar ilícitos ou menos morais; e que, todavia, está à disposição dos Senhores Acionistas que a queiram consultar, na Assembléia ou mais tarde, em seu Gabinete, fazendo-lhes um apêlo no sentido de que se não publiquem êsses nomes, a fim de evitar situação de constrangimento para numerosas instituições de caridade, espalhadas por todo o território nacional. Retruca ao Senhor Presidente o acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada, pondo de manifesto que não tem restrições a fazer à administração do Senhor Presidente; que, no seu requerimento, se refere às contas da gestão passada; que, ao sair do Banco, para publicidade, retrato de um dos membros da Alta Administração, acompanhado de elogios pessoais, a culpa é do Presidente ou da Diretoria e não do jornal, pois êste prestou serviços e tem direito a remuneração; que ilegal é mandar fazer publicidade indevida; que, em face da informação do Senhor Presidente, de que não enumeraria os nomes dos jornais que publicaram matéria paga pelo Banco, para não expor o estabelecimento à má vontade dos contemplados e não contemplados, não se conforma com essa decisão, fazendo, assim, o seu apêlo caloroso ao representante do Tesouro Nacional, para que autorize, com o seu voto, a divulgação dos nomes de todos os órgãos de imprensa que receberam publicidade, no exercício de mil novecentos e cinqüenta e dois; que, se foi sôbre o relatório ou outros assuntos do Banco, muito bem, mas se foi para elogiar A ou B, deve ser responsabilizado o mandante; que nada há demais que o Banco, o estabelecimento de maior expressão econômica do país, concorra com o seu quinhão para o sustento de associações filantrópicas; e que aceita o convite para ir ao Gabinete da Presi-

dência saber os nomes das instituições contempladas com donativos, guardando a discrição pedida, com a ressalva, porém, de que, se encontrar o nome de alguma entidade que não seja de beneficência, dará imediatamente publicidade do fato, pois não é possível que, pelo sigilo bancário, fiquem acobertados atos e operações ilícitos. O Senhor Presidente declara, em resposta ao acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada, que a petição verbal que apresentara, a respeito da publicidade remunerada, seria discutida, para solução, na parte final dos trabalhos. O Primeiro Secretário leva a efeito a leitura do terceiro dos requerimentos em aprêço, nos seguintes têrmos: "Câmara dos Deputados — Excelentíssimo Senhor Presi-"dente do Banco do Brasil Sociedade Anônima — No relatório de mil nove-"centos e cinqüenta e três com que Vossa Excelência submete à deliberação "da Assembléia Geral do Banco do Brasil Sociedade Anônima as contas do "exercício de mil novecentos e cinqüenta e dois, está declarado que foi ins-"tituída a Comissão de Estudos da Reforma Administrativa do Banco para "o fim de melhorar o seu aparelhamento de conjunto. Requeiro se digne "Vossa Excelência informar em que pé estão os estudos e qual a data "provável do seu término, visto estarem os trabalhos se processando desde "outubro do ano passado. — Rio de Janeiro, vinte e sete de abril de mil "novecentos e cinqüenta e três — (Assinados) *José Bonifacio L. de Andrada* "— *José Monteiro de Castro* — *Bilac Pinto* — *Aliomar Baleeiro*." O Senhor Presidente, finda a leitura do requerimento, salienta que a reestruturação em causa não é por certo de forma, porque o Banco tem uma estrutura que não se deve modificar em suas partes fundamentais; que, como é natural, com a evolução e o crescimento do Banco, setores há que, por vêzes, se atrasam em sua organização e funcionamento; que a Comissão nomeada tem por fim rever a estruturação e o funcionamento de várias seções do Banco, e de vários quadros; que os quadros fundamentais do Banco, que são os de contabilidade e de caixa, além do de portaria, têm uma organização que podemos considerar modelar, quanto à admissão do pessoal, processo de promoção, aposentadoria, etc.; que há, todavia, alguns quadros cuja organização lhe parece um tanto falha, como, principalmente, os das profissões liberais; que o estudo para sua organização, nos moldes dos de contabilidade e tesouraria, não foi fácil, mas está quase terminado, quanto, pelo menos, a dois, esperando, dentro em breve, submeter suas conclusões à apreciação da Diretoria; que outro assunto que aquela Comissão teve por fim estudar é o da simplificação do sistema contábil do Banco ou de sua burocracia; que se trata de estudo a ser feito em profundidade e em extensão, não se podendo em poucos meses terminar trabalho dessa ordem; que, assim, espera ver, dentro em breve, ultimados os trabalhos da Comissão, incluído, nêle, um estudo atuarial para se verificar até que ponto poderá o Banco manter o sistema de aposentadoria em vigor de seus servidores; e que são estas as informações que presta aos Senhores Acionistas, não obstante o requerimento conter matéria expressamente cometida à Administração, que deliberará à medida que os estudos, a respeito, forem sendo terminados. O Primeiro Secretário faz a leitura do quarto dos requerimentos em análise, redigido nos têrmos que se seguem: "Câmara dos Deputados — Excelen-"tíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil Sociedade Anônima — Na "qualidade de acionista do Banco do Brasil Sociedade Anônima, requeiro "a Vossa Excelência se digne informar, a fim de que possa me habilitar a "votar na Assembléia Geral do dia trinta, o seguinte: Um. Quantas ar-"rôbas de algodão se acham armazenadas e pertencentes ao Banco do Bra-"sil, adquiridas à safra de mil novecentos e cinqüenta e um/mil novecentos "e cinqüenta e dois? Dois. Quantas arrôbas foram vendidas pelo Banco do "Brasil até agora? Três. Qual o preço que foi vendida cada arrôba e qual "o seu custo, pelo menos aproximado, à época atual? Quatro. O algodão "armazenado está no seguro? Quantas companhias seguraram o algodão e "quais são elas? Cinco. Qual a despesa mensal que o Banco do Brasil está "tendo para guardar e conservar o algodão, inclusive despesas de seguro? "Seis. Qual o prejuízo provável do Banco com a compra do algodão men-"cionado e a falta de escoamento do que está armazenado? Sete. O Banco

"do Brasil está adquirindo, ou adiantando dinheiro para a compra da safra "do algodão mil novecentos e cinqüenta e dois/mil novecentos e cinqüenta e "três? Quantas arrôbas já comprou e por que preço? Oito. Já existe plano "para fazer o escoamento da safra de mil novecentos e cinqüenta e um/mil "novecentos e cinqüenta e dois? Nove. Qual o dinheiro disponível que o "Banco do Brasil empregou na compra da safra de algodão de mil novecentos "e cinqüenta e um/mil novecentos e cinqüenta e dois? — Rio de Janeiro, "vinte e sete de abril de mil novecentos e cinqüenta e três — (Assinados) *José "Bonifacio L. de Andrada — José Monteiro de Castro — Bilac Pinto — Aliomar Baleeiro.*" Quando o Senhor Presidente anunciou ter em mãos a resposta que formulara a respeito dêsse requerimento, ficou resolvido, com aquiescência do primeiro de seus signatários, o acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada, não ser necessária a sua leitura, devendo, porém, o seu inteiro teor constar desta ata. Eis, pois, a resposta do Senhor Presidente ao requerimento: "O último levantamento a que procedemos, em treze de "abril de mil novecentos e cinqüenta e três, acusou a existência de um "milhão trezentos e dois mil e setenta e oito fardos, os quais, ao pêso médio "de cento e oitenta e seis quilos e seiscentas gramas por fardo, totalizam "duzentos e quarenta e dois milhões novecentos e sessenta e sete mil e "setecentos e cinqüenta e cinco quilos ou dezesseis milhões cento e noventa "e sete mil e oitocentas e cinqüenta arrôbas e cinco quilos; o Banco vendeu até agora um milhão quatrocentas e trinta e três mil e trinta arrôbas; "o algodão até agora vendido pelo Banco alcançou, por tipo e por arrôba, "os seguintes preços (mercadoria posta nos armazéns em São Paulo): tipo "cinco — trezentos e vinte e três cruzeiros e oitenta centavos — tipo cinco/ "seis — trezentos e quinze cruzeiros e sessenta centavos — tipo seis — "duzentos e noventa e seis cruzeiros e sessenta centavos — tipo seis/sete — "duzentos e setenta e cinco cruzeiros — tipo sete — duzentos e sessenta e "cinco cruzeiros — tipo oito — duzentos e sessenta cruzeiros — tipo nove — "duzentos e cinqüenta e oito cruzeiros; o custo aproximado dos algodões do "Banco (inclusive despesas de armazenagem, seguro e juros), para entrega "no mês de abril de mil novecentos e cinqüenta e três, nos armazéns em "São Paulo, é o seguinte, por tipo e por arrôba: tipo quatro — trezentos e "cinqüenta e cinco cruzeiros — tipo quatro/cinco — trezentos e cinqüenta "cruzeiros — tipo cinco — trezentos e quarenta e cinco cruzeiros — tipo "cinco/seis — trezentos e trinta e cinco cruzeiros — tipo seis — trezentos "e vinte cruzeiros — tipo seis/sete — trezentos e dez cruzeiros — tipo sete — "trezentos cruzeiros — tipo oito — duzentos e noventa e cinco cruzeiros — "tipo nove — duzentos e noventa e três cruzeiros; o algodão está segurado "em cento e sete companhias, a saber: Adriática, Aliança da Bahia, Aliança "Brasileira, Aliança de Minas Gerais, Aliança do Pará, Aliança Rio Grandense, Americana, Assicurazioni Generali, Assurances Generales, Atlântica, "Atlas, Bandeirante, Boavista, Brasil, Caledonian, Ceará, Colonial, Colúmbia, "Comercial Union, Confiança, Continental, Cruzeiro do Sul, Fidelidade, Firemen's, La Foncière, Fortaleza, Garantia, Garantia Industrial Paulista, Globo, Great American, Guanabara, Guarani, Guardian, Home Insurance, Imperial, Inconfidência, Indenizadora, Independência, Indiana, Interestadual, Internacional, Ipiranga, Italbrás, Itamarati, Itatiaia, Latino Americana, Legal e "General, Liberdade, Liverpool, London e Globe, Lóide Atlântico, Lóide Industrial Sul Americano, Lóide Sul Americano, London Assurance, London "& Lancashire, Madepinho, Marítima, Mauá, Mercantil, Minas Brasil, Miramar, Motor Union, Mútua Catarinense, Nacional, Niterói, Nordrate North "British, Northern, Novo Mundo, Oceânica, Pan-América, Paraná, Pátria, Patriarca, Paulista, Pearl Assurance, Phenix de Pôrto Alegre, Phoenix Assurance, Phoenix Pernambucana, Piratininga, Pôrto Alegrense, Pôrto Seguro, "Previdente, Protetora, Prudencial, Renascença, Riachuelo, Rio Branco, Rio "de Janeiro, Rochedo, Royal Exchange, Royal Insurance, Sagres, Seguradora "Brasileira, Seguradora Industrial e Mercantil, Segurança Industrial, Seguros "da Bahia, Suissa, Sul América, Sul Brasil, Sun Insurance, Ultramar, União "Brasileira, União do Comércio Indústria, União dos Proprietários, União de "Seguros, Universal e Varejistas; com a armazenagem e seguro do algodão

"está o Banco despendendo, atualmente, cêrca de dezoito milhões de cru-
"zeiros por mês; favorável ou não, o resultado final da operação — seja
"para o Banco, seja para o Govêrno — estará necessàriamente em função das
"flutuações dos mercados, tanto interno como externo, não podendo ser
"conhecido, conseguintemente, senão depois de ultimadas as vendas do pro-
"duto, agora consoante as diretrizes que para isso forem aprovadas pelo
"Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, através da Comissão
"de Assuntos de Algodão; pelo Decreto número trinta e um mil oitocentos
"e setenta e um, de três de dezembro de mil novecentos e cinqüenta e dois,
"e nos têrmos do contrato firmado, em sete de abril de mil novecentos e
"cinqüenta e três, com o Ministério da Fazenda, foi o Banco autorizado a
"adquirir, no regime da Lei número mil quinhentos e seis, de dezenove de
"dezembro de mil novecentos e cinqüenta e um, algodão em pluma, algodão
"em caroço e caroço de algodão da safra mil novecentos e cinqüenta e dois/
"mil novecentos e cinqüenta e três, da zona meridional do país, podendo
"ainda conceder empréstimos, mediante penhor mercantil do produto em plu-
"ma. Tais operações, entretanto, sòmente agora serão iniciadas, uma vez
"que a sua execução dependia de registro, no Tribunal de Contas, do con-
"trato supracitado, formalidade essa que só agora foi satisfeita. Os preços
"para as aquisições de que se trata, estabelecidos pela Comissão de Finan-
"ciamento da Produção, são os seguintes, por arrôba de quinze quilos:
"*algodão em pluma* — tipo três — duzentos e oitenta e cinco cruzeiros — tipo
"três/quatro — duzentos e sessenta e cinco cruzeiros — tipo quatro — duzentos
"e sessenta e dois cruzeiros — tipo quatro/cinco — duzentos e cinqüenta e
"oito cruzeiros — tipo cinco — duzentos e trinta cruzeiros — tipo cinco/seis
"— duzentos e vinte cruzeiros — tipo seis — duzentos e cinco cruzeiros —
"tipo seis/sete — cento e noventa cruzeiros — tipo sete — cento e oitenta
"e cinco cruzeiros — tipo oito — cento e oitenta cruzeiros — tipo nove —
"cento e setenta cruzeiros — *algodão em caroço* (produção do Estado de São
"Paulo) — tipo superior — noventa e cinco cruzeiros — tipo bom — no-
"venta cruzeiros — tipo regular — oitenta cruzeiros — tipo sofrível — sessenta
"e oito cruzeiros — tipo inferior — sessenta cruzeiros — (produção nos de-
"mais Estados — base tipo regular) — Paraná — setenta e cinco cruzeiros —
"Rio de Janeiro — setenta cruzeiros — Sul de Minas — setenta cruzeiros —
"— Norte de Minas — sessenta e cinco cruzeiros — Goiás — sessenta e seis
"cruzeiros — Mato Grosso — sessenta e seis cruzeiros — *caroço de algodão*
"— caroço de algodão, sêco, da classe e tipos mencionados nos artigos de-
"zoito, letra "a" e dezenove, do Decreto número seis mil cento e oitenta e
"seis, de vinte e oito de agôsto de mil novecentos e quarenta, ao preço de
"vinte e seis cruzeiros, pôsto em armazéns da Capital do Estado de São
"Paulo e, nos demais Estados, de conformidade com o artigo quarto da
"Lei número mil quinhentos e seis, de dezenove de dezembro de mil nove-
"centos e cinqüenta e um; criada de acôrdo com o despacho do Senhor
"Presidente da República na Exposição de Motivos número quinhentos e
"setenta, de quatorze de março de mil novecentos e cinqüenta e três, do
"Ministério da Fazenda, à Comissão de Assuntos de Algodão, instalada
"em quinze de abril de mil novecentos e cinqüenta e três, caberá, sob a
"orientação do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, estudar
"e executar a colocação do algodão de propriedade do Banco; a caixa
"do Banco é única e para ela convergem recursos de várias origens: depó-
"sitos de diferentes naturezas, receitas diversas, produto de operações de re-
"desconto, etc. A moeda ali centralizada é distribuída pelas aplicações, sem
"especificação da sua procedência. No ano passado, o Banco do Brasil
"teve que aplicar vultosa parcela de fundos na compra de algodão e, em
"conseqüência da imobilização resultante, se viu compelido, a fim de evitar
"o desamparo a outras atividades produtoras, a recorrer em maior escala
"ao redesconto. Em trinta de abril de mil novecentos e cinqüenta e dois,
"seu saldo devedor junto à Carteira de Redescontos era de um bilhão seis-
"centos e setenta e um milhões cento e setenta e seis mil e quarenta e oito
"cruzeiros e cinqüenta centavos, e, em trinta e um de dezembro de mil no-
"vecentos e cinqüenta e dois, era de sete bilhões cento e quarenta e dois

"milhões oitocentos e sessenta e quatro mil e trinta cruzeiros e quarenta "centavos, o que representa um acréscimo de cinco bilhões quatrocentos e "setenta e um milhões seiscentos e oitenta e sete mil novecentos e oitenta e "um cruzeiros e noventa centavos. Considerando que a interferência no mer- "cado algodoeiro teve início no mês de maio de mil novecentos e cinqüenta "e dois, e que, no último dia dêsse ano, o total despendido com a aquisição "do produto e despesas respectivas se elevava a quatro bilhões cento e ses- "senta e cinco milhões quatrocentos e noventa e oito mil duzentos e oitenta "e seis cruzeiros e dez centavos, pode-se dizer que a compra de algodão foi "indiretamente efetuada com recursos oriundos de redesconto." O Primeiro Secretário passa à leitura do quinto dos citados requerimentos: "Câmara dos "Deputados — Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil Socie- "dade Anônima — Na qualidade de acionista do Banco do Brasil Sociedade "Anônima e para habilitar o meu voto na prestação de contas procedida pela "Diretoria que geriu o Banco do Brasil no exercício passado, requeiro a Vossa "Excelência se digne informar o seguinte: Um. O Banco do Brasil Sociedade "Anônima vendeu algodão da safra mil novecentos e cinqüenta e um/mil "novecentos e cinqüenta e dois que lhe pertencia à alguma entidade, na- "cional ou estrangeira, inclusive à "THE RAW COTTON COMISSION", da "Inglaterra, com vinculação a compromisso de compra pelo Ministério da "Aeronáutica de setenta aviões a jacto, como faz referência o relatório de "mil novecentos e cinquenta e três? Dois. Foi vendido algum algodão ao Minis- "tério da Aeronáutica diretamente ? Três. Se foi ao Ministério da Aeronáutica, "por quanto foi vendida cada arrôba? Quatro. As arrôbas objeto da transação "quanto custaram ao Banco, indicando-se se no preço do custo se incluiram as "despesas de guarda e conservação do produto? Cinco. Quantas arrôbas fo- "ram vendidas para possibilitar a aquisição dos aviões a jacto e por que "preço? Seis. O Banco sofreu algum prejuízo em conseqüência da operação "dos aviões a jacto? Sete. Quantas arrôbas de algodão para tal fim foram "entregues ao Ministério da Aeronáutica ou à mencionada firma inglêsa? "Oito. Tomando por base o preço internacional à época da operação, qual "a diferença, em cada arrôba, com relação ao preço de venda efetuada pelo "Banco do Brasil ao Ministério da Aeronáutica ? Nove. Na transação rea- "lizada com a firma inglêsa o algodão foi entregue pelo preço internacional? "Dez. O Ministério da Aeronáutica pagou a vista ao Banco do Brasil pela "compra que fêz do algodão? Quais as garantias que ofereceu e quais as que "foram aceitas pelo Banco? — *JUSTIFICAÇÃO* — Até hoje não se conseguiu "desvendar todos os detalhes da operação em aprêço. Está parecendo, se- "gundo o clamor público, que o Banco teria arcado com enorme prejuízo. "Ou então o prejuízo teria sido imputado ao Tesouro Nacional. No seu "relatório, o atual Presidente, cuja idoneidade está acima de qualquer sus- "peita, fêz ligeira referência ao assunto, talvez porque na época da tran- "sação o documento ainda não se ultimara. Hoje, ultimado o negócio, o es- "clarecimento se impõe. — Rio, vinte e sete de abril de mil novecentos e "cinqüenta e três — (Assinados) *José Bonifacio L. de Andrada — José Mon- "teiro de Castro — Bilac Pinto — Aliomar Baleeiro.*" O Senhor Presidente, com relação a êsse requerimento, declara que, na parte referente ao Banco, não há mistério, pois defendida é a operação, conforme esclarece nas respostas dadas a tôdas as perguntas nêle feitas; que consulta os requerentes, na pessoa do seu primeiro signatário, o acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada, sôbre se aceitam mande consignar a resposta em ata ou desejam lhes dê imediatamente conhecimento dela, porque se trata, como a anterior, de documento cheio de números e cuja leitura se tornaria, crê, muito fastidiosa. O acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada concordou com o alvitre no sentido de não ser lida a resposta do Senhor Presidente ao requerimento, mas transcrita nesta ata, o que é feito a seguir: "Para o "fim citado, o Banco do Brasil, por instrumento de seis de fevereiro de mil "novecentos e cinqüenta e três, contratou a venda, a The Raw Cotton Com- "mission, de Liverpool, Inglaterra, de quinze mil a quinze mil e quinhentas "toneladas de algodão dos tipos cinco, cinco/seis e seis, safra de mil nove- "centos e cinqüenta e um/mil novecentos e cinqüenta e dois, de modo a per-

"fazer o valor certo de quatro milhões duzentas e quarenta e um mil e se-
"tecentas libras. Nesse contrato se estabeleceu que as divisas resultantes
"dessa exportação se destinarão ao pagamento de setenta aviões a jacto
""Gloster Meteor", acessórios, material sobressalente e serviços técnicos cor-
"relatos, adquiridos pelo Ministério da Aeronáutica à Gloster Aircraft Com-
"pany Limited, de Londres; nenhum algodão foi vendido diretamente ao
"Ministério da Aeronáutica. Ficou, no entanto, convencionado, pelo ofício
"GM. quatro/cento e quarenta e cinco, do Senhor Ministro da Aeronáutica,
"que o Banco poria à disposição do Ministério as quatro milhões duzentas e
"quarenta e um mil e setecentas libras resultantes da exportação, debitando-
"lhe o custo exato do algodão realmente exportado e as despesas respectivas;
"o custo do algodão exportado, FOB-Santos, para os embarques realizados
"em março passado, foi o seguinte, por arrôba de quinze quilos, aí incluídas
"as despesas de guarda e conservação do produto: tipo cinco — trezentos e
"sessenta e dois cruzeiros e cinqüenta centavos — tipo cinco/seis — tre-
"zentos e cinqüenta e dois cruzeiros e cinqüenta centavos — tipo seis —
"trezentos e trinta e sete cruzeiros e cinqüenta centavos. Para os embarques
"posteriores, que deverão estar ultimados em maio vindouro, adicionar-se-ão
"três cruzeiros por arrôba e por mês, que é em quanto se estimam as des-
"pesas de armazenagem, seguro e juros; as quinze mil a quinze mil e qui-
"nhentas toneladas de algodão vendidas a The Raw Cotton Commission per-
"fazem um milhão a um milhão trinta e três mil trezentas e trinta e
"três arrôbas. A venda foi contratada aos seguintes preços, FOB-Santos,
"por libra-pêso: tipo cinco — trinta pence e oito décimos — tipo cinco/seis
"— vinte e nove pence e oito décimos — tipo seis — vinte e sete pence e
"oito décimos, o que corresponde, em cruzeiros, por arrôba, ao seguinte:
"tipo cinco — duzentos e dezoito cruzeiros e quarenta centavos — tipo cinco/
"seis — duzentos e onze cruzeiros e trinta e um centavos — tipo seis —
"cento e noventa e sete cruzeiros e treze centavos; em face do que foi
"convencionado com os órgãos governamentais, nenhum prejuízo terá o Banco
"na transação; até agora, já foram embarcados vinte e três mil quatro-
"centos e três fardos de algodão para The Raw Cotton Commission, com o
"seguinte pêso líquido: tipo cinco — um milhão cento e noventa e três mil
"seiscentos e noventa quilos — setenta e nove mil quinhentas e setenta e
"nove arrôbas — tipo cinco/seis — dois milhões novecentos e oitenta e nove
"mil cento e sessenta e cinco quilos — cento e noventa e nove mil duzentas
"e setenta e sete arrôbas — tipo seis — trezentos e doze mil e trinta quilos
"— vinte mil oitocentas e duas arrôbas. Acham-se em processo de embar-
"que cêrca de quatro mil toneladas, ou duzentas e sessenta e seis mil seis-
"centas e sessenta e seis arrôbas. O restante deverá ser embarcado, como
"acima foi dito, até fins de maio próximo; ressalvado que não houve venda
"ao Ministério da Aeronáutica, e que a transação com The Raw Cotton
"Commission se fêz por preço acima da cotação internacional, como se
"vê do item seguinte, esclarecemos que o custo debitado ao Ministério da
"Aeronáutica é superior em cento e sessenta e dois cruzeiros a cento e
"sessenta e oito cruzeiros à cotação de seis de fevereiro de mil nove-
"centos e cinqüenta e três em New York, e em cento e cinqüenta e seis
"cruzeiros a cento e sessenta e dois cruzeiros, se tomarmos por base a cotação
"de New York de vinte e nove de abril de mil novecentos e cinqüenta e
"três; os preços pagos por The Raw Cotton Commission foram superiores
"aos do mercado internacional da época, assim entendida a cotação da
"Bôlsa de New York. Em seis de fevereiro de mil novecentos e cinqüenta
"e três, data do contrato entre o Banco e a entidade supracitada, o tipo cinco,
"que nos foi pago a duzentos e dezoito cruzeiros e quarenta centavos, valia
"em New York, FOB portos do Atlântico, duzentos cruzeiros e quarenta cen-
"tavos, aí incluídas verbas para pagamento de comissões de agentes no ex-
"terior, indenizações por quebras de pêso e responsabilidade por arbitra-
"gens no estrangeiro, despesas que não houve na transação com The Raw
"Cotton Commission, que não sofreu a interferência de agentes e estabeleceu
"o recebimento da mercadoria no Brasil, a bordo, sem direito, portanto, a
"posteriores reclamações por pêso e qualidade, salvo dolo ou má fé; o Mi-

"nistério da Aeronáutica não pagou ainda o custo do algodão e as despesas "com a realização do negócio. A transação foi autorizada pelo Ministério da "Fazenda e o Ministério da Aeronáutica pleiteará a inclusão, nos orçamentos "de mil novecentos e cinqüenta e quatro a mil novecentos e cinqüenta e sete, "da verba anual de cem milhões de cruzeiros para amortização do débito. "Caso essa verba especial não seja concedida, ajustar-se-á com o Ministério "da Aeronáutica a reserva, para o mesmo fim, de parte das verbas ordi-"nárias com que é anualmente dotado para a compra de aeronaves e material "de vôo." O Primeiro Secretário, declarando tratar-se do sexto e último dos requerimentos sujeitos ao pronunciamento do Senhor Presidente, procede à leitura do concebido nos seguintes têrmos: "Câmara dos Deputados — Exce-"lentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil Sociedade Anônima — Na "qualidade de acionista do Banco do Brasil Sociedade Anônima, requeiro a "Vossa Excelência se digne informar o seguinte: Um. Quais as providên-"cias que o Banco do Brasil Sociedade Anônima tomou para punir os cul-"pados referidos no Inquérito do Banco do Brasil, considerando-se que o "Presidente da República em despacho publicado, ordenou ao presidente do "Banco do Brasil desse andamento ao processado. Dois. O Inquérito já foi "enviado à justiça? Caso contrário, onde se encontra e por que não teve an-"damento. Três. Quais os têrmos do parecer do Consultor Jurídico do "Banco do Brasil encarregado de proceder à classificação da matéria contida "no Inquérito. Quatro. Quando será publicado êsse parecer? — *JUSTIFICA-"ÇÃO* — Não há motivo para que dito assunto permaneça em sigilo. A "Câmara dos Deputados ordenou a publicação do Inquérito no Diário do "Congresso Nacional e está êle divulgado até em livro largamente distribuído "no país. — Rio de Janeiro, vinte e sete de abril de mil novecentos e cin-"qüenta e três — (Assinados) — *José Bonifacio L. de Andrada — José Mon-"teiro de Castro — Bilac Pinto — Aliomar Baleeiro."* Finda a leitura do requerimento, o Senhor Presidente afirma ser a resposta que lhe corresponde a mais longa da série, constante de oito páginas datilografadas, com alguns números e que, dada a magnitude da matéria que encerra, irá lê-la, explicando antes que ficou deliberado separar a parte administrativa da parte criminal pròpriamente dita, a ser encaminhada à Justiça; que, para êsse fim, o seu antecessor nomeou uma comissão de funcionários, dos mais qualificados do Banco, para proceder ao exame dos dois ou três volumes das sindicâncias, indo o assunto, por fim, parar na Consultoria Jurídica do Banco, que fêz um trabalho por assim dizer de exegese de tôda a documentação, o qual está à disposição dos Senhores Acionistas; e que é um trabalho notável, que termina por indicar as providências que acaba de enumerar. Prosseguindo, o Senhor Presidente passa a ler a seguinte resposta, que redigira para o requerimento em aprêço: "Cumpre-me informar que, em conseqüência dos es-"tudos procedidos pela Consultoria Jurídica do Banco, já foram tomadas, além "de outras, as seguintes providências: Um) — Remessa à Superintendência "da Moeda e do Crédito, por cópia, dos itens onze a dezessete e vinte a vinte "e nove da "Introdução" do relatório "Miguel Teixeira", assim como dos itens "seiscentos e noventa e um a seiscentos e noventa e sete, que contém "considerações e sugestões de ordem genérica sôbre a organização bancária "brasileira, câmbio, comércio internacional e política financeira — assuntos "que interessam àquele órgão. Dois) — Remessa ao Senhor Ministro da Fa-"zenda, por cópia, dos itens onze a dezessete e vinte a vinte e nove da "Intro-"dução" do referido relatório, os quais contêm apreciações e sugestões sôbre "a organização bancária brasileira, assim como considerações sôbre comércio "internacional, câmbio e política financeira — matéria de ordem geral que in-"teressa à administração pública. Três) — Transmitidas ao Senhor Diretor "da Carteira de Câmbio cópias dos itens vinte a vinte e nove da "Introdução", "e quinhentos e quarenta a seiscentos e noventa e seis e quinhentos e um "a quinhentos e seis do relatório, em que são feitas apreciações e sugestões "de caráter geral sôbre assunto de seu interêsse: câmbio, comércio interna-"cional e política financeira. A respeito, foi solicitado: — *a*) relativamente "à dedução de cento e cinqüenta mil dólares, mencionada no item quinhentos "e cinqüenta e sete, providências destinadas a sanar ou punir irregularidade

"acaso havida; *b*) exame, pela Fiscalização Bancária, da falsidade referida
"nos itens quinhentos e noventa e dois a seiscentos e quatro, a fim de que
"êsse órgão faça a necessária denúncia à Diretoria das Rendas Internas,
"se fôr o caso; *c*) estudo, pela Fiscalização Bancária, do critério seguido sôbre
"utilização de guias de embarque de café, após a extinção do respectivo
"prazo, assunto êsse tratado nos itens seiscentos e vinte e dois a seiscentos e
"vinte e sete; *d*) atenção para a reforma de serviços, mencionada no item
"seiscentos e vinte e oito; *e*) consulta ao Instituto Brasileiro do Café, sôbre
"os casos mencionados nos itens seiscentos e vinte e nove a seiscentos e
"quarenta e cinco e as providências a respeito tomadas pela administração
"do extinto Departamento Nacional do Café, a fim de que, devidamente in-
"formada, a Fiscalização Bancária tome as providências que por lei lhe
"cabem. Quatro) — Encaminhados ao Senhor Diretor da Carteira de Ex-
"portação e Importação, por cópia, os itens vinte a vinte e nove da "In-
"trodução" e os itens trezentos e sessenta e seis a quinhentos e trinta e
"nove do citado relatório, os quais contém assunto geral de interêsse dessa
"Carteira. A respeito, pedimos a especial atenção do referido Diretor para
"o caso versado nos itens quatrocentos e quatro a quatrocentos e oito, a
"propósito do qual a Comissão registrou o extravio, naquela Carteira, de
"documentos considerados importantes; e, ainda, para os itens quatrocentos
"e noventa e seis a quinhentos, relativos a uma importação de louças, sôbre
"a qual seria conveniente determinasse Sua Excelência a revisão dos elementos
"que serviram de base para o cálculo das cotas atribuídas aos importadores.
"Cinco) — Enviada ao Doutor Procurador Geral do Distrito Federal cópia
"dos itens um a trinta e cinco do relatório, para as providências que entender
"cabíveis. Seis) — Remetida ao Departamento do Contencioso do Banco uma
"cópia do ofício dirigido ao Doutor Procurador Geral do Distrito Federal,
"assim como cópia dos itens um a trinta e cinco e sessenta e dois, sessenta
"e três, sessenta e cinco e sessenta e seis. Os itens um a trinta e cinco di-
"zem respeito às despesas de publicidade ordenadas pelos ex-Presidentes Dou-
"tores Manoel Guilherme da Silveira Filho e Ovídio Xavier de Abreu. Rela-
"tivamente aos gastos feitos na gestão do primeiro, a propósito de cujo em-
"prêgo ilegal dispomos de documentos — já entregues àquele setor do
"Banco, tomamos, em harmonia com o parecer do órgão de sindicância e com
"a opinião emitida pelo Consultor Geral da República, a providência de co-
"municar os fatos ao Doutor Procurador Geral do Distrito Federal, a fim
"de que Sua Excelência mande instaurar processo contra o indiciado, se
"o julgar conveniente. Êsse Departamento deverá acompanhar o curso da
"ação penal, se esta vier a ser, realmente, ajuizada. Quanto à ação civil de
"anulação das deliberações sociais que aprovaram as contas daquele gestor
"e de ressarcimento das despesas ilícitas, por êle feitas, o Contencioso deve-
"rá, para propô-la, aguardar, até quando o permita o curso do prazo de pres-
"crição — que seja esclarecida, no Juízo Criminal, a aplicação dada à maior
"parte das verbas gastas. Pedimos a atenção daquele Departamento para a
"circunstância de que, como o fato constitui crime, o prazo da prescrição
"civil é, a nosso juízo, o mesmo da ação penal — segundo dispõe a Lei das
"Sociedades Anônimas (artigo cento e cinqüenta e seis, parágrafo único,
"artigo cento e cinqüenta e sete, parágrafo único); e o delito em aprêço,
"previsto no artigo cento e setenta e sete, parágrafo primeiro, três, do Có-
"digo Penal — que comina para êle pena máxima superior a dois anos e
"não excedente de quatro anos — prescreve em oito anos (Código Penal, ar-
"tigo cento e nove, número quatro), contados segundo o critério do artigo
"cento e onze do mesmo Código. No tocante às verbas aplicadas — pelo
"Doutor Ovídio Xavier de Abreu — em propaganda de natureza não escla-
"recida pela Contabilidade, recomendamos àquele setor que, por via amigá-
"vel ou judicial, chame o referido ex-Presidente a uma prestação de contas,
"de cujo resultado dependerão as providências a serem ulteriormente tomadas.
"E' de se notar — quanto às despesas de mil novecentos e quarenta e nove —
"que os atos do exercício foram aprovados pela assembléia dos Senhores Acio-
"nistas, o que, a nosso ver, tira ao Banco o direito de exigir a prestação de
"contas. Nos itens sessenta e dois, sessenta e três, sessenta e cinco e ses-

"senta e seis são mencionados três donativos feitos em benefício de operários "ou crianças pobres do Maranhão e confiados, com êsse destino, ao Senador "Victorino Freire e a Dona Rosa de Mendonça Lima, que não comprovaram, "perante o Banco, o emprêgo das somas correspondentes. A respeito dêsse "tópico, recomendamos àquele setor se ponha em contato com os dois re- "feridos personagens, para pedir-lhes, amigável ou judicialmente, prestem "contas do dinheiro que a êles foi confiado na qualidade de mandatários do "Banco. Sete) — Encaminhada ao Senhor Diretor da primeira zona, em que se "inclui a Agência Central, cópia dos itens setenta e três a trezentos, trezentos "e dez a trezentos e dezesseis e seiscentos e oitenta e três a seiscentos e "noventa. Os itens setenta e três a trezentos e trezentos e dez a trezentos "e dezesseis se ocupam das operações comerciais da Agência Central e en- "cerram apreciações gerais sôbre os negócios da Carteira de Crédito Geral "dirigida pelo mencionado Diretor; os de números seiscentos e oitenta e "três a seiscentos e noventa se referem à Agência Especial de Defesa Eco- "nômica. Oito) — Enviada ao Senhor Diretor da Carteira de Crédito Agrí- "cola e Industrial uma cópia dos itens trezentos e dezessete a trezentos e "sessenta e cinco, nos quais foram apreciadas sete operações da mesma "Carteira, tidas como irregulares, e feitas considerações de ordem geral sôbre "o crédito especializado. Nove) — À Comissão Interna de Inquéritos, man- "dou-se o segundo volume do relatório "Miguel Teixeira" (documentário), assim "como cópias dos seguintes itens do primeiro volume: — trezentos e vinte "e um a trezentos e trinta; trezentos e sessenta e nove a trezentos e oitenta "e cinco; oitocentos e dois; oitocentos e quatro e oitocentos e cinco; qua- "trocentos e nove a quatrocentos e quinze; quatrocentos e noventa e seis a "quinhentos; quinhentos e onze a quinhentos e vinte e três; seiscentos e "setenta e oito a seiscentos e oitenta e dois; e oitocentos e trinta. Dos re- "feridos itens constam insinuações ou suspeitas contra funcionários do Banco, "as quais, posto que vagas e não esclarecidas, devem ser, por todos os meios "ao nosso alcance, cuidadosamente apuradas. Dez) — Remetidas ao Doutor "Procurador Geral do Distrito Federal cópias dos itens trezentos e sessenta e "seis a trezentos e sessenta e oito, quatrocentos e dezesseis a quatrocentos e "dezoito, quinhentos e trinta e dois a quinhentos e trinta e cinco e seis- "centos e trinta e dois a seiscentos e trinta e quatro. Os trechos citados "abordam os seguintes assuntos: — exportação clandestina de café, mediante "falsas declarações de venda (itens trezentos e sessenta e seis a trezentos "e sessenta e oito e seiscentos e trinta e dois a seiscentos e trinta e quatro); "atuação de indivíduo que se teria atribuído qualidade de intermediário (itens "quatrocentos e dezesseis a quatrocentos e dezoito), falsas declarações de "firma importadora e interferência, reputada criminosa pelo órgão de sindi- "cância, de um ex-Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (itens "quinhentos e trinta e dois a quinhentos e trinta e cinco). Êsses fatos — "excetuado o primeiro, que é inteiramente estranho ao Banco — se referem "a licenças expedidas pela Carteira de Exportação e Importação, no cumpri- "mento de suas atribuições legais. Onze) — À Comissão Especial de Inqué- "rito, constituída pelo Banco para investigar operações irregulares de câm- "bio, foram remetidas cópias dos itens seiscentos e sessenta e cinco a seis- "centos e oitenta e dois, dos relatórios apresentados pelos funcionários Tra- "jano de Castro Serra e Mario do Canto Liberato, existentes no "Apêndice" "ao primeiro volume, e, finalmente, do "resumo discriminado das operações "fraudulentas de câmbio", que também consta do referido "Apêndice". Neste "particular, são em número de cinco as entidades que teriam feito remessas "de câmbio fraudulentas através do Banco do Brasil, segundo a Comissão de "Inquérito presidida pelo Senhor Miguel Teixeira: — Phelippe Cavalcanti "Mello — dois milhões quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e ses- "senta e três dólares — Companhia Exportadora e Importadora Cepel Li- "mitada — dois milhões e vinte e cinco mil dólares — Sociedade de Repre- "sentações Omnia Limitada — oitenta e dois mil dólares — Inter America "Comercial Sociedade Anônima — um milhão trezentos e sessenta e cinco "mil dólares — Companhia Industrial e Construtora Cical Limitada — noventa "e oito mil duzentos e noventa dólares e cinqüenta centavos. Aquela Comis-

"são se limitou a denunciar a existência de tais operações sem realizar sin-"dicâncias de vulto. O Banco do Brasil, no entanto, ciente dêsse fato, ins-"taurou inquérito interno e vem encaminhando cada caso de per si ao "Excelentíssimo Senhor Chefe de Polícia para prosseguimento da sua ini-"ciativa por meio de inquérito policial, o que já está sendo feito pela De-"legacia de Roubos e Falsificações. Doze) — Enviadas cópias dos itens sete-"centos e onze a setecentos e vinte e dois e setecentos e trinta e oito a se-"tecentos e quarenta e quatro ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Re-"pública, tópicos êsses referentes a fatos que o órgão de sindicância classi-"ficou como prejudiciais ao Tesouro Nacional, mas cuja responsabilidade "não pode, salvo melhor juízo, ser atribuída ao Banco do Brasil, que, na "qualidade de mandatário da União, se limitou a cumprir ordens expressas "da Administração Federal. Com respeito a êsses casos, Sua Excelência, o "Senhor Presidente da República, adotará as providências que considerar "adequadas. Treze) — Remetidos ao Senhor Superintendente do Banco, por "cópia, os itens setecentos e setenta e cinco a setecentos e noventa e cinco, as-"sim como o anteprojeto de estatutos que o órgão de sindicância elaborou "e que figura no "Apêndice" ao primeiro volume. Tais itens contêm diver-"sas sugestões sôbre a organização dos nossos serviços, inclusive do departa-"mento jurídico, do serviço médico e do serviço de engenharia." O acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva põe em saliência que ouviu as declarações do Senhor Presidente sôbre as graves ocorrências que tanto desgôsto causaram a todos os que porfiam pela grandeza e o bom nome do Banco e pela moralidade nacional; que espera, desta vez, não se faça apenas a justiça dos bons, que consiste em perdoar; que é preciso seja feita severa justiça, atingindo a todos que, por ação ou omissão, ocasionaram danos ao Banco; que é um descomedimento tal falta de consciência, quando o país se encontra a braços com a mais horripilante miséria; e que felicita, assim, a Diretoria pela sua atitude de firmeza, encarecendo-lhe a necessidade de prosseguir no sentido de serem, finalmente, punidos todos os culpados. Em seguida, o Senhor Presidente abre discussão sôbre o relatório, os balanços, as contas de "lucros e perdas" e o parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de mil novecentos e cinqüenta e dois, aproveitando a oportunidade para fazer um apêlo aos Senhores Acionistas, no sentido de limitarem o mais possível sua participação nos debates, por isso que não fixaria, como lhe seria lícito fazer, prazo para a intervenção de cada um, deixando isso à sua consciência, esperando fôssem, ao máximo, sintéticos e claros em suas exposições. O acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva diz que, com relação ao aumento do capital do Banco, assunto largamente debatido pela imprensa, nos últimos tempos, queria demonstrar a inadiável necessidade dêsse aumento; e que, apoiado no velho rifão "palavras o vento leva", permitiu-se fazer, por escrito, as seguintes ligeiras considerações em tôrno dêste palpitante assunto, que interessa não só ao Banco, mas também ao Brasil (lê): "O aumento do capital do Banco do Brasil Sociedade Anônima "ùltimamente tem ensejado, através da imprensa da capital da República, "largos debates, e todos êles a uma só conclusão chegam: a necessidade da "sua elevação. Em tôdas as assembléias gerais em que venho participando, "embora modestamente, mas trazendo contribuição sincera para que êsse "organismo, a meu ver, mais importante do que o próprio Ministério da Fa-"zenda, em virtude do vulto das suas operações, envolvendo capitais cuja "cifra muitas vezes embaralham as idéias daqueles que a compulsam. É "matéria, dir-se-á, velha e sediça, mas que tem sempre oportunidade, tanto "mais neste momento em que o país se debate na mais aguda e aflitiva "crise. Não se justifica a obstinada recusa do Govêrno em não querer elevar "o capital do Banco do Brasil à altura da sua importância para atingir "plenamente as suas finalidades em todos os campos da atividade humana. O "Balanço do Banco do Brasil é uma demonstração inequívoca, fazendo sentir "a necessidade desse aumento imediato, não para a irrisória cifra de du-"zentos milhões de cruzeiros, e sim para a razoavel cifra de um bilhão de "cruzeiros. O nivel de todas as utilidades essenciais à vida elevaram-se num "crescendo impressionante, e a consequência indiscutivel e inelutavel é que

"o valor aquisitivo da moeda baixou, decresceu, na mesma equipolência da-
"quela elevação. Causa, sem dúvida, espécie e fica-se atônito sem se lograr
"conhecer os motivos da recusa sistemática em não querer o Govêrno da Re-
"pública, com a sua autoridade decisiva de maior acionista, determinar aquele
"aumento. Em todas as assembléias a que tenho assistido, saimos daqui com
"a promessa formal de que dentro de curto prazo seria convocada uma assem-
"bléia geral extraordinária, para se concretizar as aspirações dos acionistas,
"que outras não são as do comércio, as da indústria, as da lavoura, enfim,
"de todos aqueles que dependem necessàriamente do Banco do Brasil. Es-
"coam-se os dias e as promessas caem no ról do esquecimento, ficando tudo
"como dantes, e permanecendo o Banco do Brasil com o exíguo capital de
"cem milhões de cruzeiros, para ridiculo na alta finança extrangeira. O Fundo
"de Reserva, pelo balanço, foi aumentado de cento e sessenta e cinco por
"cento e atinge hoje à expressiva soma de três bilhões e meio, quase con-
"travindo claras e precisas disposições do Decreto-lei dois mil seiscentos e
"vinte e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta, lei
"que rege êsse Banco. Inoportuna é a referência que se fez em relação ao
"fundo de reserva, trazendo à baila o Decreto-lei número dois mil nove-
"centos e vinte e oito, de trinta e um de dezembro de mil novecentos e
"quarenta, porque o Decreto mencionado, além da sua inconstitucionalidade,
"abrangeu apenas o artigo cento e trinta, isto é, a regra de dedução de
"cinco por cento para constituição de um fundo de reserva, sem derrogar
"os demais incisos do Decreto dois mil seiscentos e vinte e sete, não se
"justificando, consequentemente, que no Relatório apresentado a esta nobre
"assembléia tenha sido lembrado o Decreto-lei número dois mil novecentos
"e vinte e oito, de mil novecentos e quarenta. Na assembléia realizada em
"trinta de abril de mil novecentos e cinqüenta e dois vários acionistas
"se não me falha a memória componentes da firma Jabur Exportadora
"Sociedade Anônima, dirigiram ao Presidente deste Banco um substancioso
"relatório, em o qual estudam com abundância de detalhes a inoportunidade
"de trazer à baila o Decreto dois mil novecentos e vinte e oito, de trinta
"e um de dezembro de mil novecentos e quarenta, citado anteriormente, e,
"bem assim, demonstram a imperiosa necessidade de se aumentar o ca-
"pital do Banco do Brasil para um bilhão de cruzeiros. Ignoro o fim que
"teve tão brilhante e meritório trabalho, como tudo neste desventurado país,
"*data venia*. Foi, naturalmente, jogado no fundo de alguma gaveta e ali se
"acha silenciosamente, quando é certo, *permissa venia,* deveria ter merecido
"especialissima atenção, em virtude do elevado empreendimento, e que se fosse
"atendido, já teria dado os seus preciosos frutos. Insisto, assim, Senhor Pre-
"sidente, embora pareça à prima facie que a nobre assembléia óra reunida
"não tenha competência para deliberar no assunto exposto, que Vossa Ex-
"celência haja por bem submeter à decisão desta assembléia a autorização
"à Diretoria do Banco do Brasil, para, dentro do prazo de trinta dias,
"convocar uma sessão de assembléia geral extraordinária para ser debatido
"tão momentoso como palpitante assunto, que não só interessa aos acionistas
"como, notadamente, ao próprio Banco do Brasil, que pela sua importância, ape-
"sar de ter os pinguens cem milhões de cruzeiros de capital, se viu forçado a
"assumir com o Tesouro Nacional a responsabilidade de um empréstimo de
"trezentos milhões de dollares, ou seja, em moeda nacional, a impressionante
"cifra de seis bilhões de cruzeiros, ocorrência desvanecedora para o Banco
"do Brasil, que assim vê afirmado o seu conceito e o seu elevado crédito
"na alta finança americana." Responde-lhe o Senhor Presidente, informando
que, na última fase dos trabalhos, se ventilaria a matéria. O acionista Ma-
noel Gomes Moreira assegura que, pela segunda vez, ouve, em Assembléia,
uma exposição sôbre os negócios do algodão; que, por ocasião da primeira,
teve oportunidade de tratar do assunto, dizendo mesmo não competir ao
Banco envolver-se em tais negócios; que dizem nada ter o Govêrno com o
bom ou mau resultado da transação, porquanto é uma transação feita pelo
Banco; que lhe parece haver grave engano nesta parte, porque, sendo as
diretrizes traçadas pelo Govêrno, a êle compete arcar com a responsabilidade;
que, por esta razão, quer levantar o seu protesto nesse sentido, tanto mais

que o Banco não é negociante e, não sendo negociante, só se envolveu em negócios de algodão por determinação expressa do Govêrno; que não negocia com algodão, mas pensa que êsse negócio, desde o princípio, foi mal feito, visto ter sido financiada a mercadoria por mais do seu valor internacional, por preço maior do que está sendo vendida, o que absolutamente não se justifica e que, pensa, só serviu para dar lucro àqueles que, prèviamente, se cientificaram da operação que se ia realizar; que, por conseguinte, se houver prejuizo no financiamento da safra do algodão, não caberá êle ao Banco e sim ao Govêrno da República, porque foi quem deu as decisões para a compra da safra e continua a ministrá-las para a venda; que tem outro ponto a tratar, pelo qual se vem batendo há muitos anos, qual seja o da construção da nova sede do Banco, nesta capital, e da conclusão do novo prédio para a agência, na de São Paulo; que, no tocante à nova sede do Banco, nesta capital, informou-se, pela imprensa, estarem em andamento as respectivas providências, não se tendo iniciado as obras de construção em virtude de questões judiciais de desapropriações; que, em relação ao novo prédio para a agência, na capital de São Paulo, cientificou-se, no ano findo, de sua quase conclusão, tendo sido mesmo convidado para, neste ano, assistir à sua inauguração; que, por essa razão, lembra à Diretoria, na pessoa do Senhor Presidente, que se torna necessário diligenciar para que o término das obras não fique para as "Calendas Gregas"; e que, satisfazendo o pedido do Senhor Presidente, vai tornar-se o mais rápido possível e por êste motivo, concluiria, lendo o seguinte trabalho, cuja divulgação, acredita, prestará bons serviços ao Brasil: "Na firme convicção "de que prestarei um serviço ao meu país, quero aproveitar o ensejo que "se me oferece para, nesta assembléia, constituida das mais ilustres figuras "nos meios econômicos e financeiros, fazer um apêlo a Vossa Excelência, "digno presidente desta casa, e que, por fôrça do próprio cargo, tem a "lhe pesar sôbre os ombros uma enorme parcela de responsabilidade nos "destinos da economia nacional. Êsse apêlo, entretanto, não pode prescindir "de uma sucinta exposição de motivos, onde tentarei focalizar a atual con-"juntura. O Brasil, seguindo o exemplo de outros países, e mesmo como me-"dida acauteladora durante a última guerra, criou vários organismos de "contrôle econômico e, por consequência, intervenientes nos negócios parti-"culares. Êsses organismos, entretanto, tendo representado o papel que lhes "cabia na ocasião oportuna, tornaram-se obsoletos e desde há muito pode-"riam ter deixado de existir. No momento, apesar de inculcados por uma "insignificante minoria como benéficos, são, na verdade, bem pouco úteis "para a coletividade brasileira. Para resumir, citarei apenas a COFAP e a "CEXIM. A primeira, a despeito dos esforços empregados pelos seus diri-"gentes e dos poderes discricionários de que dispõe, não conseguiu até hoje "fazer mais do que a sua antecessora — a CCP. Com as suas apressadas "determinações, reduziu à expressão mínima o comércio de gêneros alimen-"tícios e, como não podia deixar de ser, desviou do Erário Público uma soma "considerável de impostos. Além disso, semeou o desestímulo entre os grandes "e pequenos produtores, resultando daí um considerável decréscimo na pro-"dução e, como ainda não conseguiu anular a lei natural da oferta e da pro-"cura, os preços continuam em ascenção vertiginosa. Primeiramente, quis "impor preços a seu talante, sem se lembrar que não pode haver comércio "sem lucro nem trabalho sem remuneração. Depois, vendo frustrados os seus "intentos, passou a fazer comércio com tôdas as prerrogativas e preferências, "com isenção total de impostos, com transportes gratuitos, com instalações à "vontade e com todo o amparo dos Poderes Públicos. Com tudo isso não tem "conseguido senão um abastecimento precário a preços proibitivos. Que a "COFAP não atingiu os fins para os quais foi criada e só tem servido para agra-"var o custo da vida, sabe-o a população e sabem-no os seus próprios dirigentes. "Quanto à atuação da CEXIM, aí está o Brasil inteiro para o dizer! Não "duvido um só instante dos bons propósitos dos seus dignos diretores, mas "a verdade nua e crua, por mais que a queiram esconder, vem à tona dià-"riamente. Num momento em que se julgavam escassas as nossas divisas, foi "criado êsse órgão para disciplinà-las. E qual foi o resultado que tivemos?

"Melhorou, porventura, a nossa situação? Que respondam a Agricultura, a
"Indústria e o Comércio, essa tríade que sempre representou a fôrça viva
"da Nação e que no momento se encontra açaimada pelo intervencionismo
"excessivo que os responsáveis pela nossa política econômica preconizam e
"adotam. A criação da CEXIM, que poderia ter sido um feliz evento para o
"país, só serviu para dificultar e perturbar a nossa vida econômica. Enquan-
"to ela prossegue tateando no meio da maior confusão, o nosso comércio
"com o exterior caminha cambaleante para o completo aniquilamento. Afir-
"mações em contrário só podem vir daquêles poucos que têm sorte ou in-
"fluência bastante para entrar no rol das preferências. Ante a conjuntura,
"no momento em que foi criada, mandava o bom senso que as poucas divisas
"existentes fossem distribuidas equitativamente pelo comércio legítimo, tradi-
"cional e honesto, com organizações por vezes seculares e aparelhado para
"levar os seus respectivos produtos até ao mais longínquo recanto do nosso
"hinterland; pelo comércio que paga impostos, que proporciona o sustento de
"milhões de brasileiros e a quem as leis tributárias e sociais impõem os
"mais pesados encargos. O que se viu, entretanto, foi exatamente o contrário,
"porquanto políticos, banqueiros, bancários, burocratas, médicos, advogados,
"ocupados e desocupados, tudo isso se arrogou em comerciante da noite para
"o dia! Gente de tôdas essas classes pleiteou e obteve da CEXIM licenças de
"importação e, o que é pior, conseguiu que nos arquivos daquêle órgão figu-
"rasse o seu cartãozinho de tradição. Para uma classe comercial qualquer,
"que antes de surgir a lei de licenças prévias era constituida de vinte
"ou trinta importadores, por exemplo, os registros da CEXIM acusam hoje
"trezentos, ou mais! Dessa forma, foi criada uma nova classe — a dos ad-
"ventícios ou "paraquedistas", que não paga impostos, que não mantém
"empregados e que, na maioria das vezes, negocia as licenças obtidas por não
"saber como utilizá-las. Entre outros males, eis, em consequência, o que o
"país deve ao intervencionismo exagerado no nosso comércio com o exterior:
"— a asfixia completa do comércio e da indústria, já com vários estabele-
"cimentos fechados e outros às vésperas da ruina; — a fortuna rápida e
"fácil de alguns figurões "paraquedistas" que souberam tirar partido da si-
"tuação, em detrimento da coletividade; — a eclosão de um contrabando desen-
"freado e escandaloso, para repressão do qual são impotentes as nossas
"autoridades aduaneiras; — a evasão de bilhões de cruzeiros em impostos
"vários, desde os direitos aduaneiros até ao imposto de renda, cousa desco-
"nhecida pelos contrabandistas e "paraquedistas"; — a miséria nos lares de
"todos os trabalhadores — operários, empregados e até empregadores; e, fi-
"nalmente, por que não dizer, — a corrupção generalizada em todos os ne-
"gócios de importação e exportação. Era esperança de muitos que a lei mil
"oitocentos e sete, a que instituiu o câmbio denominado livre, viesse pôr termo
"à angustiosa situação em que o comércio se debate. Até agora, entretanto,
"nada surgiu de melhor, mesmo porque os estudos sôbre as importações e ex-
"portações ainda se arrastam pelos gabinetes, e só Deus sabe quando serão
"terminados; o comércio continuará dependendo dos órgãos controladores e
"da boa ou má vontade dêste ou daquêle funcionário. Não sou economista
"nem como tal me considero. Sou um homem de negócios e falo ùnicamente
"pela voz da experiência. Todavia, essa experiência não me permite alcançar
"as razões que levaram o govêrno a usar de tanta pressa para pôr em exe-
"cussão a lei mil oitocentos e sete, sabendo-se que os estudos para importa-
"ções e exportações não estavam concluidos. Não resta dúvida que assim
"temos um mercado livre de divisas, mas para que, senhores? Para atrair ca-
"pitais ou para os repelir? Pelo que se verifica, até agora apenas entraram
"ou estão entrando os excedentes das exportações, acumulados desde há muito
"no exterior e que agora podem ser negociados às escâncaras, por determina-
"ção do próprio govêrno. Pelo que se verifica, até agora, as divisas do câm-
"bio livre, que também são divisas, que também pertencem ao país, têm ser-
"vido apenas como escoadouro de lucros e dividendos das grandes e pequenas
"emprêsas estrangeiras; como meio fácil de converter em dollars os milhões
"de cruzeiros que alguns espertalhões obtiveram fàcilmente e cuja origem
"talvez não possam explicar, e ainda como meio fácil de proporcionar via-

"gens de recreio e gôzo para aquêles que encontraram o Eldorado nesta "situação de angústia. A prova aí está — compra dollars quem quer e na "medida que quiser! Só não há dollars para o comércio legal!... Êsse que "espere as calendas gregas e mande esperar até lá os trabalhadores que "dêle dependem. Depois, se houver sobras, talvez o comércio seja con- "templado... Mas, o pior dos males, aquêle que nos corta a própria carne "e que foi ocasionado pela precipitação de criar um mercado livre de dì- "visas onde a procura supera a oferta, é o aviltamento da nossa moeda. "A desvalorização do nosso cruzeiro, com reflexos imediatos no já tão ele- "vado custo da vida, foi o único resultado que até agora obtivemos do câmbio "livre. Que da desvalorização do cruzeiro, assim tão desastrosamente provo- "cada, vão tirar proveito alguns em detrimento de muitos, não resta a menor "dúvida. Ante a exposição que acabo de fazer, Senhor Presidente, é que "eu quero apelar para o seu espírito de justiça e, principalmente, para o "seu acendrado patriotismo de brasileiro digno, no sentido de se empenhar "junto às altas autoridades da República para que ponham termo à confusão "reinante e à situação verdadeiramente caótica em que se encontra o país, "dando novas diretrizes a êsses organismos de contrôle que já dificilmente "se controlam a êles próprios. Se é forçoso que existam, que se lhes dê "atribuições meramente executivas, com normas claras, rígidas e infle- "xíveis. Normas que sejam conhecidas de todos e que permitam às várias "categorias econômicas do país saber de antemão aquilo que lhes é vedado "e aquilo a que têm direito. E' preciso que o Comércio e a Indústria não "vivam às cegas e saibam até onde podem ir. Do contrário, desaparecerá "aos poucos tôda a iniciativa particular e, sem essa iniciativa, é claro que "não poderá haver o progresso de que tanto necessitamos para a nossa "terra." O Senhor Presidente, respondendo ao acionista Manoel Gomes Moreira, frisa que sua exposição seria inserta em ata; que, todavia, esclarecia, com relação às referências feitas à Carteira de Exportação e Importação, que à autoridade do Presidente do Banco, como à de outros membros da Diretoria, nenhuma providência cabia, porque esta autoridade, quer no setor deliberativo, quer no setor executivo, como no de fiscalização, não atinge aquêle órgão, que obedece a normas legais específicas; que, quanto à COFAP, nem se fala, por isso que é setor governamental, subtraido inteiramente a qualquer observação do Banco; e que certamente, repetia, o apêlo do digníssimo acionista encontraria eco no modesto Presidente do Banco, Presidente precário, mas Brasileiro permanente, que se baterá sempre por um Brasil melhor, seja qual fôr a posição que esteja a ocupar na vida pública. O Senhor Presidente declara continuar em discussão o relatório, os balanços, as contas de "lucros e perdas" e o parecer do Conselho Fiscal. Com a palavra, o acionista Edmundo Barreto Pinto, diz que lamenta se diga por aí pretender o Senhor Presidente deixar o cargo, o que é motivo de grande tristeza para os Senhores Acionistas e faz, por isso, um apêlo para que o "Presidente precário" e "Brasileiro permanente" continue à testa do Banco, a resistir com a mesma galhardia e a porfiar em imprimir à política administrativa da Casa novos rumos; que critica os Diretores que não tiveram, com sua ausência, a delicadeza, a devida consideração para com a Assembléia, para fazer, ao menos, ato de presença e auxiliar, se preciso, o Senhor Presidente; que, não fôra a capacidade do Senhor Presidente, o conhecimento profundo dos negócios bancários, certamente estaria êle em dificuldades para responder, devidamente, às inquirições feitas; que ouviu há pouco as alusões formuladas à Carteira de Exportação e Importação, às quais o Senhor Presidente não se dignou responder, por se tratar de Carteira especializada; que não foi possível ao Senhor Presidente recorrer ao Senhor Diretor daquela Carteira, para prestar os esclarecimentos solicitados, por não ter o referido titular comparecido à Assembléia; que, assim, faz questão fique consignada em ata a sua reprovação aos Diretores ausentes; que pode expressar-se, sem temor, frente ao Senhor Presidente, o qual, se permitisse agora fôsse revistado, revelaria trazer permanentemente consigo uma carta de demissão do cargo que ocupa; que a maioria das pessoas, entretanto, muito se apegam aos cargos e, por

isso, têm medo de assumir qualquer atitude mais desassombrada, não sendo êsse, como é sabido, o modo de proceder do Senhor Presidente, que, ao se aproximar a tormenta do Banco, enfrentou resoluto a situação, para pôr um freio aos desmandos que se iam verificar; que sabe haver a firme interferência do Senhor Presidente do Banco, no momento psicológico, levada ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pelo honrado Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, mudado o rumo dos acontecimentos; que está, assim, coerente com o seu ponto de vista, quando afirma que o Senhor Presidente, brasileiro permanente e sincero patriota, só deseja o engrandecimento de nossa pátria; que desejaria, entretanto, inquiri-lo sôbre dois pontos, sendo o primeiro a quanto atinge o débito do Grupo Jafet no Banco; que sabe estar, com a presença do Senhor Presidente, que é também um dos Diretores da Carteira de Crédito Geral, seu dinheiro e o de seus constituintes, no Banco, bem defendido, não se ignorando a luta que foi preciso êle manter para êsse fim; que, em segundo lugar, deseja saber o que há a respeito do inquérito realizado no Banco, que ficou muito tempo guardado a sete chaves e depois veio a furo como um verdadeiro tumor, bem como quais as providências tomadas pela Diretoria atual, para que não se torne êle uma burla, uma cousa "para inglês ver", sendo preciso se faça alguma cousa, porque, se o Banco não tiver fôrça bastante para obrigar os que mal procederam a pagar pelos seus erros, baldados serão os esforços da Administração Superior da Casa para o resguardo do bom nome e o fortalecimento da confiança pública no Banco; e que o Senhor Presidente sabe aonde quer chegar, o que, infelizmente, não lhe é possível exprimir claramente. Respondendo ao acionista Edmundo Barreto Pinto, o Senhor Presidente informa que, infelizmente, à primeira pergunta não pode cabalmente responder, pois, em si, um dos sintomas da velhice, o primeiro, aliás, é o da falta de memória; que, como é público, o Grupo Jafet mantém responsabilidades de certo vulto, no Banco, mas que deve adiantar julgar-se êste suficientemente garantido; que, quanto à segunda pergunta, lamenta não estivesse o nobre acionista, mais cêdo, presente na Assembléia, porque, se chegasse um pouco antes, ouviria do humilde Presidente a explicação completa sôbre as providências já tomadas em relação ao famoso inquérito levado a efeito no Banco; que não repete essa explicação, consubstanciada em oito páginas datilografadas, por já a terem ouvido os demais Senhores Acionistas; e que, todavia, os esclarecimentos estão ao dispor do ilustre acionista, se quiser conhecer tôdas as providências já tomadas a respeito dêsse inquérito, inclusive as judiciárias. O acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada, com a palavra, sugere à Assembléia sejam adiadas as deliberações sôbre a prestação de contas de mil novecentos e cinqüenta e dois, acrescentando que, como o Senhor Presidente não ignora, a Assembléia Geral Ordinária de mil novecentos e cinqüenta e um deliberou, por unanimidade, "aprovar as contas e os balanços do exercício de mil novecentos e cinqüenta, excluídas, porém, as que, nos têrmos do artigo cento e um do Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta, não forem, porventura, apuradas, como legítimas, pela Comissão de Inquérito"; que essa situação perdura até hoje, sem que a Assembléia Geral Ordinária de mil novecentos e cinqüenta e dois tenha aprovado ou rejeitado as contas em suspenso; que sabe o Senhor Presidente, e sabe em função do cargo que ocupa, estarem as contas ora em discussão, processadas sob a gestão de seu antecessor, em situação muito irregular para com o Banco, quer do ponto de vista da legislação vigente, quer com relação ao regulamento da Casa; que uma Comissão Parlamentar de Inquérito examinou a situação de vinte e quatro estabelecimentos bancários, de per si, perante a Carteira de Redescontos e a Caixa de Mobilização Bancária, chegando à conclusão de que várias irregularidades, algumas criminosas, foram praticadas por organizações de que fazia parte o antigo Presidente do Banco; que o assunto já foi dado à publicidade pelo Senhor Ranieri Mazzilli e que o "Diário do Congresso" publicará em breve o respectivo relatório; que é preciso aban-

donar, de vez, essa cômoda, tíbia atitude de tolerância, não sendo possível que altos funcionários da Casa saibam de verdadeiros crimes e silenciem; que repete estarem as organizações, de que faz parte o antecessor do Senhor Presidente, em situação muito irregular, se não criminosa, junto à Carteira de Redescontos e à Caixa de Mobilização Bancária; que pede licença para ler trechos do relatório da referida Comissão Especial de Inquérito, instituída pela Câmara dos Deputados, o que faz a seguir: "Verificaremos, adiante, ao examinarmos as operações deferidas aos Bancos "cujos "dossiers" nos foram presentes, que raramente a CAMOB usou de "suas prerrogativas legais, seja comprovando, *in-loco*, as alegações feitas "pelos postulantes, seja fiscalizando a aplicação dos empréstimos, concedidos, "quase sempre, para atender ao resgate de títulos da CARED, visando a "normalização dos limites de redesconto, ou assegurando, de forma um tan- "to liberal, a disponibilidade total dos mesmos. Êstes, por sua vez, eram "utilizados, não raro, para cobertura de débitos dos Bancos na "Câmara de ""Compensação." Este engenhoso processo de obtenção fácil de numerário a "taxas módicas, propiciava aos Bancos abundantes recursos, a prazos lon- "gos, em vista do "curriculum" que a praxe estabeleceu — da "Câmara de ""Compensação" aos "empréstimos de mobilização", depois de passar pelo "redesconto e sedimentar-se nos "empréstimos de emergência". Assim se "depreende da sintetização das operações a seguir classificadas. — Banco "Cruzeiro do Sul de São Paulo — Um — cento e noventa e cinco milhões de "cruzeiros — Empréstimo de "emergência", em vinte e oito de dezembro de mil "novecentos e cinqüenta e um, baseado nas alegações do Banco. As garan- "tias foram avaliadas pelo Engenheiro Caio Pedro Moacir, cuja técnica con- "troversa poderá ser apreciada no Parecer número setenta e sete-cinqüenta e "dois (vide anexo número um), do Gerente, Senhor Raul Alonso Pereira. "Administração: Raul A. Pereira (Gerente) e Egídio da Câmara Sousa "(Diretor). Situação em trinta de junho de mil novecentos e cinqüenta e "dois — Na CARED: nada deve"; que, por outro lado, na edição do "O Estado de São Paulo", de trinta de abril de mil novecentos e cinqüenta e três, se encontra o seguinte tópico, que passa a ler: "Venda de terreno — De "acordo com escritura lavrada nas notas do décimo-nono Tabelionato — "Vieira de Melo (livro trezentos e vinte, fôlhas treze a quinze verso) a "Imo- "biliária Ipiranga Sociedade Anônima", representada por Demetrio Nami Ha- "dad e Carlos Hadad, venderam a Nagib Nami Jafet, no dia vinte de "março de mil novecentos e cinqüenta e três, um imóvel no valor de vinte "milhões e quatrocentos mil cruzeiros. No mesmo dia vinte de março de mil "novecentos e cinqüenta e três, de acôrdo com escritura lavrada nas notas "do mesmo tabelionato, no mesmo livro (número trezentos e vinte, fôlhas "quinze verso a dezoito verso), Nagib Nami Jafet e sua mulher venderam "(compromisso de compra e venda quitado) ao Banco Cruzeiro do Sul So- "ciedade Anônima, o mesmo imóvel, pela quantia de cento e noventa e seis "milhões sessenta e seis mil setecentos e oitenta cruzeiros. O referido Banco "foi representado, na transação, pelo seu diretor, Gladstone Jafet, presi- "dente e pelo Doutor Rubelio Freire de Aguiar, diretor-administrati- "vo. O imóvel objeto de transação, devidamente loteado e arruado, "denominado Vila Silvia, está localizado no terceiro subdistrito da Penha "de França, perímetro rural, perto da Capital, com area total de um milhão "cento e sessenta e cinco mil trezentos e vinte e quatro metros quadrados. "Os cento e noventa e seis milhões sessenta e seis mil setecentos e oitenta "cruzeiros foram pagos adiantada e integralmente, no ato, aos vendedores, "mediante uma nota de crédito aberta pelo comprador em seu estabeleci- "mento, em conta corrente do movimetno, a favor do primeiro outorgante "promitente-vendedor, ou seja, Nagib Nami Jafet e sua mulher. Divulga- "mos esta informação por se tratar de duas transações de interesse pu- "blico, dada a situação do Banco Cruzeiro do Sul em relação à Caixa de "Mobilização Bancaria e à Carteira de Redescontos do Banco do Brasil"; que cita o ocorrido apenas para salientar que, quem compra uma propriedade num dia por vinte milhões de cruzeiros e a revende, no mesmo dia, por

cento e noventa e seis milhões ao estabelecimento bancário de que faz parte, algum objetivo oculto, pouco recomendável, tem em efetuar essa transação; que, no caso, sabe qual é: o de arranjar garantia fictícia para o empréstimo de cento e noventa e cinco milhões, levantado pelo Banco Cruzeiro do Sul na Caixa de Mobilização Bancária; que sabe ser das piores a situação daquele estabelecimento bancário; que o Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte e sete, que dispõe sôbre as sociedades por ações, no seu artigo cento e um, diz o seguinte: "a aprovação, sem reserva, do balanço e das "contas, exonera de responsabilidade os membros da Diretoria e do Conselho "Fiscal, salvo êrro, dolo, fraude ou simulação (artigo cento e cinqüenta e "seis)"; que, se forem aprovadas as contas da gestão de mil novecentos e cinqüenta e dois, é claro se estará concedendo impunidade aos Diretores daquela época, e a ninguém se poderá responsabilizar, pois a Assembléia teria votado aprovando as contas; que é de bom aviso submeta o Senhor Presidente à deliberação da Assembléia sua proposta e está certo de que os Senhores Acionistas e, sobretudo, o representante do Tesouro Nacional, concordarão com ela; que vai ler, e o faz a seguir, um pequeno trecho do relatório Ranieri Mazzilli, para que o Senhor Presidente veja ser a expressão da verdade: "As dramáticas advertências do diretor Vieira Ma- "chado, em mil novecentos e quarenta e seis, aos seus superiores hierár- "quicos — o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco do Brasil —, "criticando acerbamente as irregularidades já existentes naquela ocasião, po- "deriam ter servido, igualmente, para nortear a política de seus sucessores, "à frente da Carteira de Redescontos e da Caixa de Mobilização Bancária. "Bem ao contrário, no entanto, as administrações que se lhe seguiram, "sòmente facilidades souberam propiciar aos Bancos no seu procedimento "aventureiro, o que provocou uma emulação consequente e inelutável entre "aquêles que, dolosamente, puderam transformar-se em frequentes benefi- "ciários dos inexauríveis recursos daquelas fontes, forjando títulos de favor "e criando falsas situações contábeis, principalmente no Rio de Janeiro. "E os negócios bancários, assim estimulados, geraram essa "bola de neve", "que vem crescendo em volume, desde mil novecentos e quarenta e cinco, "e ameaça, atualmente, de terrível impacto o teto do sistema bancário na- "cional"; que há uma estatística, apresentada pelo Senhor Diretor Egídio da Câmara Souza à Comissão Especial de Inquérito, segundo a qual, em mil novecentos e quarenta e cinco, os excessos de redescontos na respectiva Carteira importavam em vinte e seis milhões e oitocentos mil cruzeiros, atingindo, em seis de setembro de mil novecentos e cinqüenta e um, a um bilhão duzentos e trinta milhões e novecentos mil cruzeiros, o que revela, patentemente, a ilegalidade, porque o excesso concedido aos estabelecimentos bancários, para redescontar seus títulos, é passível de penalidade, pois a lei o proíbe; e que seria benéfico não só para o Banco e seus acionistas, mas, sobretudo para o Brasil, adiar-se a deliberação sôbre as contas em exame, com o que, lhe parece, concordará o representante do Tesouro Nacional, a fim de que amanhã, depois de apurada a verdadeira posição do organismo bancário a que pertence o antigo Presidente, possam os Senhores Acionistas julgar do que melhor convém aos interêsses do Banco e do Brasil. Respondendo ao acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada, o Senhor Presidente põe em relêvo que, em que pese seus nenhuns conhecimentos jurídicos, lhe parece que o nobre acionista partiu de uma premissa indefensável, pois estavam reunidos em Assembléia Geral Ordinária de uma sociedade anônima, em que se vai deliberar sôbre as contas, os balanços e o parecer do Conselho Fiscal, quando a aprovação dêsses documentos não exonera quem quer que seja de responsabilidade legal na gestão de órgãos que, embora funcionando no Banco, se sujeitam a uma legislação específica, como é o caso da Carteira de Redescontos e da Caixa de Mobilização Bancária; que, assim, a aprovação das contas em análise não eximirá de culpa o Diretor e o Presidente que tenham autorizado operações na Carteira de Redescontos e na Caixa de Mobilização Bancária fora das normas legais, nem anulará, de modo algum, o inquérito que acaba de ser feito pela Câmara dos Deputados, através da Comissão Especial de Inquérito, a propósito das

operações nos órgãos em referência; e que (dirigindo-se diretamente ao acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada) se escusa mais uma vez por não entender de questões jurídicas, mas, valendo-se de um pouco de experiência administrativa, salienta estar convencido de que o ato da Assembléia, aprovando as contas, o balanço e o parecer do Conselho Fiscal, sem restrições, não exclui de maneira alguma a responsabilidade do Presidente e do Diretor pelos atos praticados na Carteira de Redescontos e na Caixa de Mobilização Bancária. Voltando a falar, o acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada agradece ao Senhor Presidente os esclarecimentos que lhe prestou, salientando que, em resposta, pede a atenção do Senhor Presidente e, sobretudo, do jurista que se assenta a seu lado, Doutor Haroldo Renato Ascoli, para o citado artigo cento e um do Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte e sete, segundo o qual, se não fôr encontrado êrro, dolo, fraude ou simulação nas contas da administração de mil novecentos e cinqüenta e dois, os dirigentes do Banco, naquela época, não mais poderão ser responsabilizados; que de outra maneira não entendeu o representante do Tesouro Nacional, o qual, na Assembléia Geral Ordinária de mil novecentos e cinqüenta e dois, assim se pronunciou, como consta da respectiva ata (lê): "O Doutor Haroldo Renato Ascoli, representante do Tesouro Na-"cional, maior acionista do Banco, com a palavra, diz que, em a Assembléia "Geral Ordinária realizada a trinta de abril de mil novecentos e cinqüenta "e um, propôs que ela deliberasse aprovar as contas e os balanços do exer-"cício de mil novecentos e cinqüenta, excluídas, porém, as que, nos têrmos "do artigo cento e um do Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte "e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta, não fôs-"sem, por ventura, apuradas como legítimas pela Comissão de Inquérito, "então em funcionamento no Banco; que, sem dúvida, havia pertinência para "a proposta, uma vez que a Comissão de Inquérito, incumbida de apurar "possíveis irregularidades e ilegalidades da administração anterior, já havia "iniciado os seus trabalhos; que se o pronunciamento da Assembléia fôsse "de aprovação integral das contas em causa a investigação perderia a sua "razão de ser. A aprovação, sem reserva, dos balanços e das contas exonera "de responsabilidade os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, salvo "êrro, dolo, fraude ou simulação, conforme declara o artigo cento e um da "Lei de Sociedades por Ações; que não foram determinados ou indicados "os atos e contas que não deveriam merecer a aprovação da Assembléia, "mesmo porque não eram, ainda, do conhecimento dos Acionistas, sendo que "a Comissão de Inquérito, como esclarecido, recém havia iniciado as suas "tarefas; que o relatório já foi apresentado à direção do Banco, mas as "suas conclusões, consoante esclarecimento ora prestado pelo Senhor Presi-"dente, estão sendo objeto de estudo acurado, suscitando, mesmo, uma série "de diligências e providências. Assim, o assunto não se encontra em condi-"ções de pronunciamento definitivo desta Assembléia"; que, se não fizesse diferença a aprovação ou não das contas, nenhum efeito teria a proposta do representante do Tesouro Nacional; que dirão que as contas de mil novecentos e cinqüenta estavam sujeitas ao exame de uma Comissão de Inquérito, mas as de mil novecentos e cinqüenta e um e dois também estão sendo examinadas pela Comissão Especial de Inquérito, na Câmara dos Deputados, cujas conclusões serão publicadas; e que, nessa conformidade, insiste na sua proposta de serem as contas do exercício de mil novecentos e cinqüenta e dois conservadas em suspenso, até apuração das responsabilidades. O Senhor Presidente, escusando-se, mais uma vez, dos seus nenhuns conhecimentos jurídicos, ratifica os conceitos que expendera sôbre a matéria e declara não haver ainda encontrado razões para modificar seu ponto de vista, porque, se as contas do exercício de mil novecentos e cinqüenta não foram aprovadas, é devido a que havia, entre elas, contas da Sociedade Anônima Banco do Brasil que estavam sendo julgadas irregulares, sendo a Carteira de Redescontos e a Caixa de Mobilização Bancária órgãos governamentais, como já pôs de manifesto, aqui funcionando por contrato com o Banco, tanto assim que o Conselho Fiscal da Sociedade Anônima Banco do Brasil não examina, absolutamente, suas contas, sujeitas a legislação

especifica, de acôrdo com a qual deve ser procurada a responsabilidade de seus dirigentes, responsabilidade que não pode ser estendida a tôda a Diretoria do Banco do Brasil, que ignora, na sua quase totalidade, o que ali se passa. Acrescenta que o Presidente do Banco e o Diretor responsável por aquêles órgãos respondem, em qualquer época, por operações ilegais nêles praticadas e delas terão de prestar contas aos órgãos judiciários, e não a uma Assembléia Geral Ordinária de Acionistas de uma sociedade anônima. Com a palavra, o acionista João Castelo Branco de Almeida passa a ler a alocução que, a seu pedido, se transcreve a seguir: "Pedi a palavra, "Senhor Presidente, para dizer algo que traduza, palidamente embora, a "minha simpatia para com o ex-Presidente desta Casa, o Senhor Doutor Ri- "cardo Jafet, tão rudemente atacado neste recinto. O Senhor Doutor Ri- "cardo Jafet, homem simples e bom, impôs-se à minha consideração e à "minha estima, ha já algum tempo, motivo pelo qual, depois de ouvir o que "dele se disse aqui dentro, não posso calar o que me manda dizer a minha "consciência. Não tenho à mão elementos ou dados positivos com os quais "pudesse fazer o que seria o meu maior desejo neste instante — a sua de- "fesa. Quero, porém, lembrar — àqueles que o malsinam — que é cedo, "muito cedo, para se fazer a critica da administração do ex-Presidente. "O homem Jafet pode ser atacado, agredido, insultado; o banqueiro, não, "porque a sua administração é de ôntem, a bem dizer. Assim sendo, os "seus atos sòmente poderão ser criticados com justiça depois de decor- "rido o tempo necessário a um julgamento sereno ou imparcial. Os atos de "um banqueiro — e êle o é como poucos, queiram ou não queiram os seus "inimigos — só interessam pelas suas consequências. Como se disse aqui "dentro o que se presume que êle fez de mau, desejo dizer algumas pala- "vras sôbre o que êle fez de bom, em relação ao Banco e ao país. Os "dados de que disponho são completos. Por êles se vê que aumentaram "consideravelmente os valores positivos e diminuiram os negativos. A par "do desenvolvimento das operações, sobretudo as que se prendem ao desenvol- "vimento da riquesa nacional, verifica-se que, ao fim da gestão daquele "banqueiro, o ativo disponivel do Banco acusava um acrescimo de setecentos "e setenta milhões de cruzeiros em confronto com a administração anterior. "Se se levar em conta que a assistência direta do Banco à produção de bens, "nos varios setores da atividade criadora, acusa um acrescimo de cêrca de "doze bilhões de cruzeiros e que diminuiram de cêrca de oitocentos milhões "os apelos ao redesconto, ter-se-á de concluir que a administração do Senhor "Doutor Ricardo Jafet, sob este aspecto, foi realmente muito brilhante, so- "bretudo se se atentar na circunstância de que a ação da Carteira de Cre- "dito Agricola e Industrial, tão ampla, não teve caráter inflacionista. A "administração Ricardo Jafet foi de âmbito nacional. Prova-o ainda o fato "de terem sido instaladas, no periodo ou seja em vinte e quatro mêses, trinta "e cinco novas agências do Banco do Brasil, destinadas, como as já exis- "tentes, ao amparo direto às fontes produtoras do país, principal preo- "cupação do ex-Presidente, e, paradoxalmente, causa principal de sua queda. "Senhor Presidente, eu me confesso feliz por ter cumprido um dever de "consciência." O Senhor Presidente diz que, antes de facultar a palavra a qualquer outro dos Senhores Acionistas, deseja apresentar uma ligeira justificação ao nobre acionista Edmundo Barreto Pinto, com relação à ausência de vários dos Senhores Diretores, dizendo que alguns já estiveram presentes à Assembléia, numa longa permanência, e se retiraram por motivos diversos; outro está ausente desta capital, inspecionando Agências de sua região, e outro, justificou a ausência, por imperioso motivo de fôrça maior. Aduz que continuam em discussão o relatório, os balanços, as contas de "lucros e perdas" e o parecer do Conselho Fiscal concernentes ao exercicio de mil novecentos e cinqüenta e dois. Pedindo a palavra, o Doutor Haroldo Renato Ascoli, representante do Tesouro Nacional, declara que agradece ao nobre acionista Senhor Doutor José Bonifacio Lafayette de Andrada as generosas referências feitas à sua pessoa; que pede, entretanto, ao ilustre participante da Assembléia considere sua posição de representante do Tesouro Nacional, não vendo nela o jurista, o consultor

que emite pareceres, através da Procuradoria Geral da Fazenda Pública, mas o mandatário, o procurador daquele acionista; que tem, portanto, a preocupação precípua de manter-se fiel às instruções recebidas do mandante; que, nessa conformidade, manifesta-se pela aprovação dos balanços e das contas, bem assim do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de mil novecentos e cinqüenta e dois do Banco do Brasil Sociedade Anônima; e que, quanto ao apêlo que lhe fêz, para que concordasse com a divulgação das relações de contemplados nas despesas de donativos e publicidade, entende que o Senhor Presidente colocou a questão de forma apropriada, facultando, em seu Gabinete, o conhecimento dos documentos aos dignos interpelantes. O acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada faz uso da palavra para afirmar que, se não se engana, o representante do Tesouro Nacional declarara que o Senhor Presidente facultaria o exame dos documentos relativos à publicidade e que, neste caso, queria examiná-los. O Senhor Presidente acentua que, com o apêlo para que não se publicasse a lista das entidades contempladas com donativos, colocou à disposição dos Senhores Acionistas a relação dos documentos de despesas relativas a êsse item dos balanços; que, no que diz respeito a publicidade, acredita fôra suficientemente explícito, quando declarou não poderia assumir a responsabilidade de tornar pública a lista dos jornais e revistas que haviam recebido matéria paga para publicação, que informou o montante, salientando seria êsse, a seu ver, o maior interêsse dos Senhores Acionistas; que ressalva sua posição de Presidente interino, não querendo criar para o estabelecimento que dirige em caráter, portanto, transitório, um clima de antipatia, cousa que, a despeito do ponto de vista diferente do seu, considera pouco aconselhável; que confessa não percebera bem o pensamento do ilustre representante do Tesouro Nacional, neste particular; e que, em todo o caso, se julga Sua Excelência poder divulgar-se a lista de que se trata, sendo apenas mandatário da Assembléia, a qual resolve por maioria, terá de obedecer. O acionista Edmundo Barreto Pinto, com a palavra, assegura que o seu eminente amigo e colega de Congresso, Doutor José Bonifacio Lafayette de Andrada, a quem considera seu mestre, pelos seus profundos conhecimentos em direito, trouxe à Assembléia a Lei das Sociedades Anônimas, parecendo-lhe, todavia, ter-se equivocado quanto à sua interpretação; que a Assembléia Geral Ordinária — diz a Lei — é para examinar as contas e aprová-las, e só poderá ser realizada trinta dias após terem os documentos do exercício anterior sido postos à disposição dos Senhores Acionistas, para exame; que os Senhores Acionistas tiveram, assim, trinta dias para examinar as contas e pedir os esclarecimentos julgados necessários, o que é tempo suficiente para não precisarem examiná-los de novo na Assembléia, depois de esgotado o prazo estabelecido por Lei; que êle mesmo tivera curiosidade de ver os documentos, tendo ido ao Departamento de Contabilidade, onde não encontrou a menor dificuldade em inteirar-se dos detalhes que lhe interessavam; que não pode, assim, concordar com a exigência do seu eminente colega; que, quanto ao afastamento do General Anápio Gomes da Presidência do Banco do Brasil, devemos pedir a Deus — já não é mais ao Doutor Getúlio Vargas — para que o conserve aqui por muitos anos; e que, no que diz respeito às operações da Carteira de Redescontos e Caixa de Mobilização Bancária, para as quais o dinheiro sai quase todo do Banco do Brasil, é de opinião que se deveria realizar sério inquérito, e, depois, uma Assembléia Geral especial para julgar do assunto, secreta ou de portas abertas, para apurar responsabilidades. O acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada, declara que aceita a nomeação que lhe fêz o acionista Edmundo Barreto Pinto de seu mestre e vai dar-lhe uma lição de direito; que o artigo cento e vinte e sete do Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte e sete diz incumbir aos membros do Conselho Fiscal "examinar, em qualquer tempo, "pelo menos de três em três meses, os livros e papéis da sociedade, o estado "da caixa e da carteira, devendo os Diretores ou liquidantes fornecer-lhes as "informações solicitadas"; que, por sua vez, o Decreto-lei número dois mil novecentos e vinte e oito, de trinta e um de dezembro de mil novecentos e quarenta, em seu artigo número um, reza que "as sociedades por ações,

"nas quais o Govêrno Federal interfira diretamente na constituição dos órgãos, "de sua administração ou seja subscritor de parte de seu capital, ficam ex- "cluídas da aplicação obrigatória das normas dos artigos cento e vinte e "sete, números um e cento e trinta do Decreto-lei número dois mil seis- "centos e vinte e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e qua- "renta, e de seus efeitos"; que, como é evidente, o último dos citados diplomas legais impede que o Conselho Fiscal ou qualquer acionista examine, três meses antes da Assembléia, os documentos que forem apresentados na prestação de contas; que seu pedido tem perfeita procedência e está rigorosamente conforme a legislação em vigor; e que requer se digne o representante do Tesouro Nacional de dizer se pode ou não olhar os documentos e repete, mais uma vez, que os jornais não têm responsabilidade, pois prestaram serviços e receberam o devido pagamento. O Doutor Haroldo Renato Ascoli, representante do Tesouro Nacional, manifesta-se no desejo de retificar o que dissera há pouco, pois sua intenção era a de prestar apoio ao pensamento do Senhor Presidente, visto que as razões por êle apresentadas afiguravam-se-lhe plausíveis. O Senhor Presidente aproveita o ensejo para lembrar que, antes de o nobre acionista Edmundo Barreto Pinto chegar, ao prestar informações a respeito de um dos requerimentos dos quatro acionistas desta Casa, entre os quais o ilustre acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada, declarara que os documentos, balanços, contas e relatório estiveram, como manda a Lei, durante trinta dias à disposição dos Senhores Acionistas. O acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada quer saber se no meio dêsses documentos estava a lista dos órgãos contemplados com publicidade remunerada. Responde-lhe o Senhor Presidente, ressaltando que os Senhores Acionistas teriam o direito de solicitar todos os esclarecimentos que julgassem necessários; e que — pedindo desculpas se não interpreta bem a Lei — os Senhores Acionistas têm, para a verificação dos documentos, uma processualística de tôdas as operações dentro do plano administrativo do Banco; que, fora dêsse plano, só há o recurso judiciário de pedir a verificação dêsses documentos, de maneira que aos nobres acionistas Edmundo Barreto Pinto e José Bonifacio Lafayette de Andrada declara que o primeiro, com sua proposta, deseja sua permanência, o segundo, com a dêle, sua retirada da Presidência do Banco. O acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada, insistindo em que se pusesse em votação sua proposta, alegando não poder a verdade ficar sempre encoberta, salienta que o Senhor Presidente colocara a questão num plano melindroso, mas que, se lhe fôsse lícito afirmar, diria desgraçado o país em que o homem de valor, da lisura de sua Excelência, se afastasse de tão importante cargo por motivo tão fútil (aplausós gerais). Em prosseguimento, declara o Senhor Presidente que, não obstante o representante do Tesouro Nacional, maior acionista do Banco, já ter-se manifestado sôbre a matéria em discussão, e não havendo quem mais quisesse fazer uso da palavra, ia submeter ao pronunciamento da Assembléia o parecer do Conselho Fiscal, por isso que a áprovação dêste significaria a aprovação, sem restrições, das contas da Diretoria e dos balanços do exercício de mil novecentos e cinqüenta e dois. Pôsto em votação, verifica-se a aprovação, por maioria, do parecer do Conselho Fiscal e, portanto, nos têrmos propostos pelo Senhor Presidente, também das contas da Diretoria e dos balanços relativos ao exercício de mil novecentos e cinqüenta e dois. Não tomaram parte na votação os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. Depois que o representante do Tesouro Nacional votou por essa aprovação, falou o acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, com aplausos do acionista José Bonifacio Lafayette de Andrada, dizendo que, a despeito das explicações prestadas pelo Senhor Presidente sôbre a situação especial da Carteira de Redescontos e da Caixa de Mobilização Bancária, era de opinião que os Senhores Acionistas não se deveriam alhear dos negócios ali realizados, pelo que votava por aquela aprovação, mas com restrições, até que a não interdependência daqueles setores com o Banco fôsse perfeitamente esclarecida. Acrescentou o acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva que o relatório não havia sido submetido à votação, tendo o Senhor Presidente esclarecido que tal documento, segundo o artigo

cem do Decreto-lei dois mil seiscentos e vinte e sete, não era passível de votação, mas apenas de discussão por parte dos Senhores Acionistas, como se procedeu. Continuando com a palavra, o acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva diz que tem uma restrição a fazer ao relatório, onde êle traz à baila o Decreto-lei número dois mil novecentos e vinte e oito, de trinta e um de dezembro de mil novecentos e quarenta, aduzindo que na proposta que apresentou à Assembléia faz referência ao caso, frisando não ser êsse diploma legal aplicável em relação ao fundo de reserva para o aumento de capital. O Senhor Presidente, dando relêvo à circunstância de já terem sido aprovados, sem restrições, as contas da Diretoria, os balanços e o parecer do Conselho Fiscal do exercício de mil novecentos e cinqüenta e dois, suspende a sessão por dez minutos, a fim de que os Senhores Acionistas se munam de cédulas para a eleição de um Diretor e dos membros e suplentes do Conselho Fiscal. Reaberta a sessão, foi verificada a regularidade das três urnas que se achavam sôbre a mesa, tendo o Senhor Presidente convidado para servirem como escrutinadores os acionistas Alayde Lamounier, Luiz Valle Palhano de Jesus, Doutor Tácito Claudio da Silva e Walter de Mattos Loureiro. Anunciada a eleição, o acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva sugere que ela seja levada a efeito por aclamação, tendo o representante do Tesouro Nacional, a pedido do Senhor Presidente, se pronunciado a respeito, dizendo textualmente: "tenho para mim que o processo mais democrático é o de cada um de nós se dirigir à urna e depositar a sua cédula. Eu voto por esta fórmula." O Senhor Presidente, à vista dêsse pronunciamento do representante do Tesouro Nacional, que era o da maioria, declara que, assim, deveria seguir-se o regime democrático, mandando o Primeiro Secretário proceder à chamada dos Senhores Acionistas, indo, em seguida, cada um dos chamados colocar as cédulas respectivas nas urnas. Quando chamado, o acionista Manoel Gomes Moreira disse não tomar parte na votação por considerá-la desnecessária, uma vez que o Tesouro Nacional é possuidor da maioria das ações, elegendo o Govêrno, por isso, quem bem entende; e que se trata da eleição de um Diretor, em conseqüência do término do mandato outrora exercido pelo Doutor José Estefno, o qual, segundo chegara ao seu conhecimento, entre outras razões, renunciara por se ter convencido da irregularidade de sua eleição. Realizada a apuração, verificou-se o seguinte resultado: para Diretor, o Doutor Pompilio Cylon Fernandes da Rosa, com duzentos e oitenta e cinco mil duzentos e cinco votos; para membros do Conselho, os Senhores Argemiro de Hungria Machado, Carloman da Silva Oliveira, João Daudt d'Oliveira, Pedro de Magalhães Corrêa e Zózimo Barroso do Amaral, com duzentos e oitenta e cinco mil e quinze votos; e para suplentes do Conselho Fiscal, os Senhores Ary de Almeida e Silva, João Rodrigues Teixeira Junior, José do Nascimento Brito, José Willemsens Junior e Manoel Gomes Moreira, com duzentos e oitenta e cinco mil duzentos e quinze votos. Em seguida, o Senhor Presidente proclamou eleitos: Diretor do Banco do Brasil Sociedade Anônima, para o período de mil novecentos e cinqüenta e três a mil novecentos e cinqüenta e sete, o Doutor Pompilio Cylon Fernandes da Rosa, brasileiro, casado, advogado e residente nesta capital, à Avenida Atlântica número mil quatrocentos e setenta; membros do Conselho Fiscal, os Senhores Argemiro de Hungria Machado, Carloman da Silva Oliveira, João Daudt d'Oliveira, Pedro de Magalhães Corrêa e Zózimo Barroso do Amaral; e suplentes do Conselho Fiscal, os Senhores Ary de Almeida e Silva, João Rodrigues Teixeira Junior, José do Nascimento Brito, José Willemsens Junior e Manoel Gomes Moreira. Após, o Senhor Presidente felicita os eleitos, augurando-lhes feliz gestão no Banco, que muito necessita de seus conhecimentos, de sua dedicação e de sua competência. Em discussão a remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, o acionista Manoel Gomes Moreira propôs, sendo, em seguida, aprovado por unanimidade, que, para o período compreendido entre o mês de maio de mil novecentos e cinqüenta e três e o de abril de mil novecentos e cinqüenta e quatro, fôsse mantida a remuneração anterior, isto é, para os membros da Diretoria a especificada no artigo trinta e um dos Estatutos e para os membros do Conselho Fiscal

a de três mil cruzeiros mensais. O Senhor Edmundo Barreto Pinto, depois de salientar não ter interêsses no Banco, a não ser a honra de sua qualidade de acionista, alvitra, após largas considerações, formule a Assembléia, por aclamação, votos para a permanência do Senhor General Anápio Gomes, por muito tempo, na suprema direção da Casa (aplausos gerais e prolongados). O Senhor Presidente expressa, dirigindo-se aos Senhores Acionistas, especialmente ao Senhor Edmundo Barreto Pinto, seu profundo agradecimento pela demonstração de aprêço de que fôra alvo, salientando ser o pôsto, que está a ocupar em caráter transitório, muito cobiçado; que todos sabem, a começar pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que ao cargo não tem o menor apêgo, pois lhe é desejo, com tôda a sinceridade, passar a outrem aquela cadeira, por tantos almejada; que, para um homem de seu feitio, o pôsto é muito ingrato; que seus aborrecimentos constantes — e nos últimos tempos têm êles avultado — foram e são devidamente recompensados com pronunciamentos como o dos Senhores Acionistas, ao dar-lhe prova de aprêço que não merece; e que é apenas um homem de boa vontade, sacrificando um resto de vida, em que tem direito a repouso, para servir ao seu país e ao eminente Chefe Getúlio Vargas e, também, a esta Casa, porque, na realidade, servir ao Banco é servir ao Brasil. O acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, com a palavra, depois de comunicar que motivos imperiosos o obrigavam a retirar-se da Assembléia, faz um apêlo à Diretoria a respeito de um memorial enviado ao Banco pela Associação de seus antigos funcionários, o qual, por suas judiciosas considerações, merece ser solucionado com a maior benquerença, certo como está de que o Senhor Presidente e os Senhores Diretores não olvidarão terem êsses velhos servidôres dado ao Banco o melhor de seus anos, quando, na inexistência de leis de amparo social, eram — pela disciplina férrea que então sôbre êles pesava e na vigência de horário de trabalho exaustivo, a absorver-lhes até as horas do descanso ínfimo — verdadeiros escravos de seus deveres. Acrescenta saber que o Senhor Presidente é um homem justo e bom e que, por isso, não deixará de propiciar lenitivo para o sofrimento dos que muito trabalharam e, hoje, mal podem sustentar-se, pela constante desvalorização da moeda, neste círculo vicioso de alta do custo da vida e reajustamento dos salários. Respondendo ao acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, o Senhor Presidente agradece as palavras elogiosas que lhe dirigiu e informa que recebeu o referido memorial do representante dêsses antigos e dignos funcionários do Banco, o qual será examinado com carinho e aquêle calor humano que sempre caracterizaram os atos da Diretoria para com seus servidores, ativos ou inativos. Aduz que, como o acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva vai retirar-se, prestará alguns esclarecimentos quanto ao aumento de capital do Banco, assunto obrigatório nas Assembléias Gerais dos Senhores Acionistas; que são numerosos os apelos, as propostas, as reclamações que surgem a respeito; que, de fato, o maior estabelecimento de crédito do país, um dos maiores da América do Sul, como é o Banco do Brasil, tem um capital social irrisório em relação ao vultoso montante de suas operações; que uma Assembléia Geral Extraordinária, como consta dos próprios Estatutos, resolveu aprovar (aprovação incompleta, é verdade) um aumento de capital, apropriado à época, insignificante a esta altura; que é uma deliberação a ser revista, porque, a se elevar de cem para duzentos milhões de cruzeiros, é preferível deixá-lo como está; que, pessoalmente, é partidário do aumento de capital; que o Govêrno, sendo o Tesouro Nacional o maior acionista do Banco, não poderá, talvez, concordar, desde já, com o aumento de capital, sem o pronunciamento legislativo, ainda mesmo que êsse aumento fôsse constituído com as reservas do Banco; e que, todavia, se permanecer ainda alguns dias no seu cargo, ventilará o assunto com os seus colegas de Diretoria, levando, em seguida, ao conhecimento das autoridades superiores, o justo anseio dos Senhores Acionistas. O acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, antes de se retirar da Assembléia, alega ainda que a Companhia Siderúrgica Nacional estava em situação equivalente à do Banco, tendo aumentado seu capital sem autorização do

Congresso Nacional; que a pressão dos Senhores Acionistas já não permite que se protele por mais tempo o aumento de capital do Banco; que deve o Poder Executivo pedir ao Congresso Nacional a lei necessária para aumentar o capital do Banco, ou por subscrição pública ou lançando mão de suas reservas; e que lhe parece estarem todos os Senhores Acionistas prontos a arcar com a responsabilidade dessa subscrição em moeda sonante. Os acionistas Edmundo Barreto Pinto e João Jabour falaram longamente, apoiando o acionista Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva, no tocante ao aumento de capital do Banco. O Senhor Presidente comunica à Assembléia que a cinco de julho próximo, transcorrerá o centenário da promulgação da Lei número seiscentos e oitenta e três, de que resultou a criação, pela segunda vez, do Banco do Brasil, pois o primeiro instituto emissor dêsse nome, mandado estabelecer pelo Príncipe Regente Dom João, encerrou suas atividades em mil oitocentos e vinte e nove. Lembra ainda que, expedido aquêle diploma legal, cuja iniciativa coube a Joaquim José Rodrigues Torres (depois Visconde de Itaboraí), quando Presidente do Conselho e titular da Fazenda, obteve o Govêrno que os dois únicos bancos então existentes nesta cidade — o "Banco Comercial do Rio de Janeiro" (primeiro a funcionar no país após a liquidação do primitivo Banco do Brasil) e o "Banco do Brasil" (estabelecimento privado fundado por Mauá e seu grupo em mil oitocentos e cinqüenta e um) — se fundissem para a constituição de novo Banco do Brasil, instituto de depósitos, descontos e emissão, que abriria suas portas ao público a dez de abril de mil oitocentos e cinqüenta e quatro; que, desde então, embora através de três fases jurìdicamente distintas, nunca mais seria interrompido, na prática, o funcionamento da instituição Banco do Brasil; que a primeira fase, iniciada a dez de abril de mil oitocentos e cinqüenta e quatro, com a abertura de suas portas no tradicional prédio da Rua da Alfândega, onde esteve alojado durante setenta e dois anos, durou até seis de fevereiro de mil oitocentos e noventa e três, data em que, fundido com o da "República dos Estados Unidos do Brasil", passou o Banco do Brasil a denominar-se Banco da República do Brasil; e que essa segunda fase, muito acidentada, abrangendo o período da liquidação dos negócios do encilhamento dos primeiros anos do regime republicano, terminou com a reforma autorizada pelo Decreto número mil quatrocentos e cinqüenta e cinco, de trinta de dezembro de mil novecentos e cinco, quando, mediante constituição de nova sociedade anônima, que é a atual, foi restabelecida a denominação de Banco do Brasil, continuando o estabelecimento a funcionar naquele mesmo edifício, onde esteve até abril de mil novecentos e vinte e seis. Acrescentou o Senhor Presidente que, para registro e perpetuação da passagem, a cinco de julho próximo, do centenário da promulgação da Lei número seiscentos e oitenta e três, além de outras providências que autorizou, sugeriu às autoridades competentes a emissão de sêlo postal comemorativo, com a efígie do Visconde de Itaboraí, fundador do Banco do Brasil e por duas vêzes seu Presidente; que, tratando-se de efeméride de incontestável significação em nossa história econômico-financeira e, em particular, para a Casa, autorizou também providências no sentido de que seja lembrada a data de dez de abril de mil novecentos e cinqüenta e quatro, quando o Banco do Brasil completará, como instituição, um século de funcionamento contínuo a serviço do progresso econômico do país; e que, em comemoração dessa data, está sendo preparado por funcionário nosso, especializado na matéria, trabalho histórico sôbre o Banco do Brasil, a partir de mil oitocentos e cinqüenta e três. O acionista Julio de Mattos encaminhou à Mesa, pedindo fôsse inserta nesta ata, nota que contêm os seguintes esclarecimentos: "O Decreto-lei número dois mil seiscentos e vinte "e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta, que dis- "põe sôbre as sociedades por ações, em seu artigo noventa e seis, aplicável "às Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias, disciplina que "a ata "dos trabalhos e resoluções da assembléia geral será lavrada no livro com- "petente e será assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas que "houverem estado presentes à assembléia. Para validade da ata é sufi- "ciente a assinatura de tantos dêles quantos constituirem por seus votos

"a maioria necessária para as deliberações tomadas pela assembléia. Da "ata tirar-se-ão certidões ou cópias autênticas, para os fins legais". A Assem-"bléia Geral Extraordinária realizada em vinte e quatro de junho de mil "novecentos e cinqüenta e dois foi levada a efeito com a presença de acio-"nistas possuidores de duzentas e noventa e sete mil duzentas e quarenta "e sete ações, quando poderia passar a funcionar com qualquer número dêles, "por isso que se instalara em terceira convocação (artigo cento e quatro do "citado diploma legal). Segundo se depreende dos diferentes dispositivos do "mencionado Decreto-lei, as atas das Assembléias Gerais têm curto prazo "para a sua publicação, não sendo, assim, passíveis de aprovação por "qualquer Assembléia a ser realizada posteriormente. A ata daquela As-"sembléia Geral Extraordinária contém a assinatura dos membros da Mesa "e a do representante do Tesouro Nacional, detentor de duzentas e setenta "e oito mil seiscentas e sessenta ações — cêrca de noventa e quatro por "cento do total das ações com que se iniciaram os trabalhos da Assem-"bléia — em número, portanto, mais que suficiente para a sua validade. "Cumpria-me, como primeiro secretário da Mesa que presidiu os trabalhos "da dita Assembléia, demonstrar, pelo exposto, a inconsistência dos reparos "feitos pelo acionista Manoel Gomes Moreira, ao início dos trabalhos desta "Assembléia e que, não obstante a faculdade que lhe concedera o Senhor "Presidente para o fazer, não os renovou." Ninguém mais pretendendo fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Acionistas e expressa-lhes sua gratidão pela benevolência com que se conduziram para com êle, pela primeira vez na honrosa direção de uma Assembléia, como à que presidia, onde se achavam reunidas ilustres personalidades representativas das mais diferentes atividades, tôdas — fazia-lhes a justiça de reconhecer e proclamar — orientadas no patriótico sentido de emprestar sua contribuição para maior grandeza do Brasil. Em seguida, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, às vinte horas e trinta minutos. E eu, *José Willemsens Junior*, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente ata, a qual, lida e achada conforme, é devidamente assinada. — *José Willemsens Junior — Anápio Gomes — Luiz de Oliveira Alves — Haroldo Renato Ascoli — José do Nascimento Brito — Pedro de Magalhães Corrêa — Luiz Valle Palhano de Jesus — Walter de Mattos Loureiro — Manoel Gomes Moreira — Clarimundo Rosa Nepomuceno da Silva — Zózimo Barroso do Amaral — João Castelo Branco de Almeida — Xisto Couto — Tácito Claudio da Silva — Julio de Mattos.*

TERCEIRA PARTE

PART THREE

Agências do Banco do Brasil S. A.

Branches of Banco do Brasil S. A.

BANCO DO BRASIL S. A.

DIREÇÃO GERAL — RIO DE JANEIRO (DISTRITO FEDERAL)
Head Office — Rio de Janeiro City (Distrito Federal)

31 DE DEZEMBRO DE 1953
December 31st 1953

a) AGÊNCIAS NO BRASIL
Branches in Brazil

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	AGÊNCIAS *Branches*
ACRE (2)	Cruzeiro do Sul Rio Branco
ALAGOAS (6)	Maceió Palmeira dos Índios Penedo Santana do Ipanema União dos Palmares Viçosa
AMAPÁ (1)	Macapá
AMAZONAS (3)	Itacoatiara Manaus Parintins
BAHIA (25)	Alagoinhas Amargosa Barra Barreiras Caetité Canavieiras Feira de Santana Ilhéus Itaberaba Itabuna Itambé Jacobina Jequié Juàzeiro Lençóis Mundo Novo Nazaré Salvador { Cidade Salvador { Metropolitana de Cidade Alta Santo Amaro São Félix Senhor do Bonfim Serrinha Ubaitaba Vitória da Conquista
CEARÁ (12)	Aracati Baturité Camocim Crateús Crato Fortaleza Iguatu Ipu Quixadá Russas Senador Pompeu Sobral
DISTRITO FEDERAL (14)	Agência Central Metropolitanas: Bandeira Bangu Botafogo Campo Grande Copacabana Glória Madureira Méier Ramos São Cristóvão Saúde Tijuca Tiradentes
ESPÍRITO SANTO (7)	Alegre Cachoeiro de Itapemirim Colatina Mimoso do Sul Santa Teresa São Mateus Vitória
GOIÁS (9)	Anápolis Buriti Alegre Catalão Goiânia Goiás Ipameri Jataí Morrinhos Rio Verde

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	AGÊNCIAS *Branches*
GUAPORÉ (1)	Pôrto Velho
MARANHÃO (5)	Carolina Caxias Codó Pedreiras São Luís
MATO GROSSO (10)	Aquidauana Bela Vista Cáceres Campo Grande Corumbá Cuiabá Guiratinga Maracaju Ponta Porã Três Lagoas
MINAS GERAIS (44)	Aimorés Alfenas Almenara Araçuaí Araguari Araxá Barbacena Belo Horizonte Bicas Boa Esperança Campo Belo Carangola Caratinga Carlos Chagas Cataguases Curvelo Diamantina Dores do Indaiá Formiga Governador Valadares Guaxupé Itajubá Ituiutaba Januária Juiz de Fora Manhuaçu Montes Claros Muriaé Ouro Fino Pará de Minas Passos Patos de Minas Patrocínio Pedra Azul Pirapora Poços de Caldas
MINAS GERAIS	Ponte Nova São João del Rei Teófilo Otoni Três Corações Ubá Uberaba Uberlândia Varginha
PARÁ (4)	Belém Bragança Óbidos Santarém
PARAÍBA (8)	Areia Cajàzeiras Campina Grande Guarabira Itabaiana João Pessoa Monteiro Patos
PARANÁ (13)	Cambará Cornélio Procópio Curitiba Foz do Iguaçu Guarapuava Irati Jacarèzinho Londrina Maringá Paranaguá Ponta Grossa Rolândia União da Vitória
PERNAMBUCO (10)	Arcoverde Caruaru Garanhuns Goiana Limoeiro Palmares Recife { Cidade e Metropolitana de Santo Antônio Serra Talhada Vitória de Santo Antão
PIAUÍ (9)	Campo Maior Floriano Luzilândia

Unidades Federadas *Federal States*	Agências *Branches*
Piauí	Parnaíba
	Picos
	Piracuruca
	Piripiri
	Teresina
	União
Rio Branco (1)	Boa Vista
Rio de Janeiro (16)	Barra do Piraí
	Bom Jesus do Itabapoana
	Cabo Frio
	Campos
	Cantagalo
	Duque de Caxias
	Itaperuna
	Macaé
	Niterói
	Nova Friburgo
	Nova Iguaçu
	Petrópolis
	Resende
	Santo Antônio de Pádua
	Três Rios
	Volta Redonda
Rio Grande do Norte (4)	Açu
	Caicó
	Mossoró
	Natal
Rio Grande do Sul (38)	Alegrete
	Arroio Grande
	Bagé
	Bento Gonçalves
	Cachoeira do Sul
	Camaquã
	Caxias do Sul
	Cruz Alta
	Dom Pedrito
	Erechim
	Guaíba
	Itaqui
	Jaguarão
	Lajeado
	Livramento
	Montenegro
	Novo Hamburgo
	Passo Fundo
	Pelotas
	Pôrto Alegre
	Quaraí
Rio Grande do Sul	Rio Grande
	Rio Pardo
	Rosário do Sul
	Santa Cruz do Sul
	Santa Maria
	Santa Rosa
	Santa Vitória do Palmar
	Santiago
	Santo Angelo
	São Borja
	São Gabriel
	São Leopoldo
	São Lourenço do Sul
	Tapes
	Tupanciretã
	Uruguaiana
	Vacaria
Santa Catarina (12)	Blumenau
	Canoinhas
	Chapecó
	Florianópolis
	Itajaí
	Joaçaba
	Joinvile
	Laguna
	Lajes
	Mafra
	Rio do Sul
	Tubarão
São Paulo (79)	Americana
	Andradina
	Araçatuba
	Araraquara
	Araras
	Assis
	Avaré
	Bariri
	Barretos
	Batatais
	Bauru
	Bebedouro
	Birigui
	Botucatu
	Bragança Paulista
	Cafelândia
	Campinas
	Catanduva
	Chavantes
	Franca
	Garça
	Guaratinguetá
	Itapetininga
	Itapira

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	AGÊNCIAS *Branches*	UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	AGÊNCIAS *Branches*
SÃO PAULO	Ituverava	SÃO PAULO	Santo Anastácio
	Jaboticabal		Santo André
	Jaú		Santos
	Jundiaí		São Caetano do Sul
	Limeira		São Carlos
	Lins		São João da Boa Vista
	Lucélia		São José do Rio Pardo
	Marília		São José do Rio Prêto
	Martinópolis		São José dos Campos
	Matão		São Manuel
	Mirassol		São Paulo — Cidade e Metropolitanas:
	Mogi das Cruzes		Bosque da Saúde
	Monte Aprazível		Brás
	Nova Granada		Ipiranga
	Novo Horizonte		Lapa
	Olímpia		Penha
	Orlândia		Sorocaba
	Paraguaçu Paulista		Taquaritinga
	Pederneiras		Taubaté
	Penápolis		Tupã
	Piracicaba		Valparaiso
	Piraju		Votuporanga
	Pirajuí	SERGIPE (6)	Aracaju
	Pirassununga		Capela
	Pompéia		Estância
	Presidente Prudente		Itabaiana
	Presidente Venceslau		Lagarto
	Promissão		Propriá
	Rancharia		
	Ribeirão Bonito		
	Ribeirão Prêto		
	Rio Claro		
	Santa Cruz do Rio Pardo		

b) AGÊNCIAS NO EXTERIOR

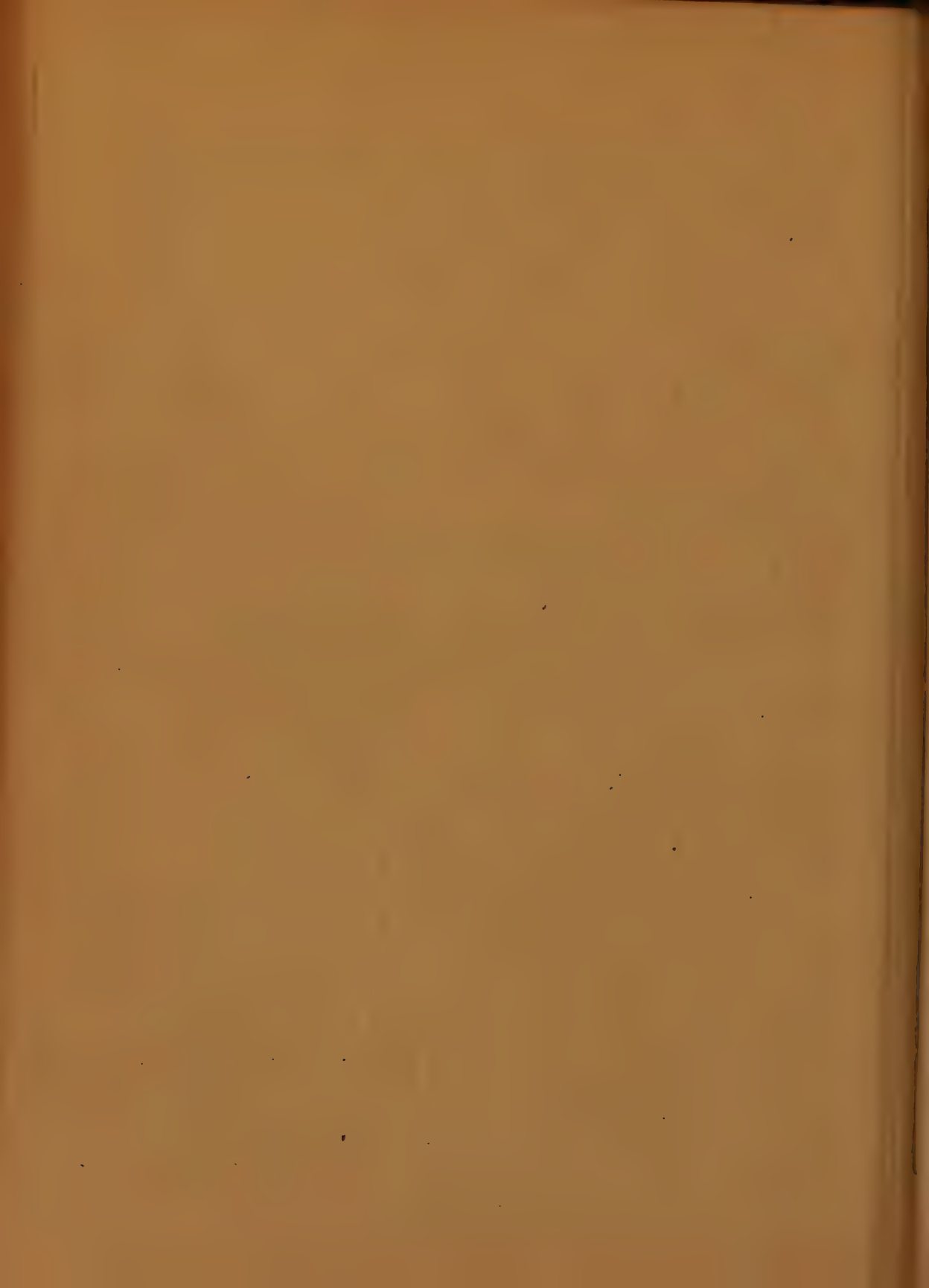
Branches abroad

PAÍSES *Countries*	CIDADES *Cities*
PARAGUAI	Assunção
URUGUAI	Montevidéu

QUARTA PARTE

PART FOUR

Estatísticas das atividades do Banco do Brasil S. A.

Statistics relating to Banco do Brasil S. A.

CONVENÇÕES
SIGNS

... **O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno existe.**
Data unknown, this does not imply that the phenomenon may exist.

— **O fenômeno não existe.**
Phenomenon non-existent.

0 **O fenômeno existe, sendo sua expressão, porém, tão pequena que não atinge a unidade adotada no quadro.**
The phenomenon exists, but its expressed value does not reach the unit adopted in the table.

BANCO DO BRASIL S. A.

RECURSOS
Resources

Cr$ 1.000.000

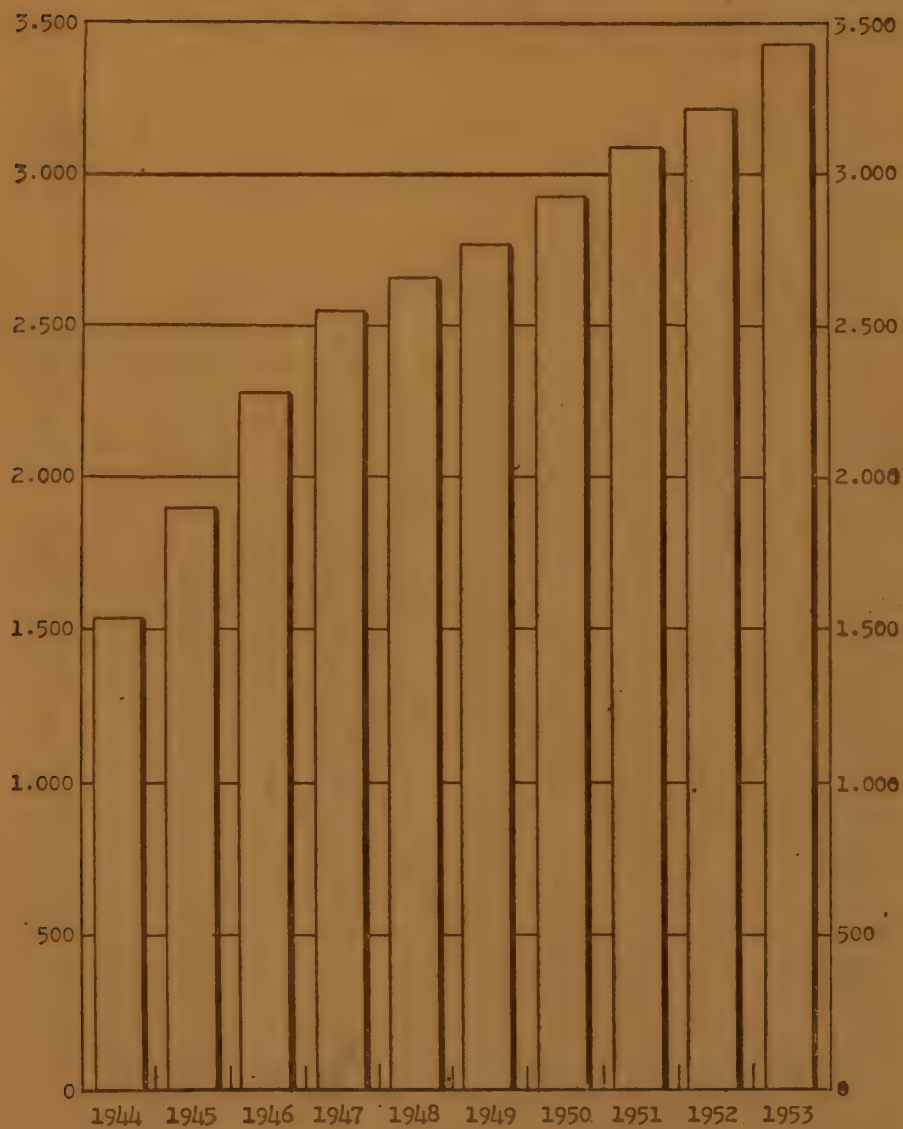
PERÍODOS *Periods*	CAPITAL *Capital*	RESERVAS *Reserves*	EXIGIBILIDADES *Liabilities* (*)	TODOS OS RECURSOS *Total resources*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*				
1944	100	1.539	20.468	22.107
1945	100	1.903	23.095	25.098
1946	100	2.289	23.178	25.567
1947	100	2.556	24.349	27.005
1948	100	2.669	26.944	29.713
1949	100	2.773	32.573	35.446
1950	100	2.934	37.295	40.329
1951	100	3.094	40.491	43.685
1952	100	3.223	49.552	52.875
1953	100	3.425	70.343	73.868
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*				
1952 — Janeiro	100	3.173	41.420	44.693
Fevereiro	100	3.173	41.659	44.932
Março	100	3.173	42.237	45.510
Abril	100	3.173	42.722	45.995
Maio	100	3.173	45.910	49.183
Junho	100	3.246	49.413	52.759
Julho	100	3.246	52.527	55.873
Agôsto	100	3.246	53.627	56.973
Setembro	100	3.246	54.281	57.627
Outubro	100	3.246	54.460	57.806
Novembro	100	3.246	56.811	60.157
Dezembro	100	3.338	59.554	62.992
1953 — Janeiro	100	3.335	59.866	63.301
Fevereiro	100	3.335	61.132	64.567
Março	100	3.335	61.486	64.921
Abril	100	3.335	64.479	67.914
Maio	100	3.335	66.229	69.664
Junho	100	3.428	68.459	71.987
Julho	100	3.428	70.852	74.380
Agôsto	100	3.428	72.858	76.386
Setembro	100	3.428	80.541	84.069
Outubro	100	3.428	79.664	83.192
Novembro	100	3.428	80.958	84.486
Dezembro	100	3.853	77.596	81.549

NOTA: Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note: Excluding the branches abroad, from January 1953.

(*) Balanceadas as contas interdepartamentais.
Interdepartmental items balanced.

BANCO DO BRASIL S. A.

RESERVAS
Reserves

Cr$ 1.000.000

BANCO DO BRASIL S. A.

EXIGIBILIDADES
Liabilities

Cr$ 1.000.000

Períodos *Periods*	Ordinárias *Ordinary* (*)	Extraordinárias *Extraordinary*	Tôdas as exigibilidades *Total liabilities*
Saldos médios *Average balances*			
1944	15.820	4.648	20.468
1945	19.492	3.603	23.095
1946	21.136	2.042	23.178
1947	23.922	427	24.349
1948	26.773	171	26.944
1949	31.140	1.433	32.573
1950	32.156	5.139	37.295
1951	34.185	6.306	40.491
1952	46.241	3.311	49.552
1953	61.315	9.028	70.343
Saldos em fim de mês *End-of-month balances*			
1952 — Janeiro	39.296	2.124	41.420
Fevereiro	39.526	2.133	41.659
Março	40.292	1.945	42.237
Abril	41.051	1.671	42.722
Maio	43.541	2.369	45.910
Junho	46.866	2.547	49.413
Julho	49.398	3.129	52.527
Agôsto	49.671	3.956	53.627
Setembro	50.238	4.043	54.281
Outubro	50.390	4.070	54.460
Novembro	52.216	4.595	56.811
Dezembro	52.411	7.143	59.554
1953 — Janeiro	52.881	6.985	59.866
Fevereiro	54.945	6.187	61.132
Março	54.655	6.831	61.486
Abril	56.832	7.647	64.479
Maio	57.705	8.524	66.229
Junho	58.510	9.949	68.459
Julho	60.795	10.057	70.852
Agôsto	63.284	9.574	72.858
Setembro	70.801	9.740	80.541
Outubro	68.975	10.689	79.664
Novembro	68.966	11.992	80.958
Dezembro	67.427	10.169	77.596

Nota: Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note: Excluding the branches abroad, from January 1953.

(*) Balanceadas as contas interdepartamentais.
Interdepartmental items balanced.

BANCO DO BRASIL S. A.

EXIGIBILIDADES ORDINARIAS
Ordinary Liabilities

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	DEPÓSITOS *Deposits*	ORDENS DE PAGAMENTO *Orders of payment*	BÔNUS *Bonds*	OUTRAS EXIGIBILIDADES ORDINÁRIAS *Other ordinary liabilities* (*)	TÔDAS AS EXIGIBILIDADES ORDINÁRIAS *Total ordinary liabilities*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*					
1944	14.654	561	76	529	15.820
1945	18.333	699	76	384	19.492
1946	19.681	956	76	423	21.136
1947	20.978	969	76	1.899	23.922
1948	22.991	1.051	76	2.655	26.773
1949	27.582	1.017	76	2.465	31.140
1950	30.341	1.164	77	574	32.156
1951	32.255	1.454	77	399	34.185
1952	43.755	1.956	77	453	46.241
1953	56.421	697	77	4.120	61.315
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*					
1952 — Janeiro	37.256	1.552	77	411	39.296
Fevereiro	36.771	2.316	77	362	39.526
Março	37.522	2.283	77	410	40.292
Abril	38.131	2.400	77	443	41.051
Maio	40.518	2.514	77	432	43.541
Junho	43.707	2.686	77	396	46.866
Julho	46.001	2.894	77	426	49.398
Agôsto	46.613	2.566	77	415	49.671
Setembro	47.365	2.428	77	368	50.238
Outubro	49.162	598 (**)	77	553	50.390
Novembro	50.815	567	77	757	52.216
Dezembro	51.199	676	77	459	52.411
1953 — Janeiro	51.818	555	77	431	52.881
Fevereiro	53.040	729	77	1.099	54.945
Março	52.763	679	77	1.136	54.655
Abril	54.655	741	77	1.359	56.832
Maio	54.530	656	77	2.442	57.705
Junho	55.071	582	77	2.780	58.510
Julho	56.850	619	77	3.249	60.795
Agôsto	57.477	645	77	5.085	63.284
Setembro	63.067	678	77	6.979	70.801
Outubro	60.903	736	77	7.259	68.975
Novembro	59.736	868	77	8.285	68.966
Dezembro	57.148	870	77	9.332	67.427

NOTA: Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note: Excluding the branches abroad, from January 1953.

(*) Balanceadas as contas interdepartamentais.
Interdepartmental items balanced.

(**) A partir de outubro de 1952, passaram a ser representadas pelo líquido do respectivo título contábil.
From October 1952 the total of orders of payment has been represented by the balance of the proper account.

BANCO DO BRASIL S. A.

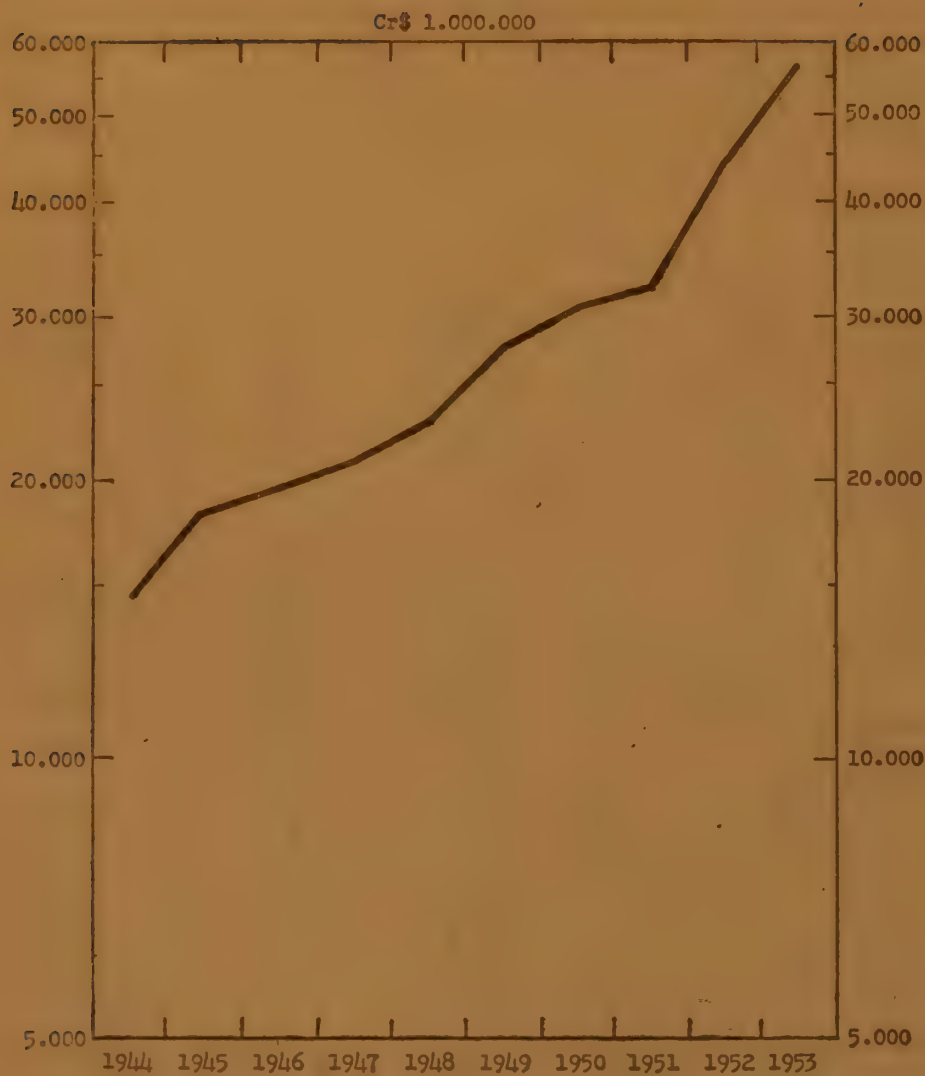
DEPÓSITOS
Deposits

Cr$ 1.000.000

Períodos *Periods*	A vista *Demand*	A prazo *Time*	Todos os depósitos *Total deposits*
Saldos médios *Average balances*			
1944	13.097	1.557	14.654
1945	16.290	2.043	18.333
1946	17.893	1.788	19.681
1947	19.265	1.713	20.978
1948	21.441	1.550	22.991
1949	25.936	1.646	27.582
1950	28.685	1.656	30.341
1951	30.739	1.516	32.2[illegible]5
1952	42.010	1.745	43.755
1953	54.240	2.181	56.421
Saldos em fim de mês *End-of-month balances*			
1952 — Janeiro	35.803	1.453	37.256
Fevereiro	35.234	1.537	36.771
Março	36.097	1.425	37.522
Abril	36.591	1.540	38.131
Maio	38.816	1.702	40.518
Junho	41.947	1.760	43.707
Julho	44.174	1.827	46.001
Agôsto	44.763	1.850	46.613
Setembro	45.396	1.969	47.365
Outubro	47.181	1.981	49.162
Novembro	48.872	1.943	50.815
Dezembro	49.246	1.953	51.199
1953 — Janeiro	49.785	2.033	51.818
Fevereiro	50.914	2.126	53.040
Março	50.644	2.119	52.763
Abril	52.415	2.240	54.655
Maio	52.617	1.913	54.530
Junho	53.199	1.872	55.071
Julho	54.899	1.951	56.850
Agôsto	55.332	2.145	57.477
Setembro	60.578	2.489	63.067
Outubro	58.454	2.449	60.903
Novembro	57.320	2.416	59.736
Dezembro	54.727	2.421	57.148

Nota: Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note: Excluding the branches abroad, from January 1953.

BANCO DO BRASIL S. A.

DEPÓSITOS
Deposits

BANCO DO BRASIL S. A.

COMPOSIÇÃO DOS DEPÓSITOS
Compositions of deposits

%

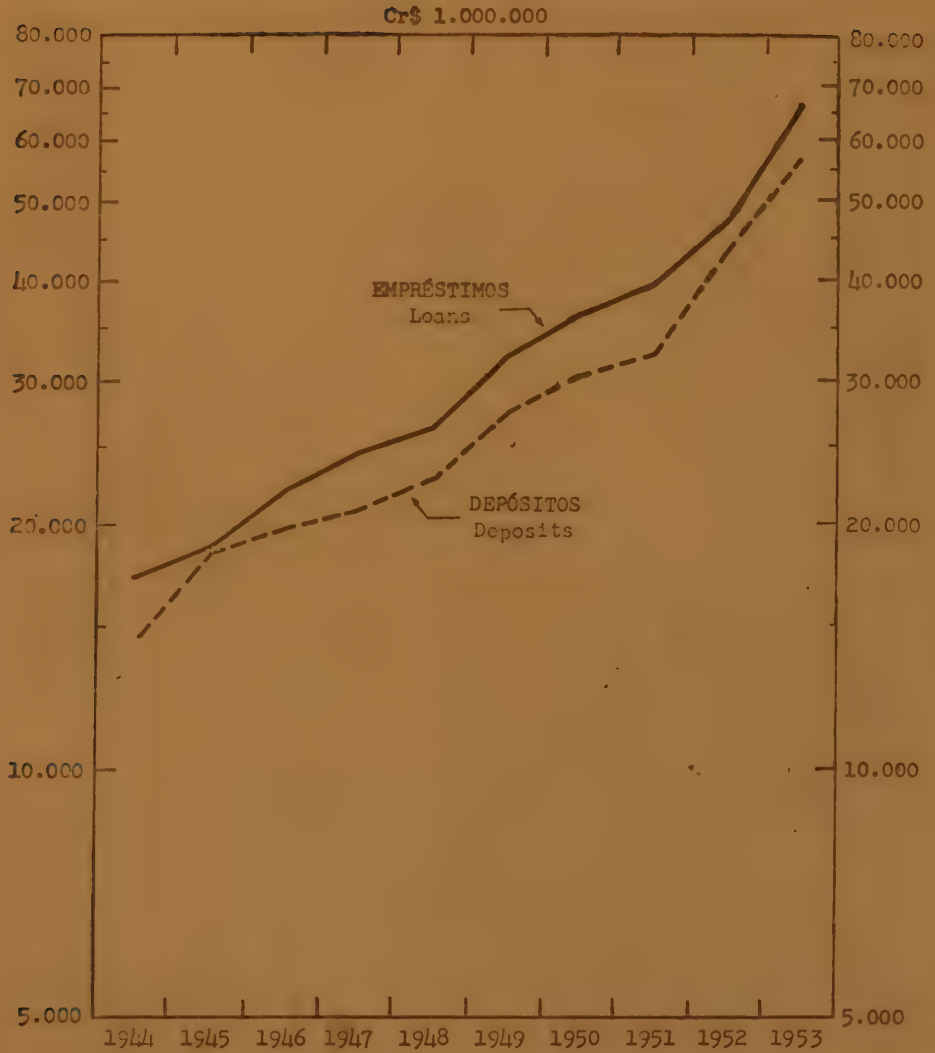
PERÍODOS *Periods*	ENTIDADES PÚBLICAS E BANCOS *Public entities and banks*	PÚBLICO *Public* (*)
SALDOS MÉDIOS *Average balances*		
1944	62	38
1945	59	41
1946	58	42
1947	59	41
1948	65	35
1949	68	32
1950	73	27
1951	77	23
1952	80	20
1953	83	17
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*		
1952 — Janeiro	79	21
Fevereiro	79	21
Março	78	22
Abril	77	23
Maio	79	21
Junho	80	20
Julho	80	20
Agôsto	80	20
Setembro	80	20
Outubro	80	20
Novembro	81	19
Dezembro	81	19
1953 — Janeiro	82	18
Fevereiro	82	18
Março	82	18
Abril	82	18
Maio	82	18
Junho	82	18
Julho	83	17
Agôsto	83	17
Setembro	85	15
Outubro	83	17
Novembro	83	17
Dezembro	81	19

NOTA: Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note: Excluding the branches abroad, from January 1953.

(*) Até junho de 1950, foram considerados como depósitos do público os depósitos das autarquias não especificadas nos documentos contábeis.
Up to June 1950, autarchy deposits had been considered as public, which were not specified in accounting documents.

BANCO DO BRASIL S. A.

DEPÓSITOS E EMPRÉSTIMOS
Deposits and Loans

SALDOS MÉDIOS
Average balances

BANCO DO BRASIL S. A.

DEPÓSITOS À VISTA
Demand deposits

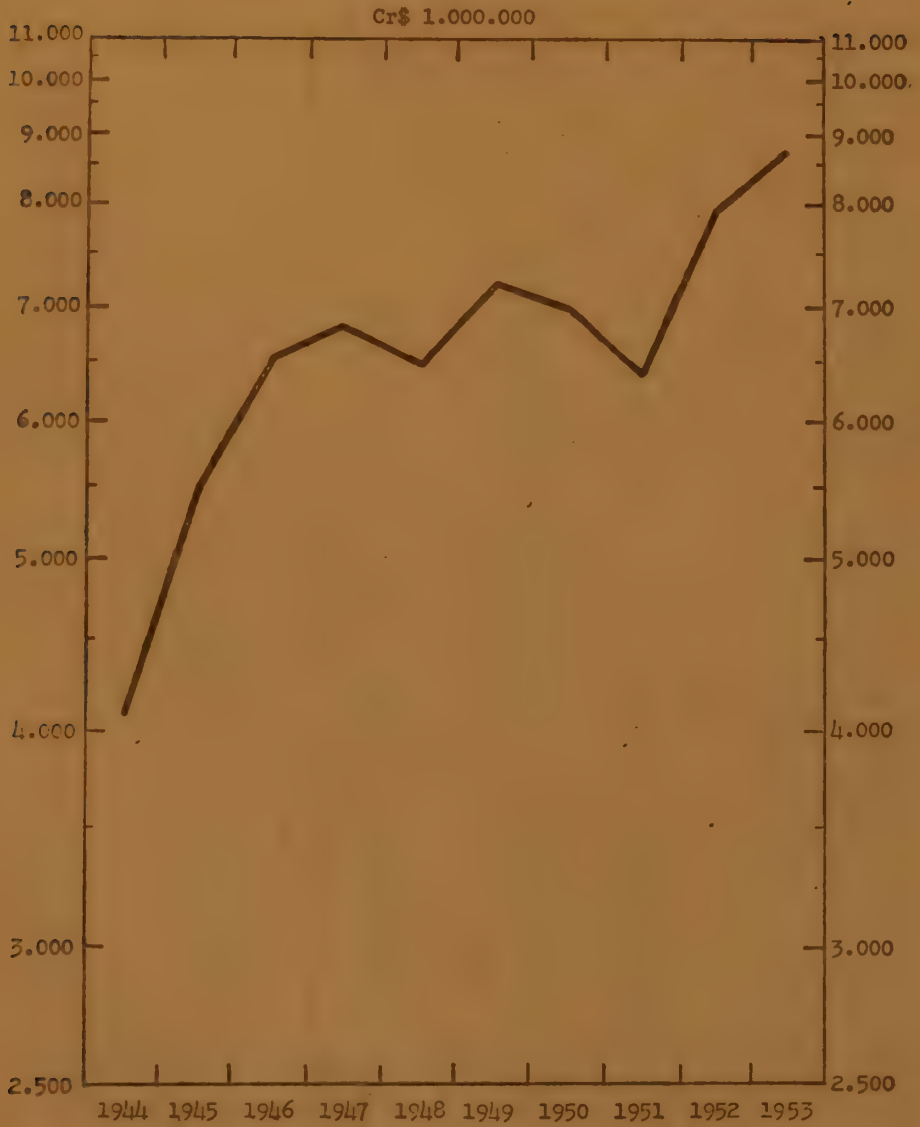
Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	ENTIDADES PÚBLICAS *Public entities*	BANCOS *Banks*	PÚBLICO *Public* (*)	TODOS OS DEPÓSITOS À VISTA *Total demand deposits*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*				
1944	6.001	3.022	4.074	13.097
1945	7.017	3.806	5.467	16.290
1946	7.125	4.245	6.523	17.893
1947	8.330	4.143	6.792	19.265
1948	10.644	4.336	6.461	21.441
1949	14.065	4.670	7.201	25.936
1950	15.447	6.289	6.949	28.685
1951	18.073	6.287	6.379	30.739
1952	26.919	7.130	7.961	42.010
1953	35.821	9.634	8.785	54.240
1952 — Janeiro	22.497	6.551	6.755	35.803
Fevereiro	22.261	6.132	6.841	35.234
Março	22.662	6.246	7.189	36.097
Abril	23.059	5.895	7.637	36.591
Maio	25.146	6.142	7.528	38.816
Junho	27.231	6.821	7.895	41.947
Julho	28.425	7.420	8.329	44.174
Agôsto	29.062	7.179	8.522	44.763
Setembro	29.535	7.417	8.444	45.396
Outubro	30.719	7.496	8.966	47.181
Novembro	31.687	8.557	8.628	48.872
Dezembro	30.749	9.700	8.797	49.246
1953 — Janeiro	31.606	9.743	8.436	49.785
Fevereiro	32.499	9.852	8.563	50.914
Março	32.142	10.050	8.452	50.644
Abril	33.901	9.932	8.582	52.415
Maio	33.291	10.562	8.764	52.617
Junho	34.173	10.134	8.892	53.199
Julho	37.855	8.444	8.600	54.899
Agôsto	38.771	7.919	8.642	55.332
Setembro	43.184	8.797	8.597	60.578
Outubro	39.833	9.523	9.098	58.454
Novembro	38.300	9.797	9.223	57.320
Dezembro	34.300	10.856	9.571	54.727

NOTA: Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note: Excluding the branches abroad, from January 1953.

(*) Até junho de 1950, foram considerados como depósitos do público os depósitos das autarquias não especificadas nos documentos contábeis.
Up to June 1950, autarchy deposits had been considered as public, which were not specified in accounting documents.

BANCO DO BRASIL S. A.

DEPOSITOS DO PUBLICO A VISTA
Demand deposits (of public)

BANCO DO BRASIL S. A.

DEPÓSITOS A VISTA DE ENTIDADES PÚBLICAS
Demand Deposits of Public Entities

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	TESOURO NACIONAL *National Treasury*	UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS *Federal States and Municipalities*	AUTARQUIAS *Autarchies*	OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS *Other public entities*	TODOS OS DEPÓSITOS À VISTA DE ENTIDADES PÚBLICAS *Total demand deposits of public entities*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*					
1944	3.444	451	2.106		6.001
1945	2.988	421	3.608		7.017
1946	2.776	220	4.129		7.125
1947	5.371	176	2.783		8.330
1948	6.767	193	3.684		10.644
1949	7.840	188	6.037		14.065
1950	7.897	216	6.489	845	15.447
1951	8.176	300	8.830	767	18.073
1952	15.578	321	10.270	750	26.919
1953	22.210	448	11.791	1.372	35.821
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*					
1952 — Janeiro	11.628	298	9.696	875	22.497
Fevereiro	10.701	315	10.386	859	22.261
Março	10.868	337	10.634	823	22.662
Abril	11.406	355	10.683	615	23.059
Maio	13.354	334	10.785	673	25.146
Junho	15.722	338	10.481	690	27.231
Julho	17.117	348	10.178	782	28.425
Agôsto	18.184	348	9.674	856	29.062
Setembro	18.515	323	9.848	849	29.535
Outubro	19.669	309	9.920	821	30.719
Novembro	20.443	287	10.463	494	31.687
Dezembro	19.337	260	10.488	664	30.749
1953 — Janeiro	19.497	324	10.925	860	31.606
Fevereiro	20.622	308	10.512	1.057	32.499
Março	19.584	286	11.000	1.272	32.142
Abril	21.161	434	11.199	1.107	33.901
Maio	20.019	380	11.548	1.344	33.291
Junho	20.571	467	11.589	1.546	34.173
Julho	23.965	384	12.178	1.328	37.855
Agôsto	25.423	362	11.613	1.373	38.771
Setembro	29.883	366	11.452	1.483	43.184
Outubro	26.275	758	11.459	1.341	39.833
Novembro	23.719	986	11.777	1.818	38.300
Dezembro	15.807	324	16.233	1.936	34.300

BANCO DO BRASIL S. A.

DEPÓSITOS DO TESOURO NACIONAL
Demand deposits of the National Treasury

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO *Exchange operations*	OUTROS DEPÓSITOS *Other deposits*	TODOS OS DEPÓSITOS DO TESOURO NACIONAL *Total loans of the National Treasury*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*			
1944	1.313	2.131	3.444
1945	1.863	1.125	2.988
1946	1.929	847	2.776
1947	2.173	3.198	5.371
1948	2.331	4.436	6.767
1949	3.469	4.371	7.840
1950	6.563	1.334	7.897
1951	5.946	2.230	8.176
1952	10.499	5.079	15.578
1953	15.299	6.911	22.210
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*			
1952 — Janeiro	6.889	4.739	11.628
Fevereiro	7.050	3.651	10.701
Março	7.122	3.746	10.868
Abril	7.801	3.605	11.406
Maio	9.532	3.822	13.354
Junho	10.428	5.294	15.722
Julho	11.793	5.324	17.117
Agôsto	12.543	5.641	18.184
Setembro	12.953	5.562	18.515
Outubro	13.128	6.541	19.669
Novembro	13.422	7.021	20.443
Dezembro	13.326	6.011	19.337
1953 — Janeiro	13.176	6.321	19.497
Fevereiro	13.626	6.996	20.622
Março	13.444	6.140	19.584
Abril	14.418	6.743	21.161
Maio	13.598	6.421	20.019
Junho	13.807	6.764	20.571
Julho	16.667	7.298	23.965
Agôsto	17.938	7.485	25.423
Setembro	22.395	7.488	29.883
Outubro	18.124	8.151	26.275
Novembro	15.614	8.105	23.719
Dezembro	10.784	5.023	15.807

BANCO DO BRASIL S. A.

DEPÓSITOS DE UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS
Federal States and Municipal deposits

Cr$ 1.000.000

Períodos *Periods*	Unidades Federadas *Federal States*	Municípios *Municipalities*	Todos os depósitos de Unidades Federadas e Municípios *Total deposits of Federal States and Municipalities*
Saldos médios *Average balances*			
1950	216		216
1951	274	26	300
1952	301	20	321
1953	420	28	448
Saldos em fim de mês *End-of-month balances*			
1952 — Janeiro	283	15	298
Fevereiro	301	14	315
Março	316	21	337
Abril	340	15	355
Maio	321	13	334
Junho	317	21	338
Julho	326	22	348
Agôsto	319	29	348
Setembro	293	30	323
Outubro	288	21	309
Novembro	268	19	287
Dezembro	240	20	260
1953 — Janeiro	307	17	324
Fevereiro	280	28	308
Março	264	22	286
Abril	418	16	434
Maio	353	27	380
Junho	429	38	467
Julho	344	40	384
Agôsto	324	38	362
Setembro	333	33	366
Outubro	718	40	758
Novembro	965	21	986
Dezembro	307	17	324

BANCO DO BRASIL S. A.

DEPÓSITOS A PRAZO
Time deposits

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	ENTIDADES PÚBLICAS (AUTARQUIAS) *Public entities (Autarchies)*	PÚBLICO *Public*	TODOS OS DEPÓSITOS A PRAZO *Total time deposits*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*			
1951	592	924	1.516
1952	757	988	1.745
1953	1.111	1.070	2.181
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*			
1952 — Janeiro	515	938	1.453
Fevereiro	580	957	1.537
Março	474	951	1.425
Abril	591	949	1.540
Maio	749	953	1.702
Junho	792	968	1.760
Julho	871	956	1.827
Agôsto	868	982	1.850
Setembro	961	1.008	1.969
Outubro	936	1.045	1.981
Novembro	881	1.062	1.943
Dezembro	868	1.085	1.953
1953 — Janeiro	944	1.089	2.033
Fevereiro	1.056	1.070	2.126
Março	1.038	1.081	2.119
Abril	1.166	1.074	2.240
Maio	849	1.064	1.913
Junho	861	1.011	1.872
Julho	920	1.031	1.951
Agôsto	1.143	1.002	2.145
Setembro	1.393	1.096	2.489
Outubro	1.342	1.107	2.449
Novembro	1.317	1.099	2.416
Dezembro	1.310	1.111	2.421

NOTA: Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note: Excluding the branches abroad, from January 1953.

BANCO DO BRASIL S. A.

DEPÓSITOS (*)
Deposits

DISTRIBUIÇÃO GEOGRAFICA
Geographical distribution

SALDOS EM FIM DE ANO
End-of-year balances

Cr$ 1.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1952	1953	VARIAÇÕES *Variations*		
			ABSOLUTAS *Absolute*		%
Guaporé	14.164	26.360	+	12.196	86,1
Acre	21.384	33.068	+	11.684	54,6
Amazonas	130.190	152.178	+	21.988	16,9
Rio Branco	6.368	24.434	+	18.066	283,7
Pará	300.792	381.895	+	81.103	27,0
Amapá	9.551	12.928	+	3.377	35,4
Maranhão	131.879	166.801	+	34.922	26,5
Piauí	90.208	84.657	—	5.551	6,2
Ceará	403.262	328.859	—	74.403	18,5
Rio Grande do Norte	127.596	129.936	+	2.340	1,8
Paraíba	200.664	289.423	+	88.759	44,2
Pernambuco	1.071.017	910.966	—	160.051	14,9
Alagoas	140.500	141.544	+	1.044	0,7
Sergipe	94.009	103.286	+	9.277	9,9
Bahia	748.817	863.961	+	115.144	15,4
Minas Gerais	1.007.693	1.130.680	+	122.987	12,2
Espírito Santo	221.763	263.213	+	41.450	18,7
Rio de Janeiro	566.313	644.828	+	78.515	13,9
Distrito Federal	30.615.793	38.510.537	+	7.894.744	25,8
São Paulo	11.944.142	9.726.931	—	2.217.211	18,6
Paraná	817.629	941.826	+	124.197	15,2
Santa Catarina	216.473	282.413	+	65.940	30,5
Rio Grande do Sul	1.767.999	1.624.659	—	143.340	8,1
Mato Grosso	228.890	257.396	+	28.506	12,5
Goiás	75.236	115.412	+	40.176	53,4
BRASIL	50.952.332	57.148.191	+	6.195.859	12,2

(*) Inclusive operações da Carteira de Câmbio.
Including the operations of the Exchange Department.

BANCO DO

D E P O
D e p o

DISTRIBUIÇÃO
Geographical

SALDOS EM 31 DE
Balances as of

Cr$

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	A VISTA E A CURTO PRAZO *Demand and short term*				
	TESOURO NACIONAL *National Treasury*		UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS *Federal States and Municipalities*	OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS *Other official entities*	AUTARQUIAS *Autarchies* (*)
	CARTEIRA DE CÂMBIO *Exchange Department*	OUTROS DEPÓSITOS *Other deposits*			
Guaporé	47	—	0	86	1.987
Acre	—	—	1	834	335
Amazonas	41.442	300	2.989	442	17.696
Rio Branco	—	222	2	—	72
Pará	74.634	585	7.649	4.203	38.041
Amapá	—	—	—	1.313	552
Maranhão	19.758	103	9.558	0	27.530
Piauí	21.912	360	5.642	0	9.520
Ceará	145.800	11.245	4.134	1.769	35.734
Rio Grande do Norte	36.024	371	1.165	2.122	12.118
Paraíba	38.049	600	4.977	64	15.301
Pernambuco	336.527	3.023	16.347	1.670	93.037
Alagoas	19.926	54	5.007	40	32.451
Sergipe	16.359	221	484	294	11.546
Bahia	166.023	14.199	28.371	18.175	95.242
Minas Gerais	94.168	8.266	1.425	1.329	157.152
Espírito Santo	7.403	2.130	7.538	492	29.267
Rio de Janeiro	7.036	1.612	74.819	422	47.757
Distrito Federal	7.915.360	5.740.232	8.376	606.551	8.260.489
São Paulo	3.617.690	160.047	13.491	18.131	1.150.718
Paraná	82.525	35.298	4.469	2.001	159.594
Santa Catarina	40.908	17.642	7.019	23	27.715
Rio Grande do Sul	637.448	3.686	47.320	4.234	222.312
Mato Grosso	5.476	2.353	8.691	7	32.209
Goiás	966	8.556	418	10	9.787
Brasil	13.325.481	6.011.105	259.892	664.212	10.488.162

(*) Inclusive Caixas Econômicas.
Inclusive of Savings Banks.

BRASIL S. A.

SITOS
sits

GEOGRÁFICA
distribution

DEZEMBRO DE 1952
December 31, 1952

1.000

Bancos *Banks*	Público *Public*		A Prazo *Time*			Total Geral *Grand Total*
			Autarquias *Autarchies* (*)	Público *Public*		
	Voluntários *Voluntary*	Compulsórios *Compulsory*		Voluntários *Voluntary*	Compulsórios *Compulsory*	
824	10.278	373	—	569	—	14.164
2.125	15.479	1.198	—	1.372	40	21.384
22.768	37.043	3.786	—	3.668	56	130.190
850	4.266	295	—	661	—	6.368
86.029	72.175	4.509	793	12.090	84	300.792
1.750	5.863	73	—	—	—	9.551
2.233	63.968	1.207	100	5.733	1.689	131.879
3.537	46.702	500	150	1.885	—	90.208
99.658	85.835	8.642	5.148	5.246	51	403.262
29.180	39.448	2.435	2.000	2.720	13	127.596
48.392	83.644	2.335	240	6.765	297	200.664
445.303	129.185	23.350	409	8.305	13.861	1.071.017
26.756	45.010	7.387	300	3.569	—	140.500
23.159	36.855	2.080	654	2.332	25	94.009
189.571	146.536	42.520	33.405	6.536	8.239	748.817
446.492	175.042	70.489	26.513	9.990	16.827	1.007.693
45.976	92.295	14.560	8.565	13.361	176	221.763
145.888	181.740	83.661	600	13.170	9.608	566.313
3.351.676	2.852.170	854.294	340.579	394.308	291.758	30.615.793
3.993.345	1.599.185	837.518	380.663	58.225	115.129	11.944.142
222.267	203.266	30.682	51.848	20.968	4.711	817.629
26.051	72.504	16.825	2.848	4.074	864	216.473
436.802	262.573	113.075	10.609	11.332	18.608	1.767.999
21.671	142.780	6.545	2.629	5.976	553	228.890
28.331	22.378	4.480	—	310	—	75.236
9.700.634	**6.426.220**	**2.132.819**	**868.053**	**593.165**	**482.589**	**50.952.332**

BANCO DO

DEPÓ
Depo

DISTRIBUIÇÃO
Geographical

SALDOS EM 31 DE
Balances as of

Cr$

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	À VISTA E A CURTO PRAZO *Demand and short term*				
	TESOURO NACIONAL *National Treasury*		UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS *Federal States and Municipalities*	OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS *Other official entities*	AUTARQUIAS *Autarchies* (*)
	CARTEIRA DE CÂMBIO *Exchange Department*	OUTROS DEPÓSITOS *Other deposits*			
Guaporé	47	—	0	2	1.318
Acre	—	—	27	429	360
Amazonas	28.481	161	1.157	152	23.040
Rio Branco	—	6	0	—	160
Pará	32.285	3.436	2.956	5.494	58.799
Amapá	—	—	—	2.787	1.614
Maranhão	10.562	1.531	8.319	400	23.916
Piauí	6.241	549	5.928	0	9.887
Ceará	100.901	1.837	12.591	4.817	23.657
Rio Grande do Norte	17.425	547	327	2.808	22.807
Paraíba	22.219	0	19.217	69	43.184
Pernambuco	154.081	6.825	41.439	1.086	103.264
Alagoas	8.794	102	12.294	—	28.024
Sergipe	11.605	197	2.566	303	16.239
Bahia	81.835	22.697	49.504	4.989	110.512
Minas Gerais	75.015	3.961	1.008	5.227	173.118
Espírito Santo	3.606	2.067	8.974	316	29.933
Rio de Janeiro	2.565	1.037	35.238	868	85.843
Distrito Federal	7.884 708	4.795.567	8.528	1.878.836	13.796.865
São Paulo	2.021.700	99.269	14.486	22.180	1.048.354
Paraná	20.644	34.241	13.216	4.503	242.303
Santa Catarina	18.626	4.667	6.412	148	58.684
Rio Grande do Sul	279.166	28.962	66.697	587	279.136
Mato Grosso	2.699	3.668	8.203	15	39.624
Goiás	543	12.224	4.417	10	12.328
Brasil	10.783.748	5.023.551	323.504	1.936.026	16.232.969

(*) Inclusive Caixas Econômicas.
Inclusive of Savings Banks.

BRASIL S. A.

SITOS
sits

GEOGRÁFICA
distribution

DEZEMBRO DE 1953
December 31, 1953

1.000

			A PRAZO *Time*			
	PÚBLICO *Public*			PÚBLICO *Public*		
BANCOS *Banks*	VOLUNTÁRIOS *Voluntary*	COMPULSÓRIOS *Compulsory*	AUTARQUIAS *Autarchies* (*)	VOLUNTÁRIOS *Voluntary*	COMPULSÓRIOS *Compulsory*	TOTAL GERAL *Grand Total*
2.161	21.913	356	—	563	—	26.360
2.890	26.363	1.253	—	1.706	40	33.068
38.748	53.562	3.237	—	3.583	57	152.178
14.000	9.028	203	—	1.037	—	24.434
151.195	107.780	5.909	2.389	11.568	84	381.895
1.455	6.993	79	—	—	—	12.928
10.001	94.672	1.188	8.662	5.861	1.689	166.801
3.537	54.738	514	150	3.113	—	84.657
66.859	99.812	8.799	5.148	4.393	45	228.859
29.842	51.265	2.792	—	2.110	13	129.936
47.384	150.114	2.436	200	4.444	156	289.423
344.119	205.095	30.876	—	8.293	15.888	910.966
15.241	66.965	6.573	300	3.251	—	141.544
27.623	38.026	2.697	676	3.329	25	103.286
280.704	197.754	51.265	50.647	5.620	8.434	863.961
529.760	229.077	62.518	25.042	7.515	18.439	1.130.680
68.811	114.007	15.051	8.565	11.752	131	263.213
173.801	241.969	85.146	500	9.166	8.695	644.828
4.310.659	3.229.356	1.045.647	835.257	399.105	326.009	38.510.537
3.896.776	1.310.564	808.207	325.717	50.928	128.750	9.726.931
269.667	266.376	33.307	36.397	16.496	4.676	941.826
51.526	115.020	16.709	1.284	8.471	866	282.413
438.115	377.568	118.628	6.710	10.543	18.547	1.624.659
36.726	151.498	7.025	2.743	4.517	678	257.396
44.782	35.272	5.699	—	122	15	115.412
10.856.382	7.254.787	2.316.114	1.310.387	577.486	533.237	57.148.191

BANCO DO BRASIL S. A.

EXIGIBILIDADES EXTRAORDINÁRIAS
Extraordinary Liabilities

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	CARTEIRA DE REDESCONTOS *Rediscount Department*	CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA	TÔDAS AS EXIGIBILIDADES EXTRAORDINÁRIAS *Total extraordinary liabilities*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*			
1944	4.589	59	4.648
1945	3.544	59	3.603
1946	1.983	59	2.042
1947	407	20	427
1948	171	—	171
1949	1.433	—	1.433
1950	5.139	—	5.139
1951	6.306	—	6.306
1952	3.311	—	3.311
1953	9.028	—	9.028
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*			
1952 — Janeiro	2.124	—	2.124
Fevereiro	2.133	—	2.133
Março	1.945	—	1.945
Abril	1.671	—	1.671
Maio	2.369	—	2.369
Junho	2.547	—	2.547
Julho	3.129	—	3.129
Agôsto	3.956	—	3.956
Setembro	4.043	—	4.043
Outubro	4.070	—	4.070
Novembro	4.595	—	4.595
Dezembro	7.143	—	7.143
1953 — Janeiro	6.985	—	6.985
Fevereiro	6.187	—	6.187
Março	6.831	—	6.831
Abril	7.647	—	7.647
Maio	8.524	—	8.524
Junho	9.949	—	9.949
Julho	10.057	—	10.057
Agôsto	9.574	—	9.574
Setembro	9.740	—	9.740
Outubro	10.689	—	10.689
Novembro	11.992	—	11.992
Dezembro	10.169	—	10.169

BANCO DO BRASIL S. A.

DISPONIBILIDADES
Available Assets

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	CAIXA *Cash in hand*	DEPÓSITO NA SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO *Deposits with the Superintendency of Currency and Credit*	TÔDAS AS DISPONIBILIDADES *Total available assets*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*			
1944	823	—	823
1945	976	219	1.195
1946	1.025	660	1.685
1947	1.268	255	1.523
1948	1.158	187	1.345
1949	1.234	202	1.436
1950	1.309	286	1.595
1951	1.564	342	1.906
1952	1.702	536	2.238
1953	1.835	909	2.744
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*			
1952 — Janeiro	1.523	403	1.926
Fevereiro	1.526	404	1.930
Março	1.690	393	2.083
Abril	1.570	429	1.999
Maio	1.830	470	2.300
Junho	1.670	484	2.154
Julho	1.650	541	2.191
Agôsto	1.629	604	2.233
Setembro	1.664	623	2.287
Outubro	1.680	655	2.335
Novembro	1.752	689	2.441
Dezembro	2.237	740	2.977
1953 — Janeiro	2.423	823	3.246
Fevereiro	1.509	855	2.364
Março	1.358	888	2.246
Abril	1.491	903	2.394
Maio	1.679	908	2.587
Junho	1.730	949	2.679
Julho	1.995	948	2.943
Agôsto	1.672	886	2.558
Setembro	1.790	859	2.649
Outubro	1.767	909	2.676
Novembro	1.615	963	2.578
Dezembro	2.990	1.015	4.005

NOTA: Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note: Excluding the branches abroad, from January 1953.

BANCO DO BRASIL S. A.

PROPORÇAO CAIXA/DEPÓSITOS
Percentages of cash on total deposits

PERÍODOS *Periods*	% (*)
SALDOS MÉDIOS *Average balances*	
1944	6
1945	5
1946	5
1947	6
1948	5
1949	4
1950	4
1951	5
1952	4
1953	3
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*	
1952 — Janeiro	4
Fevereiro	4
Março	5
Abril	4
Maio	5
Junho	4
Julho	4
Agôsto	3
Setembro	4
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	4
1953 — Janeiro	5
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	4
Agôsto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	5

NOTA: Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note: Excluding the branches abroad, from January 1953.

(*) O Decreto-lei n.º 1.409, de 10-7-39, isenta o Banco da obrigação a que se refere o artigo 10 do Decreto n.º 21.499, de 9-6-32.
The Decree-law no. 1,409 of July 10, 1939 exempts the bank from the obligation referring to article 10 of the Decree no. 21,499 of June 9, 1932.

BANCO DO BRASIL S. A.

APLICAÇÕES
Loans and investments

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	EMPRÉSTIMOS *Loans*	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS *Stocks and bonds*	EDIFÍCIOS DE USO DO BANCO *Buildings and Bank premises*	OUTRAS APLICAÇÕES *Other investments* (*)	TÔDAS AS APLICAÇÕES *Total loans and investments*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*					
1944	17.126	311	118	4.335	21.890
1945	18.457	303	144	5.672	24.576
1946	22.074	327	170	1.946	24.517
1947	24.278	344	199	1.392	26.213
1948	26.178	441	222	2.359	29.200
1949	32.024	443	244	2.318	35.029
1950	36.640	1.180	279	2.069	40.168
1951	39.982	1.670	361	2.024	44.037
1952	47.604	584	426	5.268	53.882
1953	66.167	1.012	551	7.403	75.133
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*					
1952 — Janeiro	43.051	504	393	1.742	45.690
Fevereiro	42.514	504	395	2.427	45.840
Março	42.648	504	401	2.823	46.376
Abril	43.017	503	409	3.052	46.981
Maio	45.091	505	416	3.875	49.887
Junho	47.709	496	422	5.313	53.940
Julho	48.444	496	428	7.691	57.059
Agôsto	49.484	496	436	7.589	58.005
Setembro	50.117	494	441	7.732	58.784
Outubro	51.109	494	446	6.932	58.981
Novembro	52.721	994	452	7.032	61.199
Dezembro	55.346	1.019	472	7.002	63.839
1953 — Janeiro	55.458	1.019	473	6.869	63.819
Fevereiro	56.946	1.019	485	7.318	65.768
Março	57.834	1.019	495	7.032	66.380
Abril	59.603	1.017	501	8.075	69.196
Maio	61.196	1.017	508	7.906	70.627
Junho	64.208	1.007	515	7.687	73.417
Julho	66.214	1.006	528	7.789	75.537
Agôsto	68.632	1.006	532	7.904	78.074
Setembro	76.345	1.006	549	7.915	85.815
Outubro	75.277	1.006	563	8.070	84.916
Novembro	77.444	1.006	568	6.793	85.811
Dezembro	74.845	1.018	895	5.482	82.240

NOTA: Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note: Excluding the branches abroad, from January 1953.

(*) Balanceadas as contas interdepartamentais.
Interdepartmental items balanced.

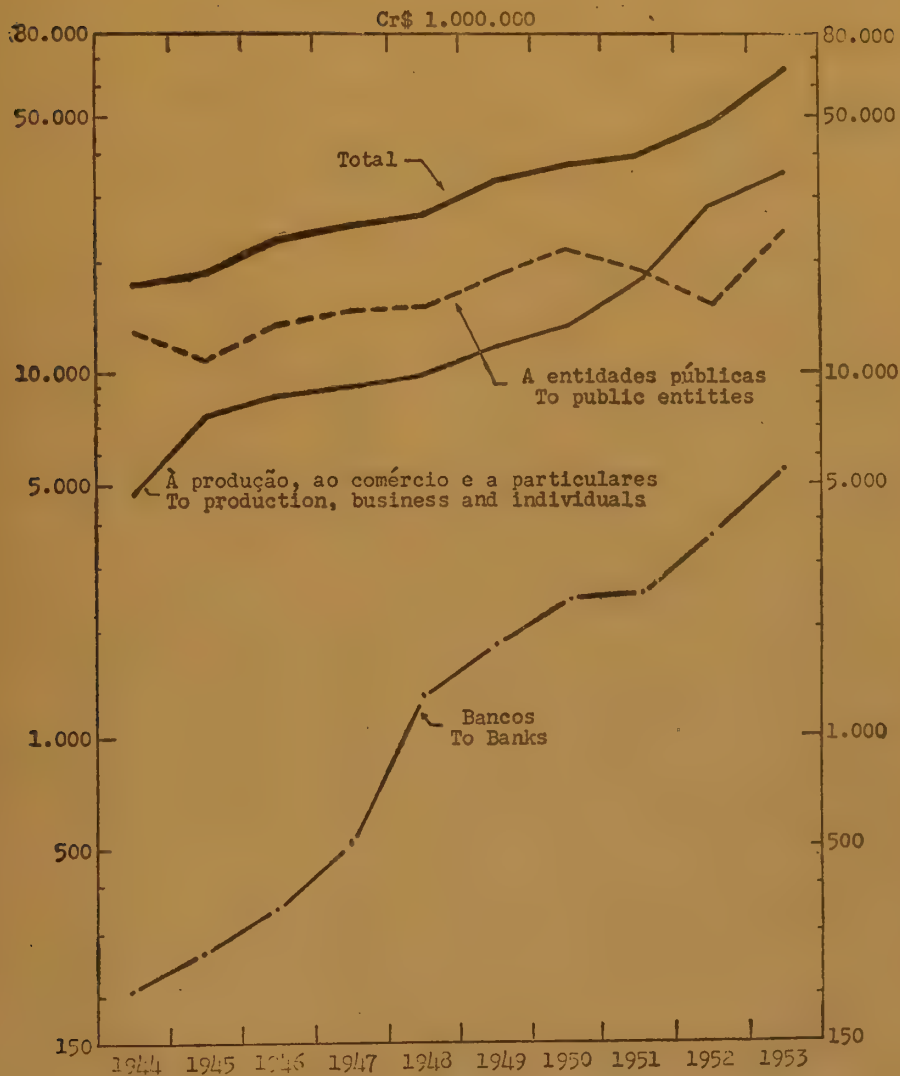
BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRÉSTIMOS
Loans

Cr$ 1.000.000

Períodos *Periods*	À entidades públicas *Public entities*	A bancos *Banks*	À produção, ao comércio e a particulares *Production, business and individuals*	Todos os empréstimos *Total loans*
Saldos médios *Average balances*				
1944	12.421	212	4.493	17.126
1945	10.675	265	7.517	18.457
1946	13.236	349	8.489	22.074
1947	14.635	520	9.123	24.278
1948	15.037	1.322	9.819	26.178
1949	18.695	1.798	11.531	32.024
1950	21.102	2.426	13.112	36.640
1951	18.967	2.478	18.537	39.982
1952	15.079	3.565	28.960	47.604
1953	24.706	5.495	35.966	66.167
Saldos em fim de mês *End-of-month balances*				
1952 — Janeiro	15.232	2.980	24.839	43.051
Fevereiro	14.232	2.948	25.334	42.514
Março	13.983	2.967	25.698	42.648
Abril	13.734	3.029	26.254	43.017
Maio	14.935	3.151	27.005	45.091
Junho	15.997	3.479	28.233	47.709
Julho	15.366	4.013	29.065	48.444
Agôsto	15.307	3.990	30.187	49.484
Setembro	14.524	4.059	31.534	50.117
Outubro	14.972	4.087	32.050	51.109
Novembro	15.967	3.961	32.793	52.721
Dezembro	16.699	4.123	34.524	55.346
1953 — Janeiro	17.231	4.082	34.145	55.458
Fevereiro	18.599	4.095	34.252	56.946
Março	18.860	4.560	34.414	57.834
Abril	20.492	4.669	34.442	59.603
Maio	21.624	5.041	34.531	61.196
Junho	23.812	4.981	35.415	64.208
Julho	25.367	5.233	35.614	66.214
Agôsto	26.447	6.089	36.096	68.632
Setembro	33.751	6.286	36.308	76.345
Outubro	31.072	6.687	37.518	75.277
Novembro	32.081	6.906	38.457	77.444
Dezembro	27.140	7.308	40.397	74.845

Nota : Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note : Excluding the branches abroad, from January 1953.

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRÉSTIMOS
Loans

BANCO DO BRASIL S. A.

COMPOSIÇAO DOS EMPRESTIMOS
Compositions of Loans

%

PERÍODOS *Periods*	ENTIDADES PÚBLICAS E BANCOS *Public entities and banks*	PRODUÇÃO, COMÉRCIO E PARTICULARES *Production, business and individuals*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*		
1944	74	26
1945	59	41
1946	62	38
1947	62	38
1948	62	38
1949	64	36
1950	64	36
1951	54	46
1952	39	61
1953	45	55
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*		
1952 — Janeiro	42	58
Fevereiro	40	60
Março	40	60
Abril	39	61
Maio	40	60
Junho	41	59
Julho	40	60
Agôsto	39	61
Setembro	37	63
Outubro	37	63
Novembro	38	62
Dezembro	38	62
1953 — Janeiro	38	62
Fevereiro	40	60
Março	40	60
Abril	42	58
Maio	44	56
Junho	45	55
Julho	46	54
Agôsto	47	53
Setembro	52	48
Outubro	50	50
Novembro	50	50
Dezembro	46	54

NOTA : Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note : Excluding the branches abroad, from January 1953.

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRÉSTIMOS A ENTIDADES PÚBLICAS
Loans to public entities

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	TESOURO NACIONAL *National Treasury*	UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS *Federal States and Municipalities*	AUTARQUIAS *Autarchies*	OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS *Other public entities*	TODOS OS EMPRÉSTIMOS A ENTIDADES PÚBLICAS *Total loans to public entities*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*					
1944	10.675	1.167	579		12.421
1945	9.037	1.155	483		10.675
1946	11.831	1.139	266		13.236
1947	13.145	1.166	324		14.635
1948	13.356	1.259	422		15.037
1949	16.942	1.452	301		18.695
1950	18.592	1.726	784		21.102
1951	14.837	2.513	1.561	56	18.967
1952	9.504	3.262	2.215	98	15.079
1953	17.216	4.683	2.708	99	24.706
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*					
1952 — Janeiro	10.135	3.154	1.836	107	15.232
Fevereiro	9.094	3.180	1.853	105	14.232
Março	8.734	3.190	1.956	103	13.983
Abril	9.049	2.625	1.957	103	13.734
Maio	10.230	2.652	1.949	104	14.935
Junho	10.457	3.298	2.156	86	15.997
Julho	9.796	3.314	2.170	86	15.366
Agôsto	9.653	3.327	2.230	97	15.307
Setembro	8.950	3.318	2.159	97	14.524
Outubro	8.834	3.307	2.734	97	14.972
Novembro	9.270	3.810	2.791	96	15.967
Dezembro	9.844	3.969	2.789	97	16.699
1953 — Janeiro	10.457	3.972	2.701	101	17.231
Fevereiro	11.468	4.236	2.799	96	18.599
Março	11.581	4.233	2.953	93	18.860
Abril	13.188	4.316	2.896	92	20.492
Maio	14.368	4.378	2.786	92	21.624
Junho	16.569	4.482	2.669	92	23.812
Julho	18.347	4.485	2.445	90	25.367
Agôsto	19.278	4.666	2.414	89	26.447
Setembro	26.294	4.963	2.407	87	33.751
Outubro	22.922	5.375	2.679	96	31.072
Novembro	23.533	5.718	2.718	112	32.081
Dezembro	18.589	5.369	3.035	147	27.140

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRÉSTIMOS AO TESOURO NACIONAL
Loans to the National Treasury

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	FINANCIAMENTO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO *Financings to the exchange operations*	OUTROS EMPRÉSTIMOS *Other loans*	TODOS OS EMPRÉSTIMOS AO TESOURO NACIONAL *Total loans to the National Treasury*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*			
1944	5.503	5.172	10.675
1945	6.659	2.378	9.037
1946	8.439	3.392	11.831
1947	10.087	3.058	13.145
1948	11.117	2.239	13.356
1949	11.155	5.787	16.942
1950	12.252	6.340	18.592
1951	9.715	5.122	14.837
1952	5.403	4.101	9.504
1953	7.280	9.936	17.216
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*			
1952 — Janeiro	5.561	4.574	10.135
Fevereiro	5.782	3.312	9.094
Março	5.808	2.926	8.734
Abril	5.361	3.688	9.049
Maio	5.475	4.755	10.230
Junho	4.880	5.577	10.457
Julho	5.112	4.684	9.796
Agôsto	5.255	4.398	9.653
Setembro	5.260	3.690	8.950
Outubro	5.257	3.577	8.834
Novembro	5.492	3.778	9.270
Dezembro	5.595	4.249	9.844
1953 — Janeiro	5.343	5.114	10.457
Fevereiro	5.454	6.014	11.468
Março	5.382	6.199	11.581
Abril	5.335	7.853	13.188
Maio	5.390	8.978	14.368
Junho	6.355	10.214	16.569
Julho	6.065	12.282	18.347
Agôsto	7.566	11.712	19.278
Setembro	13.795	12.499	26.294
Outubro	10.499	12.423	22.922
Novembro	9.693	13.840	23.533
Dezembro	6.482	12.107	18.589

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRÉSTIMOS A UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS
Loans to Federal States and Municipalities

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	UNIDADES FEDERADAS *Federal States* (*)	MUNICÍPIOS *Municipalities*	TODOS OS EMPRÉSTIMOS A UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS *Total loans to Federal States and Municipalities*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*			
1944	1.166	1	1.167
1945	1.154	1	1.155
1946	1.139	—	1.139
1947	1.166	—	1.166
1948	1.249	10	1.259
1949	1.427	25	1.452
1950	1.681	45	1.726
1951	2.449	64	2.513
1952	3.168	94	3.262
1953	4.514	169	4.683
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*			
1952 — Janeiro	3.078	76	3.154
Fevereiro	3.104	76	3.180
Março	3.115	75	3.190
Abril	2.550	75	2.625
Maio	2.577	75	2.652
Junho	3.210	88	3.298
Julho	3.221	93	3.314
Agôsto	3.231	96	3.327
Setembro	3.220	98	3.318
Outubro	3.192	115	3.307
Novembro	3.687	123	3.810
Dezembro	3.834	135	3.969
1953 — Janeiro	3.829	143	3.972
Fevereiro	4.087	149	4.236
Março	4.080	153	4.233
Abril	4.165	151	4.316
Maio	4.226	152	4.378
Junho	4.332	150	4.482
Julho	4.335	150	4.485
Agôsto	4.518	148	4.666
Setembro	4.812	151	4.963
Outubro	5.209	166	5.375
Novembro	5.548	170	5.718
Dezembro	5.026	343	5.369

(*) Inclusive os financiamentos concedidos à Prefeitura do Distrito Federal.
Inclusive of financings granted to the Municipality of Federal District.

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRÉSTIMOS A BANCOS
Loans to Banks

Cr$ 1.000.000

Períodos *Periods*	Por conta própria *For own account*	Por conta da Caixa de Mobilização Bancária *For account of the "Caixa de Mobilização Bancária"*	Todos os empréstimos a Bancos *Total loans to Banks*
Saldos médios *Average balances*			
1950	143	2.283	2.426
1951	124	2.354	2.478
1952	523	3.042	3.565
1953	1.032	4.463	5.495
Saldos em fim de mês *End-of-month balances*			
1952 — Janeiro	267	2.713	2.980
Fevereiro	250	2.698	2.948
Março	242	2.725	2.967
Abril	207	2.822	3.029
Maio	330	2.821	3.151
Junho	620	2.859	3.479
Julho	815	3.198	4.013
Agôsto	796	3.194	3.990
Setembro	761	3.298	4.059
Outubro	762	3.325	4.087
Novembro	610	3.351	3.961
Dezembro	616	3.507	4.123
1953 — Janeiro	596	3.486	4.082
Fevereiro	590	3.505	4.095
Março	593	3.967	4.560
Abril	607	4.062	4.669
Maio	575	4.466	5.041
Junho	501	4.480	4.981
Julho	489	4.744	5.233
Agôsto	1.236	4.853	6.089
Setembro	1.339	4.947	6.286
Outubro	1.643	5.044	6.687
Novembro	1.909	4.997	6.906
Dezembro	2.300	5.008	7.308

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRÉSTIMOS
Loans

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA
Geographical distribution

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1952
Balances as of December 31, 1952

Cr$ 1.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	TESOURO NACIONAL *National Treasury*		UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS *Federal States and Municipalities* (b)	OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS *Other official entities*	AUTARQUIAS *Autarchies*	BANCOS *Banks* (c)
	FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CÂMBIO *Financings to exchange operations*	OUTROS EMPRÉSTIMOS *Other loans* (a)				
Guaporé	—	—	—	—	—	—
Acre	—	—	—	—	—	—
Amazonas	125	—	1.796	—	—	—
Rio Branco	—	141	—	—	—	—
Pará	201	447	—	—	13.191	—
Amapá	—	32	—	—	—	—
Maranhão	101	198	32.600	—	—	2.000
Piauí	104	331	10.909	—	—	1.476
Ceará	319	1.027	—	—	—	—
Rio Grande do Norte	168	5.462	14.205	—	—	1.418
Paraíba	219	6.141	47.000	—	—	—
Pernambuco	503	6.382	100.000	—	—	11.221
Alagoas	62	5.748	19.667	—	—	—
Sergipe	40	2.688	11.825	—	—	79.680
Bahia	449	9.748	340.880	—	—	155.000
Minas Gerais	404	77.675	654.173	—	—	121.117
Espírito Santo	27	994	4.400	—	—	1.600
Rio de Janeiro	22	953	127.998	—	—	6.664
Distrito Federal	5.586.806	4.056.775	551.755	96.639	2.545.120	2.458.376
São Paulo	4.091	25.374	1.407.708	—	21.131	1.216.189
Paraná	247	1.613	45.050	—	—	—
Santa Catarina	149	—	—	—	—	—
Rio Grande do Sul	1.336	12.379	587.834	—	210.057	60.000
Mato Grosso	—	16.878	8.316	—	—	—
Goiás	2	17.729	3.221	—	—	8.603
BRASIL	5.595.375	4.248.715	3.969.337	96.639	2.789.499	4.123.344

(a) Inclusive contribuição para o Fundo Monetário Internacional.
Inclusive of contribution to the International Monetary Fund.

(b) Inclusive financiamentos.
Inclusive of financings.

(c) Inclusive empréstimos por conta da Caixa de Mobilização Bancária.
Inclusive of loans for the account of the "Caixa de Mobilização Bancária".

(Continua)

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRESTIMOS
Loans

DISTRIBUIÇÃO GEOGRAFICA
Geographical distribution

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1952
Balances as of December 31, 1952

(Continuação) Cr$ 1.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	AGRÍCOLAS *Agricultural*	PECUÁRIOS *Cattle industry*	AGRO-PECUÁRIOS *Rural*	AGRO-INDUSTRIAIS *Agricultural and industrial*	INDUSTRIAIS *Industrial* (b)	LETRAS HIPOTECÁRIAS *Mortgage bonds*
Guaporé	65	—	—	—	—	—
Acre	569	2.153	—	—	—	—
Amazonas	13.292	819	1.565	—	5.903	—
Rio Branco	139	3.002	—	—	—	—
Pará	6.585	7.699	—	—	5.197	261
Amapá	9.842	1.587	—	—	957	—
Maranhão	19.255	2.779	—	—	38.439	—
Piauí	14.876	14.740	1.234	53	13.201	—
Ceará	30.537	38.997	10.374	700	126.594	965
Rio Grande do Norte	34.391	85.990	8.014	—	55.666	60
Paraíba	49.427	173.479	5.224	6.158	47.424	705
Pernambuco	522.469	166.444	3.637	1.342	488.819	313
Alagoas	195.051	61.515	—	—	128.016	—
Sergipe	18.884	62.684	103	—	11.935	1.013
Bahia	132.832	258.738	7.961	5.152	69.580	274
Minas Gerais	310.757	1.125.351	2.941	9.664	289.551	1.256
Espírito Santo	75.993	17.671	1.308	—	21.798	30
Rio de Janeiro	78.838	122.991	5.751	55	308.163	2.378
Distrito Federal	3.959	2.396	—	6.716	1.096.731	—
São Paulo	1.508.273	958.989	24.857	—	1.393.177	6.779
Paraná	148.677	28.383	—	—	56.852	48
Santa Catarina	12.985	15.271	935	—	133.273	—
Rio Grande do Sul	435.784	438.228	1.106	—	429.166	184
Mato Grosso	13.336	296.565	280	138	2.109	98
Goiás	25.239	270.909	610	—	15.310	—
BRASIL	3.662.055	4.157.380	76.400	29.978	4.737.861	14.364

(b) Inclusive financiamentos.
Inclusive of financings.

(Continua)

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRESTIMOS
Loans

DISTRIBUIÇAO GEOGRAFICA
Geographical distribution

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1952
Balances as of December 31, 1952

Cr$ 1.000

(Conclusão)

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	SÔBRE PRODUTOS AGRÍCOLAS E DECORRENTES DE CONTRATO COM O GOVÊRNO FEDERAL *Against agricultural products and arising out of contracts with Federal Government*	COOPERATIVAS *Cooperatives*	PARA INVESTIMENTOS *For Investments*	EXPORTADORES E IMPORTADORES *Exports and imports*	OUTROS EMPRÉSTIMOS AO PÚBLICO *Other loans to private customers*	TOTAL GERAL *Grand total*
Guaporé	—	—	—	—	11.292	11.357
Acre	—	—	—	—	13.621	16.343
Amazonas	6.274	—	—	11.096	97.820	138.690
Rio Branco	—	—	—	—	1.962	5.244
Pará	—	224	—	3.194	126.800	163.799
Amapá	—	—	—	—	2.247	14.665
Maranhão	—	—	—	—	193.565	288.937
Piauí	24.001	—	168	78	131.252	212.423
Ceará	8.486	—	4.152	3.310	317.908	543.869
Rio Grande do Norte	28.287	3.694	2.081	4.132	440.519	684.087
Paraíba	12.230	—	974	2.996	337.617	689.594
Pernambuco	—	—	31.624	1.520	723.546	2.057.820
Alagoas	—	—	—	—	249.758	659.817
Sergipe	—	—	—	2.860	156.096	347.808
Bahia	3.064	—	—	7.530	637.301	1.628.509
Minas Gerais	15.163	1.081	25.153	17.586	1.373.220	4.025.092
Espírito Santo	—	—	—	396	197.760	321.977
Rio de Janeiro	—	—	5.400	1.837	365.246	1.026.296
Distrito Federal	—	—	11.850	297.356	5.960.737	22.675.216
São Paulo	3.097	180	7.665	170.446	6.902.596	13.650.552
Paraná	—	—	—	6.584	1.019.530	1.306.984
Santa Catarina	—	10.462	28.914	8.144	316.608	526.741
Rio Grande do Sul	—	53.229	17.633	59.083	946.155	3.252.174
Mato Grosso	—	—	—	—	136.139	473.859
Goiás	—	—	1.786	—	123.946	467.355
BRASIL	100.602	68 870	137.400	598.148	20.783.241	55.189.208

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRESTIMOS
Loans

DISTRIBUIÇAO GEOGRAFICA
Geographical distribution

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953
Balances as of December 31, 1953

Cr$ 1.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	TESOURO NACIONAL *National Treasury*		UNIDADES FEDERADAS E MUNICÍPIOS *Federal States and Municipalities* (b)	OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS *Other official entities*	AUTARQUIAS *Autarchies*	BANCOS *Banks* (c)	AGRÍCOLAS *Agricultural*
	FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CÂMBIO *Financings to exchange operations*	OUTROS EMPRÉSTIMOS *Other loans* (a)					
Guaporé	—	—	—	—	—	—	—
Acre	—	—	—	—	—	—	1.469
Amazonas	82	—	1.796	—	—	—	15.845
Rio Branco	—	141	—	—	—	—	147
Pará	73	506	—	—	25.024	—	11.232
Amapá	—	53	—	—	—	—	25.298
Maranhão	56	405	32.600	—	—	1.500	22.419
Piauí	29	4.320	9.018	—	—	891	25.951
Ceará	115	5.767	—	—	—	6.451	71.777
Rio G. do Norte	84	108.423	29.763	—	—	6.400	37.444
Paraíba	115	12.999	54.334	—	—	—	71.731
Pernambuco	335	16.321	104.089	—	100.685	9.372	498.65
Alagoas	10	12.266	55.943	—	—	—	131.45
Sergipe	31	3.350	20.841	—	—	85.585	36.90
Bahia	180	13.722	331.850	—	15.781	33.700	213.06
Minas Gerais	413	215.116	738.446	—	—	180.420	427.13
Espírito Santo	22	1.145	51.700	—	—	—	91.70
Rio de Janeiro	9	1.844	156.000	—	—	2.111	99.07
Distrito Federal	6.478.138	11.574.299	555.024	146.818	2.704.246	4.162.828	4.09
São Paulo	1.920	31.495	2.413.260	—	43.983	2.533.391	1.862.20
Paraná	66	1.940	59.333	—	201	216.518	199.66
Santa Catarina	67	—	—	—	—	—	28.05
Rio Grande do Sul	523	15.600	748.819	—	145.341	60.000	711.96
Mato Grosso	—	39.205	6.650	—	—	—	28.01
Goiás	1	47.486	—	—	—	9.124	80.07
BRASIL	6.482.269	12.106.403	5.369.466	146.818	3.035.261	7.308.291	4.695.38

(a) Inclusive contribuição para o Fundo Monetário Internacional.
Inclusive of contribution to the International Monetary Fund.

(b) Inclusive financiamentos.
Inclusive of financings.

(c) Inclusive empréstimos por conta da Caixa de Mobilização Bancária.
Inclusive of loans for the account of the "Caixa de Mobilização Bancária".

(Continu

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRESTIMOS
Loans

DISTRIBUIÇAO GEOGRAFICA
Geographical distribution

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953
Balances as of December 31, 1953

(Continuação)

Cr$ 1.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	PECUÁRIOS *Cattle industry*	AGRO-PECUÁRIOS *Rural*	AGRO-INDUSTRIAIS *Agricultural and industrial*	INDUSTRIAIS *Industrial* (b)	LETRAS HIPOTECÁRIAS *Mortgage bonds*	SÔBRE PRODUTOS AGRÍCOLAS E DECORRENTES DE CONTRATO COM O GOVÊRNO FEDERAL *Against agricultural products and arising out of contracts with Federal Government*
Guaporé	—	—	—	—	—	—
Acre	2.681	—	—	—	—	—
Amazonas	1.507	1.472	—	5.409	—	—
Rio Branco	3.220	—	—	—	—	—
Pará	11.100	—	—	4.502	156	—
Amapá	1.207	—	—	—	—	—
Maranhão	4.894	—	—	44.638	—	—
Piauí	15.917	1.692	—	16.096	—	7.112
Ceará	39.542	23.715	427	159.484	947	3.336
Rio Grande do Norte ..	85.399	10.108	—	65.054	60	—
Paraíba	178.979	16.013	5.896	70.409	583	262
Pernambuco	165.264	6.949	826	652.785	261	—
Alagoas	59.250	—	—	189.479	—	—
Sergipe	67.081	243	—	25.380	1.090	—
Bahia	319.170	23.655	7.454	84.985	171	—
Minas Gerais	1.161.097	8.865	7.470	417.830	1.214	1.396
Espírito Santo	18.020	1.195	—	39.033	29	—
Rio de Janeiro	145.610	9.793	3	359.412	703	—
Distrito Federal	10.406	—	7.308	1.507.907	75	—
São Paulo	1.094.695	40.821	—	1.694.589	5.410	12.384
Paraná	38.718	52	19.714	67.073	72	—
Santa Catarina	19.774	1.521	7.608	197.478	—	—
Rio Grande do Sul	477.579	2.030	9.539	586.951	35	—
Mato Grosso	334.029	2.489	60	8.555	47	—
Goiás	296.889	2.781	—	40.185	—	—
BRASIL	4.552.028	153.394	66.305	6.237.234	10.853	24.490

(b) Inclusive financiamentos.
Inclusive of financings.

(Continua)

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRÉSTIMOS
Loans

DISTRIBUIÇAO GEOGRAFICA
Geographical distribution

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953
Balances as of December 31, 1953

(Conclusão) Cr$ 1.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	COOPERATIVAS *Coopera-tives*	FUNDIÁRIOS *Farm mortgage credit*	PARA INVESTIMENTOS *For invest-ments*	EXPORTADORES E IMPORTADORES *Exports and imports*	OUTROS EMPRÉSTIMOS AO PÚBLICO *Other loans to private customers*	TOTAL GERAL *Grand total*
Guaporé	—	—	—	—	10.206	10.206
Acre	—	—	—	—	14.120	18.270
Amazonas	—	—	—	4.741	141.561	172.413
Rio Branco	—	—	—	—	3.876	7.384
Pará	149	—	—	2.154	150.489	205.385
Amapá	—	—	—	—	3.953	30.506
Maranhão	—	—	—	—	221.164	327.676
Piauí	—	—	—	—	151.162	232.188
Ceará	57	212	—	5.409	400.933	718.172
Rio Grande do Norte	8.788	18	1.604	31	375.140	728.316
Paraíba	3.718	—	—	890	380.020	795.949
Pernambuco	202	—	—	1.719	1.030.369	2.587.833
Alagoas	12.606	16	—	—	215.545	676.571
Sergipe	—	—	—	786	174.916	416.239
Bahia	1.546	52	—	1.919	721.954	1.769.203
Minas Gerais	3.726	90	12.421	5.678	1.863.242	5.044.561
Espírito Santo	—	165	—	—	394.025	597.043
Rio de Janeiro	6.992	307	5.014	1.361	503.190	1.291.426
Distrito Federal	—	181	49.701	100.118	6.058.046	33.359.193
São Paulo	11.805	10.499	24.060	204.936	7.929.158	17.914.606
Paraná	27.794	—	3.472	3.350	1.254.177	1.892.147
Santa Catarina	2.569	211	31.410	6.989	365.863	661.544
Rio Grande do Sul	192.910	113	—	26.043	1.077.070	4.054.519
Mato Grosso	—	—	—	—	191.355	610.408
Goiás	—	—	1.835	—	245.673	724.046
BRASIL	272.862	11.864	129.517	366.124	23.877.237	74.845.804

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRÉSTIMOS (*)
Loans

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA
Geographical distribution

SALDOS EM FIM DE ANO
End-of-year balances

Cr$ 1.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1952	1953	VARIAÇÕES *Variations*	
			ABSOLUTAS *Absolute*	%
Guaporé	11.357	10.206	— 1.151	10,1
Acre	16.343	18.270	+ 1.927	11,8
Amazonas	138.690	172.413	+ 33.723	24,3
Rio Branco	5.244	7.384	+ 2.140	40,8
Pará	163.799	205.385	+ 41.586	25,4
Amapá	14.665	30.506	+ 15.841	108,0
Maranhão	288.937	327.676	+ 38.739	13,4
Piauí	212.423	232.188	+ 19.765	9,3
Ceará	543.869	718.172	+ 174.303	32,0
Rio Grande do Norte	684.087	728.316	+ 44.229	6,5
Paraíba	689.594	795.949	+ 106.355	15,4
Pernambuco	2.057.820	2.587.833	+ 530.013	25,8
Alagoas	659.817	676.571	+ 16.754	2,5
Sergipe	347.808	416.239	+ 68.431	19,7
Bahia	1.628.509	1.769.203	+ 140.694	8,6
Minas Gerais	4.025.092	5.044.561	+ 1.019.469	25,3
Espírito Santo	321.977	597.043	+ 275.066	85,4
Rio de Janeiro	1.026.296	1.291.426	+ 265.130	25,8
Distrito Federal	22.675.216	33.359.193	+ 10.683.977	47,1
São Paulo	13.650.552	17.914.606	+ 4.264.054	31,2
Paraná	1.306.984	1.892.147	+ 585.163	44,8
Santa Catarina	526.741	661.544	+ 134.803	25,6
Rio Grande do Sul	3.252.174	4.054.519	+ 802.345	24,7
Mato Grosso	473.859	610.408	+ 136.549	28,8
Goiás	467.355	724.046	+ 256.691	54,9
BRASIL	55.189.208	74.845.804	+ 19.656.596	35,6

(*) Inclusive operações da Carteira de Câmbio.
Including the operations of the Exchange Department.

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRESTIMOS A PRODUÇAO, AO COMERCIO E A PARTICULARES
Loans to production, business and individuals

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA
Geographical distribution

SALDOS EM FIM DE ANO
End-of-year balances

Cr$ 1.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1949	1950	1951	1952	1953
Guaporé	4.207	3.185	8.786	11.357	10.206
Acre	8.982	8.658	9.371	16.343	18.270
Amazonas	41.348	43.914	86.387	136.769	170.535
Rio Branco	3.692	3.858	4.134	5.103	7.243
Pará	27.882	50.079	96.380	149.960	179.782
Amapá	465	963	2.716	14.633	30.453
NORTE *North*	**86.576**	**110.657**	**207.774**	**334.165**	**416.489**
Maranhão	83.697	116.064	174.503	254.038	293.115
Piauí	80.259	91.029	119.158	199.603	217.930
Ceará	245.158	237.361	350.855	542.523	705.839
Rio Grande do Norte	214.264	333.245	582.654	662.834	583.646
Paraíba	298.901	336.147	547.691	636.234	728.501
Pernambuco	713.423	924.571	1.574.886	1.939.714	2.357.031
Alagoas	214.863	280.654	447.058	634.340	608.352
NORDESTE *North-East*	**1.850.565**	**2.319.071**	**3.796.805**	**4.869.286**	**5.494.414**
Sergipe	98.180	110.702	149.065	253.575	306.432
Bahia	425.270	420.088	644.605	1.122.432	1.373.970
Minas Gerais	1.206.247	1.445.878	1.979.781	3.171.723	3.910.166
Espírito Santo	130.401	118.991	231.027	314.956	544.176
Rio de Janeiro	342.968	337.695	631.080	890.659	1.131.462
Distrito Federal	4.362.479	3.712.304	5.179.434	7.379.745	7.737.840
LESTE *East*	**6.565.545**	**6.145.658**	**8.814.992**	**13.133.090**	**15.004.046**
São Paulo	2.669.586	4.094.332	7.944.884	10.976.059	12.890.557
Paraná	222.551	392.466	765.160	1.260.074	1.614.089
Santa Catarina	125.253	161.772	287.237	526.592	661.477
Rio Grande do Sul	873.663	1.078.529	2.238.065	2.380.568	3.084.236
SUL *South*	**3.891.053**	**5.727.099**	**11.235.346**	**15.143.293**	**18.250.359**
Mato Grosso	236.195	273.073	319.382	448.665	564.553
Goiás	225.885	255.105	281.541	437.800	667.435
CENTRO-OESTE *Central-Western*	462.080	528.178	600.923	886.465	1.231.988
BRASIL	12.855.819	14.830.663	24.655.840	34.366.299	40.397.298

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO, AO COMÉRCIO E A PARTICULARES, POR GRUPOS ECONÔMICOS

Loans to production, business and individuals, by economic groups

SALDOS EM FIM DE ANO
End-of-year balances

Cr$ 1.000.000

GRUPOS ECONÔMICOS *Economic groups*	1949	1950	1951	1952	1953
AGRICULTURA, INDÚSTRIA FLORESTAL E MINERAÇÃO (*) — *Agriculture, forestry and mining:*					
Criação de animais e lacticínios — *Cattle breeding and dairy products*	2.710	2.940	3.216	3.885	4.322
Açúcar e álcool — *Sugar and alcohol*	801	1.209	1.738	2.401	2.824
Cereais — *Cereals*	384	606	636	1.019	1.614
Café — *Coffee*	372	752	1.092	1.624	2.220
Algodão — *Cotton*	167	303	577	784	807
Carnes — *Meat*	111	104	239	329	657
Frutas de mesa e vinho — *Edible fruits and wine*	44	35	66	108	87
Cacau — *Cacao*	60	33	57	157	200
Outros produtos — *Other products*	597	267	452	916	972
TOTAL	**5.246**	**6.249**	**8.073**	**11.228**	**13.703**
INDÚSTRIA MANUFATUREIRA — *Manufacturing* (**)	3.147	3.792	7.242	11.450	13.816
INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO — *Building industry*	533	635	511	1.119	1.153
INDÚSTRIA DOS TRANSPORTES — *Transport industry*	586	110	395	623	685
COMÉRCIO — *Trade:*					
Café em grão — *Raw coffee*	666	1.345	2.368	2.240	2.743
Tecidos e artigos de vestuário — *Textiles and wearing apparel*	293	372	502	714	908
Gado — *Livestock*	216	328	603	899	1.242
Algodão em rama — *Raw cotton*	195	247	739	704	805
Máquinas, ferragens, tintas e louças — *Machinery, hardware, paints and varnishes, glass and pottery*	177	196	466	707	708
Cereais — *Cereals*	98	115	867	367	550
Produtos alimentares, bebidas e cigarros — *Foodstuffs, beverages and cigarretes* (***)	82	151	174	262	340
Matérias oleaginosas — *Oil producing substances*	57	93	142	188	216
Açúcar e aguardente — *Sugar and spirits*	119	38	415	269	195
Produtos químicos e farmacêuticos — *Chemical and pharmaceutical products*	55	67	91	123	134
Automóveis e acessórios — *Automobiles and accessories*	99	141	359	709	733
Combustíveis e lubrificantes — *Fuel and lubricatings*	24	36	112	171	119
Outros produtos — *Other products*	316	321	730	1.286	1.177
TOTAL	**2.397**	**3.450**	**7.568**	**8.639**	**9.870**
OUTROS EMPRÉSTIMOS — *Other loans*	947	595	867	1.312	1.170
TOTAL GERAL — Grand total	**12.856**	**14.831**	**24.656**	**34.366**	**40.397**

(*) Inclusive as indústrias rurais.
Inclusive of rural industries.

(**) Exclusive as indústrias rurais: vide nota (*).
Exclusive of rural industries: see note (*)

(***) Exclusive o comércio de café, cereais, farelos, farinhas, açúcar e aguardente, frutas de mesa e cacau.
Exclusive of trade in raw coffee, cereals, brans, flour, sugar and spirits, edible fruits and cacao.

BANCO DO BRASIL S. A.

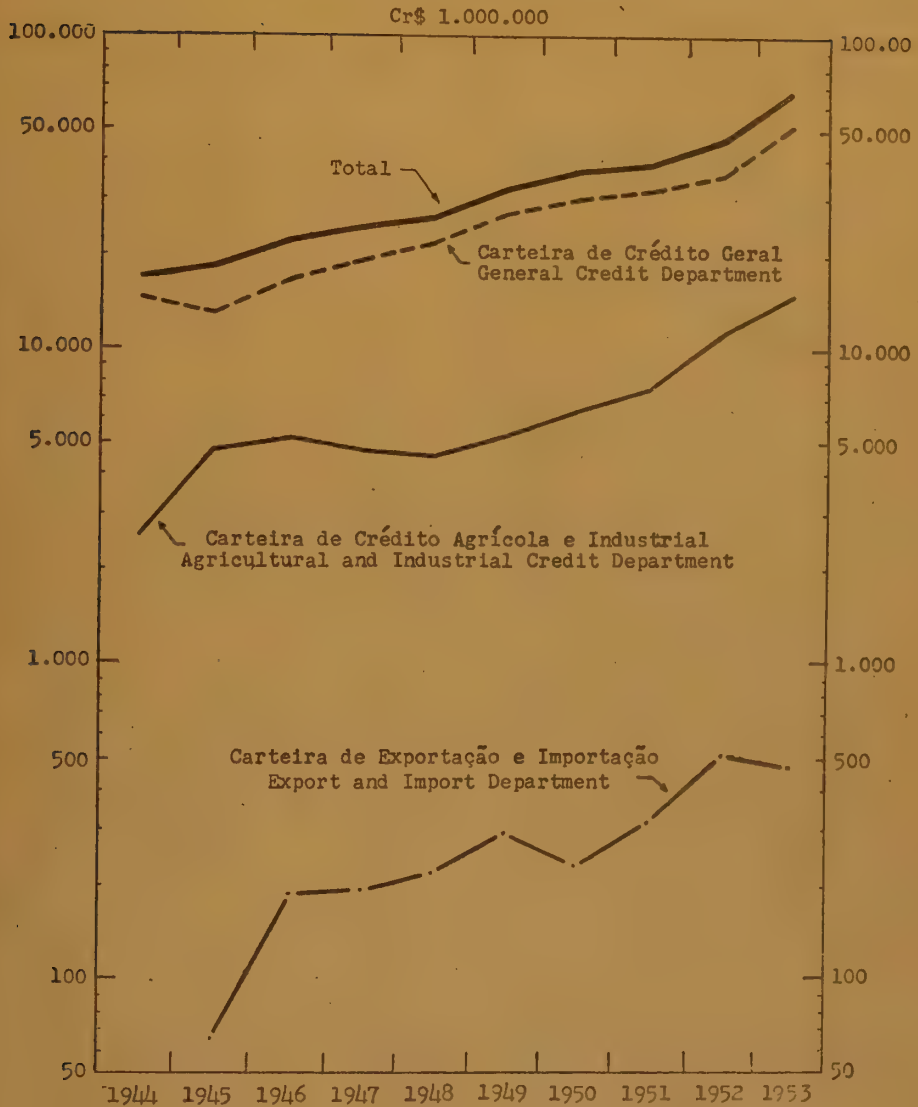
EMPRÉSTIMOS POR CARTEIRAS
Loans by Departments

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL *General Credit Department* (*)	CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL *Agricultural and Industrial Credit Department*	CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO *Export and Import Department*	TODOS OS EMPRÉSTIMOS *Total loans*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*				
1944	14.612	2.514	—	17.126
1945	13.521	4.872	64	18.457
1946	16.759	5.123	192	22.074
1947	19.336	4.745	197	24.278
1948	21.309	4.645	224	26.178
1949	26.427	5.302	295	32.024
1950	29.973	6.432	235	36.640
1951	31.697	7.970	315	39.982
1952	35.760	11.343	501	47.604
1953	50.609	15.077	481	66.167
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*				
1952 — Janeiro	33.220	9.411	420	43.051
Fevereiro	32.376	9.711	427	42.514
Março	32.083	10.114	451	42.648
Abril	31.901	10.666	450	43.017
Maio	33.395	11.233	463	45.091
Junho	35.232	11.998	479	47.709
Julho	35.926	12.009	509	48.444
Agôsto	36.970	11.974	540	49.484
Setembro	37.487	12.055	575	50.117
Outubro	38.715	11.848	546	51.109
Novembro	40.059	12.112	550	52.721
Dezembro	41.763	12.985	598	55.346
1953 — Janeiro	41.519	13.353	586	55.458
Fevereiro	42.625	13.734	587	56.946
Março	42.968	14.270	596	57.834
Abril	44.274	14.758	571	59.603
Maio	45.546	15.106	544	61.196
Junho	47.836	15.859	513	64.208
Julho	50.036	15.706	472	66.214
Agôsto	52.516	15.685	431	68.632
Setembro	60.444	15.514	387	76.345
Outubro	59.543	15.370	364	75.277
Novembro	61.675	15.415	354	77.444
Dezembro	58.325	16.154	366	74.845

NOTA: Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note: Excluding the branches abroad, from January 1953.

(*) Inclusive os suprimentos feitos à Carteira de Câmbio, por ordem e conta do Tesouro Nacional.
Inclusive of advances made to the Exchange Department by order and for account of the National Treasury.

BANCO DO BRASIL S. A.

EMPRÉSTIMOS POR CARTEIRAS
Loans by Departments

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL
General Credit Department

EMPRÉSTIMOS
Loans

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	A ENTIDADES PÚBLICAS *Public entities*	A BANCOS *Banks*	A PRODUÇÃO, AO COMÉRCIO E A PARTICULARES *Production, business and individuals*	TODOS OS EMPRÉSTIMOS DA CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL *Total loans of the General Credit Department*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*				
1944	12.421	212	1.979	14.612
1945	10.675	265	2.581	13.521
1946	13.236	349	3.174	16.759
1947	14.635	520	4.181	19.336
1948	15.037	1.322	4.950	21.309
1949	18.695	1.798	5.934	26.427
1950	21.102	2.426	6.445	29.973
1951	18.967	2.478	10.252	31.697
1952	15.079	3.565	17.116	35.760
1953	24.706	5.495	20.408	50.609
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*				
1952—Janeiro	15.232	2.980	15.008	33.220
Fevereiro	14.232	2.948	15.196	32.376
Março	13.983	2.967	15.133	32.083
Abril	13.734	3.029	15.138	31.901
Maio	14.935	3.151	15.309	33.395
Junho	15.997	3.479	15.756	35.232
Julho	15.366	4.013	16.547	35.926
Agôsto	15.307	3.990	17.678	36.970
Setembro	14.524	4.059	18.904	37.487
Outubro	14.972	4.087	19.656	38.715
Novembro	15.967	3.961	20.131	40.059
Dezembro	16.699	4.123	20.941	41.763
1953—Janeiro	17.231	4.082	20.206	41.519
Fevereiro	18.599	4.095	19.931	42.625
Março	18.860	4.560	19.548	42.968
Abril	20.492	4.669	19.113	44.274
Maio	21.624	5.041	18.881	45.546
Junho	23.812	4.981	19.043	47.836
Julho	25.367	5.233	19.436	50.036
Agôsto	26.447	6.089	19.980	52.516
Setembro	33.751	6.286	20.407	60.444
Outubro	31.072	6.687	21.784	59.543
Novembro	32.081	6.906	22.688	61.675
Dezembro	27.140	7.308	23.877	58.325

NOTA : Excluídas as agências no Exterior, a partir de janeiro de 1953.
Note : Excluding the branches abroad, from January 1953.

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
Agricultural and Industrial Credit Department

EMPRÉSTIMOS
Loans

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	AGRÍCOLAS, PECUÁRIOS E INDUSTRIAIS *Agriculture, cattle industry and industrial establishments*	SÔBRE PRODUTOS AGRÍCOLAS *Against agricultural products* (*)	COOPERATIVAS *Cooperatives*	FUNDIÁRIOS *Farm mortgage credit*	PARA INVESTIMENTOS *For Investments*	EM LETRAS HIPOTECÁRIAS *Mortgage bonds*	TODOS OS EMPRÉSTIMOS DA CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL *Total loans of the Agricultural and Industrial Credit Department*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*							
1944	2.505	—	—	—	—	9	2.514
1945	4.855	—	—	—	—	17	4.872
1946	5.102	—	—	—	—	21	5.123
1947	4.726	—	—	—	—	19	4.745
1948	4.624	—	—	—	—	21	4.645
1949	5.263	18	—	—	—	21	5.302
1950	6.372	40	—	—	—	20	6.432
1951	7.943	7	—	—	—	20	7.970
1952	11.231	26	25	—	46	15	11.343
1953	14.659	80	225	8	93	12	15.077
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*							
1952—Janeiro	9.394	—	—	—	—	17	9.411
Fevereiro	9.694	—	—	—	—	17	9.711
Março	10.098	—	—	—	—	16	10.114
Abril	10.650	—	—	—	—	16	10.666
Maio	11.218	—	—	—	—	15	11.233
Junho	11.982	—	—	—	—	16	11.998
Julho	11.971	23	—	—	—	15	12.009
Agôsto	11.930	29	—	—	—	15	11.974
Setembro	11.823	31	77	—	109	15	12.055
Outubro	11.554	55	77	—	147	15	11.848
Novembro	11.796	70	73	—	159	14	12.112
Dezembro	12.664	101	69	—	137	14	12.985
1953—Janeiro	13.078	106	91	—	64	14	13.353
Fevereiro	13.404	134	111	6	65	14	13.734
Março	13.881	110	192	6	68	13	14.270
Abril	14.331	102	236	6	70	13	14.758
Maio	14.669	93	258	6	68	12	15.106
Junho	15.380	89	280	7	91	12	15.859
Julho	15.253	75	259	10	98	11	15.706
Agôsto	15.235	74	248	11	106	11	15.685
Setembro	15.064	66	252	11	110	11	15.514
Outubro	14.928	50	252	11	118	11	15.370
Novembro	14.992	36	242	11	123	11	15.415
Dezembro	15.703	25	273	12	130	11	16.154

(*) Decorrentes das Leis ns. 615, 694 e 1.506, de 2-2-49, 7-5-49 e 19-12-51, respectivamente.
Arising out of laws ns. 615, 694 and 1,506 of February 2, May 7, 1949 and December 19, 1951, respectively.

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
Credit Department for Agriculture and Industry

EMPRÉSTIMOS AGRÍCOLAS, PECUÁRIOS E INDUSTRIAIS
Loans to agriculture, cattle industry and industrial establishments

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	AGRÍCOLAS *Agricultural*	AGRO-INDUSTRIAIS *Agricultural and industrial*	PECUÁRIOS *Cattle industry*	AGRO-PECUÁRIOS *Rural*	INDUSTRIAIS *Industrial*	TODOS OS EMPRÉSTIMOS AGRÍCOLAS, PECUÁRIOS E INDUSTRIAIS *Total loans to agriculture, cattle industry and industrial establishments*
SALDOS MÉDIOS *Average balances*						
1944	557	156	1.327	7	458	2.505
1945	1.328	238	2.712	9	568	4.855
1946	670	327	3.388	12	708	5.102
1947	492	398	2.990	11	835	4.726
1948	559	459	2.522	11	1.073	4.624
1949	728	579	2.510	13	1.433	5.263
1950	1.061	881	2.740	16	1.674	6.372
1951	2.252	64	3.058	22	2.552	7.943
1952	3.430	33	3.587	46	4.135	11.231
1953	4.682	48	4.330	116	5.483	14.659
SALDOS EM FIM DE MÊS *End-of-month balances*						
1952 — Janeiro	2.683	30	3.321	33	3.327	9.394
Fevereiro	2.888	29	3.306	27	3.444	9.694
Março	3.146	29	3.305	34	3.584	10.098
Abril	3.519	35	3.314	36	3.746	10.650
Maio	3.836	36	3.371	38	3.937	11.218
Junho	4.012	40	3.551	42	4.337	11.982
Julho	3.858	44	3.547	46	4.476	11.971
Agôsto	3.613	41	3.619	48	4.609	11.930
Setembro	3.378	29	3.723	49	4.644	11.823
Outubro	3.250	27	3.859	54	4.364	11.554
Novembro	3.315	31	3.964	67	4.419	11.796
Dezembro	3.662	30	4.158	76	4.738	12.664
1953 — Janeiro	3.909	47	4.200	89	4.833	13.078
Fevereiro	4.152	47	4.251	94	4.860	13.404
Março	4.527	46	4.273	98	4.937	13.881
Abril	4.841	46	4.245	103	5.096	14.331
Maio	4.971	47	4.241	106	5.304	14.669
Junho	5.236	50	4.342	113	5.639	15.380
Julho	5.179	47	4.292	114	5.621	15.253
Agôsto	4.994	47	4.330	119	5.745	15.235
Setembro	4.747	46	4.354	125	5.792	15.064
Outubro	4.480	46	4.418	133	5.851	14.928
Novembro	4.451	45	4.465	145	5.886	14.992
Dezembro	4.695	66	4.552	153	6.237	15.708

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
Agricultural and Industrial Credit Department

CRÉDITOS CONCEDIDOS
Credits granted

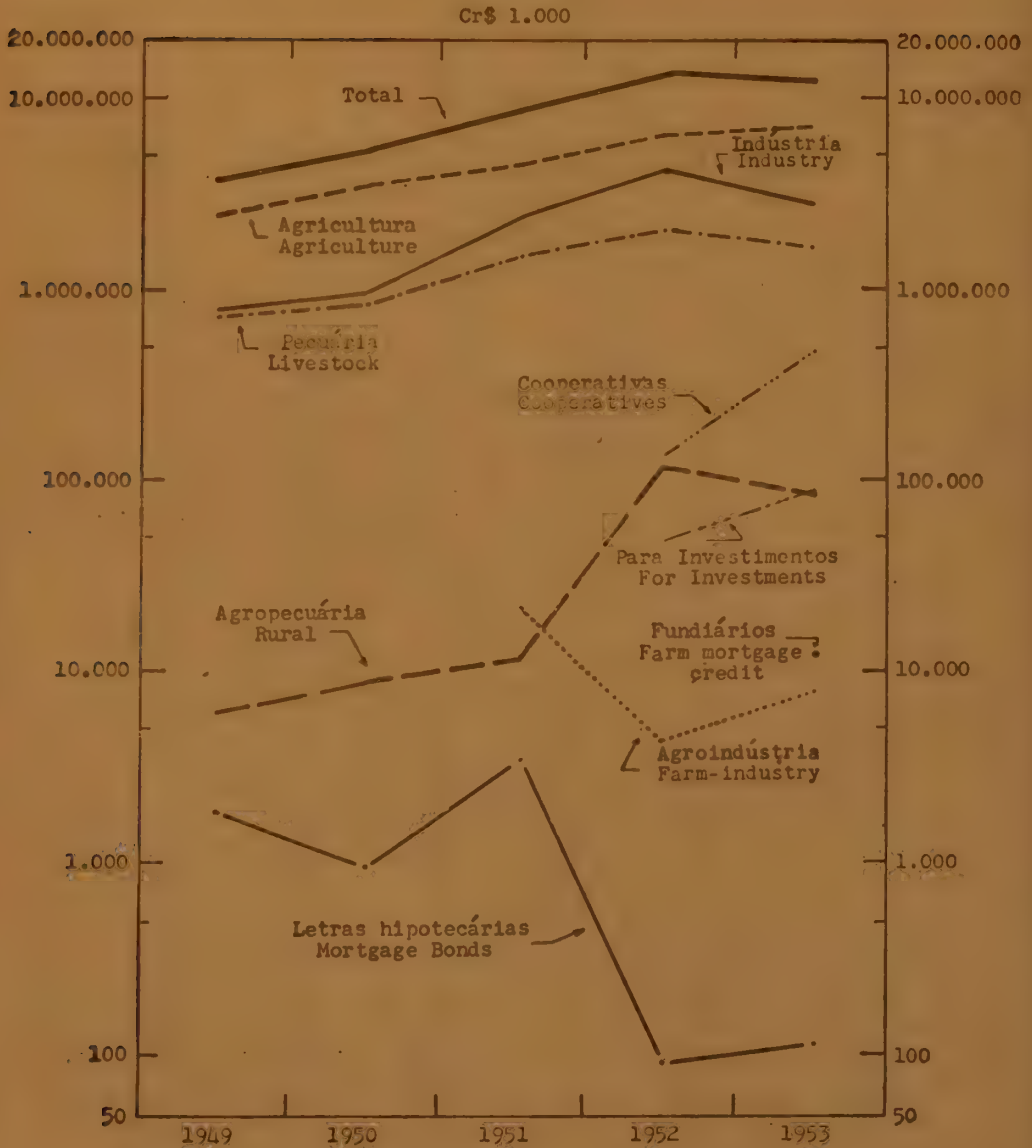
Cr$ 1.000

ATIVIDADES *Activities*	1949	1950	1951	1952	1953
Agricultura (*) *Agriculture*	2.400.533	3.304.617	4.389.449	6.461.290	7.093.637
Pecuária *Livestock*	711.601	825.722	1.419.800	2.066.682	1.959.000
Agropecuária *Rural*	5.959	8.421	10.175	113.582	80.368
Indústria *Industry*	727.319	905.590	2.316.391	4.300.933	2.612.838
Agroindústria *Farm-industry*	—	—	20.405	4.313	7.598
Cooperativas *Cooperatives*	—	—	—	155.257	495.125
Fundiários *Farm mortgage credit*	—	—	—	—	11.432
Para investimentos *For investments*	—	—	—	48.877	83.266
Subtotal *Partial total*	3.845 412	5.044.350	8.156.220	13.150.934	12.343.264
Agricultura: *Agriculture:*					
Em letras hipotecárias. *Mortgage bonds*	1.828	993	3.299	93	108
TOTAL	3.847.240	5.045.343	8.159.519	13.151.027	12.343.372

(*) Inclusive empréstimos sôbre produtos agrícolas e decorrentes de contratos com o Govêrno Federal.
Inclusive of financings granted to agricultural products arising out of contracts with Federal Government.

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
Agricultural and Industrial Credit Department

CRÉDITOS CONCEDIDOS
Credits granted

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
Agricultural and Industrial Credit Department

CRÉDITO AGRÍCOLA
Agricultural Credit

FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A PRODUTOS AGRÍCOLAS
Financings granted to agricultural products

Cr$ 1.000

PRODUTOS *Products*	1949	1950	1951	1952	1953
Agave — *Sisal*	16	20	—	5.921	509
Alfafa — *Alfalfa*	302	473	100	2	22
Algodão — *Cotton*	193.484	294.651	673.222	819.598	590.580
Alpiste — *Canary seed*	30	77	—	—	7
Amendoim — *Peanuts*	396	1.637	219	1.687	10.912
Arroz — *Rice*	322.997	388.299	297.600	504.517	877.675
Batata — *Potatoes*	5.407	9.188	16.985	37.499	48.767
Cacau — *Cacao*	22.282	28.149	26.867	38.311	61.079
Café — *Coffee*	676.023	1.237.486	1.666.451	2.228.578	2.613.758
Cana-de-açúcar — *Sugar cane*	899.966	962.939	1.102.544	1.439.990	1.139.832
Cebola — *Onions*	980	1.290	2.452	2.728	3.175
Côco — *Cocoa nuts*	300	100	160	336	152
Eucalipto — *Eucalyptus*	—	—	180	1.192	2.648
Feijão — *Beans*	2.716	1.733	1.826	13.595	69.883
Frutas — *Fruits*	1.502	3.033	12.052	18.125	2.825
Fumo — *Tobacco*	2.556	4.044	5.166	5.657	11.580
Girassol — *Sunflower seed*	—	369	—	49	275
Hortaliças — *Vegetables*	449	43	1.150	1.371	2.027
Juta — *Jute*	582	1.368	9.141	10.444	11.344
Linho — *Flax*	2.302	460	583	733	3.644
Mamona — *Castor seed*	452	1.793	3.521	5.508	11.573
Mandioca — *Cassava*	4.978	7.910	16.768	70.993	118.688
Milho — *Maize*	51.626	37.922	51.434	167.791	370.468
Soja — *Soybeans*	—	12	20	497	3.994
Tomate — *Tomatoes*	19.446	22.009	27.349	38.030	44.047
Trigo — *Wheat*	27.115	36.366	48.350	106.329	159.754
Uva — *Grapes*	53	180	60	599	2.344
Outros produtos — *Others*	6.082	14.704	30.146	53.245	32.187
TOTAL	2.242.042	3.056.255	3.994.346	5.573.325	6.193.749

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
Agricultural and Industrial Credit Department

CRÉDITO AGRÍCOLA
Agricultural Credit

FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A PRODUTOS EXTRATIVOS VEGETAIS
Financings granted to extractive vegetal products

Cr$ 1.000

PRODUTOS *Products*	1949	1950	1951	1952	1953
Babaçu — *Babassu*	263	328	1.315	7.324	6.091
Borracha — *Rubber*	—	—	—	1.000	7
Castanha — *Brazil nuts*	750	2.010	2.032	6.632	6.768
Cêra de carnaúba — *Carnauba wax*	4.772	4.174	4.778	28.685	11.270
Erva-mate — *Maté*	1.000	—	60	160	68
Guaraná — *Guarana*	—	661	2.088	4.254	4.953
Lenha — *Fire wood*	75	—	100	3	51
Madeiras — *Timber*	—	—	—	62	—
Oiticica — *Oiticica*	66	40	40	1.262	852
Piaçava — *Piassava*	—	—	—	470	400
Tucum — *Tucum*	—	19	16	—	38
TOTAL	6.926	7.233	10.429	49.852	30.498

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
Agricultural and Industrial Credit Department

CRÉDITO AGRÍCOLA
Agricultural Credit

FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A PRODUTOS AGRÍCOLAS, E DECORRENTES DE CONTRATOS COM O GOVÊRNO FEDERAL
Financings granted to agricultural products arising out of contracts with Federal Government

Cr$ 1.000

PRODUTOS *Products*	1949	1950	1951	1952	1953
Plano de emergência: (*) *Emergency plan:*					
Lei n.º 615, de 2-2-49: *Law no. 615, of 2-2-49:*					
Feijão *Beans*	7.804	1.437	—	—	—
Soja *Soybeans*	1.746	—	—	—	—
Arroz *Rice*	—	10.901	28.015	—	—
Cêra de carnaúba: *Carnauba wax:*					
Lei n.º 266, de 26-2-48 *Law no. 266, of 26-2-48*	1.983	—	—	—	—
Lei n.º 694, de 7-5-49 *Law no. 694, of 7-5-49*	79.157	34.162	—	—	—
Lei n.º 1.506, de 19-12-51 *Law no. 1,506, of 19-12-51*	—	—	—	34.544	64.844
Lei n.º 1.506, de 19-12-51: *Law no. 1,506, of 19-12-51:*					
Agave *Sisal*	—	—	—	4.783	10.985
Algodão *Cotton*	—	—	—	126.284	90.328
Juta *Jute*	—	—	—	9.314	—
TOTAL	90.690	46.500	28.015	174.925	166.157

(*) Financiamento aos plantadores de arroz, feijão, milho, amendoim, soja, trigo e girassol.
Financings to growers of rice, beans, maize, peanuts, soybeans, wheat and sunflower.

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL
Agricultural and Industrial Credit Department

CRÉDITO AGRÍCOLA
Agricultural Credit

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS PARA MELHORAMENTOS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS
Loans for the improvement of buildings and equipment

Cr$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO *Specification*	1949	1950	1951	1952	1953
Animais para serviços agrícolas.. *Animals for agricultural services*	2.611	891	4.743	6.826	10.443
Máquinas agrícolas e implementos *Agricultural machinery and implements*	52.308	143.550	267.437	384.605	390.493
Melhoramentos diversos .... *Miscellaneous improvements*	5.956	50.189	84.479	271.757	302.296
TOTAL	**60.875**	**194.630**	**356.659**	**663.188**	**703.232**

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
Agricultural and Industrial Credit Department

CRÉDITO PECUÁRIO
Livestock Credit

FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS
Financings granted

Cr$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO *Specification*	1949	1950	1951	1952	1953
Bovinos — *Cattle*	—	—	1.067.702	1.785.122	1.792.312
Eqüinos, asininos e muares — *Horses, asses and mules*	—	—	—	78	651
Ovinos — *Sheep*	19.500	31.000	39.120	116.426	5.835
Suinos — *Pigs*	—	—	—	2.576	4.594
Outros financiamentos — *Other loans*	692.101	794.722	312.978	162.480	155.608
TOTAL	711.601	825.722	1.419.800	2.066.682	1.959.000

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
AGRICULTURAL AND INDUSTRIAL CREDIT DEPARTMENT

CRÉDITO INDUSTRIAL
Industrial credit

FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS
Loans granted

Cr$ 1.000

RAMOS E CLASSES DE INDÚSTRIAS *Classes and groups of industry*	1949	1950	1951		1952		1953	
			MATÉRIA-PRIMA *Raw material*	INSTALAÇÕES *Installations*	MATÉRIA-PRIMA *Raw material*	INSTALAÇÕES *Installations*	MATÉRIA-PRIMA *Raw material*	INSTALAÇÕES *Installations*
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS *Extractive industries*								
Indústrias extrativas de produtos minerais — *Extractive industries of mineral products*	—	—	—	968	—	50.618	15.421	56.491
Indústrias extrativas de produtos vegetais — *Extractive industries of vegetable products*	6.046	—	—	—	12.600	18.153	17.300	27.112
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO *Processed industries*								
Indústrias de transformação de minerais não metálicos — *Industries for converting non-metallic minerals*	26.635	67.774	4.800	188.527	6.401	268.561	5.730	267.783
Indústrias metalúrgicas — *Metallurgic industries*	23.002	46.524	88.385	365.994	35.723	821.307	37.307	82.474
Indústrias mecânicas (exclusive material elétrico e de transporte) — *Mechanical industries (exclusive of electric and transport material)*	—	7.360	1.000	1.758	3.400	16.955	4.620	22.413
Indústrias do material elétrico e do material de comunicações — *Industries for electric and communication material*	—	11.000	17.800	33.518	18.950	63.100	23.600	3.499
Indústrias da construção e montagem do material de transporte — *Industries for the construction and assembly of transportation material*	—	—	20.000	14.485	43.040	119.823	5.796	43.775
Indústrias da madeira (exclusive artigos do [illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	30.919	62.361

Indústrias do mobiliário (inclusive colchoaria) — *Furniture industry (inclusive of making of the mattresses)*	—	—	320	67	3.132	25.278	5.131	12.727
Indústrias do papel e papelão — *Paper and cardboard industry*	6.000	16.300	6.300	20.900	2.560	55.371	6.873	8.050
Indústrias da borracha — *Rubber industry*	—	—	—	1.000	12.280	16.209	—	6.303
Indústrias de couros e peles e produtos similares (exclusive calçados e artigos do vestuário) — *Hide and skin industries and allied products (exclusive of footwear and clothing)*	6.720	6.320	6.860	16.350	15.845	36.942	25.289	4.266
Indústrias químicas e farmacêuticas — *Chemical and pharmaceutical industries*	6.500	58.388	19.750	78.400	95.132	176.310	84.633	100.867
Indústrias têxteis — *Textiles*	174.982	302.599	300.715	158.756	380.210	538.600	246.542	185.478
Indústrias do vestuário, calçados e artefatos de tecidos (exclusive artigos manufaturados nas tecelagens) — *Clothing industry, manufacture of boots and shoes and woven fabrics (exclusive of cotton piece goods)*	—	—	8.100	100	11.085	1.983	8.224	14.213
Indústrias de produtos alimentares — *Foodstuff industry*	358.692	322.577	409.636	44.731	669.652	215.447	780.371	144.780
Indústrias de bebidas — *Distillery industries*	—	—	9.152	2.385	13.205	45.723	10.050	73.297
Indústrias do fumo — *Tobacco industry*	12.500	15.300	11.000	800	13.500	15.000	10.900	6.350
Indústrias editoriais e gráficas — *Graphic arts and publishing industry*	9.525	18.911	95	9.523	6.320	86.302	6.200	5.418
Indústrias diversas — *Diverse industries*	36.957	6.581	6.655	101.989	8.164	47.721	20.650	40.543
CONSTRUÇAO CIVIL — *Construction*	—	—	—	2.840	—	22.862	—	20.400
SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA — *Industrial services of public utility*	49.300	7.600	5.000	53.165	—	102.891	—	35.828
TOTAL	727.319	905.590	921.718	1.100.896	1.370.183	2.775.940	1.345.556	1.224.428
Outros financiamentos — *Other loans*	—	—	25.359	268.418	—	243.242	21.454	183.408
Operações reclassificadas para outras atividades — *Loans reclassified in other activities*	—	—	—	—	— 11.695	— 76.737	— 12.200	— 149.808
TOTAL GERAL	727.319	905.590	947.077	1.369.314	1.358.488	2.942.445	1.354.810	1.258.028

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE EXPORTAÇAO E IMPORTAÇAO
Export and Import Department

FINANCIAMENTOS À EXPORTAÇÃO
Financings to exports

a) OPERAÇÕES REALIZADAS
Operations carried out

ANOS *Years*	NÚMERO *Number*	Cr$ 1.000
1952	863	343.169
1953	833	275.845
+ OU — EM 1953	— 30	— 67.324

b) OPERAÇÕES EM CURSO, EM 31 DE DEZEMBRO
Outstanding balances of the operations as of December 31

ANOS *Years*	NÚMERO *Number*	Cr$ 1.000
1952	94	24.361
1953	151	41.534
+ OU — EM 1953	+ 57	+ 17.173

c) PRODUTOS FINANCIADOS EM 1953
Financed products in 1953

PRODUTOS *Products*	NÚMERO DE OPERAÇÕES *Number of operations*	Cr$ 1.000
Café — *Coffee*	153	71.916
Madeiras — *Timber & Lumber*	134	44.010
Cacau — *Cacao*	73	42.119
Cera de carnaúba — *Carnauba wax*	106	26.752
Castanha-do-pará — *Brazil nuts*	89	18.575
Peles e couros — *Hides & Skins*	131	15.793
Lã — *Wool*	7	15.539
Mate — *Maté*	57	14.356
Feijão — *Beans*	5	10.697
Agave — *Sisal*	9	4.458
Borracha — *Rubber*	36	3.162
Algodão — *Cotton*	4	2.388
Outros produtos — *Other products*	29	6.050
TOTAL	833	275.845

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE EXPORTAÇAO E IMPORTAÇAO
Export and Import Department

FINANCIAMENTOS À IMPORTAÇÃO
Financings to imports

a) OPERAÇÕES REALIZADAS
Operations carried out

ANOS *Years*	NÚMERO *Number*	Cr$ 1.000
1952	867	515.386
1953	344	274.504
+ ou — em 1953	— 523	— 240.882

b) OPERAÇÕES EM CURSO, EM 31 DE DEZEMBRO
Outstanding balances of the operations as of December 31

ANOS *Years*	NÚMERO *Number*	Cr$ 1.000
1952	666	598.148
1953	413	365.828
+ ou — em 1953	— 253	— 232.320

c) PRODUTOS FINANCIADOS EM 1953
Financed products in 1953

PRODUTOS *Products*	NÚMERO DE OPERAÇÕES *Number of operations*	Cr$ 1.000
Maquinismos — *Machinery*	72	79.558
Petróleo — *Petroleum*	21	60.074
Gêneros alimentícios — *Food-stuffs*	16	29.490
Máquinas têxteis — *Textile machinery*	14	16.823
Motores, peças e acessórios (exclusive para automóveis, ônibus, caminhões e jeeps) — *Motors, parts and accessories exclusive of automobiles, omnibuses, trucks and jeeps*	23	10.501
Linho, inclusive fio — *Linen and linen yarn*	19	8.730
Chapas de ferro e aço — *Iron and steel sheets*	4	7.024
Geradores, peças e acessórios — *Generators, parts and accessories*	11	6.885
Cimento — *Cement*	10	6.694
Arame farpado e liso — *Barbed and steel wire*	13	4.570
Óleos lubrificantes — *Lubricating oils*	7	4.366
Máquinas agrícolas — *Agricultural machinery*	6	4.199
Máquinas para impressão — *Printing machinery*	1	2.995
Lã — *Wool*	7	2.711
Fôlha-de-flandres — *Tin plate*	17	2.642
Produtos químicos e farmacêuticos — *Chemical and pharmaceutical products*	13	2.480
Alumínio — *Aluminum*	2	2.211
Cobre — *Copper*	4	2.130
Outros produtos — *Other products*	84	20.421
TOTAL	**344**	**274.504**

BANCO DO BRASIL S. A.

AÇÕES DO BANCO
Shares of the Bank

COTAÇÕES MÉDIAS
Average quotations

PERÍODOS *Periods*	CRUZEIROS	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100
1944	617	145
1945	627	147
1946	542	127
1947	514	120
1948	519	122
1949	543	127
1950	529	124
1951	593	139
1952	609	143
1953	610	143
1952 — Janeiro	670	157
Fevereiro	670	157
Março	554	130
Abril	604	141
Maio	613	144
Junho	617	145
Julho	601	141
Agôsto	618	145
Setembro	624	146
Outubro	584	137
Novembro	576	135
Dezembro	582	136
1953 — Janeiro	585	137
Fevereiro	587	137
Março	622	146
Abril	650	152
Maio	648	152
Junho	650	152
Julho	620	145
Agôsto	614	144
Setembro	592	139
Outubro	580	136
Novembro	570	133
Dezembro	606	142

BANCO DO BRASIL S. A.

COBRANÇAS (*)
Collections

TOTAIS ANUAIS
Annual totals

ANOS *Years*	QUANTIDADE *Quantity* 1.000			VALOR *Value* Cr$ 1.000.000		
	COBRANÇA SIMPLES *Single collection*	COBRANÇA CAUCIONADA *Collateral collection*	TOTAL	COBRANÇA SIMPLES *Single collection*	COBRANÇA CAUCIONADA *Collateral collection*	TOTAL
1944	597	540	1.137	2.750	2.418	5.168
1945	715	689	1.404	3.495	3.226	6.721
1946	905	864	1.769	5.590	4.309	9.899
1947	938	926	1.864	6.977	4.733	11.710
1948	1.010	1.178	2.188	7.893	6.110	14.003
1949	1.033	1.412	2.445	11.465	7.394	18.859
1950	1.030	1.605	2.635	8.366	8.086	16.452
1951	1.061	1.952	3.013	12.106	14.072	26.178
1952	1.088	2.953	4.041	15.122	20.721	35.843
1953	1.053	3.517	4.570	13.025	27.359	40.384

(*) Títulos recebidos de terceiros.
Bills received from customers.

BANCO DO BRASIL S. A.

ORDENS DE PAGAMENTO
Orders of payment

TOTAIS ANUAIS
Annual totals

ANOS *Years*	ORDENS DE PAGAMENTO EXPEDIDAS *Orders of payment dispatched*	
	QUANTIDADE *Quantity* 1.000	VALOR *Value* Cr$ 1.000.000
1944	747	10.798
1945	812	13.842
1946	850	17.474
1947	875	17.023
1948	884	18.760
1949	907	23.031
1950	925	20.783
1951	941	24.818
1952	1.048	45.798
1953	1.177	56.498

BANCO DO BRASIL S. A.

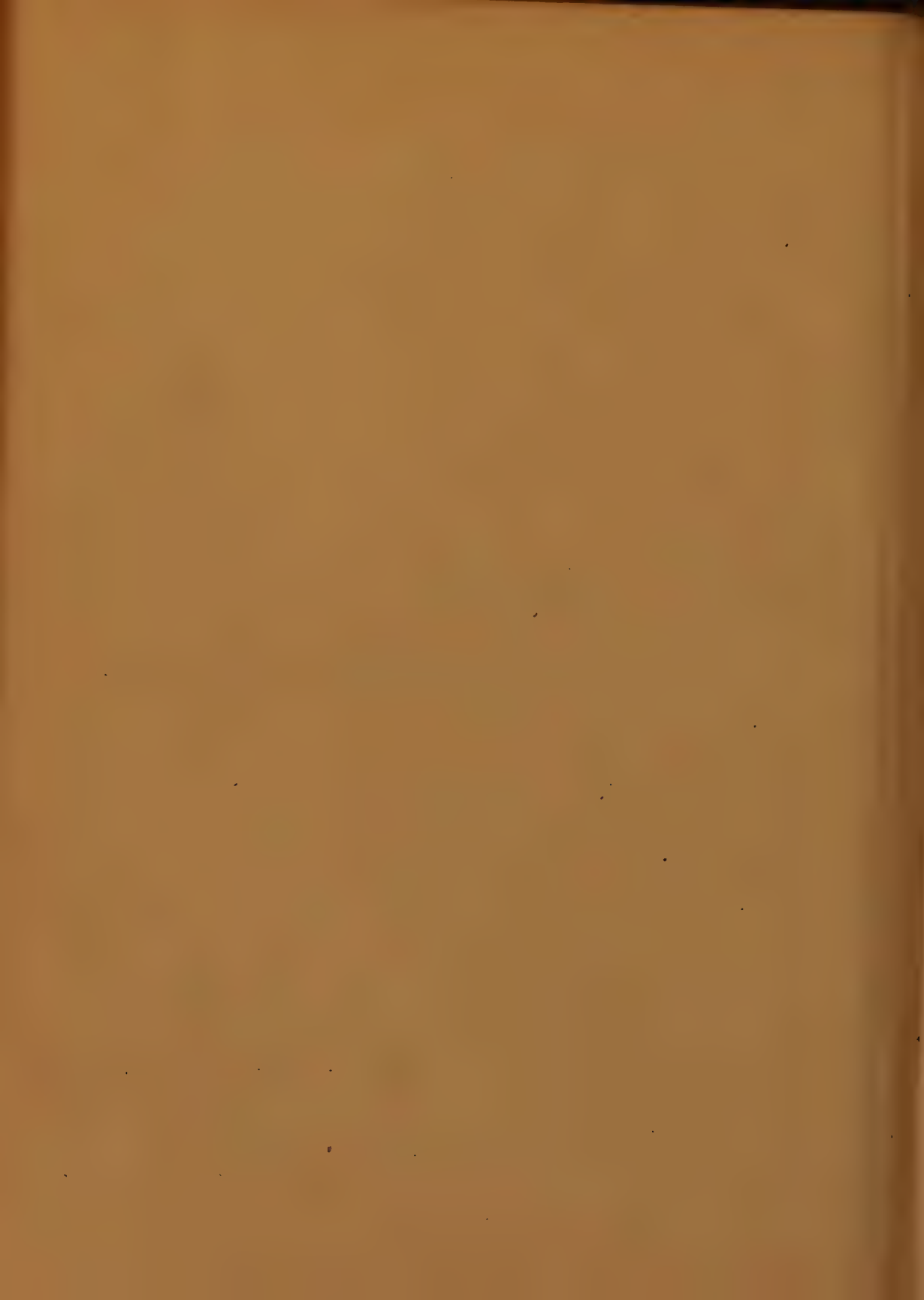
FUNCIONÁRIOS
Bank staff

NÚMERO EM 31 DE DEZEMBRO
Number in December 31

BRASIL E EXTERIOR *Brazil and abroad*	1949	1950	1951	1952	1953
BRASIL					
Guaporé	14	14	13	15	14
Acre	16	16	14	14	12
Amazonas	85	81	79	97	101
Rio Branco	7	6	5	7	6
Pará	140	141	139	161	168
Amapá	4	4	5	8	9
Maranhão	130	138	146	171	183
Piauí	146	143	146	162	181
Ceará	266	278	281	330	379
Rio Grande do Norte	155	141	163	191	205
Paraíba	225	232	251	268	283
Pernambuco	404	406	462	516	520
Alagoas	115	114	127	144	152
Sergipe	112	112	120	139	144
Bahia	529	531	527	610	686
Minas Gerais	819	964	908	1.119	1.270
Espírito Santo	151	163	164	187	206
Rio de Janeiro	341	377	334	467	498
Distrito Federal	3.746	4.490	4.641	5.153	5.224
São Paulo	2.163	2.288	2.433	2.911	3.206
Paraná	242	241	250	316	397
Santa Catarina	156	167	184	246	280
Rio Grande do Sul	780	763	820	984	1.164
Mato Grosso	184	166	161	181	158
Goiás	101	97	104	164	188
Funcionários afastados por motivos diversos — *Employees kept away from the services of the bank*	317	265	322	350	1.220 (*)
TOTAL DO BRASIL *Total of Brazil*	11.348	12.338	12.799	14.911	16.854
EXTERIOR *Abroad*					
Assunção (Paraguai)	30	32	31	28	33
Montevidéu (Uruguai)	29	35	45	48	57
TOTAL DO EXTERIOR *Total of abroad*	59	67	76	76	90
TOTAL GERAL *Grand total*	11.407	12.405	12.875	14.987	16.944
Aumento em relação ao ano anterior *Increase relating to the previous year*	554	998	470	2.112	1.957
Porcentagem do aumento *% of increase*	5 %	9 %	4 %	16 %	13 %

(*) Inclusive 662 escriturários auxiliares recentemente nomeados e ainda sem localização.
Including 662 bank officials recently admitted and not yet located.

QUINTA PARTE
PART FIVE

Estatísticas Monetárias e Financeiras
Financial and monetary statistics

BRASIL

MEIO CIRCULANTE
MONEY IN CIRCULATION

VALORES EM FIM DE ANO E DE MÊS
End-of-year and end-of-month values

Datas *Dates*	Cr$ 1.000.000 — Tesouro Nacional *National Treasury* — Pôsto em circulação através de: *Put into circulation through the:* Próprio Tesouro *Treasury itself*	Carteira de Redescontos *Rediscount Department*	Caixa de Mobilização Bancária	Total	Caixa de Estabilização	Total Geral *Grand total* (*)	Total Geral Indices *Indexes of grand total* 1939 = 100
1944	8.197	6.200	60	14.457	5	14.462	291
1945	12.641	4.829	60	17.530	5	17.535	353
1946	17.061	2.869	560	20.490	4	20.494	412
1947	19.216	619	560	20.395	4	20.399	410
1948	19.165	1.350	1.178	21.693	3	21.696	436
1949	19.114	3.750	1.178	24.042	3	24.045	484
1950	19.074	10.950	1.178	31.202	3	31.205	628
1951	28.148	5.990	1.178	35.316	3	35.319	711
1952	28.137	9.965	1.178	39.280	2	39.282	790
1953	28.109	13.715	5.178	47.002	2	47.004	946
1952 — Janeiro	28.148	4.715	1.178	34.041	2	34.043	685
Fevereiro	28.147	4.815	1.178	34.140	2	34.142	687
Março	28.146	4.415	1.178	33.739	2	33.741	679
Abril	28.145	4.215	1.178	33.538	2	33.540	675
Maio	28.144	5.065	1.178	34.387	2	34.389	692
Junho	28.143	5.265	1.178	34.586	2	34.588	696
Julho	28.142	5.865	1.178	35.185	2	35.187	708
Agôsto	28.141	6.765	1.178	36.084	2	36.086	726
Setembro	28.140	7.215	1.178	36.533	2	36.535	735
Outubro	28.139	7.415	1.178	36.732	2	36.734	739
Novembro	28.139	7.815	1.178	37.132	2	37.134	747
Dezembro	28.137	9.965	1.178	39.280	2	39.282	790
1953 — Janeiro	28.136	9.365	1.178	38.679	2	38.681	778
Fevereiro	28.135	8.740	1.178	38.053	2	38.055	766
Março	28.134	9.115	1.178	38.427	2	38.429	773
Abril	28.132	10.015	1.178	39.325	2	39.327	791
Maio	28.130	11.115	1.178	40.423	2	40.425	813
Junho	28.129	12.215	1.178	41.522	2	41.524	835
Julho	28.127	12.815	1.178	42.120	2	42.122	847
Agôsto	28.123	13.515	1.178	42.816	2	42.818	861
Setembro	28.120	13.815	1.178	43.113	2	43.115	867
Outubro	28.116	14.615	1.178	43.909	2	43.911	883
Novembro	28.112	15.615	1.178	44.905	2	44.907	903
Dezembro	28.109	13.715	5.178	47.002	2	47.004	946

(*) Compreendidas apenas as cédulas.
Includes the paper currency only.

Fonte / *Source*: Caixa de Amortização — Ministério da Fazenda.

BRASIL

MEIOS DE PAGAMENTO
MONEY SUPPLY

SALDOS EM FIM DE PERIODOS
End-of-period balances

Cr$ 1.000.000

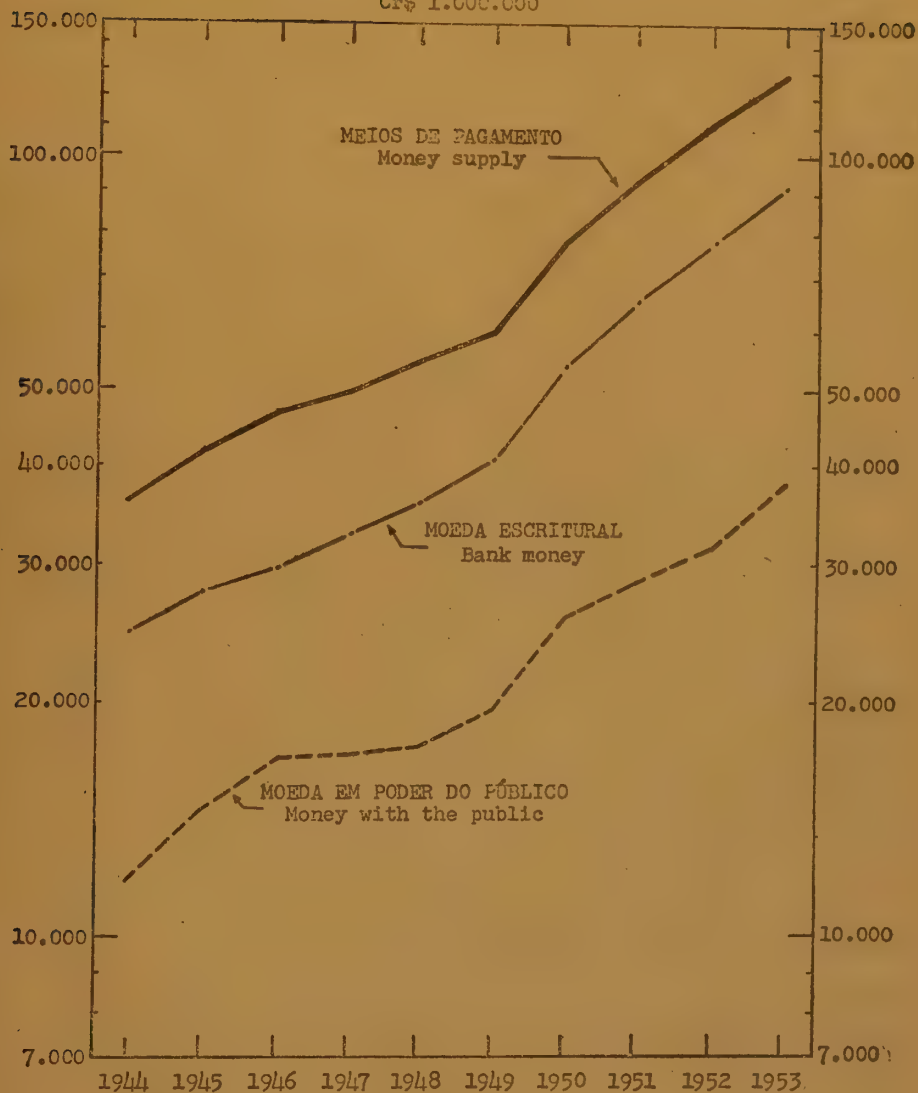
PERÍODOS *Periods*	MOEDA EM PODER DO PÚBLICO *Money with the public* a	MOEDA ESCRITURAL *Deposit money* b	TOTAL a + b	ÍNDICES DO TOTAL *Indexes of total* 1939 = 100
1944	11.662	24.046	35.708	318
1945	14.321	27.169	41.490	369
1946	16.820	29.837	46.657	415
1947	16.882	32.876	49.758	443
1948	17.734	35.885	53.619	477
1949	19.361	40.483	59.844	533
1950	25.141	53.442	78.583	700
1951	28.461	65.340	93.801	835
1952	31.535	78.633	110.168	981
1953	37.870	91.392	129.262	1.151
1952 — Janeiro	27.821	67.434	95.255	848
Fevereiro	27.759	66.444	94.203	839
Março	27.322	66.894	94.216	839
Abril	27.158	67.210	94.368	840
Maio	27.876	66.484	94.360	840
Junho	27.910	69.666	97.576	869
Julho	28.553	71.269	99.822	889
Agôsto	29.621	73.303	102.924	916
Setembro	29.821	74.659	104.480	930
Outubro	30.063	76.612	106.675	950
Novembro	30.526	77.797	108.323	964
Dezembro	31.535	78.633	110.168	981
1953 — Janeiro	31.286	79.889	111.175	990
Fevereiro	31.522	80.385	111.907	996
Março	31.979	80.836	112.815	1.004
Abril	32.756	82.154	114.910	1.023
Maio	33.886	82.879	116.765	1.039
Junho	34.175	86.116	120.291	1.071
Julho	34.846	84.664	119.510	1.064
Agôsto	35.718	85.264	120.982	1.077
Setembro	35.765	86.369	122.134	1.087
Outubro	36.901	88.633	125.534	1.117
Novembro	37.830	91.569	129.399	1.152
Dezembro	37.870	91.392	129.262	1.151

NOTA : Em 1951, foi adotado novo critério oficial para apuração dos "meios de pagamento".
Note : It was adopted, in 1951, a new official criterion for the computation of money supply.

Fonte / *Source* } Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

MEIOS DE PAGAMENTO
MONEY SUPPLY

SALDOS EM FIM DE ANO
End-of-year balances

BRASIL

MOEDA EM CIRCULAÇÃO EM PODER DO PÚBLICO
MONEY IN CIRCULATION WITH THE PUBLIC

SALDOS EM FIM DE PERIODOS
End-of-period balances

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	MOEDA EM CIRCULAÇÃO *Money in circulation* (*) a	ENCAIXE NOS BANCOS *Cash with banks* b	MOEDA EM PODER DO PÚBLICO *Money with the public* a — b
1944	14.462	2.800	11.662
1945	17.535	3.214	14.321
1946	20.494	3.674	16.820
1947	20.399	3.517	16.882
1948	21.696	3.962	17.734
1949	24.045	4.684	19.361
1950	31.205	6.064	25.141
1951	35.319	6.858	28.461
1952	39.282	7.747	31.535
1953	47.004	9.134	37.870
1952 — Janeiro	34.043	6.222	27.821
Fevereiro	34.142	6.383	27.759
Março	33.741	6.419	27.322
Abril	33.540	6.382	27.158
Maio	34.389	6.513	27.876
Junho	34.588	6.678	27.910
Julho	35.187	6.634	28.553
Agôsto	36.086	6.465	29.621
Setembro	36.535	6.714	29.821
Outubro	36.734	6.671	30.063
Novembro	37.134	6.608	30.526
Dezembro	39.282	7.747	31.535
1953 — Janeiro	38.681	7.395	31.286
Fevereiro	38.055	6.533	31.522
Março	38.429	6.450	31.979
Abril	39.327	6.571	32.756
Maio	40.425	6.539	33.886
Junho	41.524	7.349	34.175
Julho	42.122	7.276	34.846
Agôsto	42.818	7.100	35.718
Setembro	43.115	7.350	35.765
Outubro	43.911	7.010	36.901
Novembro	44.907	7.077	37.830
Dezembro	47.004	9.134	37.870

(*) Compreendidas apenas as cédulas.
Inclusive of paper currency only.

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

MOEDA ESCRITURAL
DEPOSIT MONEY

SALDOS EM FIM DE PERIODOS
End-of-period balances

Cr$ 1.000.000

PERÍODOS *Periods*	DEPÓSITOS À VISTA NOS BANCOS *Demand deposits with banks* a	DEPÓSITOS INTER-BANCÁRIOS E OUTRAS CONTAS *Inter-bank deposits and other accounts* (*) b	MOEDA ESCRITURAL *Deposit money* a — b
1944	27.883	3.837	24.046
1945	30.748	3.579	27.169
1946	33.486	3.649	29.837
1947	37.476	4.600	32.876
1948	41.057	5.172	35.885
1949	46.398	5.915	40.483
1950	65.723	12.281	53.442
1951	85.925	20.585	65.340
1952	109.346	30.713	78.633
1953	125.987	34.595	91.392
1952 — Janeiro	88.057	20.623	67.434
Fevereiro	87.530	21.086	66.444
Março	88.176	21.282	66.894
Abril	88.934	21.724	67.210
Maio	90.275	23.791	66.484
Junho	94.835	25.169	69.666
Julho	98.046	26.777	71.269
Agôsto	100.259	26.956	73.303
Setembro	102.354	27.695	74.659
Outubro	104.665	28.053	76.612
Novembro	107.277	29.480	77.797
Dezembro	109.346	30.713	78.633
1953 — Janeiro	110.611	30.722	79.889
Fevereiro	111.387	31.002	80.385
Março	112.286	31.450	80.836
Abril	114.575	32.421	82.154
Maio	115.116	32.237	82.879
Junho	118.251	32.135	86.116
Julho	118.023	33.359	84.664
Agôsto	119.218	33.954	85.264
Setembro	125.668	39.299	86.369
Outubro	124.445	35.812	88.633
Novembro	125.284	33.715	91.569
Dezembro	125.987	34.595	91.392

(*) A partir de 1951, em virtude do novo critério oficial, correspondem às seguintes contas no Banco do Brasil S. A.: "Tesouro Nacional — Operações da Carteira de Câmbio"; "Caixa de Mobilização Bancária"; "Superintendência da Moeda e do Crédito"; "De Bancos"; "Compulsórios (do público)"; e "Em garantia de acidentes no trabalho".
From 1951 onward, on account of the new official criterion, they correspond to the following items at the Banco do Brasil S. A.: "National Treasury — Exchange Department Operations"; "Special Bank Loans Office"; "Superintendency of Currency and Credit"; "Banks"; "Held for specific purposes (of public)"; and "In guarantee of accident at work".

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

RESERVAS-OURO
GOLD-RESERVES

VALORES EM FIM DE ANO
End-of-year balances

ANOS *Years*	QUILOGRAMAS *Kilograms*			Cr$ 1.000		
	RESERVA MONETÁRIA *Monetary reserve*	RESERVA CAMBIAL *Exchange reserve*	TOTAL	RESERVA MONETÁRIA *Monetary reserve*	RESERVA CAMBIAL *Exchange reserve*	TOTAL
1944	292.529	—	292.529	6.627.823	—	6.627.823
1945	314.600	—	314.600	7.115.096	—	7.115.096
1946	314.881	—	314.881	7.096.390	—	7.096.390
1947	314.881	—	314.881	7.096.396	—	7.096.396
1948 (*) ...	281.606	—	281.606	6.403.686	—	6.403.686
1949	281.570	465	282.035	6.402.934	9.692	6.412.626
1950	281.570	1.288	282.858	6.402.934	26.821	6.429.755
1951	281.570	2.137	283.707	6.402.934	44.493	6.447.427
1952	281.570	2.975	284.545	6.402.934	61.937	6.464.871
1953	281.570	3.712	285.282	6,402.934	77.283	6.480.217

NOTA: Depositadas pelo Tesouro Nacional no Banco do Brasil S. A. — parte em seus próprios cofres e parte em poder de seus correspondentes no Exterior.
Note: Deposited by the National Treasury in the Banco do Brasil S. A. Part is deposited in the Bank's vault, and part held abroad by its Correspondents.

(*) — Em 1948, verificou-se a contribuição do Brasil para o Fundo Monetário Internacional — na qualidade de país-membro — com 33.311.870,996 gramas de ouro, equivalentes a Cr$ 693.473.205,60.
In 1948, Brazil contributed to the International Monetary Fund, as a member, with 33,311,870.996 grams of gold equivalent to Cr$ 693,473,205.60.

BRASIL

RESERVAS-OURO
GOLD-RESERVES

MOVIMENTO
Movement

Anos *Years*	Entradas *Inward* — Quilogramas *Kilograms*: No País *In the Country*	Entradas — No Exterior *Abroad*	Entradas — Total	Entradas — Valor *Value* Cr$ 1.000	Saídas *Outward* — Quilogramas *Kilograms*: No País *In the Country*	Saídas — No Exterior *Abroad*	Saídas — Total	Saídas — Valor *Value* Cr$ 1.000	Preço médio do ouro fino no Rio de Janeiro *Average price of fine gold in Rio de Janeiro* — Cruzeiros por grama *Cruzeiros per gramme*
1944	4.545	62.325	66.870	1.524.942	—	—	—	—	22,83 ½
1945	2.966	22.363	25.329	570.362	3.258	—	3.258	83.089	22,70
1946	557	9.015	9.572	215.902	9.291	—	9.291	234.608	22,4124
1947	0	—	0	8	0	—	0	2	20,8176
1948	37	—	37	763	0	33.312	33.312	693.473	20,8176
1949	679	—	679	14.143	—	250	250	5.203	20,8176
1950	823	—	823	17.129	—	—	—	—	20,8176
1951	841	265	1.106	23.030	—	257	257	5.358	20,8176
1952	846	17.950	18.796	391.294	—	17.958	17.958	373.850	20,8176
1953	737	166	903	18.815	—	166	166	3.469	20,8176

Nota: Operações efetuadas pelo Banco do Brasil S. A., como agente do Tesouro Nacional.
Note: Operations effected by the Banco do Brasil S. A., as agent of the National Treasury.

BRASIL

CURSO DO CAMBIO
EXCHANGE RATES

MÉDIAS DE COTAÇÕES DIARIAS
Averages based on daily quotations

EM CRUZEIROS POR UNIDADE DE MOEDA ESTRANGEIRA
In cruzeiros per unit of foreign currency

PERÍODOS *Periods*	ESTADOS UNIDOS *United States*	INGLATERRA *United Kingdom*	ARGENTINA	PORTUGAL	SUÍÇA *Switzerland*	URUGUAI
1944	19,58	79,29	4,92 13/16	0,79 15/16	4,67	10,56 9/16
1945	19,50	78,90 1/16	4,89 3/4	0,79 5/8	4,66 11/16	10,71 3/8
1946	19,3480	77,2248	4,7828	0,7933	4,5552	10,7993
1947	18,73	75,4087	4,6459	0,7653	4,3978	10,2904
1948	18,72	75,4283	4,4940	0,7611	4,3789	9,4848
1949	18,72	69,8789	3,2534	0,7343	4,3736	8,0991
1950	18,72	52,4160	2,0689	0,6595	4,3687	7,3272
1951	18,72	52,4160	1,3110	0,6607	4,3479	8,4068
1952	18,72	52,4160	1,3345	0,6618	4,3618	7,2113
1953	18,74	52,4504	1,3448	0,6598	4,4103	6,6225
1952 — Janeiro	18,72	52,4160	1,3118	0,6666	4,3176	7,9068
Fevereiro	18,72	52,4160	1,3343	0,6664	4,3169	7,8676
Março	18,72	52,4160	—	0,6654	4,3295	7,1815
Abril	18,72	52,4160	—	0,6634	4,3371	6,5546
Maio	18,72	52,4160	—	0,6611	4,3540	7,1397
Junho	18,72	52,4160	1,3448	0,6595	4,3618	7,1324
Julho	18,72	52,4160	1,3448	0,6576	4,3862	7,1608
Agôsto	18,72	52,4160	—	0,6579	4,3947	6,8545
Setembro	18,72	52,4160	—	0,6584	4,3997	6,5584
Outubro	18,72	52,4160	1,3448	0,6594	4,4033	6,7931
Novembro	18,72	52,4160	—	0,6603	4,4030	6,8901
Dezembro	18,72	52,4160	—	0,6617	4,4035	6,8739
1953 — Janeiro	18,72	52,4160	—	0,6626	4,3997	6,8503
Fevereiro	18,72	52,4160	—	0,6649	4,4009	6,8056
Março	18,72	52,4160	—	0,6572	4,4004	6,7703
Abril	18,72	52,4160	—	0,6628	4,4034	6,4438
Maio	18,72	52,4160	1,3448	0,6631	4,4027	6,3222
Junho	18,72	52,4160	—	0,6601	4,4034	6,2019
Julho	18,72	52,4160	1,3448	0,6633	4,4034	6,2124
Agôsto	18,75	52,6460	—	0,6617	4,4056	6,4366
Setembro	18,76	52,4706	—	0,6620	4,4173	6,7526
Outubro	18,77	52,4889	—	0,6629	4,4098	6,6484
Novembro	18,78	52,5274	—	0,6617	4,4086	6,3797
Dezembro	18,78	52,5289	1,3520	0,6633	4,4160	6,2130

NOTA — Até maio de 1946 o quadro consigna dados referentes ao mercado "livre"; daí em diante, os do mercado "oficial".

Note — Until May 1946 the table shows figures relating to free market. Thenceforth, it denotes thos of official market.

Fonte / *Source* — Câmara Sindical da Bôlsa de Valores do Rio de Janeiro.

BRASIL

MOVIMENTO BANCARIO
BANKING TURNOVER

SALDOS EM FIM DE ANO (Cr$ 1.000.000)
End-of-year balances

a) DEPÓSITOS
Deposits

ANOS *Years*	DEPÓSITOS NO BANCO DO BRASIL S. A. *Deposits with the Banco do Brasil S. A.* (*)				DEPÓSITOS NOS OUTROS BANCOS *Deposits with other banks*	TOTAL GERAL *Grand total*	TOTAL GERAL ÍNDICES *Indexes of grand total* 1939 = 100
	DE ENTIDADES PÚBLICAS *Of public entities*	DE BANCOS *Banks*	DO PÚBLICO *Business and individuals*	TOTAL			
1944	6.315	3.421	6.151	15.887	26.536	42.423	339
1945	7.766	3.461	7.445	18.672	30.555	49.227	393
1946	7.505	3.630	8.179	19.314	33.414	52.728	421
1947	8.622	4.223	8.081	20.926	34.673	55.599	444
1948	12.262	4.871	7.986	25.119	38.078	63.197	505
1949	13.030	5.261	9.777	28.068	45.285	73.353	586
1950	16.313	6.629	6.804	29.746	60.429	90.175	720
1951	20.794	6.778	7.553	35.125	69.133	104.258	833
1952	31.617	9.700	9.635	50.952	77.209	128.161	1.023
1953	35.610	10.856	10.682	57.148	88.950	146.098	1.167

b) EMPRÉSTIMOS
Loans

ANOS *Years*	EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL S. A. *Loans made by the Banco do Brasil S. A.* (*)				EMPRÉSTIMOS DOS OUTROS BANCOS *Loans made by other banks*	TOTAL GERAL *Grand total*	TOTAL GERAL ÍNDICES *Indexes of grand total* 1939 = 100
	A ENTIDADES PÚBLICAS *To public entities*	A BANCOS *To banks*	AO PÚBLICO *To business and individuals*	TOTAL			
1944	14.049	253	6.137	20.439	23.041	43.480	385
1945	10.706	282	8.830	19.818	26.780	46.598	413
1946	14.814	401	8.922	24.137	30.881	55.018	488
1947	15.179	1.012	9.517	25.708	32.014	57.722	512
1948	15.838	1.721	10.653	28.212	35.075	63.287	561
1949	19.881	1.890	12.918	34.689	41.211	75.900	673
1950	21.844	2.943	14.901	39.688	54.487	94.175	835
1951	14.257	2.781	24.656	41.694	63.930	105.624	936
1952	16.699	4.123	34.367	55.189	71.068	126.257	1 119
1953	27.140	7.308	40.397	74.845	84.442	159.287	1 412

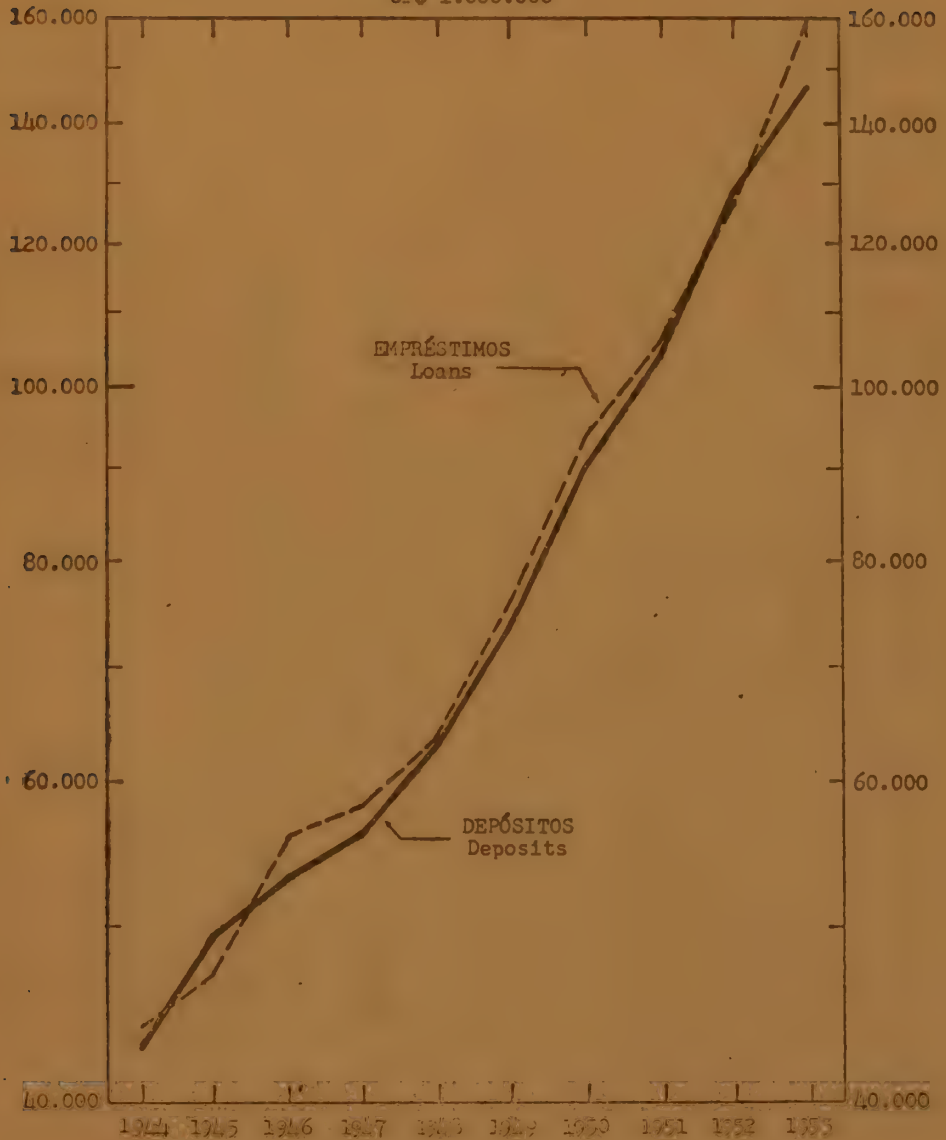
(*) Até 1950, foram incluídas as agências do Banco do Brasil S. A., no Exterior.
Up to 1950, the branches of the Banco do Brasil S. A. abroad were included.

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

MOVIMENTO BANCARIO
BANKING TURNOVER

DEPÓSITOS E EMPRÉSTIMOS
Deposits and Loans

SALDOS EM FIM DE ANO
End-of-year balances

BRASIL

MOVIMENTO BANCÁRIO
BANKING TURNOVER

a) CAIXA — SALDOS EM FIM DE ANO (Cr$ 1.000.000)
Cash — End-of-year balances

ANOS *Years*	BANCO DO BRASIL S. A.				OUTROS BANCOS *Other banks*					TODOS OS BANCOS *All banks*
	EM MOEDA CORRENTE *Cash on hand*	A ORDEM DA SUMOC *To the order of SUMOC*	EM OUTRAS ESPÉCIES *Postage and revenue stamps*	TOTAL	EM MOEDA CORRENTE *Cash on hand*	DEPÓSITOS NO BANCO DO BRASIL S. A. *Deposits with the Banco do Brasil S. A.*	A ORDEM DA SUMOC *To the order of SUMOC*	EM OUTRAS ESPÉCIES *Cash items in process of collection, and postage, revenue stamps*	TOTAL	
1951.........	1.633	387	2	2.022	5.226	7.103	1.193	529	14.051	16.073
1952.........	2.208	740	3	2.951	5.539	9.938	1.714	675	17.866	20.817
1953.........	2.983	1.015	7	4.005	6.151	9.863	2.056	857	18.927	22.932

b) PROPORÇÃO CAIXA-DEPÓSITOS (1)
Percentages of cash on deposits

ANOS *Years*	BANCO DO BRASIL S. A. (2)	OUTROS BANCOS (3) *Other banks*
1951	4,6 %	17,8 %
1952	4,3 %	20,0 %
1953	5,2 %	18,0 %

(1) Proporção baseada em saldos em fim de ano.
Percentages based on end-of-year balances.
(2) Moeda corrente.
Cash on hand.
(3) Moeda corrente e depósitos no Banco do Brasil S. A.
Cash on hand and deposits with the Banco do Brasil S. A.

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRA

RÊDE

BANKING

ESTABELECIMENTOS EXISTENTES

Banking establishments in exis

UNIDADES FEDERADAS E REGIÕES *Federal States and Zones*	BANCOS *Banks*				
	NACIONAIS *National*				
	SEDES *Head Offices*	FILIAIS *Branches*			ESCRITÓRIOS *Offices* (*)
		BANCO DO BRASIL S. A.	OUTROS BANCOS *Other Banks*	TÔDAS AS FILIAIS *All Branches*	
Guaporé	—	1	2	3	—
Acre	—	2	2	4	—
Amazonas	—	3	3	6	—
Rio Branco	—	1	1	2	—
Pará	4	4	2	6	—
Amapá	—	1	2	3	—
Norte *North*	**4**	**12**	**12**	**24**	—
Maranhão	2	5	1	6	—
Piauí	2	9	—	9	—
Ceará	11	12	5	17	—
Rio Grande do Norte	2	4	2	6	—
Paraíba	7	8	5	13	1
Pernambuco	9	10	20	30	2
Alagoas	1	6	3	9	3
Nordeste *North-East*	**34**	**54**	**36**	**90**	**6**
Sergipe	4	6	6	12	1
Bahia	7	25	66	91	18
Minas Gerais	25	44	473	517	289
Espírito Santo	3	7	28	35	3
Rio de Janeiro	10	16	99	115	25
Distrito Federal	91	14	168	182	1
Leste *East*	**140**	**112**	**840**	**952**	**337**
São Paulo	49	79	1.066	1.145	43
Paraná	6	13	277	290	24
Santa Catarina	2	12	64	76	—
Rio Grande do Sul	7	38	199	237	143
Sul *South*	**64**	**142**	**1.606**	**1.748**	**210**
Mato Grosso	1	10	11	21	—
Goiás	4	9	31	40	12
Centro-Oeste *Central-Western*	**5**	**19**	**42**	**61**	**12**
BRASIL	**247**	**339**	**2.536**	**2.875**	**565**
Variações sôbre 31 de dezembro de 1952 *Variations on December 31, 1952*	+ 4	+ 25	+ 240	+ 265	+ 17

(*) Inclusive 26 Correspondentes Especiais.
Inclusive of twenty six special correspondents.

Sources Fontes { Superintendência da Moeda e do Crédito.
Serviço de Economia Rural — Ministério da Agricultura.

SIL

BANCÁRIA

RAMIFICATION

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953

tence as of December 31, 1953

ESTRANGEIROS FILIAIS *Foreign (Branches)*	CASAS BANCÁRIAS *Banking houses*		SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO OU INVESTIMENTO E DE CRÉDITO REAL *Credit establishments for promoting investment, financing and mortgage loans*		COOPERATIVAS *Cooperatives*	TODOS OS ESTABELECIMENTOS EXISTENTES *All establishments in existence*
	SEDES *Head Offices*	FILIAIS *Branches*	SEDES *Head Offices*	FILIAIS *Branches*		
—	—	—	—	—	—	3
—	—	—	—	—	1	5
2	—	—	—	—	1	9
—	—	—	—	—	—	2
2	1	—	—	—	2	15
—	—	—	—	—	—	3
4	1	—	—	—	4	37
—	1	—	—	—	4	13
—	—	—	—	—	2	13
1	3	—	—	—	19	51
—	2	—	—	—	17	27
—	—	1	—	—	60	82
4	3	—	—	—	62	110
1	1	—	—	—	11	26
6	10	1	—	—	175	322
—	3	—	—	—	—	20
2	7	—	—	—	20	145
1	11	—	1	—	15	[illegible]
1	1	—	—	—	5	48
—	3	3	—	—	22	178
8	56	2	16	—	46	402
12	81	5	17	—	[illegible]	[illegible]
16	56	13	11	6	44	1.383
1	2	2	—	—	8	[illegible]
—	1	—	—	—	8	87
5	3	1	—	—	60	456
[illegible]	62	16	11	6	[illegible]	[illegible]
—	1	—	—	—	—	23
—	2	—	—	—	7	65
—	3	—	—	—	7	88
44	157	22	28	6	414	4.358
+ 2	— 4	—	+ 4	—	+ 32	+ 320

BRASIL
CARTEIRA DE REDESCONTOS
REDISCOUNT DEPARTMENT

OPERAÇÕES REALIZADAS
Operations carried out

SALDOS EM FIM DE ANO E DE MÊS
End-of-year and end-of-month balances

Cr$ 1.000

PERÍODOS *Periods*	TÍTULOS REDESCONTADOS *Bills rediscounted*	EMPRÉSTIMOS *Loans*	TOTAL
1944	1.829.416	4.531.000	6.360.416
1945	505.205	4.516.000	5.021.205
1946	3.109.374	15.325	3.124.699
1947	1.472.645	—	1.472.645
1948	2.477.382	—	2.477.382
1949	4.807.740	—	4.807.740
1950	9.835.298	2.000.000	11.835.298
1951	6.981.161	—	6.981.161
1952	11.193.486	—	11.193.486
1953	14.383.880	—	14.383.880
1952 — Janeiro	5.707.432	—	5.707.432
Fevereiro	5.819.163	—	5.819.163
Março	5.435.112	—	5.435.112
Abril	5.247.188	—	5.247.188
Maio	6.110.367	—	6.110.367
Junho	6.305.722	—	6.305.722
Julho	6.932.665	—	6.932.665
Agôsto	7.872.078	—	7.872.078
Setembro	8.355.214	—	8.355.214
Outubro	8.592.397	—	8.592.397
Novembro	9.042.804	—	9.042.804
Dezembro	11.193.486	—	11.193.486
1953 — Janeiro	10.643.694	—	10.643.694
Fevereiro	10.041.680	—	10.041.680
Março	10.447.624	—	10.447.624
Abril	11.387.483	—	11.387.483
Maio	12.543.986	—	12.543.986
Junho	13.606.746	—	13.606.746
Julho	14.258.047	—	14.258.047
Agôsto	14.197.532	—	14.197.532
Setembro	14.559.828	—	14,559.828
Outubro	15.416.553	—	15.416.553
Novembro	16.480.994	—	16.480.994
Dezembro	14.383.880	—	14.383.880

BRASIL

CARTEIRA DE REDESCONTOS
REDISCOUNT DEPARTMENT

TÍTULOS REDESCONTADOS
Bills Rediscounted

MOVIMENTO GLOBAL POR PERÍODOS
General turnover by periods

PERÍODOS *Periods*	NÚMERO *Number*	Cr$ 1.000.000
1944	47.355	4.459
1945	34.712	2.821
1946	80.060	6.734
1947	61.797	4.585
1948	81.854	6.618
1949	115.896	10.490
1950	157.556	16.876
1951	196.798	27.208
1952	217.031	27.509
1953	321.180	40.513
1952 — Janeiro	10.916	1.153
Fevereiro	12.113	1.461
Março	13.063	1.517
Abril	10.375	1.385
Maio	15.665	2.390
Junho	14.323	1.909
Julho	17.078	2.582
Agôsto	20.466	2.466
Setembro	20.382	2.430
Outubro	22.436	3.202
Novembro	15.191	2.087
Dezembro	45.023	4.927
1953 — Janeiro	14.110	1.961
Fevereiro	9.371	1.199
Março	19.236	2.674
Abril	25.874	2.994
Maio	34.595	3.458
Junho	28.265	3.799
Julho	30.160	3.440
Agôsto	31.093	3.778
Setembro	45.546	4.007
Outubro	28.120	5.073
Novembro	33.240	4.625
Dezembro	21.570	3.505

BRASIL

CAMARAS DE COMPENSAÇAO
CLEARING-HOUSES

CHEQUES COMPENSADOS
Cleared cheques

PERÍODOS *Periods*	QUANTIDADE *Quantity* 1.000	VALOR *Value* Cr$ 1.000.000	VALOR *Value* INDICES *Indexes* 1939 = 100	VALOR MÉDIO POR CHEQUE *Average value per cheque* Cruzeiros
1944	4.096	114.142	332	27.867
1945	4.802	129.850	378	27.041
1946	5.509	165.816	483	30.099
1947	5.672	184.272	537	32.488
1948	6.152	204.128	595	33.181
1949	7.053	244.445	712	34.658
1950	8.147	321.871	938	39.508
1951	9.732	443.568	1.292	45.578
1952	10.689	486.143	1.416	45.481
1953	11.929	565.579	1.647	47.412
1952 — Janeiro	856	41.388	1.447	48.350
Fevereiro	754	38.276	1.338	50.764
Março	907	40.606	1.419	44.770
Abril	843	36.602	1.279	43.419
Maio	929	40.395	1.412	43.482
Junho	832	37.682	1.317	45.291
Julho	924	41.865	1.463	45.308
Agôsto	871	40.169	1.404	46.118
Setembro	928	42.547	1.487	45.848
Outubro	969	42.990	1.503	44.365
Novembro	877	38.740	1.354	44.173
Dezembro	999	44.883	1.569	44.928
1953 — Janeiro	901	40.747	1.424	45.224
Fevereiro	797	35.981	1.258	45.146
Março	956	44.766	1.565	46.826
Abril	895	40.719	1.423	45.496
Maio	935	42.291	1.478	45.231
Junho	953	44.756	1.564	46.963
Julho	1.108	52.519	1.836	47.400
Agôsto	1.013	48.631	1.699	48.007
Setembro	1.046	50.728	1.773	48.497
Outubro	1.108	53.004	1.853	47.838
Novembro	1.034	50.625	1.769	48.960
Dezembro	1.183	60.812	2.126	51.405

BRASIL

CÂMARAS DE COMPENSAÇÃO
CLEARING-HOUSES

CHEQUES COMPENSADOS
Cleared cheques

MOVIMENTO MÉDIO DIÁRIO (*)
Daily average

a) QUANTIDADE
Quantity

CÂMARAS *Clearing-Houses*	1949	1950	1951	1952	1953
Manaus (Amazonas)	6	5	8	11	9
Belém (Pará)	21	25	31	31	34
Fortaleza (Ceará)	140	151	193	197	210
Recife (Pernambuco)	1.520	1.704	1.916	1.880	2.030
Aracaju (Sergipe)	26	29	33	39	17
Salvador (Bahia)	144	184	234	324	432
Belo Horizonte (Minas Gerais)	1.390	1.608	1.914	2.022	2.560
Niterói (Rio de Janeiro)	—	80	107	138	162
Rio de Janeiro (Distrito Federal)	8.446	9.488	11.725	12.469	13.649
Campinas (São Paulo)	129	175	239	274	314
Santos (São Paulo)	1.003	1.019	1.218	1.256	1.199
São Paulo (São Paulo)	10.260	12.466	14.914	15.862	17.992
Curitiba (Paraná)	238	330	434	503	606
Londrina (Paraná)	—	—	—	420	403
Paranaguá (Paraná)	—	—	—	31	41
Pelotas (Rio Grande do Sul)	—	—	—	42	57
Pôrto Alegre (Rio Grande do Sul)	442	519	629	728	891
Rio Grande (Rio Grande do Sul)	8	10	10	14	22
TÔDAS AS CÂMARAS — *All Clearing-Houses*	23.773	27.793	33.605	36.241	40.628

b) Cr$ 1.000

CÂMARAS *Clearing-Houses*	1949	1950	1951	1952	1953
Manaus (Amazonas)	391	333	624	761	818
Belém (Pará)	1.104	1.274	1.594	1.910	2.575
Fortaleza (Ceará)	3.504	4.446	6.652	7.153	7.465
Recife (Pernambuco)	62.367	85.588	108.472	75.817	90.499
Aracaju (Sergipe)	492	637	824	1.110	948
Salvador (Bahia)	8.398	11.373	14.857	18.330	29.193
Belo Horizonte (Minas Gerais)	21.253	27.314	38.241	43.485	57.149
Niterói (Rio de Janeiro)	—	1.882	3.088	4.836	6.029
Rio de Janeiro (Distrito Federal)	314.649	400.669	563.327	604.271	683.556
Campinas (São Paulo)	1.392	2.141	3.953	4.955	5.604
Santos (São Paulo)	100.585	141.399	159.927	172.311	184.561
São Paulo (São Paulo)	277.349	378.840	567.942	617.923	742.394
Curitiba (Paraná)	7.927	12.355	18.931	22.985	25.254
Londrina (Paraná)	—	—	—	16.732	12.533
Paranaguá (Paraná)	—	—	—	1.732	2.405
Pelotas (Rio Grande do Sul)	—	—	—	2.436	3.505
Pôrto Alegre (Rio Grande do Sul)	23.439	28.013	41.632	48.032	67.281
Rio Grande (Rio Grande do Sul)	748	857	1.126	1.685	2.537
TÔDAS AS CÂMARAS — *All Clearing-Houses*	823.598	1.097.121	1.531.190	1.646.464	1.924.306

(*) Calculado pelo número de dias de funcionamento das Câmaras.
Based on the working days of the Clearing-Houses.

BRASIL

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS
FEDERAL SAVINGS-BANKS

DEPÓSITOS, EMPRÉSTIMOS E DISPONIBILIDADES
Deposits, Loans and Available Assets

SALDOS EM FIM DE ANO
End-of-year balances

ANOS *Years*	DEPÓSITOS *Deposits*		EMPRÉSTIMOS *Loans*		DISPONIBILIDADES *Available Assets*	
	Cr$ 1.000.000	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000.000	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000.000	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100
1944	4.447	214	2.026	170	1.865	245
1945	5.306	255	2.679	224	1.938	255
1946	6.765	326	4.117	345	1.992	262
1947	7.898	380	5.339	447	1.849	243
1948	7.997	385	6.121	513	1.194	157
1949	9.127	439	6.978	584	1.253	165
1950	10.506	506	8.096	678	1.457	192
1951	12.383	596	9.443	791	2.027	267
1952	13.746	661	10.794	904	2.106	277
1953 (*)	16.370	788	12.616	1.057	2.736	360

(*) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

Fonte / *Source* } Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais.

BRASIL

PRINCIPAIS BÔLSAS DE VALORES (*)
PRINCIPAL STOCK EXCHANGES

TÍTULOS NEGOCIADOS
Marketed bonds and shares

a) VALOR (Cr$ 1.000.000)
Value

ANOS *Years*	TÍTULOS PÚBLICOS *Government bonds*				TÍTULOS PRIVADOS *Private bonds and shares*	TODOS OS TÍTULOS *All bonds and shares*
	FEDERAIS *Federal*	ESTADUAIS *State*	MUNICIPAIS *Municipal*	TOTAL		
1949	388	1.169	38	1.595	592	2.187
1950	568	1.132	46	1.746	842	2.588
1951	493	1.224	46	1.763	1.090	2.853
1952	561	757	61	1.379	1.110	2.489
1953	554	1.287	49	1.890	2.144	4.034

b) ÍNDICES (1939 = 100)
Indexes

ANOS *Years*	TÍTULOS PÚBLICOS *Government bonds*				TÍTULOS PRIVADOS *Private bonds and shares*	TODOS OS TÍTULOS *All bonds and shares*
	FEDERAIS *Federal*	ESTADUAIS *State*	MUNICIPAIS *Municipal*	TOTAL		
1949	141	387	40	237	474	274
1950	206	375	49	260	674	325
1951	179	405	49	262	872	358
1952	203	251	65	205	888	312
1953	201	426	52	281	1.715	506

(*) Compreende as Bôlsas do Rio de Janeiro, São Paulo, Pôrto Alegre, Vitória, Recife e Santos.
It includes the Stock Exchanges: Rio de Janeiro, São Paulo, Pôrto Alegre, Vitória, Recife and Santos.

BRASIL

FINANÇAS DA UNIÃO
FINANCIAL POSITION OF THE FEDERAL GOVERNMENT

a) Rendas e despesas
Revenue and expenditure

Anos *Years*	Cr$ 1.000.000					Índices *Indexes* 1939 = 100	
	Rendas *Revenue*			Despesas *Expenditure*	Resultados *Balances*		
	Ordinária *Ordinary revenue*	Extraordinária *Extraordinary revenue*	Tôdas as rendas *All revenue*			Rendas *Revenue*	Despesas *Expenditure*
1944	6.509	857	7.366	7.451	— 85	194	172
1945	7.931	921	8.852	9.850	— 998	233	227
1946	10.443	1.127	11.570	14.203	— 2.633	305	328
1947	13.130	723	13.853	13.393	+ 460	365	309
1948	14.497	1.202	15.699	15.696	+ 3	414	362
1949	16.417	1.500	17.917	20.727	— 2.810	472	478
1950	18.555	818	19.373	23.670	— 4.297	510	546
1951	26.385	1.043	27.428	24.609	+ 2.819	723	568
1952	29.214	1.526	30.740	28.461	+ 2.279	810	657
1953	33.728	3.329	37.057	39.925	— 2.868	976	921

b) Renda ordinária (Cr$ 1.000.000)
Ordinary revenue

Anos *Years*	Tributárias *Tax revenue*	Patrimoniais *Patrimonial revenue*	Industriais *Industrial revenue*	Diversas rendas *Other revenue*	Renda ordinária *Ordinary revenue*
1944	5.631	164	380	334	6.509
1945	7.080	58	431	362	7.931
1946	9.367	81	503	492	10.443
1947	11.667	222	542	699	13.130
1948	12.150	344	563	1.440	14.497
1949	13.716	180	693	1.828	16.417
1950	15.590	237	742	1.986	18.555
1951	21.876	309	847	3.353	26.385
1952	24.804	331	1.088	2.991	29.214
1953	27.627	1.350	1.345	3.406	33.728

c) Rendas tributárias (Cr$ 1.000.000)
Tax revenue

Anos *Years*	Impôsto de importação e afins *Customs duties and related*	Impôsto de consumo *Excise duties*	Impôsto de sêlo e afins *Taxes on commercial paper and related*	Impôsto de renda *Income tax*	Outros impostos *Other taxes*	Total
1944	902	1.947	743	2.037	2	5.631
1945	1.026	2.832	865	2.350	7	7.080
1946	1.404	4.009	1.195	2.751	8	9.367
1947	1.876	4.463	1.424	3.902	2	11.667
1948	1.650	4.854	1.448	4.195	3	12.150
1949	1.700	5.639	1.589	4.785	3	13.716
1950	1.695	6.410	1.900	5.582	3	15.590
1951	2.801	8.216	2.751	8.104	4	21.876
1952	2.589	9.123	3.092	9.994	6	24.804
1953	1.385	10.774	3.892	11.639	7	27.627

Fonte / *Source*: Contadoria Geral da República — Ministério da Fazenda.

BRASIL

FINANÇAS DA UNIÃO
FINANCIAL POSITION OF THE FEDERAL GOVERNMENT

IMPÔSTO DE RENDA
Income tax

Cr$ 1.000

BRASIL E EXTERIOR *Brazil and abroad*	1949	1950	1951	1952	1953
BRASIL					
Amazonas	15.379	18.343	26.200	34.721	43.439
Pará	35.208	40.073	53.835	78.986	97.756
NORTE *North*	50.587	58.416	80.035	113.707	141.195
Maranhão	16.515	15.170	16.653	21.909	25.175
Piauí	10.501	9.541	13.564	18.392	17.301
Ceará	37.918	31.754	52.871	66.722	76.898
Rio Grande do Norte	9.445	9.890	12.477	19.083	16.134
Paraíba	14.393	15.880	23.025	30.802	30.025
Pernambuco	129 947	147.376	203.961	234.202	278.546
Alagoas	21.083	19.819	21.664	27.991	26.877
NORDESTE *North-East*	239.802	249.430	344.215	419.101	470.956
Sergipe	14.245	11.818	15.396	21.407	20.987
Bahia	107 690	121.464	182 596	202.444	223.973
Minas Gerais	246.940	285.326	360 262	503.254	565.948
Espírito Santo	13.733	22 886	29.470	37 544	40 603
Rio de Janeiro	86.309	112.857	167.566	185.998	233.271
Distrito Federal	1.606.957	1.920.899	2.668.824	3.133.352	3.672.827
LESTE *East*	2.075.874	2.475.250	3.424.114	4.083.999	4.757.608
São Paulo	1.866 400	2.213.026	3.459.954	4.195.018	4.829.234
Paraná	89 366	117.621	178.363	286.589	330 557
Santa Catarina	54.625	54.650	84.820	120 997	150.083
Rio Grande do Sul	384.168	385.038	497.140	722.348	891.979
SUL *South*	2.394.559	2.770.335	4.220.277	5.324.952	6.201.853
Mato Grosso	9.908	11.269	14.157	21.455	35.419
Goiás	11.719	13.981	18.854	27.552	28.506
CENTRO-OESTE *Central-Western*	21.627	25.250	33.011	49.007	63.925
BRASIL	4.782.449	5.578.681	8.101.652	9.990.766	11.635 537
EXTERIOR *Abroad*					
Nova York	2.360	2.900	2.749	3.229	3.516
BRASIL E EXTERIOR *Brazil and abroad*	4.784.809	5.581.581	8.104.401	9.993.995	11.639.053

Fonte / *Source*: Contadoria Geral da República — Ministério da Fazenda.

BRASIL

FINANÇAS PÚBLICAS
PUBLIC FINANCES

DÍVIDA EXTERNA CONSOLIDADA
Consolidated external debt

SALDOS EM CIRCULAÇÃO
Balances in circulation

ANOS *Years*	LIBRAS *Pounds Sterling*	DÓLARES *Dollars*	FRANCOS-PAPEL *Paper francs*	FRANCOS-OURO *Gold francs*	FLORINS *Florins*
			UNIÃO *Union*		
1944	83.955.485	125.303.025	272.908.462	229.185.500	—
1945	78.372.419	118.380.285	272.908.462	229.185.500	—
1946	74.104.045	111.732.845	272.908.462	229.185.500	—
1947	72.660.033	106.645.105	(a)	(a)	—
1948	71.266.285	100.167.065	(a)	(a)	—
1949	49.720.425	94.047.965	(a)	(a)	—
1950	28.384.098	88.137.985	37.405.500	25.284.500	—
1951	25.428.808	81.955.805	37.405.500	25.284.500	—
1952	22.270.900	76.738.045	34.024.750	21.970.500	—
1953	18.973.570	70.566.905	32.976.150	20.372.500	—
			UNIDADES FEDERADAS *Federal States*		
1944	28.481.622	73.010.200	225.138.125	—	6.428.10
1945	26.151.152	64.366.550	225.138.125	—	6.428.10
1946	25.509.451	60.978.450	225.138.125	—	6.428.10
1947	22.217.079	58.631.000	(a)	—	6.428.10
1948	22.680.240	74.309.300	(a)	—	6.428.1C
1949	20.190.856	60.408.550	(a)	—	6.428.1C
1950	19.170.637	57.078.800	73.454.305	—	6.428.1C
1951	17.836.952	50.648.800	73.454.305	—	6.075.06
1952	15.643.613	47.199.400	68.758.865	—	6.037.3C
1953	14.238.664	43.366.250	67.652.205	—	6.037.3C
			MUNICÍPIOS *Municipalities*		
1944	7.090.007	41.604.750	21.520.000	—	—
1945	6.479.223	36.601.000	21.520.000	—	—
1946	6.007.104	34.325.500	21.520.000	—	—
1947	3.946.525	32.993.500	(a)	—	—
1948	2.591.125	10.357.500	(a)	—	—
1949	2.561.785	9.598.000	(a)	—	—
1950	2.534.075	8.878.750	4.531.000	—	—
1951	2.505.335	8.068.750	4.531.000	—	—
1952	2.469.885	7.502.000	4.330.500	—	—
1953	2.430.615	6.866.000	4.293.500	—	—
			TOTAL		
1944	119.527.114	239.917.975	519.566.587	229.185.500	6.428.1
1945	111.002.794	219.348.135	519.566.587	229.185.500	6.428.1
1946	105.620.600	207.036.795	519.566.587	229.185.500	6.428.1
1947	98.823.637	198.269.605	(a)	(a)	6.428.1
1948	96.537.650	184.833.865	(a)	(a)	6.428.1
1949	72.473.066	164.054.515	(a)	(a)	6.428.1
1950	50.088.810	154.095.535	115.390.805	25.284.500	6.428.1
1951	45.771.095	140.673.355	115.390.805	25.284.500	6.075.(
1952	40.384.398	131.439.445	107.114.115	21.970.500	6.037.:
1953	35.642.849(b)	120.799.155(c)	104.921.855	20.372.500	6.037.:

(a) Deixaram de ser computados os saldos em virtude de, pelo "Acôrdo de Resgate", de 8 de m
de 1946, ter sido adiantada a importância para a integral liquidação dos títulos.
*The balances have not been computed because of the amount for integral redemption of the l
was advanced, according to the Redemption Agreement of March 8, 1946.*

(b) Exclusive £ 1.479.906, cuja liquidação está sendo processada nos têrmos do artigo 2.º do Dec
lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943, sendo £ 248.726 de Unidades Federadas e £ 1.231.18
Municípios.
*Excluding £ 1,479,906, the liquidation of which is being in process in accordance with the a
2nd of the Decree-law n.º 6,019 of November 1943, i.e. £ 248,726 of Federal States and £ 1,2
of Municipalities.*

(c) Exclusive US$ 203.500,00, cuja liquidação está sendo processada nos têrmos do artigo 2.º do Dec
lei n.º 6.019, de 23 de novembro de 1943.
*Excluding US$ 203,500.00 the liquidation of which is being in process in accordance with
article 2nd of the Decree-law n.º 6,019 of November 1943.*

FONTE / *Source*: Conselho Técnico de Economia e Finanças — Ministério da Fazenda.

BRASIL
FINANÇAS PÚBLICAS
PUBLIC FINANCES

DÍVIDA INTERNA FUNDADA
Consolidated internal debt

Cr$ 1.000

a) UNIÃO
Union

ANOS *Years*	APÓLICES *Bonds*		OBRIGAÇÕES *Obligations*		TOTAL	
	NOMINATIVAS *Nominatives*	AO PORTADOR (*) *To bearer*	NOMINATIVAS *Nominatives*	AO PORTADOR *To bearer*	NOMINATIVAS *Nominatives*	AO PORTADOR *To bearer*
1944	1.540.163	2.570.973	53.265	2.617.969	1.593.428	5.188.942
1945	1.535.163	2.746.835	53.265	3.560.000	1.588.428	6.306.835
1946	1.586.560	3.018.844	53.265	5.306.790	1.639.825	8.325.634
1947	1.644.563	3.022.071	53.265	5.343.329	1.697.828	8.365.400
1948	1.535.163	3.360.289	53.265	5.461.816	1.588.428	8.822.105
1949	1.535.372	3.368.217	53.265	5.470.741	1.588.637	8.838.958
1950	1.535.163	3.368.479	53.265	5.482.381	1.588.428	8.850.860
1951	1.534.832	3.374.237	53.265	5.484.090	1.588.097	8.858.327
1952	1.839.506	3.069.745	53.265	5.487.697	1.892.771	8.557.442
1953	1.839.539	3.069.745	53.265	5.488.592	1.892.804	8.558.337

b) UNIDADES FEDERADAS
Federal States

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas	26.487	37.308	36.965	36.965	36.965
Pará	27.603	49.402	47.673	44.373	26.312
Maranhão	470	20.470	33.069	33.070	33.070
Piauí	7.605	6.805	6.271	5.738	14.605
Ceará	4.015	3.860	3.678	3.404	3.134
Rio Grande do Norte	3.609	6.751	6.624	2.897	15.939
Paraíba	2.044	18.413	26.479	26.077	70.435
Pernambuco	90.405	118.486	172.541	200.589	200.149
Alagoas	111	18.778	17.445	16.911	34.336
Sergipe	4.732	14.442	14.442	14.426	4.711
Bahia	364.930	502.855	646.452	1.556.769	1.681.260
Minas Gerais	1.714.138	2.002.109	2.239.753	2.464.978	2.571.238
Espírito Santo	45.819	41.119	36.337	31.610	34.086
Rio de Janeiro	196.388	195.130	238.632	281.784	370.374
Distrito Federal	1.458.204	2.230.435	1.255.921	1.240.832	1.224.971
São Paulo	4.485.722	6.663.581	6.690.960	6.601.331	6.709.380
Paraná	73.716	180.014	414.142	558.951	587.698
Santa Catarina	14.140	54.730	71.769	91.545	107.533
Rio Grande do Sul	559.085	615.946	681.627	952.604	1.274.024
Mato Grosso	4.000	15.684	14.484	4.603	4.730
Goiás	658	11.282	25.995	34.640	38.466
TOTAL	9.083.881	12.807.600	12.681.259	14.204.097	15.043.416

(*) Inclusive "Apólices Optativas", que deixaram de existir em 1952.
Inclusive of Optative bonds which discontinued in 1952.

Fontes / *Sources*: Contadoria Geral da República — Ministério da Fazenda.
Conselho Técnico de Economia e Finanças — Ministério da Fazenda.

BRASIL

FINANÇAS DAS UNIDADES FEDERADAS
FINANCIAL POSITION OF THE FEDERAL STATES

RECEITAS E DESPESAS
Revenue and Expenditure

Cr$ 1.000.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1944		1945		1946		1947		1948	
	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*
Amazonas	45	52	44	46	70	64	63	68	63	65
Pará	75	68	75	88	94	98	99	91	91	89
Maranhão	42	38	48	47	54	61	65	65	83	69
Piauí	33	34	40	37	52	48	43	47	44	44
Ceará	61	53	65	64	101	95	105	124	106	127
Rio Grande do Norte.	33	32	34	34	43	43	51	54	68	68
Paraíba	55	49	60	59	78	76	91	96	121	118
Pernambuco	193	187	201	236	240	274	292	289	369	367
Alagoas	35	30	37	38	44	45	64	59	92	88
Sergipe	41	39	42	49	49	50	51	50	64	60
Bahia	236	230	248	261	307	282	340	335	595	593
Minas Gerais	651	600	705	683	830	913	914	1.212	1.084	1.359
Espírito Santo	80	73	98	107	131	117	101	120	142	142
Rio de Janeiro	201	229	232	273	299	299	310	349	390	398
Distrito Federal	1.016	916	954	1.035	1.396	1.389	1.407	1.655	1.781	1.830
São Paulo	2.052	1.993	2.428	2.794	3.070	3.210	3.148	3.781	3.819	4.636
Paraná	141	145	176	175	221	230	302	303	356	346
Santa Catarina	83	78	92	101	116	130	151	160	171	173
Rio Grande do Sul ..	618	579	731	829	996	1.063	1.299	1.473	1.636	1.676
Mato Grosso	24	28	26	28	24	27	31	32	49	51
Goiás	51	38	44	58	41	62	41	53	69	76
BRASIL	5.766	5.491	6.380	7.042	8.256	8.576	8.968	10.416	11.193	12.375

Fonte / *Source*: Conselho Técnico de Economia e Finanças — Ministério da Fazenda.

BRASIL

FINANÇAS DAS UNIDADES FEDERADAS
FINANCIAL POSITION OF THE FEDERAL STATES

RECEITAS E DESPESAS
Revenue and Expenditure

Cr$ 1.000.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1949		1950		1951		1952		1953 (*)	
	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*
Amazonas	73	72	65	88	109	111	130	128	120	163
Pará	106	98	112	112	162	142	163	163	177	193
Maranhão	71	85	86	86	103	106	111	112	117	121
Piauí	54	54	59	58	81	77	86	83	76	82
Ceará	128	156	156	166	199	192	220	233	215	255
Rio Grande do Norte	67	67	80	80	101	103	131	137	148	171
Paraíba	125	143	153	158	204	189	250	230	241	241
Pernambuco	348	351	483	477	620	615	670	764	678	897
Alagoas	84	94	81	81	105	114	139	144	126	146
Sergipe	83	73	75	78	100	91	105	110	85	91
Bahia	587	627	676	678	904	880	826	987	1.084	1.151
Minas Gerais	1.286	1.566	1.421	1.657	1.916	1.876	2.352	2.778	3.044	3.246
Espírito Santo	229	185	264	251	343	340	364	451	584	584
Rio de Janeiro	458	487	528	545	683	670	782	900	1.098	1.098
Distrito Federal	2.549	2.284	2.918	2.778	3.684	3.773	3.988	4.755	5.805	5.805
São Paulo	5.102	5.618	5.966	7.778	9.132	10.754	9.885	14.338	11.829	13.141
Paraná	560	559	1.113	1.094	1.427	1.393	1.318	1.151	1.650	1.650
Santa Catarina	189	190	236	251	312	308	341	338	349	349
Rio Grande do Sul	1.684	1.985	1.734	1.941	2.529	2.413	2.940	2.717	2.919	2.917
Mato Grosso	53	55	64	66	87	89	116	97	124	136
Goiás	87	101	105	117	145	137	185	162	184	233
BRASIL	13.923	14.850	16.375	18.540	22.946	24.373	25.102	30.778	30.653	32.670

(*) Previsão.
Estimate.

Fonte / *Source* — Conselho Técnico de Economia e Finanças — Ministério da Fazenda.

BRASIL

FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS POR UNIDADES FEDERADAS
FINANCIAL POSITION OF THE MUNICIPALITIES ACCORDING TO FEDERAL STATES

RECEITAS E DESPESAS
Revenue and Expenditure

Cr$ 1.000.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1943		1944		1945		1946		1947	
	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*
Guaporé	—	—	1	1	2	2	3	3	4	4
Acre	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4
Amazonas	9	10	10	11	14	14	15	15	14	16
Rio Branco	—	—	0	0	1	1	1	1	1	1
Pará	45	32	52	43	48	53	50	57	49	52
Amapá	—	—	1	1	1	1	1	1	1	1
Maranhão	10	9	11	11	12	13	13	13	14	13
Piauí	9	8	10	10	10	10	15	12	12	13
Ceará	18	18	20	19	21	22	24	26	28	30
Rio Grande do Norte	9	8	10	10	11	10	13	13	14	14
Paraíba	14	14	18	18	19	19	22	21	24	25
Pernambuco	57	52	64	68	71	74	83	86	87	97
Alagoas	12	10	14	14	15	17	17	19	19	19
Sergipe	9	8	11	11	11	12	12	12	13	13
Bahia	68	69	77	75	79	81	87	91	93	97
Minas Gerais	150	149	182	176	201	219	251	232	230	239
Espírito Santo	13	12	14	14	16	16	18	18	20	25
Rio de Janeiro	79	75	77	103	88	124	102	117	117	142
São Paulo	426	392	472	478	524	584	638	689	1.095	1.092
Paraná	32	34	39	36	43	47	49	51	52	54
Iguaçu	—	—	1	1	1	1	—	—	—	—
Santa Catarina	22	23	25	25	28	30	34	33	38	40
Rio Grande do Sul	155	175	180	180	194	212	234	256	275	327
Ponta Porã	—	—	1	1	1	1	—	—	—	—
Mato Grosso	9	8	9	10	10	10	18	17	12	11
Goiás	15	14	18	16	18	19	19	20	19	18
BRASIL	1.164	1.123	1.320	1.335	1.443	1.596	1.723	1.807	2.235	2.347

Fonte / Source: Conselho Técnico de Economia e Finanças — Ministério da Fazenda.

BRASIL

FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS POR UNIDADES FEDERADAS
FINANCIAL POSITION OF THE MUNICIPALITIES ACCORDING TO FEDERAL STATES

RECEITAS E DESPESAS
Revenue and Expenditure

Cr$ 1.000.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1948		1949		1950		1951		1952	
	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*	RECEITAS *Revenue*	DESPESAS *Expenditure*
Guaporé	3	3	4	4	4	4	4	4	5	5
Acre	5	4	5	5	6	6	6	6	6	6
Amazonas	19	21	21	21	26	24	28	29	30	30
Rio Branco	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1
Pará	70	68	89	96	87	91	96	96	106	110
Amapá	1	1	2	2	2	2	2	2	3	3
Maranhão	24	21	37	39	40	41	41	41	44	44
Piauí	16	16	23	22	29	25	27	26	31	31
Ceará	53	52	70	68	70	79	77	77	95	95
Rio Grande do Norte	20	18	30	26	40	38	39	38	46	46
Paraíba	42	37	57	53	64	62	61	60	79	79
Pernambuco	130	135	194	189	226	233	215	218	264	266
Alagoas	26	24	33	32	39	40	42	42	52	52
Sergipe	18	16	25	23	28	28	28	27	36	36
Bahia	126	142	171	212	222	236	211	211	275	274
Minas Gerais	313	338	416	478	501	560	508	509	663	660
Espírito Santo	26	26	46	47	49	52	44	44	54	53
Rio de Janeiro	163	174	193	205	246	255	268	268	333	329
São Paulo	1.176	1.185	1.523	1.686	2.194	2.417	2.059	2.060	2.720	2.717
Paraná	90	89	131	137	156	192	166	166	241	243
Iguaçu	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Catarina	58	55	86	82	92	100	97	97	116	116
Rio Grande do Sul	396	426	527	555	589	629	577	597	642	671
Ponta Porã	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso	16	17	26	26	30	31	37	37	41	40
Goiás	29	29	43	44	53	50	54	54	63	64
BRASIL	2.822	2.899	3.754	4.054	4.791	5.196	4.688	4.710	5.946	5.971

Fonte / *Source*: Conselho Técnico de Economia e Finanças — Ministério da Fazenda.

BRASIL

FINANÇAS DAS UNIDADES FEDERADAS
FINANCIAL POSITION OF FEDERAL STATES

IMPOSTO SOBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES
Sales and Consignments Taxes

Cr$ 1.000

Unidades Federadas *Federal States*	Arrecadação *Collection*				Previsão *Estimate*
	1949	1950	1951	1952	1953
Amazonas	40.508	34.000	58.813	58.520	62.000
Pará	76.843	71.500	121.048	128.007	126.000
Maranhão	41.487	44.010	57.869	77.780	75.000
Piauí	26.260	30.543	42.214	42.717	41.500
Ceará	86.146	112.544	145.461	162.842	162.000
Rio Grande do Norte	31.541	44.000	62.702	79.023	90.000
Paraíba	69.169	95.970	130.859	132.673	144.000
Pernambuco	239.336	284.380	440.462	445.646	450.000
Alagoas	46.646	48.649	67.366	86.816	81.000
Sergipe	21.218	30.375	38.015	39.973	36.000
Bahia	201.535	262.234	362.433	340.468	537.000
Minas Gerais	316.592	385.027	538.989	523.227	738.000
Espírito Santo	92.716	116.837	147.515	164.896	225.675
Rio de Janeiro	324.266	379.582	476.236	554.264	705.000
Distrito Federal	1.261.176	1.404.531	1.783.345	1.880.938	2.525.000
São Paulo	3.000.510	3.639.793	5.621.323	6.314.974	7.500.000
Paraná	247.978	460.985	655.278	803.333	740.000
Santa Catarina	121.226	168.319	230.626	262.998	274.800
Rio Grande do Sul ..	774.135	841.454	1.069.157	1.266.707	1.425.000
Mato Grosso	26.139	32.823	46.884	59.500	70.000
Goiás	31.573	34.997	64.368	102.592	80.000
BRASIL	7.077.009	8.522.553	12.160.963	13.527.894	16.087.975

Fonte / *Source*: Conselho Técnico de Economia e Finanças — Ministério da Fazenda.

SEXTA PARTE

PART SIX

Estatísticas das Atividades Econômicas

Statistics of economic activities

BRASIL

DIVISÃO REGIONAL
REGIONAL DIVISION

Fonte / *Source* } Conselho Nacional de Geografia — I.B.G.E.

BRASIL

SUPERFÍCIE
AREA

AREA ABSOLUTA E RELATIVA DAS UNIDADES FEDERADAS
Absolute and relative area of Federal States

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	ÁREA ABSOLUTA *Absolute area* km²	ÁREA RELATIVA *Relative area*
Guaporé	254.163	2,98
Acre	153.170	1,80
Amazonas (1)	1.595.818	18,74
Rio Branco	214.316	2,52
Pará	1.216.726	14,29
Amapá	137.419	1,61
Maranhão	334.809	3,93
Piauí	249.317	2,93
Ceará	153.245	1,80
Rio Grande do Norte	53.048	0,62
Paraíba	56.282	0,66
Pernambuco	97.016	1,14
Alagoas	28.531	0,34
Fernando de Noronha (2)	27	0,00
Sergipe	21.057	0,25
Bahia	563.762	6,62
Minas Gerais (3)	581.975	6,83
Espírito Santo (4)	40.882	0,48
Rio de Janeiro	42.588	0,50
Distrito Federal	1.356	0,02
São Paulo	247.223	2,90
Paraná	201.288	2,36
Santa Catarina	94.367	1,11
Rio Grande do Sul	282.480	3,32
Mato Grosso	1.262.572	14,82
Goiás	622.463	7,31
BRASIL (5)	8.516.037	100,00

(1) Inclusive 3.192 km², cuja jurisdição é reivindicada pelo Estado do Pará.

(2) Inclusive 8 km², correspondentes às áreas do Atol das Rocas e das ilhas de São Pedro e São Paulo.

(3) Exclusive a área localizada na Região da Serra dos Aimorés.

(4) Inclusive 11 km², correspondentes às áreas das ilhas de Trindade e Martim Vaz e exclusive a área localizada na Região da Serra dos Aimorés.

(5) Inclusive 10.137 km², correspondentes à Região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Fonte / *Source* } Conselho Nacional de Geografia — I.B.G.E.

BRASIL

POPULAÇÃO
POPULATION

NÚMERO DE HABITANTES
Number of inhabitants

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	CENSOS *Census*					ESTIMATIVA *Estimate*
	1890	1900	1920	1940	1950	1º-VII-1953
Guaporé	...	...	...	...	36.935	43.720
Acre	...	...	92.379	79.768	114.755	128.221
Amazonas	147.915	249.756	363.166	438.008	514.099	545.419
Rio Branco	...	...	...	...	18.116	20.474
Pará	328.455	445.356	983.507	944.644	1.123.273	1.192.592
Amapá	...	...	...	...	37.477	44.364
Maranhão	430.854	499.308	874.337	1.235.169	1.583.248	1.707.828
Piauí	267.609	334.328	609.003	817.601	1.045.696	1.127.210
Ceará	805.687	849.127	1.319.228	2.091.032	2.695.450	2.912.548
Rio Grande do Norte	268.273	274.317	537.135	768.018	967.921	1.038.703
Paraíba	457.232	490.784	961.106	1.422.282	1.713.259	1.813.365
Pernambuco	1.030.224	1.178.150	2.154.835	2.688.240	3.395.185	3.646.282
Alagoas	511.440	649 273	978.748	951.300	1.093.137	1.140.482
Fernando de Noronha	...	...	...	...	581	581
Sergipe	310.926	356.264	477.064	542.326	644.361	679.158
Bahia	1.919.802	2.117.956	3.334.465	3.918.112	4.834.575	5.154.740
Minas Gerais	3.184.099	3.594.471	5.888.174	(1) 6.736 416	(2) 7.717.792	(3) 8.058.781
Espírito Santo	135.997	209.783	457.328	(1) 750 107	(2) 861.562	(3) 898.755
Rio de Janeiro	876.884	926.035	1.559.371	1.847.857	2.297.194	2.454.919
Distrito Federal	522.651	691.565	1.157.873	1.764.141	2.377.451	2.604.018
São Paulo	1.384.753	2.282.279	4.592.188	7.180.316	9.134.423	9.837.170
Paraná	249.491	327.136	685.711	1.236.276	2.115.547	2.513.513
Santa Catarina	283.769	320.289	668.743	1.178.340	1.560.502	1.700.133
Rio Grande do Sul	897.455	1.149.070	2.182.713	3.320.689	4.164.821	4.462.796
Mato Grosso	92.827	118.025	246.612	432 265	522.044	557.521
Goiás	227.572	255.284	511.919	826.414	1.214.921	1.366.483
BRASIL	**14.333.915**	**17.318.556**	**30.635.605**	**(4) 41.236.315**	**(4) 51.944.397**	**(4) 55.858.572**

(1) Exclusive 66.994 habitantes da região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.
Excluding 66,994 inhabitants from the region of Serra dos Aimores, which is in litigation between the States of Minas Gerais and Espirito Santo.

(2) Exclusive 160.072 habitantes da região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.
Excluding 160.072 inhabitants from the region of Serra dos Aimores, which is in litigation between the States of Minas Gerais and Espirito Santo.

(3) Exclusive a população, estimada em 208.796 habitantes, da região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.
Excluding 208,796 inhabitants which represent the estimated population from the region of Serra dos Aimores, territory in litigation between the States of Minas Gerais and Espirito Santo.

(4) Inclusive a região da Serra dos Aimorés.
Including the region of Serra dos Aimores.

Fontes / *Sources*: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Laboratório de Estatística do Conselho Nacional de Estatística.

BRASIL

IMIGRAÇÃO
IMMIGRATION

ESTRANGEIROS ENTRADOS NO PAÍS EM CARATER PERMANENTE
Foreigners admitted permanently

Anos *Years*	Alemães *Germans*	Espanhóis *Spaniards*	Italianos *Italians*	Japonêses *Japanese*	Portuguêses *Portuguese*	Outros *Others*	Total
1939	1.975	174	1.004	1.414	15.120	2.981	22.668
1940	1.155	409	411	1.268	11.737	3.469	18.449
1941	453	125	89	1.548	5.777	1.946	9.938
1942	9	37	3	—	1.317	1.059	2.425
1943	2	9	1	—	146	1.150	1.308
1944	—	30	3	—	419	1.141	1.593
1945	22	74	180	—	1.414	1.478	3.168
1946	174	203	1.059	6	6.342	5.255	13.039
1947	561	653	3.284	1	8.921	5.333	18.753
1948	2.308	965	4.437	1	2.751	11.106	21.568
1949	2.123	2.197	6.352	4	6.780	6.388	23.844
1950	2.725	3.746	7.363	28	14.366	6.463	34.691
1951 (*)	2.829	9.482	8.290	97	28.977	12.873	62.548
1952 (*)	2.326	14.082	15.254	261	40.561	12.236	84.720
1953 (*)	2.149	17.010	16.372	1.255	30.675	12.609	80.070

(*) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

Fonte / *Source*: Departamento Nacional de Imigração — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

BRASIL

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL
ESTIMATE OF NATIONAL INCOME

1948 — 1952

Cr$ 1.000.000.000

ESPECIFICAÇÃO *Specifications*	1948	1949	1950	1951	1952
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO, EXCETO AGRICULTURA E PRODUÇÃO ANIMAL — *Remuneration of labour, except in rural production*........	89,9	102,0	112,7	128,2	152,7
Empregados, salários e ordenados — *Employees, wages and salaries*..........	49,6	58,2	66,0	76,1	90,5
Administração pública — *Public administration*	11,5	13,7	16,1	18,8	21,0
Civil — *Civil personnel*...........	8,7	10,1	12,4	13,9	15,5
Militar — *Military personnel*......	2,8	3,6	3,7	4,9	5,5
Demais ramos de atividade — *Other sectors of activity*................	36,8	42,9	47,9	54,9	66,5
Suplemento de salários e ordenados — *Supplement to wages and salaries*	1,3	1,6	2,0	2,4	3,0
Autônomos — *Independent workers*.......	15,3	17,1	18,4	20,3	24,5
Profissões liberais — *Liberal professions*..	4,3	4,6	5,0	5,7	7,0
Administração de emprêsas — *Administration of firms* (*)...................	20,7	22,1	23,3	26,1	30,7
LUCRO — *Profits*	15,5	18,0	22,5	34,7	41,3
Emprêsas individuais — *Sole proprietors ships*	2,7	2,9	3,4	5,5	6,5
Sociedades anônimas — *Corporations*.....	6,5	8,9	10,6	15,5	18,4
Outras emprêsas — *Other firms*..........	6,3	6,2	8,5	13,7	16,4
JUROS — *Interest*.............................	1,5	1,8	2,0	2,7	3,2
ALUGUÉIS — *Rent*..............................	5,2	6,3	8,3	9,4	11,7
AGRICULTURA E PRODUÇÃO ANIMAL — *Rural production* (**)	47,6	53,6	66,0	76,3	90,1
TRANSAÇÕES COM O EXTERIOR — *Transactions with foreign countries*....................	— 1,9	— 1,8	— 1,8	— 1,6	— 0,7
TOTAL................................	157,8	179,9	209,7	249,7	298,3

(*) Compreende proprietários, sócios e diretores com atividades nas emprêsas.
It includes proprietors, partners and executives.

(**) Estimativa preliminar do valor adicionado, líquido total.
Preliminary estimate of net value added.

Fonte / *Source* } Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL
ESTIMATE OF NATIONAL INCOME

1952

Cr$ 1.000.000

Unidades Federadas *Federal States*	Remuneração do trabalho, exceto agricultura e produção animal *Remuneration of labour except in rural production* (*)	Lucros *Profits*	Juros *Interest*	Aluguéis *Rent*	Agricultura e produção animal *Rural production* (**)	Total (***)
Amazonas	1.108,0	165,4	5,4	21,3	932,5	2.232,6
Pará	2.073,9	372,1	11,4	35,5	830,2	3.323,1
Maranhão	1.268,0	124,0	5,4	23,9	1.304,0	2.725,3
Piauí	866,7	82,7	4,1	11,8	730,0	1.695,3
Ceará	3.166,3	372,1	17,5	133,2	2.702,3	6.391,4
Rio Grande do Norte	1.236,8	124,0	3,5	26,5	1.433,2	2.824,0
Paraíba	1.722,7	165,4	11,4	39,3	2.383,7	4.322,5
Pernambuco	6.376,8	992,2	54,6	164,8	3.476,7	11.065,1
Alagoas	1.209,9	124,0	8,9	36,0	1.248,4	2.627,2
Sergipe	958,6	82,7	8,6	19,7	822,2	1.891,8
Bahia	6.740,2	702,8	74,9	235,1	4.796,1	12.549,1
Minas Gerais	13.023,6	2.480,5	127,2	766,7	16.231,8	32.629,8
Espírito Santo	1.426,9	206,7	10,8	53,7	1.857,0	3.555,1
Rio de Janeiro	7.786,4	909,5	42,5	613,1	3.892,5	13.244,0
Distrito Federal	30.405,2	10.872,6	1.327,3	2.641,5	437,1	45.683,8
São Paulo	48.091,6	18.479,3	1.169,3	5.664,3	33.606,9	107.011,4
Paraná	4.693,4	1.240,2	51,0	329,3	9.614,5	15.928,4
Santa Catarina	3.046,9	578,8	18,7	120,6	3.747,6	7.512,6
Rio Grande do Sul	11.583,1	2.976,6	206,6	692,0	10.903,8	26.362,1
Mato Grosso	986,4	124,0	8,2	31,9	1.711,9	2.862,4
Goiás	1.159,9	165,4	5,7	63,5	2.290,5	3.685,0
BRASIL	**148.931,4**	**41.341,0**	**3.173,0**	**11.723,7**	**104.952,9**	**310.122,0**

(*) Exclui a remuneração de autônomos na indústria extrativa mineral, salários e ordenados em transportes aéreos e telecomunicações e em serviços públicos em geral.
Exclusive of earnings of operative workers for own account in extractive industries of mineral products; wages and salaries in air transportation; telecommunication and public service in general.

(**) Valor bruto da produção.
Gross value of production.

(***) Exclui transações com o exterior.
Exclusive of transactions with foreign countries.

Fonte / *Source*: Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL

ESTIMATIVA DA RENDA NA LAVOURA, PRODUÇÃO ANIMAL E PRODUÇÃO EXTRATIVA

ESTIMATE OF RURAL INCOME

1951 — 1952

Cr$ 1.000.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1951	1952
Amazonas	874,1	932,5
Pará	774,4	830,2
Maranhão	1.033,4	1.304,0
Piauí	532,7	730,0
Ceará	1.877,0	2.702,3
Rio Grande do Norte	1.375,1	1.433,2
Paraíba	2.034,3	2.383,7
Pernambuco	3.567,1	3.476,7
Alagoas	1.131,8	1.248,4
Sergipe	725,1	822,2
Bahia	4.381,8	4.796,1
Minas Gerais	14.759,3	16.231,8
Espírito Santo	2.634,5	1.857,0
Rio de Janeiro	3.309,2	3.892,5
Distrito Federal	393,0	437,1
São Paulo	26.460,7	33.606,9
Paraná	6.955,6	9.614,5
Santa Catarina	2.850,4	3.747,6
Rio Grande do Sul	8.769,2	10.903,8
Mato Grosso	838,7	1.711,9
Goiás	2.571,9	2.290,5
BRASIL	87.849,3	104.952,9

Nota: Valor bruto da produção.
Note: Gross value of production.

Fonte / *Source*: Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
AGRICULTURAL PRODUCTION

QUANTIDADE PRODUZIDA
Quantity produced

CULTURAS *Crops*	UNIDADE *Unit*	1949	1950	1951	1952	1953 (*)
PARA ALIMENTAÇÃO *For food*						
AÇÚCAR E ESTIMULANTES : *Sugar and stimulants :*						
Cacau — *Cacao*	t	133.376	152.902	121.199	113.558	122.500
Café beneficiado — *Coffee (processed)*	"	1.068.283	1.071.437	1.080.189	1.125.406	1.117.824
Cana-de-açúcar — *Sugar cane*	"	30.928.755	32.670.814	33.652.508	36.041.132	36.981.754
Chá-da-índia beneficiado — *Tea (processed)*	"	703	835	2.794	730	735
CEREAIS : *Cereals :*						
Arroz com casca — *Rice (rough)*	"	2.720.159	3.217.690	3.182.080	2.931.110	3.160.74[illegible]
Aveia — *Oats*	"	8.700	10.028	8.316	10.140	11.74[illegible]
Centeio — *Rye*	"	19.053	17.864	15.936	17.047	18.42[illegible]
Cevada — *Barley*	"	14.493	15.233	12.424	22.841	26.81[illegible]
Milho — *Maize*	"	5.448.879	6.023.549	6.218.030	5.906.916	6.109.74[illegible]
Trigo — *Wheat*	"	437.506	532.351	423.646	689.500	821.77[illegible]
LEGUMES E TUBÉRCULOS : *Legumes and tubers :*						
Batata-doce — *Sweet potatoes*	"	923.172	833.376	822.884	830.768	904.86[illegible]
Batata-inglêsa — *Potatoes*	"	747.764	707.159	721.747	735.402	742.04[illegible]
Fava — *Broad beans*	"	36.700	35.593	32.824	29.446	40.5[illegible]
Feijão — *Beans*	"	1.256.848	1.248.138	1.237.662	1.151.708	1.329.8[illegible]
Feijão soja — *Soybeans*	"	...	...	...	77.881	83.5[illegible]
Mandioca — *Cassava*	"	12.615.735	12.532.482	11.917.560	12.809.263	13.296.8[illegible]
FRUTAS : *Fruits :*						
Abacaxi — *Pineapples*	1.000 frutos	81.658	97.592	98.232	95.299	107.6[illegible]
Banana — *Bananas*	1.000 cachos	147.696	162.874	169.632	185.167	197.7[illegible]
Caqui — *Kakis*	1.000 frutos	...	...	...	63.748	72.9[illegible]
Castanha estrangeira — *Chestnuts*	t	...	...	...	14	
Côco-da-baía — *Cocoa nuts*	1.000 frutos	234.946	229.261	248.277	256.548	267.8[illegible]
Figo — *Figs*	"	...	...	...	176.010	216.9[illegible]
Laranja — *Oranges*	"	5.974.846	6.015.129	6.181.678	6.116.426	6.519.[illegible]
Limão — *Lemons*	"	...	...	...	398.336	405.[illegible]
Maçã — *Apples*	"	...	...	...	62.363	56.[illegible]
Manga — *Mangues*	"	...	...	...	1.570.289	1.646.[illegible]

(Continua)

BRASIL

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
AGRICULTURAL PRODUCTION

QUANTIDADE PRODUZIDA
Quantity produced

(Conclusão)

CULTURAS *Crops*	UNIDADE *Unit*	1949	1950	1951	1952	1953 (*)
FRUTAS : *Fruits :*						
Marmelo — *Quinces*	1.000 frutos	...	...	...	80.954	99.706
Nozes — *Nuts*	t	...	...	...	294	272
Pera — *Pears*	1.000 frutos	...	...	...	195.538	186.356
Pêssego — *Peaches*	"	...	...	...	285.390	339.982
Tangerina — *Tangerines*	"	...	...	...	963.002	1.074.391
Uva — *Grapes*	t	235.279	229.646	276.269	254.263	209.805
HORTALIÇAS : *Truck crops :*						
Alho — *Garlic*	"	15.568	15.785	16.241	17.279	18.116
Cebola — *Onions*	"	96.294	125.772	117.684	135.294	136.118
Tomate — *Tomatoes*	"	111.095	135.645	157.047	175.224	188.763
FORRAGEM : *Forage :*						
Alfafa — *Alfalfa*	"	179.247	184.845	191.314	208.124	212.673
PARA A INDÚSTRIA *For industry*						
Agave — *Sisal* (**)	"	...	...	...	63.766	73.251
Algodão descaroçado — *Cotton (ginned)*	"	395.969	393.000	248.791	515.426	388.090
Amendoim com casca — *Peanuts (shelled)*	"	135.702	118.192	150.892	145.001	138.923
Caroço de algodão — *Cottonseed*	"	779.940	774.091	619.765	841.719	718.514
Fumo em fôlha — *Tobacco (in leaf)*	"	114.504	107.950	117.932	106.307	119.743
Juta — *Jute* (**)	"	...	...	...	14.840	19.083
Mamona — *Castor seed*	"	201.179	183.996	177.291	158.071	171.420
Tungue — *Tung*	"	8.432	6.542	6.766	6.473	7.186

(*) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

(**) Até 1951, as culturas do agave e da juta apareciam nas estatísticas da produção extrativa vegetal.
Up to 1951, the crops of sisal and jute were shown in the figures relating to vegetal production.

Fonte / *Source* — Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
AGRICULTURAL PRODUCTION

VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1.000)
Value of production

CULTURAS *Crops*	1949	1950	1951	1952	1953 (*)
PARA ALIMENTAÇÃO *For food*					
AÇÚCAR E ESTIMULANTES : *Sugar and stimulants :*					
Cacau — *Cacao*	615.707	1.029.926	999.182	895.645	967.034
Café beneficiado — *Coffee (processed)*	8.485.763	15.884.691	16.578.164	19.021.223	18.520.470
Cana-de-açúcar — *Sugar cane*	2.752.105	3.253.471	3.653.879	4.391.553	4.506.447
Chá-da-índia beneficiado — *Tea (processed)*	12.292	12.275	55.928	13.356	13.431
CEREAIS : *Cereals :*					
Arroz com casca — *Rice (rough)*	5.347.364	5.399.028	5.140.727	6.533.489	7.068.697
Aveia — *Oats*	14.112	17.258	14.999	22.923	26.354
Centeio — *Rye*	30.805	29.056	34.502	39.896	43.113
Cevada — *Barley*	25.705	27.653	23.607	45.661	53.616
Milho — *Maize*	5.693.309	5.581.366	6.157.673	8.638.871	8.977.370
Trigo — *Wheat*	1.067.389	1.304.141	1.037.755	1.847.915	2.202.687
LEGUMES E TUBÉRCULOS : *Legumes and tubers :*					
Batata-doce — *Sweet potatoes*	454.785	451.854	502.208	571.247	630.091
Batata-inglêsa — *Potatoes*	1.100.773	1.301.501	1.393.051	1.340.916	1.349.390
Fava — *Broad beans*	63.318	66.920	81.035	93.900	134.382
Feijão — *Beans*	2.388.483	2.248.591	2.787.559	3.507.721	4.148.878
Feijão soja — *Soybeans*	...	...	...	121.466	130.677
Mandioca — *Cassava*	2.695.590	3.138.657	3.655.036	4.567.749	4.732.209
FRUTAS : *Fruits :*					
Abacaxi — *Pineapples*	107.143	145.293	164.463	192.112	220.393
Banana — *Bananas*	885.393	1.012.735	1.240.738	1.584.091	1.690.427
Caqui — *Kakis*	...	...	...	12.432	14.165
Castanha estrangeira — *Chestnuts*	...	...	...	127	155
Côco-da-baía — *Cocoa nuts*	248.232	266.220	333.186	366.676	383.458
Figo — *Figs*	...	...	...	23.071	39.999
Laranja — *Oranges*	585.203	625.516	724.083	851.765	807.899
Limão — *Lemons*	...	...	...	51.670	52.412
Maçã — *Apples*	...	...	...	20.654	19.259
Manga — *Mangoes*	...	...	...	255.419	271.906

(Continua)

BRASIL

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
AGRICULTURAL PRODUCTION

VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1.000)
Value of production

(Conclusão)

CULTURAS *Crops*	1949	1950	1951	1952	1953 (*)
FRUTAS : *Fruits :*					
Marmelo — *Quinces*	...	...	...	31.702	39.673
Nozes — *Nuts*	...	...	...	2.039	1.888
Pera — *Pears*	...	...	...	30.439	29.484
Pêssego — *Peaches*	...	...	...	40.945	49.519
Tangerina — *Tangerines*	...	...	...	107.772	119.965
Uva — *Grapes*	278.527	321.906	478.363	518.537	532.523
HORTALIÇAS : *Truck crops :*					
Alho — *Garlic*	105.080	115.429	120.293	143.941	150.857
Cebola — *Onions*	217.304	300.496	232.145	363.692	367.503
Tomate — *Tomatoes*	175.838	227.109	297.830	429.303	435.212
FORRAGEM : *Forage :*					
Alfafa — *Alfalfa*	171.203	173.637	175.794	221.686	226.517
Total	33.521.423	42.934.729	45.882.200	56.901.604	58.958.060
PARA A INDÚSTRIA *For industry*					
Agave — *Sisal* (**)	...	...	...	267.606	305.817
Algodão descaroçado — *Cotton (ginned)*	4.774.228	6.273.524	8.100.734	9.233.727	7.210.500
Amendoim com casca — *Peanuts (shelled)*	288.539	259.753	329.602	345.197	331.261
Caroço de algodão — *Cottonseed*	500.050	651.901	730.738	1.059.029	817.046
Fumo em fôlha — *Tobacco (in leaf)*	630.336	699.151	764.559	785.389	862.186
Juta — *Jute* (**)	...	...	...	79.311	101.695
Mamona — *Castor seed*	239.209	350.229	489.746	406.262	439.958
Tungue — *Tung*	8.532	7.863	9.690	10.016	11.250
Total	6.440.894	8.242.421	10.425.069	12.186.537	10.079.713
TOTAL GERAL	39.962.317	51.177.150	56.307.269	69.088.141	69.037.773

(*) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

(**) Até 1951, as culturas do agave e da juta apareciam nas estatísticas da produção extrativa vegetal.
Up to 1951, the crops of sisal and jute were shown in the figures relating to vegetal production.

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
AGRICULTURAL PRODUCTION

ÁREA CULTIVADA (Hectare)
Area in hectares

CULTURAS *Crops*	1949	1950	1951	1952	1953 (*)
PARA ALIMENTAÇÃO *For food*					
AÇÚCAR E ESTIMULANTES : *Sugar and stimulants :*					
Cacau — *Cacao* (**)	258.024	275.970	291.383	284.396	283.927
Café — *Coffee* (**)	2.537.851	2.663.117	2.738.180	2.823.003	2.876.272
Cana-de-açúcar — *Sugar cane*	796.687	828.182	874.341	919.780	945.090
Chá-da-índia — *Tea* (**)	1.581	2.087	5.035	5.391	5.391
CEREAIS : *Cereals :*					
Arroz — *Rice*	1.758.246	1.964.158	1.967.225	1.872.728	2.051.680
Aveia — *Oats*	14.169	14.857	14.618	15.183	16.323
Centeio — *Rye*	23.638	24.270	24.486	26.192	27.230
Cevada — *Barley*	13.874	12.758	14.022	23.152	26.334
Milho — *Maize*	4.516.540	4.681.827	4.749.951	4.864.079	5.061.543
Trigo — *Wheat*	630.102	652.453	724.875	809.579	893.858
LEGUMES E TUBÉRCULOS : *Legumes and tubers :*					
Batata-doce — *Sweet potatoes*	114.125	102.265	100.797	102.590	103.094
Batata-inglêsa — *Potatoes*	154.856	147.739	149.518	152.032	154.437
Fava — *Broad beans*	80.350	78.459	80.474	83.958	91.200
Feijão — *Beans*	1.790.966	1.807.956	1.787.465	1.838.392	1.877.316
Feijão soja — *Soybeans*	...	...	...	60.029	59.985
Mandioca — *Cassava*	941.309	957.493	964.337	1.015.327	1.078.275
FRUTAS : *Fruits :*					
Abacaxi — *Pineapples*	13.096	14.604	14.389	14.268	15.329
Banana — *Bananas* (**)	100.082	110.126	115.782	128.452	135.700
Caqui — *Kakis* (**)	...	...	...	954	998
Castanha estrangeira — *Chestnuts* (**)	...	...	...	12	12
Côco-da-baía — *Cocoa nuts* (**)	51.175	52.105	53.258	55.532	56.510
Figo — *Figs* (**)	...	...	...	1.450	1.617
Laranja — *Oranges* (**)	80.656	77.018	77.095	76.449	77.089
Limão — *Lemons* (**)	...	...	...	4.185	4.360
Maçã — *Apples* (**)	...	...	...	1.164	1.175
Manga — *Mangoes* (**)	...	...	...	28.937	31.252

(Continua)

BRASIL

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
AGRICULTURAL PRODUCTION

ÁREA CULTIVADA (Hectare)
Area in hectares

(*Conclusão*)

CULTURAS *Crops*	1949	1950	1951	1952	1953 (*)
FRUTAS : *Fruits :*					
Marmelo — *Quinces* (**)	...	...	...	3.144	3.496
Nozes — *Nuts* (**)	...	...	...	504	508
Pera — *Pears* (**)	...	...	...	2.488	2.553
Pêssego — *Peaches* (**)	...	...	...	5.541	6.275
Tangerina — *Tangerines* (**)	...	...	...	9.696	10.502
Uva — *Grapes* (**)	35.826	37.035	39.367	41.230	42.324
HORTALIÇAS : *Truck crops :*					
Alho — *Garlic*	7.788	7.499	7.958	8.100	8.404
Cebola — *Onions*	23.281	23.759	25.592	27.827	27.888
Tomate — *Tomatoes*	12.408	13.521	15.480	16.941	17.352
FORRAGEM : *Forage :*					
Alfafa — *Alfalfa*	25.064	25.830	29.136	28.548	27.991
Total	13.981.694	14.575.088	14.864.764	15.351.233	16.023.296
PARA A INDÚSTRIA *For industry*					
Agave — *Sisal* (**) (***)	...	...	...	67.132	72.238
Algodão — *Cotton*	2.497.295	2.689.185	2.486.699	3.035.481	2.523.067
Amendoim — *Peanuts*	136.177	127.428	141.161	141.059	128.063
Fumo — *Tobacco*	145.447	141.931	159.811	154.378	161.209
Juta — *Jute* (***)	...	...	...	13.098	17.408
Mamona — *Castor seed*	251.720	233.158	212.660	221.126	217.918
Tungue — *Tung* (**)	8.899	8.283	7.434	6.940	6.565
Total	3.039.538	3.199.985	3.007.765	3.639.214	3.126.468
TOTAL GERAL (****) Grand Total	17.021.232	17.775.073	17.872.529	18.990.447	19.149.764

(*) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

(**) Considerada apenas a área com pés frutificando.
Represents the area of trees bearing fruits.

(***) Até 1951, as culturas do agave e da juta apareciam nas estatísticas da produção extrativa vegetal.
Up to 1951, the crops of sisal and jute were shown in the figures relating to vegetal production.

(****) Sendo comum no país o plantio de duas e, às vêzes, três culturas na mesma área, tenha-se em vista que nos totais indicados está, em alguns casos, considerada mais de uma vez a mesma superfície de terra.
The plantation of two or three different crops in the same area, being common in the Country, it must be considered that in the totals above given the same area is computed more than once.

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
AGRICULTURAL PRODUCTION

RENDIMENTO POR HECTARE
Yield per hectare

CULTURAS *Crops*	UNIDADE *Unit*	1949	1950	1951	1952	1953 (*)
PARA ALIMENTAÇÃO *For food*						
AÇÚCAR E ESTIMULANTES: *Sugar and stimulants:*						
Cacau — *Cacao* (**)	kg	517	554	416	399	431
Café beneficiado — *Coffee (processed)* (**)	»	421	402	394	399	389
Cana-de-açúcar — *Sugar cane*	t	39	39	38	39	39
Chá-da-india beneficiado — *Tea (processed)* (**)	kg	445	400	555	135	136
CEREAIS: *Cereals:*						
Arroz com casca — *Rice (rough)*	»	1.547	1.638	1.618	1.565	1.540
Aveia — *Oats*	»	614	675	569	668	720
Centeio — *Rye*	»	806	736	651	651	676
Cevada — *Barley*	»	1.045	1.194	886	987	1.018
Milho — *Maize*	»	1.206	1.287	1.309	1.214	1.207
Trigo — *Wheat*	»	694	816	584	852	919
LEGUMES E TUBÉRCULOS: *Legumes and tubers:*						
Batata-doce — *Sweet potatoes*	»	8.063	8.149	8.164	8.098	8.777
Batata-inglêsa — *Potatoes*	»	4.829	4.787	4.827	4.837	4.805
Fava — *Broad beans*	»	457	454	408	351	445
Feijão — *Beans*	»	702	690	692	626	708
Feijão soja — *Soybeans*	»	...	...	...	1.297	1.393
Mandioca — *Cassava*	»	13.402	13.089	12.358	12.616	12.332
FRUTAS: *Fruits:*						
Abacaxi — *Pineapples*	fruto	6.235	6.683	6.827	6.679	7.023
Banana — *Bananas* (**)	cacho	1.476	1.479	1.465	1.442	1.457
Caqui — *Kakis* (**)	fruto	...	...	...	66.821	73.071
Castanha estrangeira — *Chestnuts* (**)	kg	...	...	...	1.211	1.280
Côco-da-baia — *Cocoa nuts* (**)	fruto	4.591	4.400	4.662	4.620	4.740
Figo — *Figs* (**)	»	...	...	...	121.386	134.165
Laranja — *Oranges* (**)	»	74.078	78.100	80.183	80.007	84.574
Limão — *Lemons* (**)	»	...	...	...	95.182	92.980
Maçã — *Apples* (**)	»	...	...	...	53.576	48.313
Manga — *Mangoes* (**)	»	...	...	...	54.266	52.678

(Continua)

BRASIL

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
AGRICULTURAL PRODUCTION

RENDIMENTO POR HECTARE
Yield per hectare

(Conclusão)

CULTURAS *Crops*	UNIDADE *Unit*	1949	1950	1951	1952	1953 (*)
FRUTAS: *Fruits*:						
Marmelo — *Quinces* (**)	fruto	...	...	...	25.749	28.520
Nozes — *Nuts* (**)	kg	...	...	...	583	535
Pera — *Pears* (**)	fruto	...	...	...	78.592	72.995
Pêssego — *Peaches* (**)	»	...	...	...	51.505	54.180
Tangerina — *Tangerines* (**)	»	...	...	...	99.320	102.304
Uva — *Grapes* (**)	kg	6.567	6.201	7.018	6.167	6.375
HORTALIÇAS: *Truck crops*:						
Alho — *Garlic*	»	1.999	2.105	2.041	2.133	2.156
Cebola — *Onions*	»	4.136	5.294	4.598	4.862	4.881
Tomate — *Tomatoes*	»	8.954	10.032	10.145	10.343	10.878
FORRAGEM: *Forage*:						
Alfafa — *Alfalfa*	»	7.152	7.156	6.566	7.290	7.598
PARA A INDÚSTRIA *For industry*						
Agave — *Sisal* (**) (***)	»	...	...	...	950	1.014
Algodão em caroço — *Raw cotton*	»	480	443	400	496	452
Amendoim com casca — *Peanuts (shelled)*	»	997	928	1.069	1.028	1.085
Fumo em fôlha — *Tobacco (in leaf)*	»	787	761	738	689	743
Juta — *Jute* (***)	»	...	...	...	1.133	1.096
Mamona — *Castor seed*	»	799	789	834	715	787
Tungue — *Tung* (**)	»	948	790	910	933	1.095

(*) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

(**) Considerada apenas a área com pés frutificando.
Represents the area of trees bearing fruits.

(***) Até 1951, as culturas do agave e da juta apareciam nas estatísticas da produção extrativa vegetal.
Up to 1951, the crops of sisal and jute were shown in the figures relating to vegetal production.

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL
EXTRACTIVE VEGETAL PRODUCTION

a) QUANTIDADE PRODUZIDA (TONELADAS)
Quantity produced (metric tons)

PRODUTOS *Products*	1948	1949	1950	1951	1952
Agave — *Sisal* (*)	25.867	20.961	52.477	55.176	—
Babaçu — *Babassu*	82.806	71.074	74.795	82.751	70.673
Borracha — *Rubber*	27.606	27.730	27.829	27.677	30.336
Caroá — *Caroa*	7.138	5.730	4.630	5.840	4.447
Casca de angico — *Angico bark*	...	...	3.896	4.815	6.463
Castanha de caju — *Cashew-nuts*	...	1.031	1.360	2.161	2.513
Castanha-do-pará — *Brazil nuts*	19.566	31.452	22.636	33.635	17.601
Cêra de carnaúba — *Carnauba wax*	11.370	9.735	10.625	11.312	10.491
Erva-mate — *Maté*	65.772	73.473	60.321	64.796	60.288
Gomas vegetais não elásticas — *Vegetal gums not elastic*	...	...	3.955	4.596	3.630
Guaraná — *Guarana*	25	159	198	226	232
Guaxima — *Guaxima*	3.428	5.218	5.902	11.006	11.940
Ipecacuanha — *Ipecacuanha*	...	...	25	47	49
Juta — *Jute* (*)	9.369	13.110	14.054	22.322	—
Licuri (cêra) — *Licuri wax*	1.498	1.580	1.560	1.970	2.405
Licuri (coquilhos) — *Licuri cocoanuts*	4.485	2.601	3.056	2.803	2.811
Murumuru — *Murumuru*	...	77	1.920	1.042	2.166
Oiticica — *Oiticica*	29.310	32.646	33.529	30.553	29.535
Piaçava — *Piassava*	5.088	4.649	5.494	7.191	7.985
Timbó em raiz — *Timbo roots*	22	37	4	72	95
Tucum (amêndoa) — *Tucum*	...	...	4.331	6.351	3.671
Outros produtos — *Others*	...	...	464	1.789	1.624
TOTAL	293.350	301.263	333.061	378.131	268.955

b) VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1.000)
Value of production

PRODUTOS *Products*	1948	1949	1950	1951	1952
Agave — *Sisal* (*)	108.115	88.591	305.872	378.185	—
Babaçu — *Babassu*	252.276	187.979	231.289	273.947	260.491
Borracha — *Rubber*	321.727	341.365	358.772	484.682	597.428
Caroá — *Caroa*	19.299	13.674	14.656	22.647	14.203
Casca de angico — *Angico bark*	...	...	1.373	2.109	2.737
Castanha de caju — *Cashew-nuts*	...	614	1.151	1.732	2.307
Castanha-do-pará — *Brazil nuts*	62.386	86.528	98.779	172.232	96.332
Cêra de carnaúba — *Carnauba wax*	216.812	210.740	285.837	338.103	326.256
Erva-mate — *Maté*	105.286	104.135	92.182	109.180	116.463
Gomas vegetais não elásticas — *Vegetal gums not elastic*	...	...	34.188	48.628	36.042
Guaraná — *Guarana*	481	3.954	4.410	4.860	6.009
Guaxima — *Guaxima*	15.085	21.296	29.151	72.885	67.977
Ipecacuanha — *Ipecacuanha*	...	...	2.409	10.273	10.618
Juta — *Jute* (*)	45.783	61.157	61.223	114.016	—
Licuri (cêra) — *Licuri wax*	37.572	26.146	31.794	44.484	56.926
Licuri (coquilhos) — *Licuri cocoanuts*	14.196	7.414	8.605	9.003	9.124
Murumuru — *Murumuru*	...	28	446	270	258
Oiticica — *Oiticica*	28.241	32.195	36.727	53.274	44.884
Piaçava — *Piassava*	16.476	12.993	20.461	30.288	32.801
Timbó em raiz — *Timbo roots*	48	74	9	214	281
Tucum (amêndoa) — *Tucum*	...	...	7.373	11.657	7.151
Outros produtos — *Others*	...	...	2.542	10.193	9.531
TOTAL	1.243.783	1.198.883	1.629.249	2.192.862	1.697.819

(*) A partir de 1952, passaram a figurar nos novos levantamentos da estatística agrícola. *From 1952, the figures for sisal and jute are shown in the new collection published by the Statistics Department for Agricultural Production.*

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL
LIVESTOCK PRODUCTS

a) QUANTIDADE PRODUZIDA (TONÊLADAS)
Quantity produced (metric tons)

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS *Classification*	1948	1949	1950	1951	1952
Carne de bovino — *Beef*	910.292	954.664	955.956	1.002.765	974.620
Carne de suíno — *Pork*	116.622	119.902	125.315	139.710	132.959
Carne de ovino — *Mutton*	17.782	17.203	18.836	17.574	22.301
Carne de caprino — *Goat*	12.554	12.802	12.012	12.869	12.897
Couros de bovinos — *Cattle-hides*	132.074	136.865	138.525	147.634	136.828
Couros de suínos — *Pigskins*	3.593	2.942	3.551	4.954	5.099
Peles de ovinos — *Sheepskins*	1.649	1.400	1.696	1.422	2.555
Peles de caprinos — *Goatskins*	1.034	995	978	1.022	1.075
Banha — *Lard*	59.898	51.232	63.067	80.332	81.824
Composto — *Shortening*	8.585	7.962	4.269	5.005	4.108
Toucinho — *Bacon*	108.352	113.503	114.086	116.937	114.058
Salsicharia — *Sausage industry*	34.046	41.454	42.437	49.781	54.119
Sebo — *Tallow*	43.881	42.057	41.089	47.543	40.206
Lacticínios — *Milk products* (*)	195.265	223.885	243.318	249.470	273.465
Outros produtos — *Others*	112.197	110.378	115.053	131.672	131.289
TOTAL	**1.757.824**	**1.837.244**	**1.880.188**	**2.008.690**	**1.987.403**

b) VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1.000)
Value of production

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS *Classification*	1948	1949	1950	1951	1952
Carne de bovino — *Beef*	5.277.784	6.016.407	6.686.672	8.604.334	10.772.220
Carne de suíno — *Pork*	1.066.701	1.146.383	1.262.964	1.646.728	1.876.170
Carne de ovino — *Mutton*	87.981	86.866	101.022	112.101	171.170
Carne de caprino — *Goat*	62.305	68.745	69.088	92.335	110.773
Couros de bovinos — *Cattle-hides*	697.013	740.438	715.583	1.165.735	868.304
Couros de suínos — *Pigskins*	14.806	12.735	26.704	57.161	37.437
Peles de ovinos — *Sheepskins*	17.455	17.036	23.134	24.822	32.440
Peles de caprinos — *Goatskins*	14.941	15.356	15.756	19.089	15.860
Banha — *Lard*	852.994	703.687	920.351	1.197.011	1.301 223
Composto — *Shortening*	116.114	90.852	49.852	72.204	63.554
Toucinho — *Bacon*	1.298.628	1.306.194	1.355.357	1.594.079	1.857.311
Salsicharia — *Sausage industry*	373.696	509.851	527.246	678.713	1.007.647
Sebo — *Tallow*	393.271	303.557	262.255	407.692	362.222
Lacticínios — *Milk products* (*)	1.247.899	1.531.351	1.722.256	1.937.104	2.379.776
Outros produtos — *Others*	425.066	457.451	460.166	655.099	756.163
TOTAL	**11.946.654**	**13.006.909**	**14.198.406**	**18.264.207**	**21.612.270**

(*) Sòmente dos estabelecimentos inspecionados pelo Govêrno Federal.
Production inspected by the Federal Government only.

Fonte / *Source* — Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL
EXTRACTIVE MINERAL PRODUCTION

QUANTIDADE PRODUZIDA (Toneladas)
Quantity produced (metric tons)

PRODUTOS *Products*	1948	1949	1950	1951	1952
Agua mineral — *Mineral water* (1)	27.979.180	30.643.946	37.306.050	44.555.910	52.053.035
Amianto — *Asbestos*	1.499	1.415	844	1.321	1.305
Arsênico — *Arsenic*	1.019	959	1.067	1.321	963
Bauxita — *Bauxite*	14.772	16.213	18.570	19.033	14.319
Berilo — *Beryllium*	1.445	2.275	2.201	1.740	2.882
Carvão mineral — *Coal*	2.024.989	2.128.858	1.958.649	1.963.168	1.959.522
Cassiterita — *Cassiterite*	312	349	305	333	388
Cristal de rocha — *Rock crystal*	...	...	223	731	647
Estanho — *Tin*	188	160	120	135	117
Grafita — *Graphite*	924	556	471	610	851
Mármore — *Marble*	20.824	20.270	23.517	25.085	30.381
Mica — *Mica*	2.141	1.363	1.813	1.658	2.121
Minério de cromo — *Chromium*	...	...	3.227	2.416	2.649
Minério de ferro — *Iron ore*	1.571.666	1.887.777	1.987.425	2.406.902	3.162.269
Minério de manganês — *Manganese ore*	164.002	231.417	195.505	203.542	249.233
Ouro — *Gold* (2)	4.051	3.707	4.082	4.228	4.254
Petróleo em bruto — *Crude petroleum* (1)	...	...	...	109.833.384	119.310.897
Prata — *Silver* (2)	718	654	1.615	3.878	5.975
Sal — *Salt*	781.333	805.632	794.181	1.244.444	780.618
Xilita — *Scheelite*	...	704	482	1.536	1.313
Talco — *Talc*	9.881	17.782	12.681	11.304	19.472
Zircônio — *Zirconium*	...	2.701	3.016	3.496	3.972

(1) Litros. *Liters.*

(2) Quilos. *Kilograms.*

Fonte / *Source* } Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

PRODUÇÃO EXTRATIVA MINERAL
EXTRACTIVE MINERAL PRODUCTION

VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1.000)
Value of production

PRODUTOS *Products*	1948	1949	1950	1951	1952
Agua mineral — *Mineral water*	51.984	47.959	64.455	83.405	80.443
Amianto — *Asbestos*	4.691	1.020	623	4.310	4.489
Arsênico — *Arsenic*	4.078	4.645	5.750	6.932	5.298
Bauxita — *Bauxite*	2.241	1.005	2.220	3.871	1.629
Berilo — *Beryllium*	2.930	7.694	7.625	7.191	15.448
Carvão mineral — *Coal*	281.724	376.616	371.754	363.588	370.453
Cassiterita — *Cassiterite*	5.965	7.120	4.769	10.210	14.138
Cristal de rocha — *Rock crystal*	...	...	24.225	89.152	103.472
Estanho — *Tin*	9.120	7.687	6.560	9.527	8.000
Grafita — *Graphite*	1.718	2.661	2.329	3.584	3.420
Mármore — *Marble*	8.038	9.507	14.652	13.291	21.017
Mica — *Mica*	21.081	20.884	31.753	11.920	44.183
Minério de cromo — *Chromium*	...	...	1.012	154	601
Minério de ferro — *Iron ore*	78.862	91.076	64.382	99.372	312.539
Minério de manganês — *Manganese ore*	20.839	23.626	25.545	28.111	39.221
Ouro — *Gold*	115.084	140.450	154.326	155.268	165.236
Petróleo em bruto — *Crude petroleum*	...	...	...	34.539	37.186
Prata — *Silver*	409	409	...	...	5.319
Sal — *Salt*	84.754	88.252	103.879	191.364	111.379
Xilita — *Scheelite*	...	10.685	11.162	109.728	79.131
Talco — *Talc*	5.169	4.767	4.386	5.128	9.735
Zircônio — *Zirconium*	...	1.653	1.980	1.458	2.060

Fonte / *Source* — Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

PRODUÇAO MINERAL
MINERAL PRODUCTION

CARVAO E CIMENTO
Coal and cement

Anos *Years*	Carvão *Coal*		Cimento *Cement*	
	1.000 toneladas *1,000 metric tons*	Cr$ 1.000	Toneladas *Metric tons*	Cr$ 1.000
1929	373	16.394	96.206	13.716
1930	385	15.021	87.160	12.121
1931	494	26.165	167.115	28.490
1932	543	23.907	149.453	29.360
1933	646	29.143	225.680	41.453
1934	731	32.997	323.909	64.600
1935	840	40.474	366.261	75.328
1936	662	32.902	485.064	105.829
1937	763	40.054	571.452	125.342
1938	907	48.297	617.896	138.306
1939	1.047	54.288	697.793	159.302
1940	1.336	72.473	744.673	183.188
1941	1.408	94.559	767.506	203.279
1942	1.775	127.778	752.833	232.975
1943	2.078	170.406	747.409	267.485
1944	1.908	175.183	809.908	282.414
1945	2.073	220.598	774.378	312.134
1946	1.897	231.540	826.382	343.839
1947	1.999	274.314	913.525	424.169
1948	2.025	281.724	1.112.467	618.394
1949	2.129	376.616	1.281.228	714.768
1950	1.959	371.754	1.385.797	771.371
1951	1.963	363.588	1.455.775	986.802
1952	1.960	370.453	1.618.992	1.158.521
1953 (*)	2.030	408.817	2.040.591	1.699.972

(*) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

Fonte / *Source* — Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

PRODUÇÃO INDUSTRIAL
INDUSTRIAL PRODUCTION

VOLUME FÍSICO
Physical volume

ÍNDICES (MÉDIA MENSAL DE 1948 = 100) (*)
Indexes (monthly average of 1948 = 100)

PERÍODOS *Periods*	INDÚSTRIA PESADA *Heavy industry* (**)	ENERGIA ELÉTRICA *Electric power*	INDÚSTRIA TÊXTIL *Textiles*	AÇÚCAR E DERIVADOS *Sugar and by-products* (**)	TOTAL (**)
MÉDIAS MENSAIS *Monthly averages*					
1949	117	111	107	98	106
1950	142	117	114	98	112
1951	150	124	110	113	116
1952	161	129	116	126	125
1953	177 (***)	131 (***)	...	145	...
1952 — Janeiro	148	120	106	97	109
Fevereiro	158	133	111	99	114
Março	154	128	110	88	109
Abril	143	131	117	112	120
Maio	146	132	104	104	111
Junho	144	132	113	102	115
Julho	164	127	125	135	132
Agôsto	175	127	111	146	130
Setembro	178	129	122	162	140
Outubro	173	125	117	150	133
Novembro	180	131	110	134	126
Dezembro	171	133	139	119	136
1953 — Janeiro	173	134	104	107	115
Fevereiro	174	135	110	116	121
Março	166	129	118	113	123
Abril	172	131	117	171	140
Maio	167	132	124	136	133
Junho	165	132	126	132	132
Julho	176	128	122	167	142
Agôsto	189	127	117	175	143
Setembro	185	128	119	168	141
Outubro	183 (***)	127 (***)	...	159	...
Novembro	196 (***)	131 (***)	...	148	...
Dezembro	181 (***)	140 (***)	...	136	...

(*) Índices ajustados das variações estacionais.
Index numbers adjusted for the seasonal variations.

(**) Índice ponderado segundo o valor da produção no ano-base.
Index weighted according to value of production for base year.

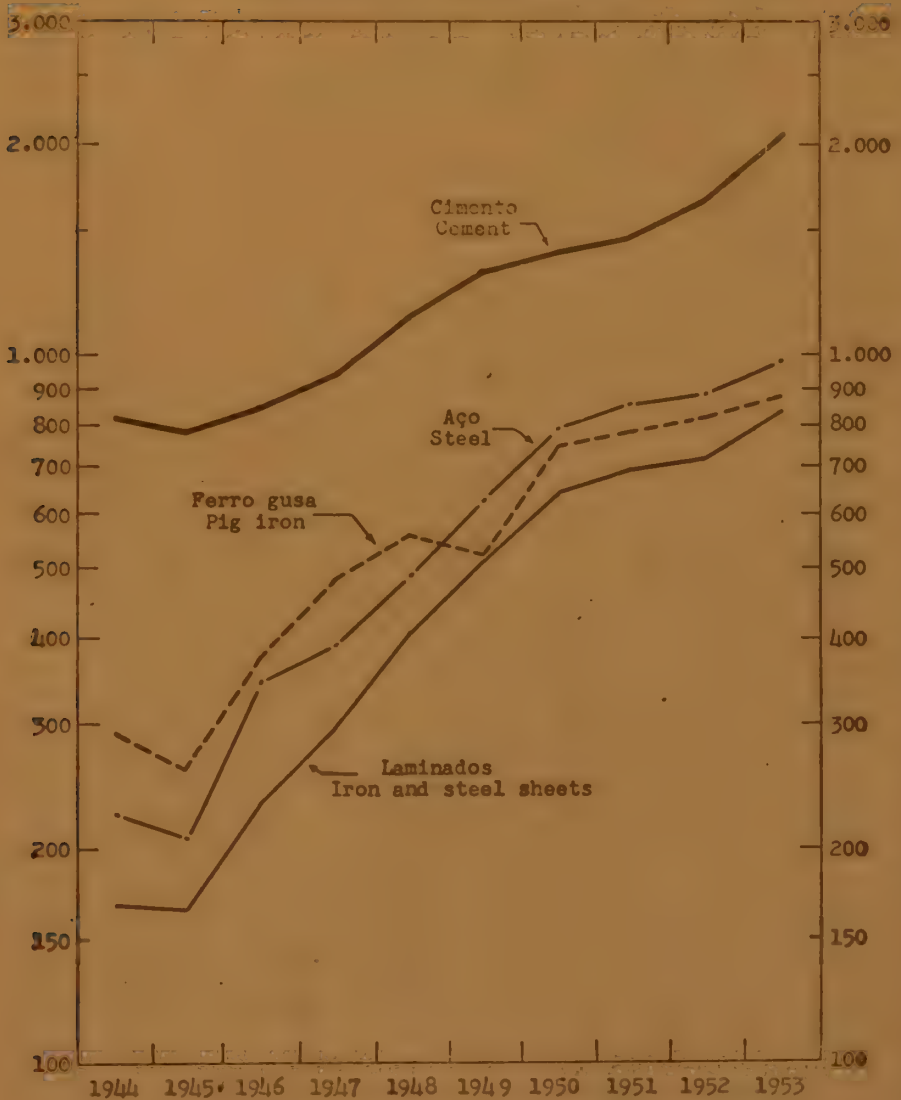
(***) Dados provisórios.
Provisional data.

Fonte / *Source* } "Conjuntura Econômica" — Fundação Getúlio Vargas.

BRASIL

PRODUÇÃO INDUSTRIAL
INDUSTRIAL PRODUCTION

CIMENTO, FERRO GUSA, AÇO E LAMINADOS
Cement, pig iron, steel, and iron steel sheets

VOLUME FÍSICO — (1.000 TONELADAS)
Physical volume — (1,000 metric tons)

BRASIL

PRODUÇÃO SIDERÚRGICA
IRON AND STEEL PRODUCTION

VOLUME FISICO E VALOR
Physical volume and value

Anos *Years*	Ferro gusa *Pig iron*		Aço *Steel*		Laminados *Iron and steel sheets*	
	Toneladas *Metric tons*	Cr$ 1.000	Toneladas *Metric tons*	Cr$ 1.000	Toneladas *Metric tons*	Cr$ 1.000
1929	33.707	8.409	26.842	13.072	29.898	23.919
1930	35.305	8.745	20.985	10.043	25.895	20.716
1931	28.114	6.369	23.130	10.984	18.892	15.114
1932	28.809	6.483	34.192	15.796	29.547	23.638
1933	46.774	11.671	53.567	24.646	42.362	33.890
1934	58.559	14.493	61.675	23.950	48.689	38.990
1935	64.082	14.957	64.231	25.278	52.358	39.347
1936	78.419	23.564	73.667	45.311	62.946	61.387
1937	98.101	33.452	76.430	55.663	71.419	76.248
1938	122.352	48.000	92.420	72.135	85.666	100.422
1939	160.016	59.434	114.095	90.169	100.996	113.755
1940	185.570	69.010	141.201	113.308	135.293	157.942
1941	208.795	89.372	155.357	135.778	149.928	189.131
1942	213.811	114.612	160.139	182.738	155.063	268.318
1943	248.376	174.833	185.621	305.435	157.620	403.527
1944	292.169	218.392	221.188	399.420	166.534	444.373
1945	259.909	209.090	205.935	359.393	165.805	416.059
1946	370.722	305.977	342.613	673.744	230.229	526.951
1947	480.929	429.860	386.971	781.336	296.686	729.116
1948	551.813	590.827	483 085	987.620	403.457	1.241.062
1949	511.715	560.285	615.069	1.263.026	505.540	1.624.274
1950	728.979	870.678	788.557	1.326.653	623.258	2.002.907
1951	776.248	1.110.633	842.977	1.598.383	696.551	2.528.775
1952	811.544	1.199.398	893.329	1.713.092	719.369	2.775.398
1953 (*)	885.263	1.728.664	982.881	2.043.990	833.118	3.405.435

(*) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

Fonte / *Source* } Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

PRODUÇÃO SIDERÚRGICA
IRON AND STEEL PRODUCTION

PREÇO MÉDIO POR TONELADA
Average price per metric ton

ANOS *Years*	FERRO GUSA *Pig iron*		AÇO *Steel*		LAMINADOS *Iron and steel sheets*	
	PREÇO MÉDIO *Average price* Cr$	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	PREÇO MÉDIO *Average price* Cr$	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	PREÇO MÉDIO *Average price* Cr$	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100
1929	249	67	487	62	800	71
1930	248	67	479	61	800	71
1931	227	61	475	60	800	71
1932	225	61	462	58	800	71
1933	250	67	460	58	800	71
1934	247	67	388	49	801	71
1935	233	63	394	50	752	67
1936	300	81	615	78	975	87
1937	341	92	728	92	1.068	95
1938	392	106	781	99	1.172	104
1939	371	100	790	100	1.126	100
1940	372	100	802	102	1.167	104
1941	428	115	874	111	1.261	112
1942	536	144	1.141	144	1.730	154
1943	704	190	1.645	208	2.560	227
1944	747	201	1.805	228	2.668	237
1945	804	217	1.745	221	2.509	223
1946	825	222	1.966	249	2.289	203
1947	894	241	2.019	256	2.458	218
1948	1.071	289	2.044	259	3.076	273
1949	1.095	295	2.053	260	3.213	285
1950	1.194	322	1.682	213	3.214	285
1951	1.431	386	1.896	240	3.630	322
1952	1.478	398	1.918	243	3.858	343
1953 (*)	1.953	526	2.080	263	4.088	363

(*) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

PRODUÇÃO INDUSTRIAL
INDUSTRIAL PRODUCTION

GADO ABATIDO
Cattle slaughtered

SPECIFICAÇÃO *pecification*	CABEÇAS ABATIDAS *Carcasses*		CARNE PRODUZIDA *Meat production*					
			QUANTIDADE *Quantity*		VALOR *Value*			
	QUANTIDADE *Quantity*	ÍNDICES *Indexes* 1946 = 100	TONELADAS *Metric tons*	ÍNDICES *Indexes* 1946 = 100	Cr$ 1.000	ÍNDICES *Indexes* 1946 = 100	Cr$ POR CABEÇA *Cr$ per unit*	Cr$ POR QUILOGRAMA *Cr$ per kilogram*
VINOS *ef*								
948	5.828.518	120	910.292	124	5.277.784	136	906	5,80
949	6.022.521	124	954.664	130	6.016.407	155	999	6,30
950	5.964.719	122	955.956	130	6.686.672	173	1.121	6,99
951	6.452.305	132	1.002.765	136	8.604.334	222	1.334	8,58
952	6.003.024	123	974.620	132	10.772.220	278	1.794	11,05
NOS *k*								
48	5.093.951	94	116.622	95	1.066.701	120	209	9,15
49	5.072.461	94	119.902	97	1.146.383	129	226	9,56
50	5.408.106	100	125.315	102	1.262.964	142	234	10,08
51	5.986.273	110	139.710	113	1.646.728	185	275	11,79
52	6.140.275	113	132.959	108	1.876.170	211	306	14,11
tton								
48	1.292.573	88	17.782	80	87.981	85	68	4,95
49	1.192.119	81	17.203	77	86.866	83	73	5,05
50	1.283.720	87	18.836	85	101.022	97	79	5,36
51	1.228.626	84	17.574	79	112.101	108	91	6,38
52	1.580.860	108	22.301	100	171.170	164	108	7,68
RINOS *ts*								
48	1.257.604	106	12.554	107	62.305	117	50	4,96
49	1.293.768	109	12.801	109	68.745	129	53	5,37
50	1.215.530	103	12.012	103	69.088	130	57	5,75
51	1.298.759	110	12.869	110	92.335	174	71	7,17
52	1.309.481	111	12.897	110	110.773	209	85	8,59

Fonte dos dados absolutos } Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.
Source of absolute data

BRASIL

PRODUÇÃO INDUSTRIAL
INDUSTRIAL PRODUCTION

LACTICINIOS
Milk products

a) Quantidade produzida (Toneladas)
Quantity produced (metric tons)

Produtos *Products*	1950	1951	1952
Leite condensado — *Condensed milk*	18.467	16.589	21.204
Leite pasteurizado — *Pasteurized milk*	161.460	174.190	181.998
Outros tipos de leite — *Other kinds of milk*	7.964	9.508	8.819
Manteiga — *Butter*	24.513	20.435	26.251
Queijos (diversos tipos) — *Cheese (several kinds)*	25.049	23.175	28.405
Outros derivados — *Others*	5.865	5.573	6.788
TOTAL	243.318	249.470	273.465

b) Valor da produção (Cr$ 1.000)
Value of production

Produtos *Products*	1950	1951	1952
Leite condensado — *Condensed milk*	221.603	232.252	296.850
Leite pasteurizado — *Pasteurized milk*	306.775	418.055	436.796
Outros tipos de leite — *Other kinds of milk*	63.908	104.739	97.166
Manteiga — *Butter*	633.087	613.050	845.886
Queijos (diversos tipos) — *Cheese (several kinds)*	412.033	463.502	568.092
Outros derivados — *Others*	84.850	105.506	134.986
TOTAL	1.722.256	1.937.104	2.379.776

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

PRODUÇÃO DE ALCOOL-MOTOR
FUEL-ALCOHOL PRODUCTION

1.000 LITROS
1,000 liters

a) POR ANOS
Yearly

ANOS *Years*	ALCOOL-MOTOR *Fuel-alcohol*	SUBSTÂNCIAS UTILIZADAS NA MISTURA *Substances used in the composition*		
		ALCOOL *Alcohol*	GASOLINA *Gasoline*	OUTRAS *Others*
1944	141.736	82.832	58.777	127
1945	111.242	36.134	75.108	—
1946	117.813	28.222	89.591	—
1947	558.780	76.067	482.713	—
1948	633.579	92 903	540.676	—
1949	466.752	70.725	396.027	—
1950	111.449	10.853	100.596	—
1951	81.183	15.187	65.996	—
1952	402.175	51.835	350.340	—
1953 (*)	604.343	80.925	523.418	—

b) POR UNIDADES FEDERADAS
By Federal States

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1944	1945	1946	1947	1948
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	—
Paraíba	1.253	1.080	732	1.099	406
Pernambuco	75.175	27.549	38.515	105.524	128.914
Alagoas	7.784	3.315	3.391	2.788	3.531
Sergipe	581	1.071	149	409	115
Bahia	3.219	1.258	—	—	—
Minas Gerais	2.168	656	1.064	673	1.213
Espírito Santo	143	100	16	28	131
Rio de Janeiro	2.175	1.359	537	303	419
Distrito Federal	11.338	47.851	47.580	246.700	344.461
São Paulo	37.900	26.981	25.806	201.252	154.389
Paraná	—	22	23	4	—
BRASIL	**141.736**	**111.242**	**117.813**	**558.780**	**633.579**

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1949	1950	1951	1952	1953 (*)
Rio Grande do Norte	—	—	—	34	—
Paraíba	173	1	8	4	3.322
Pernambuco	122.176	51.206	80.410	162.879	155.878
Alagoas	876	632	577	540	351
Sergipe	1	1	1	4	60
Bahia	—	—	—	—	—
Minas Gerais	505	194	124	142	7
Espírito Santo	91	71	22	12	11
Rio de Janeiro	102	2	2	—	—
Distrito Federal	262.388	59.162	—	168.447	205.223
São Paulo	80.440	180	39	70.113	239.491
Paraná	—	—	—	—	—
BRASIL	**466.752**	**111.449**	**81.183**	**402.175**	**604.343**

(*) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

Fonte / *Source*: **Instituto do Açúcar e do Alcool.**

BRASIL

PRODUÇÃO DE DERIVADOS DO PETRÓLEO (*)
Production of petroleum products

Anos *Years*	Gasolina *Gasoline* — Motor *Gasoline* Litros *Liters*	Gasolina *Gasoline* — Solvente *Solvents* Litros *Liters*	Dissolventes *Other solvents* Litros *Liters*	Querosene *Kerosene* Litros *Liters*
1944	15.747.252	2.907.900	—	5.470.617
1945	11.165.993	2.667.110	—	3.531.023
1946	20.208.361	2.811.800	708.447	8.688.365
1947	19.531.280	1.674.100	419.928	6.054.394
1948	19.912.327	1.326.800	764.851	4.887.888
1949	23.745.442	905.500	1.311.506	7.798.376
1950	25.790.742	1.218.300	1.890.922	8.270.934
1951	57.675.019	7.152.010	—	9.154.353
1952	75.500.219	6.101.006	—	13.370.666
1953	117.946.353	12.051.144	1.056.978	20.012.320

Anos *Years*	Óleos *Oils* — Diesel *Oil* (**) Quilos *Kilos*	Óleos *Oils* — Combustível *Fuel oil* Quilos *Kilos*	Óleos *Oils* — Lubrificante *Lubricating oils* Litros *Liters*	Matéria-prima *Stock oil for blending* — Dissolvente *Other solvents* Litros *Liters*	Matéria-prima *Stock oil for blending* — Lubrificante *Lubricating oils* Litros *Liters*
1944	13.698.357	7.708.880	1.062.342	—	819.376
1945	10.226.987	13.060.380	537.272	—	793.200
1946	13.069.450	13.577.808	459.198	2.018.850	269.797
1947	14.458.165	14.377.319	660.555	1.026.500	250.410
1948	16.433.661	19.672.034	434.605	1.360.603	342.310
1949	19.095.938	17.359.844	365.252	2.287.600	693.970
1950	20.608.988	13.661.275	361.042	2.825.500	447.050
1951	28.072.679	37.951.542	485.761	5.894.126	768.588
1952	31.199.596	61.090.030	626.117	6.463.149	770.311
1953	37.031.841	89.801.301	561.420	9.541.380	660.437

(*) Refinarias.
Refineries.

(**) Inclusive "ultra-oil" e "gas-oil".
Including "ultra-oil" and "gas-oil".

Fonte / *Source*: Conselho Nacional do Petróleo.

BRASIL

ENERGIA ELÉTRICA
ELECTRIC POWER

CONSUMO TOTAL NAS CAPITAIS BRASILEIRAS
Total consumption in the States Capital Cities

MÉDIAS MENSAIS (1.000 kWh)
Monthly averages (1,000 kWh)

CAPITAIS *Cities*	1949	1950	1951	1952	1953
Pôrto Velho	149	161	180	187	211
Rio Branco	21	26	32	45	58
Manaus	518	480	480	475	472(1)
Boa Vista	5	6	17	17	15(2)
Belém	672	663	896	1.138	1.240
Macapá	62	92	122	125	141(3)
São Luís	359	384	405	456	503(3)
Teresina	15	20	67	91	174(4)
Fortaleza	1.122	1.178	1.221	1.273	1.463
Natal	533	573	626	700	782(3)
João Pessoa	446	413	744	...	...
Recife	6.517	7.558	8.289	8.759	9.367(3)
Maceió	449	438	508	565	614
Aracaju	229	269	323	475	1.249
Salvador	6.403	6.848	7.011	7.310	7.538(3)
Belo Horizonte	8.361	8.808	9.620	11.508	13.022(5)
Vitória	774	850	801	922	1.052
Niterói	4.332	4.888	5.083	5.568	5.517
Rio de Janeiro	92.595	98.276	103.735	106.366	106.486(3)
São Paulo	133.292	139.978	145.237	150.447	149.629
Curitiba	3.926	4.622	4.660	6.115	7.139
Florianópolis	207	275	486	706	838
Pôrto Alegre	8.104	8.460	9.176	10.444	11.554(6)
Cuiabá	209	212(*)	212(*)	212(*)	...
Goiânia	343	317	359	449	531(1)

(1) Média de 10 meses — *10 month average.*
(2) Média de 3 meses — *3 month average.*
(3) Média de 11 meses — *11 month average.*
(4) Média de 6 meses — *6 month average.*
(5) Média de 9 meses — *9 month average.*
(6) Média de 8 meses — *8 month average.*
(*) Estimativa — *Estimate.*

Fonte / *Source*: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

BRASIL

CONSUMO APARENTE DE ARROZ
APPARENT CONSUMPTION OF RICE

ANOS *Years*	PRODUÇÃO *Production* TONELADAS *Metric tons* a	EXPORTAÇÃO *Exports* TONELADAS *Metric tons* b	CONSUMO APARENTE *Apparent consumption* TONELADAS *Metric tons* a — b	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A 1939 *Percent change* 1939 = 100
1949	2.720.159	991	2.719.168	+ 90,9 %
1950	3.217.690	80.305	3.137.385	+ 120,3 %
1951	3.182.080	118.121	3.063.959	+ 115,1 %
1952	2.931.110	162.268	2.768.842	+ 94,4 %
1953 (*)	3.160.740	2.787	3.157.953	+ 121,7 %

CONSUMO APARENTE DE MILHO
APPARENT CONSUMPTION OF MAIZE

ANOS *Years*	PRODUÇÃO *Production* TONELADAS *Metric tons* a	EXPORTAÇÃO *Exports* TONELADAS *Metric tons* b	CONSUMO APARENTE *Apparent consumption* TONELADAS *Metric tons* a — b	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A 1939 *Percent change* 1939 = 100
1949	5.448.879	21	5.448.858	+ 2,4 %
1950	6.023.549	11.698	6.011.851	+ 13,0 %
1951	6.218.030	295.251	5.922.779	+ 11,3 %
1952	5.906.916	28.415	5.878.501	+ 10,5 %
1953 (*)	6.109.740	7	6.109.733	+ 14,8 %

(*) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

Fontes dos dados absolutos / *Sources of absolute data*:
- Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

CONSUMO APARENTE DE AÇÚCAR
APPARENT CONSUMPTION OF SUGAR

TONELADAS MÉTRICAS
Metric tons

Anos *Years*	Produção (*) *Production* a	Exportação *Exports* b	Consumo aparente *Apparent consumption* a — b	Consumo aparente: Variação em relação a 1939 *Percent change* 1939 = 100
1949	1.390.830	38.700	1.352.130	+ 83,6 %
1950	1.403.010	23.550	1.379.460	+ 87,4 %
1951	1.606.685	19.379	1.587.306	+ 115,6 %
1952	1.785.017	44.323	1.740.694	+ 136,5 %
1953	2.001.745 (**)	255.871	1.745.874 (**)	+ 137,2 %

CONSUMO APARENTE DE TRIGO
APPARENT CONSUMPTION OF WHEAT

TONELADAS MÉTRICAS
Metric tons

Anos *Years*	Trigo em grão *Wheat*: Produção *Production* a	Trigo em grão *Wheat*: Importação *Imports* b	Trigo em grão *Wheat*: a + b	Equivalente de a + b em farinha de trigo (***) *a + b in terms of wheat flour* c	Importação de farinha de trigo *Wheat flour imports* d	Consumo aparente *Apparent consumption* c + d	Consumo aparente: Variação em relação a 1939 *Percent change* 1939 = 100
1949	437.506	802.655	1.240.161	868.113	133.749	1.001.862	+ 28,2 %
1950	532.351	1.228.372	1.760.723	1.232.506	6.661	1.239.167	+ 58,6 %
1951	423.646	1.305.512	1.729.158	1.210.411	63.129	1.273.540	+ 63,0 %
1952	689.500	1.134.290	1.823.790	1.276.653	94.333	1.370.986	+ 75,5 %
1953 (**) ...	821.777	1.615.539	2.437.316	1.706.121	30.664	1.736.785	+ 122,3 %

(*) Açúcar de usina.
Sugar of sugar-mills.

(**) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

(***) Base: 1 tonelada de trigo em grão = 700 kg de farinha.
1 ton of wheat = 0.7 ton of wheat flour.

Fontes dos dados absolutos / *Sources of absolute data*:
Instituto do Açúcar e do Álcool.
Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.
Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

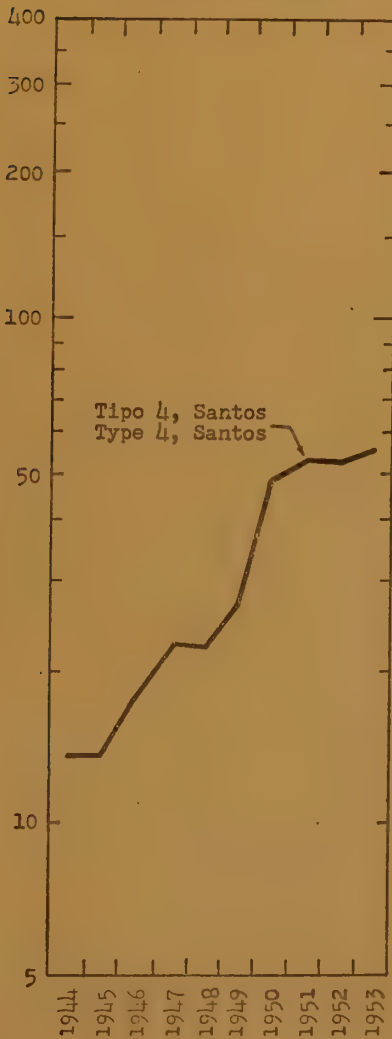
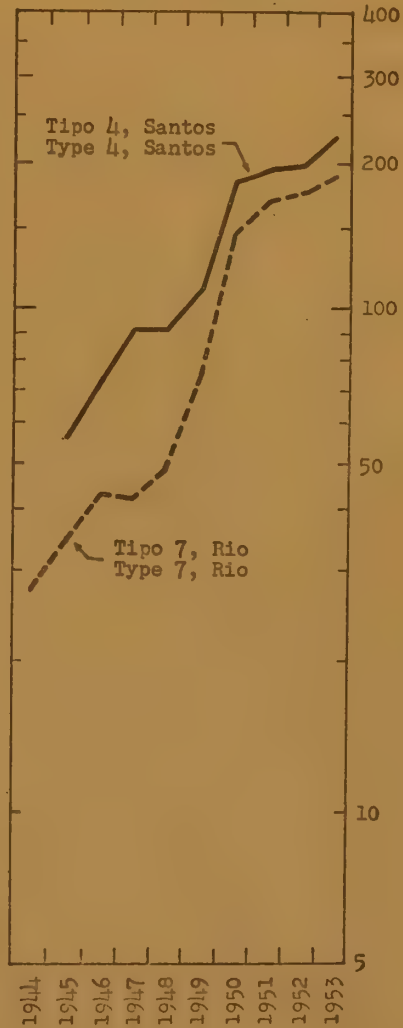
CAFÉ
COFFEE

PREÇOS MÉDIOS DO DISPONÍVEL
Average prices of available stocks

PERÍODOS *Periods*	MERCADO DE NOVA YORK *New York market* — SANTOS, TIPO 4 MOLE *Santos, type 4 Soft*		MERCADO DE SANTOS *Santos market* — TIPO 4, MOLE *Type 4, Soft*		MERCADO DO RIO DE JANEIRO *Rio de Janeiro market* — TIPO 7 *Type 7*	
	U. S. CENTS POR LIBRA *U. S. cents per pound*	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	CRUZEIROS POR 10 KG *Cruzeiros per 10 kg*	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	CRUZEIROS POR 10 KG *Cruzeiros per 10 kg*	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100
1929	22	293	33,43	170	24,99	183
1930	12 7/8	172	20,29	103	13,99	103
1931	8 5/8	115	15,94	81	12,31	90
1932	10 1/2	140	15,21	77	12,39	91
1933	9	120	13,01	66	10,39	76
1934	11 1/8	148	17,05	87	15,02	110
1935	8 7/8	118	16,30	83	11,86	87
1936	9 3/8	125	17,90	91	13,94	102
1937	11	147	23,10	117	17,76	130
1938	7 5/8	102	19,80	101	12,34	90
1939	7 1/2	100	19,70	100	13,64	100
1940	7	93	18,76	95	13,07	96
1941	11 1/8	148	33,20	169	22,70	166
1942	13 3/8	178	43,11	219	27,19	202
1943	13 3/8	178	Nominal	—	26,40	194
1944	13 3/8	178	Nominal	—	27,43	201
1945	13 3/8	178	55,01	279	33,88	248
1946	17 3/8	232	72,52	368	43,57	319
1947	22 3/4	303	92,21	468	42,13	309
1948	22 5/8	302	91,24	463	48,75	357
1949	27 3/8	365	111,10	564	77,23	566
1950	49 1/2	660	184,90	939	141,79	1.040
1951	53,82	718	195,67	993	169,26	1.241
1952	53,18	709	197,35	1.002	172,28	1.263
1953	55,95	746	229,44	1.165	188,65	1.383
1953 — Janeiro	53,25	710	195,00	990	176,00	1.290
Fevereiro	53,75	717	199,30	1.012	177,80	1.304
Março	56,58	754	219,36	1.114	187,68	1.376
Abril	54,99	733	207,84	1.055	189,00	1.386
Maio	54,25	723	201,00	1.020	185,00	1.356
Junho	54,75	730	205,00	1.041	182,00	1.334
Julho	56,72	756	220,83	1.121	183,20	1.343
Agôsto	58,35	778	240,85	1.223	185,10	1.357
Setembro	58,58	781	242,45	1.231	179,17	1.314
Outubro	56,45	753	258,80	1.314	196,15	1.438
Novembro	55,29	737	264,58	1.343	204,60	1.500
Dezembro	58,55	781	298,38	1.515	218,15	1.599

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Instituto Brasileiro do Café.

BRASIL

CAFÉ
COFFEE

PREÇOS MÉDIOS DO DISPONÍVEL
Average prices of available stocks

BRASIL

ALGODÃO EM RAMA
RAW COTTON

PREÇOS MÉDIOS DO DISPONÍVEL
Average prices of available stocks

Períodos *Periods*	Mercado de Nova York *New York market*		Mercado de São Paulo *São Paulo market*	
	American M. Upland		Tipo 5 *Type 5*	
	U. S. cents por libra *U. S. cents per pound*	Indices *Indexes* 1939 = 100	Cruzeiros por 15 kg *Cruzeiros per 15 kg*	Indices *Indexes* 1939 = 100
1939	9.45	100	51,92	100
1940	10.49	111	49,08	95
1941	14.66	155	44,70	86
1942	16.79	178	57,87	111
1943	21.34	226	74,39	143
1944	21.82	231	82,88	160
1945	23.33	247	87,08	168
1946	31.00	328	136,86	264
1947	35.14	372	158,48	305
1948	34.67	367	187,00	360
1949	32.47	344	199,47	384
1950	37.07	392	250,95	483
1951	42.42	449	358,21	690
1952	39.72	420	295,39	569
1953	33.81	358	255,67	492
1953 — Janeiro	33.24	352	283,65	546
Fevereiro	33.76	357	286,88	553
Março	34.09	361	263,14	507
Abril	33.86	358	245,42	473
Maio	34.30	363	238,11	459
Junho	34.10	361	244,00	470
Julho	34.20	362	235,19	453
Agôsto	33.82	358	233,67	450
Setembro	33.69	357	236,52	456
Outubro	33.52 (*)	355	259,82	500
Novembro	33.61	356	270,00	520
Dezembro	33.51	355	271,58	523

(*) A partir de 13 de outubro a conversão foi feita na base do Dólar a Cr$ 28,36.
From October 13, the conversion of dollar was made on the basis of Cr$ 28.36.

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Bôlsa de Mercadorias de São Paulo.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

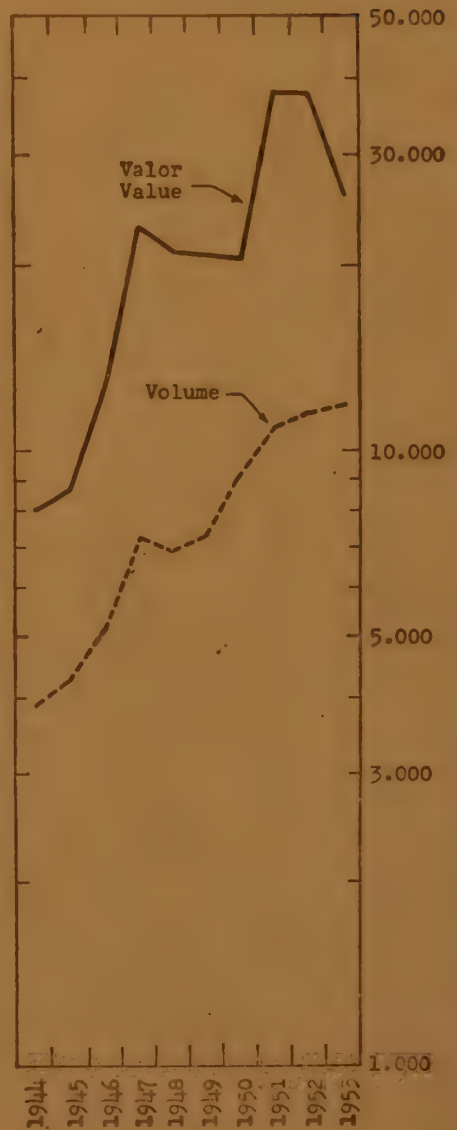
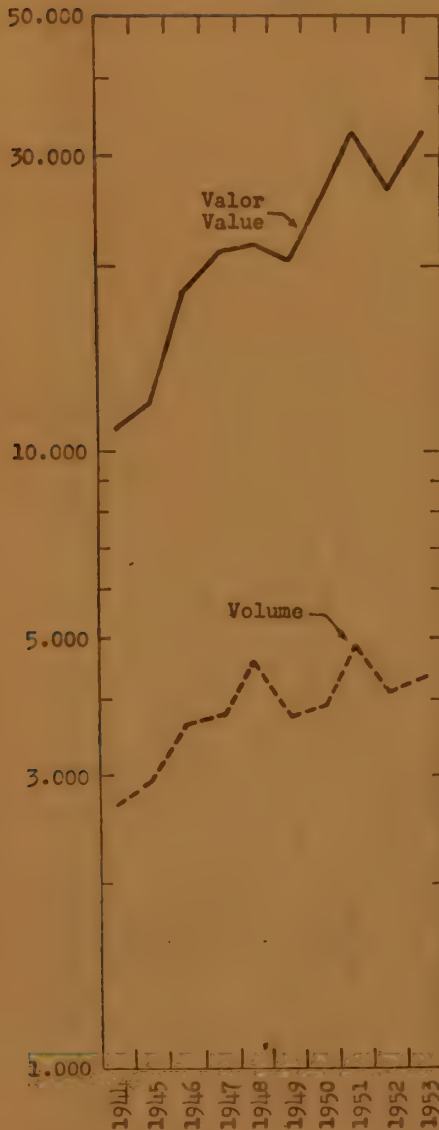
ANOS *Years*	EXPORTAÇÃO *Exports*			IMPORTAÇÃO *Imports*			SALDO *Balance*
	1.000 TONELADAS *1,000 metric tons*	Cr$ 1.000.000	PREÇO MÉDIO POR TONELADA *Average price per metric ton* Cr$	1.000 TONELADAS *1,000 metric tons*	Cr$ 1.000.000	PREÇO MÉDIO POR TONELADA *Average price per metric ton* Cr$	Cr$ 1.000.000
1929	2.189	3.860	1.763	5.928	3.528	595	+ 332
1930	2.274	2.907	1.279	4.734	2.344	495	+ 563
1931	2.236	3.398	1.520	3.476	1.881	541	+ 1.517
1932	1.632	2.537	1.554	3.254	1.519	467	+ 1.018
1933	1.911	2.820	1.476	3.838	2.165	564	+ 655
1934	2.185	3.459	1.583	3.846	2.503	651	+ 956
1935	2.762	4.104	1.486	4.229	3.856	912	+ 248
1936	3.109	4.895	1.575	4.468	4.269	955	+ 626
1937	3.296	5.092	1.545	5.100	5.315	1.042	— 223
1938	3.934	5.097	1.296	4.913	5.196	1.057	— 99
1939	4.183	5.616	1.343	4.789	4.984	1.041	+ 632
1940	3.237	4.961	1.532	4.336	4.964	1.145	— 3
1941	3.536	6.726	1.902	4.049	5.514	1.362	+ 1.212
1942	2.661	7.500	2.819	3.012	4.693	1.558	+ 2.807
1943	2.696	8.729	3.237	3.303	6.162	1.866	+ 2.567
1944	2.671	10.727	4.015	3.842	7.997	2.082	+ 2.730
1945	2.987	12.198	4.083	4.292	8.617	2.008	+ 3.581
1946	3.663	18.230	4.977	5.061	13.029	2.574	+ 5.201
1947	3.781	21.179	5.601	7.161	22.789	3.182	— 1.610
1948	4.658	21.697	4.658	6.804	20.985	3.086	+ 712
1949	3.744	20.153	5.383	7.179	20.649	2.876	— 495
1950	3.819	24.913	6.523	8.968	20.313	2.265	+ 4.600
1951	4.852	32.514	6.701	10.995	37.198	3.383	— 4.684
1952	4.091	26.065	6.371	11.394	37.179	3.263	— 11.114
1953	4.378	32.047	7.320	11.792	25.152	2.133	+ 6.895

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO E IMPORTAÇAO
Exports and Imports

VOLUME (1.000 t) — VALOR (Cr$ 1.000.000)
Volume (1,000 t) — Value (Cr$ 1,000,000)

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

RESUMO SEGUNDO AS GRANDES CLASSES DE MERCADORIAS
Summary of exports and imports by commodity classes

1940 — 1953

EXPORTAÇÃO
Exports

ANOS *Years*	ANIMAIS VIVOS *Livestock*	MATÉRIAS-PRIMAS *Raw materials*	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS *Food-stuffs*	MANUFATURAS *Manufactures*	TOTAL
QUANTIDADE (1.000 TONELADAS) *Quantity (1,000 metric tons)*					
1940	0	1.465	1.743	29	3.237
1941	0	2.217	1.270	49	3.536
1942	0	1.621	976	64	2.661
1943	0	1.547	1.083	66	2.696
1944	0	1.208	1.412	51	2.671
1945	0	1.529	1.395	63	2.987
MÉDIA 1940/45	**0**	**1.598**	**1.313**	**54**	**2.965**
1946	2	1.596	2.026	39	3.663
1947	0	1.785	1.951	45	3.781
1948	0	2.304	2.320	34	4.658
1949	0	1.961	1.753	30	3.744
1950	0	2.243	1.559	17	3.819
MÉDIA 1946/50	**0**	**1.978**	**1.922**	**33**	**3.933**
1951	0	2.891	1.942	19	4.852
1952	0	2.514	1.560	17	4.091
1953	0	2.771	1.600	7	4.378
VALOR (Cr$ 1.000.000) *Value*					
1940	0	2.143	2.688	130	4.961
1941	0	3.244	3.113	369	6.726
1942	0	3.057	3.324	1.119	7.500
1943	0	2.994	4.017	1.718	8.729
1944	0	3.896	5.233	1.598	10.727
1945	1	4.541	5.434	2.221	12.197
MÉDIA 1940/45	**0**	**3.313**	**3.968**	**1.192**	**8.473**
1946	18	7.583	9.284	1.345	18.230
1947	3	8.259	11.287	1.630	21.179
1948	7	7.985	12.993	712	21.697
1949	4	5.897	13.697	555	20.153
1950	0	5.943	18.676	294	24.913
MÉDIA 1946/50	**6**	**7.134**	**13.187**	**907**	**21.234**
1951	1	9.676	22.527	310	32.514
1952	2	4.618	21.316	129	26.065
1953	0	6.839	25.008	200	32.047

Fontes / *Sources*: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda — (até 1952). "Comércio Internacional" — Cexim — Banco do Brasil S. A. — (1953).

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

RESUMO SEGUNDO AS GRANDES CLASSES DE MERCADORIAS
Summary of exports and imports by commodity classes

1940 — 1953

IMPORTAÇÃO
Imports

ANOS *Years*	ANIMAIS VIVOS *Livestock*	MATÉRIAS-PRIMAS *Raw materials*	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS *Food-stuffs*	MANUFATURAS *Manufactures*	TOTAL
		QUANTIDADE (1.000 TONELADAS) *Quantity (1,000 metric tons)*			
1940	46	2.809	958	523	4.336
1941	44	2.510	993	507	4.054
1942	18	1.668	1.013	313	3.012
1943	3	1.706	1.122	472	3.303
1944	7	1.933	1.378	525	3.843
1945	24	2.346	1.357	565	4.292
MÉDIA 1940/45	**24**	**2.162**	**1.137**	**484**	**3.807**
1946	12	3.567	670	812	5.061
1947	7	4.935	1.028	1.189	7.159
1948	4	4.923	933	944	6.804
1949	4	5.183	1.114	878	7.179
1950	23	6.384	1.431	1.130	8.968
MÉDIA 1946/50	**10**	**4.998**	**1.035**	**991**	**7.034**
1951	18	7.608	1.614	1.755	10.995
1952	10	8.443	1.482	1.459	11.394
1953	6	9.027	1.940	819	11.792
		VALOR (Cr$ 1.000.000) *Value*			
1940	44	1.671	733	2.516	4.964
1941	42	1.845	752	2.886	5.525
1942	28	1.612	791	2.264	4.695
1943	12	1.898	1.056	3.263	6.229
1944	22	2.460	1.688	3.959	8.129
1945	72	2.428	2.157	4.090	8.747
MÉDIA 1946/45	**37**	**1.986**	**1.196**	**3.163**	**6.382**
1946	55	3.424	2.494	7.056	13.029
1947	45	4.961	4.072	13.711	22.789
1948	36	4.891	3.900	12.158	20.985
1949	45	5.173	3.605	11.825	20.648
1950	174	5.832	3.470	10.837	20.313
MÉDIA 1946/50	**71**	**4.856**	**3.508**	**11.117**	**19.552**
1951	130	10.230	4.597	22.241	37.198
1952	111	9.937	4.798	22.333	37.179
1953	86	8.082	5.534	11.450	25.152

Fontes / *Sources*:
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda — (até 1952).
- "Comércio Internacional" — Cexim — Banco do Brasil S. A. — (1953).

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO POR CLASSES
Exports according to classes

a) VOLUME FÍSICO (1.000 TONELADAS)
Physical volume (1,000 metric tons)

CLASSES	1949	1950	1951	1952	1953
Animais vivos — *Livestock*	0	0	0	0	0
Matérias-primas — *Raw materials* ...	1.961	2.243	2.891	2.514	2.771
Gêneros alimentícios — *Food-stuffs*..	1.753	1.559	1.942	1.560	1.600
Manufaturas — *Manufactures*	30	17	19	17	7
TOTAL	**3.744**	**3.819**	**4.852**	**4.091**	**4.378**

b) VALOR (Cr$ 1.000.000)
Value

CLASSES	1949	1950	1951	1952	1953
Animais vivos — *Livestock*	4	0	0	2	0
Matérias-primas — *Raw materials* ...	5.897	5.943	9.676	4.618	6.839
Gêneros alimentícios — *Food-stuffs*..	13.697	18.676	22.527	21.316	25.008
Manufaturas — *Manufactures*	555	294	311	129	200
TOTAL	**20.153**	**24.913**	**32.514**	**26.065**	**32.047**

c) PREÇO MÉDIO POR TONELADA (CRUZEIROS)
Average price per metric ton (Cruzeiros)

CLASSES	1949	1950	1951	1952	1953
Animais vivos — *Livestock*	10.820	52.667	26.223	22.611	100.957
Matérias-primas — *Raw materials* ...	3.007	2.650	3.347	1.837	2.468
Gêneros alimentícios — *Food-stuffs*..	7.813	11.977	11.601	13.659	15.630
Manufaturas — *Manufactures*	18.758	17.152	16.121	7.643	28.571
GERAL — General average prices.	5.383	6.523	6.701	6.371	7.320

Fontes / *Sources*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda — (até 1952). "Comércio Internacional" — Cexim — Banco do Brasil S. A. — (1953).

BRASIL
COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇAO POR CLASSES
Imports according to classes

a) VOLUME FÍSICO (1.000 TONELADAS)
Physical volume (1,000 metric tons)

CLASSES	1949	1950	1951	1952	1953
Animais vivos — *Livestock*	4	23	18	10	6
Matérias-primas — *Raw materials* .	5.183	6.384	7.608	8.443	9.027
Gêneros alimentícios — *Food-stuffs*	1.114	1.431	1.614	1.482	1.940
Manufaturas — *Manufactures*	878	1.130	1.755	1.459	819
TOTAL	7.179	8.968	10.995	11.394	11.792

b) VALOR (Cr$ 1.000.000)
Value

CLASSES	1949	1950	1951	1952	1953
Animais vivos — *Livestock*	45	174	180	111	86
Matérias-primas — *Raw materials* .	5.173	5.832	10.230	9.937	8.082
Gêneros alimentícios — *Food-stuffs*	3.605	3.470	4.597	4.798	5.534
Manufaturas — *Manufactures*	11.825	10.837	22.241	22.333	11.450
TOTAL	20.648	20.313	37.198	37.179	25.152

c) PREÇO MÉDIO POR TONELADA (CRUZEIROS)
Average price per metric ton (Cruzeiros)

CLASSES	1949	1950	1951	1952	1953
Animais vivos — *Livestock*	10.987	7.519	7.222	8.263	13.715
Matérias-primas — *Raw materials* .	998	914	1.345	15.306	895
Gêneros alimentícios — *Food-stuffs*	3.237	2.425	2.848 11.377	3.237	2.853
Manufaturas — *Manufactures*	13.470	9.587	12.673	1.177	13.980
GERAL .... General average prices	2.876	2.265	3.383		2.133

Fontes / *Sources*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda — (até 1952). "Comércio Internacional" — Cexim — Banco do Brasil S. A. — (1953).

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO E IMPORTAÇAO POR CLASSES
Exports and imports according to classes

% DO TOTAL
% on total

a) VOLUME FÍSICO
Physical volume

ANOS *Years*	ANIMAIS VIVOS *Livestock*	MATÉRIAS-PRIMAS *Raw materials*	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS *Food-stuffs*	MANUFATURAS *Manufactures*	TOTAL
EXPORTAÇÃO: *Exports:*					
1949	0 %	52 %	47 %	1 %	100 %
1950	0 %	59 %	41 %	0 %	100 %
1951	0 %	60 %	40 %	0 %	100 %
1952	0 %	62 %	38 %	0 %	100 %
1953	0 %	63 %	37 %	0 %	100 %
IMPORTAÇÃO: *Imports:*					
1949	0 %	72 %	16 %	12 %	100 %
1950	0 %	71 %	16 %	13 %	100 %
1951	0 %	69 %	15 %	16 %	100 %
1952	0 %	74 %	13 %	13 %	100 %
1953	0 %	77 %	16 %	7 %	100 %

b) VALOR
Value

ANOS *Years*	ANIMAIS VIVOS *Livestock*	MATÉRIAS-PRIMAS *Raw materials*	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS *Food-stuffs*	MANUFATURAS *Manufactures*	TOTAL
EXPORTAÇÃO: *Exports:*					
1949	0 %	29 %	68 %	3 %	100 %
1950	0 %	24 %	75 %	1 %	100 %
1951	0 %	30 %	69 %	1 %	100 %
1952	0 %	18 %	82 %	0 %	100 %
1953	0 %	22 %	78 %	0 %	100 %
IMPORTAÇÃO: *Imports:*					
1949	0 %	25 %	18 %	57 %	100 %
1950	1 %	29 %	17 %	53 %	100 %
1951	0 %	28 %	12 %	60 %	100 %
1952	0 %	27 %	13 %	60 %	100 %
1953	0 %	32 %	22 %	46 %	100 %

Fontes dos dados absolutos / *Sources of absolute data*:
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda — (até 1952).
- "Comércio Internacional" — Cexim — Banco do Brasil S. A. — (1953).

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO POR ÁREAS MONETÁRIAS
Exports and imports according to monetary areas

1953

a) MOEDAS CONVERSÍVEIS (DÓLAR, ESCUDO E FRANCO-SUÍÇO)
Convertible currencies (Dollar, Escudo and Swiss Franc)

Cr$ 1.000

PAÍSES E TERRITÓRIOS *Countries and territories*	EXPORTAÇÃO *Exports*	IMPORTAÇÃO *Imports*	+ OU — NA EXPORTAÇÃO *+ or — in exports*
América Central — *Central America*	12.462	6.032	+ 6.430
Antilhas Holandesas — *Dutch West Indies*	383	1.919.998	— 1.919.615
Canadá e Terra Nova — *Canada and Newfoundland*	510.894	771.785	— 260.891
Colômbia — *Colombia*	771	9	+ 762
Equador — *Equator*	13.720	5.148	+ 8.572
Estados Unidos — *United States of America*	15.315.682	6.954.430	+ 8.361.252
Filipinas — *Philippines*	7.450	—	+ 7.450
México — *Mexico*	1.560	8.604	— 7.044
Peru — *Peru*	1.126	7.660	— 6.534
Suíça — *Switzerland*	58.040	232.063	— 174.023
Trinidad — *Trinidad*	350	288.219	— 287.869
Venezuela — *Venezuela*	10.478	1.748.838	— 1.738.360
TOTAL	15.932.916	11.942.786	+ 3.990.130

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO E IMPORTAÇAO POR AREAS MONETARIAS
Exports and imports according to monetary areas

1 9 5 3

b) MOEDAS INCONVERSÍVEIS
Inconvertible currencies

Cr$ 1.000

PAÍSES E TERRITÓRIOS *Countries and territories*	EXPORTAÇÃO *Exports*	IMPORTAÇÃO *Imports*	+ OU — NA EXPORTAÇÃO *+ or — in exports*
Alemanha — *Germany*	3.081.270	2.050.680	+ 1.030.590
Argentina — *Argentina*	1.568.052	3.479.188	— 1.911.136
Austrália — *Australia*	71.077	9.367	+ 61.710
Austria — *Austria*	111.502	127.148	— 15.646
Chile — *Chile*	227.898	237.422	— 9.524
Dinamarca — *Denmark*	545.211	547.747	— 2.536
Egito — *Egypt*	35.309	—	+ 35.309
Espanha e dependências — *Spain and dependencies*	246.606	244.595	+ 2.011
Finlândia — *Finland*	344.525	160.654	+ 183.871
França e dependências — *France and dependencies*	1.913.642	2.315.532	— 401.890
Grã-Bretanha — *Great-Britain*	1.603.588	936.739	+ 666.849
Grécia — *Greece*	77.394	43.606	+ 33.788
Holanda — *Holland*	809.526	309.207	+ 500.319
Islândia — *Island*	25.820	14.572	+ 11.248
Itália — *Italy*	936.536	510.030	+ 426.506
Iugoslávia — *Yugoslavia*	84.654	38.271	+ 46.383
Japão — *Japan*	1.008.707	220.509	+ 788.198
Noruega — *Norway*	347.097	235.870	+ 111.227
Polônia — *Poland*	33.337	36.740	— 3.403
Portugal e dependências — *Portugal and dependencies*	194.078	64.209	+ 129.869
Suécia — *Sweden*	1.083.538	1.079.975	+ 3.563
Tcheco-Eslováquia — *Czechoslovakia*	182.437	152.303	+ 30.134
Turquia — *Turkey*	102.471	1.171	+ 101.300
União Belgo-Luxemburguesa — *Union Belgium Luxembourg*	486.679	130.696	+ 355.983
União Sul-Africana — *Union of South Africa*	124.718	810	+ 123.908
Uruguai — *Uruguay*	484.276	234.702	+ 249.574
Outros países — *Other countries*	384.413	27.550	+ 356.863
TOTAL	16.114.361	13.209.293	+ 2.905.068

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇÃO POR UNIDADES FEDERADAS
Exports by Federal States

Cr$ 1.000.000

UNIDADES FEDERADAS (*) *Federal States*	1949	1950	1951	1952	1953
Guaporé	0	0	—	—	—
Acre	—	—	—	—	—
Amazonas	114	152	229	112	184
Rio Branco	—	—	—	—	—
Pará	170	204	240	150	308
Amapá	0	—	0	1	3
Maranhão	267	303	338	104	101
Piauí	57	6	1	0	—
Ceará	271	410	489	176	233
Rio Grande do Norte	45	57	118	51	59
Paraíba	200	331	521	271	152
Pernambuco	348	330	639	300	551
Alagoas	57	9	2	25	108
Sergipe	—	—	—	—	—
Bahia	1.513	2.115	1.980	1.321	2.467
Minas Gerais	...	...	...	...	...
Espírito Santo	602	706	911	1.151	1.598
Rio de Janeiro	216	173	390	285	108
Distrito Federal	3.357	4.069	6.308	4.539	4.923
São Paulo	10.207	12.308	14.500	12.144	13.990
Paraná	1.421	2.373	3.980	4.009	5.290
Santa Catarina	257	321	428	341	524
Rio Grande do Sul	1.025	1.035	1.477	1.076	1.427
Mato Grosso	26	11	13	9	21
Goiás	...	...	...	...	...
BRASIL	20.153	24.913	32.514	26.065	32.047

(*) As exportações de Minas Gerais acham-se englobadas nos dados de outras Unidades Federadas; as de Goiás figuram, parte nos dados do Estado de São Paulo, parte nos do Estado de Mato Grosso.
The exports of Minas Gerais are included in the data relating to other Federal States; those of Goias are partly in the data of São Paulo and partly in those of Mato Grosso.

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO POR UNIDADES FEDERADAS
Imports by Federal States

Cr$ 1.000.000

UNIDADES FEDERADAS (*) *Federal States*	1949	1950	1951	1952	1953
Guaporé	3	2	3	5	3
Acre	—	—	—	—	—
Amazonas	40	32	68	85	37
Rio Branco	—	0	—	—	—
Pará	215	185	273	327	209
Amapá	—	—	—	0	—
Maranhão	41	30	52	68	29
Piauí	21	16	32	22	5
Ceará	198	131	308	366	179
Rio Grande do Norte	46	39	63	85	50
Paraíba	34	35	55	61	26
Pernambuco	1.022	956	1.790	1.732	969
Alagoas	40	21	46	57	16
Sergipe	3	1	0	1	2
Bahia	513	428	821	920	538
Minas Gerais	1	1	2	2	1
Espírito Santo	109	113	98	109	116
Rio de Janeiro	37	26	50	51	78
Distrito Federal	8.171	7.760	12.652	12.259	9.353
São Paulo	8.673	8.835	17.892	17.368	11.059
Paraná	129	216	447	630	544
Santa Catarina	100	93	145	218	147
Rio Grande do Sul	1.251	1.375	2.380	2.795	1.777
Mato Grosso	1	18	21	18	14
Goiás	...	...	...	...	...
BRASIL	20.648	20.313	37.198	37.179	25.152

(*) Parte das importações de Minas Gerais acha-se englobada nos dados de outras Unidades Federadas; as de Goiás figuram, parte nos dados do Estado de São Paulo, parte nos do Estado de Mato Grosso.
A portion of the imports of Minas Gerais is included in the data relating to other Federal States. The imports of Goias are partly in the data of São Paulo and partly in those of Mato Grosso.

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS
Exports according to principal products

VOLUME FÍSICO (1.000 TONELADAS)
Physical volume (1,000 metric tons)

PRODUTOS *Products*	1949	1950	1951	1952	1953
Café — *Coffee*	1.162	890	981	949	934
Algodão em rama — *Raw cotton*	140	129	143	28	140
Cacau em amêndoas — *Cacao beans*	132	132	96	58	109
Hematita — *Hematita*	656	890	1.310	1.516	1.526
Pinho — *Pine wood*	388	499	655	386	564
Peles e couros — *Hides and skins*	61	59	56	22	36
Minério de ferro — *Iron ore*	20	—	10	45	21
Algodão (linters) — *Cotton (linters)*	17	41	24	32	53
Castanha-do-pará — *Brazil nuts*	21	17	25	13	22
Fumo — *Tobacco*	28	37	30	30	24
Cêra de carnaúba — *Carnauba wax*	11	13	10	7	7
Óleo de mamona — *Castor oil*	11	25	30	20	27
Açúcar — *Sugar*	39	23	19	44	256
Fibra de sisal — *Sisal fibre*	23	47	57	30	22
Arroz — *Rice*	1	80	118	162	3
Mamona — *Castor seed*	132	84	50	36	21
Bananas — *Bananas*	168	152	190	214	179
Laranjas — *Oranges*	72	85	48	26	25
Mate — *Maté*	47	46	50	45	35
Lã em bruto — *Raw wool*	2	1	1	0	10
Minério de manganês — *Manganese ore*	150	148	120	161	166
Manteiga de cacau — *Cacao butter*	7	10	7	4	9
Xilita — *Scheelite*	...	...	...	1	2
Outros produtos — *Others*	456	411	822	262	187
TOTAL	3.744	3.819	4.852	4.091	4.378

Fonte / *Source* } Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS
Exports according to principal products

Cr$ 1.000.000

PRODUTOS *Products*	1949	1950	1951	1952	1953
Café — *Coffee*	11.611	15.908	19.448	19.213	21.696
Algodão em rama — *Raw cotton*	2.007	1.936	3.823	640	2.238
Cacau em amêndoas — *Cacao beans*	964	1.446	1.276	763	1.532
Hematita — *Hematita*	100	122	234	423	476
Pinho — *Pine wood*	585	603	928	596	947
Peles e couros — *Hides and skins*	693	584	709	224	374
Minério de ferro — *Iron ore*	3	—	2	11	6
Algodão (linters) — *Cotton (linters)*	43	130	227	103	161
Castanha-do-pará — *Brazil nuts*	135	147	219	136	293
Fumo — *Tobacco*	279	409	351	349	425
Cêra de carnaúba — *Carnauba wax*	343	408	321	216	304
Óleo de mamona — *Castor oil*	51	124	249	174	231
Açúcar — *Sugar*	78	61	65	94	456
Fibra de sisal — *Sisal fibre*	118	244	432	250	109
Arroz — *Rice*	3	197	306	482	11
Mamona — *Castor seed*	261	177	186	126	60
Bananas — *Bananas*	111	165	220	255	245
Laranjas — *Oranges*	121	197	121	73	78
Mate — *Maté*	148	146	170	164	173
Lã em bruto — *Raw wool*	57	33	50	—	490
Minério de manganês — *Manganese ore*	48	50	48	83	101
Manteiga de cacau — *Cacao butter*	110	169	154	78	323
Xilita — *Scheelite*	...	...	...	125	107
Outros produtos — *Others*	2.284	1.657	2.975	1.487	1.211
TOTAL	20.153	24.913	32.514	26.065	32.047

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS E CLASSES
Imports according to principal products and classes

VOLUME FÍSICO (1.000 TONELADAS)
Physical volume (1,000 metric tons)

PRODUTOS E CLASSES *Products and classes*	1949	1950	1951	1952	1953
ANIMAIS VIVOS — *Livestock*	**4**	**23**	**18**	**10**	**6**
MATÉRIAS-PRIMAS *Raw materials*					
Carvão-de-pedra — *Coal*	767	1.083	1.005	885	466
Celulose para fabricação de papel — *Cellulose for paper manufacture*	96	132	131	99	99
Cimento Portland — *Cement*	434	404	656	820	997
Enxôfre — *Sulphur*	45	68	60	81	54
Ferro e aço — *Iron & steel*	45	49	70	107	16
Gasolina, óleos fuel e diesel e querosene — *Gasoline, fuel & diesel oils and kerozene*	3.437	4.163	5.004	5.940	6.316
Óleos refinados lubrificantes — *Lubricating oils*	79	116	183	150	154
Outras matérias-primas — *Others*	280	369	499	358	925
TOTAL	**5.183**	**6.384**	**7.608**	**8.443**	**9.027**
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS *Food-stuffs*					
Trigo em grão — *Wheat*	803	1.228	1.306	1.134	1.616
Demais gêneros alimentícios — *Others*	311	203	308	348	324
TOTAL	**1.114**	**1.431**	**1.614**	**1.482**	**1.940**
MANUFATURAS *Manufactures*					
Arame de ferro galvanizado, nu e farpado — *Iron wire, galvanised, uncoated and barbed*	81	109	137	105	48
Chassis — *Chassis*	22	30	63	57	5
Cutelaria, ferramentas e utensílios — *Cutlery, tools & utensils*	10	6	11	12	2
Fôlhas-de-flandres — *Tin plate*	46	48	94	73	64
Geradores e motores elétricos — *Electric motors & generators*	6	7	11	15	12
Instrumentos e máquinas agrícolas — *Agricultural machinery & implements*	18	26	20	15	3
Locomotivas, vagões e acessórios — *Locomotives, railway cars and accessories*	15	11	16	22	30
Máquinas, aparelhos e utensílios para indústrias têxteis — *Machinery, apparatus & utensils for textile industries*	20	15	27	31	15
Máquinas para conservação de estradas — *Road machinery*	15	19	16	23	11
Tubos de ferro e aço — *Iron & steel tubes*	54	46	47	50	53
Papel para jornais — *Newsprint*	47	61	79	101	105
Salitre do Chile — *Chili salpetre*	38	62	71	46	79
Soda cáustica — *Caustic soda*	56	66	104	48	51
Superfosfato de cálcio — *Calcium superphosphate*	51	129	122	73	71
Produtos farmacêuticos — *Pharmaceutical products*	2	1	2	1	0
Automóveis para passageiros — *Automobiles for passengers*	25	17	60	39	7
Geladeiras — *Refrigerators*	6	4	9	2	0
Tecidos e confecções de linho e lã — *Linen & wool piece goods*	3	1	1	1	0
Outras manufaturas — *Others*	363	472	865	745	268
TOTAL	**878**	**1.130**	**1.755**	**1.459**	**819**
TOTAL GERAL — Grand total	**7.179**	**8.968**	**10.995**	**11.394**	**11.792**

Fontes / *Sources*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda — (até 1952). "Comércio Internacional" — Cexim — Banco do Brasil S. A. — (1953).

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS E CLASSES
Imports according to principal products and classes

Cr$ 1.000.000

PRODUTOS E CLASSES *Products and classes*	1949	1950	1951	1952	1953
ANIMAIS VIVOS — *Livestock*	**45**	**174**	**130**	**111**	**86**
MATÉRIAS-PRIMAS *Raw materials*					
Carvão-de-pedra — *Coal*	259	327	483	369	160
Celulose para fabricação de papel — *Cellulose for paper manufacture*	265	309	842	582	307
Cimento Portland — *Cement*	251	208	437	601	563
Enxôfre — *Sulphur*	34	53	82	159	38
Ferro e aço — *Iron & steel*	211	162	330	569	103
Gasolina, óleos fuel e diesel e querosene — *Gasoline, fuel & diesel oils and kerozene*	1.873	2.256	3.223	3.991	3.902
Óleos refinados lubrificantes — *Lubricating oils*	218	276	515	468	411
Outras matérias-primas — *Others*	2.062	2.241	4.318	3.198	2.598
TOTAL	**5.173**	**5.832**	**10.230**	**9.937**	**8.082**
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS *Food-stuffs*					
Trigo em grão — *Wheat*	1.942	2.028	2.420	2.427	3.387
Demais gêneros alimentícios — *Others*	1.663	1.442	2.177	2.371	2.147
TOTAL	**3.605**	**3.470**	**4.597**	**4.798**	**5.534**
MANUFATURAS *Manufactures*					
Arame de ferro galvanizado, nu e farpado — *Iron wire, galvanised, uncoated and barbed*	338	293	582	487	177
Chassis — *Chassis*	411	549	1.342	1.364	141
Cutelaria, ferramentas e utensílios — *Cutlery, tools & utensils*	296	193	434	484	89
Fôlhas-de-flandres — *Tin plate*	186	189	473	378	307
Geradores e motores elétricos — *Electric motors & generators*	256	296	429	657	605
Instrumentos e máquinas agrícolas — *Agricultural machinery & implements*	271	405	264	210	56
Locomotivas, vagões e acessórios — *Locomotives, railway cars and accessories*	284	136	344	503	647
Máquinas, aparelhos e utensílios para indústrias têxteis — *Machinery, apparatus & utensils for textile industries*	573	474	916	1.000	462
Máquinas para conservação de estradas — *Road machinery*	321	360	367	493	288
Tubos de ferro e aço — *Iron & steel tubes*	312	173	259	356	283
Papel para jornais — *Newsprint*	148	164	402	500	376
Salitre do Chile — *Chili salpetre*	56	80	102	82	133
Soda cáustica — *Caustic soda*	137	119	405	155	101
Superfosfato de cálcio — *Calcium superphosphate*	35	82	119	84	64
Produtos farmacêuticos — *Pharmaceutical products*	497	395	744	661	327
Automóveis para passageiros — *Automobiles for passengers*	652	398	1.408	995	186
Geladeiras — *Refrigerators*	187	93	282	76	15
Tecidos e confecções de linho e lã — *Linen & wool piece goods*	439	131	123	67	22
Outras manufaturas — *Others*	6.426	6.307	13.246	13.781	7.170
TOTAL	**11.825**	**10.837**	**22.241**	**22.333**	**11.450**
TOTAL GERAL — Grand total	**20.648**	**20.313**	**37.198**	**37.179**	**25.152**

Fontes / *Sources*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda — (até 1952). "Comércio Internacional" — Cexim — Banco do Brasil S. A. — (1953).

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS
Imports according to principal leading products and groups of products

VOLUME FÍSICO (TONELADAS)
Physical volume (metric tons)

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS *Products and groups of products*	1952	1953	+ OU — EM 1953
IMPORTAÇÕES ESSENCIAIS *Essential imports*			
A) GÊNEROS ALIMENTÍCIOS *Food-stuffs*			
Aveia — *Oat*	7.275	12.281	+ 5:006
Bacalhau — *Codfish*	48.825	22.431	— 26.394
Farinha de trigo — *Wheat flour*	94.333	30.664	— 63.669
Leite em pó — *Milk powered*	8.475	2.764	— 5.711
Malte — *Malt*	47.133	49.025	+ 1.892
Trigo em grão — *Wheat*	1.134.290	1.615.539	+ 481.249
Demais gêneros alimentícios — *Others*	39.668	118.407	+ 78.739
TOTAL DO GRUPO «A» **Total of group «A»**	**1.379.999**	**1.851.111**	**+ 471.112**
B) COMBUSTÍVEIS *Fuel*			
Carvão-de-pedra — *Coal*	884.560	466.298	— 418.262
Coque — *Coke*	30.810	4.038	— 26.772
Gasolina — *Gasoline*	2.406.707	2.429.443	+ 22.736
Óleos combustíveis (Diesel) — *Fuel oils and diesel*	870.237	1.043.286	+ 173.049
Óleos combustíveis (Fuel) — *Fuel oils*	2.310.559	2.434.796	+ 124.237
Óleos provenientes da distilação do petróleo, n. e. — *Oils from the distilation of petroleum not specified*	—	397	+ 397
Petróleo em bruto — *Crude petroleum*	17.750	30.383	+ 12.633
Querosene — *Kerosene*	352.867	408.094	+ 55.227
Outros combustíveis — *Others*	39.524	311.317	+ 271.793
TOTAL DO GRUPO «B» **Total of group «B»**	**6.913.014**	**7.128.052**	**+ 215.038**
C) MATÉRIAS-PRIMAS *Raw materials*			
I — METALURGIA NÃO FERROSA *Non-ferrous metallurgy*			
Alumínio — *Aluminum*	10.160	10.798	+ 638
Chumbo — *Lead*	10.157	21.237	+ 11.080
Cobre — *Copper*	21.553	20.893	— 660
Estanho — *Tin*	1.243	456	— 787
Zinco — *Zinc*	10.433	13.039	+ 2.606
II — PRODUTOS QUÍMICOS *Chemical products*			
Barrilha — *Soda-ash*	40.799	56.393	+ 15.594
Soda cáustica — *Caustic soda*	48.467	50.580	+ 2.113
III — ADUBOS QUÍMICOS *Chemical fertilizers*			
Adubos químicos, n. e. — *Chemical fertilizers not specified*	18.560	34.284	+ 15.724
Cloreto de potássio — *Potassium chloride*	22.237	49.067	+ 26.830
Fosfatos naturais — *Natural phosphates*	56.319	117.279	+ 60.960
Salitre do Chile — *Chili salpetre*	46.278	78.984	+ 32.706
Sulfato de potássio — *Potassium sulphate*	2.042	3.631	+ 1.589
Superfosfatos de cálcio — *Calcium superphosphates*	72.765	70.814	— 1.951
IV — OUTRAS MATÉRIAS-PRIMAS BÁSICAS *Others*			
Aguarrás artificial — *Spirit of turpentine*	16.520	16.231	— 289
Asfalto ou betume — *Asphalt or bitume*	25.718	24.883	— 835
Celulose para fabricação de papel — *Cellulose for paper manufacture*	98.672	98.973	+ 301
Cimento Portland — *Cement*	819.783	996.560	+ 176.777
Enxôfre — *Sulphur*	83.706	53.687	— 30.019

(Continua)

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS
Imports according to leading products and groups of products

VOLUME FÍSICO (TONELADAS)
Physical volume (metric tons)

(Continuação)

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS *Products and groups of products*	1952	1953	+ OU — EM 1953
Ferro e aço — *Iron and steel*	107.016	15.859	— 91.157
Inseticidas e semelhantes — *Insecticides and allied*	19.531	5.701	— 13.830
Juta — *Jute*	16.529	—	— 16.529
Linho em fio — *Linen yarn*	3.383	3.006	— 377
Óleos refinados lubrificantes — *Refined and lubricating oils*	150.347	153.940	+ 3.593
Resinas de pinho — *Pine-resins*	10.918	—	— 10.918
V — DEMAIS MATÉRIAS-PRIMAS *Others*	116.355	96.248	— 20.107
TOTAL DO GRUPO «C» **Total of group «C»**	**1.829.491**	**1.992.543**	**+ 163.052**
D) MANUFATURAS *Manufactures*			
I — SEMI-PROCESSADAS *Semi-finished*			
Arame farpado — *Barbed wire*	47.766	36.437	— 11.329
Arame, n. e., de ferro e aço — *Steel wire not specified*	57.695	11.455	— 46.240
Fôlhas-de-flandres — *Tin plate*	73.077	64.149	— 8.928
Papel para jornal — *Newsprint*	101.170	104.693	+ 3.523
II — ACABADAS *Finished*			
1. DE METALURGIA *Metallurgy*			
Torneiras, registros, válvulas e semelhantes, de ferro e aço — *Iron and steel taps, slide valves, valves and allied*	2.163	1.407	— 756
Trilhos, cremalheiras e acessórios — *Rails, cog-rails and accessories*	9.309	7.702	— 1.607
Tubos e pertences de cobre — *Tubes and related to copper*	—	574	+ 574
Tubos e pertences de ferro e aço — *Tubes and related to iron and steel*	50.503	52.942	+ 2.439
2. CUTELARIAS E FERRAMENTAS *Cutleries and tools*			
Alfanges — *Cutlass*	62	6	— 56
Enxadas — *Hoes*	105	—	— 105
Ferramentas e utensílios para artes e ofícios manuais — *Tools and utensils for arts and handicraft*	7.139	737	— 6.402
Ferramentas e utensílios para máquinas — *Tools and utensils for machinery*	1.863	675	— 1.188
Machados — *Axes*	1.866	446	— 1.420
Pás e picaretas — *Shovels and pick-axes*	968	181	— 787
Terçados ou facões de mato — *Large knives*	439	43	— 396
3. MOTORES E GERADORES *Motors and generators*			
Geradores e semelhantes — *Generators and allied*	3.853	2.048	— 1.805
Geradores conjugados a máquinas a gás pobre ou a álcool — *Gas generators*	5.739	6.367	+ 628
Geradores conjugados a máquinas a vapor ou hidráulicas — *Hydraulic and steam engine generators*	1.446	1.131	— 315
Motores para aviões — *Airplanes motors*	162	—	— 162
Motores elétricos — *Electric motors*	4.749	2.417	— 2.332
Motores Diesel — *Diesel motors*	9.099	3.503	— 5.596
Motores Diesel para automóveis — *Diesel motors for automobiles*	153	32	— 121

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS
Imports according to leading products and groups of products

VOLUME FÍSICO (TONELADAS)
Physical volume (metric tons)

(*Continuação*)

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS *Products and groups of products*	1952	1953	+ ou — em 1953	
Motores a gasolina para automóveis — *Gasoline motors for automobiles*	3.766	247	—	3.519
4. INSTRUMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS *Implements and agricultural machinery*				
Acessórios e pertences para arados — *Accessories and spare parts for plows*	332	492	+	160
Arados e grades de discos — *Plows and harrows*	8.949	1.903	—	7.046
Debulhadores — *Thrashing machines*	104	79	—	25
Outras máquinas e utensílios agrícolas para colhêr ou separar — *Others*	4.292	830	—	3.462
Semeadeiras — *Seed drills*	1.001	27	—	974
Tratores, exclusive a vapor — *Tractors, excluding steam tractors*	25.588	18.308	—	7.280
III — DEMAIS MANUFATURAS *Other manufactures*	222.297	174.250	—	48.047
TOTAL DO GRUPO «D» **Total of group «D»**	**645.655**	**493.081**	—	**152.574**
E) DROGAS E MEDICAMENTOS *Drugs and medicinal products*				
Alcalóides e derivados — *Alkaloids and allied*	8	13	+	5
Injeções, n. e. — *Injections not specified*	63	23	—	40
Penicilina — *Penicilin*	42	19	—	23
Sulfas e derivados — *Sulfas and by-products*	100	3	—	97
Demais drogas — *Others*	1.049	280	—	769
TOTAL DO GRUPO «E» **Total of group «E»**	**1.262**	**338**	—	**924**
F) VEÍCULOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS *Vehicles, parts and accessories*				
I — VEÍCULOS *Vehicles*				
Automóveis providos de tanque, guindastes, escadas ou semelhantes — *Automobiles furnished with tank, cranes, stairs or allied*	2.052	1.362	—	690
Caminhões, ambulâncias e semelhantes — *Trucks, ambulances and allied* (*)	51.634	15.730	—	35.904
Carros motores urbanos de tração elétrica — *Streetcars*	561	—	—	561
Chassis para caminhões, ônibus e semelhantes — *Chassis for motor trucks and related* (*)	56.904	4.879	—	52.025
Locomotivas — *Locomotives* (*)	14.653	11.646	—	3.007
Ônibus — *Omnibuses* (*)	1.368	701	—	667
Trens-unidades, elétricos — *Electric railway car (unit)*	346	—	—	346
Vagões para estradas de ferro — *Railway cars* (*)	891	9.362	+	8.471
Vagonetes para estabelecimentos agrícolas, industriais ou minas — *Freight cars for industrial and agricultural establishments or mines*	1.207	33	—	1.174
II — PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS *Parts and accessories for vehicles*				
Acessórios de ferro e aço para locomotivas — *Iron and steel accessories for locomotives*	2.164	958	—	1.206
Acessórios, n. e. para locomotivas — *Accessories not specified for locomotives*	870	1.931	+	1.061
Acessórios, n. e. para vagões — *Accessories not specified for railway cars*	4	525	+	521

(*Continua*)

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS
Imports according to leading products and groups of products

VOLUME FÍSICO (TONELADAS)
Physical volume (metric tons)

(Continuação)

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS *Products and groups of products*	1952	1953	+ OU — EM 1953
Acessórios para trens-unidades — *Accessories for railway cars (unit)*	58	66	+ 8
Câmaras-de-ar — *Tubes*	480	42	— 438
Peças de vidro — *Glass parts*	26	3	— 23
Peças, n. e., para automóveis — *Parts not specified for automobiles*	10.342	3.402	— 6.940
Pertences e acessórios, n. e. — *Parts and accessories not specified*	—	2	+ 2
Pneumáticos — *Tires*	4.568	58	— 4.510
Radiadores — *Radiators*	453	15	— 438
Trucks, rodas, eixos e outras peças de vagões — *Trucks, wheels, axis and other parts for railway cars*	3.882	5.682	+ 1.800
III — DEMAIS VEÍCULOS E ACESSÓRIOS *Other vehicles and accessories*	71.622	33.105	— 38.517
TOTAL DO GRUPO «F» **Total of group «F»**	224.085	89.502	— 134.583
G) MÁQUINAS, APARELHOS E SUAS PEÇAS *Machines, apparatus and parts*			
I — MÁQUINAS E APARELHOS *Machines and apparatus*			
1. PARA INDÚSTRIAS DE: *For industrial purposes:*			
Artefatos de peles e couros — *Hide and skin manufactures*	449	85	— 364
Bombons e semelhantes — *Bonbons and allied*	1.574	49	— 1.525
Couros e peles — *Hides and skins*	862	181	— 681
Lacticínios — *Dairy*	161	169	+ 8
Mineração — *Mining*	484	11.517	+ 11.033
Óleos vegetais e semelhantes — *Vegetable oils and allied*	243	41	— 202
Papel e papelão — *Paper and cardboard*	1.800	452	— 1.348
Polpa de madeira, papel e papelão — *Wood pulp, paper and cardboard*	1.338	2.387	+ 1.049
Têxteis — *Textiles*	28.983	14.030	— 14.953
Vidro — *Glass*	—	363	+ 363
2. OUTROS FINS *For other purposes*			
Beneficiamento de cereais e produtos agrícolas — *For treatment of cereals and agricultural products*	1.665	2.855	+ 1.190
Conservação e construção de estradas — *For maintenance and construction of high-roads*	22.648	11.364	— 11.284
Fabricação de açúcar — *For sugar mill*	6.221	2.972	— 3.249
Fabricação de artefatos de metal — *For metal manufacture*	—	8.657	+ 8.657
Trabalhar madeiras — *Wood work machines*	2.354	998	— 1.356
Trabalhar metais — *Metal cutting machines*	5.070	4.753	— 317
II — PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MÁQUINAS *Parts and accessories for machines*			
Acessórios de ferro e aço para máquinas n. e. — *Iron and steel accessories for machines not specified*	—	3	+ 3
Acessórios para máquinas de indústrias têxteis — *Accessories for industrial textil machines*	2.125	691	— 1.434
Acessórios para máquinas motrizes a vapor — *Accessories for prime steam engines*	1.600	344	— 1.256

(Continua)

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇAO POR PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS
Imports according to leading products and groups of products

VOLUME FÍSICO (TONELADAS)
Physical volume (metric tons)

(*Conclusão*)

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS *Products and groups of products*	1952	1953	+ OU — EM 1953
Eixos, rodas dentadas, volantes e semelhantes — *Axis, toothed wheels, flywheels and allied*	2.001	625	— 1.376
Guinchos manuais e semelhantes — *Hand winches and allied*	974	101	— 873
Máquinas ferramentas, n. e. — *Machines tools not specified*	232	37	— 195
Partes e acessórios para máquinas e utensílios — *Parts and accessories for machines and utensils*	404	178	— 226
Rolamentos e esferas para mancais — *Ball bearing antifriction*	1.484	1.382	— 102
Turbinas hidráulicas — *Hydraulic turbines*	1.497	1.572	+ 75
III — DEMAIS MÁQUINAS, APARELHOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS *Other machines, apparatus and utensils*	105.652	44.951	— 60.701
TOTAL DO GRUPO «G» **Total of group «G»**	189.821	110.757	— 79.064
H) ANIMAIS VIVOS — *Livestock*	9.783	6.266	— 3.517
TOTAL DO GRUPO «H» **Total of group «H»**	9.783	6.266	— 3.517
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES ESSENCIAIS **Total of essential imports**	11.193.110	11.671.650	+ 478.540
IMPORTAÇÕES MENOS ESSENCIAIS *Less essential imports*			
Automóveis para passageiros — *Automobiles for passengers* (*)	38.760	7.386	— 31.374
Automóveis para passageiros (bagagem) — *Automobiles for passengers (baggage)* (*)	3.214	2.986	— 228
Bebidas — *Alcoholic beverages*	6.460	3.722	— 2.738
Frutas e seus produtos — *Fruits and products*	95.770	85.342	— 10.428
Geladeiras, refrigeradores e semelhantes — *Refrigerators*	2.470	498	— 1.972
Instrumentos de música — *Musical instruments*	1.287	302	— 985
Manufaturas, n. e. — *Manufactures not specified*	19.726	3.897	— 15.829
Matérias-primas, n. e. — *Raw materials not specified*	27.168	14.299	— 12.869
Motocicletas, bicicletas e acessórios — *Motorcycles, bicycles and accessories*	4.592	358	— 4.234
Tecidos de lã — *Woolen cloth*	36	103	+ 67
Tecidos de linho — *Linen goods*	574	256	— 318
Têxteis, outras manufaturas — *Textiles, other manufactures*	375	183	— 192
Transações especiais — *Special transactions*	164	1.045	+ 881
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES MENOS ESSENCIAIS **Total of less essential imports**	200.596	120.377	— 80.219
TOTAL GERAL **Grand total**	11.393.706	11.792.027	+ 398.321

(*) Unidades.
Units.

Caminhões, ônibus, ambulâncias e semelhantes — *Motor trucks, omnibuses and ambulances*	10.634
Chassis para caminhões, ônibus e semelhantes — *Chassis for motor trucks and omnibuses*	1.841
Locomotivas para estradas de ferro — *Locomotives*	5
Vagões para estradas de ferro — *Railway cars*	480
Automóveis para passageiros — *Automobiles for passengers*	6.363
Automóveis para passageiros (bagagem) — *Automobiles for passengers (baggages)*	1.865

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS
Imports according to leading products and groups of products

Cr$ 1.000

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS *Products and groups of products*	1952	1953	+ ou — em 1953	
IMPORTAÇÕES ESSENCIAIS *Essential imports*				
A) GÊNEROS ALIMENTÍCIOS *Food-stuffs*				
Aveia — *Oat*	24.625	32.390	+	7.765
Bacalhau — *Codfish*	538.602	293.657	—	244.945
Farinha de trigo — *Wheat flour*	317.293	104.157	—	213.136
Leite em pó — *Powered milk*	172.865	58.985	—	113.880
Malte — *Malt*	186.590	228.049	+	41.459
Trigo em grão — *Wheat*	2.427.187	3.386.862	+	959.675
Demais gêneros alimentícios — *Others*	415.709	665.607	+	249.898
TOTAL DO GRUPO «A» Total of group «A»	4.082.871	4.769.707	+	686.836
B) COMBUSTÍVEIS *Fuel*				
Carvão-de-pedra — *Coal*	369.229	159.988	—	209.241
Coque — *Coke*	37.365	3.843	—	33.522
Gasolina — *Gasoline*	2.252.615	2.154.810	—	97.805
Óleos combustíveis (Diesel) — *Fuel oils and diesel*	575.048	639.357	+	64.309
Óleos combustíveis (Fuel) — *Fuel oils*	896.024	825.001	—	71.023
Óleos provenientes da distilação do petróleo, n. e. — *Oils from the distilation of petroleum not specified*	—	1.617	+	1.617
Petróleo em bruto — *Crude petroleum*	10.413	18.338	+	7.925
Querosene — *Kerosene*	266.886	282.962	+	16.076
Outros combustíveis — *Others*	22.113	134.456	+	112.343
TOTAL DO GRUPO «B» Total of group «B»	4.429.693	4.220.372	—	209.321
C) MATÉRIAS-PRIMAS *Raw materials*				
I — METALURGIA NÃO FERROSA *Non-ferrous metallurgy*				
Alumínio — *Aluminum*	145.540	131.917	—	13.623
Chumbo — *Lead*	89.104	143.200	+	54.096
Cobre — *Copper*	446.395	330.391	—	116.004
Estanho — *Tin*	66.281	28.880	—	37.401
Zinco — *Zinc*	123.723	81.477	—	42.246
II — PRODUTOS QUÍMICOS *Chemical products*				
Barrilha — *Soda-ash*	52.487	72.004	+	19.517
Soda cáustica — *Caustic soda*	154.658	101.087	—	53.571
III — ADUBOS QUÍMICOS *Chemical fertilizers*				
Adubos químicos, n. e. — *Chemical fertilizers not specified*	37.406	54.990	+	17.584
Cloreto de potássio — *Potassium chloride*	30.952	57.294	+	26.342
Fosfatos naturais — *Natural phosphates*	31.566	55.246	+	23.680
Salitre do Chile — *Chili salpetre*	82.191	133.390	+	51.199
Sulfato de potássio — *Potassium sulphate*	3.310	5.048	+	1.738
Superfosfatos de cálcio — *Calcium superphosphates*	83.586	63.730	—	19.856
IV — OUTRAS MATÉRIAS-PRIMAS BÁSICAS *Others*				
Aguarrás artificial — *Spirit of turpentine*	19.263	18.421	—	842
Asfalto ou betume — *Asphalt or bitume*	33.833	34.721	+	888

(Continua)

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS
Imports according to leading products and groups of products

Cr$ 1.000

(Continuação)

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS *Products and groups of products*	1952	1953	+ ou — em 1953	
Celulose para fabricação de papel — *Cellulose for paper manufacture*	581.836	306.850	—	274.986
Cimento Portland — *Cement*	600.778	562.940	—	37.838
Enxôfre — *Sulphur*	158.841	37.789	—	121.052
Ferro e aço — *Iron and steel*	571.805	102.668	—	469.137
Inseticidas e semelhantes — *Insecticides and allied*	252.452	73.382	—	179.070
Juta — *Jute*	152.000	—	—	152.000
Linho em fio — *Linen yarn*	245.581	210.565	—	35.016
Óleos refinados lubrificantes — *Refined and lubricating oils*	467.647	410.556	—	57.091
Resinas de pinho — *Pine-resins*	47.326	4	—	47.322
V — DEMAIS MATÉRIAS-PRIMAS *Others*	1.193.237	649.825	—	543.412
TOTAL DO GRUPO «C» **Total of group «C»**	**5.671.798**	**3.666.375**	**—**	**2.005.423**
D) MANUFATURAS *Manufactures*				
I — SEMI-PROCESSADAS *Semi-finished*				
Arame farpado — *Barbed wire*	205.016	127.030	—	77.986
Arame, n. e., de ferro e aço — *Steel wire not specified*	281.600	49.806	—	231.794
Fôlhas-de-flandres — *Tin plate*	378.259	307.385	—	70.874
Papel para jornal — *Newsprint*	499.538	375.589	—	123.949
II — ACABADAS *Finished*				
1. DE METALURGIA *Metallurgy*				
Torneiras, registros, válvulas e semelhantes, de ferro e aço — *Iron and steel taps, slide valves, valves and allied*	59.094	52.348	—	6.746
Trilhos, cremalheiras e acessórios — *Rails, cog-rails and accessories*	38.323	30.954	—	7.369
Tubos e pertences de cobre — *Tubes and related to copper*	—	16.481	+	16.481
Tubos e pertences de ferro e aço — *Tubes and related to iron and steel*	356.471	283.077	—	73.394
2. CUTELARIAS E FERRAMENTAS *Cutleries and tools*				
Alfanges — *Cutlass*	3.246	382	—	2.864
Enxadas — *Hoes*	2.173	—	—	2.173
Ferramentas e utensílios para artes e ofícios manuais — *Tools and utensils for arts and handicraft*	302.571	35.969	—	266.602
Ferramentas e utensílios para máquinas — *Tools and utensils for machinery*	118.676	42.408	—	76.268
Machados — *Axes*	29.317	7.531	—	21.786
Pás e picaretas — *Shovels and pick-axes*	7.582	1.247	—	6.335
Terçados ou facões de mato — *Large knives*	20.422	1.133	—	19.289
3. MOTORES E GERADORES *Motors and generators*				
Geradores e semelhantes — *Generators and allied*	155.108	140.561	—	14.547

(Continua)

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇAO POR PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS
Imports according to leading products and groups of products

Cr$ 1.000

(*Continuação*)

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS *Products and groups of products*	1952	1953	+ OU — EM 1953
Geradores conjugados a máquinas a gás pobre ou a álcool — *Gas generators*	255.424	304.202	+ 48.778
Geradores conjugados a máquinas a vapor ou hidráulicas — *Hydraulic and steam engine generators*	55.644	61.851	+ 6.207
Motores para aviões — *Airplanes motors*	26.035	—	— 26.035
Motores elétricos — *Electric motors*	190.864	98.121	— 92.743
Motores Diesel — *Diesel motors*	265.720	118.424	— 147.296
Motores Diesel para automóveis — *Diesel motors for automobiles*	8.476	2.781	— 5.695
Motores a gasolina para automóveis — *Gasoline motors for automobiles*	182.108	9.764	— 172.344
4. INSTRUMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS *Implements and agricultural machinery*			
Acessórios e pertences para arados — *Accessories and spare parts for plows*	4.013	9.212	+ 5.199
Arados e grades de discos — *Plows and harrows*	101.563	23.938	— 77.625
Debulhadores — *Thrashing machines*	2.102	2.027	— 75
Outras máquinas e utensílios agrícolas para colhêr ou separar — *Others*	86.509	20.868	— 65.641
Semeadeiras — *Seed drills*	15.801	341	— 15.460
Tratores, exclusive a vapor — *Tractors, excluding steam tractors*	607.437	476.232	— 131.205
III — DEMAIS MANUFATURAS *Other manufactures*	3.580.035	1.760.712	— 1.819.323
TOTAL DO GRUPO «D» **Total of group «D»**	**7.839.127**	**4.360.374**	**— 3.478.753**
E) DROGAS E MEDICAMENTOS *Drugs and medicinal products*			
Alcalóides e derivados — *Alkaloids and allied*	8.332	11.302	+ 2.970
Injeções, n. e. — *Injections not specified*	44.242	13.792	— 30.450
Penicilina — *Penicilin*	131.700	47.709	— 83.991
Sulfas e derivados — *Sulfas and by-products*	19.587	754	— 18.833
Demais drogas — *Others*	457.547	253.443	— 204.104
TOTAL DO GRUPO «E» **Total of group «E»**	**661.408**	**327.000**	**— 334.408**
F) VEÍCULOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS *Vehicles, parts and accessories*			
I — VEÍCULOS *Vehicles*			
Automóveis providos de tanque, guindastes, escadas ou semelhantes — *Automobiles furnished with tank, cranes, stairs or allied*	65.838	50.840	— 14.998
Caminhões, ambulâncias e semelhantes — *Trucks, ambulances and allied*	1.062.997	384.221	— 678.776
Carros motores urbanos de tração elétrica — *Streetcars*	4.862	—	— 4.862
Chassis para caminhões, ônibus e semelhantes — *Chassis for motor trucks and related*	1.364.427	140.545	— 1.223.882
Locomotivas — *Locomotives*	409.037	470.315	+ 61.278
Ônibus — *Omnibuses*	56.025	41.214	— 14.811
Trens-unidades, elétricos — *Electric railway cars (unit)*	11.721	—	— 11.721
Vagões para estradas de ferro — *Railway cars.*	24.385	71.300	+ 46.915

(*Continua*)

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS
Imports according to leading products and groups of products

Cr$ 1.000

(Continuação)

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS *Products and groups of products*	1952	1953	+ OU — EM 1953
Vagonetes para estabelecimentos agrícolas, industriais ou minas — *Freight cars for industrial and agricultural establishments or mines*	9.119	494	— 8.625
II — PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS *Parts and accessories for vehicles*			
Acessórios de ferro e aço para locomotivas — *Iron and steel accessories for locomotives*	10.863	5.476	— 5.387
Acessórios, n. e. para locomotivas — *Accessories not specified for locomotives*	36.737	58.699	+ 21.962
Acessórios, n. e. para vagões — *Accessories not specified for railway cars*	521	6.335	+ 5.814
Acessórios para trens-unidades — *Accessories for railway cars (unit)*	3.183	4.636	+ 1.453
Câmaras-de-ar — *Tubes*	22.368	3.066	— 19.302
Peças de vidro — *Glass parts*	790	197	— 593
Peças, n. e., para automóveis — *Parts not specified for automobiles*	504.429	180.270	— 324.159
Pertences e acessórios, n. e. — *Parts and accessories not specified*	—	53	+ 53
Pneumáticos — *Tires*	170.201	2.540	— 167.661
Radiadores — *Radiators*	42.617	1.264	— 41.353
Trucks, rodas, eixos e outras peças de vagões — *Trucks, wheels, axis and other parts for railway cars*	21.751	34.948	+ 13.197
III — DEMAIS VEÍCULOS E ACESSÓRIOS *Other vehicles and accessories*	1.078.714	648.141	— 430.573
TOTAL DO GRUPO «F» **Total of group «F»**	4.900.585	2.104.554	— 2.796.031
G) MÁQUINAS, APARELHOS E SUAS PEÇAS *Machines, apparatus and parts*			
I — MÁQUINAS E APARELHOS *Machines and apparatus*			
1. PARA INDÚSTRIAS DE: *For industrial purposes:*			
Artefatos de peles e couros — *Hide and skin manufactures*	35.308	4.169	— 31.139
Bombons e semelhantes — *Bonbons and allied*	65.191	4.240	— 60.951
Couros e peles — *Hides and skins*	21.751	4.065	— 17.686
Lacticínios — *Dairy*	7.405	9.285	+ 1.880
Mineração — *Mining*	9.995	230.860	+ 220.865
Óleos vegetais e semelhantes — *Vegetable oils and allied*	8.838	4.326	— 4.512
Papel e papelão — *Paper and cardboard*	63.846	16.934	— 46.912
Polpa de madeira, papel e papelão — *Wood pulp, paper and cardboard*	44.672	67.256	+ 22.584
Têxteis — *Textiles*	881.156	420.919	— 460.237
Vidro — *Glass*	—	20.584	+ 20.584
2. OUTROS FINS *For other purposes*			
Beneficiamento de cereais e produtos agrícolas — *For treatment of cereals and agricultural products*	37.606	90.688	+ 53.082
Conservação e construção de estradas — *For maintenance and construction of high roads*	493.067	287.893	— 205.174
Fabricação de açúcar — *For sugar mill*	97.701	51.585	— 46.116

(Continua)

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇAO POR PRINCIPAIS PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS
Imports according to leading products and groups of products

Cr$ 1.000

(Conclusão)

PRODUTOS E GRUPOS DE PRODUTOS *Products and groups of products*	1952	1953	+ OU — EM 1953
Fabricação de artefatos de metal — *For metal manufacture*	—	183.211	+ 183.211
Trabalhar madeiras — *Wood work machines*	63.255	40.999	— 22.256
Trabalhar metais — *Metal cutting machines*	90.346	213.984	+ 123.638
II — PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MÁQUINAS *Parts and accessories for machines*			
Acessórios de ferro e aço para máquinas n. e. — *Iron and steel accessories for machines not specified*	—	83	+ 83
Acessórios para máquinas de indústrias têxteis — *Accessories for industrial textile machines*	119.407	40.929	— 78.478
Acessórios para máquinas motrizes a vapor — *Accessories for prime steam engines*	114.469	9.666	— 104.803
Eixos, rodas dentadas, volantes e semelhantes — *Axis, toothed wheels, flywheels and allied*	43.413	11.448	— 31.965
Guinchos manuais e semelhantes — *Hand winches and allied*	20.222	2.498	— 17.724
Máquinas ferramentas, n. e. — *Machine tools not specified*	6.170	1.251	— 4.919
Partes e acessórios para máquinas e utensílios — *Parts and accessories for machines and utensils*	17.974	9.200	— 8.774
Rolamentos e esferas para mancais — *Ball bearing antifriction*	121.737	110.144	— 11.593
Turbinas hidráulicas — *Hydraulic turbines*	46.854	62.971	+ 16.117
III — DEMAIS MÁQUINAS, APARELHOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS *Other machines, apparatus and utensils*	3.625.815	1.882.890	— 1.742.925
TOTAL DO GRUPO «G» **Total of group «G»**	6.036.198	3.782.078	— 2.254.120
H) ANIMAIS VIVOS — *Livestock*	111.250	85.958	— 25.292
TOTAL DO GRUPO «H» **Total of group «H»**	111.250	85.958	— 25.292
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES ESSENCIAIS **Total of essential imports**	33.732.930	23.316.418	— 10.416.512
IMPORTAÇÕES MENOS ESSENCIAIS *Less essential imports*			
Automóveis para passageiros — *Automobiles for passengers*	995.105	186.448	— 808.657
Automóveis para passageiros (bagagem) — *Automobiles for passengers (baggage)*	118.952	104.923	— 14.029
Bebidas — *Alcoholic beverages*	129.970	79.603	— 50.367
Frutas e seus produtos — *Fruits and products*	585.041	684.162	+ 99.121
Geladeiras, refrigeradores e semelhantes — *Refrigerators*	75.643	15.208	— 60.435
Instrumentos de música — *Musical instruments*	115.977	22.492	— 93.485
Manufaturas, n. e. — *Manufactures not specified*	586.006	276.588	— 309.418
Matérias-primas, n. e. — *Raw materials not specified*	563.797	369.360	— 194.437
Motocicletas, bicicletas e acessórios — *Motorcycles, bicycles and accessories*	150.877	12.315	— 138.562
Tecidos de lã — *Woolen cloth*	12.003	9.457	— 2.546
Tecidos de linho — *Linen goods*	55.351	13.410	— 41.941
Têxteis, outras manufaturas — *Textiles, other manufactures*	43.526	18.126	— 25.400
Transações especiais — *Special transactions*	13.444	43.569	+ 30.125
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES MENOS ESSENCIAIS **Total of less essential imports**	3.445.692	1.835.661	— 1.610.031
TOTAL GERAL **Grand total**	37.178.622	25.152.079	— 12.026.543

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO POR PRINCIPAIS PAÍSES
Exports according to principal countries

Cr$ 1.000.000

PAÍSES *Countries*	1949	1950	1951	1952	1953
Alemanha — *Germany*	314	336	1.557	1.470	3.081
Antilhas Holandesas — *Dutch West Indies*	2	1	2	0	0
Argentina — *Argentina*	1.550	1.402	2.163	1.769	1.568
Canadá — *Canada*	354	330	390	421	511
Chile — *Chile*	173	171	115	215	228
Dinamarca — *Denmark*	189	385	383	454	545
Espanha — *Spain*	329	277	112	100	247
Estados Unidos — *U. S. of America*	10.117	13.584	15.936	13.439	15.316
Finlândia — *Finland*	21	221	335	431	344
França — *France*	425	1.175	1.643	1.479	1.757
Grã-Bretanha — *Great-Britain*	1.713	2.078	3.196	709	1.604
Holanda — *Holland*	632	599	957	737	809
Itália — *Italy*	519	437	560	606	937
Japão — *Japan*	35	199	302	349	1.009
Noruega — *Norway*	158	269	313	332	347
Portugal — *Portugal*	131	100	195	32	192
Suécia — *Sweden*	580	820	869	1.161	1.084
Suíça — *Switzerland*	186	283	263	88	58
Turquia — *Turkey*	14	47	111	123	102
União Belgo-Luxemburguesa — *Union Belgium-Luxembourg*	877	632	766	536	487
União Sul-Africana — *Union of South Africa*	155	152	155	111	125
Uruguai — *Uruguay*	290	314	308	314	484
Venezuela — *Venezuela*	32	29	15	11	10
Outros países — *Other countries*	1.362	1.072	1.868	1.178	1.202
TOTAL	20.153	24.913	32.514	26.065	32.047

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO POR PRINCIPAIS PAÍSES
Exports according to principal countries

% DO VALOR TOTAL
% total value

PAÍSES *Countries*	1949	1950	1951	1952	1953
Alemanha — *Germany*	1,6	1,3	4,8	5,6	9,6
Antilhas Holandesas — *Dutch West Indies*	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Argentina — *Argentina*	7,7	5,6	6,7	6,8	4,9
Canadá — *Canada*	1,8	1,3	1,2	1,6	1,6
Chile — *Chile*	0,8	0,7	0,3	0,8	0,7
Dinamarca — *Denmark*	0,9	1,6	1,2	1,7	1,7
Espanha — *Spain*	1,6	1,1	0,3	0,4	0,8
Estados Unidos — *U. S. of America*	50,2	54,5	49,0	51,6	47,9
Finlândia — *Finland*	0,1	0,9	1,0	1,7	1,1
França — *France*	2,1	4,7	5,1	5,7	5,5
Grã-Bretanha — *Great-Britain*	8,5	8,4	9,8	2,7	5,0
Holanda — *Holland*	3,1	2,4	2,9	2,8	2,5
Itália — *Italy*	2,6	1,8	1,7	2,3	2,9
Japão — *Japan*	0,2	0,8	0,9	1,3	3,1
Noruega — *Norway*	0,8	1,1	1,0	1,3	1,1
Portugal — *Portugal*	0,6	0,4	0,6	0,1	0,6
Suécia — *Sweden*	2,9	3,3	2,7	4,5	3,4
Suiça — *Switzerland*	0,9	1,1	0,8	0,3	0,2
Turquia — *Turkey*	0,1	0,2	0,4	0,5	0,3
União Belgo-Luxemburguesa — *Union Belgium-Luxembourg*	4,4	2,5	2,4	2,1	1,5
União Sul-Africana — *Union of South Africa*	0,8	0,6	0,5	0,4	0,0
Uruguai — *Uruguay*	1,4	1,3	0,9	1,2	0,4
Venezuela — *Venezuela*	0,1	0,1	0,0	0,1	1,5
Outros países — *Other countries*	6,8	4,3	5,8	4,5	3,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO POR PRINCIPAIS PAISES
Imports according to principal countries

Cr$ 1.000.000

PAISES *Countries*	1949	1950	1951	1952	1953
Alemanha — *Germany*	111	353	2.073	3.449	2.051
Antilhas Holandesas — *Dutch West Indies*	1.469	1.652	1.807	2.028	1.920
Argentina — *Argentina*	2.174	2.031	2.313	702	3.479
Canadá — *Canada*	218	234	621	912	772
Chile — *Chile*	282	282	300	304	237
Dinamarca — *Denmark*	65	152	340	438	548
Espanha — *Spain*	109	139	124	49	245
Estados Unidos — *U. S. of America*	8.770	7.005	15.563	15.453	6.954
Finlândia — *Finland*	95	113	306	240	161
França — *France*	379	946	1.755	1.444	2.240
Grã-Bretanha — *Great-Britain*	2.665	2.506	3.160	3.179	937
Holanda — *Holland*	166	466	816	868	309
Itália — *Italy*	823	264	830	729	510
Noruega — *Norway*	3	24	394	296	220
Japão — *Japan*	174	263	432	523	236
Portugal — *Portugal*	131	130	261	235	64
Suécia — *Sweden*	622	883	1.297	1.168	1.080
Suiça — *Switzerland*	591	310	731	652	232
Turquia — *Turkey*	6	6	9	3	1
União Belgo-Luxemburguesa — *Union Belgium-Luxembourg*	932	1.173	1.201	1.038	130
União Sul-Africana — *Union of South Africa*	38	59	107	89	1
Uruguai — *Uruguay*	308	152	186	554	235
Venezuela — *Venezuela*	154	320	1.078	1.590	1.749
Outros paises — *Other countries*	863	850	1.505	1.206	841
TOTAL	20.648	20.313	37.198	37.179	25.152

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

SALDOS DA BALANÇA COMERCIAL COM OS PRINCIPAIS PAÍSES
Balances of trade with principal countries

Cr$ 1.000.000

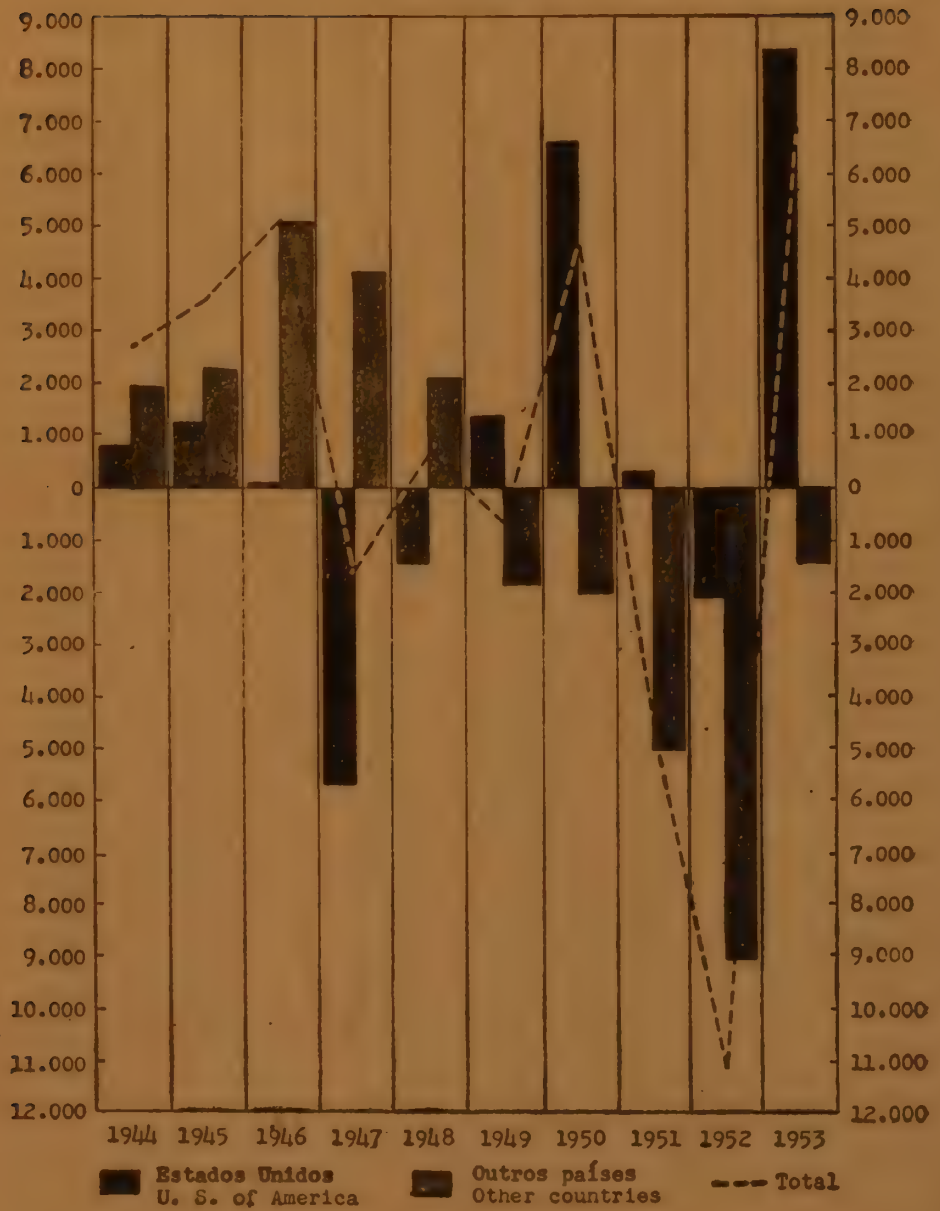
PAÍSES *Countries*	1949	1950	1951	1952	1953
Alemanha — *Germany*	+ 203	— 17	— 516	— 1.979	+ 1.030
Antilhas Holandesas — *Dutch West Indies*	— 1.467	— 1.651	— 1.805	— 2.028	— 1.920
Argentina — *Argentina*	— 624	— 629	— 150	+ 1.067	— 1.911
Canadá — *Canada*	+ 136	+ 96	— 231	— 491	— 261
Chile — *Chile*	— 109	— 111	— 185	— 89	— 9
Dinamarca — *Denmark*	+ 124	+ 233	+ 43	+ 16	— 3
Espanha — *Spain*	+ 220	+ 138	— 12	+ 51	+ 2
Estados Unidos — *U. S. of America*	+ 1.347	+ 6.579	+ 373	— 2.044	+ 8.362
Finlândia — *Finland*	— 74	+ 108	+ 30	+ 191	+ 183
França — *France*	+ 46	+ 229	— 112	+ 35	— 483
Grã-Bretanha — *Great-Britain*	— 952	— 428	+ 36	— 2.470	+ 667
Holanda — *Holland*	+ 466	+ 133	+ 141	— 131	+ 500
Itália — *Italy*	+ 196	+ 173	— 260	— 123	+ 427
Japão — *Japan*	+ 32	+ 175	— 92	+ 53	+ 789
Noruega — *Norway*	— 21	+ 6	— 119	— 191	+ 111
Portugal — *Portugal*	0	— 30	— 66	— 203	+ 128
Suécia — *Sweden*	— 42	— 63	— 428	— 7	+ 4
Suíça — *Switzerland*	— 405	— 27	— 468	— 564	— 174
Turquia — *Turkey*	+ 8	+ 41	+ 102	+ 120	+ 101
União Belgo-Luxemburguesa — *Union Belgium-Luxembourg*	— 55	— 541	— 435	— 502	+ 357
União Sul-Africana — *Union of South Africa*	+ 117	+ 93	+ 48	+ 22	+ 124
Uruguai — *Uruguay*	— 18	+ 162	+ 122	— 240	+ 249
Venezuela — *Venezuela*	— 122	— 291	— 1.063	— 1.579	— 1.739
Outros países — *Other countries*	+ 499	+ 222	+ 363	— 28	+ 361
TOTAL	— 495	+ 4.600	— 4.684	— 11.114	+ 6.895

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

SALDOS DA BALANÇA COMERCIAL
Trade balances

Cr$ 1.000.000

CAFÉ NO MUNDO
COFFEE IN THE WORLD

PRODUÇÃO EXPORTAVEL
Export crop

VOLUME — 1.000 SACAS
Volume — 1,000 Bags

ANOS *Years*	BRASIL	OUTROS PAÍSES *Other countries*	TOTAL	CONSUMO MUNDIAL *World consumption* (IMPORTAÇÃO) *(Imports)*
1924	14.560	6.762	21.322	22.944
1925	15.761	7.052	22.813	21.707
1926	18.115	7.068	25.183	23.091
1927	27.624	8.003	35.627	24.306
1928	16.061	8.860	24.921	24.290
1929	28.942	8.273	37.215	24.507
1930	17.419	8.633	26.052	25.729
1931	28.313	8.287	36.600	27.947
1932	19.846	9.239	29.085	24.560
1933	29.634	8.935	38.569	26.318
1934	18.509	7.699	26.208	25.292
1935	20.927	10.028	30.955	27.110
1936	26.359	10.889	37.248	28.478
1937	24.351	10.011	34.362	29.894
1938	23.222	10.125	33.347	30.013
1939	19.138	10.119	29.257	28.728
1940	16.456	12.138	28.594	22.504
1941	15.797	15.596	31.393	19.550
1942	13.613	14.878	28.491	16.210
1943	12.160	15.990	28.150	20.212
1944	9.136	15.020	24.156	22.705
1945	12.701	12.478	25.179	23.994
1946	14.019	13.101	27.120	26.391
1947	13.572	14.270	27.842	27.533
1948	16.952	14.648	31.600	30.339
1949	16.303	14.236	30.539	32.911
1950	16.754	15.966	32.720	29.310
1951	14.962	15.730	30.692	31.429
1952	16.076	16.479	32.555	31.964
1953 (*)	14.151	17.000	31.151	...
1954 (**)	13.709	...	...	...

(*) Estimativa.
Estimate.

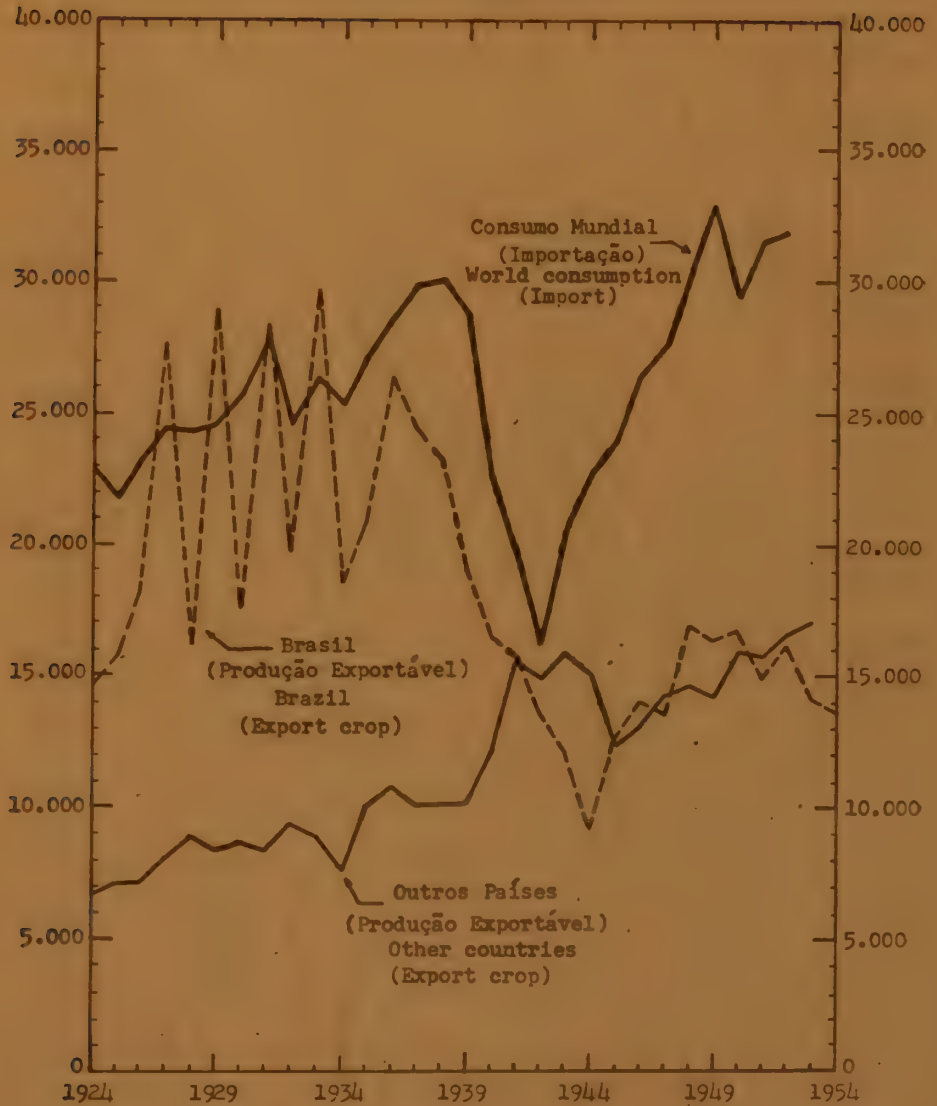
(**) Estimativa preliminar.
Preliminary estimate.

NOTA: Os países produtores não estão incluídos no consumo mundial.
Note: The producers countries are not included in the world consumption.

Fonte / *Source* } Instituto Brasileiro do Café.

CAFÉ NO MUNDO
COFFEE IN THE WORLD

PRODUÇAO EXPORTAVEL
Export crop

VOLUME — SACAS 1.000
Volume — Bags 1,000

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO DE CAFÉ
Coffee exports

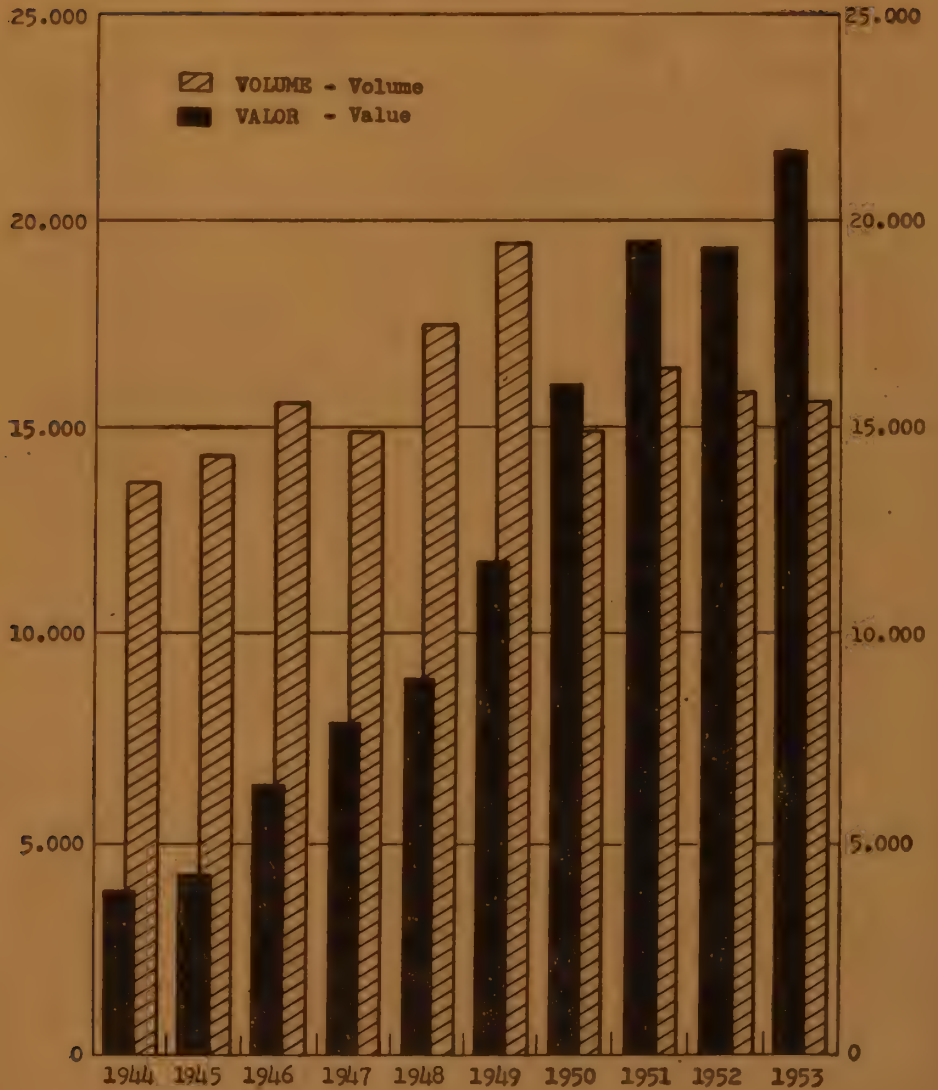
Anos *Years*	Volume físico *Physical volume*		Valor *Value*		Preço médio por saca *Average price per bag*	
	1.000 sacas *1,000 bags*	Índices *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000.000	Índices *Indexes* 1939 = 100	Cr$	Índices *Indexes* 1939 = 100
929	14.281	87	2.740	123	192	142
930	15.288	93	1.828	82	120	89
931	17.851	108	2.347	105	131	97
932	11.935	72	1.824	82	153	113
933	15.459	94	2.053	92	133	99
934	14.147	86	2.115	95	149	110
935	15.329	93	2.157	97	141	104
936	14.186	86	2.231	100	157	116
937	12.123	73	2.159	97	178	132
938	17.113	104	2.296	103	134	99
939	16.499	100	2.234	100	135	100
940	12.046	73	1.589	71	132	98
941	11.052	67	2.017	90	183	136
942	7.280	44	1.966	88	270	200
943	10.112	61	2.803	125	277	205
944	13.555	82	3.879	174	286	212
945	14.172	86	4.260	191	301	223
946	15.505	94	6.441	288	415	307
947	14.830	90	7.755	347	523	387
948	17.492	106	9.019	404	516	382
949	19.369	117	11.611	520	599	444
950	14.835	90	15.908	712	1.072	794
951	16.358	99	19.448	871	1.189	881
952	15.821	96	19.213	860	1.214	899
953	15.562	94	21.696	971	1.394	1.033

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO DE CAFÉ
Coffee exports

VOLUME (1.000 SACAS) — VALOR (Cr$ 1.000.000)
Volume (1,000 Bags) — Value (Cr$ 1,000,000)

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

CAFÉ
Coffee

EXPORTAÇÃO POR PAÍSES DE DESTINO
Exports by countries of destination

VOLUME FÍSICO (1.000 SACAS)
Physical volume (1,000 bags)

PAÍSES DE DESTINO *Countries of destination*	MÉDIA ANUAL *Annual average*		1951	1952	1953
	1941-1945	1946-1950			
Alemanha — *Germany*	0	106	411	695	1.033
Argentina — *Argentina*	469	545	476	423	569
Austria — *Austria*	—	5	38	35	59
Canadá — *Canada*	95	271	266	263	279
Chile — *Chile*	123	150	57	67	104
Dinamarca — *Denmark*	14	234	275	333	336
Estados Unidos — *U. S. of America*	9.569	10.897	10.506	9.413	9.049
Finlândia — *Finland*	24	88	185	368	262
França — *France*	0	360	734	910	1.124
Grã-Bretanha — *Great-Britain*	153	384	410	310	63
Grécia — *Greece*	3	64	86	57	47
Holanda — *Holland*	17	328	483	427	416
Iraque — *Iraq*	4	36	18	57	13
Itália — *Italy*	0	368	325	427	442
Noruega — *Norway*	18	167	242	265	244
Suécia — *Sweden*	264	501	569	840	668
Tcheco-Eslováquia — *Czechoslovakia*	0	43	6	27	48
Turquia — *Turkey*	15	64	94	109	81
União Belgo-Luxemburguesa — *Union Belgium-Luxembourg*	62	855	488	371	236
União Sul-Africana — *Union of South Africa*	51	101	54	52	48
Uruguai — *Uruguay*	50	57	42	41	61
Outros países — *Others*	303	782	593	331	380
TOTAL	11.234	16.406	16.358	15.821	15.562

Fontes dos dados absolutos / *Sources of absolute data*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda. Superintendência dos Serviços do Café — Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

CAFÉ
Coffee

EXPORTAÇÃO POR PAÍSES DE DESTINO
Exports by countries of destination

Cr$ 1.000.000

PAÍSES DE DESTINO *Countries of destination*	MÉDIA ANUAL *Annual average* 1941-1945	1946-1950	1951	1952	1953
Alemanha — *Germany*	0	51	522	914	1.564
Argentina — *Argentina*	100	246	548	503	753
Austria — *Austria*	—	4	47	42	82
Canadá — *Canada*	28	182	325	323	395
Chile — *Chile*	26	61	59	70	121
Dinamarca — *Denmark*	5	134	322	407	473
Estados Unidos — *U. S. of America*	2.565	7.067	12.624	11.451	12.760
Finlândia — *Finland*	3	48	196	422	342
França — *France*	0	223	798	1.068	1.399
Grã-Bretanha — *Great-Britain*	44	227	497	371	82
Grécia — *Greece*	1	29	87	63	62
Holanda — *Holland*	6	207	596	532	599
Iraque — *Iraq*	1	17	19	61	15
Itália — *Italy*	0	218	383	519	613
Noruega — *Norway*	6	109	293	326	343
Suécia — *Sweden*	80	358	711	1.064	998
Tcheco-Eslováquia — *Czechoslovakia*	0	24	7	32	62
Turquia — *Turkey*	2	30	101	122	102
União Belgo-Luxemburguesa — *Union Belgium-Luxembourg*	21	445	571	447	317
União Sul-Africana — *Union of South Africa*	10	52	59	59	59
Uruguai — *Uruguay*	10	26	47	46	75
Outros países — *Others*	77	389	636	371	480
TOTAL	2.985	10.147	19.448	19.213	21.696

Fontes dos dados absolutos / *Sources of absolute data*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda. Superintendência dos Serviços do Café — Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO DE ALGODAO EM RAMA
Raw cotton exports

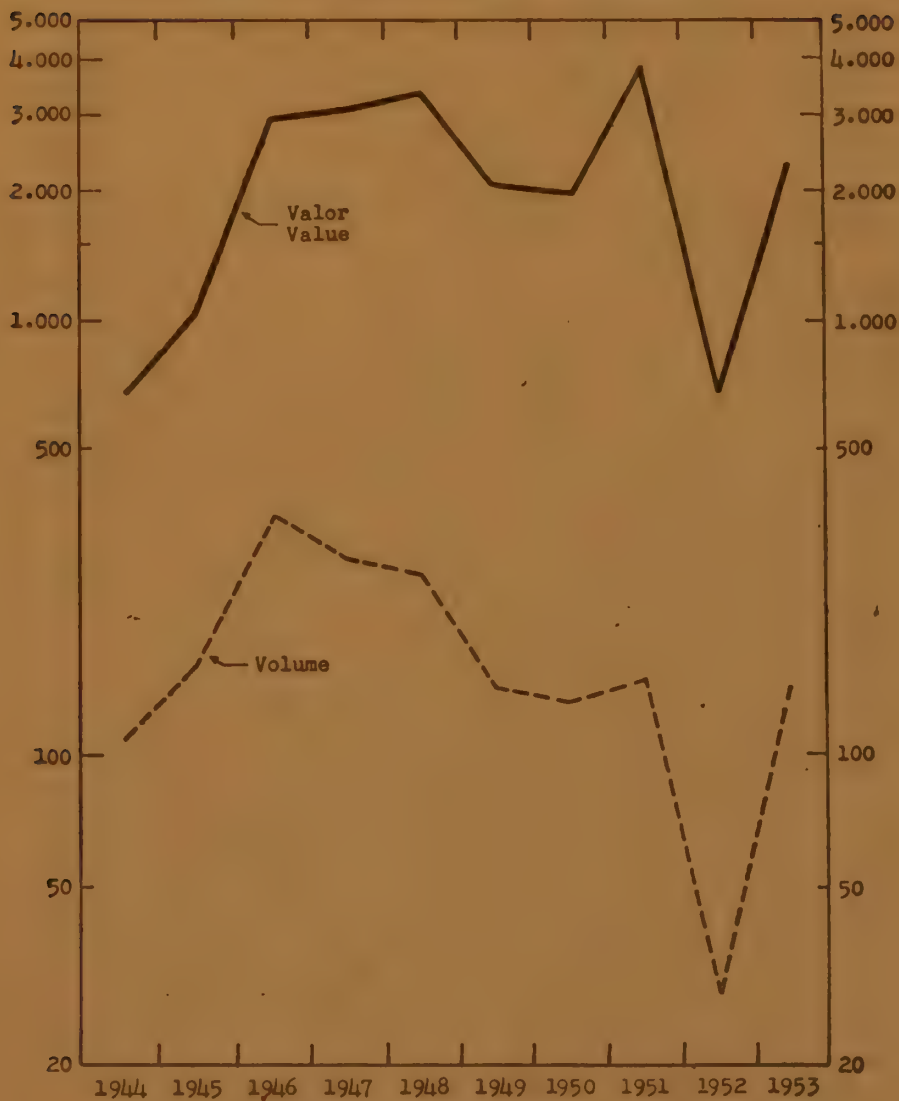
Anos *Years*	Volume físico *Physical volume*		Valor *Value*		Preço médio por tonelada *Average price per ton*	
	1.000 toneladas *1,000 metric tons*	Índices *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000.000	Índices *Indexes* 1939 = 100	Cr$	Índices *Indexes* 1939 = 100
1929	49	15	155	13	3.179	89
1930	30	9	85	7	3.781	105
1931	21	6	54	5	2.608	73
1932	0	0	2	0	3.431	96
1933	12	4	33	3	2.804	78
1934	127	39	456	39	3.605	101
1935	139	43	648	56	4.674	130
1936	200	62	930	80	4.644	130
1937	236	73	944	81	3.998	112
1938	269	83	930	80	3.460	97
1939	324	100	1.159	100	3.584	100
1940	224	69	838	72	3.736	104
1941	288	89	1.010	87	3.504	98
1942	154	48	644	56	4.186	117
1943	78	24	414	36	5.307	148
1944	108	33	668	58	6.205	173
1945	164	51	1.049	91	6.379	178
1946	353	109	2.938	253	8.328	232
1947	285	88	3.076	265	10.776	301
1948	259	80	3.385	292	13.084	365
1949	140	43	2.007	173	14.360	401
1950	129	40	1.936	167	15.027	419
1951	143	44	3.823	330	26.647	743
1952	28	9	640	55	22.746	635
1953	140	43	2.238	193	16.044	448

Fonte dos dados absolutos } Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da
Source of absolute data } Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO DE ALGODAO EM RAMA
Raw cotton exports

VOLUME (1.000 t) — VALOR (Cr$ 1.000.000)
Volume (1,000 t) — Value (Cr$ 1,000,000)

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

ALGODÃO EM RAMA
Raw cotton

EXPORTAÇÃO POR PAÍSES DE DESTINO
Exports by countries of destination

VOLUME FÍSICO (TONELADAS)
Physical volume (metric tons)

PAÍSES DE DESTINO *Countries of destination*	1949	1950	1951	1952	1953
Alemanha — *Germany*	12	2.168	14.934	3.190	22.051
Austrália — *Australia*	6.870	6.595	6.589	406	360
Austria — *Austria*	—	118	1.004	383	263
Canadá — *Canada*	—	—	—	2	2.464
Chile — *Chile*	1.104	2.242	453	1.883	1.232
China — *China*	50	—	1.350	—	1.444
Colômbia — *Colombia*	534	1.127	975	—	—
Dinamarca — *Denmark*	—	767	—	—	494
Espanha — *Spain*	20.669	10.560	3.421	2.555	8.199
Estados Unidos — *U. S. of America*	—	13	4	—	363
Finlândia — *Finland*	—	3.949	5.281	—	—
França — *France*	6.613	18.678	18.353	7.602	11.643
Grã-Bretanha — *Great-Britain*	58.805	56.890	54.551	27	35.945
Holanda — *Holland*	1.268	312	4.251	185	1.498
Hong Kong — *Hong Kong*	890	—	6.144	400	3.879
Itália — *Italy*	171	2.097	1.017	—	11.338
Japão — *Japan*	—	9.320	9.575	10.268	22.952
Noruega — *Norway*	—	301	—	—	177
Polônia — *Poland*	13.965	—	368	380	—
Portugal — *Portugal*	6.133	1.150	4.364	118	2.999
Suécia — *Sweden*	16.501	4.701	3.541	577	3.360
Tcheco-Eslováquia — *Czechoslovakia*	1.615	3.249	1.863	—	—
União Belgo-Luxemburguesa — *Union Belgium-Luxembourg*	333	280	754	—	4.857
União Sul-Africana — *Union of South Africa*	200	221	—	—	260
Uruguai — *Uruguay*	2.181	1.193	105	153	1.843
Outros países — *Others*	1.845	2.913	4.565	2	1.894
TOTAL	139.759	128.844	143.462	28.131	139.515

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

ALGODÃO EM RAMA
Raw cotton

EXPORTAÇÃO POR PAÍSES DE DESTINO
Exports according to countries of destination

Cr$ 1.000

PAÍSES DE DESTINO *Countries of destination*	1949	1950	1951	1952	1953
Alemanha — *Germany*	169	46.469	374.261	74.799	328.088
Austrália — *Australia*	96.066	90.388	171.019	8.227	4.611
Austria — *Austria*	—	1.551	28.076	9.345	4.682
Canadá — *Canada*	—	—	—	38	35.079
Chile — *Chile*	17.823	32.090	13.229	41.849	24.972
China — *China*	778	—	24.495	—	18.988
Colômbia — *Colombia*	6.629	14.559	9.832	—	—
Dinamarca — *Denmark*	—	10.201	—	—	6.578
Espanha — *Spain*	279.176	145.661	86.110	53.177	172.644
Estados Unidos — *U. S. of America*	—	65	100	—	6.001
Finlândia — *Finland*	—	59.222	121.281	—	—
França — *France*	102.521	284.822	541.623	186.680	195.637
Grã-Bretanha — *Great-Britain*	837.894	769.417	1.490.248	687	553.070
Holanda — *Holland*	19.522	4.250	131.384	3.773	25.018
Hong Kong — *Hong Kong*	13.635	—	125.476	8.026	64.033
Itália — *Italy*	2.514	35.028	26.645	—	187.512
Japão — *Japan*	—	191.966	256.287	224.279	359.224
Noruega — *Norway*	—	3.939	—	—	3.744
Polônia — *Poland*	199.542	—	10.038	11.732	—
Portugal — *Portugal*	94.502	25.408	112.240	2.439	43.548
Suécia — *Sweden*	245.568	69.871	104.733	11.446	57.820
Tcheco-Eslováquia — *Czechoslovakia*	24.688	60.240	58.526	—	—
União Belgo-Luxemburguesa — *Union Belgium-Luxembourg*	4.632	3.683	21.440	—	81.772
União Sul-Africana — *Union of South Africa*	2.221	3.028	—	—	3.452
Uruguai — *Uruguay*	30.398	22.773	2.566	3.303	32.440
Outros países — *Others*	28.601	61.478	115.233	64	29.474
TOTAL	2.006.879	1.936.109	3.822.842	639.864	2.238.387

Fonte / *Source* } Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO DE TECIDOS DE ALGODAO
Cotton fabrics exports

ANOS *Years*	VOLUME FÍSICO *Physical volume*		VALOR *Value*		PREÇO MÉDIO POR TONELADA *Average price per ton*	
	TONELADAS *Tons*	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100
1929	20	1	188	1	9.424	64
1930	11	1	108	0	9.601	65
1931	276	14	2.989	10	10.845	73
1932	62	3	737	3	11.776	79
1933	87	4	447	2	5.151	35
1934	425	21	4.212	14	9.900	67
1935	221	11	2.431	8	10.999	74
1936	319	16	4.995	17	15.672	106
1937	687	35	10.880	37	15.844	107
1938	247	12	4.260	14	17.232	116
1939	1.982	100	29.387	100	14.829	100
1940	3.958	200	67.904	231	17.155	116
1941	9.238	466	208.649	710	22.586	152
1942	25.539	1.289	797.285	2.713	31.218	211
1943	26.434	1.334	1.104.246	3.758	41.774	282
1944	20.070	1.013	1.046.193	3.560	52.128	352
1945	24.246	1.223	1.396.762	4.753	57.607	388
1946	14.103	712	703.021	2.392	49.849	336
1947	16.678	841	1.252.587	4.262	75.103	506
1948	5.638	284	480.069	1.634	85.149	574
1949	4.011	202	364.235	1.239	90.809	612
1950	1.361	69	153.112	521	112.500	759
1951	1.596	81	166.885	568	104.565	705
1952	153	8	17.355	59	113.431	765
1953	4	0	404	1	101.000	681

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO DE AÇÚCAR
Sugar exports

ANOS *Years*	VOLUME FÍSICO *Physical volume*		VALOR *Value*		PREÇO MÉDIO POR TONELADA *Average price per ton*	
	TONELADAS *Tons*	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100
1929	14.879	30	9.030	40	607	133
1930	84.457	171	25.219	111	299	65
1931	11.096	22	4.628	20	417	91
1932	40.459	82	19.174	85	474	104
1933	25.470	51	12.552	55	493	108
1934	23.897	48	14.284	63	598	131
1935	85.267	172	45.799	202	537	118
1936	90.174	182	43.724	193	485	106
1937	311	1	328	1	1.055	231
1938	8.141	16	2.882	13	354	77
1939	49.478	100	22.624	100	457	100
1940	66.731	135	38.696	171	580	127
1941	25.049	51	9.670	43	386	84
1942	45.899	93	47.288	209	1.030	225
1943	11.611	23	17.342	77	1.494	327
1944	70.443	142	114.268	505	1.622	355
1945	26.935	54	53.663	237	1.992	436
1946	21.975	44	71.967	318	3.275	717
1947	61.556	124	220.641	975	3.584	784
1948	361.277	730	691.574	3.057	1.914	419
1949	38.700	78	78.096	345	2.018	442
1950	23.550	48	61.473	272	2.610	571
1951	19.379	39	65.210	288	3.365	736
1952	44.323	90	94.485	418	2.132	467
1953	255.871	517	456.321	2.017	1.783	390

Fonte dos dados absolutos } Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.
Source of absolute data }

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO DE ARROZ
Rice exports

Anos *Years*	Volume físico *Physical volume*		Valor *Value*		Preço médio por tonelada *Average price per ton*	
	Toneladas *Tons*	Índices *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000	Índices *Indexes* 1939 = 100	Cr$	Índices *Indexes* 1939 = 100
1929	6.613	11	5.575	12	843	113
1930	38.341	63	25.399	56	662	89
1931	90.384	150	55.214	122	611	82
1932	27.937	46	18.137	40	649	87
1933	23.391	39	18.133	40	775	104
1934	33.285	55	25.561	57	768	103
1935	77.692	129	52.177	116	672	90
1936	50.376	83	37.500	83	744	100
1937	31.295	52	20.065	44	641	86
1938	57.445	95	40.350	89	702	94
1939	60.404	100	45.095	100	747	100
1940	41.001	68	32.602	72	795	106
1941	13.255	22	13.299	29	1.003	134
1942	82.603	137	174.329	387	2.110	282
1943	84.581	140	192.263	426	2.273	304
1944	149.797	248	331.200	734	2.211	296
1945	86.538	143	202.661	449	2.342	314
1946	152.051	252	385.478	855	2.535	339
1947	218.423	362	682.524	1.514	3.125	418
1948	212.643	352	740.811	1.643	3.484	466
1949	991	2	3.151	7	3.180	426
1950	80.305	133	196.941	437	2.452	328
1951	118.121	196	305.529	678	2.587	346
1952	162.268	269	482.382	1.070	2.973	398
1953	2.787	5	11.113	25	3.987	534

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO DE CACAU (*)
Cacao exports

Anos *Years*	Volume físico *Physical volume*		Valor *Value*		Preço médio por tonelada *Average price per ton*	
	Toneladas *Metric tons*	Índices *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000	Índices *Indexes* 1939 = 100	Cr$	Índices *Indexes* 1939 = 100
1929	65.558	50	104.944	47	1.601	96
1930	68.852	52	91.688	41	1.332	80
1931	75.863	57	98.197	44	1.294	78
1932	97.513	74	113.851	51	1.168	70
1933	96.687	73	106.357	47	1.078	65
1934	101.570	77	129.935	58	1.279	77
1935	111.826	85	163.035	73	1.458	87
1936	121.720	92	258.015	115	2.120	127
1937	105.113	80	229.209	102	2.181	131
1938	127.888	97	212.996	95	1.665	100
1939	132.155	100	224.586	100	1.669	100
1940	106.799	81	191.796	85	1.796	108
1941	132.944	101	314.912	140	2.369	142
1942	71.904	54	216.629	96	3.013	181
1943	115.120	87	342.368	152	2.974	178
1944	101.920	77	307.859	137	3.021	181
1945	83.434	63	229.159	102	2.747	165
1946	130.460	99	651.144	290	4.991	299
1947	99.041	75	1.047.731	467	10.579	634
1948	71.681	54	1.065.884	475	14.870	891
1949	132.244	100	963.505	429	7.286	437
1950	131.996	100	1.445.797	644	10.953	656
1951	96.125	73	1.275.835	568	13.273	795
1952	58.242	44	763.067	340	13.102	785
1953	108.690	82	1.532.463	682	14.099	845

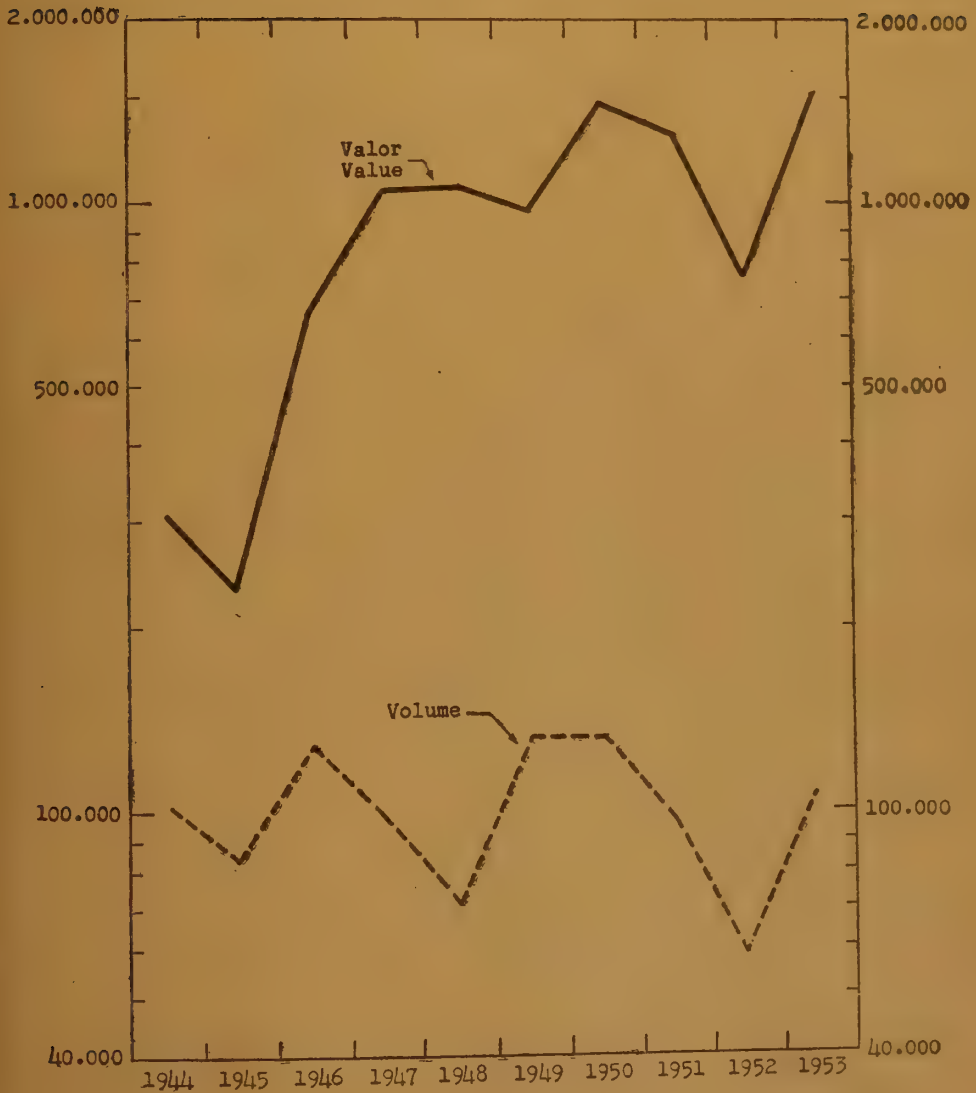
(*) Cacau em amêndoas.
Cacao beans.

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇAO DE CACAU
Cacao exports

VOLUME (t) — VALOR (Cr$ 1.000)
Volume (t) — Value (Cr$ 1,000)

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇÃO DE CARNES (*)
Meat exports

ANOS *Years*	VOLUME FÍSICO *Physical volume*		VALOR *Value*		PREÇO MÉDIO POR TONELADA *Average price per ton*	
	TONELADAS *Tons*	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100
1929	80.892	96	118.637	53	1.467	56
1930	113.127	135	173.957	78	1.538	58
1931	73.900	88	105.792	48	1.432	54
1932	44.901	53	63.968	29	1.424	54
1933	45.464	54	58.274	26	1.282	49
1934	44.213	53	60.831	27	1.376	52
1935	63.517	76	95.636	43	1.506	57
1936	75.077	89	127.348	57	1.696	64
1937	90.231	107	149.020	67	1.652	63
1938	70.416	84	153.299	69	2.171	82
1939	83.989	100	221.961	100	2.642	100
1940	148.119	176	465.813	210	3.145	119
1941	108.377	129	449.000	202	4.143	157
1942	128.118	153	636.714	287	4.970	188
1943	66.454	79	393.681	177	5.924	224
1944	50.971	61	311.796	140	6.117	232
1945	31.478	37	198.630	89	6.310	239
1946	54.889	65	388.688	175	7.081	268
1947	36.621	44	331.826	149	9.315	353
1948	44.070	52	439.726	198	9.978	378
1949	33.321	40	319.422	144	9.586	363
1950	19.875	24	175.092	79	8.810	333
1951	10.377	12	106.442	48	10.257	388
1952	3.610	4	43.234	19	11.976	453
1953	4.157	5	42.457	19	10.213	387

(*) Carnes em conserva e frigorificadas.
Preserved and frozen meats.

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇÃO DE FRUTOS OLEAGINOSOS
Oilseed exports

ANOS *Years*	VOLUME FÍSICO *Physical volume*		VALOR *Value*		PREÇO MÉDIO POR TONELADA *Average price per ton*	
	TONELADAS *Metric tons*	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100
1929	94.038	36	66.897	31	711	86
1930	81.872	31	55.735	26	682	82
1931	76.323	29	63.400	29	831	100
1932	43.976	17	31.809	15	723	87
1933	74.581	28	48.030	22	644	78
1934	142.872	54	66.716	31	467	56
1935	222.100	85	123.247	57	555	67
1936	246.078	94	187.345	86	76	9
1937	231.860	88	214.559	99	925	112
1938	247.582	94	188.338	87	761	92
1939	262.760	100	217.380	100	827	100
1940	204.245	78	202.869	93	993	120
1941	281.316	107	281.185	129	999	121
1942	156.493	60	248.079	114	1.585	192
1943	184.200	70	274.213	126	1.489	180
1944	155.307	59	211.345	97	1.361	165
1945	203.490	77	311.704	143	1.532	185
1946	136.813	52	352.184	162	2.574	311
1947	208.291	79	781.352	359	3.751	454
1948	213.152	81	683.921	315	3.209	388
1949	211.116	80	532.797	245	2.524	305
1950	142.511	54	377.640	174	2.650	320
1951	135.535	52	525.509	242	3.877	469
1952	76.394	29	281.548	130	3.685	446
1953	65.199	25	299.528	138	4.594	556

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data* } Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS
Timber exports

ANOS *Years*	PINHO *Pine wood*			OUTRAS MADEIRAS *Other timber*			TOTAL Cr$ 1.000
	TONELADAS *Metric tons*	Cr$ 1.000	PREÇO MÉDIO POR TONELADA *Average price per ton* Cr$	TONELADAS *Metric tons*	Cr$ 1.000	PREÇO MÉDIO POR TONELADA *Average price per ton* Cr$	
1929	91.918	17.138	186	85.302	9.524	270	26.662
1930	85.024	15.839	186	30.525	6.742	221	22.581
1931	75.639	14.714	195	26.063	5.571	214	20.285
1932	78.962	15.466	196	22.231	6.207	279	21.673
1933	82.030	16.023	195	19.937	6.687	335	22.710
1934	106.978	20.892	195	29.215	7.034	241	27.926
1935	130.750	25.328	194	36.427	9.082	249	34.410
1936	144.198	31.680	220	46.890	11.224	239	42.904
1937	205.262	50.631	247	56.146	14.527	259	65.158
1938	215.543	58.182	270	85.834	18.725	218	76.907
1939	307.794	88.085	286	96.993	21.998	227	110.083
1940	247.043	67.718	274	44.077	17.088	388	84.806
1941	296.708	126.188	425	46.651	18.233	391	144.421
1942	329.857	220.283	668	36.208	18.310	506	238.593
1943	286.726	255.101	890	33.879	21.461	633	276.562
1944	297.489	381.419	1.282	46.384	31.891	688	413.310
1945	258.428	363.209	1.405	47.314	44.523	941	407.732
1946	474.956	706.021	1.486	96.243	97.337	1.011	803.358
1947	500.975	840.589	1.678	123.557	137.584	1.114	978.173
1948	572.031	811.492	1.419	151.585	164.908	1.088	976.400
1949	387.643	584.933	1.509	107.777	117.804	1.093	702.737
1950	499.290	603.433	1.209	85.994	98.679	1.148	702.112
1951	655.408	928.073	1.416	147.719	168.412	1.140	1.096.485
1952	386.349	595.979	1.543	75.755	88.087	1.163	684.066
1953	563.836	947.045	1.680	55.947	79.485	1.421	1.026.530

Fonte *Source* } Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇÃO DE MILHO
Maize exports

ANOS *Years*	VOLUME FÍSICO *Physical volume*		VALOR *Value*		PREÇO MÉDIO POR TONELADA *Average price per ton*	
	TONELADAS *Tons*	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100
1929	21.567	30	5.876	26	272	87
1930	4.713	7	1.271	6	270	87
1931	312	0	78	0	248	80
1932	23	0	6	0	278	89
1933	32	0	9	0	279	90
1934	59.897	83	16.337	73	273	88
1935	27.593	38	7.588	34	275	88
1936	4.020	6	1.383	6	344	111
1937	15.011	21	5.769	26	384	123
1938	125.490	174	44.933	200	358	115
1939	72.149	100	22.460	100	311	100
1940	28.765	40	8.718	39	303	97
1941	3.546	5	2.503	11	706	227
1942	9.693	13	4.415	20	455	146
1943	392	0	270	1	689	222
1944	553	1	616	3	1.114	358
1945	188	0	255	1	1.356	436
1946	123.016	171	153.336	683	1.246	401
1947	166.046	230	245.369	1.092	1.478	475
1948	110.961	154	183.032	815	1.650	531
1949	21	0	42	0	2.025	651
1950	11.698	16	14.818	66	1.267	407
1951	295.249	409	387.220	1.724	1.312	422
1952	28.415	39	45.707	204	1.609	517
1953	7	0	23	0	3.286	1.057

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

EXPORTAÇÃO DE PELES E COUROS
Hide and skin exports

Anos *Years*	Volume físico *Physical volume*		Valor *Value*		Preço médio por tonelada *Average price per ton*	
	Toneladas *Metric tons*	Índices *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000	Índices *Indexes* 1939 = 100	Cr$	Índices *Indexes* 1939 = 100
1929	57.224	100	168.983	69	2.953	69
1930	56.673	99	143.932	58	2.540	59
1931	30.603	53	158.428	64	5.177	121
1932	38.348	67	95.211	39	2.483	58
1933	48.332	84	112.583	46	2.329	54
1934	34.757	60	143.697	58	2.460	57
1935	53.610	93	155.269	63	2.896	68
1936	58.155	101	209.353	85	3.598	84
1937	68.234	119	301.690	122	4.421	103
1938	55.672	97	208.959	85	3.753	88
1939	57.461	100	246.345	100	4.286	100
1940	51.417	89	221.758	90	4.313	101
1941	58.994	103	301.939	123	5.118	119
1942	60.663	106	396.327	161	6.533	152
1943	38.106	66	305.957	124	8.029	187
1944	24.253	42	300.694	122	12.398	289
1945	16.369	28	302.399	123	18.474	431
1946	37.062	64	650.552	264	17.561	410
1947	75.228	131	1.002.697	407	13.329	311
1948	63.462	110	763.023	310	12.023	281
1949	60.938	106	692.573	281	11.365	265
1950	59.209	103	584.300	237	9.868	230
1951	56.124	98	709.110	288	12.635	295
1952	22.072	38	223.513	91	10.127	236
1953	35.769	62	373.959	152	10.455	244

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data* — Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO EXTERIOR
FOREIGN TRADE

IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO E DERIVADOS
Imports of petroleum and related

1.000 TONELADAS
1,000 tons

ANOS *Years*	GASOLINA *Gasoline*	ÓLEOS COMBUSTÍVEIS (FUEL E DIESEL) *Fuel & Diesel oils*	ÓLEOS REFINADOS LUBRIFICANTES *Refined lubricating oils*	QUEROSENE *Kerosene*	PETRÓLEO CRU *Crude petroleum*	TOTAL
1944	304	294	75	64	18	755
1945	412	401	70	54	10	947
1946	624	810	53	107	37	1.631
1947	933	1.308	92	138	9	2.480
1948	1.132	1.727	97	192	0	3.148
1949	1.415	1.814	79	208	—	3.516
1950	1.618	2.309	116	236	—	4.279
1951	1.976	2.750	183	281	—	5.190
1952	2.407	3.180	148	353	18	6.107
1953	2.429	3.478	154	408	30	6.499

Fonte / *Source* } Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO DE CABOTAGEM
COASTING TRADE

EXPORTAÇÃO POR UNIDADES FEDERADAS
Exports by Federal States

Cr$ 1.000.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1948	1949	1950	1951	1952 (*)
Guaporé	78	59	64	91	94
Acre	70	70	68	81	143
Amazonas	336	404	440	578	316
Rio Branco	—	—	0	—	1
Pará	626	675	829	1 098	679
Amapá	1	1	0	4	12
Maranhão	261	275	264	315	206
Piauí	62	62	85	118	83
Ceará	388	376	527	646	282
Rio Grande do Norte	529	474	621	834	423
Paraíba	545	687	770	823	293
Pernambuco	1.686	2.062	2.250	2.658	1.510
Alagoas	494	597	619	742	417
Sergipe	174	161	124	151	73
Bahia	514	527	587	790	404
Espírito Santo	210	337	439	545	296
Rio de Janeiro	137	127	140	152	80
Distrito Federal	4.636	4.547	4.731	5.620	3.021
São Paulo	2.977	3.375	3.407	4.200	2.046
Paraná	308	341	354	482	276
Santa Catarina	782	855	982	1.334	776
Rio Grande do Sul	3.171	3.435	3.581	4.508	3.664
Mato Grosso	—	—	—	—	—
BRASIL	17.985	19.447	20.882	25.870	15.095

(*) Janeiro a julho.
January to july.

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO DE CABOTAGEM
COASTING TRADE

IMPORTAÇÃO POR UNIDADES FÈDERADAS
Imports by Federal States

Cr$ 1.000.000

UNIDADES FEDERADAS *Federal States*	1948	1949	1950	1951	1952 (*)
Guaporé	60	90	88	134	114
Acre	97	120	137	190	100
Amazonas	402	526	607	880	598
Rio Branco	23	37	43	41	16
Pará	744	898	968	1.323	998
Amapá	18	23	33	43	34
Maranhão	354	379	445	501	323
Piauí	127	146	157	217	81
Ceará	790	758	897	1.280	584
Rio Grande do Norte	242	299	363	499	287
Paraíba	288	346	395	587	329
Pernambuco	2.133	2.541	2.743	3.353	1.711
Alagoas	292	437	317	440	229
Sergipe	182	216	209	228	124
Bahia	1.643	1.722	1.954	2.041	1.190
Espírito Santo	233	287	342	369	290
Rio de Janeiro	183	242	153	174	401
Distrito Federal	4.178	4.275	4.683	5.635	3.283
São Paulo	2.724	3.047	3.364	4.332	2.447
Paraná	315	393	339	379	231
Santa Catarina	604	576	492	628	319
Rio Grande do Sul	2.351	2.088	2.153	2.596	1.398
Mato Grosso	2	1	0	0	8
BRASIL	17.985	19.447	20.882	25.870	15.095

(*) Janeiro a julho.
January to july.

Fonte / *Source* — Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO DE CABOTAGEM
COASTING TRADE

VOLUME FÍSICO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS
Physical volume of the leading products

1.000 TONELADAS
1,000 metric tons

PRODUTOS *Products*	1947	1948	1949	1950	1951
Açúcar — *Sugar*	362	414	542	478	550
Algodão em rama — *Raw cotton*	56	90	62	64	74
Arroz — *Rice*	135	206	205	155	146
Banha de porco — *Lard*	28	32	29	29	38
Bebidas — *Beverages*	64	63	74	93	109
Borracha — *Rubber*	29	28	27	32	29
Café — *Coffee*	46	33	40	27	20
Carne-sêca — *Jerked beef*	63	60	67	63	63
Carvão-de-pedra — *Coal*	473	627	498	521	582
Cimento — *Cement*	28	52	41	48	32
Farinha de mandioca — *Cassava flour*	56	67	73	70	122
Farinha de trigo — *Wheat flour*	40	49	94	111	138
Feijão — *Beans*	51	43	73	44	83
Frutos oleaginosos — *Oil seeds*	34	43	41	54	51
Gasolina — *Gasoline*	121	161	124	86	89
Lã em bruto — *Wool*	7	9	8	10	8
Madeiras — *Timber*	327	331	386	406	510
Manufaturas de ferro e aço — *Iron and steel manufactures*	75	118	101	112	95
Manufaturas de louça e vidro — *Earthenware and glass manufactures*	36	31	35	39	42
Manufaturas de madeira — *Wood manufactures*	112	95	109	138	134
Óleos vegetais — *Vegetable oils*	11	15	18	26	22
Papel — *Paper*	41	40	39	47	48
Peles e couros — *Hides and skins*	12	14	14	14	15
Produtos químicos e farmacêuticos — *Chemical and pharmaceutical products*	37	36	38	39	45
Sal para uso industrial — *Salt for industries*	427	526	450	559	648
Tecidos de algodão — *Cotton piece-goods*	26	35	28	30	24
Outros produtos — *Others*	657	731	800	895	1.058
TOTAL	3.354	3.949	4.016	4.190	4.775

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO DE CABOTAGEM
COASTING TRADE

VALOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS
Value of the leading products

Cr$ 1.000.000

PRODUTOS *Products*	1947	1948	1949	1950	1951
Açúcar — *Sugar*	1.019	1.044	1.527	1.548	1.729
Algodão em rama — *Raw cotton*	604	1.089	938	1.191	1.927
Arroz — *Rice*	341	682	844	567	550
Banha de porco — *Lard*	499	514	443	457	606
Bebidas — *Beverages*	372	369	460	568	703
Borracha — *Rubber*	555	572	566	703	804
Café — *Coffee*	227	182	305	384	369
Carne-sêca — *Jerked beef*	600	584	694	730	856
Carvão-de-pedra — *Coal*	94	133	118	126	146
Cimento — *Cement*	24	37	33	38	31
Farinha de mandioca — *Cassava flour*	76	111	127	109	253
Farinha de trigo — *Wheat flour*	169	269	535	446	590
Feijão — *Beans*	132	170	222	127	291
Frutos oleaginosos — *Oil seeds*	151	208	161	240	272
Gasolina — *Gasoline*	364	491	391	273	296
Lã em bruto — *Wool*	98	129	186	296	436
Madeiras — *Timber*	435	356	439	499	799
Manufaturas de ferro e aço — *Iron and steel manufactures*	601	787	790	776	869
Manufaturas de louça e vidro — *Earthenware and glass manufactures*	227	197	224	254	291
Manufaturas de madeira — *Wood manufactures*	317	265	308	360	433
Óleos vegetais — *Vegetable oils*	121	199	199	250	256
Papel — *Paper*	367	357	365	439	678
Peles e couros — *Hides and skins*	263	341	320	369	411
Produtos químicos e farmacêuticos — *Chemical and pharmaceutical products*	723	783	887	879	1.028
Sal para uso industrial — *Salt for industries*	137	140	129	176	271
Tecidos de algodão — *Cotton piece-goods*	1.589	1.957	1.832	2.012	2.118
Outros produtos — *Others*	5.315	6.019	6.404	7.065	8.857
TOTAL	15.420	17.985	19.447	20.882	25.870

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

COMÉRCIO DE CABOTAGEM
COASTING TRADE

VOLUME FÍSICO, VALOR E PREÇO MÉDIO
Physical volume, value and average price

ANOS *Years*	VOLUME FÍSICO *Physical volume*		VALOR *Value*		PREÇO MÉDIO POR TONELADA *Average price per metric ton*	
	1.000 TONELADAS *1,000 metric tons*	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$ 1.000.000	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100	Cr$	ÍNDICES *Indexes* 1939 = 100
1928	1.899	66	3.026	67	1.594	102
1929	1.921	66	2.788	62	1.451	93
1930	1.560	54	2.058	45	1.327	85
1931	1.633	56	2.234	49	1.368	87
1932	1.728	60	2.347	52	1.358	87
1933	1.866	65	2.551	56	1.367	87
1934	2.087	72	2.782	61	1.333	85
1935	2.180	75	3.298	73	1.513	97
1936	2.365	82	3.794	84	1.604	102
1937	2.523	87	4.255	94	1.686	108
1938	2.607	90	4.100	91	1.573	100
1939	2.893	100	4.528	100	1.566	100
1940	2.969	103	4.877	108	1.643	105
1941	3.215	111	6.256	138	1.946	124
1942	3.049	105	6.641	147	2.178	139
1943	2.858	99	7.340	162	2.569	164
1944	3.324	115	11.056	244	3.327	212
1945	3.332	115	12.472	275	3.743	239
1946	3.523	122	15.354	339	4.358	278
1947	3.354	116	15.420	341	4.598	294
1948	3.949	137	17.985	397	4.555	291
1949	4.016	139	19.447	429	4.843	309
1950	4.190	145	20.882	461	4.984	318
1951	4.775	165	25.870	571	5.418	346
1952 (*)	2.887	100	15.095	333	5.229	334

(*) Janeiro a julho.
January to july.

Fonte dos dados absolutos / *Source of absolute data* — Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

AVIAÇÃO COMERCIAL
COMMERCIAL AVIATION

PERCURSO E TRANSPORTE
Mileage and Transport

Anos *Years*	Percurso *Mileage* (1.000 Km) *(1,000 km)*	Transporte *Transport* — Passageiros *Passengers*	Toneladas *Metric tons* — Bagagem *Baggage*	Correspondência *Mail*	Carga *Cargo*
1934	3.380	18.029	213	74	143
1935	3.720	25.592	325	80	162
1936	4.689	35.190	478	119	153
1937	6.113	61.874	796	149	235
1938	6.920	63.423	895	186	355
1939	6.940	70.734	1.000	203	446
1940	7.504	85.971	1.333	241	613
1941	8.892	99.688	1.613	233	735
1942	12.473	122.123	2.085	300	1.106
1943	17.593	171.860	3.044	557	2.954
1944	20.758	244.516	4.032	774	3.469
1945	23.466	289.580	4.623	563	4.782
1946	39.983	539.391	7.965	596	7.156
1947	54.633	818.752	11.063	676	12.291
1948	69.660	1.153.985	13.000	910	22.400
1949	80.147	1.359.638	17.610	1.233	30.292
1950	82.247	1.714.470	21.599	1.338	39.468
1951	96.068	2.241.400	27.520	1.444	51.037
1952	96.601	2.214.707	27.427	1.747	49.113
1953 (*)	99.540	2.533.244	32.419	1.870	47.714

(*) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

Fonte / *Source* — Diretoria de Aeronáutica Civil — Ministério da Aeronáutica.

BRASIL

MOVIMENTO MARÍTIMO
SHIPPING MOVEMENT

ENTRADAS DE NAVIOS A VAPOR E A VELA (*)
Arrivals of steam and sailing vessels

ANOS *Years*	MOVIMENTO TOTAL *Total turnover*		MOVIMENTO DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E DE SANTOS *Movement in the ports of Rio de Janeiro and Santos*	
	NÚMERO *Number*	TONELAGEM (1.000 toneladas) *Tonnage (1,000 tons)*	NÚMERO *Number*	TONELAGEM (1.000 toneladas) *Tonnage (1,000 tons)*
1944	28.407	14.481	6.027	6.526
1945	27.621	16.109	5.859	5.241
1946	32.941	24.879	7.258	10.984
1947	31.818	30.794	7.725	13,450
1948	35.267	44.432	12.398	20.961
1949	35.072	45.204	9.749	22.402
1950	35.914	46.877	9.747	23.125
1951	36.014	45.983	9.351	23.362
1952	35.834 (**)	50.596 (**)	9.501	25.352
1953	...	...	10.003	26.856

(*) Inclusive viagens repetidas.
Including their repeated voyages.

(**) Dados sujeitos a retificação.
Data subject to correction.

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

ESTRADAS DE FERRO
RAILWAYS

EXTENSÃO E TRANSPORTE
Length and transport

a) Extensão em quilômetros
Length in kilometers

Unidades federadas *Federal States*	1948	1949	1950	1951	1952
Guaporé	366	366	366	366	366
Acre	—	—	—	—	—
Amazonas	—	—	—	—	—
Rio Branco	—	—	—	—	—
Pará	411	411	411	411	411
Amapá	—	—	—	—	—
Maranhão	472	472	472	472	472
Piauí	244	244	244	244	244
Ceará	1.331	1.381	1.396	1.395	1.395
Rio Grande do Norte	540	564	607	615	615
Paraíba	560	560	560	607	607
Pernambuco	1.136	1.157	1.157	1.157	1.151
Alagoas	379	396	474	474	474
Sergipe	297	297	297	297	297
Bahia	2.421	2.405	2.604	2.605	2.593
Minas Gerais	8.546	8.585	8.634	8.654	8.672
Espírito Santo	671	671	671	663	663
Rio de Janeiro	2.657	2.648	2.648	2.644	2.650
Distrito Federal	154	156	156	155	155
São Paulo	7.514	7.568	7.594	7.700	7.737
Paraná	1.694	1.748	1.763	1.756	1.803
Santa Catarina	1.195	1.210	1.340	1.341	1.341
Rio Grande do Sul	3.661	3.684	3.755	3.757	3.757
Mato Grosso	964	1.038	1.038	1.037	1.121
Goiás	409	409	494	495	495
BRASIL	**35.622**	**35.970**	**36.681**	**36.845**	**37.019**

b) Transporte remunerado
Remunerated transport

Anos *Years*	Passageiros (milhares) *Passengers (1,000)*			Animais (1.000 cabeças) *Cattle (1,000 head)*	Bagagens e encomendas (1.000 toneladas) *Baggage and delivery orders (1,000 tons)*	Mercadorias (1.000 toneladas) *Merchandise (1,000 tons)*
	Interior *Inland*	Subúrbio *Suburb*	Total			
1948	72.047	244.642	316.689	4.241	1.281	32.682
1949	72.597	265.481	338.078	4.285	1.222	32.183
1950	71.927	266.200	338.127	4.593	1.257	33.034
1951	78.817	258.521	337.338	4.556	1.297	36.251
1952	75.606	248.476	324.082	4.000	1.213	35.822

Fonte / *Source* } Departamento Nacional de Estradas de Ferro — Ministério da Viação e Obras Públicas.

BRASIL

CUSTO DE VIDA
COST OF LIVING

a) ÍNDICES PONDERADOS, NO DISTRITO FEDERAL
Indexes weighted, in Distrito Federal

BASE: MÉDIA — BRASIL — JANEIRO 1948 = 100
Base: Average — Brazil — January 1948 = 100

ITENS *Items*	1949	1950	1951	1952	1953
Alimentação — *Food-stuffs*	117	137	149	189	215
Habitação — *House rent*	190	197	401	476	519
Vestuário — *Clothing*	165	183	197	230	241
Higiene — *Hygiene*	134	134	139	153	186
Transporte — *Transport*	118	118	120	149	165
Luz e combustível — *Lighting and fuel*	78	79	88	106	113
CUSTO DE VIDA — Cost of living	132	145	175	213	240

Fonte / *Source* — S.E.P.T. — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

b) ÍNDICES PONDERADOS DA CLASSE OPERÁRIA, NA CIDADE DE SÃO PAULO
Indexes weighted of working class, in the city of São Paulo

BASE: MÉDIA DOS PREÇOS DE 1939 = 100
Base: Average prices for 1939 = 100

ITENS *Items*	1949	1950	1951	1952	1953
Alimentação — *Food-stuffs*	409,1	437,8	460.0	557,7	731,5
Habitação — *House rent*	457,5	481,0	533,5	634,4	686,1
Vestuário — *Clothing*	444,2	456,8	562,3	598,9	650,3
Combustível — *Fuel*	393,8	400,3	401,6	496,4	504,1
Assistência médico-farmo-dentária — *Medical, pharmaceutical and dental aid*	406,4	407,1	417,2	457,3	531,0
Fumo — *Tobacco*	311,0	311,0	311,0	311,0	369,0
Artigos de limpeza doméstica — *Material for house keeping*	439,9	457,3	507,0	521,2	671,4
Móveis — *Furniture*	411,0	439,2	532,7	602,2	636,3
Transporte — *Transport*	184,8	277,8	277,8	277,8	333,4
Diversos — *Others*	174,7	183,6	220,6	273,7	324,3
ÍNDICE PONDERADO DE CUSTO DE VIDA — Index weighted for cost of living	411,2	435,4	471,8	555,0	676,5

Fonte / *Source* — Divisão de Estatística e Documentação Social — Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo.

BRASIL

COMÉRCIO VAREJISTA
RETAIL TRADE

CAPITAIS DAS UNIDADES FEDERADAS (*)
Capitals of the Federal States

ÍNDICES DOS PREÇOS MÉDIOS (1946 = 100)
Indexes of average prices (1946 = 100)

PRODUTOS *Products*	1948	1949	1950	1951	1952
Açúcar — *Sugar*	96	105	119	124	141
Aguardente — *Spirits*	115	111	127	137	157
Alcool de 36º — *Alcohol 36º*	104	104	112	116	125
Alho — *Garlic*	84	95	98	98	98
Arroz — *Rice*	131	161	151	158	182
Azeite-doce estrangeiro — *Olive oil*	65	61	60	57	51
Bacalhau — *Codfish*	74	70	69	71	74
Banana — *Bananas*	99	104	109	123	141
Banha — *Lard*	182	171	166	175	189
Batata-inglêsa — *Potatoes*	95	97	107	126	135
Café em pó — *Ground coffee*	127	161	274	345	365
Carne verde — *Meat*	117	133	153	183	232
Carvão vegetal — *Coal*	131	130	158	133	133
Cebola — *Onions*	100	98	111	118	131
Charque — *Jerked beef*	112	115	121	149	173
Erva-mate — *Maté*	132	155	151	149	169
Farinha de mandioca — *Cassava flour*	125	159	148	165	225
Farinha de milho — *Maize flour*	127	132	152	142	161
Farinha de trigo — *Wheat flour*	157	148	136	138	163
Feijão — *Beans*	172	169	155	188	254
Laranja — *Oranges*	110	122	133	162	197
Leite — *Milk*	127	135	142	165	188
Lenha — *Fire-wood*	120	121	119	129	136
Manteiga — *Butter*	130	142	139	162	217
Milho — *Maize*	126	134	128	157	271
Óleo de caroço de algodão — *Cotton seed oil*	208	197	193	208	217
Ovos — *Eggs*	116	119	135	150	176
Pão — *Bread*	150	148	135	136	158
Rapadura — *Molded cake of sugar cane*	114	126	133	158	158
Sal — *Salt*	116	122	130	164	171
Toicinho fresco — *Bacon*	148	145	153	174	191

(*) Inclusive Distrito Federal e Territórios.
Inclusive of Federal District and Territories.

Fonte / *Source*: Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

BRASIL

CONSTRUÇÕES CIVIS
HOUSING

MÉDIAS MENSAIS
Monthly averages

NÚMERO
Number

CAPITAIS *Cities*	1949	1950	1951	1952	1953
Pôrto Velho	2	3	4	3	11 (1)
Rio Branco	9	8	7	7	8 (2)
Manaus	7	11	10	13	15 (2)
Boa Vista	16	9	13	7	11 (3)
Belém	52	36	40	50	68 (2)
Macapá	18	23	28	21	29
São Luís	7	5	6	9	7 (4)
Teresina	4	3	5	8	9 (5)
Fortaleza	57	34	83	66	92 (5)
Natal	24	16	43	30	28
João Pessoa	32	42	35	44	57
Recife	591	427	371	343	335 (6)
Maceió	48	58	45	40	35 (5)
Aracaju	48	37	47	43	47
Salvador	76	85	120	114	112
Belo Horizonte	241	190	328	341	379 (7)
Vitória	14	17	20	25	25
Niterói	52	84	74	73	71
Rio de Janeiro	645	950	862	690	530
São Paulo	2.035	1.978	1.998	1.626	1.863 (8)
Curitiba	138	164	180	180	164 (5)
Florianópolis	24	20	19	29	30
Pôrto Alegre	362	402	420	491	471 (8)
Cuiabá	5	4	4	3	6
Goiânia	10	5	3	47	46 (2)

NOTA : Inclusive licenças concedidas para acréscimos e modificações.
Note : Inclusive of permits for enlargement and rebuilding.

(1) Média de 2 meses — *2 month average.*
(2) Média de 10 meses — *10 month average.*
(3) Média de 3 meses — *3 month average.*
(4) Média de 9 meses — *9 month average.*
(5) Média de 11 meses — *11 month average.*
(6) Média de 4 meses — *4 month average.*
(7) Média de 7 meses — *7 month average.*
(8) Média de 8 meses — *8 month average.*

Fonte / *Source*: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

BRASIL

CONSTRUÇÕES CIVIS
HOUSING

MÉDIAS MENSAIS
Monthly averages

ÁREA DE PISO (m2)
Covered floor

CAPITAIS *Cities*	1949	1950	1951	1952	1953 (*)
Pôrto Velho	641	250	660	146	317 (a)
Rio Branco	...	...	...	...	350
Manaus	1.130	1.847	1.974	1.647	2.459 (b)
Boa Vista	361	379	2.137	526	290 (c)
Belém	4.676	4.171	4.323	5.531	4.440
Macapá	1.071	1.074	1.457	995	1.765 (d)
São Luís	596	438	682	869	503 (d)
Teresina	596	529	540	1.106	1.425 (d)
Fortaleza	7.767	5.903	11.673	11.304	12.226
Natal	2.009	2.579	3.943	2.590	3.479
João Pessoa	2.353	3.333	3.556	3.994	5.312
Recife	25.715	24.009	25.118	20.393	21.899 (e)
Maceió	2.554	3.779	2.122	1.965	1.994
Aracaju	5.818	4.417	6.183	5.642	5.804
Salvador	7.798	10.140	16.874	14.988	13.365
Belo Horizonte	30.160	25.505	31.120	28.989	42.266 (b)
Vitória	1.216	1.626	2.866	2.856	5.744
Niterói	6.751	15.020	11.478	12.949	11.221
Rio de Janeiro	101.997	138.439	212.815	241.212	221.744
São Paulo	236.101	241.598	306.695	341.211	375.316 (f)
Curitiba	14.125	30.075	26.562	29.960	32.095
Florianópolis	1.955	2.211	1.757	2.658	3.013
Pôrto Alegre	33.637	38.522	39.995	60.015	75.117 (f)
Cuiabá	348	465	771	[illegible]	851
Goiânia	1.732	798	533	7.448	9.554 (b)

NOTA: Inclusive licenças concedidas para acréscimos e modificações.
Note: Inclusive of permits for enlargement and rebuilding.

(a) Média de 6 meses — *6 month average.*
(b) Média de 10 meses — *10 month average.*
(c) Média de 3 meses — *3 month average.*
(d) Média de 11 meses — *11 month average.*
(e) Média de 4 meses — *4 month average.*
(f) Média de 8 meses — *8 month average.*

(*) Dados sujeitos a retificação. — *Data subject to correction.*

Fonte / *Source*: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

BRASIL

HIPOTECAS E TRANSMISSÕES DE IMÓVEIS
MORTGAGES AND TRANSFER OF REAL ESTATE

DISTRITO FEDERAL E CIDADE DE SÃO PAULO
Distrito Federal and São Paulo City

NÚMERO E VALOR
Number and Value

PERÍODOS *Periods*	HIPOTECAS *Mortgages*				TRANSMISSÕES DE IMÓVEIS *Transfer of real estate*			
	DISTRITO FEDERAL		CIDADE DE SÃO PAULO *São Paulo City* (*)		DISTRITO FEDERAL		CIDADE DE SÃO PAULO *São Paulo City* (*)	
	NÚMERO *Number*	VALOR *Value* Cr$ 1.000	NÚMERO *Number*	VALOR *Value* Cr$ 1.000	NÚMERO *Number*	VALOR *Value* Cr$ 1.000	NÚMERO *Number*	VALOR *Value* Cr$ 1.000
1944	1.948	701.933	3.624	434.092	10.659	1.297.130	27.421	1.820.363
1945	2.018	908.348	4.080	625.118	10.831	1.453.489	26.115	2.024.662
1946	2.841	1.269.374	6.843	1.182.087	11.865	1.867.690	35.281	2.793.486
1947	3.363	1.413.610	7.695	1.713.070	13.181	2.043.346	29.613	2.163.194
1948	3.326	1.083.594	8.273	1.442.574	11.939	1.590.701	29.043	2.309.120
1949	3.716	1.141.527	7.927	1.733.499	13.163	2.023.020	30.841	2.534.368
1950	4.011	1.721.090	7.738	1.670.996	12.957	2.124.170	26.495	3.037.411
1951	4.226	1.543.078	8.583	2.579.188	14.189	2.778.162	31.571	4.088.482
1952	4.874	3.155.181	8.436	2.734.304	15.893	3.375.725	37.156	4.830.043
1953	5.445	2.740.324	8.589	3.839.630	16.048	3.390.864	38.924	5.734.160
1953 — Janeiro	435	200.578	654	403.533	1.230	264.942	3.015	446.876
Fevereiro	307	150.361	568	156.578	1.123	228.724	2.767	406.426
Março	518	310.757	704	216.196	1.467	305.127	3.395	537.762
Abril	342	174.676	667	282.203	1.184	279.474	2.945	393.071
Maio	377	198.507	733	306.409	1.279	314.339	3.074	427.728
Junho	511	174.277	780	237.182	1.315	229.394	2.955	469.155
Julho	455	605.212	749	239.312	1.537	374.291	3.302	469.854
Agôsto	497	192.580	682	949.335	1.462	304.535	3.250	534.233
Setembro	506	199.142	710	202.616	1.370	271.126	3.556	533.018
Outubro	593	176.381	804	210.710	1.489	296.399	3.909	520.273
Novembro	475	180.504	809	364.657	1.321	269.763	3.555	444.718
Dezembro	429	177.349	729	270.899	1.271	252.750	3.201	551.046

(*) Até 1948, os dados abrangem a comarca de São Paulo.
Up to 1948 data cover the district of São Paulo City.

Fontes / *Sources*: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

BRASIL

FALÊNCIAS E CONCORDATAS (*)
FAILURES AND COMPOSITIONS OF DEBT

DISTRITO FEDERAL E CIDADE DE SÃO PAULO
Distrito Federal and São Paulo City

NÚMERO
Number

ANOS *Years*	DISTRITO FEDERAL		CIDADE DE SÃO PAULO *São Paulo City*		TOTAL		ÍNDICES DO TOTAL *Indexes of total* 1939 = 100	
	FALÊNCIAS *Failures*	CONCORDATAS *Compositions of debt*	FALÊNCIAS *Failures*	CONCORDATAS *Compositions of debt*	FALÊNCIAS *Failures*	CONCORDATAS *Compositions of debt*	FALÊNCIAS *Failures*	CONCORDATAS *Compositions of debt*
1944	64	7	137	2	201	9	52	45
1945	83	14	139	9	222	23	58	115
1946	74	36	138	10	212	46	55	230
1947	114	65	172	5	286	70	74	350
1948	143	46	220	13	363	59	95	295
1949	135	72	239	13	374	85	97	425
1950	110	45	192	17	302	62	79	310
1951	89	59	128	10	217	69	57	345
1952	129	68	156	10	285	78	74	390
1953	83	41	167	3	250	44	65	220
1953 — Janeiro	6	3	22	—	28	3	88	180
Fevereiro	5	5	14	—	19	5	59	300
Março	9	9	17	—	26	9	81	540
Abril	8	6	16	—	24	6	75	360
Maio	15	4	12	—	27	4	84	240
Junho	8	5	18	—	26	5	81	300
Julho	9	3	13	2	22	5	69	300
Agôsto	11	4	19	—	30	4	94	240
Setembro	12	2	16	1	28	3	88	180
Outubro	...	...	20	...	20	...	63	...
Novembro	...	...	...	...	...	...	...	...
Dezembro	...	...	...	...	...	...	..	...

(*) Falências decretadas e concordatas homologadas.
Sanctioned failures and petitioned compositions of debts.

Fonte / *Source* — Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.